

14  
2014

# R

# evista de História da Sociedade e da Cultura



Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Universidade de Coimbra

Coimbra



### **Estatuto editorial / Editorial guidelines**

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, fundada em 2001, é uma revista de periodicidade anual publicada em português, cujos artigos são sujeitos a avaliação prévia por parte de uma comissão de arbitragem externa. Publica textos de natureza histórica (desde a Idade Média à Época Contemporânea), noticiário de actividades científicas e resenhas críticas de livros. Aceita artigos de investigadores integrados e de colaboradores do Centro de História da Sociedade e da Cultura da FCT, bem como de quaisquer outros historiadores externos à instituição, estimulando especialmente a participação de todos aqueles que, de qualquer modo, mantêm colaboração ou desenvolvem actividades em rede com o referido Centro de investigação.

The *Journal of History of Society and Culture*, founded in 2001, is a peer reviewed scientific publication published once a year, in Portuguese. The Journal publishes historical scholarly articles (since the Middle Ages until the present), news of scientific activities and book reviews in the field of History. It accepts articles from affiliated members and collaborators of the Foundation for Science and Technology's Centre for History of Society and Culture, as well as from any other historians currently outside the Institution, especially encouraging the participation of those who, in any way cooperate or develop network activities with the above-mentioned research Centre.

### **Director/Director**

Irene Vaquinhas – CHSC da U. Coimbra / irenemcv@fl.uc.pt

### **Conselho Editorial/Editorial Board**

Amadeu Carvalho Homem (CHSC da U. Coimbra); Ana Maria Jorge (CEHR da U. Católica Portuguesa); António Oliveira (CHSC da U. Coimbra); Fernando Catroga (CHSC da U. Coimbra); Fernando de Sousa (CEPESE da U. Porto); Irene Vaquinhas (CHSC da U. Coimbra); João Paulo de Oliveira Costa (CHAM da U. Nova de Lisboa); Mafalda Soares da Cunha (CIDEHUS da Universidade de Évora); Maria Manuela Tavares Ribeiro (CEIS XX da U. Coimbra); Maria Alegria Marques (CHSC da U. Coimbra); Maria Helena Coelho (CHSC da U. Coimbra); Maria José Azevedo Santos (CHSC da U. Coimbra); Zulmira Santos (CIHE da U. do Porto).

### **Avaliadores externos/External referees**

Adeline Rucquoi (École des Hautes Études en Sciences Sociales - Paris, França); Alice Raviola (U. Turim, Itália); Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa, Portugal); Ana Leonor Pereira (U. Coimbra, Portugal); Ângela Barreto Xavier (ICS, Lisboa, Portugal); António Eiras Roel (U. Santiago de Compostela, Espanha); Avelino Freitas Meneses (U. Açores, Portugal); Bernardo Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa, Portugal); Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil); Domingo González Lopo (U. Santiago de Compostela, Espanha); Evergton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil); Fátima Sequeira Dias (U. Açores, Portugal); Fernanda Rollo (U. Nova de Lisboa, Portugal); Fernando Bouza Alvarez (U. Complutense de Madrid, Espanha); Francisco Contento Domingues (U. Lisboa, Portugal); Francisco Garcia Fitz (U. Cáceres, Espanha); Helena Maria Gomes Catarino (U. Coimbra, Portugal); Hermínia Vasconcelos Vilar (U. Évora, Portugal); Inês Amorim (U. Porto, Portugal); Isabel dos Guimarães Sá (U. Minho, Portugal); Isabel Drummond Braga (U. Lisboa, Portugal); João Paulo Avelãs Nunes (U. Coimbra, Portugal); João Rui Pita (U. Coimbra, Portugal); Jorge Alves (U. Porto, Portugal); José Augusto Pizarro (U. Porto, Portugal); José M. Amado Mendes (U. Coimbra, Portugal); Laura Mello e Souza (U. São Paulo, Brasil); Luís Miguel Duarte (U. Porto, Portugal); Luís dos Reis Torgal (U. Coimbra, Portugal); Luísa Trindade (U. Coimbra, Portugal); Magda Pinheiro (ISCTE-IUL, Portugal); Manuel Ferreira Rodrigues (U. Aveiro, Portugal); Maria Amélia Polónia (U. Porto, Portugal); Maria de Fátima Nunes (U. Évora, Portugal); Maria Helena Santana (U. Coimbra); Maria João Vaz (ISCTE-IUL, Portugal); Maria José Moutinho Santos (U. Porto, Portugal); Maria Marta Lobo (U. Minho, Portugal); Maria Rita Robles Monteiro Garnel (FCSH da UNL, Portugal); Mário Jorge Barroca (U. Porto, Portugal); Nuno Gonçalo Monteiro (ICS, Lisboa, Portugal); Paula Pinto Costa (U. Porto, Portugal); Paulo Almeida Fernandes (CEAUCP-CAM, Portugal); Ramon Villares (U. Santiago de Compostela, Espanha); Raquel Henriques (U. Nova de Lisboa); Rui Bebião (U. Coimbra, Portugal); Stéphane Boisselier (U. Poitiers, França); Stuart Schwartz (U. Yale, EUA); Susana Serpa Silva (U. Açores, Portugal).

### **Coordenador do volume/Volume editor**

João Marinho dos Santos (CHSC da U. Coimbra) / uc3928@fl.uc.pt

### **Coordenação Editorial/Editor coordinator**

Sónia Nobre (CHSC da U. Coimbra) / sonianobre@uc.pt

### **Propriedade/Ownership**

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

### **Endereços/Address**

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Largo da Porta Férrea. 3004-530 Coimbra, Portugal.

Página/Web site: <https://www.uc.pt/chsc> Correio electrónico/e-mail: [chsc@ci.uc.pt](mailto:chsc@ci.uc.pt)

Telefone/Phone: (351) 239859900

### **Direitos de autor/Copyright ©**

Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra e Palimage.

Reservados todos os direitos de acordo com a legislação em vigor.

### **Preço de capa/Price**

20,00 EUR

### **Imagem da capa/Cover illustration**

*A iluminura em Portugal: identidade e influências (do séc. X ao XVI): catálogo da exposição/Aires Augusto Nascimento...* [et. al.]; coord. Maria Adelaide Miranda, Lisboa: BN, 1999, ISBN 972-565-266-5, p. 97.

A *Revista de História da Sociedade e da Cultura* está referenciada e indexada nos seguintes catálogos internacionais: IBZ e IBR (Alemanha), ERIH (Estrasburgo), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (EUA), Latindex (México) e SciELO (Lisboa). The *Revista de História da Sociedade e da Cultura* is covered by the following indexing and abstracting services: IBZ and IBR (Germany), ERIH (Strasbourg), EBSCO Publishing – Historical Abstracts (USA), Latindex (Mexico) and SciELO (Lisbon).



Revista de História  
da Sociedade e da Cultura

14

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



Este trabalho é financiado por Fundos FEDER através do Programa Operacional Factores de Competitividade – COMPETE e por Fundos Nacionais através da FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do projecto PEst-C/HIS/UI0311/2011, (Ref. COMPETE FCOMP-01-0124-FEDER-022679).







Centro de História da Sociedade e da Cultura

# Revista de História da Sociedade e da Cultura

14

( H S C )

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA

**Palimage**  
*A Imagem e A Palavra*

Coimbra – 2014



**Lista de Avaliadores Externos do Vol. 14 da  
Revista de História da Sociedade e da Cultura**

Ana Cristina Araújo (U. Coimbra)	José Manuel Azevedo e Silva (U. Coimbra)
Ana Isabel Buescu (U. Nova de Lisboa)	Luís Miguel Duarte (U. Porto)
Ana Leonor Pereira (U. Coimbra)	Luís Reis Torgal (U. Coimbra)
António Manuel Ribeiro Rebelo (U. Coimbra)	Margarida Sobral Neto (U. Coimbra)
Avelino de Freitas de Meneses (U. Açores)	Maria Alegria Marques (U. Coimbra)
Bernardo de Vasconcelos e Sousa (U. Nova de Lisboa)	Maria de Fátima Nunes (U. Évora)
Cristina Scheibe Wolff (U. Federal de Santa Catarina, Brasil)	Maria do Rosário Ferreira (U. Coimbra)
Evergton Sales Souza (U. Federal da Bahia, Brasil)	Maria Isabel João (U. Aberta)
Fernando Grilo (U. de Lisboa)	Maria José Azevedo Santos (U. Coimbra)
Fernando Taveira da Fonseca (U. Coimbra)	Maria Manuela Tavares Ribeiro (U. Coimbra)
Herminia Vilar (U. Évora)	Maria Rita Lino Garnel (U. Nova de Lisboa)
Hugo Miguel Mimoso Chelo (U. Católica Portuguesa, Lisboa)	Paulo Silva Pereira (U. Coimbra)
João Rui Pita (U. Coimbra)	Rosa Marreiros (U. Coimbra)
José d'Encarnação (U. Coimbra)	Susani Silveira Lemos Franca (U. Estadual Paulista, Campus de Franca)



## Sumário

<b>Editorial .....</b>	<b>7</b>
 <b>Artigos</b>	
<i>A Produção Trovadoresca de Afonso X: 3. Os Cantares da Guerra (Composições e Cronologias)</i>	
António Resende de Oliveira.....	9
<i>Fragmentos de pergaminho na Torre do Tombo: um inventário possível (1315-1683)</i>	
Pedro Pinto .....	31
<i>D. Álvaro de Castro (1.º conde de Monsanto) perante os desafios da Expansão Portuguesa do século XV</i>	
Marco Oliveira Borges .....	85
<i>Escrivães e pregoeiros dos concelhos (séculos XIV-XVI)</i>	
Maria José Azevedo Santos .....	119
<i>«Não destruas por causa da comida a obra de Deus».</i>	
<i>Restrições e recomendações alimentares na legislação sinodal portuguesa (séculos XIV a XVI)</i>	
Guida da Silva Cândido.....	133
<i>'Vê-los e ouvi-los': Paisagens acústicas, olfactivas e culinárias nos Tratados da Terra e Gente do Brasil (1583-1601), de Fernão Cardim</i>	
Rogério Miguel Puga.....	161
<i>Cultura material e diplomacia eclesiástica. As relações e a troca de presentes entre o bispo-conde de Coimbra D. Afonso de Castelo Branco e a corte papal (1590-1615)</i>	
Cátia Teles e Marques.....	183
<i>A biblioteca de D. Inácio de Santa Teresa, um bispo jacobeu, entre 1721 e 1751</i>	
Ana Ruas Alves .....	209
<i>Grafitos, inscrição árabe e outras marcas históricas identificados no castelo de Montemor-o-Velho</i>	
Marco Penajoia .....	231
<i>Divulgação da penicilina em Portugal na literatura técnica (anos 50 e 60 do Séc. XX): o Simposium Terapêutico e a Farmacopeia Portuguesa</i>	
Victoria Bell.....	253
<i>O Antifeminismo e o questionar do género no limiar dos séculos XIX-XX. Dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social</i>	
Gabriela Mota Marques .....	273

<i>Vocación Cartográfica de un Militar Profesional; Coello de Portugal</i> Mariano Cuesta Domingo .....	297
<b>Recensões .....</b>	<b>331</b>
<b>Notícias.....</b>	<b>357</b>



## Editorial

Desde a sua fundação, no distante ano de 1976, o Centro de História da Sociedade e da Cultura (CHSC) tem como um dos seus principais objectivos a promoção do conhecimento científico em diversas áreas do saber, com particular relevância no campo das humanidades, em geral, e no da história, em particular. Tem assumido, entre outros, o desafio de representar esse diálogo interdisciplinar e interuniversitário, em estreita articulação com a formação avançada.

No âmbito dessa missão, o CHSC tem dado à estampa numerosos estudos que reflectem o trabalho efectuado pelos seus membros e/ou colaboradores, muitas vezes em parceria com colegas pertencentes a outras unidades de investigação ou instituições do ensino superior. Neste campo, tem sido um viveiro de uma intensa e qualificada produção científica, à qual convém dar continuidade, se não mesmo incrementá-la, e, acima de tudo, apostar na sua internacionalização, de modo a que esta unidade I&D continue a ser um centro dinâmico de criação cultural.

A Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura, como órgão difusor da actividade científica desenvolvida, é mais um dos resultados alcançados e o próximo volume, de 2014, trará, sem dúvida, novos horizontes ao conhecimento, associando-se a pluralidade temática à diversidade cronológica, enquadrando-se os diversos artigos num horizonte temporal dilatado que abarca vários séculos e se estende desde a Alta Idade Média ao terceiro quartel do século XX. Nele se conjuga a história com outras ciências, num diálogo interdisciplinar, e se cruzam as perspectivas de investigadores de

várias nacionalidades, com um peso significativo de jovens pesquisadores, contribuindo-se, deste modo, para a divulgação de uma cultura académica poliédrica e diversificada.

Em ano de dificuldades várias, convém assinalar o apoio de todos – autores, avaliadores, coordenador – para que este volume chegasse a bom porto e a Revista do Centro de História da Sociedade e da Cultura possa continuar a contribuir, como todos desejamos, para manter a *história em discussão*, guiada pela permanente interrogação do passado.

*Irene Vaquinhas*

Coordenadora Científica do CHSC



# **A Produção Trovadoresca de Afonso X:**

## **3. Os Cantares da Guerra**

### **(Composições e Cronologias)\***

António Resende de Oliveira

FLUC/CHSC

aresendeo@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 18.09.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 02.11.2014

#### *Resumo/Abstract:*

Na obra trovadoresca de D. Afonso X, concretamente na sua produção satírica, sobressaem os cantares que tomam como tema atitudes e comportamentos de diferentes indivíduos ou grupos sociais perante a actividade militar em que o monarca se viu envolvido ao longo do período da sua governação. Este estudo incide, precisamente, na análise do grupo de cantares que tem vindo a ser associado a esta actividade, procurando não só definir com um maior rigor o núcleo de composições de temática guerreira, mas também interrogar-se sobre os conflitos subjacentes a estas mesmas composições, tendo em vista precisar o enquadramento histórico em que terão sido produzidas.

In the troubadour poetry of Alphonso X, namely in his satirical works, the songs about the attitudes and behaviors of different individuals or social groups in view of the military activity in which the king was involved during the course of his reign clearly stand out. This study focuses precisely on the analysis of the group of songs that have been associated to this activity. It attempts not only to define with a greater accuracy the core of works with a war theme, but also to reflect on the conflicts underlying the same works, with a view to clarify the historical background in which they were written.

#### *Palavras chave/Keywords:*

Afonso X; Canção trovadoresca galego-portuguesa; Cantigas de escárnio e de maldizer; Sátira militar.

Alphonso X; Portuguese and Galician troubadour songs; Satirical songs; Military satire.

---

\* Este estudo integra-se nas actividades desenvolvidas no âmbito do projecto de investigação *La lírica gallego-portuguesa en la corte de Alfonso X. II. – Autores y textos* (FFI2011-25899), subvencionado pela 'Dirección General de Investigación y Gestión del Plan Nacional de I+D+i' (Ministerio de Economía y Competitividad español).



Não foi um reinado pacífico, o de D. Afonso X.

A situação não era nova e deve ser enquadrada no contexto peninsular das lutas da reconquista, que conheciam então um momento decisivo de avanço para sul por parte dos reinos cristãos – em particular do novo reino castelhano-leonês de D. Fernando III –, e conduziram à conquista de Sevilha (1248)<sup>1</sup>. O próprio Sábio, ainda infante, participara ao longo dos anos quarenta neste avanço, estabilizando as perturbações surgidas no reino de Múrcia após a sua entrada na vassalidade castelhana, e participando na entrega de Jaén (1246) e na própria conquista de Sevilha. Pelo meio fizera mesmo uma incursão armada a Portugal em apoio do rei D. Sancho II, que acabara de ser destituído pelo papa<sup>2</sup>. Nos últimos anos de governo do pai a preocupação maior fora a do controle da zona a sul de Sevilha, por intermédio de conquistas ou de acordos com as povoações mais importantes, como Arcos, Medina Sidónia, Vejer ou Jerez, entre outras<sup>3</sup>. Definia-se por então, sem que os intervenientes pudessem ter consciência de tal facto, uma nova situação política que duraria mais de dois séculos e que veria o extremo sul da Península dividido entre duas forças políticas cristãs, Portugal e Castela-Leão, e uma muçulmana, o reino de Granada, última sobrevivência do al-Andaluz. Com a presença próxima das dinastias muçulmanas do norte de África, sempre prontas, em conjunturas propícias, a entrar na Península com o apoio granadino.

1. Nos primeiros anos de governo do Sábio prosseguiu o povoamento e a pacificação da região a sul de Sevilha, com conquistas ou submissão de algumas povoações, e o rei teve de atender também a uma frente de luta

<sup>1</sup> Para um balanço sobre a actividade da reconquista nos reinados de D. Fernando III e D. Afonso X pode ler-se LOMAX, Derek W. – *La Reconquista*. Barcelona: Editorial Crítica, 1984, caps. 6 e 7.

<sup>2</sup> FERNANDES, Hermenegildo – *D. Sancho II*. Lisboa: Temas e Debates, 2010, p. 336-338; VENTURA, Leontina – *D. Afonso III*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, sobretudo p. 90-92.

<sup>3</sup> As intervenções militares do infante D. Afonso não são esquecidas pelos seus biógrafos. Vejam-se, nomeadamente, os capítulos iniciais de GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel – *Alfonso X el Sábio*. Barcelona: Ariel, 2004; e de SALVADOR MARTÍNEZ, H. – *Alfonso X el Sábio. Una biografía*. Madrid: Ediciones Polifemo, 2003. Um balanço mais sumário encontra-se em RODRÍGUEZ LLOPIS, Miguel – El infante Don Alfonso (1221-1252) in IDEM (coord.) – *Alfonso X y su Época. El siglo del Rey Sábio*. Barcelona: 2001, p. 47-65.



interna submetendo alguma nobreza rebelde na Biscaia, liderada por D. Lopo Dias de Haro. As expectativas imperiais alimentadas a partir de 1256/57 parecem ter travado estas frentes militares, enquanto a documentação dava sinais de projectos para o norte de África, que se materializariam na conquista de Salé em 1260. Foi, todavia, uma conquista rapidamente abandonada e sem quaisquer desenvolvimentos futuros<sup>4</sup>.

Nos começos dos anos sessenta, o relacionamento com os reinos vassalos muçulmanos tomou um novo rumo com as conquistas de Jerez e de Niebla. Tal facto terá estado na origem da revolta generalizada desses reinos, à frente dos quais se encontravam os de Múrcia e Granada, que, com apoio norte-africano, obrigaram a uma actividade militar constante na região andaluza nos três anos seguintes (1264-1266). Do lado murciano, o rei beneficiou do apoio de D. Jaime I de Aragão, que reconquistou o território ao longo de 1265, recuperando a cidade de Múrcia em Janeiro do ano seguinte. Os finais da década de sessenta conheceriam, novamente, algum abrandamento da conflitualidade interna e externa, apesar do regresso dos sinais de descontentamento nobiliárquico. Estes tornar-se-iam mais consistentes a partir de 1272<sup>5</sup>, contribuindo, enfim, para as perturbações políticas que marcariam os anos finais do seu reinado.

As acções militares em larga escala voltariam apenas em 1275 com a invasão norte-africana dos benimerines, que manteriam ou tomariam alguns portos, como Algeciras e Rota, devastando regiões do sul castelhano e obrigando o rei a incursões de retaliação, mormente à veiga de Granada em 1281. Deposto no ano seguinte por seu filho D. Sancho, será o próprio rei que se valerá desta tribo marroquina para lhe fazer frente, cercando-o

---

<sup>4</sup> A actividade militar e os conflitos internos no período de governação de Afonso X são tratados nas biografias ou sùmulas biográficas recentes, nomeadamente nas de González Jiménez ou de Salvador Martínez, antes mencionadas, ou na de O' CALLAGHAN, Joseph F. – *El Rey Sabio. El reinado de Alfonso X de Castilla*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1999 (2.<sup>a</sup> ed.). Numa perspectiva cronologicamente mais alargada, mas centrada na história militar, GARCÍA FITZ, Francisco – *Castilla y León frente al Islam. Estrategias de expansión y tácticas militares (siglos XI-XIII)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2001, fornece algumas indicações sobre cavalgadas, cercos e batalhas de Afonso X.

<sup>5</sup> Apesar de produzida apenas no século XIV, a *Crónica de Alfonso X* acompanha com cópia de detalhes esta rebelião nobiliárquica. Cf. GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel (ed.) – *Crónica de Alfonso X*. Múrcia: Real Academia Alfonso X el Sábio, 1998, sobretudo caps. XX-LVIII (a partir de agora CAX, seguido do capítulo em causa).



em Córdoba e fazendo razias até Madrid. O rei marroquino continuará as devastações nos anos seguintes, mesmo após a morte do Sábio. A década final do reinado deste, após a morte do herdeiro Fernando de la Cerda em 1275, seria, assim, um período marcado por intensa actividade militar, quer para fazer frente às incursões benimerines, quer para se opôr, a partir de Sevilha, ao seu filho D. Sancho e à nobreza descontente que se reunira à sua volta, esperando, finalmente, poder resolver a seu favor algumas das reivindicações feitas.

Em conclusão, desde 1243, quando partiu para Múrcia, até à sua morte, ressaltada a segunda metade da década de cinquenta e a década de 1266-1275, poucos terão sido os anos em que Afonso X não se viu envolvido, directa ou indirectamente, em campanhas militares de carácter ofensivo ou defensivo contra os muçulmanos ou a braços com movimentações de uma nobreza descontente, agrupada à volta de alguns infantes e que esperava as melhores conjunturas para pressionar o rei no sentido de fazer valer as suas pretensões.

2. Alguma da actividade militar do tempo de Afonso X acabou por se reflectir, não só nos cantares de trovadores presentes na corte castelhana, mas também nas composições satíricas do próprio rei<sup>6</sup>. Olhando para o modo como as cantigas do Sábio foram integradas nos cancioneiros – em dois grupos sucessivos identificados pelas rubricas “El rey Don Affonso de Leon” e “El rey Don Affonso de Castela e de Leon” –, é notória a quase ausência do tema no primeiro grupo, que foi associado já, na sua quase totalidade, ao período em que D. Afonso se encontrava ainda na dependência

---

<sup>6</sup> Entre os estudos mais abrangentes sobre o tema lembraria o de VASCONCELOS, Carolina Michaëlis, reeditado em VIEIRA, Y. Frateschi *et al* – *Glosas Marginais ao Cancioneiro Medieval Português de Carolina Michaëlis de Vasconcelos*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 175-217; o de LAPA, Manuel Rodrigues – *Cantigas d'Escarnho e de Mal Dizer dos Cancioneiros Medievais Galego-Portugueses*. Lisboa: Edições João Sá da Costa, 1995; e, mais recentemente, acompanhando a edição das cantigas trovadorescas do Sábio, o de PAREDES NÚÑEZ, Juan – *La Guerra de Granada en las Cantigas de Alfonso X el Sábio*. Granada: Universidad, 1992. Os trovadores portugueses Afonso Mendes de Besteiros, Gil Peres Conde e Pero Gomes Barroso, todos com presença mais ou menos dilatada em terras castelhanas, acompanharam as preocupações régias, como veremos, em algumas das composições satíricas que produziram.



do pai, apesar de ter participado em múltiplas actividades, mesmo militares, a partir de 1240<sup>7</sup>.

Embora a guerra, neste núcleo, não assome como tema maior, nota-se, no entanto a sua presença em algumas composições, produzidas em contextos de confronto efectivo ou de tensão e conflito interno. É o caso da bem conhecida cantiga de amigo *Ai eu coitada como vivo en gran cuidado*<sup>8</sup>, feita quando o então infante veio, nos primeiros meses de 1247, em socorro de D. Sancho II de Portugal, então a braços com a intromissão do Papado na política portuguesa<sup>9</sup>. A referência na cantiga à presença do amigo na Guarda remete para os últimos dias de 1246 ou para Março do ano seguinte, alturas em que o infante terá estacionado perto dessa cidade fronteiriça no percurso de entrada ou de saída do território, no segundo caso levando consigo o rei português, que acabaria por morrer em Castela menos de um ano depois. É ainda o que acontece na tenção em que Garcia Peres interpela o rei – *Ūa pregunt'ar quer'a el Rei fazer*, começa logo por dizer este trovador – sobre o porquê de trazer na corte uma velha “pena veira”, coisa seguramente pouco condizente com a dignidade régia<sup>10</sup>. Independentemente do significado desta velha pele colorida de que o rei não parecia querer prescindir, ao justificar o seu uso com “estas guerras [que] nos fazem bulir”, insere esta discussão satírica igualmente em momento de efectiva actividade bélica. E olhando para a referência feita a um *coteife* no mesmo cantar, quase diria

<sup>7</sup> OLIVEIRA, A. Resende de – D. Afonso X, infante e trovador. II. A produção trovadoresca. *La Parola del Testo*. 14 (2010), p. 10-13. O período de juventude do monarca tem sido analisado nas biografias já indicadas. Para além da tentativa de identificação dos cantares feitos pelo Sábio enquanto infante, reavaliei o enquadramento de alguma da sua actividade no mesmo período em OLIVEIRA, A. Resende de – D. Afonso X, infante e trovador. I. Coordenadas de uma ligação à Galiza. *Revista de Literatura Medieval*. XII (2010) p. 257-270.

<sup>8</sup> PAREDES, Juan – *El Cancionero profano de Alfonso X el Sabio. Edición crítica, con introducción, notas y glosario*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2010, I. A partir de agora citarei as composições do Sábio a partir do apelido do seu editor e do número que lhe corresponde nesta edição (neste caso, PAREDES I) ou, para comentários, a partir da indicação de página. Na citação das composições de outros autores remeto para BREA, Mercedes (coord.) – *Lírica Profana Galego-portuguesa*. 2 vols. Santiago de Compostela: Xunta de Galicia-Centro Ramón Piñeiro, 1996, a partir da sigla LP seguida dos números que identificam o autor e composição em causa.

<sup>9</sup> VENTURA, Leontina – *D. Afonso III, cit.*, p. 87-100, para a conturbada situação portuguesa da altura.

<sup>10</sup> PAREDES X.



que a composição poderia ter sido feita não na década de 50, como sugeriu já na sequência de outros autores<sup>11</sup>, mas na década seguinte quando, no contexto do levantamento muçulmano andaluz, a documentação se fez eco de dificuldades no recrutamento dos exércitos concelhios<sup>12</sup>.

Neste primeiro núcleo de composições, apenas um cantar parece ter uma ligação mais directa com a actividade militar. Trata-se de *Don Rodrigo moordomo que ben pos al Rei a mesa*, onde ecoam as dissensões entre o herdeiro e seu irmão D. Henrique, datadas já de 1248-1252 mas que prosseguiram pelo governo do Sábio<sup>13</sup>. Como a composição elogia o mordomo D. Rodrigo, estaremos perante D. Rodrigo González Girón, mordomo de D. Fernando III entre 1238-1246 e entre 1248-1252 e não, como pensaram Rodrigues Lapa e outros autores, perante um qualquer mordomo do infante rebelde D. Henrique<sup>14</sup>. Tal facto obriga a uma leitura do cantar algo diferente daquela que tem sido feita. Atente-se, antes de mais no texto, do qual reproduzo as duas primeiras estrofes:

Don Rodrigo moordomo, que ben pos al Rei a mesa,  
quando diss' a Don Anrique: – Pois a vosso padre pesa,  
non lhi dedes o castelo, esto vos digo de chão,  
e dar-vos-ei en ajuda muito coteife vilão.

E dos poldrancos de Campos levarei grandes companhas,  
e dar-vos-ei em ajuda todolos de Val de Canhas;  
e des i pera meu corpo levarei ta[l] guisamento,  
que nunca en nen un tempo trouxe tal Pero Sarmento

Aparentemente, o mordomo régio preparava-se para apoiar o infante D. Henrique contra o rei, dizendo-lhe para não lhe entregar o castelo e garantindo-lhe forças militares em apoio das suas pretensões, em clara contradição com o *incipit* da cantiga, que salientara a qualidade do seu serviço no desempenho do cargo de mordomo. Mas, relendo com mais atenção a composição, começaremos a duvidar da eficácia do apoio que

<sup>11</sup> OLIVEIRA, A. Resende de – D. Afonso X, infante e trovador II..., *cit.*, p. 16.

<sup>12</sup> CAX, cap. XII e nt 39.

<sup>13</sup> PAREDES IX.

<sup>14</sup> LAPA, Manuel Rodrigues – *Cantigas d'Escarnho...*, *cit.*, p. 42; LOPES, Graça Videira – *Cantigas de Escárnio e Maldizer dos Trovadores e Jograis Galego-Portugueses*. Lisboa: Editorial Estampa, 2002, p. 54; PAREDES, Juan – *El cancionero profano...*, *cit.*, p. 112.



o mordomo se preparava para prestar ao infante. Na realidade, a avaliar pelas tropas prometidas – “muito coteife vilão”, “gran peça de peões [...] sen lanças” – interrogamo-nos, desde logo, se esta ajuda não seria mesmo a maneira mais rápida de derrotar o infante rebelde e, portanto, mais um elogio à lealdade do conhecido mordomo<sup>15</sup>.

É, no entanto, no segundo grupo de composições do Sábio, aquele que congrega cantares compostos sobretudo durante o período da sua governação<sup>16</sup>, que a guerra adquire uma maior saliência e projecção em virtude da produção de um conjunto de sátiras violentas ligadas a importantes confrontos militares ocorridos durante o seu reinado e que constituem porventura o núcleo mais significativo da sua obra trovadoresca.

Seguindo a sequência com que nos são devolvidas pelos cancioneiros, as duas composições seleccionadas de início apresentam algumas afinidades que me levam a equacioná-las em conjunto. A primeira delas é a identificação dos satirizados, algo não muito comum, como veremos, nos restantes cantares do tema em análise. Na verdade, a primeira cantiga é dirigida aparentemente a um Pero Garcia Galego, nome já documentado, enquanto a segunda visa um D. Mendo de Candarei, talvez um familiar do trovador Nuno Rodrigues de Candarei, identificado no cantar como “amigo de Souto Maior”. Uma segunda afinidade resulta das dificuldades em enquadrar ambas as composições no âmbito da actividade militar, apesar de aparecerem habitualmente no núcleo das composições a ela ligadas<sup>17</sup>.

<sup>15</sup> Ter-se-á notado que esta interpretação inverte por completo o sentido que vem sendo atribuído à sátira. Ou seja, o que parece estar em causa na composição, não será tanto, como tem sido sugerido, uma qualquer traição de D. Rodrigo ao ser dever de lealdade para com Fernando III mas, pelo contrário, um sinal do cumprimento superlativo desse mesmo dever, tão importante em contexto feudal, com a oferta de préstimos a um adversário político do seu senhor mas que garantiam a este, desde logo, boas condições para reverter a situação em seu favor. O conhecimento das figuras de Pero Sarmiento e Fernando Teles, ambas mencionadas no cantar, e daquilo que podem representar, ajudará, por certo, a um entendimento cabal deste escárnio.

<sup>16</sup> OLIVEIRA, A. Resende – D. Afonso X infante e trovador II..., *cit.*, p. 10-13.

<sup>17</sup> Cf. LAPA, Manuel Rodrigues – *Cantigas d' Escárnio...*, *cit.*, p. 21-23; LOPES, Graça Videira – *Cantigas de Escárnio...*, *cit.*, p. 60-62, autora que, no entanto, manifesta dúvidas em relação ao enquadramento das composições relativas a D. Mendo de Candarei; PAREDES, Juan – *El Cancionero profano...*, *cit.*, nos comentários às composições XVII e XX, p. 153 e 161.



Na primeira, *Pero que ei ora mengua de companha*<sup>18</sup>, o rei queixa-se da ausência de Pero Garcia, apesar de necessitar de um maior séquito ou companhia. Atente-se na primeira estrofe – repetida com leves alterações nas seguintes e a substituição de Pero Garcia por Pero Galinha na terceira – e na finda:

Pero que ei ora mengua de companha,  
nen Pero Garcia nen Pero d’Espanha  
nen Pero Galego non irá começo.

.....  
Galego, Galego, outren irá começo.

Para além da palavra “companha” não implicar necessariamente que estamos perante a preparação de uma qualquer companhia militar<sup>19</sup>, mantém-se a indecisão quanto ao significado a atribuir ao cantar. Nenhuma indicação concreta, por outro lado, parece apontar inequivocamente para as guerras andaluzas dos anos 60, enquadramento em que tem sido situada<sup>20</sup>, sendo manifestamente insuficiente a utilização nesse sentido do jogo entre Pero Garcia/Pero Galinha, enquanto sinal de cobardia que, a ser verdade, se poderia ter manifestado fora desse contexto.

Na segunda composição, *Don Meendo, Don Meendo*, defrontámo-nos com idênticas dificuldades quanto à sua associação à temática em estudo<sup>21</sup>. O seu sentido decorrerá da interpretação do provérbio “quen leva o baio, non leixa a sela”, que surge como refrão no cantar e cujo enquadramento pode ver visto na primeira estrofe:

Don Meendo, Don Meendo,  
por quant’ora eu entendo,  
*quen leva o baio, non leixa a sela.*

<sup>18</sup> PAREDES XVII.

<sup>19</sup> Veja-se o enquadramento da utilização da palavra no glossário das Cantigas de Santa Maria em METTMANN, W. (ed.) – *Cantigas de Santa Maria*. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 1981, t. II, p. 494.

<sup>20</sup> Cf. as obras agora citadas de Rodrigues Lapa, de Videira Lopes e de Juan Paredes. Quanto a Pero Garcia Galego, tratando-se de um membro da nobreza galega, a associação do cantar, feita por Rodrigues Lapa, à ausência dos exércitos urbanos nas guerras de fronteira perde pertinência (veja-se, na p. 21, o enquadramento do cantar feito por este investigador com recurso a um extracto da *Crónica de Alfonso X*).

<sup>21</sup> PAREDES XX.



De acordo com a interpretação de Rodrigues Lapa, dependente do que é dito numa segunda sátira a D. Mendo, este, “tendo recebido o cavalo das mãos do Rei, isto é, em sentido figurado, uma boa espórtula para o servir na guerra contra o mouro, tinha deixado a sela, ainda em sentido figurado, pretexto apenas para se não servir dela e não servir o rei”<sup>22</sup>. O facto é que a sátira em causa, reduzida a uma estrofe que reproduzimos de seguida, não contém elementos que nos possam ajudar a admitir um eventual enquadramento militar:

Don Meendo, vós veestes  
falar migo noutro dia;  
e na fala que fezestes  
perdi eu do que tragia.  
*Ar quer[r]edes falar migo  
e non quer[r]ei eu, amigo.*<sup>23</sup>

Não ressalta, enfim, de qualquer das composições em análise a agressividade que encontramos nas restantes deste ciclo temático. Na verdade, não se vislumbra que o tratamento dado a Pero Garcia seja equiparável ao dirigido a alguém a quem se atribui um comportamento infame, nem que, por outro lado, seja claro tratar-se de um caso de falta ao chamamento para as guerras de fronteira<sup>24</sup>; e muito menos o poderemos inferir das composições de D. Mendo, tratado numa delas como “amigo” e na outra como “amigo de Souto Maior”.

Finalmente, o conhecimento dos satirizados conduz-nos a uma terceira afinidade entre as composições: quer um quer outro são originários da Galiza, porventura da região do sul da Galiza, precisamente aquela que Afonso X, ainda infante, terá frequentado com mais assiduidade pelos finais da década de trinta e inícios da seguinte<sup>25</sup>.

<sup>22</sup> LAPA, M. Rodrigues – *Cantigas d'Escárnio...*, cit., p. 23.

<sup>23</sup> PAREDES XIX. Sobre a dívida do refrão deste cantar para com Pero Garcia Buralês veja-se LORENZO GRADÍN, Pilar – *Accesus ad tropatores*. Contribución al estudio de los ‘contrafacta’ em la lírica galego-portuguesa in HILTY, Gerold (ed.) – *Actes du XXe Congrès International de Linguistique et Philologie Romanes*. t. V, Zurich: 1992, p. 106-107.

<sup>24</sup> Veja-se, nomeadamente, o enquadramento proposto por LOPES, Graça Videira – *Cantigas de Escárnio...*, cit., p. 60.

<sup>25</sup> OLIVEIRA, A. Resende de – D. Afonso X, infante e trovador I..., cit., sobretudo p. 262-268, no âmbito da reavaliação dos laços que ligavam o infante à Galiza ao longo



Ora, olhando para estas composições no quadro da obra satírica do Sábio, verifica-se facilmente, pelo tom da sátira, pela identificação dos satirizados e pelo ambiente galego em que terão sido produzidas, que elas devem ser reconduzidas precisamente ao ambiente mais distendido e pessoal dos cantares produzidos pelo então infante herdeiro, e não ao carácter mais impessoal e ao mesmo tempo mais duro que toma a sátira régia a partir dos anos sessenta, perante os graves problemas militares que teve de debelar na sequência da revolta mudéjar.

Tal significa que não encontro nelas elementos credíveis que me levem a ligá-las ao núcleo das restantes composições sobre a actividade militar do monarca a partir dos anos sessenta. A análise dessas composições permitirá concretizar as diferenças mencionadas.

3. Assinaladas as composições em que a guerra assume um papel marginal<sup>26</sup> e integradas as duas últimas referidas na produção pertencente ao período anterior a 1252, a continuação da busca das composições atentas às movimentações militares no reino de Castela obriga-nos a deter a atenção em *Vi un coteife de mui gran granhon*<sup>27</sup>, cantiga cuja primeira estrofe nos elucida sobre o que nela está em causa:

Vi un coteife de mui gran granhon,  
con seu porponto, mais non d'algodon,  
e con sas calças velhas de branqueta.  
E dix'eu logo: – Poi-las guerras son,  
*ai, que coteife pera a carreta!*

Ou seja, o Sábio perante a visão de um combatente de fartas barbas e miseravelmente vestido – porventura um peão, pois não é feita qualquer referência ao cavalo –, que se aprestava para entrar em campanha, logo

---

dos anos trinta e inícios da década seguinte, antes da nova visibilidade por ele adquirida na estabilização da região de Múrcia a partir de 1243. Admitindo que estes cantares se poderiam reportar a uma campanha militar, teriam o seu enquadramento natural numa das operações do infante por estes anos quarenta.

<sup>26</sup> Foram excluídas deste percurso outras composições feitas em contexto militar, mormente na fronteira andaluza, mas cuja vertente satírica não incidia, mais uma vez, sobre a actividade militar propriamente dita. Vejam-se, nomeadamente, os cantares dirigidos a Maria Peres Balteira em OLIVEIRA, A. Resende de – A produção trovadoresca de Afonso X. 1. As sátiras à Balteira. *Medioevo Romanzo*. XXXVII, fasc. II (2013), p. 379-399.

<sup>27</sup> LP 18,46.



pensou em o relegar para os serviços afectos à manutenção do exército<sup>28</sup>. A figura do *coteife* já tinha aparecido no cantar sobre o mordomo do rei D. Fernando e imaginamos melhor, sem dúvida, o exército que poderia sair daqui para acudir a D. Henrique e enfrentar o exército régio, isto é, um exército de combatentes que o rei procurava evitar que pegassem sequer em armas. Quanto ao resto, a imagem é a mesma, com um retrato a ser construído a partir da ausência de armamento adequado, ou de vestuário e adereços pobres ou desconformes<sup>29</sup>.

Se, como tem sido sugerido, a designação *coteife* se aplica aos combatentes dos exércitos urbanos – quer ao peão, quer ao cavaleiro vilão<sup>30</sup> –, quem estará em causa serão precisamente essas franjas do exército régio que, em determinado momento, terão sido mal vistas em âmbito cortesão. Na verdade, por alguma documentação régia de meados da década de sessenta, sabe-se da existência de atritos entre os concelhos e o rei por causa de alguns tributos, nomeadamente a fossadeira, uma taxa ligada à actividade militar<sup>31</sup>. Deve lembrar-se que, militarmente, se trataria de um momento em que esses combatentes seriam cruciais para debelar a revolta das populações muçulmanas na Andaluzia, pelo que esta cronologia se apresenta como a mais capaz de enquadrar estas composições.

Uma segunda composição, que coloca igualmente em cena o *coteife*, confirma este enquadramento. Aqui, na primeira e terceira estrofe de *O genete*,

<sup>28</sup> Sobre o trem de apoio do exército são esclarecedoras as páginas que lhe dedica MONTEIRO, João Gouveia – *A Guerra em Portugal nos finais da Idade Média*. Lisboa: Editorial Notícias, 1998, p. 252-255. Para a possível alusão neste texto a um episódio de *Le Chevalier de la Charrette* de Chrétien de Troyes, veja-se LORENZO GRADÍN, Pilar – Lancelot comme toile de fond d’Alphonse X?. *Cahiers de Civilisation Médiévale*. 51 (2008), p. 143-156.

<sup>29</sup> Relembrem-se, na composição sobre D. Rodrigo, os “peões, todos calvos e sen lanças, e con grandes çapatões” (PAREDES IX) e nesta o “coteife mal guisad” e vil, con [...] o cordon d’ouro, tal por joeta”, isto é, com um cordão dourado como adorno. Veja-se uma outra proposta de leitura do verso 13 em LAPA, M. Rodrigues – *Cantigas d’Escarnho...*, cit., p. 24.

<sup>30</sup> Como refere Piel, a associação ao cavaleiro é bem notória nas Cantigas de Santa Maria (cf. n.º 22 e n.º 194 da já citada ed. de W. Mettmann). Cf. PIEL, Joseph-Maria – Coteifes orpelados, panos d’arrazes e martinhos”, in IDEM – *Estudos de Linguística Histórica Galego-Portuguesa*. Lisboa: IN-CM, 1989, p. 118.

<sup>31</sup> Alguns documentos sumariados em GONZÁLEZ JIMÉNEZ, Manuel e CARMONA RUIZ, M. Antonia – *Documentación e Itinerario de Alfonso X el Sabio*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012, reportam o problema quer para o período anterior a 20 de Junho de 1264, altura em que o rei tinha já conhecimento da sublevação mudéjar, quer para o período posterior, onde aparecem outros privilégios resultantes da participação na hoste régia.



vêmo-lo transido de medo perante os genetês, cavaleiros acabados de chegar de África com o exército que veio em apoio dos revoltosos:

O genete,  
pois remete  
seu alfaraz corredor,  
estremece  
e esmorece  
o coteife con pavor  
.....  
Vi coteifes de gran brio,  
eno meio do estio,  
estar tremendo sen frio  
ant'os mouros d'Azamor;  
e ia-se deles rio  
que Aguadalquivir maior.<sup>32</sup>

Agora, a roupa e o equipamento passavam a plano secundário e era o comportamento na batalha que sobressaía, com o pavor sentido perante a velocidade e destreza dos cavaleiros africanos que apareciam na Península, ao que se sabe pela primeira vez, em 1264<sup>33</sup>. Mas não foram somente os coteifes que se viram a braços com os genetês. Uma briga muito especial terá sido travada por um deles com Domingas Eanes, provavelmente uma soldadeira, como supõem todos os editores. A sátira régia vai descrevendo o duelo sexual entre ambos, com golpes e contragolpes, e a derrota final da soldadeira, a contas com uma doença venérea. Damos apenas início ao “combate”, com a transcrição da primeira estrofe que dá o tom da sátira:

Domingas Eanes ouve sa baralha  
com ùu genet', e foi mal ferida;  
empero foi ela i tan ardida,  
que houve depois a vencer, sen falha,  
e, de pran, venceu bõo cavaleiro;  
mais empero é-x' el tan braceiro,  
que ouv' end' ela de ficar colpada.<sup>34</sup>

<sup>32</sup> PAREDES XXXVII.

<sup>33</sup> CAX, cap. XIII.

<sup>34</sup> PAREDES XLI. Tratando-se de uma soldadeira, Afonso X, associando-a a um dos famosos cavaleiros chegados de África, integrava mais uma vez esta figura entre as que eram presença obrigatória na zona de fronteira, acompanhando o bulício destas campanhas



Não sabemos se o rei resolveu, neste caso, recorrer à imaginação inventando esta singular batalha a partir da impressão generalizada causada pelos novos combatentes chegados à Península. Nem sabemos, sequer, quem é esta Domingas Eanes, que surge apenas nesta composição e sem qualquer indicação quanto ao seu papel neste contexto militar, embora a encenação feita e a sua presença na proximidade deste mesmo contexto caucione a hipótese da sua identificação como soldadeira. Mas a presença do genete permite integrá-la neste núcleo de composições de meados dos anos sessenta, momento em que a novidade da integração deste cavaleiro no exército muçulmano poderia ter suscitado o cantar em que figura.

Menos segurança oferece a integração neste mesmo período de *Don Foan, quand'ogano i chegou*<sup>35</sup>, que retrata um caso de cobardia e deslealdade de quem abandonara o seu senhor na fronteira à sua sorte e tratara de regressar a casa. Atente-se na primeira estrofe:

Don Foan, quand'ogano i chegou  
primeirament' e viu volta e guerra,  
tan gran sabor ouve d' ir a sa terra  
que logu' enton por adail filhou  
seu coraçon; e el fez-lh' i leixar,  
polo mais toste da guerr' alongar,  
prez e esforço, e passou a serra.

Tratar-se-á certamente de um magnate que se afastava da fronteira por um percurso que, passando por Lora (talvez Lora del Río), se dirigia a Talaveira. A referência a ambas povoações na composição é o único elemento concreto disponível, mas não permite retirar grandes ilações quanto ao período em que este acontecimento ocorreu. Atrevo-me, no entanto, a situá-la igualmente em meados dos anos sessenta, tendo em atenção a sua similitude em relação a um cantar de Afonso Mendes de Besteiros que dá conta de uma mesma situação ocorrida nessa altura. Refiro-me a *Don Foão, que eu sei que á preço de livão*, em que este trovador português presente em Castela assinala

militares. Para algumas composições afins veja-se o ciclo dedicado a Maria Peres Balteira. Cf. ALVAR, Carlos – María Pérez, Balteira. *Archivo de Filologia Aragonesa*, XXXVI-XXXVII (1985), p. 11-40, e OLIVEIRA, A. Resende – A produção trovadoresca de Afonso X. 1. ..., *cit.*, p. 381-392 para os cantares em causa.

<sup>35</sup> PAREDES XXXII.



idêntica fuga do campo de batalha. Como se depreende do refrão, neste caso tratava-se de um nobre português que, tal como os coteifes, parece ter ficado impressionado com os genetes norte-africanos:

Don Foão, que eu sei que á preço de livão  
vedes que fez ena guerra – daquesto soo certão:  
sol que viu os genetes, come boi que fer tavão,  
*sacudiu-se [e] revolveu-se, al-*  
*çou rab' e foi sa via a Portugal.*<sup>36</sup>

As duas últimas composições do Sábio – *O que foi passar a serra* e *O que da guerra levou cavaleiros*<sup>37</sup> – merecem uma primeira aproximação conjunta porque se afastam um tanto do tipo de sátira habitual em âmbito peninsular. Com efeito, ao contrário dos cantares que têm vindo a ser referidos, dirigidos a indivíduos concretos, mesmo que não identificados, serão talvez aquilo a que poderíamos chamar sátiras colectivas, dirigidas a diferentes personagens, também não identificadas mas marcadas por acções consideradas negativas, e que terão ocorrido num mesmo contexto militar ou em ligação próxima com ele. A primeira, em quatro estrofes, explorará quatro casos exemplares de ricos-homens que pretenderiam beneficiar dos rendimentos ligados à prestação do serviço militar sem, no entanto, participarem nas operações programadas e utilizando diferentes subterfúgios para se eximirem a essa obrigação, nomeadamente apresentando-se a desoras. O rei aproveita o refrão para amaldiçoar esta cavalaria nefasta, com bom faro para se governar esquivando-se aos seus deveres. Exemplificamos com a primeira e terceira estrofes a abordagem régia:

O que foi passar a serra  
e non quis servir a terra,  
e ora, entrant' a guerra,  
*que faroneja?*  
Pois el agora tan muito erra,  
*maldito seja!*

.....

<sup>36</sup> LP 7,4.

<sup>37</sup> PAREDES XL e XLII, respectivamente.



O que filhou gran soldada  
e nunca fez cavalgada,  
e por non ir a Graada  
*que faroneja?*  
Se é ric' omen ou á mesnada,  
*maldito seja!*

Fica desde logo a sensação de que conhecemos já estas acções de qualquer lado<sup>38</sup>. A primeira estrofe poderá remeter, por exemplo, para aquele D. Foão cobarde e desleal que o rei tomou à sua conta em Don Foan, de quand' ogano i chegou. Mas o rei poderia conhecer casos similares capazes de suscitar o arranque da composição, que corresponde, no entanto, ao fim da primeira estrofe do cantar agora lembrado. A situação presente na terceira estrofe do cantar em análise poderá aproximar-se de um caso aparentemente idêntico narrado em Quen nunca sal da pousada, de Gil Peres Conde<sup>39</sup>. Este autor português, activo em Castela pelo menos a partir de finais da década de sessenta, critica nesta composição um vassalo do rei ou de D. Fernando, o herdeiro que acabaria por morrer em 1275. E o motivo da sátira radica precisamente no facto de este vassalo, nunca tendo entrado em qualquer cavalgada, beneficiar de uma boa soldada, certamente atendendo à qualidade do seu senhor. Já a segunda estrofe da composição, ao mencionar "O que levou os dinheiros/e non troux' os cavaleiros", relembra inevitavelmente a primeira da composição que analisaremos de seguida. Por outras palavras, estas aproximações, dadas as dúvidas que permanecem, envolvem-nos num dédalo de incertezas do qual será difícil sairmos no sentido de tentar situar e enquadrar as composições que as suscitam.

Na verdade, *O que da guerra levou cavaleiros*, a segunda composição em estudo, exponencia a composição anterior transformando-se num vasto painel, diríamos, um políptico em que o Sábio explora, em 15 quadros, outras tantas situações onde se reitera a crítica a comportamentos ligados à guerra, cuja menção vai pontuando a narrativa. A conclusão é sempre a

<sup>38</sup> O terceiro verso tem levantado problemas de interpretação em virtude do papel a atribuir à partícula *e*. A questão será saber se se trata de uma conjunção ou de uma forma verbal (é). Paredes resume várias propostas nas p. 275-276. Lapa, seguindo as propostas de Lollis e de Pellegrini opta pelo verbo, que parece levantar menos problemas quanto à cadência e compreensão do texto.

<sup>39</sup> LP 56,14.



mesma: a ausência destes magnates do início da campanha militar do ano seguinte, tema que o rei aproveita como *leit-motiv* do cantar no refrão “non ven al maio”. Ficam alguns exemplos ilustrativos da última sátira guerreira do monarca castelhano:

O que da guerra levou cavaleiros  
e a sa terra foi guardar dinheiros,  
non ven al maio.

O que da guerra se foi com maldade  
[e] a sa terra foi comprar erdade,  
non ven al maio.

.....  
O que tragia o pendon sen tenda,  
per quant' agora sei de sa fazenda,  
non ven al maio.

O que se foi con medo dos martinhos  
e a sa terra foi beber los vinhos,  
non ven al maio.

O que, con medo, fugiu da fronteira,  
pero tragia pendon sen caldeira,  
non ven al maio.

O que [ar] roubou os mouros malditos  
e a sa terra foi roubar cabritos,  
non ven al maio.<sup>40</sup>

.....

A referência a levar cavaleiros, ao pendão, à tenda ou à caldeira, nos dois últimos casos para assinalar a sua falta, coloca-nos perante uma crítica à mais alta nobreza castelhana que, sendo acusada de acções menos dignificantes na campanha anterior – nomeadamente a de se apresentar sem os cavaleiros estipulados ou ausentando-se da guerra demasiado cedo, uma vez recebidos os “dinheiros” –, se preparava para faltar à seguinte.

Ao contrário dos cantares anteriores, ambas as sátiras colectivas não parecem já conter os elementos que vimos mais associados à guerra andaluza dos anos sessenta, com genetes e coteifes em grande destaque. Agora, a crítica não incide tanto na cavalaria vilã ou numa nobreza porventura mais

<sup>40</sup> PAREDES XLII, estrofes I, II, VIII-XI.



secundária, parecendo afectar prioritariamente a alta nobreza. Ou seja, o ambiente deverá aproximar-se mais do contexto do difícil relacionamento régio com as principais linhagens do reino, que se tinha começado a desenhar em 1269 mas que se institucionalizará sobretudo a partir de 1272. Precisamente neste ano, a *Crónica de Alfonso X* reportava o pedido régio para que os magnates acompanhassem o infante herdeiro numa incursão contra Granada; estes, tendo já recebido quantias para o efeito, recusaram-se a servi-lo:

E demás, vos sabedes que el rey estando en Murçia que vos enbió dezir de cómmo lor moros fazían guerra, e que pues aviades tomado sus dineros, que vos mandava e rogava que fuédeses estar en aquella guerra con el infante don Ferrando, su fijo, e vos non lo quisistes fazer...<sup>41</sup>

Ao mesmo contexto pertenceriam, certamente, vários cantares de Pero Gomes Barroso, um dos trovadores galego-portugueses que acompanhou o rei nestas diatribes, em que o que está em causa é precisamente a ausência dos ricos-homens do campo de batalha<sup>42</sup>. Numa delas, *Chegou aqui Don Foão e veo mui ben guisado*, vemos um magnate a chegar, todo apetrechado para a guerra, supõe-se, mas com um detalhe irónico, o de chegar na altura errada: “non veo eno maio nen veo a Pintecoste”. A primeira parte deste verso, repetida em todas as estrofes, reenvia directamente para o refrão da última composição de Afonso X, sinalizando um mesmo contexto de produção. Não deve causar admiração. O próprio Pero Gomes participou, do lado régio, na tentativa de resolução do diferendo que opunha o Sábio e a nobreza rebelde. A mesma *Crónica de Alfonso X* regista o encontro entre o mestre de Calatrava e Pero Gomes, de um lado, e o rei de Granada e os nobres, do outro, em Alcalá de Bensaíde, numa primeira reunião tendente à solução do conflito em curso<sup>43</sup>. Nessa altura, Pero Barroso seria já pessoa

<sup>41</sup> CAX cap. XXXI e nota 151. De acordo com o itinerário do monarca, este passou uma larga estadia em Múrcia entre 21 de Março de 1271 a 15 de Junho de 1272. O pedido poderia ter sido feito, portanto, antes da primavera de 1272, altura em que se terá verificado a incursão na Andaluzia. Para o percurso de Afonso X veja-se GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. e CARMONA RUIZ, M. Antonia – *Documentación...*, cit., p. 711.

<sup>42</sup> Nomeadamente em *Sei eu un ricome, se Deus mi pardon; Un ricome que oj' eu sei; Chegou aqui Don Foão e veo mui ben guisado*. Cf., respectivamente LP 127,11; 127,13; 127,2.

<sup>43</sup> CAX cap. LI.



de idade, porquanto nascera antes do casamento de Gomes Viegas de Basto, seu pai, com Mor Rodrigues de Candarei. Como Rui Gomes Barroso, um dos filhos deste matrimónio, terá sido abade do mosteiro de Pombeiro cerca de 1222, podemos admitir que o trovador terá nascido por volta de 1200 ou, o mais tardar, alguns anos depois<sup>44</sup>.

Para além de Pero Gomes, um outro trovador português acompanhou Afonso X nos cantares contra os vassallos que não se apresentavam na guerra, invocando mil e uma razões justificativas para essa ausência. Mas, ao contrário do Barroso, Gil Peres Conde, o autor em causa, somente se pode documentar em Castela a partir dos finais dos anos sessenta, sabendo-se que continuou activo no reinado de D. Sancho IV, no qual se queixa de não medrar quanto desejaria<sup>45</sup>.

Embora a presença da guerra seja quase uma constante nas suas cantigas, é em *Non troux' estes cavaleiros aqui* e em *Tantas minguas achan a Don Foan* que mais se aproxima da temática da ausência da alta nobreza nas campanhas militares da Andaluzia. A título de exemplo, na primeira, feita a um rico-homem chegado à corte fora do tempo da actividade militar, vai nomeando tudo aquilo que ele não tinha trazido na altura própria:

Non troux' estes cavaleiros aqui  
este ricome nunca na guerra,  
que ora trage; son doutra terra,  
ca já eu [en eles] mentes meti;  
nen seus sinaes nonos conhoso,  
ca lhis dissera: – Bon día vosco;  
mais neun [deles] eu non conhoci.

<sup>44</sup> Cf. PIZARRO, José Augusto de Sotto Mayor – *Linhagens Medievais Portuguesas. Genealogias e estratégias (1279-1325)*. Porto: 1999, vol. 2, p. 29. Neste contexto, seria difícil que fosse ele o Pero Gomes Barroso documentado em 1296, que aparece, além do mais, identificado como castelhano (veja-se RON FERNÁNDEZ, Xabier – Carolina Michaëlis e os trovadores representados no 'Cancioneiro da Ajuda' in BREA, Mercedes (coord.) – *Carolina Michaëlis e o Cancioneiro da Ajuda, hoxe*. Santiago de Compostela: Centro Ramón Piñeiro e Xunta de Galicia, 2005, p. 163). Sabemos, por outro lado, que o nome do autor andou associado a figuras eclesiásticas de algum relevo a partir de finais do século. Cf. GAIBROIS DE BALLESTEROS, Mercedes – *Sancho IV de Castilla*. 3 vols. Madrid: 1922-1928, vol. I, p. 26 e 50.

<sup>45</sup> Se se referir a este rei, como penso, a sátira *Ben sabedes, senhor Rei*, cujo refrão é claro sobre o pensamento do autor: "non foi vosco en ora bõa". Cf. LP 56,3.



Nen estas armas eu nunca lhas vi  
trager na guerra; destes sinaes  
que ora trage, non trouxe taes  
nosco na guerra, quand' el-Rei foi i;  
nen outras por que as ar faria,  
senon quae-las ante tragia?  
E já sobr' esto con muitos departi.<sup>46</sup>

Menos seguro é o enquadramento de *Pôs conta el-Rei en todas fronteiras*, composição onde quem está em causa são os concelhos e os cavaleiros. Pelos rostos da sátira, pensaríamos talvez nos conflitos de meados dos anos sessenta, altura em que os concelhos estão mais na mira destas composições, mas faltam-nos indicações documentais sobre o início da presença do autor em Castela e, além disso, o papel militar de cavaleiros e concelhos manteve-se em tempos posteriores. A segunda estrofe resume a crítica, que no caso vertente incide sobre o facto de cavaleiros e milícias urbanas parecerem andar afastados do tipo de alimentação adequado para feitos bélicos:

A concelhos e a cavaleiros  
mandam comer vacas e carneiros,  
mais non cômian galinhas na guerra;  
ca diz que dizem os aguieiros  
que será perdimento da terra.<sup>47</sup>

Regressando aos últimos cantares de Afonso X, apenas em *O que foi passar a guerra* encontramos referências concretas à fronteira, por intermédio de Granada e da respectiva veiga. Mas esta menção, em contexto interrogativo, parece surgir mais como exemplo das guerras de fronteira do que remeter para uma circunstância concreta. Se assim fosse e, por outro lado, se implicasse a presença do próprio Afonso X, deveria pensar-se nos anos em que o rei surge na famosa veiga de Granada, isto é, em 1265 ou em 1281. Parecendo remeter, no entanto, apenas para um momento de maior actividade militar na fronteira andaluza, é inegável que os anos setenta, a partir de 1272, seriam a altura indicada para a produção do cantar. Talvez próximo, mais uma vez, daquele fatídico ano de 1272, quando algumas das

<sup>46</sup> LP 56,10.

<sup>47</sup> LP 56,12. Foi retirado o acento em “aguieiros” na presunção de se tratar de uma gralha da edição de Lapa que foi mantida na edição utilizada neste estudo.



mais sonantes linhagens castelhanas, como os Haro, os Lara e os Castro, decidiram, precipitar uma ruptura com o rei, não responder ao chamamento para o apoio militar ao infante D. Fernando e acolher-se junto do rei de Granada<sup>48</sup>. O momento ideal, enfim, para o tom acre do Sábio nestes cantares, comparável ao que usa na carta que envia ao filho em 1273<sup>49</sup>. Deste modo, em relação a *O que foi passar a serra* e a *O que da guerra levou cavaleiros*, seguimos a proposta que, em seu tempo, López-Aydllo tinha avançado relativamente à segunda composição, situando-a em 1272 e ligando-a ao processo de afastamento das principais linhagens castelhanas para Granada, contexto que parece acomodar-se melhor às críticas presentes nestes cantares<sup>50</sup>. Mais recentemente, Vicente Beltrán procurou igualmente associá-las à revolta nobiliárquica, apesar de alguma indecisão quanto a *O que foi passar a serra*<sup>51</sup>.

Em conclusão, a reavaliação dos cantares bélicos do Sábio – em ligação com a reinterpretação de alguns desses cantares, o conhecimento do período em estudo ou documentação coeva – permitiu não só definir melhor o conjunto das composições a integrar na temática em causa, mas também distender mais no tempo a sua produção.

Esta ter-se-á iniciado ainda antes de 1252, com uma sátira ao seu irmão D. Henrique, onde, de acordo com a interpretação dada ao cantar em causa,

---

<sup>48</sup> Sobre o contexto e as reivindicações nobiliárquicas vejam-se ESCALONA, Julio – Los nobles contra su rey. Argumentos y motivaciones de la insubordinación nobiliaria de 1272-1273. *Cahiers de linguistique et civilisation hispaniques médiévales*. 25 (2002), p. 131-162, e ALONSO, Isabel – *Desheredamiento y desafuero*, o la pretendida justificación de una revolta nobiliaria. *Cahiers de linguistique...*, cit., 25 (2002), p. 99-129.

<sup>49</sup> CAX cap. LII.

<sup>50</sup> LÓPEZ-AYDILLO, Eugenio – Los cancioneros gallego-portugueses como fuentes históricas. *Revue Hispanique*, 132 (Abril de 1923), p. 422-425. Na p. 426 este autor, após lembrar a participação de Pero Gomes Barroso nas conversações com os magnates castelhanos, situa no mesmo contexto uma outra composição deste trovador português (LP 127,5) em que ele se vangloria de trazer de Granada “o our’ e o mouro”.

<sup>51</sup> Esta associação, no entanto, foi feita no contexto da tentativa de construção de um largo ciclo satírico à volta dos “nobles rebeldes” ao qual tenho dificuldades em aderir, quer por falta de elementos de apoio credíveis em muitas das composições elencadas, quer por interpretações que não consigo acompanhar. Veja-se BELTRAN, Vicenç – Los nobles rebeldes in IDEM – *Poética, poesía y sociedad en la lírica medieval*. Santiago de Compostela: Universidade de Santiago de Compostela, 2007, p. 13-52.



o então infante terá imaginado o hilariante exército que o fiel mordomo do rei D. Fernando poderia disponibilizar para auxiliar o irmão nos conflitos que se instalaram na corte após a conquista de Sevilha<sup>52</sup>. O aproveitamento da actividade militar em âmbito trovadoresco somente regressaria, mas aí em força, no contexto da revolta mudéjar de 1264, altura em que os genetes muçulmanos e os coteifes cristãos, positiva ou negativamente, ganharam alguma notoriedade na sátira então produzida. Após as quatro composições situadas pelos anos 1264-1265, as perturbações originadas pela revolta da alta nobreza nos anos de 1272-273 e o próprio comportamento dos nobres na altura terão suscitado, enfim, a produção de duas sátiras violentas em que é vituperada a defecção dos grandes do reino do serviço militar que deveriam prestar ao rei no contexto da ameaça muçulmana que se desenhava na Andaluzia. Terão sido os últimos cantares com fundo militar compostos pelo rei, pelo menos dos que chegaram até nós preservados pelos cancioneiros. Finalmente, a releitura destas composições permitiu afastar deste núcleo três cantigas dirigidas a dois nobres galegos, Pero Garcia Galego e Mem de Candarei, que, quer por um enquadramento militar algo difuso, quer pelo tratamento que nelas é dado aos dois visados, as dissocia de uma maneira clara das restantes.

#### Apêndice: os cantares da guerra de D. Afonso X

- 1248-52     *Don Rodrigo moordomo que ben pos al Rei a mesa*
- 1264-66     *Vi un coteife de mui gran granhon*  
              *O genete*  
              *Domingas Eanes ouve sa baralha*  
              *Don Foan, quand' ogano i chegou*
- 1972-73     *O que foi passar a serra*  
              *O que da guerra levou cavaleiros*

<sup>52</sup> Cf. O' CALLAGHAN, Joseph F. – *El Rey Sabio...*, cit., p. 104-107 e GONZÁLEZ JIMÉNEZ, M. – *Afonso X...*, cit., p. 81-85.







# **Fragmentos de pergaminho na Torre do Tombo: um inventário possível (1315-1683)**

**Pedro Pinto**

Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa  
Centro de História d'Aquém e d'Além-Mar, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas,  
Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores  
pedroacpinto@yahoo.com.br

Texto recebido em/Text submitted on: 21.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 14.01.2015

## *Resumo/Abstract:*

Os fragmentos de pergaminho medievais e modernos foram desprezados e ignorados por séculos e só começam a ser revalorizados a partir do século XX, fruto de iniciativas individuais de investigadores. Este trabalho descreve o que tem sido feito em Portugal neste campo e apresenta um inventário detalhado de 108 fragmentos portugueses encontrados na Torre do Tombo.

Medieval and modern parchment fragments have been neglected and ignored for centuries on and only were appreciated in the 20th century, due to individual projects carried out by researchers. This work aims at describing what has been done in Portugal in this field and presents a detailed inventory of 108 Portuguese fragments found in the Portuguese National Archive (Torre do Tombo).

## *Palavras chave/Keywords:*

Fragmentos; Inventários; Torre do Tombo.

Fragments; Inventories; Torre do Tombo.



Fragmentos de pergaminhos usados como folhas de guarda ou de encadernação improvisada em códices e documentos avulsos abundam em todos os arquivos europeus e nos mais diversos fundos e colecções, bem como em bibliotecas que possuem incunábulo ou livros impressos até ao século XVIII. Em Portugal, existem encadernações com essas características em fundos provenientes do Tribunal do Santo Ofício, Misericórdias, Câmaras Municipais, Conventos, Colegiadas, Notários, Paróquias, Juízos de Órfãos, entre outros, deixando antever que a reconversão dos pergaminhos e códices medievais fosse um acto corriqueiro, em particular nos séculos XVI a XVIII<sup>1</sup>, quando a palavra impressa começou a triunfar sobre a palavra manuscrita. Outros factores contribuíram para este processo de mutilação, fragmentação e destruição, como fossem: a cópia de documentos de difícil leitura ou cujo suporte ficasse fragilizado, tornando desprezível o original; as mudanças nas tendências literárias e correntes teológicas; e a actualização dos códices litúrgicos face à reforma pós-tridentina e a dos códices de natureza jurídica face à nova produção legislativa.

Esses fragmentos foram então usados para encadernar documentos ou códices, evitando-se o custo de um pergaminho novo ou de uma encadernação mais robusta e, em alguns casos, libertando espaço nas bibliotecas monásticas e cartórios municipais, sendo até vendidos a peso, por exemplo, a livreiros.<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Cronologicamente haverá excepções, a mais notável sendo a do distrito de Leiria para o período pós-Invasões Francesas, momento de forte disrupção dos circuitos de aquisição de bens e matérias-primas. Cerca de 20% dos fragmentos existentes no Arquivo Distrital encadernam livros de 1800 a 1819, mas bem adentro do século XIX ainda se encontra quase uma centena de fragmentos, sobretudo no concelho de Alcobaça (VINAGRE, Ana Bela da Silva – Manuscritos de Capas de Livros Paroquiais e Notariais do Arquivo Distrital de Leiria, do Séc. XII a XIX (Inventário Preliminar). In *II Colóquio sobre História de Leiria e da sua Região: Actas*, II. Leiria: Câmara Municipal de Leiria, 1995, p. 13-54).

<sup>2</sup> COSTA, Avelino de Jesus da – Fragmentos Preciosos de Códices Medievais. *Bracara Augusta*. I, 13 (1949) 425-426; PELLEGRIN, Elizabeth – Fragments et Membra Disiecta. *Codicologica*. 3 (1980) 72-74; BANDEIRA, Ana Maria Leitão – *Pergaminho e papel em Portugal: tradição e conservação*. Lisboa: Celpa BAD, 1995, p. 15, 24; PICKWOD, Nicholas – The Use of Fragments of Medieval Manuscripts in the Construction and Covering of Bindings on Printed Books. In BROWNRIGG, Linda L. & SMITH, Margaret M. (eds.) – *Interpreting and Collecting Fragments of Medieval Books*. Los Altos Hills, California: Anderson Lovelace Pub., 2000, p. 1-20; ALTURO I PERUCHO, Jesús – Les études sur les fragments de manuscrits en Espagne: Bilan et considérations diverses. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*. 12 (2012) 83-85; SEIXAS, Maria Margarida Faria Ribeiro da Cunha de Castro – *A encadernação manuelina a consagração de uma arte: estudo das suas*



Há claros indícios da importação de França de pergaminhos para esses fins, o que explica as centenas de pergaminhos em francês que se encontram nos arquivos nacionais.<sup>3</sup> As espécies em alemão, castelhano, grego, holandês<sup>4</sup> e inglês são raras.

A par das catástrofes naturais, das guerras<sup>5</sup> e da supressão dos conventos e ordens religiosas (processo que se arrastou pelos séculos XIX e XX)<sup>6</sup>, a destruição deliberada de documentação ao longo dos séculos, e que

---

*características e evolução, em bibliotecas públicas portuguesas*. Salamanca: Universidad de Salamanca, 2013, p. 711-712. Em 1521, respançavam-se (i.e., raspavam-se) pergaminhos para reutilização, dada a escassez e custo de tal material nobre (BRAGA, Paulo Drumond – Fornecimentos de pergaminhos, papel e tinta a diversos serviços da administração (Fevereiro de 1521). *Revista Portuguesa de História*. XXIX (1994) 213-228).

<sup>3</sup> Em 1554, uma carta de quitação indica a aquisição pela Chancelaria da Corte e Casa da Suplicação de 189 dúzias de “porgaminhos por Respançar pera stprever” e 49 dúzias de “porgaminhos Respançados” (IANTT, *Chancelaria de D. João III, Privilégios*, Liv. 4, f. 201), e em 1575 e 1576 os mesmos organismos tinham adquirido 116 dúzias de “porgaminhos de framdes Respançados” e 54 dúzias de “porgamjnhos de castella” (IANTT, *Chancelaria de D. Sebastião, Privilégios*, Liv. 11, f. 186v.<sup>o</sup>). COSTA, Avelino Jesus da – Fragmentos..., *cit.*, p. 425. Cf., para a identificação de capas francesas, AZEVEDO, Pedro de – Novos fragmentos de uma canção de gesta francesa do séc. XIV. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*, II Série, I (1920) 308; GROER, Léon de, e VIANA, Abel – Capas de pergaminho em livros antigos do Arquivo Camarário de Beja. *Arquivo de Beja*. 6 (1949) 86-96; CRUZ, Maria Leonor García da – Coleção de incunábulo e impressos raros dos séculos XV-XVI na Biblioteca Digital da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Comentário ao manuscrito que serviu de capa a “Sanctiones Apostolicae Extravagantes... Lisboa, António Gonçalves, 1570 – Res 261. *Clio: Revista do Centro de História da Universidade de Lisboa*. II Série, 18-19 (2008) 535-543; CORREIA, Isabel Calvário e MIRANDA, José Carlos Ribeiro – Os fragmentos A19 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e a tradição textual do Lancelot. In *Seminário Medieval, 2009-2011*. Porto: Seminário Medieval de Literatura Pensamento e Sociedade, 2011, p. 13-48.

<sup>4</sup> ABEL, Firmino – Pergaminho voa até Leiden-Holanda. *Santa Casa: Revista da Santa Casa da Misericórdia de Vila do Conde*. 8 (1998) 25-26.

<sup>5</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – No rasto da guerra – o antes e o depois. In *VI Jornadas Luso-Espanholas de Estudos Medievais: A Guerra e a Sociedade na Idade Média*, I. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos Medievais, 2009, p. 287-306. Para além dos prejuízos causados pelas intervenções militares inimigas em tempos de escassez de matérias-primas, há que contar também com a voluntária reciclagem de papel para servir a indústria de armamento militar, como ocorreu no Reino Unido durante a II Guerra Mundial, e que implicou a destruição de documentação até mesmo do séc. XVIII (THORSHEIM, Peter – Salvage and Destruction: The Recycling of Books and Manuscripts in Great Britain during the Second World War. *Contemporary European History*. 22, 3 (2013) 431-452).

<sup>6</sup> ERDMANN, Carl – A secularização dos arquivos da Igreja em Portugal. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. II Série, VIII, 29-32 (1927) 48-57; COSTA, Avelino Jesus da – Fragmentos..., *cit.*, p. 426; RAMOS, Luís A. de Oliveira – A Extinção das



continuou até aos nossos dias, é uma das principais responsáveis pelas graves lacunas documentais de que muitos investigadores se queixam.<sup>7</sup> Além disso, muitos fundos documentais foram vítimas de incúria. Uns apodreceram e outros desapareceram, devido a roubo ou incêndio.<sup>8</sup>

Quando os fragmentos são reutilizados para capas, a destruição, felizmente, nem sempre é completa, embora a exposição aos elementos e à acção humana por meio do manuseamento mais ou menos frequente do livro, tenha provocado a sua natural erosão. A violência sobre o texto da face exterior adensou-se frequentemente com a aposição, a tinta, sobre a “nova” capa, da identificação temática e cronológica do livro, tornando ainda mais difícil ao actual investigador recuperar totalmente a informação original. A frágil condição de muitos dos fragmentos sobreviventes teve ainda de suportar a *praxis* arquivística do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e de muitos dos Arquivos Distritais nos anos que se seguiram à incorporação de fundos notariais, paroquiais e religiosos. Ao organizarem tais fundos, os funcionários ou técnicos inscreveram sobre as capas, usando lápis, tinta e autocolantes, as diferentes cotas que foram sendo dadas aos livros e que são, de forma trágica e singular, um testemunho eloquente da evolução das

---

Ordens Religiosas: Consequências culturais. *Bibliotheca Portucalensis*. II Série, 7 (1992) 7-26; BARATA, Paulo J. S. – Roubos, extravios e descaminhos nas livrarias conventuais portuguesas após a extinção das ordens religiosas: um quadro impressionante. *Lusitania Sacra*, 2.ª Série, 16 (2004) 319-343.

<sup>7</sup> COSTA, Avelino Jesus da – Fragmentos..., *cit.*, p. 425.

<sup>8</sup> Cf. AZEVEDO, Pedro de – Os arquivos eclesásticos da Guarda. *O Archeologo Português*. 9 (1904), p. 296-300; CALDAS, José – *História de um fogo morto: subsidios para uma história nacional: 1258-1848: Viana do Castelo*. Porto: Livraria Chardron, 1904, p. 435-437; AZEVEDO, Pedro de – Os cartórios da Inspeção de Finanças de Lisboa destruídos pelo recente incêndio. *Boletim da Segunda Classe da Academia das Ciências de Lisboa*. XIII (1919) 674-675; GUERRA, L. de Figueiredo da – Os arquivos do Alto-Minho. *Anais das Bibliotecas e Arquivos de Portugal*. II Série, II, 6 (1921) 157-158, 235-238, 330-332; ARQUIVO DE BEJA – O incêndio da Câmara Municipal de Beja: Quanto se perdeu e o que resta do arquivo antigo. *Arquivo de Beja*. 4 (1947) 364-394; BRÁSIO, António – O Tombo do Infante D. Pedro em Penela. *Arquivo Coimbrão*. XXI-XXII (1967) 497-501; SOUSA, Fernando de – Relatório dos Arquivos a Norte do Douro. *Revista de História Económica e Social*. 3 (1979) 109-119; SERRÃO, Joaquim Veríssimo – Impõe-se a fundação do Arquivo Histórico de Santarém. In *Páginas da História de Santarém*. Lisboa: Academia Portuguesa da História, I, 2008, p. 247-252; PINTO, Pedro – Fragmentos de registos paroquiais quinhentistas de Castelo de Vide (e algumas considerações sobre arquivos de Portalegre). *Raízes e Memórias*. 29 (2012) 293-316.



práticas arquivísticas do País e do desprezo a que estas peças históricas, algumas verdadeiros tesouros, foram votadas até à actualidade.<sup>9</sup>

Na realidade, alguns dos fragmentos que sobreviveram até à actualidade enquanto capas de livros são o único testemunho material da chamada “literatura perdida”, abrangendo os mais diversos ramos do saber medieval. Esta é formada por obras de que se tem notícia indirecta mas cujos testemunhos desapareceram quase por completo. Uma noção o mais aproximada possível da dimensão do que se perdeu ajuda a contextualizar e valorizar a literatura extante.<sup>10</sup>

Esta realidade literária e histórica tem interessado investigadores em outros países da Europa, como na Alemanha, Espanha, França, Hungria, Itália e Reino Unido. Refira-se, a título de exemplo, os cerca de 22.500 fragmentos existentes no Arquivo Nacional da Suécia, cuja catalogação se iniciou na década de 1930 e foi concluída seis décadas mais tarde, ou os 9.319

---

<sup>9</sup> Veja-se, como epítome desta *praxis*, ADL, Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. 70. Sobre a face exterior do pergaminho encontramos a inscrição do notário indicando a cronologia dos actos contidos no livro. Da responsabilidade do arquivo, encontramos uma inscrição a tinta e outra a lápis azul contendo basicamente a mesma informação, esta última abarcando quase metade da mancha de texto, culminando com a aposição de um autocolante que cobre uma parte das últimas três linhas do texto medieval. Na face interior, há ainda uma nova inscrição da cota, a lápis. O texto medieval, em português, pertence à obra de João Cassiano, *Estabelecimentos dos Mosteiros*, traduzida provavelmente no final do primeiro quartel do séc. XV (RICO, Maria João Toscano – A projecção da obra de João Cassiano na Península Ibérica: elenco de testemunhos e edição de textos inéditos. *Euphrosyne*. XL (2012) 123-148).

<sup>10</sup> WILSON, R. M. – *The lost literature of medieval England*. 2.<sup>a</sup> ed., Londres: Methuen, 1970; DEYERMOND, A. Lost Literature in Medieval Portuguese. In MICHAEL, Ian e CARDWELL, Richard Andrew (eds.) – *Medieval and Renaissance Studies in Honour of Robert Brian Tate*. Oxford: Dolphin Book, 1986, p. 1-12; DEYERMOND, A. – *La Literatura perdida de la Edad Media castellana. Catálogo y estudio. I: Épicas y romances*. Salamanca: Ediciones Universidade de Salamanca, 1995, p. 17-28; DEYERMOND, A. – The Lost Literature of Medieval Portugal: Further Observations. In EARLE, T. F. & GRIFFIN, Nigel – *Portuguese, Brazilian, and African Studies. Studies presented to Clive Willis on his retirement*. Warminster: Aris & Phillips, 1995, p. 39-49; NASCIMENTO, Aires A. – Novos fragmentos de textos portugueses medievais descobertos na Torre do Tombo: horizontes de uma cultura integrada. *Península: Revista de Estudos Ibéricos*. 2 (2005) 7-24; MOREIRA, Filipe Alves – Um novo fragmento da Crónica Portuguesa de Espanha e Portugal de 1341-1342 e suas relações com a historiografia alfoncina. In *Seminário Medieval, 2009-2011*. Porto: Seminário Medieval de Literatura Pensamento e Sociedade, 2011, p. 289-322.



fragmentos existentes na Finlândia, já catalogados e acessíveis em <http://fragmenta.kansalliskirjasto.fi/>, num projecto iniciado na década de 1840.<sup>11</sup>

A investigação em arquivos e bibliotecas nacionais e estrangeiras<sup>12</sup> visando a identificação de fragmentos portugueses de natureza literária iniciou-se há muitas décadas atrás. Após um período inicial de publicação avulsa ou identificação de fragmentos de forma casuística, que teve lugar no final do século XIX e primeiros anos do século XX<sup>13</sup>, deveu-se a Avelino Jesus da Costa o primeiro trabalho de fôlego sobre o tema. De 1944 a 1952,

<sup>11</sup> KER, N. R. – *Fragments of medieval manuscripts used as pastedowns in Oxford bindings, with a survey of Oxford binding c. 1515-1620*. Oxford: A.T. Broome, 1954; MEZEY, László – *Fragmenta Latina codicum in Bibliotheca Universitatis Budapestinensis*. Budapeste: Akadémiai Kiadó, 1983; POWITZ, Gerhardt (ed.) – *Mittelalterliche Handschriftenfragmente der Stadt- und Universitätsbibliothek Frankfurt am Main*, Frankfurt am Main: Klostermann, 1994; PERANI, Mauro – Un decennio di ricerca dei frammenti di manoscritti ebraici in Italia. *Annali di Storia dell'Esegesi*. 12, 1 (1995) 111-127; BROWNRIGG, Linda L. e SMITH, Margaret M. (eds.) – *Interpreting and Collecting Fragments of Medieval Books*. Los Altos Hills, California: Anderson Lovelace Pub, 2000; LE SAGE DE LA HAYE, Yves – *Répertoire numérique de la série I: feuillets et fragments de livres manuscrits, avec et sans notation musicale, IXe-XVIe siècles*. Tours: Archives départementales d'Indre-et-Loire, 2001; TAITTO, Ilkka – *Catalogue of medieval manuscript fragments in the Helsinki university library. Fragmenta membranea IV: 1-2. Antiphonaria*. Helsinki: Helsingin yliopiston kirjasto, 2001; ALTURO I PERUCHO, Jesús – Les études..., *cit.*, p. 79-112; BRUNIUS, Jan – *From Manuscripts to Wrappers: Medieval Book Fragments in the Swedish National Archives*. Stockholm: Riksarkivet, 2013.

<sup>12</sup> Em Espanha também se encontraram fragmentos portugueses de valor literário (MARTINS, Mário – Os fragmentos da «Legenda Áurea» em medievo-português. *Itinerarium*. VIII, 35 (1962) 47-51; LORENZO, Ramón – Un fragmento dun manuscrito medieval do Livro da Montaria de D. Joao I de Portugal. *Verba*. 27 (2000) 9-32).

<sup>13</sup> BRAGA, Teófilo – *Questões de literatura e arte portuguesa*. Lisboa: A. J. P. Lopes, 1881, p. 128-139; AZEVEDO, Pedro de – Dois fragmentos de uma vida de S. Nicolau do sec. XIV em português. In *Bausteine zur romanischen Philologie, Festgabe für Adolfo Mussafia*. Halle: Max Niemeyer, 1905, p. 581-586; SOLALINDE, Antonio G. – Fragmentos de una traducción portuguesa del Libro de Buen Amor de Juan Ruiz. *Revista de Filología Española*. 1, 2 (1914) 162-172; BRANCO, Luís de Freitas – Música e instrumentos. In *A questão ibérica*. Lisboa: Tipografia do Anuário Comercial, 1916, p. 124-126; AZEVEDO, Pedro de – Fragmento de um tratado de teologia do sec. XV em português. *Revista Lusitana*. XIX (1916) 36-39; VASCONCELOS, António de – Fragmentos preciosos de dois códices paleográfico-visigóticos. *Biblos*. IV (1928) 553-569; IDEM – Notas litúrgico-bracarenses. In *Acta do Congresso Litúrgico Nacional Romano-Bracarense*. Braga: Edição da Empresa «Acção Católica», 1928, p. 204-216, 228-237; PÉREZ DE URBEL, Justo – La liturgia de los fragmentos bracarenses. *Opus Dei*. III (1928-1929), 319-327; BRANCO, Luís de Freitas – *Elementos de Ciências Musicais*. Leipzig: Ed. autor, Vol. II, 1931, p. 27-29; PRADO, Germán – La antigua melopea bracarense. *Opus Dei*. IV (1929-1930) 186-200; VASCONCELOS, António de – Fragmento precioso dum códice visigótico. *Biblos*. V (1929) 245-273.



sob patrocínio do Instituto para a Alta Cultura, percorreu o País e elaborou um conjunto de relatórios contendo a descrição de cerca de 1.500 fragmentos encontrados em arquivos e bibliotecas. O seu alvo eram as obras de natureza literária, normativa e litúrgica, em latim e em português. Os dados obtidos foram frutuamente aproveitados nas décadas de 1950 e 1960 por Mário Martins e por Luís F. Lindley Cintra, abrindo novas perspectivas sobre o horizonte literário medieval português.<sup>14</sup>

Seguiram-se algumas iniciativas episódicas de identificação de várias tipologias de fragmentos<sup>15</sup>, incluindo textos em hebraico<sup>16</sup>, desenhos numismáticos<sup>17</sup> e mapas.<sup>18</sup>

Um rastreio mais cabal dos fragmentos apenas se tornou possível, mais recentemente, e desde 1988, graças à equipa da BITAGAP (Bibliografia de Textos Antigos Galegos e Portugueses), da Universidade da Califórnia, que tem vindo a identificar os textos portugueses anteriores a 1501 de natureza literária e histórica, excluindo os notariais. Todos os testemunhos manuscritos desses textos são pesquisáveis na Base de Dados PhiloBiblon (<http://bancroft.berkeley.edu/philobiblon/>), que inclui os testemunhos materiais conservados também em fragmentos pergamináceos. Um conjunto impressionante de resultados desse labor, no que tange aos fragmentos da Torre do Tombo, foi publicado em 2002, mas a equipa tem continuado a

<sup>14</sup> COSTA, Avelino Jesus da – Fragmentos..., *cit.*, p. 421-434; IDEM – Fragmentos Preciosos de Códices Medievais. *Bracara Augusta*. II, 1 (1950) 44-62. Existe uma cópia mimeografada dos relatórios na Sala de Reservados da Biblioteca Nacional. Cf. MARTINS, Mário – Fragmentos medievais portugueses. *Brotéria*. L, 4 (1950) 403-414; CINTRA, Luís Filipe Lindley – Sobre uma tradução portuguesa da General Estoria de Afonso X. *Boletim de Filologia*. XII (1951) 184-191; MARTINS, Mário – Fragmento de um tratado de teologia do séc. XV em português. *Brotéria*. LXXV (1962) 416-423.

<sup>15</sup> CORBIN, Solange – *Essai sur la Musique Religieuse Portugaise au Moyen Âge (1100-1385)*. Paris: Les Belles-Lettres, 1952; PORTUGAL, Fernando – A Chancelaria de D. Manuel. *Ethnos. Revista do Instituto Português de Arqueologia, História e Etnografia*. 6 (1969) 261-270; CEPEDA, Isabel Vilarés – Um fragmento inédito das «Vidas e Paixões dos Apóstolos». *Boletim de Filologia*. XXIV (1975) 295-304.

<sup>16</sup> TAVARES, António Augusto – Manuscrito hebraico e aramaico em Lisboa. *Didaskalia*. VIII, 1 (1978) 187-194; TAVARES, António Augusto e COHEN, Dov – Novos manuscritos hebraicos. *Didaskalia*. XXV, 1-2 (1995) 189-194.

<sup>17</sup> FARIA, Miguel Figueira de – Francisco de Holanda desenhador de moedas: um novo testemunho documental. *Leituras: Revista da Biblioteca Nacional*. 2, 1997, p. 181-188.

<sup>18</sup> MARQUES, Alfredo Pinheiro – Alguns fragmentos de mapas encontrados em Viana do Castelo.... *Revista da Universidade de Coimbra*. XXXV (1989) 309-322.



publicar os resultados da investigação subsequente realizada nesse e em outros arquivos.<sup>19</sup>

O projecto mais recente nesta área é o FRAGMED, coordenado pelo Prof. Saul Gomes, e que se propôs, em meados da década passada, fazer um levantamento sistemático dos fragmentos e da sua tipologia textual a nível dos arquivos e bibliotecas nacionais. Dois bolseiros trabalharam em Arquivo Distritais, Municipais e de Misericórdias, mas não na Torre do Tombo, identificando as cotas e tipologia textual e, frequentemente, obtendo reprodução fotográfica dos fragmentos. Aguarda-se o carregamento final da base de dados na Internet (<http://fragmed.net/>).<sup>20</sup>

Algumas instituições têm destacado esses fragmentos dos livros notariais e paroquiais e criado, desta forma, uma colecção de pergaminhos<sup>21</sup>, ao passo que outras fazem um levantamento das suas cotas, disponibilizando-as aos investigadores.<sup>22</sup>

<sup>19</sup> ASKINS, Arthur L.-F. et alii – *Fragmentos de textos medievais portugueses da Torre do Tombo*. Lisboa: Instituto dos Arquivos Nacionais-Torre do Tombo, 2002; IDEM et alii – Um novo fragmento da General Estoria de Afonso X em português medieval. *Santa Barbara Portuguese Studies*. 6 (2002a) 134-156; DIAS, Aida Fernanda – A matéria de Bretanha em Portugal: relevância de um fragmento pergamináceo. *Revista Portuguesa de Filologia*. XXV, 1-2 (2003) 145-222; cf. ainda SHARRER, Harvey L. – Fragmentos de sete cantigas d'amor de D. Dinis, musicadas: uma descoberta. In NASCIMENTO, Aires A. e RIBEIRO, Cristina Almeida – *Literatura Medieval: Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, I. Lisboa: Edições Cosmos, 1991, p. 13-29; FERREIRA, Manuel Pedro – Relatório preliminar sobre o conteúdo musical do Fragmento Sharrer. In *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, I. Lisboa: Edições Cosmos, 1991, p. 35-42; GUERRA, António J. R. – Contributos para a Análise Material e Paleográfica do Fragmento Sharrer. In *Actas do IV Congresso da Associação Hispânica de Literatura Medieval*, I. Lisboa: Edições Cosmos, 1991, p. 31-34.

<sup>20</sup> GOMES, Saul António – O Projecto FRAGMED – Corpus Portugaliae Fragmentorum. *Biblos*. II Série, IV (2006) 355-358; IDEM e REBELO, António Manuel Ribeiro – Do Fragmento ao Saber: o Projecto FRAGMED – Corpus Portugaliae Fragmentorum. *Forma Breve: Revista de Literatura*. 4 (2006) 65-80. O Arquivo Distrital de Évora possui para consulta uma cópia impressa do relatório relativo aos seus fragmentos.

<sup>21</sup> Como a Biblioteca Pública de Évora, o Arquivo Municipal de Elvas e o Arquivo do Cabido da Sé de Portalegre (MARTINS, Anacleto Pires da Silva – *O cabido da Sé de Portalegre: Achegas para a sua história*, Portalegre, 1997).

<sup>22</sup> Como os Arquivos Distritais de Portalegre, Setúbal, Leiria e Viseu (cf. HENRIQUES, Maria das Dores Almeida – *Fragmentos que serviram, ou servem, de encadernação de livros no Arquivo Distrital de Viseu*. Viseu: Arquivo Distrital de Viseu, 1997; CANCELA, Rui Jorge Lopes – Subsídios codicológicos para o estudo dos fragmentos do Arquivo Distrital de Viseu: Os fragmentos do Cabido da Sé. *Beira Alta*. LXIII, 1-2 (2004) 173-234; IDEM – Subsídios



Paralelamente a estes projectos sistemáticos, outros investigadores têm-se dedicado à identificação, publicação e estudo de fragmentos, em particular desde a década de 1980. Um campo de particular incidência tem sido o dos fragmentos litúrgico-musicais<sup>23</sup>, de cujos estudos Manuel Pedro Ferreira tem sido o grande dinamizador nos últimos anos. De particular destaque em outro campo, o dos fragmentos latinos, tem sido Aires A. Nascimento<sup>24</sup>.

codicológicos para o estudo dos fragmentos do Arquivo Distrital de Viseu: Os fragmentos do Cabido da Sé. *Beira Alta*. LXIII, 3-4 (2004a) 447-506).

<sup>23</sup> JORDAN, W. D. – Um fragmento de música antiga no Arquivo Municipal de Ponte de Lima – Observações sobre o estilo Aquitano. *Arquivo de Ponte de Lima*. IV (1983) 203-236; IDEM – O Estilo Musical na Liturgia de Portugal no século XIII, interpretado através do Fragmento VIII, Arquivo Municipal de Lisboa. *Bracara Augusta*. XLI, 104-105 (1988) 3-40; BARBOSA, J. Alves – A música na liturgia bracarense nos séculos XII e XIII. O reportório musical da missa nos fragmentos de códices do Arquivo Distrital de Braga. *Modus: Revista do Instituto Gregoriano de Lisboa*. 3 (1989-1992) 81-271; FERREIRA, Manuel Pedro – Relatório preliminar..., *cit.*, p. 35-42; QUEIRÓS, Abílio – Fragmentos de Pergaminho Litúrgico-Musicais: Inventário Geral. 1.<sup>a</sup> parte. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. XIII-XIV (1993) 325-348; BRAGANÇA, Joaquim O. – Fragmento precioso de um Missal de Braga do Século XII. *Theologica*. XXVIII, 2 (1993) 375-390; FERREIRA, Manuel Pedro – Three Fragments from Lamego. *Revista de Musicología*. XVI (1993) 457-476; QUEIRÓS, Abílio – Inventário dos Fragmentos Litúrgico-Musicais existentes no A.U.C. (2.<sup>a</sup> parte). *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*. XV-XVI (1995) 517-547; CARVALHO, Joaquim Félix de – Fragmentos litúrgicos de Braga. *Didaskalia*. XL, 2 (2010) 93-111; FERREIRA, Manuel Pedro – Um fragmento de Alcobaça, o canto dos pregadores e os seus livros de coro na Biblioteca Nacional. In *IV Congreso Internacional sobre el Cister en Portugal y Galicia: Actas*, II. Zamora: Ediciones Monte Casino, 2010, p. 721-741; IDEM – Cluny no Cabo do Mundo: um costume, três fragmentos. In FERREIRA, Manuel Pedro – *Aspectos da Música Medieval no Ocidente Peninsular*, II. Lisboa: IN-CM, 2010, p. 83-118; IDEM – *Harmonias do Céu e da Terra: a música nos manuscritos de Guimarães, séculos XII-XVII: The music in the manuscripts of Guimarães, 12th-17th centuries*. Lisboa: Publicisher, 2012; IDEM – Dating a Fragment: A Cistercian Litany and its Historical Context. In SCAPPATICCI, Leandra (ed.) – *'Quod ore cantas corde credas': Studi in onore di Giacomo Baroffio Dahnk*. Roma: Libreria Editrice Vaticana, 2013, p. 293-313; NELSON, Bernadette – Fragments of Fifteenth-Century Northern Propers in Portugal. In BURN, David J. & GASCH, Stefan (eds.) – *Heinrich Isaac and polyphony for the proper of the mass in the Late Middle Ages and Renaissance*. Turnhout: Brepols, 2011, p. 61-80.

<sup>24</sup> CORTEZ, Fernando Russell – Uma possível folha de cronicão medieval. In *Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada: Actas*, V. Guimarães, 1981, p. 17-20; GARCIA Y GARCIA, António – Fragmentos de manuscritos del Decreto y de las Decretales de Gregorio IX en Portugal. *Revista da Universidade de Coimbra*. XXXV (1989) 357-360; NASCIMENTO, Aires A. – Um fragmento de sermão do século XIII em honra de Santo António: a águia, o anjo e o livro. In *Congresso Internacional Pensamento e Testemunho: 8.º Centenário do Nascimento de Santo António: actas*, Braga: Universidade Católica Portuguesa, 1996, p. 917-936; IDEM – Um fragmento de *Differentiae uerborum* em letra carolina. *Euphrosyne*. XXXII (2004) 265-282; IDEM – Festus ex recensione Pauli: fragmentos



Naturalmente, os fragmentos portugueses, de vária natureza, têm continuado a ser trabalhados.<sup>25</sup> Neste particular, as obras de Pedro Comestor e de Afonso X, como as *Partidas* ou a *General Estoria*, têm tido vários cultores.<sup>26</sup>

O trabalho que aqui apresentamos focaliza-se nos textos portugueses que pudemos identificar na Torre do Tombo.<sup>27</sup> A primeira parte deste inventário incide nos textos de proveniência notarial, cartas régias ou de oficiais da Coroa que hoje servem de capas de documentos ou códices e como folhas

---

de letra carolina em arquivos portugueses. *Euphrosyne*. XXXIII (2005) 429-446; IDEM – Fragmento Olisiponense das Falsas Decretais. In *Estudos em Homenagem ao Prof. Doutor Martim de Albuquerque*, I. Coimbra: Coimbra Editora, 2010, p. 37-54; IDEM – *S. Vicente de Lisboa: legendas, milagres e culto litúrgico (testemunhos latinomedievais)*. Lisboa: Centro de Estudos Clássicos, 2011; DOMINGUES, José – Um fragmento (português) da Summa Hostiensis. *e-SLegal history review*. 14 (2012) 1-14.

<sup>25</sup> PENSADO TOMÉ, José L. – Fragmento de un “Livro de Tristán” galaico-português. Santiago de Compostela: CSIC, 1962; CEPEDA, Isabel Vilarés – Os “Quarenta Mártires de Sebaste”. Um testemunho manuscrito do século XV em português. *Theologica*. XXVIII (1993) 507-514; FERREIRA, Manuel Pedro – *Cantus coronatus: 7 cantigas d’El-Rei Dom Dinis by King Dinis of Portugal*. Kassel: Reichenberger, 2005.

<sup>26</sup> FERREIRA, José de Azevedo – Dois fragmentos da «Terceira Partida» de Afonso X. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. 5 (1980) 101-141; IDEM – Subsídios para uma edição da Terceira Partida de Afonso X. *Boletim de Filologia*. XXIX (1984) 111-118; IDEM – Dois fragmentos da Segunda Partida de Afonso X. *Arquivos do Centro Cultural Português*. XXIII (1987) 271-301; IDEM – A Primeira Partida de Afonso X: versões portuguesas. *Revista da Faculdade de Letras*, V.<sup>a</sup> Série, 13-14 (1990) 165-172; DIAS, Aida Fernanda – As “Partidas” de Afonso X: novos fragmentos em língua portuguesa. *Revista Portuguesa de Filologia*. XX (1992) 91-124; FERREIRA, José de Azevedo – Fragmentos das Partidas de Afonso X reencontrados em Braga. *Cahiers de linguistique hispanique médiévale*. 18-19 (1993) 367-402; IDEM – Um fragmento reencontrado da Terceira Partida de Afonso X. In PEREIRA, Cilene da Cunha e PEREIRA, Paulo Roberto (eds.) – *Miscelânea de estudos lingüísticos, filológicos e literários: in memoriam Celso Cunha*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995, p. 573-596; DIAS, Aida Fernanda – As Partidas de Afonso X: novos fragmentos em língua portuguesa. *Romance Philology*. 54 (2000) 262-275; FERREIRA, José de Azevedo – Un nouveau fragment de la Terceira Partida d’Alphonso X. In *Estudos de História da Língua Portuguesa: Obra dispersa*. Braga: Centro de Estudos Humanísticos, 2001, p. 319-338; ASKINS, Arthur L-F., et alii – Um novo fragmento da General Estoria de Afonso X em português medieval. *Biblos*. II Série, IV (2006) 93-124; PINTO, Pedro – Um novo fragmento português medieval da Terceira Partida de Afonso X. *Boletim da Direcção-Geral de Arquivos*. 8 (2009) 5; LEITE, Mariana – Os testemunhos da tradução portuguesa da Historia Scholastica de Pedro Comestor: consequências ideológicas da selecção de fontes. *Cahiers d’Études Hispaniques Médiévales*. 33 (2010) 183-194; IDEM – *A General Estoria de Afonso X em Portugal: as múltiplas formas de receção do texto alfonsino entre os séculos XIV e XVI*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.

<sup>27</sup> Agradece-se a colaboração e disponibilidade dos Drs. Paulo Tremoceiro e Adelaide Proença, técnicos superiores da Torre do Tombo.



de guarda de códices, ou inclusivamente já desintegrados dos códices e documentos, mas ainda mantendo a cota actual no Arquivo.

Não incluímos a descrição dos fragmentos, quase todos em papel que, ao longo do tempo, foram incorporados pelo Arquivo Nacional na colecção de *Fragmentos*. Esta colecção foi formada inicialmente a partir de documentos truncados, fragmentados ou danificados, e que não foram integrados, após o Terramoto de 1755, nas colecções do *Corpo Cronológico*, *Cartas Missivas*, *Cartas dos Vice-Reis da Índia*, *Cartas dos Governadores de África* e *Núcleo Antigo*. Constituída por 22 Caixas, num total de 69 maços, a colecção de *Fragmentos* contém também alguns fragmentos em pergaminho que foram removidos de livros notariais ou de fundos de instituições religiosas, sobretudo em latim.<sup>28</sup> Como alguns destes fragmentos contêm textos literários ou normativos portugueses, apresentamos, em apêndice, uma lista actualizada dos fragmentos dessa natureza na Torre do Tombo, em pergaminho, quer estejam nos fundos originais quer tenham sido destacados para a colecção de *Fragmentos*.

Sendo normalmente ignorados pela maioria dos investigadores, estes documentos trazidos agora à luz do dia podem revelar dados históricos importantes. Em virtude da sua dispersão nos diversos fundos do Arquivo Nacional, apresentamos um resumo do seu conteúdo e uma listagem adicional de nomes próprios e localidades referidas em cada documento e que não constam do resumo.

Em virtude da sua natureza fragmentada, tendo sido amputados de secções por forma a servirem adequadamente uma nova função enquanto capa ou folha de guarda, a muitos dos textos falta a data, início ou fim do documento, obrigando a datar criticamente muitos deles e a apresentar resumos muito lacunares de muitos outros. Foi a partir dos elementos constantes na mancha de texto disponível que se conseguiram reunir os dados possíveis para identificar o século, década ou ano aproximado de produção, bem como a sua tipologia e produtor do documento original. Fruto destes condicionalismos, há inclusivamente muitos nomes truncados, dos quais apenas se pôde discernir o nome próprio ou o patronímico.

<sup>28</sup> LEAL, Maria José da Silva – *Fundos de Arquivos. 1. Fragmentos. 2. Núcleo Antigo. Nova História*. 1 (1984) 144-159.



É provável que haja mais alguns fragmentos portugueses na Torre do Tombo que desconhecemos ou não pudemos ver, dada a dimensão dos acervos preservados naquela instituição ou o extremo mau estado de conservação de algumas espécies.<sup>29</sup> No futuro, novas adições poderão ser feitas, fruto de novas pesquisas.

### **Inventário de fragmentos portugueses de pergaminho na Torre do Tombo<sup>30</sup>**

#### **1. *Mosteiro de São Domingos de Lisboa, Livro 77***

[13--, Lisboa]

*Fragmento de registo de herdades que pagam foro e pensão anualmente ao Mosteiro de São Domingos de Lisboa.*

**Outros Antropónimos:** [...] Martins; Afonso de Água [?]; Afonso Eanes Carrageiro; Afonso Peres; Almirante; Catarina Paris; Catarina Peres, mulher de Pero Esteves do Hospital; Clara Esteves, mulher de Pero de Unhão; Domingos Joanes, laudator; Estêvão Bretão; Estêvão Peres; Estêvão Peres Ravão; Gomes Lourenço de Car[...]; Isabel Martins, mulher de João Domingues; João Afonso; Frei João da Água Alva, frade de São Domingos; João Domingues; João Domingues Vergilhos; João Franco; João Loureiro, procurador na audiência; João Sanches; João Vicente; Lourenço Costas; Lourenço Maça; Lourenço Peres; Marão Vasques,

<sup>29</sup> Procurou-se ver todos os livros dos vários fundos e colecções existentes na Torre do Tombo. Contudo, a documentação de origem paroquial do ex-Arquivo Distrital de Lisboa foi microfilmada há muitos anos atrás e não incluía geralmente a captura das imagens das capas dos códices, sendo colocada uma folha branca ou preta a tapar a visualização das capas, o que não se compreende, até porque frequentemente essa folha criou uma faixa sombreada sobre a primeira ou última página contendo texto, tornando difícil a leitura de quem pretende consultar os registos paroquiais. O acesso aos originais é difícil, de acordo com a política arquivística em vigência de não permitir o acesso aos originais quando existe um outro suporte. Por fim, encontrámos casualmente alguns fragmentos a servirem de capas de documentos de um ou poucos mais fólios em maços de documentação conventual. Verificar as muitas dezenas de milhar de documentos dessa natureza existentes no Arquivo Nacional adiará *sine die* a publicação do material até hoje recolhido.

<sup>30</sup> Inclui documentos em latim relacionados com Portugal.



alfaiate; Maria Domingues, mulher de Vicente Esteves; Maria Esteves; Maria Geraldês, mulher de Domingos Joanes; Maria Lourenço, mulher de Lourenço Costas; Maria Ravao; D. Maria Soares; Marinha das Portas; Martim Martins, carnicheiro; Nicolau Peres; Pero Afonso Mealha; Pero Esteves do Hospital; Pero Esteves de Unhão; Pero Martins, sapateiro; Pero de Unhão; Teresa Lourenço, filha de Lourenço Peres; Teresa Peres, mulher de Martim Martins; Urraca Domingues; Vicente Eanes, sobrinho de Pero Esteves; Vicente Esteves, sapateiro.

**Outros Topónimos:** A-das-Lebres; Água Alva, termo de Sintra; Água Livre; Azóia; Belas; Carenque; Chelas; Coína; Colares; Conde Velho, herdade; Gondamar [?]; Madalena, freguesia; Pé de [...]; Pedras Negras; Penedo; Poço da Palha; Rio de Mouro; Rua dos Albardeiros; Rua Nova; Rua da Sapataria; Rua do Veado; Santa Bárbara; Santa Catarina de Ribamar; Santa Justa; Santa Maria da Escada; Santo Antão; São Marcos; São Nicolau; Sintra; Varatojo.

## 2. Gavetas, XIX, Maço 14, Doc. 3 [1.º documento]<sup>31</sup>

1315, [---], Setembro, 15

*Registo de resumo de carta régia de D. Dinis concedendo a D. Geraldo Domingues, bispo de Évora, a apresentação da igreja de São Miguel de Penela, que então tinha Vasco Martins da Ribeira, ordenando que o Bispo de Coimbra ou seus vigários lha confirmassem.*

## 3. Gavetas, XIX, Maço 14, Doc. 3 [2.º documento]

1316, [---], Abril, 15

*Registo de resumo de carta régia de D. Dinis concedendo a D. Geraldo Domingues, bispo de Évora, a apresentação da igreja de São Miguel de Armamar, que então tinha Vasco Miguéis, cônego de Lamego, ordenando que o Bispo de Lamego ou seus vigários lha confirmassem.*

<sup>31</sup> Em alguns casos, o mesmo fragmento contém mais do que um documento registado ou a capa é constituída por fragmentos provenientes de dois ou três pergaminhos originais diferentes.



#### 4. *Gavetas*, XIX, Maço 14, Doc. 3 [3.º documento]

1318, [---], Dezembro, 20

*Registo de resumo de carta régia de D. Dinis concedendo a D. Geraldo Domingues, bispo de Évora, a apresentação das igrejas de Santa Maria de Cedovim e Santiago de Marialva, no bispado de Lamego.*

#### 5. *Ordem de Cristo / Convento de Tomar*, 307<sup>32</sup>

1326, Lisboa, [---]

*Carta de Pedro de Labrunia, reitor da igreja de Colongis, diocese de Agen, núncio apostólico, com D. Raimundo, bispo de Coimbra, aos bispos de Lisboa, Coimbra, Porto, Viseu, Guarda, Lamego e Évora e a seus vigários, assim como aos abades, priores, reitores, arquipresbíteros, capelães e vigários, sobre a colecta dos resíduos das décimas sexenais e dos frutos dos benefícios em vacatura que até certo tempo viessem a vagar, e sobre outros direitos devidos ao Papa e à Câmara Apostólica. Contém outros documentos relacionados com o assunto.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Eanes, escudeiro; Afonso Gil; Afonso Rodrigues; Aparício Martins, clérigo da diocese de Coimbra, notário público; Mestre Domingos Martins, tabelião público de Lisboa; Estêvão Domingues, reitor da igreja de Sebal e raçoeiro de Coimbra; Estêvão Martins; Estêvão Vasques; Fernando Aires; Fernão Garcia, arcediogo de Penela; Fernão Pais; Francisco Afonso, prior de Santa Justa de Coimbra; Garcia Martins; Gil Fernandes, mestre-escola; Gomes Martins dito Zote; D. Gonçalo, bispo de Lisboa; Mestre Gonçalo, doutor em Leis; Gonçalo Gonçalves; Guilherme de Buxa, notário da diocese de Rodes; Guilherme de Santo Jório, deão de Coimbra; Papa João XXII; João Eanes, advogado do Mestre; João Eanes, ouvidor do Mestre; João Fernandes; João Lourenço, Mestre da Ordem de Cristo; João Martins, alcaide de Lisboa; João Pais, cónego na igreja de

<sup>32</sup> Este sumário foi elaborado com base em notas cedidas por Mário Farelo, a quem muito agradecemos a leitura do fragmento em latim.



Coimbra; João Peres; Lopo Martins; Lourenço Fernandes Albravis; Lourenço Peres; Martim Bulhão, chanceler do dito Mestre; Martim Esteves; Martim Lourenço; Martim Martins, cónego de Palença; Martim Peres; Martim Rodrigues; Martim de Vinho; Pedro Esteves; Pedro Fernandes; Pedro Gonçalves; Pedro dito Lemomnier, clérigo da diocese de Constância, notário público; Pedro Lopes, reitor de Podentes (Penela); Pedro Martins; Raimundo de Serra, reitor de Marinh, diocese de Rodes; Rodrigo Eanes, escudeiro; Rodrigo Guilherme; Rodrigo Lourenço, cavaleiro; Rodrigo Martins; Soeiro Eanes; Vasco dito Forque; Vasco Martins; Vicente Peres dito Bulhão.

**Outros Topónimos:** Avinhão; Braga; Burgos; Cartagena; Compostela; Constância; Léon; Marinh; Oviedo; Palença; Penela; Podentes; Rodes; Santa Maria do Açougue (diocese de Évora); Sevilha; Santiago (termo de Trancoso); Sebal; Soure; Toledo; Trancoso.

#### **6. Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Livro 1**

[post. 1352, Abril, 8]

*Inventário dos bens de Teresa Domingues, contendo a descrição de roupas, móveis, alfaías, etc.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Martins; Domingos Peres, testamenteiro; Gonçalo Eanes, ouvidor; João Fernandes, pregoeiro; João Gonçalves das Eiras; Salvador Fagundes.

#### **7. Ordem de Santiago / Convento de Palmela, 228**

[1352, Lisboa, Agosto, 30]

*Capítulos gerais das Cortes de Lisboa de 1352.*<sup>33</sup>

<sup>33</sup> Estes Capítulos Gerais foram publicados, embora a partir de outra fonte, em MARQUES, A. H. de Oliveira (ed.) et alii – *Cortes Portuguesas: Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica / Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1982.



**8. Colegiada de Santa Maria da Alcáçova de Santarém, Maço 22, n.º 2**

[post. 1362, Santarém, Março, 28]

*Feito de João André contra o chantre e cónegos da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém.*

**Outros Antropónimos:** [...] Afonso; Afonso Martins, capelão do rei; Domingos Eanes, tabelião em Santarém; Gil Afonso, cónego da igreja de Santa Maria da Alcáçova de Santarém; Gonçalo Chainho; Gonçalo Peres, ouvidor; Luís Domingues; João de Parada; Martim Gomes, tabelião; Pedro Serras, escrivão da audiência; Pero Lourenço, chantre; D. Teobaldo, bispo de Lisboa; Vasco Lourenço, procurador na audiência do bispo.

**Outros Topónimos:** Lisboa; Santa Maria de Marvila.

**9. Colegiada de São Miguel de Torres Vedras, Livro 5 [1.º documento]**

1375, Lisboa [?], Abril, 26

*Documento relacionado com uma quartanaria na Sé de Lisboa.*

**Outros Antropónimos:** Álvaro Martins, porteiro do cabido; Fernão Geraldês, tabelião; Gonçalo Eanes; Gonçalo Martins; João Eanes; João Martins, abade; Paio Martins.

**10. Colegiada de São Miguel de Torres Vedras, Livro 5 [2.º documento]**

1378, Torres Vedras, Julho, 7

*Carta de aforamento que faz a Colegiada de São Miguel de Torres Vedras a Vicente Mateus, dito Bispo, almocreve, morador em Torres Vedras, de um lugar na dita vila denominado de Cacavelos por três libras e meia por ano. Contém o traslado de uma carta de Guilherme Cartonel, vigário por D. Agapito de Caluna, Bispo de Lisboa e prior da igreja de Santiago de Beja, bacharel em degredos, a Lourenço Afonso, raçoeiro da igreja de São Miguel de Torres Vedras, a pedido de Gonçalo Martins, prior da igreja de São Miguel, concedendo licença para se fazerem emprazamentos e aforamentos (1377, Lisboa, Janeiro, 18).*



**Outros Antropónimos:** Fernando Esteves; Gonçalo Eanes, filho de João Domingues; Gonçalo Martins, prior da igreja de São Miguel; Gonçalo da Ovelheira, prioste; Mestre João, físico; João Domingues; João Esteves, tabelião; Martim Martins, sobrinho de Mestre João, físico; Pedro Afonso Sintrão.

**11. *Ordem de Avis / Convento de São Bento, Livro 32***

[1392]

*Fragmento de livro de pagamentos da Coroa (?)*.<sup>34</sup>

**Outros Antropónimos:** Catarina Eanes, manceba do Infante D. João; Domingos Eanes; Gil Esteves, mestre da carpintaria real; Infante D. João; João Afonso, juiz.

**Outros Topónimos:** Londres; Porto.

**12. *Gavetas, XIII, Maço 1, Doc. 25***

[14--], [...]

*Posturas sobre arrais e marinheiros ordenada por Fernão de Queirós [?]*.

**13. *Cabido da Sé de Lamego, Livro 169***

[14--], [Lamego]

*Testamento de [...]*.

**Outros Antropónimos:** [...] Estêvão; Fernão Martins; Maria Álvares; Maria Rodrigues.

<sup>34</sup> Temos já identificados mais alguns fragmentos pertencentes ao mesmo códice original que foi esarteado para servir de folhas de guarda para as encadernações dos forais manuelinos. Assim que tivermos conseguido verificar todas as folhas de guarda dos forais ainda remanescentes em bibliotecas e arquivos, publicaremos os textos na íntegra. Sobre o desmantelamento de códices no âmbito desta reforma dos forais, cf. NASCIMENTO, Aires A. – Festus ex..., *cit.*, p. 429-446.



**Outros Topónimos:** Carvalhosa; Mosteiro de São Jorge de [...]; Portela de Alvelos; Porto Cavalal (Lamego); Santa Maria de Almacave; Santa Maria de Alvelos; São Francisco de Viseu.

**14. Mosteiro de Lorvão, Gaveta 1, Maço 9, Doc. 4, [2.º documento]**

[14--], Coimbra (Capela do Espírito Santo da Igreja de Santa Justa de Coimbra), Março, [---]

*Instrumento de emprazamento que faz a Colegiada de Santa Justa de Coimbra a João Porto, sapateiro, de um cortinhal perto da igreja onde jaziam as mós junto ao adro, após renúncia de João Eanes, besteiro, por trinta soldos da moeda antiga e uma galinha por ano.*

**Outros Antropónimos:** Estêvão Gonçalves, escrivão do corregedor; Garcia Gonçalves, raçoeiro; Gonçalo Eanes, raçoeiro; Gonçalo Gonçalves, prior; João Álvares, raçoeiro; João da Arruda, raçoeiro; João Gonçalves, tabelião geral em Entre-Douro e Mondego; Luís Peres; Martim Álvares, barbeiro; Pero Dias, criado de Vasco Afonso, raçoeiro; Pero Gonçalves, prioste da igreja; Rodrigo Eanes, porteiro do corregedor; Vasco Afonso, raçoeiro.

**15. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 51**

[14--], [---], Junho, [--]

*Aforamento de chão que faz D. Isabel, viúva do Porteiro-Mor, em nome de suas filhas órfãs, a Afonso Fernandes.*

**Outros Antropónimos:** Antão Martins, cavaleiro da Casa Real e juiz dos órfãos; Francisco de Pina, tabelião; D. Isabel; Jorge Fernandes, ferrador; Pero Fernandes, escrivão dos órfãos; Pero Luís, alfaiate; Silvestre Gonçalves, escudeiro de D. Isabel; Vasco Vieira, escudeiro e tabelião em Lisboa.

**Outros Topónimos:** Lisboa.



**16. Ordem de Santiago / Convento de Palmela, 62**

[1401?]

*Registo de uma auditoria feita a um tesoureiro da Casa da Moeda, alistando a quantidade e a qualidade das ligas de pratas fundidas para criar o peelado.*<sup>35</sup>

**Outros Antropónimos:** Domingos Eanes; Domingos Peres.

**17. Núcleo Antigo, 303**

[post. 1417, Coimbra, Junho, 14]

*Carta de sentença definitiva de Afonso Lopes, cónego na Sé de Coimbra e vigário-geral no espiritual e temporal da dita sé vacante, sobre uma demanda entre Gil Eanes sobrinho de Vasco Gil, ferreiro, morador na Lousã, autor e demandador por Gonçalo Eanes, bacharel em leis, seu procurador, contra Maria Martins, filha de Martim Domingues, morador na Lousã, ré, defendedor por André Eanes, escolar em direito, seu procurador. Gil Eanes tinha casado com Maria Martins, sendo transcritos os seus votos de casamento, mas alegava que ela não era boa esposa.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Domingues, escudeiro; Diogo Peres, filho de Pedro Afonso; Gonçalo Eanes do Rego, procurador.

**18. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 36 [3.º Documento]**

[post. 1439, Torres Vedras, Junho]

*Registo de dois instrumentos, o primeiro uma carta de venda que faz Gonçalo Martins a João da Rousida e Leonor Esteves, sua mulher, de uma courela de herdade, por 700 reais brancos; o segundo, um instrumento de*

<sup>35</sup> Publicado em HENRIQUES, António Castro – Um Fragmento da Casa dos Contos e o seu Contributo para a História Monetária. *Fragmenta Historica*, 1 (2013) 109-120.



*doação que faziam João da Rousida e Leonor Esteves, sua mulher, moradores em Torres Vedras, a Cristóvão Eanes, clérigo, seu filho, da herdade acima referida.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Eanes; Afonso Guterres, tabelião; Catarina Eanes, filha do Galhardo Velho; Diogo Álvares; Estêvão de Sá; Fernão de Elvas; Gil Vasques, tabelião; Gomes Eanes, escrivão das sisas; Jorge Esteves; Martim de [...]; Samuel Franco.

**Outros Topónimos:** Paço; Serra de Pedrulhos; Varatojo.

#### **19. *Mosteiro de Santos-o-Novo, Caderno 4***

1442, Lisboa, Janeiro, 22

*Carta régia de D. Afonso V sobre uma sentença envolvendo João Henriques, tabelião dos mouros da mouraria, e Inês Peres, sua mulher, e Lopo [...] e Catarina Rodrigues, sua mulher, sobre um desaguisado envolvendo a compra de lenha.*

**Outros Antropónimos:** Gonçalo Eanes, escrivão; João Rodrigues, vassalo e ouvidor; Rui Taveira, vassalo e ouvidor.

#### **20. *Juízo dos Órfãos de Vale de Cambra, Livro 6*<sup>36</sup>**

[1444?]

*Fragmento de regimento de almotaçaria.*

#### **21. *Mosteiro de Arouca, Gaveta 6, Maço 7, N.º 26***

1447, Cancelo, Fevereiro, 21

*Instrumento de emprazamento que faz Rodrigo de Carvalho e sua mulher Joana Domingues, moradores em Cancelo, a Brás Afonso e Maria Afonso, sua mulher, do Campo das Forçadas, que traziam emprazado do Mosteiro*

<sup>36</sup> Ultimamos a publicação deste fragmento com Sandra M. Pinto.



*de Arouca, por 400 reais brancos. Contém outorga do mosteiro de 13.5.1447 na pessoa da abadessa D. Isabel de Ataíde.*

**Outros antropónimos:** Afonso Eanes de Basto; Afonso Gonçalves, ovençal; Álvaro Eanes dos Currais; Gonçalo Martins, tabelião; João Afonso, adagueiro; João Afonso de Pinheiro; João Eanes, alfaiate; Pero Brandão, tabelião; Vasco Eanes, clérigo e criado da abadessa.

**22. Mosteiro de Lorvão, Gaveta 1, Maço 9, Doc. 4, [1.º documento]**

1448, Coimbra (claustro da Sé), Janeiro, 15

*Instrumento do emprazamento que faz o Cabido da Sé de Coimbra a Luís Álvares, soqueiro, e Maria Afonso, sua mulher, após renúncia de Gonçalo Eanes de Lotão, clérigo raçoeiro (por meio de uma procuração apresentada por Fernão Repote, cónego), de uma vinha com suas oliveiras, por quinze libras da moeda antiga de D. Pedro I e D. Fernando e dois capões por ano.*

**Outros Antropónimos:** Gil Esteves; Gonçalo Vasques, tabelião em Coimbra; João Eanes, alfaiate; João Eanes, barbeiro; Pedro de Ataíde, deão.

**23. Mosteiro de Santa Maria da Estrela de Boidobra, Maço 1, Doc. 30**

1456, Alcobaça, Fevereiro, 8

*Carta de D. Álvaro, Bispo de Silves, a Frei Rodrigo Lourenço.*

**24. Cabido da Sé de Lamego, Livro 77**

1461, Roma, Maio, 18

*Bula em latim.*

**Outros Antropónimos:** Papa Bonifácio VIII; Geraldo Domingos de Magalhães; Gonçalo Rodrigues; João André; João Governari, prior; João Gonçalves David, presbítero; D. Luís, Bispo.

**Outros Topónimos:** Lamego; Roma; São Salvador da Várzea de Arouca; Mosteiro de São Vicente de Fora.



**25. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 17**

1461, Amial, Setembro, 30

*Doação de uma herdade que fazem André Afonso e Beatriz Eanes, sua mulher, à Confraria de Nossa Senhora Santa Maria do Ameal, seguida de instrumento de posse da herdade pela dita confraria na pessoa do seu mordomo, o pintor João Álvares.*

**Outros Antropónimos:** Aires Lourenço, fidalgo; Álvaro Gonçalves, tabelião; Diogo Álvares, escudeiro; João Eanes; João Gonçalves; Lopo Álvares, escudeiro.

**Outros Topónimos:** Torres Vedras; Turcifal.

**26. Núcleo Antigo, 563**

1465, Lisboa (freguesia de Santa Justa), Fevereiro, 1

*Carta de venda que faz Branca Lopes, viúva e mulher que fora de Duarte Inglês, de uma quinta que tinha em Palma, no termo de Lisboa, que fora de João [...], tesoureiro da Moeda, a Tristão Inglês, cavaleiro da casa do rei, e seu almoxarife das taracenas, em paga de 3.000 reais brancos que lhe devia, com consentimento de Pero Gomes, escudeiro, filho de Gomes Martins, genro de Branca Lopes, e de Catarina Lopes, sua mulher, dos quais 3.000 reais brancos era fiador João Rodrigues, genro de Branca Lopes.*

**Outros Antropónimos:** Álvaro de Gorizo; Fernão Peres, almocreve; Fernão Rodrigues, tabelião; Rui da Vila.

**27. Núcleo Antigo, 542**

[1469-1501]

*Carta régia confirmando uma decisão judicial envolvendo um quereloso chamado André [...] e que culminou no degredo do réu.*

**Outros Antropónimos:** João Fernandes Godinho, bacharel em leis e vassalo; Pero [...],



**28. Mosteiro de Arouca, Livro 225**

1470, Arouca, Julho, 6

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Fernão Gonçalves e Catarina Gonçalves, de um casal em Ponte (Vouzela).*

**Outros Antropónimos:** Afonso Rodrigues, escrivão dos prazos; Beatriz Pinta, subpriora; Diogo de Amorim; Infante D. Fernando; Guiomar Ferreira, priora; João Alves, criado; D. Leonor Coutinho, abadessa.

**29. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 37 [1.º Documento]**

1470, Torres Vedras, Outubro, 14

*Instrumento de venda que faz Afonso Vieira, escudeiro, morador em Torres Vedras, a Dinis Eanes, oleiro, e a Catarina Álvares, sua mulher, do pousio que tinha no Varatojo, perto da gafaria, por 150 reais brancos de moeda corrente.*

**Outros Antropónimos:** [...] Gonçalves, tabelião; João de Ceuta; João Eanes, barbeiro; Lourenço Gonçalves Chambones; Pero de Elvas.

**30. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 36 [1.º Documento]**

[1470?], [Torres Vedras?]

*Instrumento de aforamento de herdades [?].*

**Outros Antropónimos:** Daniel Gonçalves; Dinis Eanes, oleiro.

**31. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 36 [2.º Documento]**

[ant. 1480], [Lisboa?]

*Carta régia de concessão de privilégio a [...] de não ser posto por besteiro ou servir nos encargos do concelho, a pedido de Rui Gomes de Alvarenga, conde palatino, da Casa da Suplicação.*



**Outros Antropónimos:** Álvaro Peres.

**32. Juízo dos Órfãos de Torres Novas, Livro 5**

1481, Alenquer, Dezembro, 6

*Carta de sentença.*

**Outros Antropónimos:** Álvaro Nunes, recebedor dos dinheiros e penas; Diogo Lopes, bacharel em leis; Fernando Álvares, escrivão; João da Palmeira, escrivão.

**33. Ordem de Santiago / Convento de Palmela, 172**

1485 [?], Viana do Alentejo, [---], 21

*Instrumento de escambo que fazem Lourenço Vicente e Beatriz Vaz, sua mulher, de uns talhos de marinha por certas casas pertencentes a João Vicente e Iria Vaz, sua mulher.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Eanes, besteiro; Afonso Pires, filho de Pero Gomes; Álvaro Besteiro, serrador; Inês Gonçalves; João Rodrigues Mealheiro; Lourenço Afonso; Lourenço Vicente; Maria Gonçalves, mulher de João Rodrigues Mealheiro; Martim Afonso; Mem Fernandes, meirinho; Pero Gomes, cunhado de João Vicente; Vicente Esteves; Vicente Lopes.

**34. Convento de São Bento de Bragança, Livro 33**

14[86], Portel, Agosto, 2

*Carta régia de perdão concedida a Estêvão Gomes, escudeiro, morador em Bragança, relacionada com um casamento que D. Fernando, duque de Bragança, fizera à força entre Genebra de Abreu, sua criada, e Gomes de Viseu. Contém registo do corregedor da comarca no verso.*

**Outros Antropónimos:** Diogo Pinheiro, do Desembargo; D. Luís Pires, arcebispo de Braga, Bispo de Titopuly; Dr. Martim Pinheiro, do Desembargo;



Pedro Eanes, corregedor em Trás-os-Montes; Pero Álvares; Rui Boto, Desembargador do Paço.

**Outros Topónimos:** Porto.

### **35. Juízo dos Órfãos de Castelo de Vide, Livro 4**

1486, Castelo de Vide, Julho, [--]

*Carta de venda que fazem [...] Mealha e Mécia Gonçalves de um chão em Castelo de Vide.*

**Outros Antropónimos:** João Gonçalves; Vasco de Évora, escudeiro; Vasco Pires Colaço.

### **36. Mosteiro de Lorvão, Gaveta 1, Maço 9, Doc. 4, [3.º documento]**

1490, Ventosa (Coimbra), Janeiro, 11

*Instrumento de venda que fazem Álvaro Eanes, vendeiro, e sua mulher, Beatriz Álvares, moradores na Mealhada, a Gonçalo Gonçalves e Maria Vasques, sua mulher, moradores em Antes (hoje, Antas, Mealhada), de um cortinhal perto da Mealhada por 240 reais.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Eanes, carpinteiro; Afonso Gonçalves, gaiteiro; Fernão Gil, tandor; João Gonçalves, tabelião público;

### **37. Ordem de Santiago / Convento de Palmela, 158**

1490, Évora, Abril, 7

*Carta régia de emprazamento de um ferregial da Ordem de Santiago em Alcácer do Sal a Gonçalo Gomes, pintor.*

**Outros Antropónimos:** Álvaro Lopes, secretário e cavaleiro da casa real; Antão Luís, escrivão; António Fernandes, escudeiro e almoxarife; Brás Álvares, escrivão da visitação.

**Outros Topónimos:** Setúbal.



**38. Núcleo Antigo, 395**

1490, Fermedo, Novembro, 22

*Carta de sentença de Rui Martins de Carvalho, cavaleiro da Casa Real, corregedor da Beira e Riba de Côa, endereçada aos juizes do concelho de Fermedo, sobre um feito envolvendo Afonso Lourenço, vereador e João Gonçalves, procurador do concelho, e demais moradores do concelho, como autores, de uma parte, e Pero Afonso, clérigo, cônego de Grijó, da outra parte, recebedor dos mogos e rendas do concelho pelo Bispo de Silves, que os havia por ser parente de Rui Pereira.*

**Outros Antropónimos:** Rui Lopes, escrivão.

**39. Núcleo Antigo, 594**

1491, [...], Julho, 6

*Carta de sentença de um feito envolvendo um furto tendo o réu sido condenado a degredo para Alcácer-Ceguer.*

**Outros Topónimos:** Lisboa.

**40. Mosteiro de Arouca, Livro 7**

1494, Arouca, Julho, 28

*Carta de emprazamento que o mosteiro de Arouca faz a Gonçalo Eanes e Isabel Gonçalves, sua mulher, de um casal denominado Outeiro em Santa Marinha de Fa[...], no julgado de Aguiar [de Sousa], termo do Porto, pagando 2.000 reais brancos por ano.*

**Outros Antropónimos:** André Eanes, filho de João Eanes de Monção; Branca Correia, priora; D. Catarina Teixeira, abadessa; Estêvão de Figueiredo, procurador do mosteiro; Gonçalo Álvares, morador em Arouca; Gonçalo de Beça, escrivão do mosteiro; João [...]; João Eanes de Monção; Maria Pimentel, subpriora.



**41. *Manuscritos da Livraria, 2293***

[post. 1495], Coimbra, Março, 16

*Instrumento de publicação de carta denunciatória.*

**Outros Antropónimos:** Afonso de Barros, cavaleiro da Casa Real; Álvaro Pires, capelão; Mestre Bartolomeu; Diogo Arrais, escudeiro e cidadão; Diogo Gonçalves, cavaleiro; Mestre Estêvão de Morais, bacharel e cidadão; Fernando Álvares, escudeiro e tabelião em Coimbra; Fernão Pais, cônego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; Gonçalo Pais; Gonçalo Privado, escudeiro e cidadão; Jerónimo Afonso, cônego regente do Mosteiro de São Vicente de Fora; João de Barros, cavaleiro da Casa Real; João Gonçalves; João Martins, escrivão; D. João de Noronha, prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; João Pessoa, o moço, cidadão; João Pires, ferrador, morador na dita cidade; João Rebelo, cidadão e juiz de Coimbra; D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra; Jorge Fernandes, escudeiro e tabelião em Coimbra; Leonel de Matos, cidadão; Mestre Luís, procurador; Martim Gonçalves, clérigo de missa e beneficiado na igreja de Santiago de Coimbra e notário apostólico; Miguel Ângelo, secretário; Nuno Cotrim, tabelião e notário público; Pero Afonso; Pero Fernandes, capelão do bispo e notário apostólico; Pero Lopes, cidadão, contador e feitor da Casa do bispo; Pero Lopes de Mariz.

**Outros Topónimos:** Arganil; Coimbra; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; Mosteiro de São Vicente de Fora; Tentúgal; Tojal.

**42. *Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2.<sup>a</sup> inc., Livro 85***

[post. 1495], Coimbra, Abril, 5

*Instrumento de publicação de carta denunciatória e declaratória.*

**Outros Antropónimos:** Afonso de Barros, cavaleiro da Casa Real; Diogo Gonçalves, cavaleiro; Fernão Pais, cônego do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; Fernão Rodrigues; Jerónimo Afonso, cônego regente do Mosteiro de São Vicente de Fora; João de Barros, cavaleiros da Casa Real;



João Vaz, prior de Tercouso, clérigo de missa; D. Jorge de Almeida, bispo de Coimbra; Jorge Fernandes, escudeiro e tabelião em Coimbra; Lopo Pinto; Martim Gonçalves, clérigo de missa e beneficiado na igreja de Santiago de Coimbra e notário apostólico; Mestre Luís, procurador; Miguel Ângelo, secretário; Nuno Cotrim, tabelião e notário público; Nuno Pita, clérigo de missa; Pero Borges, prior de São Fagundo; [...] Gonçalves da Madalena.

**Outros Topónimos:** Arganil; Leiria; Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra; Igreja de Santa Justa de Coimbra; Mosteiro de São Fagundo; São Vicente de Fora; Tercouso; Tojal.

#### **43. Juízo dos Órfãos de Ferreira do Alentejo, Livro 2**

149[5-1499], Santarém, Novembro, 15

*Carta de sentença régia sobre uma resistência que fez [...] a um Gonçalo de Amores, alcaide de Ferreira do Alentejo, por causa de umas ovelhas que lhe tirara.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Eanes; Bartolomeu Rodrigues; João de Braga, do desembargo régio e procurador dos feitos e promotor da justiça; João de Trancoso, porteiro da audiência.

#### **44. Núcleo Antigo, 199**

[1495-1521]

*Carta régia de perdão a João do Avelar, morador em Torres Novas.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Gonçalves; Diogo Caldeira, meirinho perante o ouvidor do sobrinho; Gomes Eanes, escrivão das fianças; Simão Machado, clérigo.

#### **45. Juízo dos Órfãos de Torres Novas, Livro 1**

[1495-1521], Santarém, [...], 5

*Carta de sentença régia sobre um feito envolvendo Fernão Eanes, moleiro, e João Freire, escrivão do almoxarifado de Torres Novas.*



**Outros Antropónimos:** João Fernandes; João Lourenço, escrivão; Lopo da Fonseca.

**46. Juízo dos Órfãos de Aljustrel, Livro 3**

1497, [...], [...], 08

*Carta de sentença do Cardeal D. Jorge, arcebispo de Lisboa, envolvendo um feito relacionado com o pagamento do dízimo.*

**Outros Antropónimos:** [D. Afonso de Portugal], Bispo de Évora; Fernando Álvares; D. Lopo da Cunha, fidalgo da Casa Real; Lopo Mendes, morador em Moura.

**Outros Topónimos:** Évora.

**47. Juízo dos Órfãos de Almodôvar, Livro 1**

[post. 1497, Maio, 29]

*Carta de sentença régia a Valentim Gonçalves, escudeiro da Casa Real, e juiz de fora em Beja, sobre um feito em que eram autores [...] Rodrigues, escudeiro da Casa Real, e Catarina Rodrigues, sua mulher, contra Teresa Rodrigues, viúva, todos moradores em Beja, em virtude de uma querela sobre a posse da antiga mesquita e casas a ela foreiras em Beja.*

**Outros Antropónimos:** Beatriz Carreira, mãe de Teresa Rodrigues; João de Andrade, escudeiro régio; João Martins, almoxarife do Duque de Bragança; João Martins Jacominho; João de Pedroso, tabelião de Beja; Rui de Carvalho, tabelião em Beja; Teresa Rodrigues.

**Outros Topónimos:** Rua da Selaria (Beja)

**48. Registos Paroquiais, Torres Vedras, São Pedro da Cadeira, Livro B-1**

[1498-1508?, Lisboa?]

*Carta de sentença régia sobre um feito envolvendo João [...] e D. Álvaro de Ataíde, fidalgo da Casa Real, acerca de uma capela.*



**Outros Antropónimos:** Álvaro Eanes, bacharel e procurador das capelas, albergarias e hospitais de Lisboa; Fernão Martins, mestre-escola.

**Outros Topónimos:** Azambujal de Alparete (?); Igreja de São Jorge.

#### **49. *Ordem de Cristo / Convento de Tomar, 304***

1499, Torres Novas, Abril, 15

*Carta de aforamento que faz o comendador de Beselga a Fernão Dias e Inês Mendes, sua mulher, de um casal na Garfanheira, termo de Torres Novas.*

**Outros Antropónimos:** Álvaro de Abrantes, tabelião de Atalaia; Diogo Gonçalves, criado; Diogo Vaz, escudeiro de D. Jorge, filho de D. João II, tabelião em Torres Novas; João Mendes de Assentiz; D. Jorge, filho de D. João II; Jorge Dias, escudeiro da Rainha D. Leonor; Lopo Velho, sobrinho do comendador de Almourol; Mem Martins de Assentiz; Nuno Alves, morador na Vessoana; Rodrigo Eanes, oleiro; Rui Velho, cavaleiro da Casa Real, comendador de Almourol e Beselga.

**Outros Topónimos:** Almourol; Atalaia; Assentiz; Vessoana.

#### **50. *Juízo dos Órfãos de Ferreira do Alentejo, Livro 1***

[fins séc. XV-iní. XVI]

*Instrumento de venda de casas e curral pela quantia de 800 reais.*

**Outros Antropónimos:** Diogo Eanes, clérigo; Estêvão Pais; João Lopes, tabelião; Martim Pires.

#### **51. *Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 48***

[15--], Setúbal

*Instrumento de empraçamento que fazem Afonso Gonçalves e sua mulher de uma quinta e lagar.*



**Outros Antropónimos:** Beatriz [...]; Vasco Gil, escrivão.

**Outros Topónimos:** Rua do Coberto.

**52. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 37 [2.º Documento]**

[15--], [...]

*Instrumento de venda de um chão.*

**Outros Antropónimos:** Gaspar da Serra, filho de Pero [...]; João Borges; Manuel da Rocha; D. Maria.

**Outros Topónimos:** Barreiro.

**53. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 68**

[15--], [...]

*Tombo de propriedades de um mosteiro.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Esteves; Álvaro de [...]; Álvaro Pires; D. Isabel; João de Ponte; Luís da [...]; Simão Vaz, tabelião.

**Outros Topónimos:** Barreiro.

**54. Núcleo Antigo, 736**

[15--], Junho

*Carta de sentença envolvendo um homicídio cometido por António Fernandes, degredado para Alcácer Ceguer.*

**Outros Antropónimos:** Gonçalo do Rego; João Dias; Dr. Martim Pinheiro.



**55. Mosteiro de Arouca, Livro 6**

[15--], Arouca, Fevereiro, 8

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Gonçalo Fernandes e Isabel Eanes, sua mulher, de um casal em Lonilhe (?), freguesia de São Tomé de Bitarães, no julgado de Aguiar de Sousa.*

**Outros Antropónimos:** Frei Diogo de Lisboa, monge e confessor; Frei Diogo de Tomar, monge e confessor; Isabel de Almeida, sub-prioressa; D. Milícia de Melo, abadessa.

**56. Cabido da Sé de Lamego, Livro 200**

[15--], [Lamego], Setembro, 16

*Emprazamento que faz o Cabido da Sé de Lamego a Manuel Dias e a Filipa Malheiro, sua mulher, de certo casal.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Fernandes; Antão Fernandes; Brás Martins; Dr. Diogo Gonçalves, pai de Manuel Dias; licenciado Francisco Coelho; Martim Gonçalves.

**Outros Topónimos:** Hospital; Valmarinha.

**57. Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2.<sup>a</sup> inc., Livro 89**

[15--], Coimbra], Março, 13

*Carta de sentença envolvendo um furto realizado por João da Gândara, castelhano, no couto de Torroselo.*

**Outros Antropónimos:** [...] Vaz; Álvaro Fernandes; Estêvão Dias, bacharel, corregedor; Infante D. Fernando; Gomes de Lamego; Jorge Fernandes, tabelião em Coimbra; Dr. Rodrigo Homem.

**Outros Topónimos:** Coimbra; Seia.



**58. Mosteiro de Arouca, Livro 8**

1502, Arouca, Março, 2

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Fernando Eanes e Catarina Álvares, sua mulher, de um casal em Santo Estêvão (Arouca) por 140 reais brancos de 6 ceitis o real.*

**Outros Antropónimos:** D. Catarina Teixeira, abadessa; Frei Diogo de Lisboa, monge e confessor; Frei Diogo de Tomar, monge e confessor; Estêvão de Figueiredo, notário apostólico; João Eanes; Lopo Gonçalves; D. Maria de Eça, priora; Maria Pimentel, sub-priora; D. Milícia de Melo, coadjutora.

**59. Ordem de Cristo / Convento de Tomar, 309**

1504, Tomar, Maio, 14

*Carta de novo emprazamento que fazem D. João Pereira, comendador de Casevel, e Frei Diogo do Rego, bacharel em direitos, do Desembargo do Rei, visitantes do Mestrado da Ordem de Cristo, a Gil Martins de uma vinha com seu mato, junto de Pias, onde chamam Mata da Ordem.*

**60. Juízo dos Órfãos de Pedrógão Grande, Livro 4**

[1508]

*Folha de rosto de livro da Confraria do Bem-Aventurado São Roque.*

**Outros Antropónimos:** João [...], meirinho (?); João Rodrigues, besteiro; Lopo Vieira, escrivão.

**Outros Topónimos:** Pedrógão.



**61. Juízo dos Órfãos de Aljustrel, Livro 1**

[post. 1508], Agosto, 20

*Carta régia de sentença enviada aos juizes de Moura sobre um feito envolvendo Brás Esteves, escudeiro, e sua mulher, Leonor Gonçalves, moradores em Aljustrel, como autores, e Mor Gonçalves, dona viúva, mulher que fora de Vasco Martins Angerinho, morador em Moura, como ré, relacionado com as partilhas de uma herança.*

**Outros Antropónimos:** Aldonça Vasques; André Esteves; Catarina Esteves; Francisco, criado; João Esteves; Margarida Esteves; Vasco Martins.

**Outros Topónimos:** Viana do Alentejo.

**62. Cabido da Sé de Lamego, Livro 188**

1508, Lamego, Setembro, 20

*Carta de emprazamento que faz o cabido da Sé de Lamego, por meio de seu bispo, D. João, membro do Conselho do rei, a João Álvares, filho de João Álvares e Leonor Eanes, morador em Repolhos, de um casal que pertenciam ao bispo e mesa episcopal no dito lugar de Repolhos.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Álvares; Catarina Domingues; Diogo Barreiros, criado do bispo; João Lourenço da Seara; Lopo Rodrigues, tabelião público em Lamego; Frei Vicente das Vistas, criado do bispo.

**Outros Topónimos:** Almacave; Casal do Outeiro; Ferreiros; Longroiva; Rio de Asnos; Souto Covo.

**63. Núcleo Antigo, 752**

[post. 1508, Dezembro, 18]

*Carta régia de sentença aos juizes de Évora de Alcobaça da jurisdição do Mosteiro de Alcobaça sobre um feito crime de apelação julgado na Corte e Casa do Cível ordenado pelos ditos juizes e o licenciado Gonçalo*



*Dias, corregedor na comarca da Estremadura, cujas partes eram Fernando Álvares, lavrador, morador na dita vila, como autor, contra Afonso Martins, também ali morador, e preso na sua cadeia, por ter ameaçado o autor que o mataria e porque no dia 18 de Dezembro de 1508, às onze horas da noite, estando o autor em casa de Afonso Eanes, juiz, e aparecendo o réu, logo o autor fugira para casa de Catarina Eanes da Serra [ou Seia], onde estivera duas horas antes de se dirigir para sua casa apenas com um pau na mão, e chegando ao canto do relego da dita vila à porta de Rodrigo Afonso onde o réu o esperava já com um desconhecido, atacara os dois, ferindo-os com as suas espadas. Foi o réu condenado pelos juizes locais em 20 cruzados mas o autor não concordou com a sentença e apelou.*

**Outros Topónimos:** Santarém.

**64. Mosteiro de Lorvão, Gaveta 4, Maço 10, Doc. 13**

1509, Évora, Fevereiro, 14

*Carta régia de perdão outorgada a João Colaço, morador em Angeja, por ter fugido de João Pinheiro, alcaide de Aveiro, e Brás Afonso, tabelião em Aveiro, que o vinham prender.*

**Outros Antropónimos:** Brás Álvares, escrivão do Desembargo; Gonçalo de Azevedo, do Desembargo do Paço; João Afonso, escrivão do Desembargo; D. Pedro, bispo da Guarda, prior de Santa Cruz de Coimbra, capelão-mor; Pero Álvares, tabelião em Aveiro.

**65. Mosteiro de Arouca, Livro 14**

1509, Arouca, Fevereiro, 18

*Carta de emprazamento que faz João Martins, filho de Martim Domingues, a João Gonçalves, alfaiate, de um bacelo perto de Bouças. Contém instrumento de autoridade e consentimento do Mosteiro de Arouca, datado de 24.05.1509.*



**Outros Antropónimos:** Afonso Rodrigues; Diogo Rodrigues; Gonçalo Eanes, tecelão; Gonçalo Fernandes, tabelião; Jorge Gonçalves, clérigo de missa; D. Milícia de Melo, abadessa; Nuno Eanes de Outeiro; Pero Álvares; Pero de Paiva, clérigo; Simão Peres, carpinteiro.

**66. Juízo dos Órfãos de Castelo de Vide, Livro 4**

1509, Monforte, Junho, 20

*Instrumento de partilhas dos bens de Gil Moutoso, feitas por Francisco Moutoso, escudeiro, casado com Leonor Mateus, e António Moutoso, escudeiro, casado com Isabel Dias, seus filhos.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Vaz, ermitão do Salvador; Álvaro Afonso; Álvaro Madeira, tabelião das notas; Gil Afonso; D. Jaime, Duque de Bragança; João Moutoso; Maria Aires; Miguel Gil; Pero Afonso; Salvador Martins; Vasco Fernandes.

**Outros Topónimos:** Alegrete; Alfumara; Arronches; Azambujeira; Borba; Cabeço de Vide; Fonte de Silveira; Marvão; Monforte; Picota; Ribeiro de Ozoa; Vaqueirinho; Veiros; Vila Viçosa.

**67. Ordem de Cristo / Convento de Tomar, 304**

1509, Quintã de Val Covo (Évora), Setembro, 2

*Instrumento de emprazamento que faz Frei Diogo do Rego, bacharel em direitos, do desembargo do Rei, visitador da Ordem de Cristo na visitação à comenda de Mendo Marques, na cidade de Évora, a Filipa Moniz, viúva de Mestre António, alemão, cavaleiro da Casa Real e bombardeiro-mor, de uma quintã em Val Covo.*

**Outros Antropónimos:** Domingos Afonso, sapateiro; Estêvão Godinho; Frei Francisco, frei cancelário; Manuel Dias; Rui Boto, clérigo



**68. Cabido da Sé de Lamego, Livro 204**

1509, Lamego, Outubro, 25

*Instrumento de empraçamento que faz o Cabido da Sé de Lamego ao cónego Nuno Mendes de umas casas na Rua da Pereira, por 110 reais brancos de 6 ceitis.*

**Outros Antropónimos:** Heitor Mendes, cónego, Isabel Rodrigues; Lopo Rodrigues, tabelião; Pero Cardoso, cónego.

**69. Julzo dos Órfãos de Aljustrel, Livro 2**

1511, Lisboa, Novembro, 06

*Carta régia de confirmação de sentença de ouvidor relacionada com o roubo, queima e devastação de certas hortas, bem como de roubo de cera e mel a Pero Baião.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Fernandes, escrivão; Cristóvão Lourenço, escrivão; Lopo da Fonseca, do Desembargo e ouvidor; Rodrigo Homem, do Desembargo e ouvidor.

**70. Ordem de Santiago / Convento de Palmela, 171**

1513, Lisboa, Outubro, 5

*Carta de aforamento que faz D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, Duque de Coimbra e Senhor de Montemor-o-Novo e Torres Novas, a Álvaro Esteves de uma courela no Lumiar.*

**Outros Antropónimos:** Fernão Dinis; Pedro Eanes, espingardeiro; Pedro Eanes Janeiro.

**Outros Topónimos:** Portela de Urmeira; Mosteiro de Santos.



**71. *Ordem de São Bento, Mosteiro do Salvador de Braga, Livro 1***

[1513-1521]

*Juramento de obediência de D. Inês, abadessa do Mosteiro de Vitorino das Donas, da Ordem de São Bento, diocese de Braga, a Petro Santiquatro, legado (?) apostólico do Papa Leão X.*

**72. *Mosteiro de Arouca, Livro 74***

1516, Arouca, Dezembro, 2

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Leonor Mendes, dona viúva (?), de um casal denominado do Ribeiro em Romariz, freguesia de São Salvador, termo e julgado de Arouca.*

**Outros Antropónimos:** Branca de Almeida; Frei Diogo de Tomar, monge e confessor; Duarte Mendes, irmão de Leonor Mendes; Isabel de Almeida, priora; Jorge [...]; Lopo Rodrigues, tabelião; D. Milícia de Melo, abadessa; Tristão Mendes, sobrinho de Leonor Mendes.

**73. *Mosteiro de Arouca, Gaveta 6, Maço 7, N.º 23***

1517, [...], Novembro, 4

*Instrumento de emprazamento que faz [...] de Freitas e Filipa de Sequeira, sua mulher, a Pero Afonso e sua mulher, de uma quinta.*

**Outros antropónimos:** Lopo Eanes de Basto; Martim Gonçalves da Ramalhosa.

**Outros topónimos:** Nespereira.

**74. *Mosteiro de Arouca, Livro 70***

152[-], Arouca, Janeiro, [ant. 27]

*Carta de doação e dote que fazem Gonçalo Gonçalves e sua mulher a [...], com instrumento de autoridade e consentimento da parte do mosteiro de Arouca, da metade de umas casas e de uma leira no burgo.*



**Outros Antropónimos:** Fernão Dias; João Godins, tabelião; Martim Eanes.

**Outros Topónimos:** Santa Ovaia.

**75. Juízo dos Órfãos de Ferreira do Alentejo, Livro 11**

1520, Ferreira do Alentejo, [...]

*Carta de venda que faz Gonçalo Dias, sapateiro, e Antónia [...], sua mulher, a Estêvão Eanes Gorinho e Beatriz Eanes, de uma vinha.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Mourato, tabelião público; João Camaro; Jorge Pires; Maria Esteves Rocinato.

**Outros Topónimos:** Messejana.

**76. Mosteiro de Arouca, Livro 52**

1520, Vila Nova, Novembro, 14

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Fernão Dias e sua mulher, de uns casais em Vila Nova.*

**Outros Antropónimos:** Diogo Pereira, escudeiro (?); Jorge [...], tabelião; Sebastião Gonçalves.

**77. Colegiada de Santo Estêvão de Alfama de Lisboa, Livro 4**

1522, Lisboa, Junho, 3

*Instrumento de trespasse e consentimento de obrigação feito por Isabel Ximenes, viúva de Nuno Calça, moradora no Bairro dos Escolares, na freguesia de São Vicente, em Lisboa.*

**Outros Antropónimos:** Belchior de Gouveia, capelão da Rainha D. Leonor; Estêvão de Jesus, prior de Santo André do Porto; Luís Fernandes, o Velho, tabelião de Lisboa; Rodrigo Eanes; Vasco de Resende, morador em Lisboa; Violante Gonçalves.



**Outros Topónimos:** Igreja de Salvador das Alcáçovas; Santa Marinha, freguesia.

**78. Mosteiro de São Bento de Ave Maria do Porto, Maço 6, Doc. olim 248**  
[1523]

*Folha de tombo de prazos da mesa episcopal do Porto. Uma das faces contém a conclusão de um prazo realizado a 21.01.1523 em que foram testemunhas João Valadares, cavaleiro da Casa Real, Diogo Lourenço, bacharel, e Francisco Pais, bacharel. Na outra face, nos paços do Bispo do Porto D. Pedro da Costa, capelão-mor da Infante D. Isabel, a 22.01.1523, lê-se que como El-Rei mandara abrir no Porto a Rua de Santa Catarina das Flores pelo licenciado António Correia, corregedor na comarca de Entre-Douro e Minho, pela necessidade de que a cidade padecia e para a edificação de um mosteiro novo, e dado que a rua atravessava os chãos e hortas da mesa episcopal, esta emprazava um chão (?) a Pedro Eanes, dourador, morador na Rua da Bainharia, casado com Isabel Fernandes da Rocha, para edificar casas.*

**79. Cabido da Sé de Lamego, Livro 185**

1523, Lamego, Junho, 10

*Emprazamento que faz o Cabido da Sé de Lamego a Pero Gonçalves, filho de Gonçalo Eanes de Vila Garcia, de certos bens.*

**Outros Antropónimos:** Domingos Gonçalves, prebendeiro do Cabido; João Pires, porteiro do Cabido; Lopo Rodrigues, tabelião; Pero Lourenço.

**Outros Topónimos:** Casal do Carvalhal; Lameiro de Mouros.

**80. Mosteiro de Arouca, Livro 42**

[post. 1524, Arouca, Fevereiro, 8]

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Belchior Mendes de um casal. Contém carta régia de 23.07.1523 autorizando o mosteiro a ter um tabelião cujas escrituras de contratos fossem válidas.*



**Outros Antropónimos:** João Rodrigues, escudeiro; Romão de Beça.

**81. Mosteiro de Arouca, Livro 12**

1524, Arouca, Março, 2

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Pero Álvares e Madalena Peres, sua mulher, de uma póvoa em Bouções, na freguesia de São Martinho de Pessegueiro (Sever).*

**Outros Antropónimos:** Gonçalo Eanes, escrivão dos prazos; Jorge Gonçalves, abade de Santa [...] e recebedor do Mosteiro de Arouca; Pero Eanes, clérigo e feitor do Mosteiro de Arouca.

**82. Colegiada de Santa Maria da Oliveira de Guimarães, Documentos Eclesiásticos, Maço 7, n.º 24<sup>37</sup>**

1526, Roma, Outubro, 13

*Carta de D. João Baptista, bispo de Caserta e executor apostólico, através da qual ordena ao arcebispo de Braga, D. Diogo de Sousa, que confirmasse o provimento de Pedro Fernandes, clérigo da arquidiocese de Braga, como reitor da igreja de São Pedro de Gominhões (Guimarães), conforme fora determinado por bula do papa Clemente VII (de 31 de Agosto de 1526), cujo teor traslada e dá conhecimento ao referido arcebispo.*

**83. Cartório Notarial de Belas-A, 1.º Ofício, Liv. de Notas n.º 5**

1526, Lisboa, Outubro, 30

*Carta de venda.*

---

<sup>37</sup> Este sumário foi elaborado por Anísio Saraiva, a quem muito agradecemos a leitura do fragmento em latim.



**84. Ordem de Santiago / Convento de Palmela, 174**

Canha, 1526, Janeiro, 9

*Carta de aforamento que faz D. Jorge, Mestre da Ordem de Santiago, a Bartolomeu de Torres, de um moinho em Canha.*

**Outros Antropónimos:** Diogo Cotão, superior de Palmela e prior de Santa Maria de Alcácer do Sal; Francisco Coelho, escrivão; Pero Velho.

**85. Mosteiro de Arouca, Livro 10**

[1531?], Arouca

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a [?] de uma propriedade em Penedo (Furadouro, Torres Vedras).*

**Outros Antropónimos:** António Fernandes; António Lopes, estudante de Artes; Diogo Dias; Francisco [...]; Gonçalo Eanes, tabelião; João Fernandes; Simão Fernandes, estudante de Artes.

**Outros Topónimos:** Alcobaça; Bemposta; Carrasqueira; Lisboa; Pedrulhos; Poço do Chão (Lisboa).

**86. Mesa da Consciência e Ordens – Tombos de Comendas, 382**

1531, Beja, Setembro, 27

*Carta de venda que faz Luzia Fernandes, mulher de Afonso Vaz, a Francisco Martins Colaço, casado com Leonor Mendes, de uma vinha no termo da cidade de Beja, por 3.000 reais brancos.*

**Outros Antropónimos:** João Luís, pisoeiro; João Álvares e Estêvão da Maia, escudeiros do rei; Fernão de Cisneiros, escudeiro, todos moradores em Beja; João de Pedroso, tabelião em Beja.

**Outros Topónimos:** Breceais.



**87. Mosteiro de Arouca, Livro 18**

1532, Arouca, Agosto, [...]

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a João Rodrigues e Maria Dias, sua mulher, de um casal em Fremil, onde vivia Francisco Eanes e Beatriz Eanes, sua mulher, que ora renunciavam ao dito casal.*

**Outros Antropónimos:** António [...]; Diogo Pires; Gonçalo Eanes, escrivão dos prazos; D. Isabel Pereira, priora; Maria de Almeida, subpriora; D. Milícia de Melo, abadessa.

**88. Cartório Notarial de Belas-A, 1.º Ofício, Liv. de Notas n.º 4**

1533, [...], Fevereiro, 17

*Letra apostólica trasladada em português.*

**89. Mosteiro de Arouca, Livro 40**

[post. 1534, Arouca, Fevereiro, 8]

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Gonçalo Teixeira, tabelião e morador em Arouca, e Filipa Vieira, sua mulher, de uma terra e mato denominada de Lameiro da Ribeira nas Redondas, que fora comprada a António Pires e Domingos Eanes Damilo e suas mulheres, na freguesia de Santa Ovaia, no termo de Arouca.*

**Outros Antropónimos:** António Pires; Baltasar Dias; Domingos Eanes Damilo (?); Filipa Brandoa, subpriora; Gonçalo de Beça, escrivão do mosteiro; D. Isabel de Castro, priora; João Pires de Menhãos; João Rodrigues Carvalho; Jorge Eanes de Menhãos; D. Leonor de Albuquerque, abadessa; Pero Eanes Malfrade, criado da abadessa Pero Pires da Touta.

**Outros Topónimos:** Casal de Minhões.



**90. Mosteiro de Arouca, Livro 59**

[post. 1534?], Arouca

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Duarte Gonçalves e Maria Gonçalves de um casal em Cambra (Lafões).*

**Outros Antropónimos:** António Machado; Gonçalo de Beça, bacharel; D. Isabel de Castro, priora; João Viegas, escrivão do mosteiro; D. Leonor de Albuquerque, abadessa; D. Maria de Berredo, subpriora; Pero Eanes Malfrade.

**Outros Topónimos:** Casal do Hospital de Viseu; Casal de Santa Cruz; Casal de São Cristóvão.

**91. Mosteiro de Arouca, Livro 73**

1535, Arouca, Janeiro, 20

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a António Fernandes e Margarida Peres, sua mulher, de uma leira junto do burgo atrás das casas de André Pires.*

**Outros Antropónimos:** Diogo Dias; Gonçalo Eanes, escrivão; Gonçalo Gonçalves de Vila Nova; Isabel Dias; Isabel Pereira, priora; João Dias de Rondevoso; João Fernandes; João P[...]; João Pires, ferreiro; Maria de Almeida, subpriora; D. Milícia de Melo, abadessa.

**92. Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 26**

[1539?], Torres Vedras, Outubro, 26

*Instrumento de venda das casas onde vive Belchior Lamego, escrivão perante o corregedor, na Rua do Santo Espírito.*

**Outros Antropónimos:** António Lopes, beneficiado na Igreja de São Pedro e São Miguel de Torres Vedras; Tomé da Rocha, tabelião; Violante [...].



**Outros Topónimos:** Alcabrichel; Casal Queimado; Igreja de São Miguel de Torres Vedras; Igreja de São Pedro de Torres Vedras.

**93. *Mosteiro de Arouca, Livro 144***

1540, [...]

*Bula em latim.*

**Outros Antropónimos:** Gonçalo de Beça; João Baptista Sangalho.

**Outros Topónimos:** Santa Marinha de Tropeço, termo de Arouca, diocese de Lamego.

**94. *Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 34***

1541, Lisboa, Agosto, 19

*Carta régia de concessão dos privilégios de regedor, governador e desembargador da Casa da Suplicação e do Cível, a João Álvares, sapateiro, morador em Torres Vedras, amo do Dr. Gaspar de Carvalho, do Conselho do Rei e do Desembargo do Paço.*

**Outros Antropónimos:** Agostinho [...]; Álvaro Fernandes, doutor, do Conselho e chanceler-mor; Manuel Gomes da Rosa; Pero Gomes.

**95. *Cartório Notarial de Torres Vedras, Liv. de Notas, “Cartório”, Liv. 73***

1544, Torres Vedras, Fevereiro, 22

*Instrumento de obrigação de missas instituída por Catarina Colaça, viúva.*

**Outros Antropónimos:** Afonso Ribeiro, marido de Joana Leitoa; António Lopes, beneficiado nas igrejas de São Pedro e São Miguel de Torres Vedras; Hilária, filha de Joana Leitoa; Joana Leitoa, filha de Catarina Colaça;

**Outros Topónimos:** Casal de Santa Maria; Repelão; São Folgado.



**96. Mesa da Consciência e Ordens - Tombos de Comendas, Livro 277**

1544, Braga, Fevereiro, 26

*Carta de renovação de emprazamento que faz o Cabido da Sé de Braga a João Afonso, clérigo de missa, criado de António Velho, abade de Moure e Águas Santas, morador em Braga, que comprara o direito e vidas de um prazo de umas casas da obra da Sé na Rua Verde a Fernão Quintero, pagando 150 reais em dinheiro por ano.*

**Outros Antropónimos:** Aires da Costa, cónego prebendado na Sé de Braga; António de Aguiar; António Lopes, criado de D. Jorge; António Rodrigues, cónego prebendado na Sé de Braga; Belchior da Silva, cónego prebendado na Sé de Braga; Diogo de Andrade, cónego prebendado na Sé de Braga; Diogo Fernandes, cónego prebendado na Sé de Braga; Filipe [...], escrivão do cabido; Filipe Campelo, cónego prebendado na Sé de Braga; Francisco de Castro, cónego prebendado na Sé de Braga; Francisco Gonçalves, cónego prebendado na Sé de Braga; Francisco de Sampaio, clérigo do coro; Geraldo de Castilho, cónego prebendado na Sé de Braga; Jacome de Castilho, cónego prebendado na Sé de Braga; Jacome Vieira, cónego prebendado na Sé de Braga; Jerónimo Mateus, cónego prebendado na Sé de Braga; João Afonso de Aveleda; João Martins, cónego prebendado na Sé de Braga; Jorge Madeira, cónego prebendado na Sé de Braga; Lopo Dias, cónego prebendado na Sé de Braga; D. Martinho, arcebispo; Pero Fernandes, cónego prebendado na Sé de Braga; Sebastião Gonçalves, Licenciado e provisor e vigário-geral no arcebispado de Braga; Tristão Luís, cónego prebendado na Sé de Braga.

**Outros Topónimos:** Capela de Santa Marta; Hospital de São Marcos; couto de Vimieiro.

**97. Mosteiro de Arouca, Livro 78 [1.º documento]**

1546, Arouca, Novembro, 16

*Bula em latim emitida pelo Papa Paulo III em favor de Diogo Dias, clérigo cura de São Pedro de Arouca.*



**Outros Antropónimos:** Gonçalo de Beça.

**Outros Topónimos:** Lamego; Lisboa; Santarém.

**98. Mosteiro de Arouca, Livro 79**

1549, Arouca, Setembro, 22

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Luís Eanes e Catarina Dias, sua mulher, de um casal em Romariz, que antes trazia João Eanes, seu pai.*

**Outros Antropónimos:** Ana de Escobar; Domingos Dias, almocreve; Domingos Eanes de Camelo; Duarte de Almeida; Gonçalo Eanes, escrivão dos prazos; D. Isabel de Castro, subpriora; Maria de Almeida, priora; D. Milícia de Melo, abadessa.

**99. Mosteiro de Arouca, Livro 57**

1554, Arouca, Abril, 19

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a João Fernandes e sua mulher de um casal.*

**Outros Antropónimos:** Gonçalo Eanes, tabelião; Frei Luís de Almança, confessor; Frei Pedro Adegeiro (?); Pero Eanes Malfrade.

**100. Ordem de Avis / Convento de São Bento, Livro 1**

[post. 1556], Lisboa, Abril

*Instrumento relacionado com a venda de umas casas, hortas e olivais nos paços de Xabregas a António Álvares, almoxarife dos ditos paços.*

**Outros Antropónimos:** António Gonçalves; Baltasar Leal, criado de Bernardim Esteves; Bernardim Esteves, licenciado e procurador da coroa; Diogo Lobo; Isabel Gomes; Henrique Nunes, tabelião; Manuel Nunes,



moço da câmara da infante D. Maria; Manuel Vaz, moço da câmara do rei; infante D. Maria.

**Outros Topónimos:** Convento de São Francisco de Lisboa; Mosteiro da Madre de Deus; Rio Tejo; Xabregas;

### **101. Mosteiro de Arouca, Livro 15**

1558, Lisboa, Agosto, 12

*Carta régia nomeando João Viegas, morador em Arouca, como juiz dos órfãos, inquiridor e distribuidor em Arouca como o fora Romão de Beça, que se finara, por ter casado com a filha deste.*

**Outros Antropónimos:** Antónia Barbosa; Antónia de Beça; António Vieira, escrivão; D. Constantino de Bragança; D. Gonçalo Pinheiro, bispo de Viseu; Gonçalo Teixeira, tabelião; João de [...], escrivão; João Aranha, tabelião em Arouca; Roque Vieira; D. Simão da Cunha.

### **102. Mosteiro de Arouca, Livro 81**

1561, Arouca, Janeiro, 30

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Pero Eanes Duro de um casal em Vadonalde, freguesia de São Miguel de Arouca.*

**Outros Antropónimos:** Domingos Fernandes; Gonçalo de Beça, feitor; D. Isabel de Castro, priora; João Viegas, escrivão dos prazos; D. Leonor de Albuquerque, abadessa; D. Maria de Berredo, subpriora; Pero Eanes Malfrade.

### **103. Mosteiro de Arouca, Livro 79**

1566, Arouca, Abril, 2

*Carta de emprazamento que faz o mosteiro de Arouca a Adão Pires e Maria Gonçalves, sua mulher, moradores no burgo, de umas casas terreiras no cimo do burgo de Vila Meã junto das casas do concelho.*



**Outros Antropónimos:** Frei Ambrósio; António Dias; Filipa Brandoa, subpriora; Gonçalo de Beça, escrivão do mosteiro; Gonçalo Pires de Azevedo; D. Isabel de Castro, priora; D. Leonor de Albuquerque, abadessa; Pero Eanes Malfrade.

**104. Mosteiro de Arouca, Livro 32**

Roma, 1567

*Bula em latim de pensão de 50 cruzados em favor de Gonçalo de Beja.*

**Outros Topónimos:** Igreja de São Miguel.

**105. Mosteiro de Arouca, Livro 64**

[post. 1595, Porto, Novembro, 10]

*Carta de Diogo Brandão, fidalgo da Casa Real, vedor da Fazenda no Porto, confirmando o privilégio dos alcaifes do número do Porto a Manuel Manso.*

**Outros Antropónimos:** Baltasar do Couto, escrivão dos contos do Porto; Brás Dias; Gaspar [...]; Luís Figueira.

**Outros Topónimos:** Belmonte.

**106. Mosteiro de Arouca, Livro 78 [2.º documento]**

1598, Lisboa, Janeiro, 23

*Carta régia concedendo a Constantino de Castro, tabelião do público e judicial do concelho de Gaia, termo do Porto, licença para ter uma pessoa que o ajudasse.*

**Outros Antropónimos:** Belchior do Amaral, do Conselho do Rei e desembargador do Paço; Damião de Aguiar, do Conselho do Rei e desembargador do Paço; Dr. Jerónimo Pereira de Sá, do Conselho do Rei e desembargador do Paço; Miguel Couceiro.



**107. *Manuscritos da Livraria, 1221***

[finais do séc. XVI-inícios do séc. XVII]

*Folhas de dois processos judiciais diferentes nas guardas da encadernação. O único que é possível ler envolve uma contenda acerca de um casal.*

**Outros Antropónimos:** António Fernandes; António Lopes.

**108. *Cabido da Sé de Lamego, Livro 72***

Lisboa, [1678-1683], [...]

*Dispensa matrimonial em latim.*

**Outros Antropónimos:** Domingos Fernandes Gomes, filho de Isabel Fernandes; Domingos Lopes Lara; Isabel Fernandes; Marcelus Duratius, Arcebispo de Calcedónia; Petrus Paulus Castreia;

**Outros Topónimos:** Lamego.



## Apêndice

### Lista de fragmentos da Torre do Tombo em pergaminho contendo obras literárias e históricas em português

A descrição codicológica bem como informações pertinentes adicionais dos fragmentos listados infra pode ser obtida na base de dados *BITAGAP* na Internet pesquisando por autor, obra, cota ou manid (n.º de identificação de manuscrito).

#### Obras identificadas

Afonso X, *História Geral*

Fragmentos, Caixa 21, n.º 29<sup>38</sup> (manid 1495)

Fragmentos, Caixa 21, n.º 30<sup>39</sup> (manid 1502)

Fragmentos, Caixa 21, n.º 31<sup>40</sup> (manid 1501)

Fragmentos, Caixa 21, n.º 32<sup>41</sup> (manid 1500)

Afonso X, *Primeira Partida*

Colegiada de Santa Iria de Santarém, Livro 1 (manid 1448)<sup>42</sup>

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Pasta 41, doc. s/n.<sup>43</sup> (manid 3287)

Afonso X, *Segunda Partida*

Gavetas, VII, Maço 15, n.º 2<sup>44</sup> (manid 1147)

<sup>38</sup> Publicado em LEITE, Mariana – *A General Estoria de Afonso X em Portugal: as múltiplas formas de receção do texto alfonsino entre os séculos XIV e XVI*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012, p. 285-287.

<sup>39</sup> Publicado em IDEM – *A General Estoria...*, cit., p. 289-291.

<sup>40</sup> Publicado em IDEM – *A General Estoria...*, cit., p. 293-296.

<sup>41</sup> Publicado em IDEM – *A General Estoria...*, cit., p. 297-300.

<sup>42</sup> Publicado em FERREIRA, José de Azevedo – *Alphonse X: Primeyra Partida: Édition et Étude*. Braga: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1980, p. lvi-lxi.

<sup>43</sup> Publicado em ASKINS et alii, 2002, 47-49.

<sup>44</sup> Publicado em FERREIRA, 1987, 289-291.



Afonso X, *Terceira Partida*

Espólio Silva Marques, Caixa 1, n.º 4<sup>45</sup> (manid 1440)

Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, 2.ª inc., Maço 236, doc. s/n.º<sup>46</sup>  
(manid 4213)

Afonso X, *Quinta Partida*

Fragmentos, Caixa 21, n.º 3<sup>47</sup> (manid 3390)

Bernardo de Brihuega, *Vida e Paixão dos Quarenta Cavalheiros*

Fragmentos, Caixa 20, n.º 10<sup>48</sup> (manid 1750)

D. Dinis, *Cantigas*

Fragmentos, Caixa 20, n.º 2<sup>49</sup> (manid 1817)

João Cassiano, *Colações dos Santos Padres do Egipto*

Fragmentos, Caixa 21, n.º 2<sup>50</sup> (manid 3405)

Fragmentos, Caixa 21, n.º 18<sup>51</sup> (manid 1859)

Fragmentos, Caixa 21, n.º 19<sup>52</sup> (manid 1164)

João Cassiano, *Estabelecimentos dos Mosteiros*

Cartório Notarial de Torres Vedras, “Cartório”, Livro 70<sup>53</sup> (manid 4319)

Tancredus Bononiensis, *Ordo Iudiciarius*

Colecção Especial, Maço 10, Doc. 38<sup>54</sup> (manid 3528)

<sup>45</sup> Publicado em FERREIRA, 1980, 124-132.

<sup>46</sup> Publicado em FERREIRA, 1987, 289-291.

<sup>47</sup> Publicado em ASKINS, Arthur L.-F. et alii – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 51-55.

<sup>48</sup> Publicado em CEPEDA, Isabel Vilarés – Os “Quarenta...”, cit., p. 507-514.

<sup>49</sup> Publicado em SHARRER, Harvey L. – Fragmentos de sete..., cit., p. 13-29;  
FERREIRA, Manuel Pedro – *Cantus coronatus...*, cit.

<sup>50</sup> Publicado em ASKINS, Arthur L.-F. et alii – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 44-46.

<sup>51</sup> Publicado em IDEM – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 39-41.

<sup>52</sup> Publicado em AZEVEDO, Pedro de – Fragmento de um..., cit., p. 36-39.

<sup>53</sup> Publicado em RICO, Maria João Toscano – A projecção..., cit., p. 123-148.

<sup>54</sup> Publicado em ASKINS, Arthur L.-F. et alii – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 59-62.



Convento da Santíssima Trindade de Santarém, 1.<sup>a</sup> inc., Maço 10, n.º 28<sup>55</sup> (manid 4311)

Teodorico Borgognoni, *Livro de Cirurgia*  
Fragmentos, Caixa 20, n.º 9<sup>56</sup> (manid 1045)

Tito Lívio, *Décadas*  
Cartório Notarial da Lourinhã, Caixa 2, Livro 7 (manid 4338)

*Orto do Esposo*  
Fragmentos, Caixa 21, n.º 23<sup>57</sup> (manid 3397)  
Fragmentos, Caixa 21, n.º 26<sup>58</sup> (manid 3527)  
Mosteiro de Lorvão, Livro 10<sup>59</sup> (manid 3530)

*Vida de São Nicolau de Mira*  
Fragmentos, Caixa 21, n.º 1<sup>60</sup> (manid 1148)

*Foral de Tonhe*  
Fragmentos, Caixa 21, n.º 20 (manid 3518)

### Obras por identificar

#### Comentários Religiosos:

Convento de Santo Elói de Lisboa, Livro 18 [reforço da capa] (manid 6116)  
Convento de Santo Elói de Lisboa, Livro 18 [reforço da capa] (manid 6117)  
Fragmentos, Caixa 21, n.º 22 [reforço da capa]<sup>61</sup> (manid 3401)

<sup>55</sup> Ultimamos a publicação deste fragmento.

<sup>56</sup> Publicado em ASKINS, Arthur L.-F. et alii – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 63-65.

<sup>57</sup> Publicado em IDEM – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 30-34.

<sup>58</sup> Publicado em IDEM – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 37-38.

<sup>59</sup> Publicado em IDEM – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 36.

<sup>60</sup> Publicado em AZEVEDO, Pedro de – *Dois fragmentos...*, cit., p. 581-586.

<sup>61</sup> Publicado em ASKINS, Arthur L.-F. et alii – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 28-29.



Fragmentos, Caixa 21, n.º 23 [reforço da capa]<sup>62</sup> (manid 3532)  
Fragmentos, Caixa 21, n.º 24 [reforço da capa]<sup>63</sup> (manid 3410)  
Mosteiro de Alcobaça, Livro 64 [reforço da capa] (manid 4447)  
Mosteiro de Alcobaça, Livro 65 [reforço da capa] (manid 4448)  
Mosteiro de Alcobaça, Livro 115 [reforço da capa] (manid 4435)  
Mosteiro de Lorvão, Livro 12<sup>64</sup> (manid 3526)

Comentários de Direito:

Fragmentos, Caixa 21, n.º 21<sup>65</sup> (manid 3406)

Comentários de Medicina e Farmacopeia:

Manuscritos da Livraria, 180<sup>66</sup> (manid 3398)

<sup>62</sup> Publicado em ASKINS et alii, 2002, 22-23; NUNES, Irene Freire – Pequenas tiras. In *Da decifração em textos medievais: IV Colóquio da Secção Portuguesa da Associação Hispânica de Literatura Medieval*. Lisboa: Colibri, 2003, p. 217-222.

<sup>63</sup> Publicado em ASKINS, Arthur L.-F. et alii – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 26-28.

<sup>64</sup> Publicado em IDEM – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 24-25.

<sup>65</sup> Publicado em IDEM – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 58.

<sup>66</sup> Publicado em IDEM – *Fragmentos de textos...*, cit., p. 68.



# **D. Álvaro de Castro (1.º conde de Monsanto) perante os desafios da Expansão Portuguesa do século XV**

**Marco Oliveira Borges**

Centro de História, Universidade de Lisboa  
Bolsheiro de Doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia  
marcoliveiraborges@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 15.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 24.09.2014

## *Resumo/Abstract:*

Neste estudo procuramos compreender de que modo D. Álvaro de Castro se envolveu nos desafios proporcionados pela expansão marítima portuguesa do século XV. Assim, para além de ser importante reter o seu envolvimento nas campanhas militares a Marrocos, não esquecendo também a sua actividade militar interna, há que tentar explorar a associação de D. Álvaro de Castro ao frete de navios com destino à Flandres e ao abastecimento de Ceuta.

On this study we try to understand in which way was D. Álvaro de Castro involved in the challenges brought up by the Portuguese maritime expansion of the 15<sup>th</sup> century. Thus, although it is important to understand his involvement in the military campaigns in Morocco, as well as his internal military activity, it is also significant to try and explore his association with the vessel charter headed to Flanders and destined to the supply of Ceuta.

## *Palavras chave/Keywords:*

D. Álvaro de Castro; Expedições militares; Marrocos; Frete de navios.

D. Álvaro de Castro; Military expeditions; Morocco; Vessel chartering.



## Introdução

O interesse por querer desenvolver um estudo alargado sobre D. Álvaro de Castro, camareiro-mor de D. Afonso V, conselheiro régio, senhor de Cascais, 1.º conde de Monsanto, fronteiro-mor e alcaide-mor da cidade de Lisboa (entre outros ofícios e títulos que foi acumulando), surgiu do próprio relevo que este fidalgo foi adquirindo no âmbito do desenvolvimento da nossa dissertação de mestrado<sup>1</sup> e que já nos havia permitido elaborar um pequeno estudo de síntese envolvendo os seus feitos militares e actividade marítima<sup>2</sup>. Para além disso, o facto de não existirem estudos específicos sobre D. Álvaro de Castro, embora havendo importantes dados biográficos coligidos por alguns investigadores<sup>3</sup>, foi outro factor determinante para querermos aprofundar conhecimento sobre esta interessante figura da nobreza portuguesa quatrocentista que andou ligada a grandes acontecimentos da história nacional.

D. Álvaro de Castro (14??-1471) era filho primogénito de D. Fernando de Castro, governador da Casa do infante D. Henrique, alcaide-mor da Covilhã, 1.º senhor do Paul de Boquilobo, senhor de Ançã e de S. Lourenço do Bairro, e de D. Isabel de Ataíde, filha de Martim Gonçalves de Ataíde, senhor de Monforte e alcaide-mor de Chaves<sup>4</sup>. Pelo primeiro casamento do pai tinha

<sup>1</sup> BORGES, Marco Oliveira – *O Porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à Navegação e Defesa Costeira*. Dissertação de Mestrado em História Marítima (FLUL): 2012, *passim*.

<sup>2</sup> BORGES, Marco Oliveira – “D. Álvaro de Castro”, in DOMINGUES, Francisco Contente, SILVA, Jorge Moreira da e CASTRO, Tiago Machado (dir.) – *Dicionário de História Marítima* (2011), (<http://ww3.fl.ul.pt/DHM/DHM/page3/page29/page29.html>, consultado em 2012.06.22).

<sup>3</sup> Cf. FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*, 2.ª ed., liv. terc., Coimbra, Imprensa da Universidade, 1930, p. 280-281; LOURENÇO, Manuel A. P. – “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra*, 71 (1954) 2, embora sem indicar fontes e com algumas afirmações bastante discutíveis; ANDRADE, Ferreira de – *Cascais – Vila da Corte. Oito Séculos de História*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. 47-51 e 74; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha de Alfarrobeira. Antecedentes e Significado Histórico*, vol. II. Coimbra: Biblioteca Geral da Universidade, 1980, p. 758-763; SILVA, Joaquim Candeias e BRANCO, Manuel da Silva Castelo – *A Beira Baixa na Expansão Ultramarina (Séculos XV-XVII). Subsídios históricos*. Lisboa: Câmara Municipal de Belmonte, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1999, p. 167.

<sup>4</sup> MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana (Nobiliário de Famílias de Portugal)*, t. II, vol. II. Porto: Livraria Fernando Machado, [s.d.], p. 110; SOUSA, António Caetano



como irmãos D. Henrique de Castro, o qual fora eleito Prior do Crato mas morrera antes de tomar posse, D. Garcia de Castro, que combateu na batalha de Alfarrobeira integrando as hostes reais, D. Maria de Castro, 1.ª mulher de D. Álvaro de Sousa (mordomo-mor), D. Isabel de Castro, condessa de Viana do Alentejo, por casamento com D. Duarte de Meneses<sup>5</sup> (1.º capitão de Alcácer Ceguer), e D. Catarina de Castro, condessa de Avranches, por casamento com D. Álvaro Vaz de Almada<sup>6</sup>. Do segundo casamento do pai, o nosso biografado tinha como irmãs D. Violante de Castro, senhora de Mafra, e D. Margarida de Castro.

D. Álvaro de Castro casou com D. Isabel da Cunha, filha de D. Afonso de Cascais e de D. Branca da Cunha, sendo D. Isabel neta do doutor João das Regras e legítima titular do senhorio de Cascais, apesar de D. Afonso continuar a usar o título de senhor de Cascais<sup>7</sup>. Do seu casamento com D. Isabel, D. Álvaro de Castro teve como filhos D. João de Castro, 2.º conde de Monsanto, D. Jorge de Castro, D. Joana de Castro e D. Leonor de Castro. Teve ainda, como filhos bastardos, D. Rodrigo de Castro<sup>8</sup>, D. Guiomar de Castro<sup>9</sup> (duquesa de Nájera) e D. Margarida de Castro<sup>10</sup>.

---

de – *Historia Genealogica da Casa Real Portuguesa*, t. XI, pt. II. Lisboa: Na Regia Officina Sylviana e da Academia Real, 1745, cap. II, p. 802-803.

<sup>5</sup> MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana...*, cit., p. 111.

<sup>6</sup> MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana...*, cit., p. 110-111; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, cit., vol. II, p. 758.

<sup>7</sup> D. Isabel recebeu o senhorio de Cascais a 31 de Maio de 1436, já depois da morte de D. Pedro da Cunha (seu irmão), ainda que sob tutela de seu pai, D. Afonso de Cascais, que continuava a assumir o título de senhor de Cascais (cf. *Chancelarias Portuguesas*. D. Duarte, vol. I, t. II. Lisboa: Centro de Estudos Históricos da Universidade Nova de Lisboa, 1998, p. 286-289, doc. 1024, p. 296-301, doc. 1032; MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a História do Concelho de Cascais na Idade Média – I”, *Novos Ensaios de História Medieval Portuguesa*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 114-115).

<sup>8</sup> Combateu e foi ferido na batalha de Toro (PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey D. Affonso V”, in *Crónicas de Rui de Pina*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1977, cap. CLXXXVI, p. 840). Sobre esta batalha, vide ENCARNAÇÃO, Marcelo Reis da, *A Batalha de Toro*. Dissertação de Doutoramento em História (FLUP), 2 vols: 2011.

<sup>9</sup> A mesma por quem Henrique IV, rei de Castela, veio a ter “amores” (GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe D. João*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1977, cap. XXXV, p. 87).

<sup>10</sup> MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana...*, cit., p. 112. Estas informações divergem de SOUSA, António Caetano de – *Historia Genealogica...*, cit., t. XI, pt. II, cap. II, p. 806-807, que não refere D. Jorge de Castro e apresenta D. João de Castro, D. Joana de Castro, D. Leonor de Castro, D. Guiomar de Castro, D. Rodrigo de Castro e D. Madalena



## 1. D. Álvaro de Castro e a sua actividade militar em solo interno

Não se sabe a data e local de nascimento de D. Álvaro de Castro, sendo que este fidalgo costuma ser confundido com um seu homónimo contemporâneo<sup>11</sup>. Porém, como não vem referido entre os combatentes que participaram na tomada de Ceuta, presume-se que, por essa altura, fosse muito novo ou ainda não tivesse nascido. Em todo o caso, D. Álvaro de Castro vai estar ligado a todas as outras campanhas militares a solo marroquino a partir de 1437 (Tânger), culminado em 1471 (Arzila), e a outros grandes acontecimentos da história portuguesa quatrocentista.

Ulteriormente à morte de D. Duarte, D. Álvaro de Castro vai estar presente nas Cortes de Torres Novas, iniciadas a 10 de Novembro de 1438, vindo a pertencer ao segundo giro do conselho régio com a obrigação de fazer cumprir o regimento do Reino que havia sido acordado<sup>12</sup>. Em 1439, aquando da crise suscitada pela morte de D. Duarte e a questão da regência do Reino, D. Afonso de Cascais, senhor daquela vila, optou pelo lado da rainha em vez do partido de D. Pedro. Posteriormente, a 29 de Dezembro de 1440, viu-se obrigado a deixar Portugal juntamente com o seu filho (D. Fernando de Cascais), exilando-se em Castela, vindo a morrer em Agosto

---

de Castro (em vez de D. Margarida de Castro) como filhos directos do casamento entre D. Álvaro de Castro e D. Isabel da Cunha.

<sup>11</sup> Existiram, pelo menos, dois homónimos de D. Álvaro de Castro seus contemporâneos. Um deles, enquanto fidalgo da casa do infante D. Henrique, também chegou a participar na expedição fracassada a Tânger, vivendo para lá do termo de vida do nosso biografado (cf. PINA, Rui de – *Crónica do Rei D. Duarte*. Lisboa: Editorial Presença, [1966], cap. XV, p. 100; FREIRE, Anselmo Braamcamp – “A honra de Resende”, in *Archivo Historico Portuguez*, vol. IV, n.º 1-2. Lisboa: Officina Typographica – Calçada do *Cabra*, 1906, p. 30-31; MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos Portugueses. Documentos para a sua História*, vol. III. Lisboa: Instituto de Alta Cultura, 1971, p. 125, doc. 92; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, cit., vol. II, p. 757-758; DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade no Portugal Medieval (1459-1481)*. Dissertação de Doutoramento em História da Idade Média (FLUP), vol. I: 1993, p. 260 e *passim*; SILVA, Joaquim Candeias e BRANCO, Manuel da Silva Castelo – *A Beira Baixa...*, cit., p. 167-168).

<sup>12</sup> *Monumenta Henricina*, vol. VI. Coimbra: Comissão Executiva das Comemorações do V Centenário da Morte do Infante D. Henrique, 1964, p. 270, doc. 96; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, cit., vol. II, p. 759.



do ano seguinte<sup>13</sup>. Foi após a fuga do sogro que D. Álvaro de Castro passou a intitular-se senhor de Cascais<sup>14</sup>.

Por carta de 19 de Junho de 1441, assinada pelo regente, recebeu ordens para entregar o castelo do Crato (cuja alcaidaria detinha por ordem do infante D. Pedro) a D. Henrique de Castro, fidalgo da casa do infante D. Henrique<sup>15</sup>. Nesse mesmo ano, por carta de 18 de Agosto, foi nomeado para coudel da vila da Lourinhã durante um período de cinco anos<sup>16</sup>. A 1 de Setembro de 1443, D. Álvaro de Castro e sua mulher, D. Isabel da Cunha, venderam, por 400 dobras de “boom houro”, umas casas situadas no Bairro dos Escolares (Lisboa)<sup>17</sup> ao infante D. Henrique. Estas acabariam por ser destinadas ao Estudo Geral dessa cidade<sup>18</sup>.

A 11 de Abril de 1445, durante os preparativos de uma expedição a Castela, foi-lhe outorgada uma carta de privilégios em que todos os seus caseiros, lavradores, amos, mordomos e apaniguados ficavam isentos de impostos, de encargos concelhios e de servirem por terra e por mar<sup>19</sup>. Em Maio desse mesmo ano D. Álvaro de Castro integrou a hoste comandada pelo jovem condestável D. Pedro que seguiu em auxílio do rei castelhano contra os infantes de Aragão, mas que não chegou a combater na batalha de Olmedo, ocorrida a 29 desse mês.

Ainda na regência de D. Pedro, por carta de 10 de Agosto de 1446, D. Álvaro de Castro foi nomeado para ir de armada em naus e navios com cavaleiros, fidalgos, escudeiros e outra boa gente a “alguns lugares que cumprem a nosso serviço”, detendo para isso plena autoridade sobre

<sup>13</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. XLI, p. 77-81; SOUSA, António Caetano de – *Historia Genealógica...*, *cit.*, t. XI, pt. II, cap. I, p. 784-785; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões da Sala de Sintra*. Apres. e apênd. de Luís Bivar Guerra, [vol.] I. [Lisboa]: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1996, p. 354-355.

<sup>14</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a História...”, *cit.*, p. 115.

<sup>15</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 759.

<sup>16</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 2, fl. 99; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 759.

<sup>17</sup> *Monumenta Henricina*, vol. IX, p. 99-100; *Documentação Henriquina*. Maia: Castoliva Editora, 1995, p. 331, doc. 73.

<sup>18</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 760.

<sup>19</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 25, fl. 77; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 760.



todos os homens que com ele servissem<sup>20</sup>. Desconheciam-se, no entanto, quais os destinos específicos e alvos da missão. Porém, no dia seguinte, o mesmo D. Álvaro de Castro foi ordenado a formar uma armada para combater os corsários castelhanos que continuamente andavam a roubar navios portugueses, castelhanos e outros que vinham comerciar ao Reino não respeitando o acordo de paz firmado entre Portugal e Castela. Nessa mesma carta requeria-se a ajuda das povoações portuárias portuguesas e castelhanas para que a armada de D. Álvaro de Castro pudesse rapidamente apanhar os ditos corsários:

“a todollos nossos naturaaes e sobdictos e jssso mesmo aos do dicto Rey de Castella que ssejam antes [*sic*] lhes emcomendamos que dem ao dicto dom Aluaro portos dos dictos Regnos e Senhorios [...] [e] toda a ajuda e fauor que poderem pera llogo os dictos cosairos serem pressos e filhados ssem dellonga”<sup>21</sup>.

Para além da ajuda no acesso a portos, sobretudo aos de Castela, seria sempre importante obter informações sobre o paradeiro dos corsários, talvez até o auxílio para a captura dos mesmos. De notar que a procura dos corsários estendia-se até águas castelhanas e havia uma legitimação para isso.

Não há informação de que o senhor de Cascais tenha tido êxito na sua missão. Contudo, posteriormente, continuou a comandar operações contra o corso, actividade em que esteve envolvido igualmente seu pai, D. Fernando de Castro<sup>22</sup>, o qual também liderou uma expedição às Canárias sob ordens do infante D. Henrique (1424)<sup>23</sup>.

<sup>20</sup> VITERBO, Sousa – “Uma Expedição Portuguesa às Canárias em 1440”, in *Archivo Historico Portuguez*, 2.<sup>a</sup> ed., vol. I, n.º I. Lisboa: Imprensa Libanio da Silva, 1920, p. 348, doc. II; MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos...*, *cit.*, sup. vol. I, p. 531, doc. 988.

<sup>21</sup> VITERBO, Sousa – “Uma Expedição...”, *cit.*, p. 348, doc. III; MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos...*, *cit.*, vol. I, p. 446-447, doc. 351.

<sup>22</sup> Pelo menos na área do Mediterrâneo, após a conquista de Ceuta (cf. CRUZ, Abel dos Santos – “A Guerra de Corso e a Pirataria no Mediterrâneo Ocidental ao tempo do Conde D. Pedro de Meneses (1415-1437)”, in DOMINGUES, Francisco Contente e MATOS, Jorge Semedo de (org.), *A Guerra Naval no Norte de África (séculos XV-XIX)*. Lisboa: Edições Culturais da Marinha, 2003, p. 80).

<sup>23</sup> AZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Descobrimento e Conquista da Guiné*. Introd., actualização de texto e notas de Reis Brasil. [s.l.]: Publicações Europa-América, [s.d.], cap. LXXIX, p. 212-213; VITERBO, Sousa – *Trabalhos Náuticos dos Portugueses*.



Como se pode imaginar, o processo de recrutamento para as armadas e a disponibilidade de navios eram problemáticos. Reunir os homens necessários e comandar uma armada não era tarefa fácil porque muitos se furtavam a isso, ou, por outro lado, porque poderiam surgir problemas com a falta de disciplina a bordo. Isto poderia complicar-se com a presença de criminosos nos navios já que estes habitualmente eram recrutados para as armadas. Na primeira carta dirigida a D. Álvaro de Castro é referido que todos os cavaleiros, fidalgos, escudeiros e todos os outros que fizessem parte da armada deveriam prestar obediência e fazer o que o senhor de Cascais ordenasse, caso contrário incorriam em “conprjmento de djreito e de justiça per todallas maneiras que per djreito achar ssalluo morte ou talhamento de nembros”. Todavia, nos casos mais graves, aqueles que merecessem estas duas penas mais severas deveriam ser entregues à justiça por D. Álvaro de Castro, em qualquer lugar do Reino, sendo que a ordem era para que fossem enviados “aa nossa corte de conçelho em conçelho pera delles mandarmos fazer comprimento de djreito e justiça”<sup>24</sup>.

Enquanto camareiro-mor de D. Afonso V, e durante o período conturbado que precedeu a batalha de Alfarrobeira, D. Álvaro de Castro foi alvo de suspeição por parte dos inimigos do infante D. Pedro que o acusaram falsamente de dizer “amores aa Raynha”, tentando que lhe fosse aplicada a pena de morte ou o desterro e que a rainha caísse na infâmia aos olhos do rei<sup>25</sup>. Rui de Pina refere mesmo que D. Álvaro de Castro chegou a ser preso, mas que o rei logo o “soltou e depois muito honrou e acrescentou”<sup>26</sup>. Não se sabe ao certo o tempo em que esteve preso e se participou ou não na batalha de Alfarrobeira (20 de Maio de 1449), sendo de admitir as duas hipóteses<sup>27</sup>. O certo é que, restabelecida a confiança do rei em D. Álvaro de Castro, por carta de 10 de Outubro de 1449 foi-lhe confirmada a posse da vila de Cascais e do reguengo de Oeiras<sup>28</sup>.

---

*Séculos XVI e XVII*. Introd. de José Manuel Garcia. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 1988, p. 252-253 [288-289].

<sup>24</sup> VITERBO, Sousa – “Uma Expedição...”, *cit.*, p. 348, doc. II.

<sup>25</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CXIV, p. 736; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 760.

<sup>26</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CXIV, p. 736.

<sup>27</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 761.

<sup>28</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 760.



Em Dezembro de 1449 ocorreram conflitos entre cristãos e judeus lisboetas que culminam com o ataque e saque dos primeiros à judiaria grande de Lisboa e na morte de alguns judeus<sup>29</sup>. A este acontecimento “acudiram com muyta força” os oficiais de justiça e, principalmente, D. Álvaro de Castro, “que com suas forças atalharam ho mais roubo, e dano que se detriminava fazer”<sup>30</sup>. A 20 de Abril do ano seguinte foi confirmada a D. Álvaro de Castro a tença anual de 30.000 reais brancos, outorgados por casamento com D. Isabel, até perfazer a soma de 3.000 coroas<sup>31</sup>. Esta confirmação de D. Afonso V surgiu em reconhecimento das muitas razões que o rei tinha para o fazer. Humberto Baquero Moreno supõe que uma das razões que levaram à confirmação dessa tença tenha a ver precisamente com a actuação de D. Álvaro de Castro na repressão ao saque da judiaria de Lisboa<sup>32</sup>.

Os serviços militares à Coroa iam sucedendo e o estatuto e riqueza de D. Álvaro de Castro iam aumentando. A 28 de Março de 1461, D. Álvaro de Castro foi nomeado fronteiro-mor da cidade de Lisboa e de seu termo. Para além de ficar na posse e encarregado da vigia do castelo, cabendo ao alcaide prestar-lhe obediência, D. Álvaro de Castro detinha a possibilidade de armar navios contra corsários, de requisitar as armas necessárias no armazém do rei e a “obrigação de evitar represálias de gentes do reino ou de fora dele”<sup>33</sup>. Logo em Novembro do mesmo ano, impelido pelos ventos, um barinel francês lançou ferro ao largo do Restelo. O mestre do navio, com receio de que os reconhecessem como franceses, inimigos de Portugal, facto que levaria a que o navio e a mercadoria fossem apresados, pediu ajuda a um navio da Biscaia que estava próximo para transferir a mercadoria para o seu interior enquanto os marinheiros franceses se espalharam por terra. A notícia chegou aos ouvidos de D. Álvaro de Castro, que, como fronteiro-mor de Lisboa, prontamente enviou à embarcação francesa um alcaide e

<sup>29</sup> Sobre este acontecimento, vide MORENO, Humberto Baquero – “O assalto à judiaria grande de Lisboa em Dezembro de 1449”, *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV. Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 89-132.

<sup>30</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CXXX, p. 758-759.

<sup>31</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 34, fl. 62.

<sup>32</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 761; MORENO, Humberto Baquero – “O assalto...”, *cit.*, p. 95-96 (n. 14).

<sup>33</sup> DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade...*, *cit.*, vol. II, p. 322-323.



dois homens, um dos quais era Estêvão Anes, mestre de uma naveta de um mercador. Feita a confiscação da mercadoria, a maior parte dos produtos do barinel ficou na posse do conde de Monsanto, que ordenou a deslocação do navio para Lisboa. Parte da mercadoria que havia sido transferida para o navio biscainho acabou igualmente por ser tomada<sup>34</sup>.

Pelo ano de 1462, enquanto cavaleiro do conselho do rei, D. Álvaro de Castro recebia uma moradia mensal de 8.572 reais brancos<sup>35</sup>. No ano seguinte, em substituição de Galiote Pereira, que havia renunciado ao cargo de alcaide-mor do castelo de Lisboa, D. Álvaro de Castro foi empossado nesse cargo. Com a atribuição deste último cargo passou a usufruir de uma tença anual de 20.000 reais brancos<sup>36</sup>.

Já em 1468, D. Afonso V juntou à alcaidaria-mor de Lisboa, ocupada então por D. Álvaro de Castro, “as penas de sangue, semelhantes às da Corte, que ele decidira aplicar a quem matasse ou ferisse alguém na cidade ou seus arrabaldes, e que aquando da feitura da ordenação destinara à sua Câmara”<sup>37</sup>.

Um mês antes da tomada de Arzila, a 25 de Julho de 1471, D. Afonso V atribuiu uma tença anual de 28.571 reais brancos a D. Álvaro de Castro, para começar a usufruir a partir de 1 de Janeiro de 1472. Contudo, devido ao seu falecimento na tomada daquela praça africana, essa tença não teve efeito<sup>38</sup>.

Esta gradual acumulação de títulos e cargos que vemos em D. Álvaro de Castro foi típica entre as grandes famílias nobres do Reino nos séculos XIV e XV, nomeadamente no reinado de D. Afonso V. Na análise das famílias portuguesas mais importantes que acompanharam os monarcas em finais da Idade Média, Rita Costa Gomes notou que “a sucessão das gerações da mesma família no serviço régio” foi “acompanhada por um processo

<sup>34</sup> DUARTE, Luís Miguel – “Súbditos da Coroa de Aragão em Portugal no século XV – Comércio e segurança. Algumas notas”, *Revista da Faculdade de Letras. História*. II, VII (1990) 78-80 e 82-83, doc. 3.

<sup>35</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, cit., vol. II, p. 763.

<sup>36</sup> Foi igualmente investido como couteiro-mor das perdizes de Lisboa e seu termo, cargo obtido também em substituição de Galiote Pereira (MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, cit., vol. II, p. 762).

<sup>37</sup> DUARTE, Luís Miguel – *Justiça e Criminalidade...*, cit., vol. II, p. 330.

<sup>38</sup> MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, cit., vol. II, p. 763.



de alargamento e de diversificação no âmbito da actuação e nas funções desempenhadas pela nobreza”<sup>39</sup>. Os Castro não foram excepção.



Fig. 1 – Brasão de armas dos Castro, condes de Monsanto (Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Livro do Armeiro-mor*, fl. 49).

## 2. D. Álvaro de Castro nas expedições militares a Marrocos

Com o desenrolar das expedições militares a Marrocos e a manutenção dos locais conquistados, aumentou o movimento nos portos do Reino onde se aprestavam os navios com mantimentos. Para Ceuta, Tânger, Alcácer Ceguer, Arzila e outras praças de guerra africanas partiram numerosas expedições que movimentaram toneladas de alimentos, materiais e milhares de homens de diferentes condições sociais e realidades geográficas. D. Álvaro de Castro foi um entre os muitos nobres que comandaram grupos militares em solo marroquino com gentes de diferentes origens geográficas. O facto de senhorear várias terras elevava as possibilidades de prestar auxílio armado ao rei, quando este decidisse levar a cabo uma expedição militar, e de comandar as forças dos seus senhorios em qualquer parte.

<sup>39</sup> GOMES, Rita Costa – *A Corte dos Reis de Portugal no final da Idade Média*. Lisboa: Difel, 1995, p. 87.





Fig. 2 – Torre-porta da muralha medieval (geralmente chamada castelo) de Cascais. Ao centro, o brasão dos Castro sobreposto por uma esfera armilar, à direita, uma troneira.

No caso cascalense, aquele que conhecemos melhor, sabe-se que a ligação às campanhas militares vem desde as origens do poder senhorial nesta vila. Em 1370 foi fundado o senhorio de Cascais, sendo entregue, juntamente com o castelo da vila, a Gomes Lourenço do Avelar. Esta doação, feita de forma hereditária, surgiu em consideração dos serviços prestados por este poderoso valido do rei e heróico defensor de Ciudad Rodrigo na luta que no ano anterior havia estalado contra Castela. Daí em diante, e sempre que necessário, Gomes Lourenço do Avelar e os seus sucessores continuariam a assegurar o auxílio militar à Coroa com determinado número de lanças e a proceder à defesa do seu senhorio<sup>40</sup>. Porém, com o início da expansão marítima do século XV, é em Marrocos que os senhores de Cascais se vão destacar e garantir esse auxílio armado, fazendo-se acompanhar dos seus combatentes e de outros recrutados para a ocasião – expedicionários de baixa

<sup>40</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a História...”, *cit.*, p. 130.



condição social que arriscaram a vida numa terra mal conhecida e que as crónicas não registaram<sup>41</sup>.

A expedição que rumou a Tânger largou do Restelo a 22 de Agosto de 1437 sob comando do infante D. Henrique, na altura com 43 anos de idade. Durante o embarque D. Henrique recebeu três documentos de recomendação, entre os quais um regimento ordenado por D. Duarte e uma carta de D. Pedro. O rei havia delineado que, uma vez chegada a Ceuta (27 de Agosto), a frota deveria ser dividida em três frentes, cada uma a surgir de surpresa frente a Tânger, Alcácer e Arzila, mas a verdade é que D. Henrique não respeitou tais ordens<sup>42</sup>. Inversamente ao previsto, D. Henrique enviou uma coluna de mil homens para explorarem o caminho mais curto entre Ceuta e Tânger, mas os ataques mouros levaram o comandante a optar pelo caminho mais longo, ou seja, por Tetuão<sup>43</sup>.

Nesta expedição não terá participado D. Afonso de Cascais<sup>44</sup>, senhor daquela vila, o qual havia comandado as forças cascalenses em Ceuta (1415 e 1418-1419)<sup>45</sup>. Todavia, entre os capitães, fidalgos e pessoas principais da casa do infante D. Henrique que seguiram na dura caminhada até Tânger, estava D. Fernando de Castro<sup>46</sup>, governador de sua casa e alcaide-mor da Covilhã, acompanhado por dois dos seus filhos: D. Álvaro de Castro, futuro

<sup>41</sup> Sobre a presença dos nobres nas expedições militares ao Norte de África, vide CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa em Marrocos no Século XV (1415-1464)*. Dissertação de Mestrado em História Medieval (FLUP): 1995.

<sup>42</sup> COELHO, António Borges – “Henrique, o navegador”, *Questionar a História – II. Clérigos, Mercadores, «Judeus» e Fidalgos*. Lisboa: Editorial Caminho, 1994, p. 71.

<sup>43</sup> Para António Dias Farinha, ao seguir aquela caminhada, o infante D. Henrique tinha como plano tomar o domínio das terras vizinhas, “ocupar o território norte de Marrocos, submeter os seus habitantes, estabelecer laços vassálicos e conseguir parceiros comerciais” (FARINHA, António Dias – *Portugal e Marrocos no Século XV*. Dissertação de Doutoramento em História (FLUL), vol. I: 1990, p. 145).

<sup>44</sup> Rui de Pina não indica o nome deste nobre entre os combatentes que estiveram em Tânger.

<sup>45</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada de Ceuta*. Pref. e actualização de textos de Carlos Miranda. Lisboa: Editorial Escol, [s.d.], cap. L, p. 109-110; AZEVEDO, Pedro de – *Documentos das Chancelarias Reais anteriores a 1531 relativos a Marrocos*, t. I. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1915, p. 506-507; BORGES, Marco Oliveira – *O Porto de Cascais...*, cit., p. 131-132 e 139-141.

<sup>46</sup> Tal como o infante D. Henrique, D. Fernando de Castro surge associado às pessoas que tiveram cargo nas despesas com a frota de Tânger (MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos...*, cit., sup. vol. I, p. 515, doc. 919).



senhor de Cascais, e D. Henrique de Castro<sup>47</sup>. Estes fidalgos, ocupando-se da ala direita juntamente com a sua gente de armas, partiram logo após a saída da vanguarda sob comando do conde de Arraiolos<sup>48</sup>.

Na ausência de D. Afonso de Cascais, teria D. Álvaro de Castro comandado as forças militares de Cascais em Tânger? É possível que sim. Não se conhece o motivo da ausência de D. Afonso de Cascais – também alcaide-mor de Lisboa – naquela expedição. Talvez isso tenha acontecido pela sua idade avançada (c. 67 anos), por doença ou por um impedimento de outra ordem que o tenha levado a ficar em Portugal<sup>49</sup>. Assim sendo, é possível que D. Álvaro de Castro, futuro senhor de Cascais, tenha substituído o sogro e comandado as forças cascalenses<sup>50</sup>.

Quanto à expedição, desde a falta de homens ao material incapaz, à artilharia que não operou como se esperava até às dificuldades sentidas no terreno, esta revelou-se mal orientada resultando num fracasso absoluto e que seria agravado com o cativo do infante D. Fernando, vindo a atrasar a “realização marroquina”<sup>51</sup>.

Apenas três anos depois, em Abril de 1440<sup>52</sup>, D. Álvaro de Castro participou numa expedição a Ceuta com o objectivo de resgatar o infante D. Fernando, na altura cativo em Fez, em troca da cidade ceptense. A expedição seria comandada por D. Fernando de Castro, seu pai. Contudo, durante a viagem o navio de D. Fernando de Castro foi surpreendido por uma carraca de corsários genoveses, já perto do cabo de S. Vicente, travando-se um combate que resultou na morte do próprio D. Fernando de Castro<sup>53</sup>.

<sup>47</sup> PINA, Rui de – *Crónica do Rei...*, cit., cap. XV, p. 100; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, cit., vol. II, p. 758-759.

<sup>48</sup> PINA, Rui de – *Crónica do Rei...*, cit., cap. XXIII, p. 136.

<sup>49</sup> BORGES, Marco Oliveira – *O Porto de Cascais...*, cit., p. 132.

<sup>50</sup> Sabemos que D. Álvaro de Castro comandou uma companhia nesta expedição. A 13 de Abril de 1446 foi concedida a Diogo Pires a isenção de servir como besteiro do conto por ter servido na companhia de D. Álvaro de Castro, em Tânger, com cavalos e armas (AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. I, p. 314).

<sup>51</sup> A expressão é de GODINHO, Vitorino Magalhães – *Portugal. A Emergência de uma Nação (das raízes a 1480)*. Lisboa: Edições Colibri, 2004, p. 102.

<sup>52</sup> Embora, erradamente, Rui de Pina e Frei João Álvares indiquem Abril de 1441 (cfr. *Monumenta Henricina*, vol. VII, p. 176-177 (n. 1); MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, cit., vol. II, p. 759 (n. 3) e 984 (n. 2)).

<sup>53</sup> O corsário haveria de ser identificado como sendo Bartolomeu Serrato, cidadão de Savona, sendo obrigado a reembolsar em dinheiro D. Álvaro de Castro pela presa que os



Já em Ceuta, D. Álvaro de Castro escreveu ao infante Regente a contar o triste sucedido, “pedindo-lhe ordenança e provysam pera o futuro”<sup>54</sup>. A “capitania e negócio” da expedição acabaria por ser confiada a D. Álvaro de Castro, que não foi coroado de êxito, já que os mouros exigiram em primeiro lugar a entrega de Ceuta e só depois a libertação de D. Fernando. Bloqueada a missão, D. Pedro ordenou que D. Álvaro de Castro regressasse ao Reino para se discutir outra forma que permitisse a libertação de D. Fernando<sup>55</sup>.

Referindo-se a uma expedição à costa ocidental africana ocorrida em 1445, Gomes Eanes de Zurara menciona que Dinis Dias (descobridor do cabo Verde) armou uma caravela de D. Álvaro de Castro e que, juntamente com Álvaro Fernandes Palenço, piloto de uma fusta velha, pretendia chegar à “terra dos negros”. A primeira paragem foi na ilha de Arguim, local onde fizeram aguada. Após passarem a ponta de Santa Ana doze dos tripulantes saltaram em terra vindo a capturar nove indígenas, três dos quais acabaram por conseguir fugir<sup>56</sup>. Embora Zurara não refira a sua presença, somente que “Dinis Dias armou uma caravela de Dom Álvaro de Castro, tomando logo de começo companhia com Palenço”<sup>57</sup>, Ferreira de Andrade<sup>58</sup> e João Silva de Sousa<sup>59</sup> afirmaram que D. Álvaro terá participado nesta mesma expedição. Dado os ofícios que desempenhava e as responsabilidades acrescidas referentes a isso, e que deveriam ocupar-lhe bastante tempo, não é de crer

---

genoveses tomaram a seu pai dez anos antes (*Monumenta Henricina*, vol. VII, p. 176-177 (n. 1), vol. X, p. 163-164, doc. 103, p. 169-170, doc. 111, p. 178-179, doc. 119). Desconhece-se, no entanto, se chegou a efectuar o pagamento.

<sup>54</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. LIV, p. 653.

<sup>55</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. LIV, p. 650-653; ÁLVARES, Fr. João – *Chronica do Infante Santo D. Fernando*. Coimbra: F. França Amado – Editor, 1911, cap. XXV, p. 68-73; MORENO, Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 759 (n. 3) e 984 (n. 2); CRUZ, Abel dos Santos – *A Nobreza Portuguesa...*, *cit.*, p. 132 (n. 14); COSTA, João Paulo Oliveira e – *Henrique, o Infante*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 261-262.

<sup>56</sup> AZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Descobrimento...*, *cit.*, cap. XXXI, p. 110, cap. LXXI, p. 192-195.

<sup>57</sup> AZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Descobrimento...*, *cit.*, cap. LXXI, p. 192.

<sup>58</sup> ANDRADE, Ferreira de – *Cascais...*, *cit.*, p. 74 (n. 27).

<sup>59</sup> SOUSA, João Silva de – *A Casa Senhorial do Infante D. Henrique*. Lisboa: Livros Horizonte, 1991, p. 399.



que tenha seguido viagem. Aliás, nem era esse o seu tipo de envolvimento pessoal na empresa africana, como teremos oportunidade de ver adiante<sup>60</sup>.

Já se viu que o senhor de Cascais participou na expedição desastrosa a Tânger, onde comandou um grupo militar, e que, em Abril de 1440, tomou parte da expedição mal sucedida que rumou a Ceuta com o objectivo de entregar esta cidade em troca do resgate do infante D. Fernando. Embora não tenha participado na tomada de Ceuta, uma vez que deveria ser muito novo ou nem sequer havia nascido, são várias as cartas, especialmente de perdão, de indulto e de comutação de penas a escudeiros e a degredados sob seu comando, que nos dão conta das suas movimentações para aquela praça. De facto, entre 1442 e 1456 surgem vários documentos que nos indicam – de forma directa ou indirecta – a presença de D. Álvaro de Castro em Ceuta com bastante frequência.

Uma carta de 8 de Maio de 1442 revela que Diogo Gonçalves de Aguiar, escudeiro de D. Álvaro de Castro, enquanto moço de treze anos, havia esfaqueado um lavrador após este ter desferido uma bofetada no seu pai. Esta carta remete para outra outorgada por D. Duarte em que o monarca havia perdoado tal acto a Diogo Gonçalves de Aguiar mediante o serviço de um ano e meio em Ceuta. Com efeito, Diogo Gonçalves de Aguiar acabou por servir durante esse período na companhia de D. Álvaro de Castro, comprovando esse serviço ao rei mediante um alvará do senhor de Cascais. Porém, como o serviço fora feito num espaço de tempo posterior ao que D. Duarte havia delimitado, o escudeiro temia ter incorrido em pena, daí que solicitasse que lhe fosse concedido o perdão. O perdão acabaria por ser concedido, contanto que Diogo Gonçalves de Aguiar fosse servir por quatro meses seguidos ao couto de Arronches, sendo que daí em diante teria liberdade para viver em qualquer lugar do Reino<sup>61</sup>.

<sup>60</sup> De qualquer forma, fica por saber se D. Álvaro de Castro colocou excepcionalmente uma caravela sua à disposição dos navegadores do infante D. Henrique, mediante frete, ou, por outro lado, se o envolvimento dos seus navios poderia ter outro tipo de frequência nas viagens de exploração pela costa ocidental africana. O mais provável é que a caravela apenas tenha sido fretada a D. Álvaro, não havendo qualquer ligação habitual com as viagens de exploração henriquinas.

<sup>61</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 35, fl. 101v; AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 660-661.



Esta carta não permite situar a data em que se desenrolou esse serviço militar de um ano e meio em Ceuta, na companhia de D. Álvaro de Castro. Aliás, os documentos que revelam as ligações de D. Álvaro de Castro ao serviço militar em Ceuta apenas mostram as penas aplicadas e cumpridas pelos homiziados e degredados e nunca as datas exactas das viagens e serviços prestados. Todavia, a dita carta permite perceber que, pelo menos desde 1441, D. Álvaro de Castro comandava forças militares em solo ceptense.

Também não sabemos quais as épocas e as escalas destas viagens. Todavia, um documento de 1 de Abril de 1455 revela que, na vinda de Ceuta, as forças militares de D. Álvaro de Castro escalaram em Faro<sup>62</sup>. O documento remete para cerca de três meses antes, pouco mais ou menos, pelo que a chegada teria ocorrido algures entre Janeiro e Fevereiro. Não se sabe igualmente o motivo que levou à passagem das forças militares por Faro e se esta era, ou não, uma escala frequente no retorno de Ceuta. Todavia, o facto de que, por esta altura, D. Álvaro de Castro já tinha um criado fixo naquela vila algarvia, o qual haveria de ficar ligado às salinas locais, leva-nos a suspeitar de algo mais<sup>63</sup>.

A 28 de Maio de 1446 foi emitida uma carta na qual é referido que Pedro de Lisboa, escudeiro de D. Álvaro de Castro, havia feito queixa de que a sua irmã, casada com Afonso Gonçalves do Soveral (colaço de D. Duarte), e enquanto grávida, havia sido atacada por Afonso Anes da Pederneira. Ao disparar uma besta, Afonso Anes acertou-lhe num olho tirando a sua vida e a da criança de sete meses que trazia no ventre. Consequentemente, o criminoso refugiou-se no couto do mosteiro de Alcobaça. Sem respeito à justiça, vinha de vez em quando à cidade de Lisboa onde o irmão da vítima o ameaçava com o mesmo tratamento, até que um dia o feriu mortalmente pela espada. Por esta razão, Pedro de Lisboa saiu para Castela e mais tarde teve de seguir com D. Álvaro de Castro para Ceuta onde serviu dois anos. No retorno ao Reino o escudeiro incorporou uma expedição a Castela – certamente Olmedo – sob comando do condestável. Posteriormente,

<sup>62</sup> AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 263-264.

<sup>63</sup> O criado era Álvaro Afonso, o qual, a pedido do próprio D. Álvaro de Castro, foi nomeado para o ofício de medidor do sal das salinas e casa do sal da dita vila. A carta é de 14 de Fevereiro de 1455 (Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 15, fl. 7v).



veio a solicitar que a pena que lhe fora aplicada fosse perdoada, facto que ficou estipulado mediante outro serviço “aa nossa cidade de Cepta per sseu corpo sseis anos conpridos”<sup>64</sup>.

Por uma carta de quitação de 2 de Março de 1456, relativa às despesas feitas entre 1453-1454 pelo tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa, é referido que D. Álvaro de Castro, para além de vários alimentos, recebeu 13.150 reais de soldo e mantimento de dois meses para servir naquela praça com cinquenta escudeiros, besteiros e quinze homens de pé<sup>65</sup>.

Para Ceuta também partiam algumas mulheres. Logo após ser tomada a decisão de que se deveria conservar aquela praça de guerra permanentemente, algumas mulheres portuguesas foram enviadas para Ceuta com os seus companheiros, situação que também aconteceu noutras fortalezas costeiras à medida que os portugueses se iam estabelecendo no Norte de África<sup>66</sup>. Assim, por exemplo, numa carta de 24 de Março de 1453 é referido que Leonor de Beja, natural de Lisboa e manceba de Gil Gusmão, escudeiro de D. Álvaro de Castro, havia partido com ambos para Ceuta. Não se sabe a data em que partiram, mas presume-se ter sido pelo ano de 1452. Posteriormente, já no Reino, Leonor de Beja haveria de ser açoutada e condenada ao degredo “pera senpre”<sup>67</sup>. D. Afonso V, no entanto, acabaria por lhe conceder o perdão, sendo que o mesmo só seria válido consoante outras contrapartidas da parte da manceba.

Por carta de 29 de Setembro de 1456 é referido que João Lourenço, morador na Castanheira, “querellara” de Henrique da Costa, escudeiro de D. Álvaro de Castro, por este ter levado sua mulher, Briolanja Rodrigues, e outras coisas de sua casa “pequando lhe com ella na ley do casamento”. Por esta razão Henrique da Costa andava homiziado “con temor das nosas justiças”, acabando por se oferecer para servir na cidade de Ceuta depois de Janeiro de 1456. Ao oferecer-se para servir em Ceuta, Henrique da Costa esperava, posteriormente, conseguir ser perdoado da dita querela mediante o perdão geral concedido aos que foram na armada contra o turco. O caso

<sup>64</sup> AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. I, p. 321-322.

<sup>65</sup> Vide infra, n. 123.

<sup>66</sup> C. R. Boxer – *A Mulher na Expansão Ultramarina Ibérica 1415-1815. Alguns factos, ideias e personalidades*. Trad. de Saúl Barata. Lisboa: Livros Horizonte, 1977, p. [13].

<sup>67</sup> AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 155-156.



prolongou-se por algum tempo, vindo Henrique da Costa a solicitar a D. Álvaro de Castro que intervisse a seu favor perante o rei. Posto isto, ficou determinado que Henrique da Costa teria de servir por três anos em Ceuta, sendo que os dois primeiros seriam à sua custa e o postumeiro à do rei<sup>68</sup>.

Não obstante as várias indicações surgidas na documentação revelarem que seria corrente a presença de D. Álvaro de Castro em Ceuta, aonde chegou a estar ano e meio sem interrupção<sup>69</sup>, não nos surge nenhuma indicação de gentes de Cascais a servir nessa praça durante esse período. Contudo, tal não significa que assim tenha sido visto que o mesmo D. Álvaro tinha escudeiros oriundos daquela vila e termo ao seu serviço.

Durante o período em que D. Álvaro de Castro senhoreou Cascais, mais precisamente por carta de 20 de Novembro de 1445, D. Afonso V nomeou Álvaro Afonso, escudeiro do próprio D. Álvaro e morador em Cascais, para o cargo de coudel da dita vila durante cinco anos. Álvaro Afonso substituíra assim Fernão Vasques, que havia terminado o seu tempo de exercício do cargo durante cinco anos, período que se infere pelas indicações da carta, tal como os anteriores coudéis<sup>70</sup>. Desta feita, o escolhido seria, aliás, um homem da confiança do senhor de Cascais, o que lhe garantiria certamente uma melhor gestão dos recursos humanos disponíveis para a guerra. Note-se que “os nobres a quem eram doadas terras, rendas e outros bens para servirem o monarca com um determinado número de lanças tratavam de assegurar o recrutamento destas nos seus próprios senhorios, nas terras sobre as quais tinham jurisdição ou influência, junto dos seus próprios vassallos e dependentes”<sup>71</sup>. Todavia, as populações também chegavam a enfrentar arrolamentos ilegais levados a cabo pelos

<sup>68</sup> AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 585.

<sup>69</sup> Carta de 8 de Maio de 1442. Vide supra, n. 61.

<sup>70</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 5, fl. 3v. Os coudéis eram oficiais de nomeação régia que teoricamente exerciam a sua função entre 3 a 5 anos, embora por vezes se eternizassem nos seus cargos o que facilitava o tráfico de influências e muitos abusos, sendo que o momento propício para tal era na altura dos alardos, ou seja, “das revistas ou mostras” (MONTEIRO, João Gouveia – “Organização e formação militares”, in BARATA, Manuel Themudo e TEIXEIRA, Nuno Severiano (dir.), *Nova História Militar de Portugal*, vol. I. Lisboa: Círculo de Leitores, 2003, p. 197).

<sup>71</sup> MONTEIRO, João Gouveia – “Organização e formação...”, cit., p. 193.



fidalgos que não obedeciam ao apuramento seguido pelos coudéis<sup>72</sup>, sendo que muitos acabariam por ser recrutados sem ter qualquer experiência no manejo de armas<sup>73</sup>.

Sabe-se que era, sobretudo, com condenados, prisioneiros e degredados que se aumentava a população ceptense, tal como acontecia em “tantas zonas inóspitas continentais” e nas ilhas Atlânticas<sup>74</sup>. Os crimes mais comuns que davam direito ao degredo diziam respeito à fabricação de moeda falsa, traição, morte, adultério, homossexualidade e roubo. Para os criminosos acusados de sodomia a pena capital seria a morte pelo fogo<sup>75</sup>. Todavia, ocorriam casos em que o monarca perdoava como gesto de compensação aos que tinham servido ou fossem servir na guerra sob condição de degredados. Foi o caso de João da Mata, um dos criados do conde de Monsanto que, juntamente com outros indivíduos mouros, foi acusado de que “com certos delles obrava de sodomia e a outros alcouveitava chistãaos com que dormia” na cidade de Lisboa. Todavia, por carta de 4 de Fevereiro de 1464, beneficiou do perdão geral concedido aos homiziados presentes na armada real que rumou a Ceuta<sup>76</sup>.

A 25 de Novembro de 1471, no seguimento do perdão geral concedido aos homiziados que tinham servido na tomada de Arzila<sup>77</sup>, e reconhecendo

<sup>72</sup> BARROS, Amândio – “A Preparação das Armadas no Portugal de Finais da Idade Média”, *Revista da Faculdade de Letras. História*, II, VII (1990) 125.

<sup>73</sup> Reportando-se desde logo ao recrutamento das gentes da Beira que D. Henrique fez para a tomada de Ceuta, Zurara dizia: “uma coisa é lidar com porcos monteses na Beira, outra é pelejar com homens armados que se sabem defender” (ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica da Tomada...*, cit., cap. XLIX, p. 109).

<sup>74</sup> SOUSA, João Silva de – *A Casa Senhorial...*, cit., p. 120. Se o degredado abandonasse o local antes do cumprimento da pena era condenado ao dobro do tempo que lhe restava. Caso a sua pena fosse de dez anos ou mais e fosse interrompida antes do tempo estabelecido pela justiça, o degredado seria condenado a pena perpétua sendo que, caso quebrasse o degredo perpétuo, seria condenado à morte (*Ordenações Afonsinas*, liv. V, tit. LXVII. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1984, p. 272-274).

<sup>75</sup> “Seja queimado, e feito per fogo em poo” (cf. *Ordenações Afonsinas*, liv. V, tit. XVII, p. 54).

<sup>76</sup> Pub. por FARINHA, António Dias – *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. II, p. 278.

<sup>77</sup> Sobre os criminosos que serviram na tomada de Arzila, vide DUARTE, Luís Miguel e PIZARRO, José Augusto P. de Sotto Mayor – “Os forçados das galés (os barcos de João da Silva e Gonçalo Falcão na conquista de Arzila em 1471”, in *Congresso Internacional Bartolomeu Dias e a sua Época. Actas*, vol. II – *Navegações na segunda metade do século XV*. Porto: Universidade do Porto, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1989, p. 313-328.



os instrumentos públicos feitos a seu favor pelos familiares de Vasco Anes (mancebo de soldada dos frades da Penha Longa), João Domingues teve a sua pena perdoada. O carpinteiro, habitante no termo da vila de Cascais, havia sido acusado do homicídio do amante de sua esposa, ou seja, Vasco Anes, o qual “dormia carnallmente e lhe pecaia na ley do casamemto com ssua molher”<sup>78</sup>. Este cascalense teria feito parte do contingente militar que o conde de Monsanto chefiou durante a tomada de Arzila<sup>79</sup>.

Recuemos uns anos. Em relação à expedição que rumou a Alcácer Ceguer em 1458, na qual também participou D. Álvaro de Castro, sabe-se que partiu do porto de Setúbal a 30 de Setembro. Embora Tânger fosse o principal objectivo militar português, quer pelo valor estratégico, quer pela carga simbólica que tal conquista assumia, o monarca optou pela vila de Alcácer Ceguer. De Setúbal a frota seguiu para Sagres, onde já os esperava a frota comandada pelo infante D. Henrique, e daí rumaram a Lagos, ponto de encontro com a frota do Marquês de Valença vinda do Porto. Rui de Pina indica que a partida final seria a 17 de Outubro, sendo que a frota que largou de Lagos era composta por 220 velas<sup>80</sup>, enquanto que Damião de Góis refere “vinte e seis mil homens de peleja, e duzentas e oitenta naus, galés, e outros navios de carga, e serviço”<sup>81</sup>.

Como habitualmente, em mais uma campanha marroquina terá estado presente o contingente militar de Cascais sob comando do seu senhor, D. Álvaro de Castro. Não é possível determinar o número de homens de Cascais envolvidos nesta campanha, nem, aliás, nas outras. Rui de Pina apenas revela que D. Álvaro de Castro esteve presente na conquista de Alcácer Ceguer junto do monarca<sup>82</sup>, tendo partido inclusive do porto de

<sup>78</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 17, fl. 86.

<sup>79</sup> Ainda em 1471, por carta de 14 de Março, o rei perdoou Pedro Fernandes, escudeiro do conde de Monsanto, por ajudar no trato clandestino de cereais com Castela e estar associado a alguns castelhanos (DUARTE, Luís Miguel – “O comércio proibido”, in *Estudos em Homenagem a João Francisco Marques*, vol. I. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2001, p. 415).

<sup>80</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CXXXVIII, p. 776.

<sup>81</sup> GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe...*, *cit.*, cap. X, p. 32.

<sup>82</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CXXXVIII, p. 463.



Setúbal no mesmo navio que o rei, a nau *Santo António*, em conjunto com mais de noventa velas<sup>83</sup>.

Após a tomada de Alcácer Ceguer o monarca criou a Ordem da Espada (1458-1459), destinada a premiar os nobres pelos serviços prestados nas campanhas do Norte de África. Limitada a 27 pessoas, o senhor de Cascais terá tido a honra de ser um dos primeiros iniciados nesta Ordem<sup>84</sup>. Pela prestação exemplar nas campanhas marroquinas e grandes serviços prestados à coroa, D. Afonso V concedeu-lhe o título de conde de Monsanto a 21 de Maio de 1460. Da doação constava aquela vila e castelo com seu termo, jurisdição cível e crime, padroado de igrejas, sisas gerais, sisas dos vinhos e panos, ressaltando a correição e alçada para o rei<sup>85</sup>. Posteriormente, por carta de 20 de Maio de 1464, a doação desta vila e castelo passou a ser de juro e herdade para sempre<sup>86</sup> até que, por carta 8 de Dezembro de 1469, o senhorio passou a ser transmitido aos herdeiros varões sem necessidade de outro diploma<sup>87</sup>.

Entre Novembro de 1463 e a Páscoa de 1464, D. Afonso V esteve entre Ceuta e Alcácer Ceguer onde desenvolveu três tentativas mal sucedidas de conquistar Tânger e outra de Arzila. A 19 de Janeiro de 1464, numa das investidas a Tânger levadas a cabo pelo infante D. Fernando, irmão do rei, D. Álvaro de Castro veio a perder um dos seus filhos, D. Jorge de Castro, quando este apoiava o infante<sup>88</sup>. Posteriormente, D. Álvaro de Castro partiu de Ceuta com D. Afonso V rumo a Gibraltar. Ali mesmo, por influência do conde de Ledesma e a pedido do próprio rei de Castela, o monarca

<sup>83</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CXXXVIII, p. 775.

<sup>84</sup> Porém, esta Ordem viria a desaparecer em 1481 com a morte de D. Afonso V (cf. MARQUES, A. H. de Oliveira – “Os Grupos Sociais”, in SERRÃO, Joel e MARQUES, A. H. de Oliveira (dir.), *Nova História de Portugal*, vol. IV – *Portugal na Crise dos séculos XIV e XV*. Lisboa: Editorial Presença, 1986, p. 261; MARQUES, A. H. de Oliveira – “Para a História...”, *cit.*, p. 128).

<sup>85</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões...*, *cit.*, 2.ª ed., liv. seg. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1927, p. 88; Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 761.

<sup>86</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 8, fl. 67-67v; FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões...*, *cit.*, p. 88; Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 761-762.

<sup>87</sup> FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões...*, *cit.*, p. 88; Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 761-762.

<sup>88</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CLIII, p. 808.



português encontrou-se com o seu homólogo, Henrique IV<sup>89</sup>. Durante oito dias esboçou-se “uma perspectiva de colaboração futura entre os reinos” devido aos problemas de sucessão relativos ao trono de Castela que tinham surgido com a revolta dos nobres castelhanos, isto após “Henrique IV, cedendo às pressões da rainha e de D. Beltran, ter declarado a pequena Joana como sucessora legítima”<sup>90</sup>.

Decidido a não partir para o Reino sem nenhum feito de destaque, D. Afonso V, logo nos primeiros dias de Fevereiro de 1464<sup>91</sup>, investiu sobre a serra de Benacofú, local onde existiam mouros “ferozes em armas”<sup>92</sup>. Contudo, as condições do terreno dificultaram as operações dos portugueses, nomeadamente dos cavaleiros, com os mouros a reprimirem as forças portuguesas através da encosta<sup>93</sup>, causando muitos mortos ao ponto de colocar em risco a vida do próprio rei. Esta atitude imprudente do monarca, que se aventurava por uma serra que não conhecia e que, para além disso, havia deslocado para Tetuão alguma gente de armas que o acompanhava (besteiros, espingardeiros e peões)<sup>94</sup>, obrigou a que D. Duarte de Meneses, capitão de Alcácer Ceguer, cobrisse a sua fuga, vindo este a sacrificar a sua vida enquanto garantia a segurança real.

Quem também não deixou de estar em perigo durante a fuga foi D. Álvaro de Castro, um dos principais capitães presentes na aventura a Benacofú<sup>95</sup>, e que tentou o salvamento de D. Duarte de Meneses, seu cunhado. Zurara diz que tendo os mouros morto o cavalo de D. Duarte e ferido este “na traseyra”, chegou a ele D. Álvaro de Castro com um escudeiro chamado

<sup>89</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CLIV, p. 808-809; Humberto Baquero – *A Batalha...*, *cit.*, vol. II, p. 762.

<sup>90</sup> MENDONÇA, Manuela – *O Sonho da União Ibérica. Guerra Luso-Castelhana. 1475-1479*. Matosinhos: Quidnovi, 2007, p. 27.

<sup>91</sup> Data apontada por Braamcamp Freire para a morte de D. Duarte de Meneses (FREIRE, Anselmo Braamcamp – *Brasões...*, *cit.*, liv. terc., p. 281-282).

<sup>92</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Duarte de Meneses*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa, 1978, cap. CLIII, p. 350.

<sup>93</sup> CRUZ, Abel dos Santos – “O Rei e a Lança: História de uma campanha militar no Magrebe Ocidental (1463-1464)”, in *Actas do IX Colóquio de História Militar. Os Militares na Sociedade Portuguesa*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1999, p. 86.

<sup>94</sup> DUARTE, Luís Miguel – “África”, in *Nova História Militar de Portugal...*, *cit.* vol. I, p. 428-429.

<sup>95</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Duarte...*, *cit.*, cap. CLIII, p. 350.



Nuno Martins que lhe disponibilizou o seu cavalo. O escudeiro ali mesmo veio a morrer enquanto que D. Duarte foi auxiliado a montar pelo conde de Monsanto. Todavia, o esforço de D. Álvaro de Castro foi em vão e pouco depois D. Duarte também veio a ser morto<sup>96</sup>.

O fracasso da campanha de 1463-1464 obrigou D. Afonso V a interromper as campanhas no Norte de África, pelo que só em 1471 o monarca decidiu levar a cabo nova incursão a Marrocos. Para saber a opinião do seu círculo próximo o monarca organizou “pratykas e conselhos em Lixboa nas casas do Conde de Monsanto”. A princípio ficou explícita a vontade de atacar Tânger, mas como o conselho régio argumentou que no Reino não havia “soprimento” necessário para cercar e combater essa cidade, o monarca optou por Arzila. Esta cidade havia sido várias vezes espiada por Vicente Simões e Pero de Alcáçova, que, enquanto praticavam “fingidos negocios” com os mouros, tomavam notas de como se havia de ancorar e desembarcar, bem como de tudo o que era necessário para o assento em terra<sup>97</sup>.

Embora o comando supremo da expedição se deva a D. Afonso V, dois chefes teriam compartilhado a responsabilidade do cargo: D. Álvaro de Castro, conde de Monsanto, e D. João Coutinho, conde de Marialva. A 15 de Agosto a frota portuguesa partiu do Restelo rumo a Lagos. Depois de escala naquele porto, local onde as frotas de Lisboa e Porto se juntaram aos navios e homens do Algarve, Rui de Pina diz que os navios agrupados somavam um total de 477 velas e perto de trinta mil homens<sup>98</sup>. Todavia, estes números devem ser tomados com as devidas reservas<sup>99</sup>.

Chegando a Arzila no dia 20, só ao amanhecer do dia seguinte iniciou-se o desembarque. Porém, o mar bastante agitado e os recifes locais levaram ao naufrágio de uma galé, de caravelas e de batéis, acabando por levar à morte alguns 8 fidalgos e perto de 200 outros combatentes, entre cavaleiros e escudeiros pesadamente armados. Apenas ao terceiro dia, já com mais condições de segurança, o desembarque foi finalizado<sup>100</sup>. Pela manhã do dia

<sup>96</sup> ZURARA, Gomes Eanes de – *Crónica do Conde D. Duarte...*, cit., cap. CLIII, p. 354.

<sup>97</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, cit., cap. CLXII, p. 818.

<sup>98</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, cit., cap. CLXIII, p. 820.

<sup>99</sup> Sobre esta questão, vide a dúvida levantada por DUARTE, Luís Miguel – “África”, in *Nova História Militar de Portugal...*, cit., vol. I, p. 429.

<sup>100</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, cit., cap. CLXIV, p. 820.



24 de Agosto, D. Álvaro de Castro, a quem “a estância e guarda do Castello era encomendada”, mandou um recado a D. Afonso V dizendo que o alcaide de Arzila queria chegar a um acordo com o monarca. Contudo, antes de D. Afonso V dar a sua resposta final, chegou a notícia de que as forças cristãs haviam penetrado na vila. Os mouros ofereceram resistência mas acabaram por se refugiar na mesquita e no castelo<sup>101</sup>. O rei ordenou então a D. Álvaro de Castro que ficasse de vigia à porta secreta do castelo (porta da traição) para que os mouros não fugissem, enquanto ele se encarregava do ataque à mesquita<sup>102</sup>, onde veio a morrer o conde de Marialva<sup>103</sup>. Terminada a peleja na mesquita, as forças portuguesas concentraram os seus esforços no castelo, local onde D. Álvaro de Castro viria a ser morto juntamente com outros nobres.

Embora Rui de Pina (145?-1522)<sup>104</sup> não revele números, as mortes entre os soldados portugueses terão sido consideráveis e muitos nomes ficaram omissos (não permitindo assim perpetuar a honra e memória de muitos dos que morreram pelejando), razão pela qual Damião de Góis (1502-1574) e, de forma mais vincada, Duarte Nunes de Leão (c. 1530-1608), parecem insurgir-se contra o que o cronista escreveu<sup>105</sup>. Rui de Pina omite mesmo a forma como D. Álvaro de Castro morreu. Contudo, fazendo-se valer de testemunhos orais, Damião de Góis diz que a morte ocorreu quando o conde estava a acudir um mouro sitiado num cubelo. O mouro teria prometido que se D. Álvaro de Castro lhe salvasse a vida retribuiria com um grande resgate e, neste sentido, o conde subiu por uma escada aproveitando o mouro para

<sup>101</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CLXV, p. 821.

<sup>102</sup> GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe...*, *cit.*, cap. XXV, p. 68-69; LEÃO, Duarte Nunes de – “Crónica e Vida del Rey D. Affonso o V”, *Crónicas dos Reis de Portugal*. Porto: Lello & Irmão – Editores, 1975, cap. XXXIX, p. 903-904.

<sup>103</sup> PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, *cit.*, cap. CLXV, p. 821-822; GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe...*, *cit.*, cap. XXV, p. 69; LEÃO, Duarte Nunes de – “Crónica e Vida...”, *cit.*, cap. XXXIX, p. 903-904.

<sup>104</sup> SERRÃO, Joaquim Veríssimo – *Cronistas do século XV posteriores a Fernão Lopes*, 2.<sup>a</sup> ed. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1989, p. 53-54.

<sup>105</sup> GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe...*, *cit.*, cap. XXVI, p. 70-71; LEÃO, Duarte Nunes de – “Crónica e Vida...”, *cit.*, cap. XXXIX, p. 904-905. Sobre estas questões, e para uma visão da construção do discurso cronístico perspectivada no campo das representações, vide VICENTE, Paulo – *A Violência na Cronística sobre Marrocos nos séculos XV-XVI: representações e vivências*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (FLUL): 2007.



lhe cortar a cabeça num primeiro golpe. Todavia, Damião de Góis acrescenta que “alguns” referem que a morte foi provocada por uma seta perdida que atingiu a cabeça do conde quando este estava numa das torres do castelo sem o capacete posto<sup>106</sup>.

Diferente versão dos factos da batalha e da morte dos condes apresenta Bernardo Rodrigues (c. 1500-1560), soldado e autor contemporâneo de Damião de Góis que viveu de perto a realidade em Arzila e noutras praças de guerra marroquinas. Com efeito, Bernardo Rodrigues refere que o conde de Monsanto entrou a matar tudo e todos na mesquita não hesitando em cortar cabeças, braços e pernas de forma indiscriminada, acabando também por ser degolado ali mesmo<sup>107</sup>.

Theresa Schedel de Castello Branco, numa teoria curiosa, refere que parece ter “havido erro da parte de Ruy de Pina quanto à data em que morreu o conde D. Álvaro, porque existe um documento de 1469 pelo qual se constata que nesse ano, D. João, filho do conde de Monsanto, D. Álvaro, é empossado pelo rei em todos os bens de seu pai, sendo enviadas ordens para as justiças do Reino para que reconhecessem a autoridade de D. João. Ora isto é claramente indicativo de impossibilidade de administração, e decerto por doença, por parte do conde de Monsanto, D. Álvaro. Pelo que não seria provável que o mesmo tivesse combatido em Arzila em 1471, é antes muito provável que tenha morrido de doença por essa altura”<sup>108</sup>.

O argumento da autora baseia-se apenas na informação contida num documento de 1469 – o qual não é referido, mas que temos poucas dúvidas de que se trata de uma carta de 8 de Dezembro deste ano –, faltando o estudo de outra documentação relativa a D. Álvaro de Castro e a D. João de Castro.

<sup>106</sup>GÓIS, Damião de – *Crónica do Príncipe...*, cit., cap. XXVI, p. 69-70. Cristóvão Alão de Morais (1632-1693), seguido por outros genealogistas, diz também que a morte foi causada por uma seta que lhe atingiu a cabeça (MORAIS, Cristóvão Alão de – *Pedatura Lusitana...*, cit., p. 111; ANDRADE, Ferreira de, *Cascais...*, cit., p. 50). Cristóvão Alão de Morais, fantasiando esta questão, acrescenta que uma índia havia visualizado que se D. Álvaro de Castro fosse a Arzila não retornaria com vida, pelo que D. Afonso V não quis que o conde de Monsanto participasse naquela expedição. Porém, e ainda de acordo com o mesmo genealogista, o conde não deu crédito ao que havia sido dito.

<sup>107</sup>RODRIGUES, Bernardo – *Anais de Arzila*, t. I. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1915, p. 98; VICENTE, Paulo – *A Violência na Cronística...*, cit., p. 213-214.

<sup>108</sup>Cfr. BRANCO, Theresa Schedel de Castello – *Os Painéis de S. Vicente de Fora. As Chaves do Mistério*. Lisboa: Quetzal Editores, 1994, p. 51 (n. 1) e 195.



É verdade que esta carta de 1469 mostra que D. Afonso V ordenava que certos bens, títulos e ofícios de D. Álvaro de Castro – por consentimento do próprio – passassem para D. João de Castro, mas isto teria efeito somente após a morte de D. Álvaro. Portanto, não era algo para ocorrer de imediato. A carta não revela qualquer estado de doença por parte do conde de Monsanto, sendo que o rei parece ter agido por vontade própria<sup>109</sup>, se bem que com consentimento de D. Álvaro de Castro e da sua mulher.

Para além disso, existindo documentação que nos revela que D. Álvaro de Castro ainda estava vivo em 1471, resta-nos saber se participou ou não na expedição a Arzila. Conforme foi referido anteriormente, existe uma carta concedida a D. Álvaro de Castro datada de 25 de Julho de 1471, um mês antes da tomada de Arzila, na qual D. Afonso V atribuiu-lhe uma tença anual de 28.571 reais brancos. Contudo, a ordem era para que o conde comesse a usufruir dessa tença apenas a partir de 1 de Janeiro de 1472<sup>110</sup>. Se o conde estivesse gravemente doente e impossibilitado de dar o seu contributo em Arzila, vislumbrando-se ainda que o seu possível estado de doença poderia levá-lo brevemente à morte, teria o rei concedido tal tença para que D. Álvaro de Castro comesse a recebê-la apenas a partir do ano seguinte? Aliás, numa carta de 1497 em que é confirmada a mercê de fronteiro-mor de Lisboa e seu termo (concedida ainda no reinado D. Afonso V e confirmada pelo príncipe D. João) a D. Rodrigo de Castro, fidalgo do conselho do rei, alcaide-mor da Covilhã e filho de D. Álvaro de Castro, é referido que o conde de Monsanto “morreo em a filhada da nosa vila d’arzila”<sup>111</sup>. Portanto, não restará dúvida de que o conde morreu naquela praça africana, sendo

<sup>109</sup> “nos de nosso moto proprio E çerta siençia com acordo do príncipe dom Joham meu sobre todos mujto preçado E amado filho ssem elle nem outro por elle nollo pedijr. / Teemos por bem E nos praz queremos E mandamos que per falleçimento do comde de monssanto seu padre o dicto dom Joham aJa logo o dicto condado de monssanto E titullo delle E sse chame logo comde do dicto condado de monssanto [...]” (Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Afonso V*, liv. 16, fl. 118). Embora este e outros dois documentos (vide supra, n. 63, infra, n. 111) tenham sido transcritos para serem anexados no final, a extensão algo longa deste estudo acabou por fazer com que não os colocássemos.

<sup>110</sup> Vide supra, n. 38.

<sup>111</sup> Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa), *Chancelaria de D. Manuel I*, liv. 28, fls. 6v-7.



que num momento posterior o seu corpo terá sido trazido para Portugal, desembarcado em Cascais e sepultado na Penha Longa<sup>112</sup>.

Embora D. Afonso V pareça ter agido por vontade própria, sem referir qual o motivo que o levou a ordenar que certos bens, títulos e ofícios do D. Álvaro de Castro passassem para D. João de Castro, fê-lo após consultar o conde e a condessa de Monsanto, D. Isabel (m. 1482). O monarca e o conde eram bastante chegados, pelo que deverá ter havido um gesto por parte de D. Afonso V no intuito de reconhecer toda uma vida de serviço à Coroa e de assegurar que essas terras, títulos e ofícios provenientes do esforço e feitos do conde continuassem na sua linhagem após a sua morte.

Seja como for, a morte de D. Álvaro de Castro, fidalgo muito próximo de D. Afonso V, foi muito sentida “porque certo elle no campo e na Corte, na paz e na guerra era por seu siso, discryçam, e esforço homem muy principal”<sup>113</sup>. Para D. Álvaro de Castro chegavam ao fim mais de 34 anos de serviço militar à Coroa portuguesa em várias frentes, morrendo em combate tal como o seu pai e um dos seus filhos. Contudo, ao contrário de muitos combatentes que morreram anónimos e sem reconhecimento do seu valor, o senhor de Cascais teve a graça de a cronística o eternizar. Aliás, D. Álvaro de Castro, tal como D. João Coutinho, conde de Marialva, poderá mesmo ter tido a honra de figurar nos *Painéis de S. Vicente de Fora*<sup>114</sup>.

<sup>112</sup>De acordo com Ferreira de Andrade, D. Álvaro de Castro foi sepultado na capela-mor da Penha Longa (Sintra). Ali mesmo existe um cenotáfio onde, traduzindo do latim, se pode ler: «Debaixo desta breve lápida, dedicada à Mãe de Deus, estão sepultados os gloriosos restos mortais de D. Álvaro de Castro, 1.º Conde de Monsanto e de sua esposa Isabel, de cuja real estirpe e bondade muitas coisas por muitos foram escritas» (ANDRADE, Ferreira de – *Cascais...*, cit., p. 50 e 75 (n. 38)).

<sup>113</sup>PINA, Rui de – “Chronica do Senhor Rey...”, cit., cap. CLXV, p. 821-822.

<sup>114</sup>D. Álvaro de Castro e D. João Coutinho (cf. FONSECA, António Belard da – *O Mistério dos Painéis*, 2.ª ed. Lisboa: [s.n.], 1963, p. 157-158; MATOS, José Sarmiento de – *A Invenção de Lisboa*, liv. II – *As Vésperas*. Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 484), tal como D. João de Castro, filho primogénito de D. Álvaro de Castro e futuro conde de Monsanto (cf. BRANCO, Theresa Schedel de Castello – *Os Painéis...*, cit., p. 55, 189 e 195), têm sido identificados como possíveis figurantes nos *Painéis de São Vicente de Fora*, embora as suas pessoas sejam atribuídas a diferentes figuras, isto consoante as interpretações dos diversos autores. Para além disso, existe uma pintura no Museu de Vaduz (Liechtenstein), datada de 1456, que se reporta a um cavaleiro desconhecido e que José dos Santos Carvalho pensa ser D. Álvaro de Castro. A pintura teria sido feita por Nuno Gonçalves em colaboração com João Anes (cf. CARVALHO, José dos Santos – *Iconografia e Simbólica do Políptico de São Vicente de Fora*. Lisboa: Edição do Autor, 1965, p. 297 e 303).



### 3. D. Álvaro de Castro e o frete de navios

Pela altura da conquista de Ceuta, ao contrário do que por vezes se pensa, a produção cerealífera em Marrocos poderia estar numa fase de enfraquecimento de tal modo que, em 1414, os Portugueses venderam trigo em Fez<sup>115</sup>. Era a partir do Reino que se abastecia Ceuta, cuja guarnição era composta por cerca de dois mil e quinhentos homens, ainda que “com fruste auxílio da zona da Tarifa e Cádiz”<sup>116</sup>. Dos vários recursos que D. João I mandou apropriar para a governança desta praça contam-se várias lezírias no Ribatejo, campos de trigo no Alentejo<sup>117</sup>, bem como os sáveis pescados nas avargas do rio Tejo e outros numerosos rendimentos cobrados nos diversos almoxarifados do Reino<sup>118</sup>.

Com o desenrolar do século XV assiste-se ao envolvimento do chamado cavaleiro-mercador<sup>119</sup> nos negócios de abastecimento das praças de guerra africanas, situação à qual D. Álvaro de Castro não escapou. Por uma carta de quitação de 1 de Maio de 1456, referente às “cousas” de Ceuta despendidas entre 1451-1452, ficamos a saber que D. Álvaro de Castro era dono de uma

<sup>115</sup>GASPAR, Maria Teresa Rabaça – *A Circulação de Cereais entre Portugal e o Norte de África no século XV*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (FLUL): 1997, p. 30. Com base num contrato firmado entre D. João I e uma companhia de cinco mercadores portugueses e três genoveses, garantia-se o abastecimento de Ceuta entre 1423-1424 com trigo vindo de Castela, da Sicília e de outras partes (cf. GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos e a Economia Mundial*, 2.<sup>a</sup> ed., vol. III. Lisboa: Editorial Presença, 1982, p. 248).

<sup>116</sup>FARINHA, António Dias – *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. I, p. 186. Todavia, devido às dificuldades de abastecimento provocadas pela resistência moura, também se recorria a uma política de saque que visava atenuar a situação (cf. CRUZ, Abel dos Santos – “As Almogaverias em Marrocos”, in *Actas do VI Colóquio de História Militar: Portugal na História Militar*. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 1995, p. 115-116).

<sup>117</sup>Em 1442, Ceuta recebeu 1.920 alqueires de trigo; nos anos de 1451 e 1452 foram embarcados, em Mértola, 241 moios de trigo provenientes das colheitas do Sul do Alentejo para aquela praça (GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos...*, cit., vol. III, p. 248-249).

<sup>118</sup>FARINHA, António Dias – *Portugal e Marrocos...*, cit., vol. I, p. 194. Antes de 1438 já havia um armazém próprio em Lisboa, em casas pertencentes ao Município, que guardava as provisões destinadas a Ceuta (MENESES, José de Vasconcellos e – *Armadas Portuguesas. De meados do século XIV a meados do século XVI. Alimentação e abastecimento*. [s.l.]: Editorial Resistência, 1980, p. 14; GODINHO, Vitorino Magalhães – *Os Descobrimentos...*, cit., vol. III, p. 248-249).

<sup>119</sup>Vide infra, n. 136 e 137.



barca que levava trigo, cevada e pão para aquela praça. Com efeito, em 1452 foram entregues 103 moios, 24 alqueires de trigo e 6 moios e 16 alqueires de cevada a Luís de Deus, morador em Lisboa e mestre da barca de D. Álvaro de Castro, para transportar até Ceuta<sup>120</sup>. Foram disponibilizados ainda 621.5 reais para compra de 8 dúzias “desteiras”, de 9 dúzias “destiba” e de 50 pregos para o telhado da dita barca<sup>121</sup>.

Outra carta de quitação, desta vez de 2 de Março de 1456, relativamente às despesas feitas entre 1453-1454, revela-nos outros produtos que entravam nestas viagens. É referido que foram entregues 576 reais a Antão Martins Caiado, “arrumador que avya daver por quaremta e oito tonees de vynho e carnes e augua que arumou na naoo que foy de Pero Vydall quamdo foy dom Alvaro [de Castro] e dom Garcia e dom Fernando e Alvaro Faria quamdo foram a Cepta”<sup>122</sup>. Para além disso, a referida carta de quitação menciona que D. Álvaro de Castro recebeu 648 alqueires de trigo, 450 almudes de vinho, 11 cascos de tonéis, 2 soas de carne, 4 pipas, 24 lixas, vinte e quatro raiais, 1.332 cavalas e 13.150 reais de soldo e mantimento de dois meses para si, 50 escudeiros e besteiros e 15 homens de pé que levou para Ceuta<sup>123</sup>.

Para estes casos ocorridos entre 1451-1454 nada é referido quanto a uma possível contribuição de Cascais em alimentos, nem que o embarque de produtos fosse feito no porto daquela vila. Todavia, Manuel A. P. Lourenço – sem aduzir provas – indica que, em 1451, Cascais já fazia “largo comércio com Ceuta”<sup>124</sup> e que, para “além das suas ocupações na corte do rei e na sua própria, na vila [...]”, D. Álvaro de Castro “possuía uma barca que fazia constantes viagens àquela cidade africana, levando víveres e munições, com o que o comércio de Cascais muito lucrava”<sup>125</sup>. Manuel A. P. Lourenço chega mesmo a dizer que “pelo fim do século XV, com o desenvolvimento

<sup>120</sup> AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 348.

<sup>121</sup> AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 350.

<sup>122</sup> AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 684-685.

<sup>123</sup> Segundo consta, em 1454, já no seu regresso, D. Álvaro de Castro entregou 5 cascos de tonéis e 4 cascos de pipas “que trouue de cepta” ao tesoureiro-mor das coisas de Ceuta em Lisboa (AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 688 e 703; MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimientos...*, cit., sup. vol. I, p. 353, doc. 228).

<sup>124</sup> LOURENÇO, Manuel A. P. – “História de Cascais e do seu Concelho”, *A Nossa Terra*, 72 (1954) 2.

<sup>125</sup> LOURENÇO, Manuel A. P. – “História de Cascais...”, cit., 75 (1954) 2.



do comércio para a África, se impôs o alargamento de Cascais para norte e para leste”<sup>126</sup>.

Estas afirmações de Manuel A. P. Lourenço merecem uma análise cuidada da nossa parte. Ora, sabemos que D. Álvaro de Castro tinha uma barca, aliás, até tinha outros navios para frete que andavam nas lides comerciais, e que de Cascais saíam alimentos para o abastecimento de Ceuta, mas as fontes não revelam que a barca do senhor de Cascais rumava a Ceuta por existirem ligações comerciais específicas entre os dois locais. Como noutros casos, pelo seguimento de ideias e informações fornecidas por Manuel A. P. Lourenço, dá para perceber que o mesmo se inspirou nas fontes publicadas por Pedro de Azevedo. Porém, o que a documentação publicada por este último investigador deixa perceber é que D. Álvaro de Castro era proprietário de uma barca que fazia o transporte de produtos para Ceuta, sendo que o próprio embarcava frequentemente para aquela praça com forças militares destacadas para servirem à sua ordem. É sabido que muitos “negociantes e homens de cabedais concorriam aos contratos de abastecimento das praças” marroquinas<sup>127</sup>, o que poderá ter sido o caso do senhor de Cascais. Presume-se, neste seguimento, que D. Álvaro de Castro tivesse um contrato para abastecimento de Ceuta, sendo que os seus navios transportariam produtos de diversas proveniências embarcados em Lisboa, local onde se aprestavam as armadas, não se conhecendo uma ligação específica à vila de Cascais, apesar de esta também contribuir com produtos dos seus solos para o abastecimento ceptense<sup>128</sup>.

Aliás, as fontes não revelam qualquer proveito marítimo que D. Álvaro de Castro possa ter tirado pelo facto de dominar uma vila portuária às portas de Lisboa, ainda que Cascais pudesse ter servido de base naval das suas plataformas de transporte e de apoio aos seus negócios<sup>129</sup>. Assim sendo,

<sup>126</sup> LOURENÇO, Manuel A. P. – “História de Cascais...”, *cit.*, 76 (1954) 2.

<sup>127</sup> FARINHA, António Dias – *Portugal e Marrocos...*, *cit.*, vol. I, p. 21.

<sup>128</sup> Por intermédio de uma carta de quitação de 12 de Julho de 1443, na qual é referida o que recebeu e despendeu o tesoureiro das coisas de Ceuta entre 1 de Janeiro de 1440 e 1 de Janeiro de 1442, menciona-se que, tal como Lisboa e Sintra, Cascais era uma das regiões que fornecia peixe a Ceuta (cf. MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimientos...*, *cit.*, sup. vol. I, p. 523, doc. 951).

<sup>129</sup> Ferreira de Andrade já havia questionado se o tráfego marítimo dos navios de D. Álvaro de Castro seria feito através do porto de Cascais (cf. ANDRADE, Ferreira de – *Cascais...*, *cit.*, p. 74 (n. 27)).



estas questões têm de ser vistas sob a forma de hipótese e não como dados adquiridos. Não podem ser vistas nem transmitidas como se fossem factos históricos<sup>130</sup>.

Foi entre 1440 e 1471 que D. Álvaro de Castro senhoriou Cascais. Este fidalgo também estava ligado ao frete de navios que tinham como destino a Flandres. Sabe-se que era proprietário das naus *Bretoa* (cujo mestre era Luís de Deus) e *Ingesa* (da qual era mestre João Cão, possível familiar de Diogo Cão)<sup>131</sup>, fretadas para o tráfico com o Norte da Europa, o grande abastecedor de armamento de Portugal, muito embora este também fosse procurado “com avidez [...] nos portos mediterrânicos”<sup>132</sup>. Entre 1441 e 1443 ambas as naus estiveram em Bruges, principal centro de comércio do Norte europeu nos séculos XIV e XV, e outras partes do condado da Flandres. Numa delas, já no regresso a Portugal e entre vários materiais que deverá ter transportado, ficou registado o transporte de pólvora (15 quintais em 2 botas), arneses compridos com “barretas e baueiras” (10), arneses de pernas (5 pares), bem como de bombardas de duas (2) e três câmaras (3) encaixadas em madeira, tudo com destino ao armazém de Lisboa<sup>133</sup>. É muito provável que este armamento vindo na nau de D. Álvaro de Castro, juntamente com semelhantes exemplares e outros tipos de armamentos vindos noutros navios, fosse para, posteriormente, abastecer os soldados portugueses em Ceuta.

<sup>130</sup>Ferreira de Andrade chegou a levantar dúvidas quanto às afirmações categóricas proferidas por Manuel A. P. Lourenço sem apoio em qualquer base documental, mais concretamente no que respeita à destruição que os terremotos de 1356 e 1404 teriam causado em Cascais, ainda que de forma ligeira (cfr. ANDRADE, Ferreira de – *A Vila de Cascais e o Terremoto de 1755*, 2.ª ed. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1964, p. 52 (n. 53) [1.ª ed., 1956]).

<sup>131</sup>Cf. FONSECA, Quirino da – *Os Portugueses no Mar. Memórias Históricas e Arqueológicas das Naus de Portugal*, 2.ª ed. Lisboa: Comissão Cultural da Marinha, 1989, p. 117; MARQUES, A. H. de Oliveira – *Notas para a História da Feitoria Portuguesa na Flandres, no século XV*, sep. de *Studi in onore di Amintore Fanfani*, vol. 2. Milano: A. Giuffrè, 1962, p. 470 (n. 127).

<sup>132</sup>BARATA, Filipe Themudo – *Navegação, Comércio e Relações Políticas: os Portugueses no Mediterrâneo Ocidental (1385-1466)*. [Lisboa]: Fundação Calouste Gulbenkian, [1998] p. 28.

<sup>133</sup>FREIRE, Anselmo Braamcamp – “Maria Brandoa, a do Crisal”, in *Arquivo Historico Portuguez*, vol. VI. Lisboa: Officina Typographica – Calçada do Cabra, 1908, p. 350-351; MARQUES, João Martins da Silva – *Descobrimentos...*, cit., vol. I, p. 428 e 432, doc. 337.



Se já tínhamos referido que, em 1452, Luís de Deus, mestre da barca de D. Álvaro de Castro, transportava alimentos para Ceuta, agora vimos que logo nos inícios da década de 1440 já era mestre de uma das naus que foram a Bruges buscar armamento. Portanto, fica notório que D. Álvaro de Castro era proprietário de navios para frete que buscavam no Norte da Europa armamentos necessários ao abastecimento das praças de guerra marroquinas e que, juntamente com outros produtos alimentares, seriam embarcados rumo ao seu destino. O senhor de Cascais não teria interferência directa no carregamento dos navios, apenas proporcionaria transporte mediante pagamento.

É verdade que em muitos casos o frete dos navios que rumavam a África surgia associado a embarcações estrangeiras, o que “significava também automaticamente o recrutamento de tripulações e a obtenção de determinadas mercadorias, que colmatavam as faltas em Portugal”<sup>134</sup>, mas os navios nacionais eram igualmente fretados para as expedições de socorro e abastecimento a Marrocos<sup>135</sup>. Este é, aliás, o tempo do cavaleiro-mercador que se lança no comércio internacional e ultramarino como armador ou até mesmo como capitão de navios, fazendo face à concorrência dos mercadores estrangeiros que negociam em Lisboa e que se ligam “ao comércio de grosso trato com os países europeus”<sup>136</sup>. De facto, se a nobreza estava quase exclusivamente envolvida nas actividades militares, com o desenrolar do século XV os valores, posições sociais e as condutas vão alterar-se. Os mercadores passam a pretender foros de cavalaria enquanto que os cavaleiros se dedicam cada vez mais ao corso, assaltos a aldeias mouras, à navegação e ao comércio. É o tempo do mercador-cavaleiro e do cavaleiro-mercador<sup>137</sup>.

<sup>134</sup>LIMÃO, Paula – *Portugal e o Império Turco na área do Mediterrâneo (século XV)*. Dissertação de Mestrado em História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa (FLUL), vol. I: 1994, p. 182.

<sup>135</sup>O próprio D. Duarte de Meneses, cunhado de D. Álvaro de Castro, tinha navios para frete que andavam no abastecimento de Ceuta (cf. AZEVEDO, Pedro de – *Documentos...*, cit., t. II, p. 346).

<sup>136</sup>MORENO, Humberto Baquero – “Ritmos de desenvolvimento da sociedade portuguesa nos séculos XIV e XV”, *Marginalidade e Conflitos Sociais em Portugal nos Séculos XIV e XV. Estudos de História*. Lisboa: Editorial Presença, 1985, p. 14-15.

<sup>137</sup>GODINHO, Vitorino Magalhães – “Complexo histórico-geográfico”, in SERRÃO, Joel (dir.), *Dicionário de História de Portugal*, vol. I. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1971,



Proprietário de 1 barca, de 1 caravela e de 2 naus, teria D. Álvaro de Castro outros navios? Estariam os navios referidos envolvidos somente na actividade de frete para transporte de combatentes, alimentos e armamento? Para além de Ceuta e Flandres, os seus navios tiveram outros destinos? A participação da sua caravela numa expedição à costa ocidental africana (1445) foi um caso excepcional, ou o envolvimento dos seus navios teria outra frequência neste tipo de viagens? Estas, entre outras, são questões que precisam de ser melhor compreendidas.

### Conclusão

Sempre ligado a grandes acontecimentos da história nacional, D. Álvaro de Castro serviu nas campanhas militares a Marrocos desde Tânger a Arzila e prestou outros valiosos serviços à Coroa, vindo a ser recompensando gradualmente através de um vasto rol de benefícios, dignidades e ofícios. Não se pode esquecer igualmente as isenções e privilégios que abarcaram vários dos seus subordinados – os quais as crónicas não registam –, combatentes que partiram de várias terras ligadas a D. Álvaro rumo ao desconhecido, acabando por ficar feridos, cativos ou morrer anonimamente. Além disso, são vários os documentos que nos dão conta de diversas viagens a solo ceptense onde D. Álvaro de Castro serviu e comandou forças militares portuguesas. De futuro, havendo espaço para desenvolver um estudo de carácter mais problematizante, é importante que se tente compreender melhor como se desenrolaram estas ligações e o serviço de D. Álvaro em Ceuta.

---

p. 646; GODINHO, Vitorino Magalhães – “Inovação e permanências nos séculos XV e XVI – entre mito e utopia”, *Mito e Mercadoria, Utopia e Prática de Navegar. Séculos XIII-XVIII*. Lisboa: Difel, 1990, p. 96. “Os mercadores dos séculos XIV e XV não se limitavam, em geral, a comprar para vender a retalho, especificamente a comprar panos por grosso para revender a côvados, mas exerciam simultaneamente outras actividades: lavradores, arrematantes das rendas reais, do clero e dos nobres, funcionários da coroa (feitores, vedores da fazenda, almoxarifes, escrivães, administradores de nau), mestres de navio, cambadores, fretadores, senhorios de nau, pescadores (armadores de pesca)” (cf. COELHO, António Borges – “Mercadores portugueses nos séculos XIV e XV”, *Questionar a História – II...*, cit., p. [25]).



Porém, a actividade de D. Álvaro de Castro foi mais complexa, não se resumiu aos feitos guerreiros. Na verdade, D. Álvaro de Castro parece enquadrar-se na figura do cavaleiro-mercador surgido com o advento de um novo complexo histórico-geográfico e que se vai estruturando ao longo de Quatrocentos. Os seus navios fretados rumavam ao Norte da Europa, onde buscavam armamento, bem como abasteciam Ceuta com variados produtos. Esperamos que, neste campo, a actividade de D. Álvaro de Castro também venha a ser melhor aclarada, se bem que nos pareça uma tarefa que pode vir a ser complicada já que os documentos de carácter económico ligados a este fidalgo, comparando com os de carácter militar, são mais escassos.

Não menos importantes são as ligações familiares vistas inicialmente e que, de futuro, terão igualmente que ser exploradas.



## **Escrivães e pregoeiros dos concelhos (séculos XIV-XVI)**

**Maria José Azevedo Santos**

UC – FLUC, Centro de História da Sociedade e da Cultura

mazevedo\_santos@yahoo.com

Texto recebido em/Text submitted on: 10.05.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 24.10.2014

### *Resumo/Abstract:*

O trabalho que se segue procura demonstrar, com o recurso a fontes de natureza diversa, a importância dos escrevães e dos pregoeiros nos governos concelhios do Reino de Portugal. A administração necessitava tanto da linguagem escrita como da oral para desenvolver, com eficácia, os encargos que lhes eram confiados.

The following study attempts to show, with resort to sources of a diverse nature, the importance of notaries and criers in the municipal governments of the Kingdom of Portugal. The local administration was in need of both written and spoken language to carry out in an effective manner the tasks that were assigned to it.

### *Palavras chave/Keywords:*

Escrivães; Pregoeiros; Escrita; Poder local.

Notaries; Criers; Writing; Local government.

Trabalho apresentado na Tarde Cultural – Homens da História – de 25 de Fevereiro de 2014, no Arquivo Distrital de Aveiro, aquando da cessação de funções, como Directora da Senhora Dra. Maria Lucinda Bastos Tavares dos Santos.



## Introdução

A escrita, essa técnica inventada há milénios, responsável pela fronteira, ainda que empírica, que separa a Pré-História da História, é abordagem obrigatória para quem pretender, de algum modo, conhecer uma vila, uma cidade, uma instituição, seja no seu todo ou em parte. A tarefa não é fácil. Na verdade, falar de escrita é falar de uma abstracção que só existe enquanto é concretizada em caracteres que são “agarrados” à pedra, ao pergaminho, ao vidro, ao papel, à madeira e a tantos outros materiais suportes de escrita.

Por isto, e pelas múltiplas interrogações e dúvidas que tem posto ao longo dos séculos, multiplicaram-se, até hoje, tentativas de definição, regra geral ligadas à vantagem que possui face à oralidade, ou seja, a de fixar os acontecimentos e combater a “memória deslembrada” como escreveu D. Duarte. Em todo o caso, Levy-Strauss, recentemente falecido, resumia as interpelações da escrita dizendo que “a escrita é algo de estranho”.

Pela minha parte, recorro a Santo Agostinho e permito-me parafraseá-lo em relação ao que se diz sobre o tempo “O que é o tempo?: Se não me perguntarem eu sei. Mas se me perguntarem já não sei.” Digo o mesmo para a escrita.

De todo o modo, há dados inquestionáveis. Como é sabido, a escrita é uma técnica que exige aprendizagem, mas não é vital para o ser humano embora se torne indispensável, pelo seu fim útil, probatório e jurídico, para a gestão e organização de uma sociedade (faamos de uma vila, cidade, igreja, hospital, misericórdia, confraria).

## Escrivães

A presença, e o crescente número, de escrevães no governo municipal<sup>1</sup> foi, sobretudo, a partir do século XIV, produto da organização concelhia consubstanciada, entre outros aspectos, na existência de edifícios próprios,

<sup>1</sup> Refira-se a presença em algumas cidades do reino de Portugal de escrevão da câmara e escrevão do concelho. Podiam coincidir na mesma pessoa mas, em princípio, tinham tarefas diferentes. Sobre este assunto, veja-se Maria Helena da Cruz Coelho, “Considerações em torno das chancelarias municipais”, in *Olhares sobre a História – Estudos oferecidos a Iria Gonçalves*, Lisboa, 2009, p. 165-172.



as câmaras, onde, a partir de então, passa a reunir a assembleia dos homens bons e começam a formar-se todos os elementos indispensáveis à boa e autónoma gestão municipal (actas, registos, livros, selos, arquivo, chancelaria)<sup>2</sup>. Paralelamente, pelo número de escrevães de um concelho, podemos hoje medir, com outros dados, a prosperidade e a influência político-social e administrativa desse território.

Pelo que fica dito, não deve causar espanto que as mais antigas actas de vereação, até hoje conhecidas, datem dos séculos XIV-XV (provenientes do concelho de Loulé)<sup>3</sup>. Leiamos a acta da sessão de 26 de Março de 1408: “no paço do concelho da vila, reunidos a mor parte dos moradores com o corregedor para escolherem os juizes e vereadores procuradores do concelho, ficou estabelecido que fossem escritas pelos escrevães escrituras d’el rei e escrituras pruvicas que pertencessem à escrevaninha do concelho e da vereação”. Mas o que era a escrevaninha? Trata-se de um órgão do governo, neste caso local, responsável pela expedição e recepção de todos os actos escritos e bem assim pela feitura dos livros de vereamento<sup>4</sup>. Na terminologia de documentos castelhanos corresponde ao “ministério de papeles”<sup>5</sup>.

Mas perguntemos: qual o perfil humano, a formação, as obrigações e responsabilidade dos também chamados “escrivães da câmara”? A legislação, a analogia com ofícios peninsulares e europeus, permitem-nos distinguir,

<sup>2</sup> É sabido de todos que, antes da centúria de Trezentos, as reuniões em apreço eram realizadas ao ar livre. Os documentos falam-nos da “praça do concelho”, dos claustros de uma igreja, ou até, de uma árvore (carvalho), como locais de concentração para a assembleia. (Cfr., *História de Portugal*, direcção de José Mattoso, ed. Estampa, vol. 2, Lisboa, 1993, p. 228).

<sup>3</sup> Luís Miguel Duarte, *Actas de Vereação de Loulé (séculos XIV-XV)*, Loulé, 1992. Da Câmara de Coimbra, o livro homólogo, designado por “Livro dos Acordos e Vereações”, data de 1491 e é da pena do escrevão Pero Vaz. (Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, *Vereações*, n.º 1, 1491).

<sup>4</sup> Cabe a este propósito referir que o termo escrevaninha também designava o conjunto de objectos e materiais indispensáveis à escrita: salva, onde poisavam os tinteiros, poeiros e, por vezes, penas em descanso próprio. Em 1617, lê-se num livro de Receita e despesa da Câmara de Coimbra: “consta mais pagar a Francisco de Seixas, ourives, três mil e oitenta rs. de fazer e reformar os timteyros, salvas e poeyros de prata, que fez e reformou para a camera...” (*AHMC/Receita e Despesa*, 1617, fl. 93; cfr. *Símbolos do poder municipal, O Arquivo*, Catálogo, Coimbra, 2008, p. 20).

<sup>5</sup> Cfr. Mariano García Ruipérez, *Tipologia Documental municipal*, Castilla-La Mancha, 2002.



desde logo, as condições exigidas, por um lado, enquanto pessoas, por outro, enquanto profissionais.

Quanto à pessoa, é sabido que devia ser do género masculino, livre, leigo, e gozar de “boa fama e costumes”. Do ponto de vista do ofício público, era-lhe requerido honradez, conhecimentos jurídicos e, naturalmente, aptidão para escrever. Recrutados entre a classe pequena/média, urbana, dava-se preferência “aos da terra”, isto é, aos naturais e moradores no concelho onde o ofício era exercido.

Entre as obrigações dos escrivães municipais, contava-se a feitura das actas das reuniões do concelho, ou seja, cabia-lhes registar e descrever as coisas feitas e ditas, as arguições, as petições, os diálogos dos vereadores. Redigiam muitos documentos em nome do concelho ou de outras pessoas. Passavam cópias autenticadas, faziam registos, traslados<sup>6</sup>, e, como epílogo, tinham o encargo de proceder à expedição das escrituras. Por sua vez, cumpria ao chanceler da câmara apor os selos e guardar as matrizes<sup>7</sup>. Inicialmente, os escrivães das câmaras exerceriam o cargo sem termo certo. Todavia, nos fins do século XIV, os concelhos foram obrigados a escolhê-los ano a ano num evidente combate à falta de idoneidade que muitos demonstravam<sup>8</sup>.

É fácil, pois, entender que pelas mãos dos escrivães, e pela máquina das chancelarias das câmaras, passava uma parte assinalável do governo local e da organização do poder central.

Loulé, vila algarvia, cujas actas das vereações dos séculos XIV-XV são as mais antigas até hoje conhecidas e editadas, como atrás ficou dito, tornou-se mais próspera, política, económica e socialmente, pelo contributo decisivo dos seus escrivães<sup>9</sup>.

---

<sup>6</sup> Cfr. Mariano Garcia Ruipérez, *ob.cit.*, p. 69 e ss. Refira-se, entretanto, que Lopo Diaz, escrivão de Loulé, “tresladou uma carta e logo no mesmo dia a pregou na praça, no pelourinho por ser lugar público...” (Luís Miguel Duarte, *ob.cit.*, p. 217). É muito simbólico este acto, pois, como afirma José Mattoso: “O pelourinho é também símbolo da colectividade e representação material da justiça nela praticada... Era junto dele que se executavam as sentenças do tribunal local”, *ob.cit.*, p. 227-228.

<sup>7</sup> Sobre aspectos importantes da sigilografia municipal, veja-se Saul António Gomes, *Introdução à Sigilografia Portuguesa. Guia de Estudo*, 2.<sup>a</sup> edição, FLUC, 2012, p. 107 e ss.

<sup>8</sup> Cfr. Maria Helena da Cruz Coelho, “art. cit”, p. 169. Diga-se, todavia, que os abusos continuaram como a seguir se pode verificar no município do Porto.

<sup>9</sup> Cabe referir que os escrivães, enquanto profissionais da escrita, ligados a todos os sectores da governança, pública ou privada, eram, então, sinal maior do sobreemprego da



Da pesquisa na fonte em apreço, contámos 22 escrevães, sem identificação nem determinativo, a par de cerca de quatro dezenas de oficiais do concelho, dos quais nos é dado conhecer os nomes respectivos: Vasco Fernandez, Afonso Miguez, Rui Diaz, Lopo Diaz, Vasco Afonso e outros. Paralelamente, surgem os escrevães da correição, das sisas, da coudelaria, da obra da Igreja de S. Clemente, da avaliação dos rendimentos dos moradores da vila.

Consultemos, agora, as vereações dos séculos XIV-XV da cidade do Porto, já publicadas, e logo concluiremos que o escrevão é figura omnipresente. Da Alfândega à Bolsa, dos Contos à Correição, dos Órfãos à Câmara do duque de Bragança, os escrevães estão “dentro” de todas as instituições e serviços.<sup>10</sup> Por sua vez, na Câmara, entre 1390 e 1432 foram identificados nove: Afonso Rodrigues, Afonso Vasco de Calvos, Afonso Vaz, Álvaro Gil, Antonino Dinis, Gil Carneiro, João Gonçalves, Pedro Afonso Cubas e Vasco Martins. Entre todos, merecem destaque Vasco Martins, tabelião e escrevão da câmara, o mais antigo que se conhece, detentor do cargo durante mais de quatro anos<sup>11</sup> e Álvaro Gil que ocupa o cargo de 1393 a 1410, ano em que é afastado por ordem do Rei. Com efeito, pode ler-se na vereação de 10 de Setembro de 1410 que Álvaro Gil é “escripvam da camara dessa cidade ha muito mais dos tres anos” e pelo Regimento régio “nom o terá mais”. Deste modo, ficou decidido na sessão respectiva que seria substituído por Afonso Vasques de Calvos, criado do duque de Bragança<sup>12</sup>.

Se, entretanto, compulsarmos o acervo do Arquivo Histórico Municipal de Coimbra, no que à documentação concelhia diz respeito, encontramos,

---

escrita que se vinha impondo à desvalorização paulatina da oralidade (Cfr. Albert d'Haenens, *Le texte trace de l'antériorité scribale*, Louvain-la-Neuve, 1990 e P. Zumthor, *Parler du moyen âge*, Paris, 1980, *idem*, *La lettre et la voix*, dans Magazine littéraire, n.º 279, Janvier, 1988. Quem percorre a documentação medieval e moderna, conhece bem a expansão que os escrevães, e, entretanto, as escrevãs, adquirem junto de pessoas e instituições, leigas ou religiosas, públicas ou privadas, daquém e dalém mar. Citemos, por exemplo, os escrevães das abadessas ou abades, dos hospitais, das confrarias, dos tribunais, dos arcebispos, das caravelas, das feitorias, enfim as escrevãs das rainhas ou damas.

<sup>10</sup> Cfr. Índices em “Vereações” (1431-1432), Livro I. Leitura, Índices e notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, Câmara Municipal do Porto, 1985, p. 246-248.

<sup>11</sup> “Vereações”, *anos de 1390-1395, o mais antigo dos Livros de Vereações do Município do Porto*. Comentário e notas de A. de Magalhães Basto, Câmara Municipal do Porto, Porto, s. a., p. 11, 12, 14, 18-20 e outras.

<sup>12</sup> Ver “Vereações”, *anos de 1401-1449*, nota prévia de J. A. Pinto Ferreira, Câmara Municipal do Porto, Porto, 1980, p. 342-343.



entre os séculos XV e XVII, escrivães que, pelo seu papel na produção e reprodução da memória do concelho conimbricense, há muito que pertencem à galeria das figuras notáveis da vida e da história da cidade. Demos como exemplo Pedro Afonso que, no século XV, usa, como data tópica nos actos que redige, *Torre da Rolaçom*, de Coimbra<sup>13</sup>. Da centúria seguinte, Nuno de Parada revela-se um escrivão de competente técnica e cultura gráfico-diplomática<sup>14</sup>. Em 1532, avaliza a organização do *Inventário dos bens, rendas e foros do concelho*, dito, o *Tombo Antigo*, da pena de Manuel Afonso. Nele é descrita a, entretanto, chamada *Torre da Camara*: “sobre a porta d’Almedina”, onde “se fazia camara” e, em cima, se dizia missa justamente antes das reuniões<sup>15</sup>. Por sua vez, Inofre da Ponte deve o seu renome por um lado, à elaboração, quase integral, do *1.º Livro da Correia*, ou seja, o “Livro de Regimentos e Posturas”, do século XVI, por outro, porque, anos depois, em 1526, num fenómeno, não raro, passa a integrar o conjunto dos vereadores da cidade<sup>16</sup>.

Já do século XVII, merece especial referência Simão de Moraes responsável pelo traslado do *Livro de Posturas e correições da cidade de Coimbra* que é composto de disposições camarárias desde 1404 até 1703. Tratou-se de dar cumprimento a uma determinação da câmara, datada de 22 de Julho de 1601, e onde podemos ler: “... foi dito a eles juís de fora, e vereadores que o livro das posturas desta cidade per que se governavão os almotaceis e condenavão a requerimento dos rendeiros, estava todo gastado pelo que hera necessário fazer outro de novo...” e que o dito Manoel Carreira, procurador corresse com isso a custa da dita cidade e se fizesse hum livro de pasta muito bom com as armas da dita cidade...”<sup>17</sup>.

<sup>13</sup> *Arquivo Histórico Municipal de Coimbra*, Pergaminhos Avulsos, n.º 57. Cfr. *Símbolos do poder municipal*, ob.cit., p. 35-36.

<sup>14</sup> *Ibidem*.

<sup>15</sup> *AHMC/Tombo antigo*, 1532.

<sup>16</sup> *Ibidem*, *Livro da Correia*, n.º 1; *Vereações*, n.º 5, 1526, fl. 1.

<sup>17</sup> Cfr. *Símbolos do Poder Municipal*, p. 38-39. Acrescente-se que trasladar, registar, encadernar foram práticas frequentes usadas pelos concelhos para salvaguardar e proteger o património documental. No século XVII, a Câmara de Abrantes “empreende um extraordinário labor de registos autênticos de escrituras respeitantes à sua administração, fazendo-os encadernar em livros, em papel, cobertos de couro, de grandes dimensões”, veja-se Maria José Azevedo Santos, “Os concelhos e a conservação dos documentos: o caso de



Os escrevães das câmaras, porém, cruzavam-se, com frequência, com os tabeliães ou notários públicos, que também serviam os concelhos, e com eles dividiam tarefas que, em comum, tinham a exigência da *ars scribendi*. É o caso da Câmara Municipal de Aveiro.

Consulte-se o Livro dos Acordos de 1580, aliás um ano nefasto para o reino de Portugal, e verificaremos que das 63 actas de vereação, de Janeiro a Setembro, 54 foram escritas pelo escrevão da Câmara, António da Fonseca, enquanto de nove se encarregaram quatro tabeliães da vila: Francisco Rodrigues, Afonso de Araújo, Vasco Ribeiro e Simão André<sup>18</sup>.

Importante é lembrar aqui, igualmente, o papel decisivo que os escrevães das câmaras e os tabeliães tiveram na “publicação” dos forais manuelinos dos respectivos concelhos, lendo-os, ou escrevendo-os, e servindo de testemunhas nos autos respectivos<sup>19</sup>. Eram todos, porém, considerados “artesãos” e apesar de a sua arte ser de indesmentível “utilidade pública”, o comportamento transgressor e corrupto em que, com facilidade, caíam, sobretudo os tabeliães, gerava opiniões muito depreciativas a seu respeito. Escrever era, então, poder e este, ontem como hoje, corrompe.

Martin Perez, clérigo castelhano do século XIV, escreveu no seu conhecido *Livro de las Confessiones*: “Os escrevães desgraçadamente sabiam escrever”<sup>20</sup>. É notável o capítulo que lhes dedica intitulado “pecados, danos

Punhete”, in *Carta Régia de Punhete (Constância) 1571*, Câmara Municipal de Constância, 2007, p. 15-18.

<sup>18</sup> Arquivo Distrital de Aveiro, cota 5. Cfr. Francisco Ferreira Neves, *Livro dos Acordos da Câmara Municipal de Aveiro de 1580*, ed. C. M. A., 1971.

<sup>19</sup> Citem-se, como exemplo, os forais de Vale de Cambra (*Foral de Cambra, Fac-símile*, Câmara Municipal de Cambra, 2004), de Jarmelo (*Foral Manuelino de Jarmelo*, estudo e transcrição de Maria Helena da Cruz Coelho e Maria do Rosário Morujão, Museu da Guarda/ Associação Cultural e Desportiva do Jarmelo, 2010, p. 88-89), de Ílhavo (*O Foral Manuelino de Ílhavo*, Introdução, transcrição e revisão científica de Saul António Gomes, Município de Ílhavo, 2009, p. 82), de Santarém (*Foral de D. Manuel I a Santarém*, estudo, transcrição e glossário de Maria Helena da Cruz Coelho, Câmara Municipal de Santarém, 2007, p. 296-297), de Mira (*Foral de Mira 1514*, edição facsimiliada e transcrição de Maria Alegria Fernandes Marques, Câmara Municipal de Mira, 2004) entre muitos outros.

<sup>20</sup> Cabe lembrar, igualmente, Castillo de Bovadilla que escreveu “dos officios hallo que han de ejerceirse por hombres de buen linaje, uno el del boticário y outro el del escribano, porque el uno com la purga y el outro com la pluma matan callando” (*Política para corregidores*, L. III, cap. XIV, ed. Facsimil, Madrid, 1978).



e enganos que cometem nos seus ofícios<sup>21</sup>. Apesar de tudo, nas cerimónias religiosas, especialmente na procissão do Corpo de Deus, em Coimbra ou em Évora, na Idade Média, é-lhes prestado público reconhecimento. Aí, encontramos escrivães do almoxarifado, escrivães da almotaçaria, escrivães dos órfãos, entre outros, prova, aliás, da multiplicidade das escrivatinhas dos concelhos e fruto da complexidade burocrática e consequente divisão de tarefas. Todos, com tochas acesas, ocupavam, no cortejo processional, hierarquicamente constituído, posição de destaque o mesmo é dizer desfilavam quase no fim da procissão separados da Hóstia Sagrada (no fecho) apenas por membros das camadas mais distintas da sociedade urbana (tabeliães, procuradores, juízes)<sup>22</sup>. O escrivão da câmara, em particular, era privilegiado pelos honorários que auferia. Por exemplo, em fins do século XVI, Miguel Tavares, da Câmara de Santarém, recebia, anualmente, de ordenado 12.000 reais e outro tanto de um moio de trigo, num total de 24.000 reais. Esta quantia era assinalável, pois representava 17,5% da verba geral de 136.900 reais de ordenados pagos pela Câmara nesse ano de 1591. Com efeito, o tesoureiro, o relojoeiro, o solicitador ou até o “escrivão da câmara de Sua magestade” receberam salários muito inferiores<sup>23</sup>. Na verdade, o vínculo da escrita às sociedades dos séculos XV e XVI é, pois, de tal maneira forte, que podemos falar, sem exagero, de uma escribocracia. Tudo se escreve: leis, inventários, receitas e despesas, dívidas, actas, doações, quitações, perdões, legitimações. Por sua vez, homens e mulheres, alfabetizados ou não, experimentavam, uma vez que fosse, na vida, a necessidade de possuir um documento para vender uma casa, doar uma vinha, renunciar a um contrato, pedir ao Rei uma mercê.

Uma vez produzido o documento, autores e destinatários preocupavam-se, sobremaneira, com a sua guarda e conservação. A todo o tempo, podia ser necessário para reivindicar o direito de propriedade, para confirmar um privilégio, enfim para renovar um contrato. Em cenários litigiosos, a posse

<sup>21</sup> Martin Pérez, *Livro das Confissões*, partes I e II, ed. de José Barbosa Machado e Fernando Torres Moreira, ed. Pena Perfeita, 2005 e *idem*, partes III e IV, *idem*, 2006.

<sup>22</sup> Veja-se Maria João Violante Marques da Silva, “A procissão na cidade: reflexões em torno da festa do Corpo de Deus na Idade Média Portuguesa”, in *A cidade. Jornadas inter e pluridisciplinares*, Lisboa, 1993.

<sup>23</sup> Veja-se Maria Ângela da Rocha Beirante, *Santarém Quinhentista*, Lisboa, 1981, p. 162 e 163.



de documentos, pelas partes, ganhava um aparato “bélico”, pois papéis e pergaminhos adquiriam a força, por vezes imbatível, de bestas ou lanças<sup>24</sup>. Por tudo isto, todas as instituições medievais, públicas ou privadas, leigas ou religiosas, revelaram grande preocupação com a guarda das suas escrituras, património de valor único e irreproduzível. Os hospitais, os mosteiros, as igrejas, as confrarias, ainda que de forma incipiente, recorreram a diversas formas para defender as escrituras, avulsas ou em livro, da destruição, ou desaparecimento, por malícia ou caso fortuito. Fácil é compreender que as câmaras, e os seus governantes, conscientes do valor dos escritos, tenham procurado, igualmente, acautelar livros, “papéis e pergaminhos” regulamentando a sua “curadoria” e salvaguarda<sup>25</sup>. Por exemplo, era comum existir, sobretudo nos concelhos maiores, uma ou mais arcas, de tamanhos vários mas de estrutura resistente para evitar furtos ou destruições. Encontramos ainda referência a outros móveis como uchas, cofres e, mais tarde, armários e bufetes<sup>26</sup>, cuja configuração vai respondendo quer ao género dos escritos a conservar (cartas avulsas ou livros) quer ao modo de arrumação e ordenamento dos documentos produzidos. Usada pela Câmara de Coimbra, ainda hoje é possível admirar uma arca, de ferro forjado, de pequenas dimensões, datável do século XVII e que decerto serviu para guardar algumas escrituras consideradas valiosas<sup>27</sup>. Entretanto, diga-se que da maior ou menor atenção dedicada à ordem dos cartórios concelhios, nos séculos passados, dependeu, em boa parte, o número e o estado de conservação do património arquivístico que chegou aos nossos dias e que as câmaras, nos seus Arquivos Históricos, procuram continuar a preservar<sup>28</sup>.

<sup>24</sup> Cfr. o meu livro, *O valor da escrita em tempos de Inês de Castro*, ed. Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, 2005, p. 47 e 55.

<sup>25</sup> Veja-se da autora, “As condições de conservação dos documentos e dos livros em Portugal (séculos XII-XV)”, in *Estudos de Diplomática Portuguesa*, p. 233-256.

<sup>26</sup> Bufete é um vocábulo que provém do francês buffet e é já documentado no século XVII com o significado de mesa ou aparador para livros. Veja-se José Pedro Machado, *Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa*, 3.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1977, vol. I, s.v. *bufete*.

<sup>27</sup> Museu Nacional Machado de Castro, n.º 12947. Na pessoa da Sr.<sup>a</sup> Directora, Dr.<sup>a</sup> Ana Alcoforado, agradecemos a gentileza das informações.

<sup>28</sup> Veja-se sobre arquivos municipais, em especial o do Porto, Manuel Luís Real, *Arquivos Municipais em Portugal: Porto, o sistema de Arquivos da Câmara Municipal do Porto*, ADB/UM, Braga, 1996.



## Pregoeiros

Mas de que valeria escrever, produzir sentenças, cartas e posturas, se não fossem lidas, vistas e conhecidas por todos? Com efeito, num reino cuja população era, na sua quase totalidade, analfabeta, tornava-se fundamental anunciar o que era escrito, lançar pregões, convocar, etc. Falemos, então, dos pregoeiros<sup>29</sup>. Recrutados entre as camadas mais baixas da sociedade, peões, por exemplo, não lhes eram exigidos grandes dotes intelectuais ou culturais. Na verdade, até poderiam não saber escrever, pois o principal era saber ler, decorar e apregoar (sem recurso à leitura). Auferiam salários muito baixos, embora o ofício fosse de grande responsabilidade. No século XIV, na Câmara de Lisboa, todos os pregoeiros, por postura municipal, eram obrigados a jurar sobre os Santos Evangelhos que prometiam cumprir “bem e dereytamente seu ofizio”. As prevaricações registadas contra o regulamento dos vários pregões, sujeitavam-nos à suspensão do cargo, do salário ou ao pagamento de coimas<sup>30</sup>. Homens do povo que, pelo fim útil do seu ofício, eram merecedores, em geral, da consideração da sociedade. A.H. de Oliveira Marques chama-lhes “funcionários públicos” e poe-os no grupo dos contadores, mordomos, almoxarifes e ouvidores<sup>31</sup>. Não raro surgem como testemunhas em cartas particulares. João de Arazede, pregoeiro do concelho de Montemor-o-Velho, foi testemunha numa carta datada de 28 de Março de 1338 que, além disso, deixou escrito que ele “disse e deu ffe que apregoara as ditas casas per três nove dias e muito mais pela dicta villa”.

<sup>29</sup> Pregoeiro, de origem latina, é o vocábulo mais comum para identificar “aquele que lançava pregões”. Todavia, excepcionalmente, aparece, de origem árabe, *adel*, plural *adéés*. Veja-se numa carta do concelho de Ponte de Lima, de 21 de Julho de 1383, a referência a Domingos Esteves *adeel da dicta villa que apregoara o dicto concelho segundo he de costume...* (*Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, JNICT, Lisboa, vol. II, 1993, p. 275).

<sup>30</sup> Ver *Posturas do Concelho de Lisboa (século XV)*, Sociedade Língua Portuguesa, Lisboa, 1974, p. 53. Situação idêntica acontecia noutras terras como Sacavém de que se conhece em 1356 Vicente Martins “pregoeiro jurado do concelho de Sacavém”. Ver *Documentos Medievais (1179-1383)*, Arquivo Municipal de Lisboa. Catálogo. Coordenação de Inês Morais Viegas e Miguel Martins, ed. Câmara Municipal de Lisboa, 2003, p. 89.

<sup>31</sup> A. H. de Oliveira Marques, *A sociedade medieval portuguesa*, Sá da Costa, Lisboa, 5.<sup>a</sup> ed., 1987, p. 149.



Por sua vez, Lourenço Vicente, de Alenquer, foi testemunha numa carta de 1437<sup>32</sup>. Nas câmaras, ganhavam, sem dúvida, um papel decisivo no anúncio de toda a documentação que era forçoso dar a conhecer às gentes da terra.

O município do Porto é bem prova disso. Nas actas de vereação é frequente a referência aos pregoeiros que “lançarão pregão” para arrendamento de casas, para definição de pesos e medidas, para eleição de juízes e procuradores, para interdição da venda de vinhos em barcas, entre tantos outros<sup>33</sup>. Foram arrolados mais de uma dezena entre 1390 e 1432. Muitos, a atestar a sua baixa condição social, ficaram para a história como o Geraldo, o Vasco, o Vicente, enquanto outros denunciavam, no sobrenome, a sua proveniência geográfica: João de Arouca e João da Póvoa<sup>34</sup>.

Na verdade, nunca é demais dizer que a escrita, palavra sedentária, agarrada a um qualquer suporte, só cumpre a sua verdadeira missão quando volta a ser “nómada”, ou seja, quando é lida e pode ser ouvida por muitos ouvidos e dita por muitas bocas. Além disso, os pregoeiros das câmaras, que algumas vezes eram os próprios porteiros, desempenhavam uma acção muito importante na convocatória para as reuniões de vereação. Nos capítulos de cortes do reinado de D. Fernando I (1367-1383), encontramos perto de meia centena destes oficiais, de Trancoso a Sintra, da Guarda a Évora, de Lisboa a Melgaço, passando por Penela, Soure, Lousã, Montemor-o-Velho. A todos coube essa missão de apregoar o “concelho” por mandado, regra geral, dos juízes<sup>35</sup>. Por sua vez, os vereadores podiam ordenar que o pregoeiro apregoasse “que todos os cavaleiros e escudeiros e piiões e beesteiros e cada hûm de seu mester veesse ao dito logo pera ovir hûa carta d’El Rey...”. Esta disposição, lia-se em carta de 1352, de 11 de Setembro,

<sup>32</sup> João Pedro Ferro, *Alenquer Medieval (séculos XII-XV). Subsídios para o seu estudo*, Cascais, 1996, p. 265.

<sup>33</sup> Ver índices em “Vereações” 1431-1432, Livro 1. Leitura, Índices e Notas de João Alberto Machado e Luís Miguel Duarte, 1985, p. 258-259.

<sup>34</sup> Interessante é a nota que nos dá Maria João Oliveira e Silva (*A escrita na catedral. A chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*, CITCEM, Lisboa, 2013, p. 288-290: “os homens do pregão) sobre o facto, não raro, de a mesma notícia ser apregoada por mais do que um pregoeiro. Para a reunião do concelho do Porto, de 24 de Junho de 1358, as testemunhas foram convocadas por quatro pregoeiros do que logo o tabelião deu fé: “os vy e ouvi apregoar.

<sup>35</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Fernando I (1367-1383)*, JNICT, Lisboa, vol. II, 1993.



da Câmara de Lisboa<sup>36</sup>. Com voz “preparada” ou “entoada”, regra geral em espaços movimentados, feiras, praças, mercados, chamavam o povo pelo toque de uma trombeta e, de seguida, proclamavam as notícias às gentes que, entretanto, se juntavam. Nas vereações de Loulé, já referidas, encontrámos alusão a nove pregoeiros, número significativo. Citem-se, em particular, Afonso Anes que escolheu a Torre da Porta da Vila, lugar donde a voz lhe sairia melhor, enquanto Afonso dos Asnos apregoou várias ordenações, perante o escrivão, “na praça da dicta vila”. Por sua vez, Martim Afonso Pato e outros apregoaram o dia do concelho e nele deram fé que o haviam feito.

“Meter en pregom”, tendas, chãos e sobrados para aforar, era ainda função dos pregoeiros das câmaras e de outras instituições como misericórdias e confrarias<sup>37</sup>.

Comum era, igualmente, apregoarem a venda de vinho, de carne, de azeite entre outros alimentos. As posturas municipais eram muito rigorosas relativamente a esta função. Por exemplo, o concelho de Lisboa determinou, no século XIV: “que os pregoeiros quando prometerem a alguém que apregoarem seu vynho que o nom apregoem a outrem ata que aquelle seja apregoadado. E todolos pregoeiros que nom quiserem fazer os pregões assy como he sobredito nom seja pregoeyro por hum ano e pague LX soldos”<sup>38</sup>. Diga-se ainda que contratavam com os donos dos produtos o itinerário que deviam fazer estando, ainda, sujeitos aos horários que os concelhos estabeleciam.

A este propósito, refira-se um muito interessante documento de Lisboa, 1365, 28 de Novembro, pelo qual João Afonso, pregoeiro do concelho, atesta que apregoou pela cidade a postura, na referida data, que determinava o horário de venda de sardinhas e a prioridade que devia ser dada à venda de peixe fresco em detrimento do salgado<sup>39</sup>.

<sup>36</sup> *Cortes Portuguesas. Reinado de D. Afonso IV (1325-1357)*, INIC, Lisboa, 1982, p. 137.

<sup>37</sup> Veja-se ainda o pregoeiro da corte que tinha atribuições muito especiais estabelecidas nas Ordenações Afonsinas (*Ordenações Afonsinas*, Livro I). Nota de apresentação de Mário Júlio de Almeida Costa. Nota textológica de E. Borges Nunes. F.C.G., Lisboa, p. 113.

<sup>38</sup> *Posturas do concelho de Lisboa*, p. 47, 48, 53.

<sup>39</sup> *Documentos Medievais (1179-1383)*, Arquivo Municipal de Lisboa. Catálogo, *idem*, p. 106.



## Conclusão

Neste trabalho, ficou claro que a escrita, no seu fim útil de instrumento de gestão e administração local, possuía um poder único para vertebrar a vida quotidiana das gentes dos concelhos do reino de Portugal.

Ficou claro que essa técnica administrativa, nesses tempos, estava ao alcance de uma reduzida camada de escrevedores, profissionais, de que merecem destaque os escrevães e os tabeliães.

Ficou claro que era pela escrita que se legislava, taxava, sentenciava, castigava ou inocentava. Atente-se no número significativo de documentos: posturas, sentenças, cartas de isenção, cartas de foro, de arrendamento, de venda, de doação e tantas outras.

Mas ficou claro, sobretudo, que a escrita e o seu produto, os escritos só cumpriam a finalidade que lhes dava a existência se “saíssem” dos papéis e pergaminhos e voltassem a ser voz.

Concluindo, ficou claro que os governos concelhios necessitavam, tanto da linguagem escrita, e dos escrevães, como da linguagem oral, e dos pregoeiros, para desenvolverem completamente os encargos políticos, sociais e económicos que lhes eram confiados.







# «Não destruas por causa da comida a obra de Deus» Restrições e recomendações alimentares na legislação sinodal portuguesa (séculos XIV a XVI)

Guida da Silva Cândido

Investigadora do Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da  
Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra  
Divisão de Cultura da Câmara Municipal da Figueira da Foz  
guida.silva.candido@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 13.05.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 24.09.2014

## *Resumo/Abstract:*

Após uma introdução sobre Sínodos – descrição, objetivos e intervenientes – e as celebrações no nosso território durante a época medieval, procura-se, com base na análise de fontes documentais de natureza eclesiástica, mais concretamente através de um conjunto de nove sínodos realizados entre os séculos XIV e XVI, avaliar o papel da alimentação – e suas manifestações – no quotidiano da sociedade medieval. Distinguem-se as restrições e recomendações alimentares dirigidas ao clero e aos leigos e, de entre estes, aos cristãos e aos cristãos em convívio com judeus e mouros. A análise à legislação sinodal permite aferir sobre a incontornável relevância, prestígio e transcendência dos alimentos durante a Idade Média e dos aspetos determinantes na conduta da Igreja Católica face ao reconhecimento da alimentação enquanto sinal de poder.

After an introduction on Synods – description, goals and participants – and the celebrations conducted in our territory during the Middle Ages, this paper attempts to assess the role of food – and its expressions – in the daily life of the medieval society. This study is based on the analysis of documental sources of an ecclesiastical nature, namely through a set of nine Synods held between the 14th and 16th centuries. A distinction is made between the dietary restrictions and recommendations directed to the clergy and to laypeople. Of these, a distinction is also made between Christians and Christians in contact with Jews and Moors. The analysis of the synodal legislation makes it possible to ascertain the indisputable relevance, prestige and transcendence of food during the Middle Ages, as well as the determining factors in the conduct of the Catholic Church, in view of the recognition of food as a symbol of power.

## *Palavras chave/Keywords:*

Sínodos; Alimentação; Idade Média; Leigos; Clero.

Synods; Food; Middle Ages; Laypeople; Clergy.



## 1. Apresentação

«Conformando-nos com o direito, mandamos e defendemos», expressão recorrente na legislação sinodal e objeto de análise neste trabalho, reflete com clareza o objetivo de tais demandas. A documentação sinodal constitui um instrumento identificador de práticas religiosas desviantes que expressam a proibição e condenação destas pela igreja, de forma objetiva e autoritária, com base nas suas leis. Daí a referência a diversos aspetos negativos da sociedade, uma vez que o objetivo final é a correção dos abusos praticados por todos os indivíduos.

Pretende-se, com esta análise, reconhecer a importância da alimentação nas práticas e leis da Igreja, através das recomendações e restrições impostas por este órgão, durante a época medieval portuguesa, no período restrito dos séculos XIV e XV<sup>1</sup>. A fonte estudada, o *Synodicon Hispanum II*, reúne o texto de vinte e nove sínodos que compreendem os séculos XIII a XVI. Contudo, o presente estudo debruça-se apenas sobre nove, omitindo os textos de origem latina e todos os outros sínodos que não contêm referências ao tema aqui proposto – a alimentação<sup>2</sup>.

Em observação está a legislação sinodal respeitante a Braga dos anos de 1333, 1402, 1477 e 1505; Évora, de 1420-23, confirmada em 1457; Guarda, de 1500; Lisboa, de 1403; Porto, de 1496; e finalmente da Administração Eclesiástica de Valença do Minho, de 1444. Pese embora o número reduzido de sínodos analisados, as informações neles contidas retumbam de forma inequívoca a mensagem que a Igreja medieval proclama. Porém, a fiabilidade da execução das diretrizes legisladas carece de comprovação efetiva. Em última análise, existe sempre a dúvida se, de facto, tudo o que está escrito é realmente consumado.

As restrições impostas pela Igreja, na temática abordada, definem o comportamento que se espera de religiosos e seculares e destes, em particular,

<sup>1</sup> Excecionalmente inclui-se a análise do Sínodo de Braga de 1505.

<sup>2</sup> O «Synodicon hispanum» é uma edição crítica dos sínodos das dioceses espanholas e portuguesas celebrados depois do Concílio IV de Latrão em 1215 até ao Concílio de Trento em 1563. A edição compreende até ao momento a publicação de dez volumes, sendo objeto deste estudo o volume II.



também no seu convívio “com os judeus e com as judias inimigos de nosso senhor Jhesu Christo e da sua sancta fé católica”<sup>3</sup>.

Nas recomendações examinadas distinguem-se as normativas – jejum e dízima – comuns a todas as classes e grupos da estrutura social medieval e as dirigidas, distintamente, ao clero e aos seculares. A Igreja vigia as práticas religiosas e a fé dos seus seguidores, “punindo os que atentavam contra os bens das igrejas, os que nelas se comportavam mal, os que não cumpriam penitências e jejuns”<sup>4</sup>.

Com base nesses documentos da Igreja, a leitura possível do quotidiano de tempos medievos, espelha um conjunto de comportamentos que justifica a escolha do título deste trabalho. Inspirada na belíssima e esclarecedora passagem do livro dos Romanos, 14-20, «*Não destruas por causa da comida a obra de Deus*», a obra de Deus, da Santa Madre Igreja Católica, é o ponto fulcral e primordial da vivência humana. Nada a pode desviar dessa missão, nem sequer o princípio básico de alimentar o corpo. Alimentar o espírito será a empresa dos fiéis cristãos.

## 2. Sínodos

### 2.1. Descrição

As designações *sínodo* e *concílio* têm uma aplicação comum durante os primeiros tempos da história da Igreja. Só a partir do século IV se verifica uma atribuição distinta de significados, nomeadamente com as grandes reuniões ecuménicas – os concílios – como Nicéia em 325. As assembleias de bispos de uma província, região ou diocese são identificadas como sínodos<sup>5</sup>. Os sínodos diocesanos surgem após o século VI, sendo os mais antigos Llandaff (560), Auxerre (578) e Huesca (598).

<sup>3</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II, Portugal*. Madrid: Biblioteca de Autores Cristianos, 1982, p. 130.

<sup>4</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho – A estruturação social in SERRÃO, Joel e MARQUES, António de Oliveira (dir.) – *Nova História de Portugal – Portugal em definição de fronteiras do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Lisboa: Editorial Presença, 1996, p. 299.

<sup>5</sup> LOYN, H. R. (org.) – *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1990, p. 771.



Os sínodos diocesanos medievais mais não são que reuniões dos bispos com os seus clérigos e representantes das ordens religiosas. Os clérigos que não podem estar presentes têm de se fazer representar por procuradores. Nada obriga na legislação canónica que laicos assistam a estas celebrações, contudo, é muito provável que as autoridades civis e locais se façam representar<sup>6</sup>. E embora se atribua o vocábulo sínodo de forma ampla, como bem refere Isaías da Rosa Pereira, em técnica jurídica, o sínodo é a reunião do bispo com o seu presbitério, onde só ele tem um papel legislador, cabendo aos sacerdotes apenas a voz consultiva. As normas emanadas e promulgadas pelo prelado confinam-se ao território da diocese. Para além das *constituições sinodais* ou *estatutos sinodais*, resultam ainda destas cerimónias as *Actas*, das quais constam as diversas cerimónias, nomeadamente o sermão sinodal, encomendado a um pregador, teólogo ou canonista, com características de grande orador<sup>7</sup>.

A hierarquia comum nos sínodos tem o bispo a ocupar o lugar de primazia, seguido de párocos e abades. A partir do século XI, em pleno período gregoriano, com novas estruturas nos cabidos, nascem outras figuras atuantes nas assembleias sinodais. Estas celebrações alcançam novo impulso com a referida reforma gregoriana, depois de um período de dormência durante os séculos X e XI. Antes, durante a época carolíngia, são já frequentes como ferramenta normativa do direito comum das decisões emanadas nos concílios e dos próprios sínodos, bem como instrumento formativo do clero e do exercício das suas funções pastorais<sup>8</sup>.

A relevância da figura do bispo é determinante pelo facto de o sínodo se definir como um órgão consultivo e não deliberativo. Depende pois, da forte personalidade do bispo, a influência exercida por este junto do seu clero e fiéis. Desse carisma resulta a aplicação das orientações sinodais – dirigidas a religiosos e seculares – bem como das práticas corretas pelo clero

<sup>6</sup> CANTELAR RODRÍGUEZ, Francisco – El «Synodicon hispanum», espejo de la España medieva., *Anuario de Historia de la Iglesia*. 17 (2008) 338.

<sup>7</sup> PEREIRA, Isaías da Rosa – “Os sermões de André de Resende nos sínodos de Évora de 1534 e de 1565 e as falas de Francisco de Melo no sínodo de 1534”, in *Humanitas*, Instituto Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 43/44 (1992) 186.

<sup>8</sup> RODRIGUES, Manuel Augusto – Recensões e notas de leitura. *Revista de História das Ideias*. 5 (1984) 426-427.



local das leis da Igreja, nomeadamente no que concerne à administração dos sacramentos<sup>9</sup>.

Embora a Igreja, durante a Baixa Idade Média, aplique leis nas suas congregações, só o IV Concílio de Latrão, reunido na cidade de Roma em 1215 – o mais determinante na época medieval e um dos mais importantes da História da Igreja Católica – concebe leis acerca dos sínodos diocesanos com alcance universal<sup>10</sup>.

Entre os séculos XIII e XV, os sínodos de Lisboa e de outras regiões portuguesas são descritas com semelhanças às cortes nobres. Ou seja, funcionam como um tribunal onde se debate os modos de punir os infratores e estimular a união entre a comunidade. Sendo que, entre os séculos XIV e XV, a demanda formativa do bispado articula conselhos e prescrições com o objetivo principal da correção, em particular da conduta pecaminosa dos clérigos incontidos<sup>11</sup>.

Para conhecer a vida humana, desde o nascimento até à morte, é determinante a leitura das constituições sinodais. Elas ocupam-se da vida religiosa e da vida social, espelhando o *modus operandi* medieval. Através da sua interpretação é possível conhecer as regras sobre a conduta do clero, nomeadamente em relação à frequência de tabernas e prática de caça, bem como regulamentação sobre o relacionamento judaico-cristão e restrições nas comunidades judaicas. A legislação emanada do referido concílio reflete-se nos sínodos portugueses visados neste estudo.

## 2.2. Legislação sinodal portuguesa

A tradição de sínodos medievais no nosso território confirma-se na presente documentação agora observada. O *Synodicon Hispanum II* abarca 73 sínodos lusos, apesar de apenas existir notícia da celebração de 44, e destes, apenas 29 se apresentarem transcritos. O maior número respeita ao século XIV, existindo um número mais reduzido tanto no século XIII como

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 427.

<sup>10</sup> TEODORO, Leandro Alves – “O comprometimento moralizante dos sínodos portugueses entre os séculos XIV e XV”, in *Portuguese Studies Review*, 21 (1) (2013) 8.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 18.



no século XV. No entanto, não existe aqui uma relação direta de quantidade e relevância, sobretudo porque a descrição histórica não é rigorosa por falta de representatividade estatística<sup>12</sup>.

A obrigação do bispo é a celebração de um sínodo anual na sua diocese, de acordo com as emanações do Concílio IV de Latrão. Porém, a regularidade destas celebrações não obedece a essas rígidas diretivas. Não obstante, a documentação existente é certamente inferior ao número de reuniões realizadas durante a época medieval<sup>13</sup>. Contudo, assembleias com estas características passam a ser comuns, entre os séculos XIV e XV, no nosso território. Nas zonas menos próximas dos centros urbanos, as procedências resultantes destes encontros, constituem a única fonte de informação que os párocos possuem que denunciam os males decorrentes dos pecados<sup>14</sup>.

Ganha peso o poder do bispo, como acima se indica, pois o seu poder está relacionado com o campo da legislação, fabricando as constituições sinodais como uma ferramenta legislativa, regulando as diferentes facetas da vida «indo do vestuário ao lúdico [tornando-se] um amplo *corpus* jurídico». Revestem-se, as constituições sinodais, de uma dupla função. Além de determinar as regras corretivas das ações dos leigos, procura definir as admoestações específicas para conduzir o religioso na sua obrigação do cumprimento dos ofícios sacramentais<sup>15</sup>.

Neste estudo está em observação, como já se indicou, a legislação sinodal respeitante a Braga dos anos de 1333 (Braga 9), 1402 (Braga 21), 1477 (Braga 26) e 1505 (Braga 28); Évora, de 1420-23, confirmada em 1457 (Évora 6); Guarda, de 1500 (Guarda 1), Lisboa, de 1403 (Lisboa 11); Porto, de 1496 (Porto 11) e finalmente da administração eclesiástica de Valença do Minho, de 1444 (Valença do Minho 1).

Braga é representada, no *Synodicon Hispanum II*, com vinte e oito sínodos, quatro dos quais merecem análise no respeitante à temática abordada, sendo que o sínodo de 1505 é incluído nesta organização de sínodos medievais por representar muitos aspectos e problemáticas desse período histórico.

<sup>12</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. XVII- XVIII.

<sup>13</sup> CANTELAR RODRÍGUEZ, Francisco – El «Synodicon hispanum»..., cit., p. 338.

<sup>14</sup> TEODORO, Leandro Alves – “O comprometimento moralizante dos sínodos portugueses entre os séculos XIV e XV”, p. 8.

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 9.



O sínodo de D. Gonçalo Pereira, de 6 de setembro de 1333, é o primeiro escrito em português nessa diocese. Celebrado após visita pastoral, as suas constituições contêm referências a sínodos anteriores e “insistem nos problemas da residência e da vida moral dos clérigos e religiosos da diocese”<sup>16</sup>.

D. Martinho Afonso Pires da Charneca, a 5 de abril de 1402, celebra o sínodo que determina penas para religiosos e poderosos sobre comportamentos interditos nas igrejas<sup>17</sup>.

As constituições sinodais mais importantes para o período medieval são publicadas no sínodo de Braga pelo arcebispo D. Luís Pires, em 11 de dezembro de 1477<sup>18</sup>, o que se justifica pelo espírito reformador do seu autor.

Por último, em relação à diocese Bracarense, apresenta-se o sínodo de D. Diogo de Sousa, de 15 de dezembro de 1505, com disposições legislativas herdadas do sínodo do Porto de 1496, de onde foi transferido, justificando a opção de incorporar este sínodo na cronologia medieval<sup>19</sup>.

Conhece-se a existência de oito sínodos da diocese de Évora. A promulgação que aqui interessa referir corresponde à constituição sobre o dízimo do gado, emitido por D. Pedro de Noronha (1420-23) e confirmada a 7 de setembro de 1457 por D. Vasco Perdigão<sup>20</sup>.

No que respeita à diocese egitaniense, o sínodo de D. Pedro Vaz Gavião, de 12 de maio de 1500, é o mais antigo que se conhece, havendo com toda a certeza legislação sinodal anterior por neste se referirem a constituições precedentes. A sua relevância é tanto ou mais determinante pelo facto de ser o único sínodo do período medieval conhecido para aquela diocese e também pelo percurso do seu legislador, o capelão-mor do rei D. Manuel<sup>21</sup>.

É de Lisboa o sínodo mais antigo de que há notícia<sup>22</sup>. Da época medieval conhecem-se sete mas admite-se a existência de um número bastante superior. O sínodo em análise, de D. João Afonso Esteves de Azambuja,

<sup>16</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 47.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 61-62.

<sup>18</sup> Pelos assuntos abordados e a forma linguística e literária aplicada, semelhante ao português utilizado pelos cronistas. *Ibidem*, p. 73-74.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 138-139.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 215.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 223-224.

<sup>22</sup> Celebrado a 1 de maio de 1191, pelo bispo D. Soeiro Anes (1185-1209). *Ibidem*, p. 283.



celebrado a 13 de janeiro de 1403, é o único da diocese de Lisboa do século XV que sobreviveu até à atualidade. Nele, o legislador recupera constituições sinodais de antecessores, nomeadamente em relação a comportamentos normativos de cristãos em convívio com judeus e mouros<sup>23</sup>. D. Diogo de Sousa, anteriormente referido como bispo de Braga, é para ali transferido após a sua passagem pela diocese do Porto e leva consigo as mesmas ideias legislativas emanadas no sínodo que celebra nesta diocese em 24 de agosto de 1496. É autor do mais antigo catecismo português impresso<sup>24</sup>.

A Administração Eclesiástica de Valença do Minho sofre diversas vicissitudes durante o período abordado. No essencial, importa registar que, embora não seja por direito uma diocese, é-o na prática, por ter administradores que exercem atos de jurisdição espiritual e temporal na sua Sé.

O sínodo de D. João Afonso Ferraz I, de 5 de fevereiro de 1444, é único nesta administração eclesiástica, embora a sua intenção inicial seja a celebração de sínodos anuais<sup>25</sup>.

O alvo de qualquer sínodo é o prevaricador. As constituições não visam o reconhecimento das boas práticas por parte de laicos e religiosos que, voluntariamente, cumprem os seus deveres. Pretendem sim, atingir, independentemente do estatuto ou condição, aquele que erra, que infringe, que não age de acordo com a conduta estipulada pelas leis eclesiásticas. Conscientes do seu poder, os legisladores determinam, sancionam e corrigem. O que se procura é que os cristãos atuem na terra de acordo com o santos no céu: limpeza, virtude e louvores divinos. Virtudes que se exigem de forma mais consistente aos eclesiásticos, pois de acordo com a Santa Igreja, devem ser santos porque consagram a dedicam a sua vida a Deus. Daí a necessidade de reuniões frequentes para reforma dos costumes e busca de santidade pelos clérigos<sup>26</sup>.

Eis agora as restrições e recomendações!

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 283-284, 317-318.

<sup>24</sup> D. Diogo de Sousa é considerado um dos prelados mais brilhantes da sua época pelo papel determinante que teve nas dioceses por onde passa, imprimindo o seu cunho de cultura e disciplinador eclesiástico. *Ibidem*, p. 354.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 417-424.

<sup>26</sup> PEREIRA, Isaiás da Rosa – “Os sermões de André de Resende nos sínodos de Évora de 1534 e de 1565 e as falas de Francisco de Melo no sínodo de 1534”, p. 190-191.



### 3. Restrições

A vivência quotidiana do homem medieval é marcada pela Igreja. A religião acompanha-o desde o berço até à sepultura de forma indelével. Começa com o batismo – oito dias após o nascimento – e termina com o sacramento da extrema-unção, quando há oportunidade para isso.

A influência e orientação que a Igreja católica impõe não se propagam tanto por manifestações de fé da sociedade medieval, mas mais pela necessidade de respostas que esta proporciona. A ignorância científica de então leva a essa busca de respostas, de conforto espiritual que a Igreja oferece, nem sempre de forma desprendida e voluntária. Desempenha, bastas vezes, um papel castrador e repressivo.

#### 3.1. Ao clero

Os sínodos em análise permitem verificar que a aplicação de interdições e restrições é transversal a leigos e religiosos, embora em certas situações com características diferentes. Contudo, o clero não está isento do cumprimento de determinadas diretivas que controlam o seu comportamento, uma vez que também eles respondem perante Deus. E é por muitas vezes falharem no seu relacionamento com Deus que os clérigos são admoestados. Pelo não cumprimento das suas obrigações eclesiais, deixando as igrejas sem missas e demais celebrações; os paroquianos sem sacramentos e enterramentos para gozarem dos prazeres terrenos como a caça e a frequência de tabernas.

No sínodo de Braga 26, o arcebispo D. Luís Pires deixa bem explícita a interdição dos seus religiosos se deslocarem com cães e aves de caça nas vilas e de os deixarem entrar nas igrejas e coros, à semelhança de vulgares caçadores<sup>27</sup>. Ora, esta constituição reflete a vivência do homem religioso da época. Beneficiado pelo seu estatuto social, o clérigo usufrui de disponibilidade para as *cousas* terrenas, para o ócio e as distrações. O alto clero procura as mesmas recreações e diversões que a nobreza. E nestas está

<sup>27</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 111-112.



incluída a caça de montaria e cestraria. Conforme se observa, esta restrição de caçar pode ser anulada, de forma pontual, “por algũa evidente necessidade de aliviamto de infirmitade ou tristeza”<sup>28</sup>.

O desvio de funções eclesiásticas por parte do clero, não será certamente exclusivo das suas “fugas” para a atividade da caça. Contudo, os seus superiores hierárquicos não deixam de referir o incumprimento das funções eclesiásticas com os fiéis cristãos, bem como “elles mesmos clerigos perdem as Oras e as nom rezam”<sup>29</sup>. A frequência das tabernas – para comer e beber – pelos religiosos deve ser também interdita, “salvo quando andarem caminho ou não tiverem pousada no lugar onde estiverem que então a necessidade os releva”<sup>30</sup>. As interdições ao clero contemplam ainda o uso de armas, pois a Igreja combate com “*lagrimas e orações*”. Podem apenas transportar consigo, como é de resto prática comum de todo o homem medieval, um pequeno cutelo para “*cortar as unhas, pam, carne e fruita e outra vianda*”<sup>31</sup>.

### 3.2. Aos seculares

Ainda que as restrições indicadas nos sínodos visem também os religiosos, elas são em maior número para a gente laica. O povo obedece às leis civis e às leis da Igreja. Molda a sua vida e condu-la de acordo com esses códigos para se livrar de sanções e estigmas.

Para controlar a moral e a ética, tem o clero a obrigação de estipular os limites e definir as barreiras do que é próprio e impróprio. E ainda que, segundo Oliveira Marques, a Igreja medieval não se destine apenas a lugar de culto, por aí também se desenrolarem reuniões e diversões, têm de se balizar estas ações. Na igreja dançam, ouvem trovadores e jograis; representam autos; comem, bebem; dormem; falam alto; riem; discutem e trabalham, inclusive alguns clérigos<sup>32</sup>. Contudo, a legitimidade destes atos é posta em

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 112.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 257.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 122.

<sup>32</sup> MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 4.<sup>a</sup> ed. Lisboa, 1982, p. 168.



causa pelas constituições sinodais. D. Martinho Afonso Pires da Charneca, no sínodo de Braga de 1402, em relação à prática de dormir e comer dentro das igrejas, admoesta “todollos condes, ricos homeens, infanções, cavaleiros, scudeiros e outras quaeesquer pessoas de qualquer stado e condiçom [...] se abstenham de pousarem nem comerem nos dictos moosteiros e egrejas nem tomem nem mandem tomar dellas pam nem vinho, carne nem cevadas, palhas, ervas, ferrãaes nem outros beens”. Mesmo quando essas pessoas afirmem fazê-lo “per mandado dos abades, priores, rectores dellas”<sup>33</sup>.

A mesma matéria é abordada e objeto de restrição no sínodo assinado por D. Luís Pires, na Sé de Braga, em 1477, uma vez que “a egreja de Deus hé casa de oraçom e lugar de sanctidade [...] muito menos deve seer consstentido que [...] sejam postas mesas e se façam convites de comer e beber [...] muitas vezes se contece poerem os odres e pechees, emfusas e cantaros com vinho e auga sobre os sanctos altares”. Todos os que não cumprem ficam “sub penna d’escuminhom e maldiçom eterna, [...] salvo se for algum clerigo, emquanto celebrar algum trintairo emçarrado, ou algum omiziado”<sup>34</sup>.

Igual intenção é proclamada na diocese egitaniense por D. Pedro Vaz Gavião, salvaguardando a exceção dos clérigos, após algumas celebrações religiosas, poderem “tomar vinho e fruta, contanto que seja no coro ou tesouro nas igrejas onde os houver. E isto mesmo defendemos que em as ditas igrejas se não ponha trigo, nem cevada, vinho, azeitona, ervanços, cebolas, alhos, nem outras semelhantes cousas”<sup>35</sup>.

Com o propósito de regulamentar o comportamento adequado dos cristãos quanto à prática dos ritos religiosos próprios desta época, dirige-se o bispo D. Luís Pires a estes, no sínodo de 1477, interditando-os de vender ou comprar em tabernas e boticas, durante o decorrer das missas, “porque os dias do sancto dominguo e das festas de nosso Senhor Jhesu Christo com suas oytavas e de nossa senhora sancta Maria e dos outros dias que a sancta madre Egreja ordenou e manda guardar de todo lavor foram assy instituidos pera os fiiies christãaos se ocuparem em visitar as egrejas e ouvir missa e

<sup>33</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 63.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 96-97.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 239.



a pregação e os officios divinos”. Estão pois proibidos “os especieiros e enxerqueiros, regatões, padeiras, verceiras, taverneiras, fruyteiras e mostardeiras, e assy qualquer outros vendedeiros” de praticarem os seus officios vendendo pão, carne, pescado, vinho, hortaliças, frutas, erva mostarda ou qualquer outro alimento, senão por alguma “emfermidade ou legitima e onesta necessidade, nomeadamente a venda de mezinhas a doentes, em qualquer hora do dia”<sup>36</sup>.

Sobre os mesmos alimentos recai a proibição, anos mais tarde e em diocese diferente, clarificando o leitor sobre a coerência e longevidade das restrições, interdições e recomendações sinodais. No caso, o sínodo celebrado por D. Pedro Vaz Gavião, acrescenta ainda a proibição de carnicheiros e magarefes nos dias de festa e domingos, matarem, esfolarem ou talharem carne publicamente<sup>37</sup>.

Verifica-se uma particular preocupação com o mester dos carnicheiros e enxerqueiros<sup>38</sup>. As interdições a este ofício aparecem, em alguns sínodos, destacadas, ameaçando a pena de excomunhão em caso de desobediência: “todollos carnicheiros e enxarqueiros [...] nom matem bois, vacas, carneiros nem porcos nem cabras nem cabrões nem cortem a carne delles”, recomendando que o façam na véspera desses dias, em grande quantidade, para que possa a carne ser usada posteriormente nos dias a guardar<sup>39</sup>.

### 3.3. Aos cristãos em convivência com judeus e mouros

As ligações conciliadoras dos cristãos para com os judeus transformar-se-ão no decurso dos séculos históricos. Contudo, existiu sempre um contacto singular com o Judaísmo procurando, em última instância, familiarizar-se com ele enquanto teologia, do que abarcar uma compreensão da sua índole religiosa<sup>40</sup>. Na Idade Média o judaísmo e o islamismo são tolerados pela

<sup>36</sup> *Ibidem*, p. 127-128.

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 239.

<sup>38</sup> Aquele que retalha e põe para secar ou defumar a carne das reses.

<sup>39</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 128-129.

<sup>40</sup> GOMES, Saul António – “A questão judaica nos autores medievais portugueses”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 9, 2009, p. 95.



Igreja Católica. O grau de tolerância para com estas comunidades é de tal ordem que lhes é permitido participar em algumas manifestações religiosas da Igreja Católica, nomeadamente a festa do Corpo de Deus, na primeira quinta-feira a seguir ao Pentecostes, onde são admitidos na procissão, exibindo os seus trajes, músicas e danças<sup>41</sup>.

O corpus legislativo régio português sobre os judeus é extenso. Nessa documentação exhibe-se um discurso que expressa a visão dos legisladores face aos judeus. No campo da legislação canónica portuguesa, nomeadamente na legislação sinodal, torna-se transparente a «subjacência implícita de uma lógica apologista e, necessariamente, controversista, face aos judeus»<sup>42</sup>. A própria Igreja lembra-lhes permanentemente o privilégio de os aceitarem e ao seus credos: «Achamos que os judeus e judias, nom contentes das liberdades e privilegios e defenssom que recebem, em que som conservados e soportados pella benignidade da piedosa sancta madre Egreja e pollas ordenações do Regno, mais sobejamente se estendem e devassam em muitas cousas em vituperio e desprezo da sancta fé catholica e grande escandallo dos fiiees chhristãos.»<sup>43</sup>. Contudo, esta mesma Igreja procura a conversão de judeus e mouros e limita o seu convívio com os fiéis cristãos. Melhor dizendo, restringe aos seus fiéis a convivialidade com seguidores dos diferentes credos. Pois os judeus e judias são “inimigos de nosso senhor Jhesu Christo e da sua sancta fé católica”. As constituições sinodais exigem, a todos os fiéis cristãos, “em virtude d’obediencia e sub penna d’excuminhom [...] que nom comam nem bebam nem dormam em cama nem morem com elles nem comam da carne morta e degollada per elles nem vãao a seus esposouros nem vodas nem circoncissões de seus filhos”<sup>44</sup>. Igualmente estão os cristãos proibidos de os convidar para as suas festas<sup>45</sup> e de tomarem das suas mezinhas<sup>46</sup>. Como refere Saul Gomes no seu

<sup>41</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – A festa – a convivialidade in MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 163.

<sup>42</sup> GOMES, Saul António – “A questão judaica nos autores medievais portugueses”, p. 103.

<sup>43</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 129.

<sup>44</sup> *Ibidem*, p. 310-131.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 328-329.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 336.



estudo, e tomando por base o sínodo presidido por D. João Martins Soalhães, em 1307, era expressamente proibido aos cristãos e cristãs, servirem em casa de judeus, aos domingos e feriados, mesmo no caso das amas cristãs ao serviço de judias, o que levanta esta questão importante, do ponto de vista antropológico, do aleitamento de crianças judias, por amas cristãs, liberto de interdição religiosa, excetuando então os domingos e dias feriados<sup>47</sup>. E embora não esteja contemplado entre os sínodos agora objeto de estudo, cabe aqui referência ao sínodo de 1403, presidido por D. João Esteves da Azambuja, no qual é referida uma constituição que proibia os judeus e mouros que viviam entre cristãos de comerem carne em público na Quaresma, sextas-feiras e nos outros dias em que os cristãos devem jejuar<sup>48</sup>.

Os destinatários da legislação sinodal são, em última análise, os católicos. Não obstante essa verdade, os legisladores acabam por se dirigir também aos judeus e mouros, da mesma forma que o fazem aos cristãos no seu convívio com estes. E determinam, em certas e pontuais constituições, proibições impostas a estes grupos sociais, nomeadamente sobre a abertura dos seus comércios e o desenrolar dos seus ofícios, dentro das comunidades cristãs, durante os “dias dos sanctos dominguos e festas de nosso Senhor Jhesu Christo e de nossa senhora sancta Maria e de sam Joham Baptista e dos apostollos”, recomendando aos seus fiéis que, caso os judeus e mouros não cumpram, se apartem destes e “nem lhes conprem nem vendam nem lhes falem nem dem foguo nem loguo atee que os judeus façam emmenda do dicto pecado”<sup>49</sup>.

Restringem também a possibilidade de judeus e mouros, que vivem fora das judiarias e mourarias<sup>50</sup>, praticarem os seus ofícios, cozinhare

<sup>47</sup> GOMES, Saul António – “A questão judaica nos autores medievais portugueses”, p. 104.

<sup>48</sup> *Ibidem*, p. 104.

<sup>49</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 129-130.

<sup>50</sup> As autoridades determinam a existência de enclaves para proteção da restante comunidade. Aqui se incluem os bairros de judeus e mouros, normalmente fixadas as judiarias nas imediações dos centros urbanos e as mourarias apartadas dos centros das cidades e vilas. As autoridades procuraram, para ambas as comunidades as coabitação com a maioria cristã. COSTA, Adelaide Pereira Millán da – O espaço urbano in MATTOSO, José (dir.) e SOUSA, Bernardo Vasconcelos (coord.) – *História da Vida Privada em Portugal*. Lisboa: Círculo de Leitores, 2010, p. 31.



comerem carne em público durante o tempo quaresmal e todos os outros dias indicados aos cristãos para a prática do jejum<sup>51</sup>.

#### 4. Recomendações

A distinção entre o que são restrições, interdições e recomendações na legislação sinodal não é fácil de estabelecer, não estando isento de um determinado grau de subjetividade. Cabe ao leitor, de forma individual, apreender que, muitas vezes, umas andam acopladas às outras.

As recomendações pressupõem, maioritariamente, a proibição de algo, de uma prática ou comportamento. Porém, devido a questões organizacionais, propõe-se essa distinção, figurando no campo das recomendações aquelas que são consideradas normativas, transversais aos diferentes grupos e classes sociais – jejuns e dízimas – e as pontuais, que surgem na sequência da necessidade de precaver situações que não estão determinadas *à priori*, por desconhecimento dos grupos atuantes ou por inexistência de factos que a elas obriguem.

##### 4.1. Normativas

###### 4.1.1. Do jejum

A mensagem evangélica propõe a aceitação de todos os alimentos como um dom da Providência divina. Apesar disso, ao longo da sua História, a Igreja Católica assume uma certa renúncia à carne pela sua simbologia relacionada com a violência, a morte, a natureza física e sexual. Esta renúncia é menos visível no clero secular que, exceptuando o período de abstinência quaresmal, a aceita com naturalidade incluindo-a na sua alimentação<sup>52</sup>. Na Idade Média, o jejum de carne abrange um período bem mais longo do

<sup>51</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 329.

<sup>52</sup> FLANDRIN, Jean-Louis et MONTANARI, Massimo (dir.) – *História da alimentação, Dos primórdios à Idade Média*. Lisboa: Terramar, 1998, p. 267-268.



que as atuais recomendações quaresmais, impondo-se como uma forma de identidade religiosa mais do que busca de purificação pessoal.

Não passa despercebido ao leitor da legislação sinodal em análise, as posições distintas dos legisladores face à regulamentação do calendário litúrgico de jejum junto das suas comunidades. Se num extremo se identifica a necessidade de definir com rigor os dias a jejuar, por estarem em falta os fiéis cristãos na sua obediência, no outro, indicam-se, por excesso de zelo, um número incorreto e aumentado para esse ritual católico. Na primeira situação encontra-se a diocese de Braga em 1477, considerando o seu arcebispo, D. Luís Pires, que existe incumprimento das normas de jejum, muito por negligência do próprio clero que não ensina aos fiéis cristãos quais os dias a jejuar, ficando dessa forma muitos dias “por jejunar e aas vezes comem carne nos dictos dias e jejunam em outros que lhes nom mandam jejũar e esto polla negligencia e culpa dos reictores e curas que nom querem aprender o que ham de fazer, ensinar e mandar o poboo, parece-nos seer necessário declararmos aqui quaaes som os dias em que os christãaos devem jejunar”<sup>53</sup>. Para que não haja lugar a dúvidas, enumeram-se todos os dias do calendário do ano em que deverá ser praticado o jejum, acrescentando também os dias que não sendo de jejum efetivo, devem ser sujeitos a algumas restrições – não comer carne – mas em que se admite, ao contrário dos anteriormente referidos, a ingestão de ovos, leite, manteiga e queijo. Prescreve-se a necessidade de não comer fígado ao sábado, mesmo em dias de não jejum. O incumprimento destas recomendações implica a excomunhão para os prevaricadores<sup>54</sup>.

D. Diogo de Sousa, enquanto arcebispo do Porto e de Braga, toma a mesma posição, fixando os dias de jejum a praticar pelos fiéis cristãos, com ligeiras diferenças, omitindo ou acrescentado alguns dias e festas de santos e recomendando que cada abade faça jejuar o dia do orago da sua igreja. No sínodo de Braga, a festa dos Reis; São Martinho de Dume (arcebispo que foi de Braga); São Frutuoso (arcebispo que foi de Braga); Apóstolos Filipe e Jacobo; São Miguel e São Martinho são indicados como dias a guardar

<sup>53</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 130.

<sup>54</sup> *Ibidem*, p. 131.



mas a não jejuar<sup>55</sup>. Por direito canónico estão obrigados, os cristãos, a jejuar durante as celebrações principais que são a Quaresma, o Natal, a véspera de Ascensão, as festas de Nossa Senhora – Purificação, Anunciação, Assunção e Nascimento – os Apóstolos e Todos os Santos<sup>56</sup>.

A prova de que comportamentos, disposições, leis, recomendações e interdições têm, em todo a hora e em todo tempo, leituras e desfechos díspares, verifica-se nestas mesmas constituições sinodais. Se os anteriores legisladores entendem a necessidade de lembrar aos fiéis cristãos os seus deveres de jejum, nos quais têm falhado, os seguintes, por vezes, apontam a necessidade de aligeirar esse procedimento. Não obstante, o cristão faltoso no cumprimento do jejum, nos dias determinados pelos cânones, incorre em pecado mortal.

D. Pedro Vaz de Gavião, na Sé da Guarda, celebra o sínodo que elenca os seguintes dias de jejum obrigatórios: “a vigília de Natal, e de Páscoa, e da Ascensão, e Pentecostes, e as vigílias das cinco festas de nossa Senhora, [...] a vigília de Todos-os-Santos, e as vigílias e festas principais dos Apóstolos, tirando de são João Evangelista e de Santiago e de são Filipe que vêm entre solenidades do Natal e Páscoa e Pentecostes, em os quais tempos de necessidade não há nenhum jejum obrigatório. Também de necessidade de jejum é a vigília de são João Baptista e a vigília de são Lourenço, e as quatro tēmporas do ano, e assim toda a Quaresma”. O jejum começa à meia-noite da véspera e estende-se até à meia-noite do dia, perfazendo um período de vinte e quatro horas<sup>57</sup>.

Considera também D. João Afonso Ferraz, na Administração Eclesiástica de Valença do Minho, que os abades e reitores exageram nos dias que indicam para jejum aos seus fiéis cristãos e, por serem em demasia, não cumprem nem esses nem os que pelos santos cânones devem cumprir. Assim, determina que se jejue de acordo com o calendário os seguintes dias de santos: Purificação; Apostolo S. Mateus; Páscoa com três dias; Anunciação de Nossa Senhora;

<sup>55</sup> TEODORO, Leandro Alves – “A regulação das solenidades religiosas nas terras portuguesas (sécs. XIV – XV)” in *Confluenze*, Università di Bologna, vol. 6, n.º 1, 2014, p. 70.

<sup>56</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 179-181; 403-405.

<sup>57</sup> *Ibidem*, p. 238-239.



Parasceve; Pentecostes; S. João Batista; S. Pedro e S. Paulo; Santa Maria Madalena; Santiago; Santa Maria da Neve; S. Lourenço; Transfiguração; Assunção de Santa Maria; Apóstolo Matias; S. Simão e Judas; *Omnium Sanctorum*; Santo André; Santa Maria antes do Natal; S. Tomé; N. S. da Conceição e o Natal com três dias<sup>58</sup>.

#### 4.1.2. Da dízima

Os bens, rendimentos e privilégios do clero são por demais evidentes durante o período medieval. As suas fontes de receita incluem os rendimentos diretos da terra, os que resultam da sua categoria de senhorios e diversos impostos, nomeadamente o dízimo eclesiástico, ou dízima – pagamento da décima parte dos frutos. Com tradição longínqua, herdada de disposições do *Antigo Testamento*, e vulgarizada entre os cristãos do Ocidente, começa por ser uma contribuição voluntária que ganha carácter de obrigatoriedade como contributo eclesiástico.

A dízima incide sobre a propriedade – *reais* ou *prediais* – e sobre o trabalho – *pessoais* ou *conhecenças*. Possui, desta forma, uma abrangência total. A forma de pagamento não se reveste de carácter uniforme, variando de acordo com a diocese ou a própria freguesia, possuindo, bastas vezes, uma natureza arbitrária, cuja finalidade é o aumento dos proventos sobre este direito<sup>59</sup>. Por via da regra, é o rendeiro ou arrematante que recebe os produtos da dízima e os entregam às instituições eclesiásticas. Estas dividem-na em três partes: a terça episcopal para o bispo; um terço para o clero da instituição e a outra para a fábrica da igreja<sup>60</sup>. Este imposto suscita, ao longo dos tempos, diversas querelas e questões polémicas entre o clero e o povo, motivadas pela execução do pagamento pontual dos direitos eclesiásticos.

<sup>58</sup> *Ibidem*, p. 440-441.

<sup>59</sup> SERRÃO, Joel (dir.) – *Dicionário de História de Portugal*, vol. II. Porto: Livraria Figueirinhas, 1992, p. 328-329.

<sup>60</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho – *A estruturação social...*, cit., p. 239.



São, por isso, matéria abundante na maioria dos sínodos medievais, dos quais os agora analisados não são exceção<sup>61</sup>.

Quando o arcebispo D. Diogo de Sousa celebra o sínodo de 1505 em Braga, emite duas constituições sobre o pagamento da dízima – sobre o gado e frutos da terra – em tudo semelhantes às que havia feito escrever, no Porto, nove anos antes<sup>62</sup>.

Nestas constituições sinodais pode o leitor aferir a importância que o pagamento da dízima representa tanto para a Igreja que a recebe, como para o freguês que a paga. Na realidade é difícil ao camponês, com todos os impostos, rendas e encargos que tem, conseguir rendimentos significativos do seu trabalho. O pagamento da décima sobre os animais encontra alguns obstáculos de cariz prático quando o número de cabeças não é igual a dez ou seus múltiplos. Quando se verifica essa situação, sugere-se a avaliação do seu valor monetário e que se pague a metade do valor apurado. Se a solução não é do agrado, existe ainda a possibilidade do animal ser vendido pelo maior valor possível e o abade receber metade em moeda. Refere-se este pagamento ao gado bovino, suíno, ovino, aves domésticas, nomeadamente galinhas, frangos e patos e ainda mulas, burros e potros. Relativamente a estes últimos, o pagamento incide apenas após o segundo ano de vida, uma vez que antes desse período, não sobrevivendo longe das mães, não podem ser vendidos.

As *décimas* são cobradas sobre os enxames de abelhas, da cera e mel recolhidos, “assim no tempo da cresta<sup>63</sup> como daquela que em elles fica quando morrem ou se vai o enxam”; sobre o leite, lã e queijos; sobre as hortaliças, castanhas e demais frutas, tanto as da época como as tardias<sup>64</sup>.

As tentativas de usurpação indívida de dízima, ou o contrário, de tentativa de fuga ao pagamento adequado, são frequentes e, por essa razão, sujeitas a recomendações nas constituições sinodais. A exemplo disso, apresenta-se a constituição de D. Pedro Vaz Gavião que segue as indicações dos seus

<sup>61</sup> Sobre esta matéria *vid.* COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média* – vol. I. Coimbra: Faculdade de Letras, 1983, p. 382-398.

<sup>62</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 174-175; 391-394.

<sup>63</sup> Cresta refere-se à colheita do mel das colmeias tirando apenas parte dos favos.

<sup>64</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 173-175.



antecessores reiterando a indicação, quando os donos de gado levam os seus animais para outras freguesias, do pagamento de metade da dízima nessas mesma freguesias e a outra metade à sua freguesia de origem<sup>65</sup>. O mesmo se aplica a quem for lavrar fora da sua freguesia<sup>66</sup>.

A primazia do cereal na alimentação medieval é unânimemente reconhecida. O pão é a base de alimentação, ao ponto de o próprio cereal assim ser designado, como acontece na legislação sinodal que “falla de como se ham de pagar os dízimos de pam”. Recomenda-se, em relação ao pagamento da dízima do cereal, que os fregueses avisem os abades sobre a altura em que ceifam os campos, para que estes possam ir cobrar a sua parte, evitando que o cereal fique abandonado nas *agras*<sup>67</sup> onde acaba por se perder. E caso o abade não o recolha, deve o camponês levá-lo para a sua eira, onde o abade o irá levantar<sup>68</sup>. Nas situações em que o *terceiro*<sup>69</sup> da igreja não está presente na hora de recolher os frutos da terra, deve o freguês levá-los para o seu celeiro e posteriormente o *terceiro*, na companhia de duas pessoas idóneas, deverá dizimar e levar os frutos para o celeiro da igreja<sup>70</sup>. A igreja pode perder o direito à dízima, ou o lavrador pode dizimar ele próprio, caso a entidade eclesiástica não cumpra o prazo estabelecido para repartir a colheita<sup>71</sup>.

Quanto às dízimas pessoais, “que em algumas partes se chamam quartas e em outras conhecenças”, variam consoante o mester: “o almocreve por cada besta doze reaes; e o carnicheiro desta cidade ou das vilas xv, e das aldeias sete reaes [...] e a padeira doze reaes [...] e os que tivessem canais, pescaria nos rios, que pagassem dízimo inteiro, e os outros pescadores que com artifícios tomassem trutas e outro qualquer pescado pagassem xii reaes; [...] e os moleiros pagassem dizimo inteiramente, e dos pisões quinze reaes; os lagareiros de azeite pagassem vinte reaes, item os que fizessem escudelas, talhadores, gamelas, ripas, trinchões, mesas, escadas, cestos, tabuado, arcas,

<sup>65</sup> *Ibidem*, p. 270-271.

<sup>66</sup> *Ibidem*, p. 271.

<sup>67</sup> Campo cultivado ou cultivável.

<sup>68</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 175.

<sup>69</sup> O mesmo que intercessor.

<sup>70</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 271-272.

<sup>71</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média*, cit., p. 385.



padiolas, bancos, carros, arados, para vender, xii reaes; e as regateiras dez reaes; os forneiros e forneiras, onde não fosse costume pagarem dízimo, pagassem xv reaes”<sup>72</sup>. Os valores variam também em função do tempo cronológico e da localização da igreja. Em data posterior, e noutra cidade, no caso Braga, apresentam-se outros valores para os mesmos ofícios: assim, deve o carnicero da cidade ou vila pagar 40 reais e se for de fora 30 reais, caso o pagamento não se efetue, como é costume em alguns locais, com as línguas dos animais abatidos; o vinhateiro paga também 40 reais no caso de não ter bestas, caso contrário o preço aumenta em função do número de cabeças; os pescadores que têm canais ou pescam no rio as lampreias e outro pescado pagam sobre esses produtos e de toda a caça que fizerem; 20 reais é quanto pagam todos aqueles “que [...] fizeram escudellas, gamellas, talhadores, ripas, trichos, escadas, cestos, carrellas, padiollas ou bancos para vender, carros, grades, arados pêra vender ou os vendam”, os que não têm mester e vivem como negociantes de gado devem pagar sobre o que compam e vendem. Os pagamentos devem ser feitos anualmente, no dia de S. João Batista ou nos 15 dias subsequentes. Todos são incentivados a cumprir com as obrigações da dízima, aos seus abades, sob ameaça de estarem em pecado mortal caso não cumpram as recomendações eclesiásticas<sup>73</sup>. A grande arma de coação por parte da Igreja é a advertência de excomunhão.

## 4.2. Dirigidas

### 4.2.1. Ao clero

A vivência quotidiana da época medieval está marcada pela vida agrária. Os campos cultivados – ou em pousio, para descanso – marcam os territórios e comandam o ritmo do homem medieval. Não cabe apenas ao campesinato a observância dos trabalhos da terra. Também o clero tem obrigações agrárias em relação às suas posses rurais. Os mosteiros e igrejas possuem as suas própria terras de cultivo, asseguradas pelos próprios ou entregues

<sup>72</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 268.

<sup>73</sup> *Ibidem*, p. 174-175.



a procuradores sob rendas. Ora, nem sempre estes clérigos cumprem zelosamente com essas obrigações e não ficam livres de censura por parte dos seus superiores.

Uma vez mais, na legislação analisada, são acusados os abades de se ausentarem das suas igrejas não cumprindo com missas, horas e sacramentos e falhando ainda nos trabalhos agrícolas das searas, herdades e casais. Não lavram as terras, nem as mantêm cultivadas porque lá não vivem, nem as arrendam a clérigos ou leigos que delas se ocupem. Cabe pois, ao legislador, recomendar a todos os que nessa situação se encontram que, sob pena de multa, tratem das terras, ou mandem delas tratar<sup>74</sup>. De resto, apesar do grande número de escolas catedrais e conventuais no nosso território, é notória a falta de preparação atribuída aos clérigos, em diversas matérias, nomeadamente no que respeita aos procedimentos básicos para a celebração dos sacramentos. Um problema transversal às diversas paróquias e que leva os superiores a advertir os clérigos no sentido de conduzir a ação pelos cânones dos concílios ecuménicos da época. Em 1477, no decorrer do sínodo da arquidiocese de Braga, o arcebispo D. Luís Pires enfatiza esse problema e começa por advertir, em primeiro lugar, os clérigos pecadores<sup>75</sup>. Na mesma diocese, em outro sínodo, alertam-se abades e priores do arcebispado de Braga sobre algumas práticas em seus mosteiros. Acusados de não darem aos seus frades pão, broa e vinho de boa qualidade, estabelece e manda D. Gonçalo Pereira “que os abbades e priores lhis den sãs rações de bõ pam e de boa boroa e doo vinho communal [...] nas mesas no reffertorio assi ao jantar commo aa cena e [...] o al que lhis sobejar mandamos que cada hũu dos abbades et priores que o façam dar por Deus aos pobres e aos moazinhos e aos seus parentes pobres, tanto que nom sejam seus filhos”<sup>76</sup>.

As preocupações são outras, na diocese de Braga, um século depois. Trata-se agora de questões ligadas ao pão e vinho da Eucaristia. O arcebispo recomenda a todos os seus clérigos que vigiem os sacristãos, para que os alimentos usados na celebração eucarística – pão e vinho – sejam da melhor

<sup>74</sup> *Ibidem*, p. 48-49.

<sup>75</sup> TEODORO, Leandro Alves – “O comprometimento moralizante dos sínodos portugueses entre os séculos XIV e XV”, in *Portuguese Studies Review*, 21 (1), 2013, p. 62.

<sup>76</sup> *Ibidem*, p. 51. Ao não permitir que as sobras de comida sejam entregues aos filhos de abades e priores, admitem a existência de prole do clero.



qualidade e colocadas nos mais limpos recipientes. Há, de facto, uma preocupação com a limpeza e pureza. E por esse motivo, o vinho deve ser puro “e que nom seja augapee nem outra mestura e que doutra guisa o nom tomem e que a auga seja linpa, pura e clara” e as hóstias devem ser feitas com “polme de farinha de trigo estreme e [...] se tal nom for, que a nom recebam, da qual farinha farom o polme nom com outra cousa senom com auga mui linpa, pura e clara em hũa escudela ou outro vaso novo, linpo, no qual nunca fosse fecta outra cousa”<sup>77</sup>.

Também sobre limpeza se lê nas constituições sinodais de D. Luís Pires. Recomenda este a limpeza das igrejas, em dias próprios – o sábado – para que não fiquem nelas os frutos da dízima, pão ou pedra. Mais do que recomendações, determina as interdições, já antes indicadas, de não se comer e dormir nas ditas igrejas, nem mesmo os seus rendeiros<sup>78</sup>.

#### 4.2.2. Aos seculares

O calendário litúrgico ordena a vida do homem medieval sobre vários aspetos, nomeadamente na determinação dos dias de descanso. E são bastantes esses dias. Para além de todos os domingos do ano, das festas de Cristo, dos dias de veneração à Virgem Maria, dos que honram alguns santos, acham-se ainda os dos oragos de cada igreja, totalizando cerca de uma centena de dias<sup>79</sup>. Nestes, estão obrigados os fiéis cristãos, a não exercerem os seus ofícios, salvo se essas práticas resultarem em esmolas para os pobres e defavorecidos. É o que vem reforçar a constituição 50 do sínodo 11 do Porto, em que D. Diogo de Sousa expressa, de forma clara e determinada, a autorização aos pescadores que possuem licenças emanadas pelo arcebispado, para pescarem nos dias de guarda, uma vez que esse peixe – no caso sável – é para ofertar em esmola. Serve a presente constituição para salvaguardar essa autorização, uma vez que algumas pessoas embargam a pescaria “e os nom leixam pescar nos ditos dias ainda que lhes mostrem

<sup>77</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 95-96.

<sup>78</sup> *Ibidem*, p. 153 e p. 370.

<sup>79</sup> COELHO, Maria Helena da Cruz – A festa – a convivialidade..., cit., p. 147.



nossos alvaraes de licença ou de nossos vigairos pera pescarem pera as ditas esmollas”<sup>80</sup>. Mostra, desta forma, a Igreja Católica, a sua postura caritativa e tolerante, de acordo com as suas determinações e leis. Contudo, a sua tolerância é limitada, sobretudo com os pecados dos seus fiéis cristãos. Os sete pecados capitais que perseguem a moral cristã e regem a vivência de todos os dias. Os pecados que a Igreja estipulou e nos quais se inclui a gula. O pecado que mais se prende com o corpo, com o alimento, com o que de mais básico tem o homem: a necessidade de comer e beber.

O pecado da gula é descrito no catecismo do sínodo celebrado no Porto, em 1496, como o “quinto peccado mortal [...] nelle peccam todos aquelles que trabalham por comer viandas de maior preço do que a seu estado covem, e asi os que buscam muita diversidade de manjares” e obviamente também aqueles que não cumprem os jejuns pois a “austinencia foi o primeiro mandamento que Deus deu a Adam”. Pecam também “aquelles que comem mais do necesario”. E serve para a bebida o mesmo que se indicou para a comida, sobretudo porque o beber “corrompe a natureza [...] traz os homens em grandes malles e pecados asi contra Deus como contra o prouximo e sua propria consciencia e honrra”<sup>81</sup>.

Concluídas estão as recomendações e advertências, finalizando com o pecado da gula. A igreja condena o desregramento, a procura desenfreada de satisfação através da comida. Os gulosos e lambareiros estão sujeitos à eternidade do inferno, não por acaso, frequentemente representado na iconografia religiosa com empreitadas culinárias, donde se infere que até os demónios infernais são dominados por desejos gastronómicos<sup>82</sup>.

## 5. Conclusão

Em resultado da análise à legislação sinodal, reitera-se o papel determinante da alimentação na época medieval, em particular na vivência quoti-

<sup>80</sup> GARCIA Y GARCIA, António (ed.) – *Synodicon Hispanum II...*, cit., p. 394-395.

<sup>81</sup> *Ibidem*, p. 408.

<sup>82</sup> LAURIOUX, Bruno – *A idade média à mesa*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1989, p. 104.



diana das relações sociais com a Igreja: nas disposições emanadas por esta, constringendo ou coagindo comportamentos.

Não olvidando a restrita documentação em análise, permite-se retirar algumas ilações destas constituições sinodais, nomeadamente em relação ao poder emanado pela Igreja e à sujeição da sociedade a essas manifestações de força. A subordinação do campesinato é óbvia, apesar de algumas manobras de desvio, logo censuradas e repreendidas. Ainda que em vantagem social e melhores condições de vida, o próprio clero encontra-se sob o jugo hierárquico. Não obstante, as suas circunstâncias mais se assemelham às da nobreza, auferindo diversos direitos e dividendos.

É por força da lei que se constituem indicações rígidas quanto a dízimas e jejuns. Sempre sob a ameaça de excomunhões, multas e castigos, todos são instigados a cumprir estas obrigações normativas, bem como todas as demais situações que surgem no decorrer das constituições sinodais. Modelo de ordem, de regra e de preceitos, a Igreja regulamenta, dispõe e formula leis e recomendações. Ontem e hoje, essa necessidade permanente, por quem detem o poder, de controlar e impor um caminho. Ontem e hoje, a coexistência do cumpridor e do prevaricador!

Sob a pena que redige as constituições, lança-se a ideia de uma *justa* permanentemente travada entre o excesso e a austeridade: “A luta entre o Carnaval e a Quaresma”<sup>83</sup> tantas vezes inglória.

### Fonte

*Synodicon Hispanum. II, Portugal*, ed. de António Garcia y Garcia, Madrid, Biblioteca de Autores Cristianos, 1982.

### Bibliografia

AGUILERA, César – *História da alimentação mediterrânica*, Terramar, Lisboa, 2001.

<sup>83</sup> Referência ao título da pintura de Bruegel o Velho.



- ARNAUT, Salvador Dias – *A arte de comer em Portugal na Idade Média (Introdução a O “Livro de Cozinha” da Infanta D. Maria de Portugal)*, Lisboa, 1986.
- LAURIOUX, Bruno – *A idade média à mesa*, Publicações Europa-América, Lisboa.
- CANTELAR RODRÍGUEZ, Francisco – *El «Synodicon hispanum», espejo de la España medieval*, Anuario de Historia de la Iglesia, 17, Universidad de Navarra, Pamplona, 2008, p. 337-341.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – “A festa – a convivialidade”, in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. de José Mattoso. *A Idade Média*, coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 141-169.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *O Baixo Mondego nos finais da Idade Média – Vol. I*, Faculdade de Letras, Coimbra, 1983.
- COELHO, Maria Helena da Cruz e HOMEM, Armando Luís de Carvalho – “A estruturação social”, in *Nova História de Portugal – Portugal em definição de fronteiras do Condado Portucalense à crise do século XIV*, dir. de Joel Serrão e A. H. De Oliveira Marques, Lisboa, Editorial Presença, 1996, p. 165-383.
- COSTA, AdelaIde Pereira Millán da – “O espaço urbano”, in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. de José Mattoso. *A Idade Média*, coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 24-39.
- COSTA, Avelino de Jesus – “Sínodos e Constituições Diocesanas”, in *Ação Católica*, vol. XXVI, 1941.
- Dicionário da Idade Média*, org. H. R. Loyn, Jorge Zahar Editor, Rio de Janeiro, 1990.
- Dicionário de História de Portugal*, Vol. II e III, dir. de Joel Serrão, Livraria Figueirinhas, Porto, 1992.
- DUARTE, Luís Miguel – “Marginalidade e marginais”, in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. de José Mattoso. *A Idade Média*, coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 170-196.
- GOMES, Saul António – “A questão judaica nos autores medievais portugueses”, *Cadernos de Estudos Sefarditas*, n.º 9, 2009, p. 93-120.



- GONÇALVES, Iria – “A alimentação”, in *História da Vida Privada em Portugal*, dir. de José Mattoso. *A Idade Média*, coord. de Bernardo Vasconcelos e Sousa, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010, p. 226-259.
- História da alimentação*, dirig. por Jean-Louis Flandrin et Massimo Montanari, vol. I, *Dos primórdios à Idade Média*, vol. II, *Da idade Média aos tempos actuais*, Lisboa, Terramar, 1998, 2001.
- MARQUES, A. H. de Oliveira – *A sociedade medieval portuguesa. Aspectos da vida quotidiana*, 4.<sup>a</sup> ed., Lisboa, 1982.
- MARQUES, Maria Alegria, F. – “O saber e os saberes na legislação sinodal portuguesa da Idade Média”, in *História Revista*, Goiânia, v. 18, n. 1, jan./jun (2013) 91-120.
- PEREIRA, Isaías da Rosa – “A vida do clero e o ensino da vida cristã através dos sínodos medievais portugueses (séculos XIII-XV)”, in *Lusitânia Sacra*, Lisboa, t. 10, 1978.
- “Os sermões de André de Resende nos sínodos de Évora de 1534 e de 1565 e as falas de Francisco de Melo no sínodo de 1534”, in *Humanitas*, Instituto Estudos Clássicos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, v. 43/44 (1992) 185-193.
- RODRIGUES, Manuel Augusto – “Recensões e notas de leitura” in *Revista de História das Ideias*, vol. 5 (1984) 425-429.
- TEODORO, Leandro Alves – “A regulação das solenidades religiosas nas terras portuguesas (sécs. XIV-XV)” in *Confluenze*, Università di Bologna, vol. 6, n.º 1 (2014) 61-73.
- “O comprometimento moralizante dos sínodos portugueses entre os séculos XIV e XV”, in *Portuguese Studies Review*, 21 (1) (2013) 7-18.







# **‘Vê-los e ouvi-los’: Paisagens acústicas, olfactivas e culinárias nos *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (1583-1601), de Fernão Cardim**

Rogério Miguel Puga

FCSH, Universidade Nova de Lisboa

rogerio\_puga@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 01.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 09.10.2014

## *Resumo/Abstract:*

Os *Tratados do Brasil*, redigidos entre 1583 e 1601 pelo Padre Fernão Cardim (c.1548-1625), apresentam ao leitor europeu a fauna, a flora e os usos e costumes dos índios brasileiros na última metade do século XVI, bem como episódios da interacção destes com os missionários europeus. Os tratados e as missivas ocupam-se ainda das paisagens acústicas, olfactivas e culinárias que compõem o espectáculo etnográfico da alteridade revelado ao leitor europeu, pelo que nos deteremos nessas mesmas paisagens que complementam a paisagem (visual) brasileira ao longo dos textos cardinianos.

The *Tratados do Brasil* (*Treaties of Brazil*), written between 1583 and 1601 by Father Fernão Cardim (c.1548-1625), provide the European reader with an image of the Brazilian fauna, flora and costumes of the indians in the late sixteenth century, as well as their interaction with European missionaries. The treaties and letters also represent the sound/smell and foodscapes that constitute the ethnographic show of Otherness revealed to the reader by the religious author, and this article deals with what the author heard (soundscapes), smelt (smellscape) and savoured (foodscapes) in Brazil and also recreated to complement the different (visual) landscapes throughout his texts.

## *Palavras chave/Keywords:*

Fernão Cardim; *Tratados do Brasil*; Paisagens acústica, olfactiva e culinária.

Fernão Cardim; *Treaties of Brazil*; Soundscape, smellscape, foodscape.



Ao analisarmos relatos de viagem, normalmente detemo-nos na paisagem visual, no que o autor-viajante (relata que) viu. No entanto, e embora menos estudadas, existem outras paisagens ou dimensões a analisar nessas narrativas que revelam o espectáculo da alteridade ao leitor, pelo que, ao longo deste estudo, nos ocuparemos das paisagens acústicas (*soundscales*), olfactivas (*smellscales*) e culinárias (*foodscales*), ou seja, dos sons, aromas e sabores que Fernão Cardim (c.1548-1625) descreve e sugere nos seus *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, redigidos no Brasil, entre 1583 e 1601, dimensões auditivas e olfactivas que também contribuem para o estudo da história natural do Brasil;<sup>1</sup> daí que Ana Maria de Azevedo apresente o referido missionário como simultaneamente botânico, etnólogo, geólogo, zoólogo e naturalista.<sup>2</sup> Como recorda C. Almaça, a expansão portuguesa suscita a curiosidade sobre a fauna e a flora, e a par da motivação utilitária (a busca de novos recursos) herdada da tradição medieval, certas obras renascentistas indicam “já uma certa investigação sobre a estrutura e classificação natural dos animais”.<sup>3</sup> Esses processos de busca e de textualização da alteridade são obviamente operados através dos cinco sentidos, embora se estude sobretudo a paisagem visual em detrimento das paisagens olfactivas, acústicas, culinárias ou a do tacto. O presente estudo analisa assim a representação dessas quatro paisagens nos textos cardinianos.

*Do Clima e da Terra do Brasil e de Algumas Coisas Notáveis que se Acham assim na Terra como no Mar (CTB)* é um tratado enciclopédico sobre a fauna, a flora e os índios brasileiros, pelo que o texto é dividido em secções curtas com títulos auto-explicativos, como se fossem entradas de uma enciclopédia. A representação do Outro é muitas vezes feita ainda sob os efeitos do espanto perante o espectáculo da alteridade, servindo a escrita para ajudar a decodificar e sistematizar a informação relativa a paisagens estranhas e ainda relativamente incompreensíveis; aliás o próprio Cardim

<sup>1</sup> Veja-se O'BRIEN, Maria Joaquina Pires – An essay on the history of natural history in Brazil, 1500-1900. *Archives of natural history*. 20 (1993) 37-48.

<sup>2</sup> AZEVEDO, Ana Maria de – Introdução in CARDIM, Fernão – *Tratados da terra e gente do Brasil*. Lisboa: CNCDP, 1997, p. 9. Todos os textos de Cardim que citaremos foram publicados no referido volume, e indicaremos a paginação dessa edição no nosso texto principal, entre parêntesis.

<sup>3</sup> ALMAÇA, Carlos – Os portugueses do Brasil e a zoologia pré-lineana, in AA.VV. – *A universidade e os Descobrimentos*. Lisboa: INCM-CNCDP, 1993, p. 175-194.



confessa, na sua primeira carta (16-10-1583), o quanto se espanta no Brasil através de expressões como “outra coisa que me espantou não pouco” ou “é cousa não somente nova, mas de grande espanto” (225, 236). Como veremos, a estratégia narrativa privilegiada pelo autor para narrar o Outro é a descrição assente na comparação, na adjectivação e na enumeração, ficando sempre implícito nesse acto de representação de uma realidade desconhecida as limitações, os conhecimentos e o olhar do viajante, bem como o processo de selecção da informação que é introduzida na narrativa e ainda tudo o que permanece fora do texto. Aliás, Cardim chama a atenção do leitor para esse processo, defendendo-se de eventuais críticas ao caracterizar o seu trabalho como representativo e não exaustivo: “e deixo outras muitas particularidades que têm no comer e no beber, porque estas são as principais” (169). Torna-se, portanto, crucial conhecer o contexto de produção da obra, bem como o da sua recepção pelos leitores europeus na segunda metade do século XVI e no início do século XVII, receptores esses implícitos ou implicados no processo da escrita e no texto em si, e que podemos inferir ou caracterizar através das explicações, comparações e contextualizações culturais que o autor faz ao longo da narrativa para permitir ao leitor português visualizar, cheirar e saborear as espécies, os objectos e os costumes que a obra tenta decodificar e registar. A título de exemplo, recorde-se a comparação entre rios brasileiros e portugueses (“três rios caudais tamanhos ou maiores que o Mondego de Coimbra”, 224), a referência à ave Macucaguá, também feita por Pêro de Magalhães Gândavo na *História da Província de Santa Cruz*<sup>4</sup> (“esta ave é maior que nenhuma galinha de Portugal; parece-se com faisão, e assim lhe chamam os Portugueses”, 90), ou a descrição do Tapiti (“este animal se parece com os coelhos de Portugal”, 76). Curioso é também o facto de, na década de oitenta do século da chegada dos portugueses ao Brasil, o autor, ao descrever a paisagem local, apresentar os coqueiros como parte da mesma (“Neste Brasil há muitos coqueiros, que dão cocos excelentes como os da Índia”, 99), sem referir que essa espécie foi introduzida no Brasil pelos lusos, ou seja, é uma das inúmeras plantas deslocadas de um continente para

<sup>4</sup> GÂNDAMO, Pêro de Magalhães – *História da província de Santa Cruz* in ALBUQUERQUE, Luís de (dir.) – *O reconhecimento do Brasil*. Lisboa: Alfa, 1989 [1576], p. 93.



o outro, fenómeno (adaptação e transformação das paisagens coloniais) que é actualmente estudado no âmbito da área de saber chamada ‘imperialismo ecológico’.<sup>5</sup> Aliás *CTB* termina com um longo capítulo que lista e comenta os “animais, árvores, ervas, que vieram de Portugal e se dão no Brasil”, e conclui “Este Brasil é já outro Portugal... pelas comodidades que de lá lhe vêm” (157-158). Como o tratado revela, animais como o cão são também levados para o Brasil e estimados pelos índios (159), passando os seus sons a fazer parte da paisagem acústica do território.

O título da obra conjunta publicada em 1925 e os títulos das primeiras partes – *CTB* e *Do Princípio e Origem dos Índios do Brasil e de seus Costumes, Adoração e Cerimónias (POIB)* – estabelecem um contrato de leitura assente nas curiosidades naturais e humanas ou etnográficas do Brasil. Para veicular todas as novidades, o autor serve-se de estratégias como a comparação, figura retórica de que a narrativa se encontra saturada,<sup>6</sup> a identificação e a listagem de sons produzidos por animais e por humanos através do corpo e de utensílios do quotidiano. No início do século XVII, a imagem do índio brasileiro e das realidades etnográfica e natural era naturalmente diferente das representações iniciais, sendo importante reunir e sistematizar informação fidedigna, como Cardim faz ao dividir o seu texto em capítulos ou secções de acordo com os vários tipos de animais, frutos, plantas, árvores e as suas utilizações. Aliás, o autor assume-se como pioneiro na medida em que muitas das espécies naturais que descreve, e logo os seus sons e cheiros, são referidos pela primeira vez na sua narrativa.<sup>7</sup>

Se é óbvio que as fronteiras entre o *Self* e o exótico são físicas, políticas e culturais, estas são percepcionadas visualmente, mas também acústica e olfactivamente, por exemplo, as paisagens culinárias, para mencionar apenas

<sup>5</sup> Veja-se CROSBY, Alfred W. – *Ecological imperialism: The biological expansion of Europe. 900-1900*, Nova Iorque: Cambridge University Press, 1986. Sobre o referido fenómeno no império português, veja-se FERRÃO, José Eduardo Mendes – *A aventura das plantas e os Descobrimentos portugueses*. Lisboa: IICT-CNCDP, 1994.

<sup>6</sup> A título de exemplo, referimos o uso de quatro comparações sucessivas para um mesmo fruto ao longo de apenas duas linhas: “a fruta é como grandes laranjas, e se parece com marmelos, ou peras pardas; o sabor é de marmelo” (106).

<sup>7</sup> Vejam-se as inúmeras notas de rodapé de AZEVEDO, Ana Maria na sua edição de Fernão Cardim, *Tratados...*, cit., p. 68, 73-82, 86-87, 91-98, 103, 105-112, 118-125, 128, 131-132, 138, 144-150, 155, 166.



alguns dos elementos culturais que dão origem à sensação de exotismo, pois como refere Peter Mason, "the exotic... is not something that exists prior to its 'discovery'. It is the very act of discovery which produces the exotic as such... As a construct, the exotic is always up for renegotiation, as an invention, it is always open to reinvention".<sup>8</sup> Estamos assim, como veremos, perante um testemunho que faz parte da chamada (proto-)etnografia ultramarina ou proto-Antropologia portuguesa,<sup>9</sup> pois descreve – na medida do possível ao autor no final do século XVI, e com base em escritos anteriores e até comparações interculturais – especificidades culturais e ecológicas do Brasil de então.

### O autor, a viagem e o(s) texto(s)

O Padre Fernão Cardim ingressa na Companhia de Jesus em 1556, estuda em Évora e parte para o Brasil em Março de 1583, como secretário do Visitador Cristóvão de Gouveia, chegando ao destino em Maio desse ano, e aí permanece durante cerca de quarenta e dois anos, desempenhando vários cargos no seio da Companhia de Jesus.<sup>10</sup> Cardim chega ao Brasil no

<sup>8</sup> MASON, Peter – *Infelicities: representations of the exotic*. Baltimore: The John Hopkins University Press, 1998, p. 1.

<sup>9</sup> Cf. GONÇALVES, José Júlio – Contribuição dos missionários para o desenvolvimento da Antropologia. *Studia*. 53 (1994) 103-108. Vejam-se também os estudos de HODGEN, Margaret T. – *Early Anthropology in the sixteenth and seventeenth centuries*. Filadélfia: University of Pennsylvania Press, 1971; HUBER, M. T. – Christianity in BARNARD, A. e SPENCER, J. (eds.) – *Encyclopedia of Social and Cultural Anthropology*. Londres: Routledge, 1996, p. 96-98, e BARRETO, Luís Filipe – *Descobrimentos e Renascimento: formas de ser e de pensar nos séculos XV e XVI*. Lisboa: IN-CM, 1983, p. 178, onde o autor aborda o conceito de "etnologia prática". Já PERRONE-MOISÉS, Leyla – *Vinte luas. Viagem de Paulmier de Gonneville ao Brasil 1503-1505*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p. 103-4, ao comparar o relato de Gonneville com a *Carta* de Caminha, afirma: "As descrições dos tupiniquins/tupinambás... são preciosas... Considerá-las como textos de etnólogos é, no entanto, excessivo. Ambos procedem segundo o costume do seu tempo, dentro de um gênero já codificado na literatura de viagem, a descrição de povos com as suas roupas, suas armas e adereços, distinguindo cuidadosamente o homem e a mulher. Na falta de roupas, atentam para a pintura corporal; dão grande relevo ao que levam na cabeça, à guisa de chapéu."

<sup>10</sup> Sobre o Padre Fernão Cardim, vejam-se RODRIGUES, José Honório – *História da História do Brasil*, parte 1. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1979, p. 265ss; GARCIA, Rodolfo – Introdução in CARDIM, Fernão – *Tratados da Terra e Gente do Brasil*. São Paulo: Itatiaia-Edições, 1980; AZEVEDO, Ana Maria de – O Padre Fernão Cardim (1548-1625),



período em que o território assume uma maior importância económica, com o apogeu da cultura da cana sacarina, a expansão territorial e a redefinição de fronteiras e de índios aliados e inimigos.<sup>11</sup> Essa exploração dá lugar à descoberta de novas espécies de plantas e de animais, bem como dos seus usos, como o próprio Cardim refere várias vezes (104, 108, 120, 137).

O autor regressa à Europa, nomeadamente a Bruxelas e a Roma, como Procurador da Província do Brasil entre 1598 e 1601, sendo capturado por corsários ingleses ao regressar ao Brasil, ainda na barra de Lisboa, e aprisionado em Gatehouse (Londres), entre Dezembro de 1601 e Março de 1603. São-lhe retirados os seus escritos sobre o Brasil que Samuel Purchas publica mais tarde em inglês, com o título “A Treatise of Brasil written by a Portuguese which has long lived there”, na colectânea *Hakluytus Posthumus or Purchas his Pilgrimes* (1625), narrativa caracterizada como a mais completa sobre o Brasil que chegara a Inglaterra até então. O seu autor foi identificado erradamente como sendo o irmão Manuel Tristão (1546-1631?), enfermeiro do Colégio da Baía que assinara receitas medicinais nas últimas páginas do manuscrito roubado pelos ingleses.

A primeira obra de Cardim a ser publicada é a *Narrativa Epistolar de Uma Viagem e Missão Jesuítica pela Baía, Ilhéus, Porto Seguro, Pernambuco, Espírito Santo, Rio de Janeiro, S. Vicente (S. Paulo), etc., desde o ano de 1583 ao de 1590, indo por Visitador o Padre Cristóvão de Gouveia (NE)*,<sup>12</sup> em 1847, por Francisco Adolfo Varnhagen. As duas missivas são redigidas por Cardim enquanto secretário do Visitador Cristóvão de Gouveia e são dirigidas ao Provincial de Assistência de Portugal. A primeira carta (16-10-1585) é dirigida ao padre Sebastião de Moraes, que fora nono Provincial (1580-1588), e a segunda, também assinada no Colégio da Baía (01-05-1590), é dirigida ao Padre João Correia, que fora décimo Provincial.

---

dissertação de mestrado. Lisboa: Universidade de Lisboa, 1995 e AZEVEDO, Ana Maria de – Introdução..., *cit.*, p. 9-18.

<sup>11</sup> Vejam-se COUTO, Jorge – *A construção do Brasil*. Lisboa: Cosmos, 1997, p. 273-308 e SANTOS, João Marinho dos – A integração do Brasil no império colonial português. *Revista Portuguesa de História*. 33:1 (1999) 93-94.

<sup>12</sup> Sobre outras cartas, veja-se MAGALHÃES, Pablo António Iglesias e PARAÍSO, Maria Hilda Baqueiro (ed.) – Cartas de Padre Fernão Cardim (1608-1618). *Clio: Revista de Pesquisa Histórica*. 27:2 (2009) 206-246.



Mas apenas em 1881 Capistrano de Abreu reivindicaria para Cardim a autoria desses textos ao publicar *POIB*. Em 1885, Capistrano de Abreu publica, na *Revista Mensal da Secção da Sociedade de Geografia de Lisboa do Rio de Janeiro*, o texto integral de *CTB* e um estudo que identifica Cardim como o autor desses textos. Em 1925, quando das comemorações do terceiro centenário da morte de Cardim, ambas as narrativas são publicadas, juntamente com as duas missivas de 1585 e de 1590, que formam a chamada *Narrativa Epistolar*, com um só título *Tratados da Terra e Gente do Brasil* (Rio de Janeiro, Editores J. Leite, introdução e notas de Baptista Caetano, Capistrano de Abreu e Rodolfo Garcia). Das quatro narrativas que compõem a obra de Cardim, as duas primeiras são descrições das paisagens naturais e humanas do Brasil, sem qualquer referência aos movimentos do autor que lhe permitem observar, ouvir e cheirar os elementos por si textualizados, enquanto as duas cartas da *NE* se aproximam do relato típico de memórias de viagem, pois a escrita retrospectiva, marcada por resumos e elipses, acompanha o movimento cronotópico e o olhar do viajante, bem como o seu espanto e as suas descobertas durante o encontro-confronto com o Outro íncola.

### **Representações das paisagens acústicas e olfactivas brasileiras**

Como sugere a expressão da obra de Cardim (185) que dá título ao nosso estudo, analisaremos sobretudo as paisagens acústica, olfactiva e culinária nas narrativas de que nos ocupamos. Se quem observa, cheira, ouve e sente acumula aprendizagens através de todos os sentidos, não poderemos apenas determo-nos nas paisagens visuais, pois o autor-narrador também descreve o que ouve quando pouco ou nada consegue observar. Trata-se, portanto, de uma forma de compensar a falta de paisagem visual ou de a complementar, desejando, por vezes, Cardim apenas representar um fruto ou árvore como deveras aromáticos, pois essa é uma das principais características da espécie e, logo, uma das melhores formas de os nativos e os portugueses a identificarem. Analisaremos também a (representação da) componente audível dos rituais dos índios, desde a recepção de hóspedes às festividades antropofágicas.



Os três tipos de paisagem que estudaremos nos tratados e epístolas de Cardim – *soundscape*, ou imagem sonora, *smellscape*, ou imagem olfactiva e *foodscape*, ou imagem culinária – são conceitos relativamente recentes no âmbito das ciências sociais e humanas. A imagem sonora pode ser definida como o conjunto de sons ‘descritos’, sugeridos e/ou reproduzidos num texto-fonte,<sup>13</sup> tendo esse conceito sido cunhado por Raymond Murray Schafer (1933-), com base no termo *landscape*, no âmbito da sua investigação na área da ecologia acústica [*The new soundscape* (1969), *The soundscape: our sonic environment and the tuning of the world* (1977)]. O termo remete para os elementos sonoros presentes numa narrativa, nomeadamente sons humanos (vozes e música), naturais (clima e fenómenos naturais) ou animais, entre outros. A *soundmark* literária, como veremos no que diz respeito ao Brasil de Quinhentos representado nas narrativas cardinianas, encontra-se associada a sons típicos de um dado período numa zona geográfica específica, e, de acordo com Emily Ann Thompson,<sup>14</sup> “like a landscape, a soundscape is simultaneously a physical environment and a way of perceiving that environment”. Poderá tratar-se de uma paisagem sonora local ou regional que mapeia os ruídos e sons típicos de toda uma “nação” de índios. A *soundscape* e os padrões repetitivos dos *Tratados*, como as danças e músicas escutada pelos padres, relacionam-se também com os estados mentais das ‘personagens’, enquanto sons – alguns dos quais portugueses, pois são produzidos por instrumentos levados pelos religiosos – e cheiros são adjectivados pelo missionário (95, 120, 127, 172-173, 178-179, 184-185, 221-223, 228, 232-235, 240-251, 257-260), e a audição é exacerbada pelas vicissitudes do convívio num território exótico, relativamente desconhecido e selvagem, que urge ‘domesticar’. Interessam-nos sobretudo os enredos sonoros e aromáticos, ou seja, os acontecimentos percebidos pela audição e pelo olfacto das personagens que escutam paisagens acústicas;

<sup>13</sup> PUGA, Rogério Miguel – ‘Every Fresh Object Was Amusing’: Representações sonoras de Portugal em *Travels through Portugal and Spain, during the Peninsular War* (1820), de William Graham in VICENTE, A. P. P. (coord.) – *XX Colóquio de História Militar: A Guerra Peninsular em Portugal (1810-1812)* vol. 1. Lisboa: Comissão Portuguesa de História Militar, 2012, p. 223-234.

<sup>14</sup> THOMPSON, Emily Ann – *The soundscape of modernity: architectural acoustics and the culture of listening in America, 1900-1933*. Cumberland: MIT Press, 2004, p. 1.



daí que R. Murray Schafer<sup>15</sup> utilize a figura do viajante que procura objectos com interesse auditivo, a par dos objectos com interesse visual, como se verifica, até certo ponto, com o autor da obra de que nos ocupamos. Como veremos, a *soundscape*, ou sonografia, enquanto elemento simbólico e estruturante do texto, tem implicações sociais, estéticas, culturais e políticas ao concorrer quer para a caracterização do espaço (histórico-social) da acção e do sentimento de pertença de determinadas personagens, quer para práticas e comunidades específicas, assim como para a cultura do próprio autor.

Tal como os sons, também os aromas que constituem a paisagem olfactiva (*smellscape*) revelam actividades e presenças que, por vezes, o autor não pode ouvir nem observar, mas sim inferir através de cheiros. Num estudo sobre o olfacto, Jim Drobnick estende o conceito de *soundscape* para o campo da *smellscape* ao afirmar: "soundscapes consist of sound events, some of which are soundmarks (compare landmarks). Similarly, smellscape will involve smell events and smell marks. 'Eyewitness' is replaced by 'earwitness' and nosewitness. Visual evidence becomes hearsay and nosesay. The heightening of visual perceptions becomes ear-cleaning and nose-training".<sup>16</sup> A paisagem olfactiva poderá então ser entendida como o conjunto de aromas por vezes associados a pessoas, locais ou outros estímulos exteriores<sup>17</sup> que intensificam a descrição da paisagem visual, que é, como sabemos, predominante na escrita de viagens. Os índios descritos por Cardim produzem ruídos que são partilhados e ouvidos por vizinhos, permitindo-nos analisar de que forma os autores europeus em geral ouvem e percebem o 'mundo novo' que os rodeia. As paisagens olfactivas e auditivas são, portanto, análogas à paisagem visual, remetendo para a informação geográfica percebida em conjunto pela visão, pela audição e pelo olfacto, que, por sua vez, auxiliam o ser humano a localizar-se a

<sup>15</sup> MURRAY, Schafer, R. – *The soundscape: our sonic environment and the tuning of the world*. Rochester: Destiny Books, 1993, p. 212.

<sup>16</sup> DROBNICK, Jim – *The smell culture reader*. Oxford: Berg, 2006, p. 92.

<sup>17</sup> RELPH, E – *Place and placelessness*. Londres: Pion, 1976; ENGEN, T. – The origin of preferences in taste and smell in KROESE, H. A. (ed.) – *Preference, behaviour and chemoreception*. Londres: Information Retrieval, 1979, p. 263-73; ENGEN T. – *The perception of odors*. Nova Iorque: Academic Press, 1982; ENGEN, T. e ROSS, B. M. – Long term memory of odors with and without verbal descriptions. *Journal of experimental psychology* 100 (1973) 221-27.



si mesmo e a terceiros no espaço. Já Tuan<sup>18</sup> e Porteous<sup>19</sup> têm estudado a dimensão olfactiva da experiência geográfica, e este último utiliza o termo *smellscape* para aludir à dimensão geográfica de determinados aromas: “the concept of smellscape suggests that, like visual impressions, smells may be spatially ordered or place-related”.<sup>20</sup> Como veremos, enquanto a paisagem humanizada e natural percebida pela visão não muda de imediato, cheiros e sons aparecem, mais ou menos intensos, e vão-se esbatendo, e, no caso do cheiro, poderá inclusive impregnar-se.<sup>21</sup> No que diz respeito ao mundo natural e até à natureza humanizada, a *soundscape* e a *smellscape* são por isso muito mais efémeras que a paisagem visual, uma vez que as construções físicas e as paisagens naturais não mudam repentinamente, como acontece com os aromas, que são, talvez por isso, muito menos referidos. A descrição da diversidade de paladares, aromas, formas, cores e usos dos frutos e plantas concorre para a construção do campo semântico da abundância, da diversidade e da fertilidade (114-122, 219, 227, 238, 243, 274-276), ou da “fartura” (116, 243, 276) que se torna um festim para o sentidos do viajante e do residente, como Cardim demonstra ao descrever o ananás e as suas inúmeras qualidades medicinais e alimentares através da enumeração, da tripla adjectivação e da comparação:

a fruta é muito cheirosa, gostosa, e uma das boas do mundo, muito cheia de sumo e gostoso, e tem sabor de melão ainda que melhor, e mais cheiroso; é boa para doentes de pedra, e para febres muito prejudicial. Desta fruta fazem vinho os Índios muito forte, e de bom gosto. A casca gasta muito o ferro ao aparar e o sumo tira nódoas da roupa. Há tanta abundância desta fruta que se cevam os porcos com ela. (114-115).

O abundante ananás é descrito como alimento ímpar devido às suas qualidades medicinais, ao seu sabor intenso e sumo abundante, e o excerto transcrito remete simultaneamente para o olfacto, o paladar, o tacto e

<sup>18</sup> TUAN, Yi-Fu – *Topophilia*. Prentice-Hall: Englewood Cliffs, 1974.

<sup>19</sup> PORTEOUS, J. D. – Smellscape. *Progress in human geography* 9:3 (1985) 356-78; PORTEOUS, J. D. – *Landscapes of the mind: worlds of sense and metaphor*. Toronto: University of Toronto Press, 1990.

<sup>20</sup> PORTEOUS, J. D. – Smellscape..., cit., p. 359.

<sup>21</sup> RODAWAY, P. – *Sensuous geographies: body, sense and place*. Nova Iorque: Routledge, 2002, p. 61-81.



para a visão, funcionando o texto, como já afirmámos, como um catálogo ou repositório de usos medicinais e de mezinhas dos índios já adaptados pelos portugueses que lhe dão inclusive um novo uso: o ananás passa a ser utilizado como tira-nódoas. O recorrente tema da abundância, associado ao da diversidade, é recuperado inúmeras vezes ao longo dos textos, nomeadamente para descrever búzios e conchas que existem em “muita quantidade nesta terra... e de várias espécies” (146) ou a “infinidade de espécies” de gaivotas (149), sendo referida várias vezes a superioridade das espécies naturais brasileiras relativamente às portuguesas (94, 99, 113, 148, 157, 159, 223), à excepção, por exemplo, das plantas de cheiro, porque o clima brasileiro, ao contrário do que acontece na Ásia, não estimula os seus aromas (109, 127-128). Esse *topos* da abundância, juntamente com o da alteridade, encontra-se presente na escrita de viagens portuguesa relativa ao Brasil desde o século XVI, sendo sugerido que a abundância é obra divina (224) e que o Brasil é terra abençoada. Esse exercício de intertextualidade que estabelece um diálogo entre as várias obras de autores portugueses sobre um mesmo território colonial é facilmente demonstrado através da abordagem comparatista, bastando convocar, a par da obra do Padre Cardim, por exemplo, a já referida *História* de Magalhães de Gândavo, na qual encontramos inúmeras formas de legitimar o que se descreve, “por ser coisa nova, e [ele] a escrever como testemunha de vista”, uma vez que o Brasil era “diferente... e fora do comum”.<sup>22</sup> No segundo capítulo da *História*, o tópico da abundância é apresentado de forma clara e é posteriormente continuado ao longo da narrativa: “é esta província sem contradição a melhor para a vida d homem que cada uma das outras Américas, por ser comummente de bons ares e fertilíssima, e em grão maneira deleitosa e aprazível à vista humana”, ideia desenvolvida, tal como nos *Tratados* de Cardim, através da adjectivação (“espesso arvoredado”, “preciosas ribeiras”, “fontes... infinitas”, “[rio] mui grande”).<sup>23</sup>

A primeira paisagem de que nos ocuparemos será a culinária. O autor compara e refere duas *foodscapes*, a portuguesa e a brasileira (94, 112), fazendo parte desta última a carne humana (182-189). A paisagem culinária

<sup>22</sup> GÂNDAVO, Pêro de Magalhães – *História...*, cit., p. 69 e 72, respectivamente.

<sup>23</sup> GÂNDAVO, Pêro de Magalhães – *História...*, cit., p. 74-75.



encontra-se associada simultaneamente à vista, ao paladar e à medicina natural, relação que constatamos ao longo das descrições de frutos e das suas aplicações culinárias e medicinais (94-96, 98, 116, 116, doce, amargo), de especiarias e de cozinhados (112, 116-119, 130-131, 143, 145, 160, 161). *Os Tratados* comparam ainda sabores exóticos a outros mais familiares do leitor português [“o gosto [da jaboticaba], parece de uva ferral” (98), ou “a casca... amarga mais que piorno, serve de sabão” (107)] e tentam encontrar explicações ecológicas para a diferença nos sabores de uma mesma espécie em Portugal e no Brasil, por exemplo do aipo: “acha-se somente nas praias, principalmente no Rio de Janeiro, e por esta razão é mais áspero, e não tem doce ao gosto, como o de Portugal: deve ser por causa das marés” (125). Cardim informa o leitor do uso quotidiano, medicinal, recreativo e religioso de inúmeros elementos das paisagens natural e etnográfica brasileiras, e se o autor recolhe dados de informantes locais (os índios), também se auto-caracteriza como investigador e viajante interessado e informado, que consulta estudos sobre a Ásia produzidos por colegas ibéricos, estabelecendo comparações entre espécies de vários continentes: “Iabigrandi. Esta árvore há pouco que foi achada, e é, como dizem alguns indiáticos, o Betele...; os Espanhóis usam dela e dizem que é tão boa como a da Índia” (104). Os peixes são também descritos com base no seu sabor, ou “bom gosto” (131-132, 137), e no facto de serem ou não “bons para comer” (136). É ainda curiosa a forma como os sabores e cheiros de diferentes mamíferos cozinhados, como a vaca e o porco, são replicados através de formas de cozinhar o peixe boi, que partilha características com esses dois animais, colocando, portanto, problemas nos dias em que os católicos não podem comer carne. A diversidade e abundância naturais do Brasil espantam o autor, sobretudo no que diz respeito à paisagem culinária ou *foodscape*, como o próprio confessa:

De uma cousa me maravilhei nesta jornada, e foi a grande facilidade que têm em agasalhar os hóspedes..., a qualquer hora da noite ou dia que chegávamos em brevíssimo espaço nos davam de comer ... todas as variedades de carnes, galinhas, perus, patos, leitões, e outras castas e tudo têm de sua criação, com todo o género de pescado e marisco de toda a sorte... e na fartura parecem uns condes, e gastam muito (244).



Relativamente ao tacto, Cardim detém-se sobretudo na textura de madeiras, de cascas de fruto e de caules de plantas (97, 100, 115-116, 122, 147), informação importante para a construção de estruturas e para o uso desse material pelos portugueses. Algumas árvores são descritas como “frescas” (97) e certas frutas como “dura[s] como pedra... e resplandecente[s], que parece[m] vidro” (102). Para o sentido do tacto, remete ainda indirectamente o capítulo da primeira parte “Dos óleos de que usam os índios para se untarem” (105), pois os índios “untam[-se]” com “azeite” quer como acto medicinal preventivo e curativo, quer com finalidades estético-simbólicas: “E também fazem muitas galantarias pelo corpo, braços e pernas com este óleos, pintando-se” (105), prática associada pelo autor proto-etnógrafo à prática europeia do vestir (107). A atenção ao detalhe e o conhecimento sobre os costumes locais são transmitidos enquanto ‘saber de experiência feito’, também com base no saber livresco; daí que sejam referidos os talos moles e porosos (116) da bananeira, e as suas qualidades descritas através de advérbios, da comparação, da enumeração e da adjectivação (sobretudo no grau superlativo absoluto sintético).<sup>24</sup> Essas estratégias veiculam sensações tácteis como a frescura e textura das folhas em que se deitam doentes: “todas rachadas como veludo de Bragança, tão finas que se escreve nelas, tão verdes, e frias, e frescas que deitando-se um doente de febres sobre elas fica a febre temperada com sua frialdade, são muito frescas para enramar as casas e frescas” (115-116), informação que é vital num território tropical. O tacto é ainda convocado quando se listam as formas de curar picadas de mosquitos (147-148), ao descrever a fase final do ritual do assassinato e da ingestão do inimigo, quando crianças revolvem as entranhas do cadáver (187) para retirar a sua refeição, ou ainda quando o corpo do jovem a tornar-se guerreiro é cortado com dentes de cutia como parte das cerimónias do ritual de iniciação, enquanto ele geme e grita (189-190). O campo semântico da dor e da crueldade é assim reforçado pela paisagem acústica do sofrimento e por comportamentos e valores que são materializados através de palavras, gestos e provas físicas, ou como o texto explicita, de “tormento[s]” (190),

<sup>24</sup> “É cousa de muita alegria ver os muitos rios caudais e frescos bosques de altíssimos arvoredos, que todo o ano estão verdes e cheios de formosíssimos pássaros que em sua música nos dão muita vantagem os canários, rouxinóis e pintassilgos de Portugal” (223).



bem como através do silêncio dias a fio com que termina o referido ritual de passagem ou de iniciação do futuro matador. O tacto e a dor são ainda sugeridos através das imagens do castigo corporal de crianças com “trombas” de peixes (133), a par da (explicação da) prática de lhes açoitar os pés com cardos “para se acostumarem a andar pelos matos bravos” (198).

O índio brasileiro é assim simultaneamente descrito por Cardim e produtor dessa descrição enquanto informante do autor, nomeadamente no que diz respeito aos nomes, aos usos e às características medicinais de árvores e plantas, como aliás o missionário informa amiúde ao informar o leitor: “Outros dizem que” (81), “que lhe chamam” (82), ou “aqui os Índios chamam” (132). São também incrustados vários outros registos no texto que se torna assim polifónico, ou seja, a várias vozes, como acontece quando o autor descreve as cantarias das idosas quando do ritual antropofágico e transcreve, traduzidos, dois excertos da cantiga que compara as mulheres a assassinas de pássaros quando o cativo não poderá voar para longe delas (185), logo essa mesma canção acentua, através da voz e da focalização femininas, o carácter cruel do ritual e da comunidade que o encena. Aliás, durante a descrição do ritual são várias as aproximações do ambiente que se observa, cheira e ouve ao inferno (184-185, 186), enquanto a ideia de caos e várias imagens grotescas são utilizadas para gerar uma certa repugnância crescente no leitor até ao momento da morte do inimigo, no qual o autor traduz e transcreve mais uma fala, a do índio que mata o cativo, bem como insultos que os nativos dirigem às vítimas europeias (186). São ainda traduzidas culturalmente e textualizadas, em forma de discurso directo, outras falas do ritual dirigidas ao “cavaleiro” índio que acaba de matar o inimigo (189), bem como falas em português de mulheres e meninos convertidos: “louvado seja Jesus Cristo” (222), tendo assim o leitor a sensação de um contacto mais próximo ou directo com as realidades e ‘personagens’ representadas. Para além das traduções, o autor toma ainda emprestados, como não poderia deixar de ser, inúmeros termos da língua quechua ou quíchua, mas sobretudo do tupi-guarani (língua de catequese), por exemplo topónimos e nomes de frutos, animais, plantas, árvores, instrumentos, nações ameríndias, zonas, rios e práticas que os portugueses aprendem com e herdaram dos índios. Há, portanto, uma paisagem acustico-linguística ‘nativa’ na obra, embora escrita, sendo listados termos do tupi como “abaré” (padre jesuíta, 197).



O autor assume-se como tradutor simultaneamente linguístico e cultural que se socorre dos préstimos de intérpretes por parte dos índios aliados dos portugueses para contactar e converter outras nações ameríndias (206-207), pelo que o texto termina com a imagem de um território fértil e diversificado em termos naturais, etnográficos e linguísticos, o que dificulta a valiosa e árdua tarefa da evangelização e exige simultaneamente uma continuada missão civilizadora.

Deter-nos-emos de seguida na paisagem acústica ou *soundscape*, que também permite a Cardim estabelecer comparações interculturais, pois a música que é harmoniosa para os índios não passa de ruído para o observador europeu (184), sendo a apresentação dessas diferenças culturais também uma forma de o autor se auto-distanciar e apresentar o íncola como selvagem ainda por civilizar (184), antes de conhecer o “seu Criador” (190).

Os sons ou a ‘banda sonora’ da antropofagia ritual dos povos Tupis,<sup>25</sup> como as palmadas na boca, as danças e festividades rituais e os gritos descritos nas páginas 182-189, na secção “Do modo que este gentio tem acerca de matar e comer carne humana” de *POIB*, repetem-se em inúmeras descrições do ritual pela pena de outros autores europeus. A referida secção enumera a sucessão de fases do ritual antropofágico que dura vários dias, sendo alguns sons apenas sugeridos pelas actividades desenvolvidas, e outros claramente identificados, nomeadamente os insultos, as danças repetitivas ao som de gaitas de cana e pautadas por batimentos no chão que “fazem uma harmonia que parece música do inferno, mas eles aturam nela como se fossem as mais suaves do mundo; e estas são umas festas, afora outras que entremetem com muitas graças e adivinhações” (184, 187), seguindo-se lutas e “coro de ninfas”, cuja canção Cardim, como já afirmámos, analisa através de comentários sobre a música e a letra (que cita), inscrevendo a voz do Outro na narrativa. A descrição dessas festividades serve o propósito de representar estrategicamente os costumes nativos como infernais e até escatológicos (185), caracterizados por uma carga semântica negativa. Aliás, na *NE* (235),

<sup>25</sup> Sobre os rituais antropofágicos, vejam-se, entre outros: FERNANDES, Florestan – *A função social da guerra na sociedade Tupinambá*, São Paulo: Museu Paulista, 1952; CASTRO, Eduardo Viveiros de – *Araweté. Os deuses canibais*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986, p. 316-349, 596-696, CUNHA, Manuela Carneiro da – *Imagens dos índios do Brasil: o século XVI. Estudos Avançados USP* 4:10 (1990) 108.



o autor visualiza a casa dos nativos como um caos simultâneo de acções, sons e ruídos, conferindo um certo dramatismo à obra: “um inferno ou labirinto, uns cantam, outros choram, outros comem, outros fazem farinha e vinhos, etc. E toda a casa arde em fogos”. Era, portanto, urgente ordenar e disciplinar, ou seja, catequizar “gentes tão bárbara”, descritas já como mais ordeiras nas povoações visitadas por missionários, onde as crianças cantam “cantigas devotas”, imitam pássaros e encenam peças religiosas, enquanto os adultos saem à rua a dançar e a desfilarem para receber o padre visitante “com grande grita e urros, que ... atroavam e [os] faziam estremecer” e a tocar flauta (221, *vide* p. 222, 228, 232-233, 239-241, 258-266). As inúmeras referências a momentos de lazer como danças, cantares, jogos e à catequização teatral e musical das crianças índias reforçam a ideia do sucesso da evangelização através dos nativos de tenra idade. Já “as cerimónias que se fazem ao novo cavaleiro” (189-190) demonstram a forma como os autores ocidentais transpunham para o território brasileiro conceitos e rituais europeus, sendo as sensações ‘tactuais’ e físicas do futuro guerreiro exacerbadas para veicular o sofrimento que ele suportou corajosamente durante as várias fases do ritual de iniciação.

No início de *CTB* são sugeridos ao leitor os sons implícitos da paisagem natural do Brasil através de descrições enumerativas ou personificações que instauram e reforçam cumulativamente a ideia de abundância e fertilidade natural do território: “A terra é um tanto melancólica, regada de muitas águas, assim de rios caudais, como do céu, e chove muito nela” (63). Já os bugios distinguem-se nas árvores pelo

tamanho ruído que se ouve muito longe, no qual atura muito sem descansar, e para isso tem articular instrumento esta casta, o instrumento é certa cousa côncava como feita de pergaminho muito rijo..., e começa do princípio da guela até junto da campainha..., e é este instrumento tão ligeiro que em lhe tocando se move como a tecla de um cravo. E quando este bugio assim está pregando espuma muito. (75).

Os sons específicos de uma espécie servem para a caracterizar e dão lugar à descrição dos órgãos que permitem a esses animais produzir sons característicos e que são comparados a instrumentos musicais. A descrição de realidades desconhecidas exige assim o uso da comparação com realidades já familiares para permitir ao leitor visualizar ou imaginar a nova espécie



e/ou o novo objecto em questão. Determinados sons são ainda relacionados com as crenças dos índios, pelo que a obra adquire também um cariz proto-etnográfico no que diz respeito à paisagem acústica brasileira: "Este animal se parece com o coelho de Portugal, estes ladram cá nesta terra como cães, maxime de noite, e muito a miúde. Os índios têm estes ladridos por agouro" (76-77). Também a paisagem olfactiva acentua a dimensão etnográfica do texto, pois Cardim refere a utilização das ervas com que os índios "se perfumam... doentes para não morrerem, e para certa enfermidade" (122), relacionando as qualidades medicinais e os aromas de determinadas ervas às crenças de nativos. A descrição de pássaros como a saracura centra-se também no canto e nas ilusões acústicas que o animal produz ao fazer-se passar por um pássaro de maior porte. O seu canto marca a passagem do tempo durante horas "e quando canta de ordinário adivinha bom tempo" (151), informação decerto veiculada aos portugueses pelos índios, bem como muitos outros dados sobre hábitos e a utilização de recursos e remédios naturais (156).

Como não poderia deixar de ser, as crenças dos índios estão associadas a sons naturais e a determinados animais, revelando Cardim, de forma hiperbólica, que os íncolas ao ouvir a rã guararieí morrem de tanto medo que têm do anfíbio: "tão grande é a imaginação, e apreensão, que tomam de a ouvir cantar; e qualquer índio que a ouve morre, porque dizem que deita de si um resplendor como relâmpago" (157). Há, portanto, também a descrição de um fenómeno a que poderíamos chamar 'imaginação acústica', sendo, mais uma vez, a voz do índio convocada e veiculada pela narrativa. Como já sugerimos, trata-se de um texto a várias vozes, embora a do autor português seja obviamente preponderante, e a do Outro filtrada e seleccionada por ele. *POIB* descreve ainda uma outra crença semelhante dos índios devido ao medo que têm do 'demónio' Curupira, que só de o imaginarem falecem, "como aconteceu já muitas vezes" (166). Esta estratégia faz assim parte da caracterização premeditada dos índios como supersticiosos e sem religião, servindo as descrições dos sons de festas e associados à diversão em "bailes e música... vinhos" (169, 172) para os apresentar como alegres e festivos. Os sons estão ainda associados à Natureza, à mitologia nativa (167, 173) e aos costumes do grupo como a saudação lacrimosa em rituais funerários ou para receber hóspedes (173-175, 179, 236-238), tendo os padres ociden-



tais introduzido novas práticas entre os nativos e com elas novos sons, por exemplo “contar, cantar e tanger” (173, 241) ao modo europeu, temáticas que se repetem nas narrativas cardinianas.

Os divertimentos dos índios descritos por Cardim são também associados a sons específicos, nomeadamente na secção “Dos seus bailos e cantos” (178-179), ruídos que fazem parte da paisagem acústica etnográfica da obra. Aliás, a referida secção assenta no campo semântico da diversão construído através da enumeração repetitiva de verbos como: arremedar, folgar, ouvir, chamar (nomes), jogar, desconcertar, pelejar, bailar, cantar, bater (de pés), andar e cantar, entre outros termos como cantor, inventor de trovas, gatimanhas, momos, vozes, contraltos e tenores (178-179). Já a secção “diversidade de nações e línguas” ocupa um capítulo de *POIB* (192-206) ao longo do qual termos, sons, músicas e “estrandos” nativos são convocados de forma cumulativa e contextualizados, bem como a confissão, a oração e as pregações dos padres e dos índios, os diálogos destes em português e em língua nativa, a música e as invenções durante as festas, as missas e as procissões para cativar os índios (222-223, 232-234, 236, 240-251, 265), ou ainda orações de crianças em língua angolana (250) e conversas em língua tupi (250, 260, 272), todas estratégias acústicas de evangelização; daí que o verbo ‘ouvir’, os nomes de instrumentos e os diversos sons sejam enumerados ao longo das descrições das festividades. Essas manifestações públicas das comunidades nativas são descritas como caóticas, mas fervorosas, e mesmo

as mulheres os acompanham, e os mais deles nus, e juntos andam correndo toda a povoação, dando grandes urros, e juntamente vão bailando, e cantando ao som de um cabaço cheio de pedrinhas (como os padeirinhos dos meninos em Portugal)... calcam o chão de maneira que fazem tremer a terra. Andam tão inflamados em braveza, e mostram tanta ferocidade, que é cousa medonha e espantosa... Não se lhes entende o que cantam, mas disseram-me os padres que cantavam em trova quantas façanhas e mortes tinham feito seus antepassados. (234-235).

Noutras alturas a música relaxante tem efeitos terapêuticos nos ouvintes (249), ficando claro que os estímulos auditivos externos influenciam quer os índios, quer os padres. Os sons humanos alternam com os da natureza selvagem, e a cobra cascavel e o seu ruído característico (82) marcam



presença na obra, assim como os papagaios que são ensinados a falar pelos nativos (84-86), enquanto os tuins (psitacídeos pequenos) “fazem muitos momos, e sempre falam, ou cantam a seu modo” (87). Qualidades (próximas das) humanas, como a suposta fala, transformam esses animais em agentes de entretenimento para os índios, que os domesticam para diversão; aliás, é conferida grande atenção às diferentes formas de falar dos pássaros, como revela a entrada relativa à pombinha das almas ou gunhatá, cujo nome em tupi (*guigranheéngetá*) significa “pássaro que fala ou canta muito” e cuja descrição Cardim centra sugestivamente nos sons que emite: “é pássaro excelente para gaiola, por falar de muitas maneiras, arremedando muitos pássaros, e fazendo muito trocados e mudando a fala em mil maneiras, e atura muito em o canto, e são de estima” (89). Já o tangará (dançador) “tem um género de baile gracioso... um cantar de gritos estranhos que se ouve muito longe, e como acabam esta festa, grita” (89), enquanto o araponga ou ferreiro, cujo canto tem um tom metálico, é descrito como o “repique de sino” (90), som semelhante ao produzido pelos ovos do mutú quando batem uns nos outros, “e deles fazem os seus maracas” (91). A plêiade de sons naturais como que mimetiza os sons humanos ou produzidos por humanos. Há, portanto, também um exotismo acústico, que urge veicular ao público europeu como parte da descrição e descoberta do Outro. Aliás, o processo da captação da alteridade pelos diversos sentidos humanos é enfatizado quando o autor veicula o estranhamento do Outro,<sup>26</sup> que é, por sua vez, textualizado através da adjectivação e da repetição da ideia de estranheza quer para os olhos, quer para os ouvidos: “É cousa não somente nova, mas de grande espanto, ver o modo que têm em agasalhar os hóspedes, os quais agasalham chorando por um modo estranho, e a cousa passa desta maneira.” (236). A viagem rumo ao espectáculo da alteridade faz-se também rumo a novos aromas, ou seja, a exóticas paisagens aromáticas. Ao descrever a fauna e a flora brasileiras, Cardim não poderia deixar de referir cheiros específicos de certas espécies, bem como aromas associados a determinados locais, como acontece durante a representação dos porcos monteses que “têm o embigo nas costas e por ele saem um cheiro como de raposinhos, e por este cheiro o seguem os cães

<sup>26</sup> Vide FIGUEIREDO, José Ricardo – *Modos de ver a produção do Brasil*. São Paulo: Autores Associados, 2004, p. 33-44.



e são tomados facilmente” (65). Estas descrições, de tão minuciosas que pretendem ser, associam aromas a sons, sendo algumas espécies nomeadas devido aos ruídos que produzem: “porque bate, e trinca os dentes” (67). Já o sarigué ou gamba é descrito com o recurso à comparação com as raposas espanholas e a gatos, sendo adicionada uma outra comparação ao nível olfativo: “cheiram muito pior a raposinhos que as mesmas de Espanha” (68). Curiosidades como os sistemas de defesa de animais através de odores são minuciosamente descritos e até de forma hiperbólica, como acontece com a descrição do biarataca ou zorrilho, aproximado ao furão europeu e cuja secreção nauseabunda (sulfidrato de etila, ou mercaptan) afasta os inimigos:

é muito temido, não porque tenha dentes nem outra arma com que se defenda, mas dá certa ventosidade tão forte, e de tão ruim, que os paus, pedras, e quanto diante de si se acha, penetra, e é tanto que alguns índios morreram já de tal fedor, já cão que ele se achega não escapa, e dura este cheiro quinze, vinte e mais dias, e é tal que se dá esta ventosidade junto de alguma aldeia logo se despoeva para não serem sentidos, cavam no chão, e dentro dão a ventosidade, e a sua defesa é disparar aquela ventosidade. Há outras espécies destes animais que não têm tão mau cheiro, criam-se em casa, e ficam domésticos, e os Índios os estimam. (77-78).

Certas cobras, como as jararacas, fazem parte da paisagem olfativa brasileira, e mesmo não sendo vistas denunciam a sua presença porque “cheiram muito a almíscar, e onde quer que estão dão sinal de si pelo bom e suave cheiro” (83), ou seja, o autor descreve não apenas o que no Brasil se pode ver e ouvir, mas também cheirar. As árvores de fruto são igualmente representadas através do aroma (sazonal ou constante) que as caracteriza, por exemplo a mangabeira, cuja flor é “como de jasmim, e de tão bom cheiro, mas mais esperto”, sendo a descrição complementada por elementos de cariz culinário (“são de muito bom gosto, sadias e tão leves”) ou tactual (“pega muito nas mãos”, 95). Também as ervas medicinais são identificadas pelo seu aroma e procuradas por animais doentes através do olfacto (100), tendo essas informações origem nos índios, que se assumem assim como valiosos informantes dos portugueses no que diz respeito à exploração dos recursos naturais brasileiros. Esse estatuto dos nativos torna-se claro quando Cardim descreve o hábito de eles usarem a almecegueira como “incenso”



para “se defumarem”, sendo utilizada também pelos portugueses como “incenso branco” (102-103). Aliás, várias árvores são agrupadas como “madeiras de paus de cheiro” (103, 217) e os seus usos identificados, a par da intensidade dos seus cheiros e graus de maleabilidade. O autor destaca as ervas aromáticas através de duas breves secções chamadas “Das ervas cheirosas” (127-128, 161) que se assumem como um tema recorrente na narrativa, sendo curioso o facto de ele listar o sândalo branco e o pau de aguilha quando essas madeiras não foram introduzidas no Brasil.

Como vimos ao longo deste trabalho, os *Tratados* encontram-se saturados de comparações entre o exótico brasileiro e o familiar europeu (75-77, 88, 90-91, 99), permitindo-nos o nosso estudo analisar as temáticas recorrentes dos sons, aromas e sabores brasileiros textualizados por Cardim e contextualizar essas mesmas presenças no âmbito da escrita de viagens portuguesa, à luz dos objectivos comunicativos do autor. A análise da representação das referidas paisagens revela especificidades e revisita a descrição multidimensional da relação dos índios e dos portugueses com determinadas espécies animais que fazem parte das paisagens ecológica(s) e etno-acústica brasileiras. A adjectivação, a comparação, a descrição enumerativa e o visualismo encontram-se assim ao serviço da textualização da alteridade do Outro, sobretudo através dos sons, dos aromas, dos sabores e das texturas a ele associados pelo texto e, através deste último, pelo leitor europeu.







# **Cultura material e diplomacia eclesiástica. As relações e a troca de presentes entre o bispo-conde de Coimbra D. Afonso de Castelo Branco e a corte papal (1590-1615)\***

Cátia Teles e Marques

Centro de História d'Aquém e d'Além Mar  
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa,  
Universidade dos Açores  
catiatelesemarques@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 20.05.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 05.10.2014

## *Resumo/Abstract:*

O presente artigo constitui uma aproximação ao tema da cultura material associado à diplomacia praticada pelo clero português, partindo do estudo de caso de D. Afonso de Castelo Branco, bispo-conde de Coimbra. Tomando por fonte principal a correspondência conservada no Archivio Segreto Vaticano, estudam-se as redes clientelares de D. Afonso em Roma, esclarecendo quem eram os seus agentes e contactos e os destinatários das suas ofertas. Seguidamente, identificam-se e caracterizam-se os artigos seleccionados por D. Afonso de Castelo Branco para oferecer aos papas e cardeais – pedras bezoar, contas de calambuco, porcelanas e luvas de âmbar. Por último, é dada atenção aos mecanismos de consumo e estratégias diplomáticas de D. Afonso de Castelo Branco, reflectindo sobre a finalidade do seu investimento.

In this article I address the topics of material culture and Portuguese ecclesiastical diplomacy by analysing the case study of Afonso de Castelo Branco, bishop-count of Coimbra. The bishop's correspondence kept in Archivio Segreto Vaticano made possible not only to ascertain who were his agents and contacts in Rome and the recipients of his diplomatic gifts, but also to identify the goods he selected for popes and cardinals – bezoar stones, beads of calambuco, porcelains and amber gloves. Finally, I take into consideration Afonso Castelo Branco's means of consumption and diplomatic strategies assessing the purpose of his investment.

## *Palavras chave/Keywords:*

Presentes diplomáticos; Consumo; Mercadorias da carreira da Índia; Luvas de âmbar; Portugal dos Filipes.

Diplomatic gifts; Consumption; Goods from Portuguese India trade route; Amber gloves, Habsburg Portugal.

---

\* Este estudo decorre da investigação realizada na minha Tese de Doutoramento, que decorreu com o apoio de uma Bolsa de Doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia (SFRH / BD / 45995 / 2008). O desenvolvimento de alguns dos tópicos analisados neste artigo beneficiou da participação no grupo de trabalho "Consumo artístico em Portugal na Idade Moderna", sediado no CHAM – FCSH/NOVA-UAc e coordenado por Nuno Senos (2014). Foram também importantes as sugestões críticas de Carla Alferes Pinto e dos *referees* anónimos. Registo aqui o meu agradecimento a todos os referidos.



*Também se toma a palavra Luvas, mais geralmente por qualquer coisa que se dá à pessoa, da qual temos recebido algum benefício.*

Padre Rafael Bluteau, *Vocabulario Portuguez & Latino*, 1728, vol. V, p. 213.

O tema da cultura material associado à diplomacia levanta questões muito particulares acerca do consumo na Época Moderna que têm andado arredadas do interesse da historiografia portuguesa, muito em particular tratando-se da esfera do clero. Que objectos eram oferecidos e quais os critérios da selecção? De que forma se agenciava a aquisição, o envio e a entrega? E qual a finalidade das ofertas entre representantes da Igreja?

O presente artigo procura problematizar estas questões à luz do estudo de caso do bispo-conde de Coimbra D. Afonso de Castelo Branco. A partir da correspondência conservada no Archivio Segreto Vaticano, revela-se a teia das relações diplomáticas do bispo-conde com a corte papal entre as décadas de 1590 e 1610, esclarecendo quem eram os seus agentes e contactos em Roma e os destinatários das suas ofertas. Seguidamente, identifica-se e caracteriza-se o universo dos artigos seleccionados por D. Afonso de Castelo Branco para agraciar papas e cardeais, analisando as suas escolhas no quadro da cultura material das elites portuguesas e da divulgação das mercadorias trazidas pelas naus das Índias. Finalmente, é dada atenção aos mecanismos de consumo e estratégias diplomáticas de D. Afonso de Castelo Branco, reflectindo sobre o propósito do investimento em ofertas sofisticadas.

Importa começar por apresentar D. Afonso de Castelo Branco (c. 1522-1615). D. Afonso distinguiu-se pela carreira notável que prosseguiu com o favor régio, tendo-lhe sido confiados importantes cargos eclesiásticos e oficiais do Reino. O seu reconhecimento ocorreu nos reinados de D. Sebastião e do cardeal D. Henrique<sup>1</sup>, mas foi com Filipe II e Filipe III que o seu estatuto e poder se consolidou com as nomeações para bispo do Algarve

<sup>1</sup> Entre os cargos desempenhados ao serviço dos reis da dinastia de Avis-Beja, destacam-se os de deputado da Mesa da Consciência e Ordens (1572); comissário-geral da Bula da Cruzada; esmoler e capelão de D. Sebastião (1577); esmoler-mor, conselheiro e deão da capela de D. Henrique.



(1581-1585), bispo-conde de Coimbra (1585-1615); e vice-rei de Portugal (1603-1604). De todos os cargos, aquele que conferiu maior notoriedade a D. Afonso foi a prelazia de Coimbra, não só pela longa duração da mesma, como pela relevância da diocese no mapa episcopal português.

Coimbra era bispado principal de Portugal, situando-se, em importância, logo a seguir aos arcebispados de Braga, Lisboa e Évora, com rendas consideradas «muito pingues e opulentas», rondando os 40 ou 50 mil cruzados<sup>2</sup>. D. Afonso pôde, assim, investir na aquisição dos artigos dispendiosos para presentear a corte papal que se tratam neste estudo, como também no patrocínio de um importante programa de obras de arquitectura em Coimbra e na encomenda de obras de arte que o distinguiram, à época, como prelado liberal e magnífico<sup>3</sup>. A sua memória foi aclamada e enaltecida em variadas publicações e crónicas da época, nomeadamente na biografia redigida por João de Almeida Soares e intitulada *Vida, e morte, de Dom Afonso Castelbranco Bispo de Coimbra Conde de Arganil, Senhor de Coja, e Alcaide mor de Arouca, Vizo Rei deste Reino dito Portugal*<sup>4</sup>.

### Relações diplomáticas e contactos com a cúria romana

Na corte papal eram, igualmente, recebidas notícias de Lisboa a respeito de D. Afonso de Castelo Branco que faziam constar a opinião de ser um prelado devoto da Sede Apostólica e muito liberal nas «obras pias e cristãs», dando bom uso aos avultados réditos de que dispunha:

Degli altri Prelati del Regno, che potriano aiutar, c'è Coimbra, che hà buone entrate, et si mostra devotissimo della Sede Apostolica,

<sup>2</sup> ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1968, vol. II, p. 96-99. MARQUES, Cátia Teles e – *A sacristia e a encomenda episcopal em Portugal no período da Reforma Católica. O caso da Sé de Coimbra e o patrocínio do bispo D. Afonso de Castelo Branco*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de Doutoramento em História da Arte Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. p. 201-202.

<sup>3</sup> MARQUES, Cátia Teles e – *A sacristia e a encomenda...*, cit., p. 229-257.

<sup>4</sup> Embora a biografia não tenha chegado a ser dada à estampa, é admissível que tenha circulado em manuscrito, conhecendo-se três cópias: Biblioteca da Academia das Ciências de Lisboa, Ms. 194 Vermelho; Biblioteca Pública de Évora, Cod. CIV e CV.



et è molto liberali in opere pie, et sempre, che S. S.<sup>ta</sup> gli mandi un breve amorevole conforme a gli altri, mi persuado, che farà buono effetto<sup>5</sup>.

[...] la somma, che manda il vescovo di Coimbra, acciò come è il più ricco Prelato di questo Regno, così non si lasci vencer' di liberalità, et io opera tanto pia et christiana<sup>6</sup>.

Este era, pelo menos, o parecer do colector apostólico em Portugal, Fabio Biondi, transmitido ao cardeal Aldobrandini, em Roma, no ano de 1595.

Fabio Biondi da Montalto (1533-1618), a par de Giovanni Battista Confalonieri (1561-1648), foi um dos principais correspondentes italianos de D. Afonso de Castelo Branco. Com ambos trocou missivas regularmente desde a década de 1590 até ao ano do falecimento do bispo-conde em 1615, em que tratava assuntos vários relativos à diocese de Coimbra e a Portugal e procurava inteirar-se do andamento das suas questões junto da cúria papal.

Segundo José Pedro Paiva, conhecem-se mais de duas centenas de cartas de D. Afonso de Castelo Branco, reunidas no *Fondo Confalonieri* do Archivio Segreto Vaticano. Este conjunto epistolar reúne informação fundamental para o estudo da figura de D. Afonso de Castelo Branco, nas suas diferentes dimensões<sup>7</sup>. Embora a correspondência proveniente de Itália tenha desaparecido ou esteja por localizar, os dados reunidos são suficientes para caracterizar e enquadrar a política do bispo-conde, cuja actuação e relações pessoais se estenderam muito além dos limites geográficos e de superintendência eclesiástica da cidade de Coimbra, alcançando as mais altas esferas políticas da corte régia filipina e da cúria papal.

Interessa esclarecer quem eram os agentes com quem D. Afonso de Castelo Branco se relacionou e se correspondeu, e os destinatários criteriosamente

<sup>5</sup> Carta do colector de Portugal, Fábio Biondi patriarca de Jerusalém, ao cardeal Aldobrandini. Lisboa, 22 de Abril de 1595. Archivio Segreto Vaticano (ASV), *Fondo Segreteria di Stato*, Portogallo 10, fl. 76v.

<sup>6</sup> Carta do colector de Portugal, Fabio Biondi patriarca de Jerusalém, ao cardeal Aldobrandini. Lisboa, 7/10/1595. ASV, *Fondo Segreteria di Stato*, Portogallo 10, fl. 223.

<sup>7</sup> Este artigo foi possível em virtude do generoso contributo do Prof. Doutor José Pedro Paiva, que amavelmente me cedeu as suas transcrições e notas da correspondência de D. Afonso de Castelo Branco conservada no Archivio Segreto. Toda a documentação do ASV – *Fondo Confalonieri* adiante citada refere-se ao seu levantamento documental. A restante correspondência mencionada, referente ao *Fondo Segreteria di Stato*, Portogallo, é resultado do meu trabalho de investigação no ASV.



seleccionados das ofertas, começando pelos seus interlocutores mais directos na cidade do Tibre<sup>8</sup>.

Fabio Biondi foi nomeado patriarca de Jerusalém em 1588 e, por incumbência de Clemente VIII, exerceu o cargo de colector e vice-legado apostólico em Portugal entre 1593 e 1596, acompanhado pelo seu secretário Gianbattista Confalonieri. Foi certamente nestas circunstâncias que o bispo-conde os conheceu e com eles manteve contacto assíduo, antes e após o regresso de ambos a Roma em 1597. O bispo-conde chegou, inclusivamente, a recebê-los em Coimbra, aquando da viagem de peregrinação que o patriarca realizou a Santiago de Compostela em 1594. Seria a Biondi que D. Afonso de Castelo Branco dirigiria, mais tarde, os pedidos de distribuição das ofertas na corte papal, destinadas aos cardeais e aos papas Clemente VIII e Paulo V.

Com Gianbattista Confalonieri, D. Afonso estabeleceu uma relação próxima e de confiança, tendo-o escolhido para seu agente e encarregado de negócios em Roma<sup>9</sup>. Além de interlocutor privilegiado junto dos cardeais, Confalonieri adquiriu livros para enriquecer a biblioteca do antístite português e outros bens, como um retábulo que enviou para Coimbra através do mestre-escola da Sé que regressava nessa ocasião de Roma<sup>10</sup>. D. Afonso de Castelo Branco retribuiu os seus serviços com um ordenado de cem cruzados e soube recompensar a fidelidade do seu agente italiano com outras graças materiais, fazendo remeter ao secretário do patriarca de Jerusalém alguns pares de luvas de âmbar e «um penteador da Índia para se VM lembrar quando se barbear de quão seu servidor sou»<sup>11</sup>.

<sup>8</sup> As informações relativas aos cardeais italianos que se seguem foram, em parte, coligidas em MIRANDA, Salvador – *The Cardinals of the Holy Roman Church*. Última actualização em 22 de Junho de 2014 (<http://www2.fiu.edu/~mirandas/cardinals.htm>, consultado em 2014.06.23) e nas respectivas entradas de *Treccani L'enciclopedia italiana* (<http://www.treccani.it/>, consultado em 2014.06.23).

<sup>9</sup> PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra..., *cit.*, p. 235 n. 30. Além de Confalonieri, D. Afonso mantinha outro agente, Duarte Paulo, a quem pagava trinta mil réis (ou seja, 75 cruzados). Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Gianbattista Confalonieri, secretário do patriarca de Jerusalém. Coimbra, 6 de Janeiro de 1597. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 46.

<sup>10</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Gianbattista Confalonieri, secretário do patriarca de Jerusalém. Coimbra, 15 de Janeiro de 1601. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 85.

<sup>11</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Gianbattista Confalonieri, secretário do patriarca de Jerusalém. Coimbra, 6 de Janeiro de 1597. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 46.



É possível que também tenha conhecido pessoalmente, em Lisboa, Michele Bonelli (1541-1598), por ocasião da legacia papal que este presidiu, em 1571, a Espanha e Portugal, acompanhado de uma comitiva em que participou Ippolito Aldobrandini, futuro papa Clemente VIII. Professo dominicano e mais conhecido por cardeal Alessandrino, Michele Bonelli foi cardeal *nipote* de Pio V (1566), ocupando-se de múltiplas questões na cúria romana (construtivas, jurídicas e teológicas), além das missões diplomáticas enquanto legado pontifício nos reinos de França e da Península Ibérica. O cardeal Alessandrino e D. Afonso de Castelo Branco mantiveram, posteriormente, contacto cordial através de correspondência e troca mútua de presentes<sup>12</sup>.

Os representantes apostólicos que sucederam a Fabio Biondi foram também considerados na correspondência e ofertas de D. Afonso. Ferdinando Taverna (1558-1619), descendente de uma família patrícia milanese, foi apontado para colector de Portugal em 1596. A partir de 1599 ocupou o lugar de Governador de Roma e, em 1604, recebeu a mitra cardinalícia de Sant'Eusebio, por influência do cardeal Pietro Aldobrandini. É já na qualidade de cardeal que o bispo-conde o presenteará, tal como a Domenico Ginnasio (1551-1639), elevado ao cardinalato no mesmo consistório que Taverna, e indigitado para o cargo de núncio papal em Espanha de 1600 a 1605.

Por sua vez, Pietro Aldobrandini (1571-1621), cardeal *nipote* de Clemente VIII (1593), assumiu uma posição de grande relevo na gestão dos assuntos da corte papal. Na qualidade de secretário de Estado manteve-se informado dos assuntos de Portugal, através das cartas enviadas pelo colector Fabio Biondi, que lhe fez as citadas referências elogiosas sobre D. Afonso de Castelo Branco. O próprio bispo-conde dirigiu-lhe algumas missivas sobre assuntos da gestão da diocese<sup>13</sup>.

O cardeal Montelparo, Gregorio Petrocchini de nome (1535-1612), foi prior geral dos Eremitas de Santo Agostinho entre 1587 e 1591, tendo

---

O salário era pago através de um veneziano, que tinha por nome Jeronimo Estella. Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Gianbattista Confalonieri, secretário do patriarca de Jerusalém. Coimbra, 16 de Março de 1598. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 66.

<sup>12</sup> ASV, *Fondo Confalonieri*, v. 31, fl. 77 e 132; v. 39, fl. 44.

<sup>13</sup> ASV, *Segreteria di Stato*, Portogallo 6, fls. 146, 161, 256.



procedido à visitação dos conventos da ordem em Espanha enquanto comissário apostólico designado por Sisto V. Após o regresso a Roma, em 1589, o mesmo pontífice elevou-o ao cardinalato. Talvez o bispo-conde tivesse tido contacto com Montelparo por ocasião da sua viagem à Península Ibérica.

Alfonso Gesualdo (1540-1603), nobre napolitano e cardeal desde 1561, foi nomeado Protector de Portugal em 1585 e, em 1594, foi transferido da diocese de Ostia e Velletri para a arquidiocese de Nápoles<sup>14</sup>. Há indícios de Afonso Gesualdo se ter correspondido com D. Afonso de Castelo Branco em algumas ocasiões, ao contrário do que sucede com os cardeais Ottaviano Paravicini, Girolamo Mattei, Girolamo Pamphilj e Pompeo Arigoni, cuja relação directa com o bispo-conde ou com os assuntos portugueses carece de outros dados<sup>15</sup>.

Quanto ao cardeal de Cosenza, que o bispo-conde menciona na correspondência, deveria referir-se a Giovanni Evangelista Pallotta (1548-1620), apontado para arcebispo de Cosenza e para o cardinalato em 1587, tendo ocupado, entre outros, os lugares de arcepreste da Basílica de São Pedro e de secretário e sub-deão do Colégio dos Cardeais. Interessaria esclarecer, de facto, de quem se trata, para melhor situar as relações transalpinas de

<sup>14</sup> O correspondente de D. Afonso de Castelo Branco, Gianbattista Confalonieri, foi secretário de Afonso Gesualdo até ao momento da transferência deste para a arquidiocese de Nápoles (salvo os períodos em que esteve em Espanha e Portugal, ao serviço dos legados papais). Nesta altura, Confalonieri volta a ser secretário de Fábio Biondi. Eventualmente, o contacto do bispo-conde com o cardeal Gesualdo poderá ter sido favorecido por intermédio de Confalonieri.

<sup>15</sup> Ottaviano Paravicini (1552-1611), oratoriano apadrinhado por Cesare Baronio, foi elevado a cardeal em 1591 por Gregório XIV. Por seu turno, Girolamo Mattei (1547-1603), nomeado cardeal em 1586, assumiu em 1591 o cargo de prefeito da importante *Sacra Congregatio Cardinalium pro executione et interpretatione concilii Tridentini interpretum*, cargo que desempenhou até ao seu falecimento em 1603.

Girolamo Pamphilj (1544-1610) integrou, inicialmente, a casa e corte do cardeal Pietro Aldobrandini, cardeal desde 1604, ocupava o cargo de vigário geral de Roma (1605-10) quando D. Afonso de Castelo Branco lhe enviou porcelanas.

Pompeo Arigoni (1552-1616) no início de carreira foi sucessivamente defensor das causas de Filipe II de Espanha em Roma, advogado consistorial e auditor do Tribunal Apostolicum Rotae Romanae. Depois de eleito cardeal em 1596, veio a ocupar os cargos de datário da Cúria Apostólica sob Leão XI e Paulo V e de secretário da *Suprema Sagrada Congregação da Romana e Universal Inquisição* (1605-1616).



D. Afonso de Castelo Branco, dado que pelas suas próprias palavras era «seu amigo antigo»<sup>16</sup>.

Finalmente, refira-se Cesare Baronio (1538-1607) que recebeu, entre outras importantes dignidades, os títulos de Geral da Congregação dos Oratorianos em 1593 e de cardeal em 1596, tendo sido uma figura próxima de São Filippo Neri e de Clemente VIII, dos quais foi discípulo e confessor, respectivamente. A reputada erudição de que beneficiava determinou a sua nomeação, em 1597, para bibliotecário da Santa Igreja Romana. Baronio representou um papel central nos estudos da História da Igreja, tomando a arquitectura como uma das fontes históricas principais para a sua obra monumental, publicada em doze tomos, *Annales ecclesiastici a Christo nato ad annum 1198* (1588-1607). D. Afonso de Castelo Branco não só teve conhecimento como se interessou notoriamente pelo trabalho do cardeal Baronio, manifestando intenção de patrocinar a edição dos *Anais eclesiásticos* com o envio de dez mil cruzados, que o historiador recusou, agradecendo<sup>17</sup>.

### **Da troca de presentes entre D. Afonso de Castelo Branco e a corte papal**

As desejadas boas relações com a corte papal em Roma traduziram-se pela troca de presentes entre D. Afonso de Castelo Branco e os cardeais e pontífices. A partir de uma carta de D. Afonso ficamos a saber que Clemente VIII lhe remeteu, cerca de 1595 através do seu agente em Roma, «uma boceta de Agnus Dei e de Veronicas, cujo retrato me trouxe em pintura». Recebeu, na mesma ocasião, do cardeal Alfonso Gesualdo «uma cruz de ouro com o Santíssimo lenho, relíquias dos gloriosos Apóstolos S. Tiago S. André e do mártir S. Sebastião» e, pela parte do antigo legado

<sup>16</sup> ASV, *Fondo Confalonieri*, v. 39, fl. 44.

<sup>17</sup> A história é narrada por D. Jerónimo de Mascarenhas (1639, 62), na *Oração Exortatória e panegírica* que proferiu no terceiro dia do sínodo de Coimbra realizado em 1639. MASCARENHAS, Jerónimo de – Oração exortatória e panegírica (1639) in ALMEIDA, Fortunato – D. Jorge de Almeida e D. Afonso de Castelo Branco, bispos de Coimbra. *O Instituto*, N.º 71 (1924).



papal em Espanha e Portugal, cardeal Alessandrino, um «Agnus Dei do Pontífice Pio V seu tio»<sup>18</sup>.

Os artigos muito apreciados com que D. Afonso de Castelo Branco foi presenteado eram símbolos do catolicismo. Se por um lado, as relíquias constituíam fragmentos materiais da devoção a Cristo e aos santos, cujo culto e faculdades milagrosas haviam sido reforçados no Concílio de Trento, o *Agnus Dei* era uma peça sacramental à qual também se atribuíam especiais virtudes.

Os *Agni Dei* aqui referidos eram medalhas ovais e de dimensões variáveis feitas com os restos do círio pascal e do óleo do santo crisma. De um lado, cunhava-se a imagem do cordeiro místico, as armas e o nome do papa reinante e a data da consagração; e, do outro, a imagem votiva de um santo. A partir de 1470, passaram a ser consagradas pelos próprios pontífices no ano da sua eleição e depois em ciclos de sete anos<sup>19</sup>.

Em retribuição aos objectos votivos oferecidos pelo papa Clemente VIII e pelos cardeais Alfonso Gesualdo e Alessandrino, o bispo-conde D. Afonso de Castelo Branco enviou para Roma contas de calambuco e pedras bezoar procedentes das possessões portuguesas das Índias. As contas eram feitas a partir de uma madeira odorífera asiática<sup>20</sup>, mas as pedras bezoar tinham uma

<sup>18</sup> Carta do bispo conde D. Afonso de Castelo Branco ao legado papal Fabio Biondi, Janeiro de 1596. ASV, *Fondo Confalonieri*, vol. 33, fl. 132. Publ. PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra..., cit., p. 237-38.

<sup>19</sup> A origem desta tradição é incerta, mas pensa-se poder remontar à Antiguidade Tardia ou à Alta Idade Média. Os *Agni Dei* seriam, inicialmente, usados para protecção contra tormentas, pendurados ao pescoço ou conservados como objecto de devoção. Um dos exemplares mais antigos conhecidos é um *Agnus Dei* do papa Gregório XI, datado de 1370. Na Época Moderna, estes medalhões eram remetidos pelos pontífices aos soberanos dos estados católicos e aos principais representantes da Igreja, como signo da sua autoridade, embora ainda revestidos do seu simbolismo original. THURSTON, Herbert – *Agnus Dei. The Catholic Encyclopedia*. Vol. 1. New York: Robert Appleton Company, 1907 (<http://www.newadvent.org/cathen/01220a.htm>); CASTELLANI, Giuseppe – *Agnus Dei. Enciclopedia italiana di scienze, lettere e arte*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1929-1939, vol. 1, col. 901-902. DANTE, Enrico – *Agnus dei. Enciclopedia Cattolica*. Città del Vaticano: Ente per l'Enciclopedia Cattolica e per il libro cattolico, 1948-1954, vol. 1 col. 490-491. ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja...*, cit., vol. II, p. 323 n. 4.

<sup>20</sup> Segundo o padre Rafael Bluteau, calambuco é uma espécie vegetal oriunda da Ásia, uma madeira «de cheiro muito penetrante; e desta espécie vem muito pouca à Europa, porque tem grande preço em Japão, donde dizem, que vale mais de oitenta mil réis o arrátel. Com este precioso aroma perfumam os Japões as casas, e os vestidos. Usam deles os Chins nos acidentes de Paralisia, e na falta dos espíritos vitais». BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário*



origem insólita, sendo concreções de origem animal usadas como suposto antídoto contra o veneno e a melancolia.

Muito cobiçadas na Europa dos séculos XVI e XVII, as pedras bezoar encontravam-se entre os produtos de origem animal mais dispendiosos, dada a raridade e procura<sup>21</sup>. Eram adquiridas pelos Portugueses nas regiões de Ormuz, Calecute, Cochim, Goa e Malaca, e constituíam ofertas bastante apreciadas pelas principais casas europeias. Tal foi o caso da pedra engastada em filigrana de ouro com que a rainha D. Catarina presenteou o seu irmão, o Imperador Carlos V<sup>22</sup>. O afortunado possuidor de uma pedra desta qualidade podia usá-la junto ao corpo (pendurada numa corrente ou pulseira), ingeri-la em infusões ou expô-la, pela sua singularidade e valor, na sua câmara de curiosidades e maravilhas, caso dispusesse de uma.

A 24 de Dezembro de 1596, o bispo-conde assinou uma carta dirigida ao cardeal Pietro Aldobrandini, anunciando que pelo

Patriarca de Jerusalém mando a V. Ill.<sup>ma</sup> S.<sup>a</sup> uma pedra de bazar das melhores, em bondade e quantidade que vieram este ano da Índia. E assim a pode V. Ill.<sup>ma</sup> s.<sup>a</sup> dar seguramente a Sua Santidade seguramente [sic]. Nosso Senhor a Ill.<sup>ma</sup> e R.<sup>ma</sup> Pessoa de V.S. per muitos anos guarde e seu estado prospere<sup>23</sup>.

---

*Portuguez e Latino*. Coimbra: No Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, vol. II, p. 45-46.

<sup>21</sup> Os bezoares mais valorizados eram os de cabras persas e de porcos-espinho, seguidos das concreções de macacos e porcos do Sudeste insular da Ásia, alcançando o preço de 40 vezes o seu peso em ouro ou 650 vezes em prata. Lisboa era o principal centro de distribuição de pedras bezoar na Europa, custando em média 200 cruzados/bezoar. Sobre as proveniências, usos, mercado e circulação deste material vejam-se os estudos BORSCHBERG, Peter – O comércio, uso e falsificação dos bezoares de porco-espinho na Época Moderna (c. 1500-1750). *Oriente* 14 (2006) 62-77; BORSCHBERG, Peter – The Euro-Asian trade in bezoar stones (approx. 1500-1700) in NORTH, Michael (ed.) – *Artistic and cultural exchanges between Europe and Asia, 1400-1900: rethinking markets, workshops and collections*. Aldershot: Ashgate, 2010, p. 29-43.

<sup>22</sup> Relativamente à oferta de D. Catarina e à montagem de bezoares em filigrana de ouro, veja-se GSCHWEND, Annemarie Jordan – As maravilhas do Oriente: colecções de curiosidades renascentistas em Portugal, in SILVA, Nuno Vassallo e (ed.) – *A herança de Rauluchantim*. Lisboa: Museu de São Roque, 1996, p. 91-92, 119.

<sup>23</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco ao cardeal Aldobrandino, Coimbra, 24 de Dezembro de 1596. ASV, *Segreteria di Stato*, Portogallo 6, fl. 265.



Esta pedra seria a maior das três que seguiram para Roma dez meses depois. A remessa foi enviada ao cuidado do patriarca de Jerusalém, Fabio Biondi, a quem D. Afonso pediu que as entregasse aos respectivos destinatários:

três pedras de Básar mui boas, que somente achei. A maior me fará VIS mercê de dar de minha parte ao Ill. S. cardeal Aldobrandino, que é muito grande e formosa e se pode dar a Sua Santidade. A outra ao Ill S cardeal Gesualdo. E outra ao Ill. cardeal Peravicino<sup>24</sup>.

D. Afonso de Castelo Branco remeteria, noutras ocasiões, mais de trinta outros bezoures «da Índia», que eram, aliás, considerados os de mais elevada qualidade por Confalonieri, conforme relatou na obra *Da grandeza e magnificência da cidade de Lisboa*: «o bezaar que vem da Índia é de longe melhor do que aquele que trazem do Perú»<sup>25</sup>.

Em Roma, as pedras bezoar não eram transaccionadas nos habituais mercados de luxo, mas em de circuitos de elite muito estritos<sup>26</sup>, o que nos faz pensar no valor precioso das ofertas feitas pelo bispo de Coimbra. Na corte papal, o apreço pelos bezoures era generalizado. Nem o próprio cardeal Carlo Borromeo, insuspeito pela austeridade e rigor no governo da vida pessoal, escapava à admiração e respeito pelas ditas faculdades terapêuticas deste material. Há mesmo notícia de, em 28 de Junho de 1572, Borromeo ter enviado à sua tia Margherita Trivulzio, esposa do conde Giulio Cesare Borromeo e mãe de Federico Borromeo, a «miracolosa pietra Beezar» que lhe dera o grão-duque de Florença. Estando a tia gravemente

<sup>24</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Fabio Biondi, Outubro de 1597. ASV, *Fondo Confalonieri*, v. 39, fl. 44. Publ. PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra..., *cit.*, p. 236.

<sup>25</sup> *Por terras de Portugal no século XVI. Bartolomé de Villalba y Estaña, Gianbattista Confalonieri*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, p. 220. Como se sabe, as feitorias portuguesas da Índia eram verdadeiras plataformas de circulação dos mais diversos objectos e materiais provenientes de diferentes regiões da Ásia. Segundo Peter Borschberg, o porto de Ormuz foi, por exemplo, o principal centro de escoamento de pedras bezoar provenientes da Pérsia e de Khorasan (região actual do Irão), entre 1507 e 1622. BORSCHBERG, Peter – The Euro-Asian trade..., *cit.*, p. 33.

<sup>26</sup> Segundo Paola Venturelli, os jesuítas mandavam vir este material da Índia e do Perú, tornando-se fornecedores exclusivos de numerosos cardeais em Roma. VENTURELLI, Paola – Splendore e ornamento. Oggetti e materiali preziosi tra Carlo e Federico Borromeo in BISCOTTINI, Paolo (coord.) – *Carlo e Federico: la luce dei Borromeo nella Milano spagnola*. Milano: [s.n.], 2005, p. 130.



doente, Carlo acreditava ser a pedra bezoar «cosa pretiosissima et rimedio efficacissimo contro diverse sorte di mali, rinchiusa in un bottone d'oro della quale si valerà per servitio del conte, havendo poi cura del rimanente per poter servire a qualche altro bisogno»<sup>27</sup>.

O crédito nas propriedades do bezoar na cúria romana era tal, que, quando o papa Clemente VIII adoeceu em 1605 com diagnóstico de envenenamento, a droga prescrita pelos físicos do pontífice foi a dita pedra, recomendando que fosse um exemplar de autenticidade comprovada e de excelente qualidade. Esta notícia motivou, prontamente, o envio de uma pletora de espécimes por parte de bispos, cardeais, dignitários e príncipes de todo o mundo católico para salvar o papa agonizante<sup>28</sup>.

D. Afonso de Castelo Branco revela, assim, o conhecimento dos artigos mais apreciados e apropriados aos destinatários, sabendo eleger itens exclusivos e distintos para as diferentes personalidades que pretendia agraciar. É o que se infere da escolha de «uma peça de calambuco» para presentear o papa Paulo V em 1608, adquirida por 200 cruzados (80 mil réis) e considerada digna do pontífice<sup>29</sup>, bem como de pequenas contas de calambuco para outros destinatários<sup>30</sup>.

As contas de calambuco foram enviadas ao cardeal Mattei, que não queria bens de maior riqueza segundo as palavras de D. Afonso, e ao cardeal Cesare Baronio, que se recusara a aceitar os dez mil cruzados do bispo de Coimbra para a edição dos *Anais Eclesiásticos*<sup>31</sup>. Episódio a que D. Afonso faz referência com um jogo de palavras, não sem alguma ironia: «que já noutro tempo não quis contar dinheiro pode contar nas contas os pater nostres que rezar»<sup>32</sup>. Ou seja, uma vez que Baronio declinara a prévia oferta pecuniária, que aceitasse agora as contas de calambuco para fazer um terço.

<sup>27</sup> VENTURELLI, Paola – Splendore e ornamento..., *cit.*, p. 130.

<sup>28</sup> BORSCHBERG, Peter – The Euro-Asian trade..., *cit.*, p. 40.

<sup>29</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco ao patriarca de Jerusalém, vice-legado no reino de Portugal. Coimbra, 30 de Março de 1608. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 358.

<sup>30</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco ao patriarca de Jerusalém, vice-legado no reino de Portugal. Coimbra, 6 de Janeiro de 1597. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 44.

<sup>31</sup> MASCARENHAS, Jerónimo de – Oraçam exhortatoria..., *cit.*, p. 62.

<sup>32</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Fabio Biondi, Outubro de 1597. ASV, *Fondo Confalonieri*, vol. 39, fl. 44. Publ. PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra..., *cit.*, p. 236.



Além destas matérias-primas, D. Afonso de Castelo Branco remeteu para Roma ainda outras mercadorias, em particular porcelana importada pelas naus da Índia e luvas de âmbar manufacturadas em Lisboa.

A utilização de baixelas de porcelana da China terá sido um costume introduzido em Roma sensivelmente após o Concílio de Trento, e rapidamente difundido nas décadas seguintes. Sobre esta matéria importa citar um episódio que teve lugar em 1563. Num banquete da corte papal em que participou, D. frei Bartolomeu dos Mártires terá sugerido ao papa Pio IV o uso de baixelas de porcelana em lugar das de prata utilizadas na ocasião. Segundo o arcebispo de Braga, a porcelana adequava-se melhor ao espírito reformador vivido pela Igreja naqueles tempos.

Temos, disse, em Portugal um género de baixela, que com ser barro se avanta tanto à prata em graça e limpeza, que aconselhara eu a todos os Príncipes que não usarão outro serviço, e desterrarão de suas mesas a prata. Chamamos-lhe em Portugal Porcelanas, vêm da Índia, fazem-se na China. É o barro tão fino e transparente, que as brancas deixam atrás os cristais e alabastros: e as que são variadas de azul enleiam os olhos representando uma composição de alabastro e safiras. O que têm de quebradiço, recompensam com a barateza<sup>33</sup>.

O episódio é narrado por frei Luís de Cacegas e frei Luís de Sousa, autores da biografia do arcebispo de Braga. É interessante e revelador atentar nos termos em que a porcelana chinesa é descrita e valorizada. Por comparação com os metais nobres, o frágil material cerâmico é promovido à categoria de bens magníficos pelos seus atributos estéticos, equiparados aos dos alabastros, cristais e safiras. Se, por um lado, as baixelas de porcelana eram mais acessíveis – dado o custo de fabrico e a entrada no mercado português de copiosas quantidades destas peças –, por outro, não deixavam de constituir artigos de qualidade e requinte que permitiam manter o nível de sofisticação da mesa na cúria romana, sem investir somas consideradas reprováveis em pleno ano de encerramento do Concílio de Trento. Em suma, e fazendo uso das palavras atribuídas a frei Bartolomeu dos Mártires, as porcelanas enleavam os olhos e recompensavam com a barateza.

<sup>33</sup> SOUSA, Frei Luís de – *A vida de Dom frei Bertolameu dos Martyres da Ordem dos Pregadores*. Cit. SILVA, Nuno Vassallo e – O culto da porcelana chinesa em Portugal. *Artes & Leilões* N.º 6 (1990) 26.



A difusão do gosto pela porcelana da China na corte papal é ilustrada pelas mais de três centenas de «porcelanas muito finas» que D. Afonso de Castelo Branco adquiriu em Lisboa, através do seu vedor Luís de Lemos, e enviou para Roma, entre 1606 e 1610, com destino aos cardeais Ginnasio, Arigoni, S. Eusebio, Paravicini, Pamphilj e ao patriarca de Jerusalém. Todavia, a partir do início de Seiscentos, o comércio português da cerâmica chinesa terá sido abalado pela instituição da concorrente Companhia Holandesa das Índias Orientais (VOC), em 1602. Alguns anos depois, o bispo-conde de Coimbra mostraria apreensão a este respeito, pedindo informações a Confalonieri: «dizem-me que hoje se acham em Roma porcelanas mais finas e baratas que em Lisboa que lhe vão por via da Holanda, informe-me VM se é assim»<sup>34</sup>. E, de facto, a partir de 1610 não se registam, na correspondência conhecida, outros envios de porcelana pelo bispo-conde para Roma.

As luvas de âmbar terão sido, igualmente, um artigo com larga aceitação, uma vez que D. Afonso de Castelo Branco depois de uma primeira remessa em 1597 de 24 pares destinados aos cardeais Alessandrino, d'Essa (?), a Gregorio Petrocchini da Montelparo e ao cardeal de Cosenza, enviaria noutras ocasiões mais de 180 pares de luvas, que lhe custaram 300 cruzados e que havia «mandado fazer em Lisboa [...] para mandar aos senhores cardeais meus amigos»<sup>35</sup>.

À partida, poder-se-ia pensar que «âmbar» se referisse à resina fóssil da região do Báltico e, nesse sentido, as ditas luvas seriam, possivelmente, tingidas dessa cor ou decoradas com cabochões. Mas, na verdade, trata-se de luvas de couro perfumado, um acessório muito em voga nas cortes europeias a partir de meados do século XVI, cuja divulgação anda tradicionalmente associada a Catarina de Medici, rainha consorte de França, e a Isabel I, rainha de Inglaterra.

Usadas por homens e mulheres de elevado estatuto social, as luvas finamente executadas em pele eram símbolo de poder político e económico. A partir de meados de Quinhentos, surgem frequentemente representadas na arte do retrato, calçadas ou agarradas numa mão pelas personagens. Basta

<sup>34</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Gianbattista Confalonieri. Coimbra, 6 de Dezembro de 1610. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 427.

<sup>35</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Gianbattista Confalonieri. Coimbra, 10 de Fevereiro de 1600. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 77.



recordarmo-nos dos retratos dos monarcas e príncipes das cortes ibéricas pintados por Cristóvão de Morais, António Moro e Alonso Sanchez Coello. Nos dias de hoje, nem a pintura nem os exemplares conservados de luvas da época permitem conhecer a dimensão de requinte acrescentada pelo âmbar – o perfume –, aprimorando-as e redobrando o seu carácter luxuoso.

Esta substância rara, denominada por âmbar cinzento ou âmbar gris, constitui um betume brando e pardo, de origem animal, que adquire uma fragância intensa e muito aromática após ser expelido pelos cachalotes e ficar à deriva no mar exposto ao sol. Conhecida desde a Antiguidade, foi extraordinariamente valorizada no período moderno, quer na Europa quer na Ásia, e mereceu a atenção da literatura científica, embora a sua verdadeira origem se revestisse de algum mistério à época<sup>36</sup>.

O âmbar cinzento era recolhido na costa ocidental africana e nas ilhas do Índico e comercializado em Ormuz, Goa<sup>37</sup>, Malaca, Macau e em Lisboa. As suas aplicações eram diversas, sendo utilizado na farmácia, na confecção de alimentos e bebidas, na indústria dos perfumes e dos couros e, quando convertido em contas e em pedaços, na joalharia perfumada ou na aromatização do interior dos móveis de conter<sup>38</sup>.

<sup>36</sup> Sobre o âmbar cinzento veja-se o estudo de BORSCHBERG, Peter – O comércio de âmbar cinzento asiático na época moderna (séculos XV a XVIII). *Oriente* 8 (2004) 3-25.

<sup>37</sup> Nos guias práticos redigidos no século XVI para orientar a aquisição de pedrarias em Goa, o âmbar surge a par dos diamantes e rubis, das safiras e espinelas. O exemplar manuscrito mais completo destes manuais data de cerca de 1560-1580. Nele se explica quais eram as características a procurar no âmbar para se fazer uma compra avalizada e quais os preços praticados: «o estimam muito por cá neste reino (...) sendo bom o tem por melhor quem em este reino vale cada onça a cinco cruzados e a cinco e meio e dali para baixo segundo a bondade dele». Transc. e publ. SILVA, Nuno Vassallo e – Subsídios para o estudo do comércio das pedras preciosas em Lisboa, no século XVI, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série N.º 91 (1989), 2.º tomo, p. 22.

<sup>38</sup> Segundo Peter Borschberg, em 1558, «Amado Lusitano refere que as mulheres da Península Ibérica usavam pendentes de âmbar ao pescoço, para disfarçar odores corporais desagradáveis (próprios e dos outros) bem como para defender os pulmões do ar pestilento». BORSCHBERG, Peter – O comércio de âmbar..., *cit.*, p. 19.

No caso do mobiliário, o *Ceremonial Ecclesiastico, segundo o rito romano* (1743) de frei Matias de Santa Ana dá preferência ao âmbar para aromatizar os paramentos no interior dos móveis de sacristia, em detrimento de plantas aromáticas: «Dentro das gavetas não se lançarão ervas cheirosas, nem folhas de rosas, ainda que estejam secas, porque geram bichos; mas sim somente alguns bocados de âmbar, ou cousa semelhante». Cit. MARQUES, Cátia Teles e – *Nos bastidores da liturgia tridentina. O Mobiliário Monumental e as Sacristias em Portugal do século XVI ao XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2007. Dissertação de Mestrado em História



No que se refere às luvas de âmbar, elas eram produzidas em Lisboa nos séculos XVI e XVII. Esta informação é-nos facultada pelo agente de D. Afonso de Castelo Branco, Gianbattista Confalonieri. Na obra que redigiu sobre a capital portuguesa, Confalonieri menciona os perfumistas ali residentes, observando que era em Lisboa que «nasciam as luvas finas de âmbar branca e negra de cinco, 10 e 15 e mais escudos o par. Por tudo isto é esta cidade cheia de algas, almíscar, e outras coisas tais»<sup>39</sup>.

A indústria das luvas de âmbar cinzento foi evidentemente favorecida pelas rotas comerciais marítimas portuguesas, testemunhando a apropriação de novas matérias-primas para acrescentar aos tradicionais acessórios de vestuário um valor de exclusividade que lhes garantiu enorme fama e difusão<sup>40</sup>. D. Afonso de Castelo Branco teve certamente conhecimento da sua aceitação, escolhendo-as por esse motivo para presentear os cardeais em Roma e procedendo a uma encomenda específica para o efeito.

---

da Arte Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, vol. I, p. 39.

<sup>39</sup> *Por terras de Portugal...*, cit., p. 220.

<sup>40</sup> Além das remessas de luvas de âmbar produzidas em Lisboa enviadas por D. Afonso de Castelo Branco para Roma, a enorme fama e difusão deste artigo é testemunhada pelas centenas de pares que se registam nas licenças de passo emitidas para autorização da entrada de indivíduos (ou comitivas) e respectivos bens em Espanha na primeira metade do século XVII. A título de exemplo, em 1630, no rol de objectos levados de Madrid para Roma pelo cardeal Panfilio contam-se 150 pares de luvas de âmbar, couros de âmbar, onças de âmbar, 6 rosários de calambuco e pasta de âmbar. Esta documentação, estudada por Bernardo García García, mostra que as luvas de âmbar conformavam, na primeira metade do século XVII, uma das tipologias preferenciais de presentes entre as mulheres principais da corte real, como de dignitários e embaixadores estrangeiros e representantes diplomáticos da Santa Sé. GARCÍA GARCÍA, Bernardo – Regalos diplomáticos y bienes suntuarios en la corte española (1580-1665), in GARCÍA SANTO-TOMÁS, Enrique (ed.) – *Materia crítica: formas de ocio y de consumo en la cultura áurea*. Madrid: Universidad de Navarra, Iberoamericana, Vervuet, 2009, p. 242-243.

Além disso, sabe-se que estas luvas foram, igualmente, exportadas para Inglaterra, sendo as mais caras do mercado. Conhecidas por luvas «ao estilo espanhol», eram de tal forma apreciadas que o seu consumo justificou a sua produção pelos luveiros locais no século XVII. DUGAN, Holly – *The ephemeral history of perfume. Scent and sense in Early Modern England*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011, p. 126-153.



## O consumo e as estratégias diplomáticas de D. Afonso Castelo Branco

D. Afonso de Castelo Branco era um consumidor e encomendante esclarecido. Através dos seus agentes, mantinha-se a par do que de melhor havia no mercado, desde a produção lisboeta de objectos artísticos e bens de luxo, às mercadorias da carreira da Índia que aportavam a Lisboa, aproveitando estas ocasiões para mandar adquirir os artigos com que presenteou as dignidades eclesiásticas da corte papal. As compras e comissões que realizou visaram, além das ofertas diplomáticas, o provimento da Sé de Coimbra e o consumo particular do bispo-conde, como foi o caso das «charamelas e alcatifas» pedidas em 1597 a Matias de Albuquerque, vice-rei da Índia (1591-1597), aquando do seu regresso à metrópole<sup>41</sup>.

Como membro da elite senhorial, por via da ascendência familiar e dos altos cargos eclesiásticos desempenhados, D. Afonso não se envolvia directamente na procura e selecção dos artigos ou nas transacções comerciais, delegando essa responsabilidade em mediadores. Como procuradores privilegiados, eram os seus legados que procediam às aquisições, encomendas e contratos que tinha planeado.

De igual forma, a logística do transporte era organizada por gente da sua confiança, já que suspeitava da eficácia das vias de correspondência normais, procurando evitar os oficiais aduaneiros e os guardas dos portos secos. A este propósito, em carta a Gianbattista Confalonieri, D. Afonso de Castelo Branco informa que comprara

treze pedras de bezoar mui formosos nas naus da Índia e oitenta pares de luvas de âmbar e não as mandava porque lhe disse o jesuíta Francisco Pereira que não se pode mandar nada por terra com as ladroíces dos aduaneiros e guardas dos portos secos que até as contas por onde rezava lhe tirarão<sup>42</sup>.

<sup>41</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco. Coimbra, 20 de Outubro de 1597. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 31, Tomo 5, fl. 173. Sobre as peças encomendadas em Lisboa para a Sé e conventos de Coimbra – sedas, a pintura, o lavabo e os azulejos da sacristia, retábulo da igreja do convento de Santa Ana e sepulcro de prata da rainha santa D. Isabel –, veja-se MARQUES, Cátia Teles e – *A sacristia e a encomenda...*, cit..

<sup>42</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco a Gianbattista Confalonieri. 10 de Outubro de 1604. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 198.



Por essa razão e quando possível remetia as ofertas para Roma através de intermediários seus. Foi o que sucedeu, como se viu atrás, com as pedras de bezoar, contas de calambuco e luvas de âmbar entregues ao legado papal que se encontrava em Lisboa em 1597, Fabio Biondi, para serem distribuídas pelos cardeais. Quem procedeu à remessa foi Jorge Fernandes, criado do bispo-conde, que acompanhou a legacia até Itália, levando também consigo um escritório da China e um penteador da Índia, além de iguarias para a viagem<sup>43</sup>.

No que se refere à selecção dos artigos, a correspondência do bispo de Coimbra mostra uma clara preferência pelo universo material dos territórios de Além-Mar, abarcando matérias-primas com supostas propriedades terapêuticas – contas de calambuco e pedras bezoar – e mercadorias sofisticadas – porcelana e mobiliário, têxteis (exemplificado pelo penteador), e luvas feitas em Lisboa, mas perfumadas com o âmbar cinzento trazido pelas naus das Índias. D. Afonso de Castelo Branco remeteu para Roma, ainda, especialidades culinárias portuguesas – barris de lampreias em conserva, empadas de lampreia, presuntos de Lamego e caixas de marmelada – e canários, que, como se sabe, são originários dos arquipélagos das Canárias, dos Açores e da Madeira, admirados pelo seu canto harmonioso<sup>44</sup>.

A este propósito, é interessante destacar o contraste entre os objectos de culto religioso remetidos pelos cardeais Alfonso Gesualdo e Alessandrino e pelo papa Clemente VIII para Coimbra e os presentes “mundanos” e de uso pessoal enviados por D. Afonso de Castelo Branco para Roma. Beneficiando do acesso privilegiado aos artigos provenientes das possessões ultramarinas, o bispo-conde de Coimbra revela participar de uma cultura material que se terá consolidado na corte portuguesa sobretudo ao longo do século XVI<sup>45</sup>.

<sup>43</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco ao patriarca de Jerusalém, vice-legado no reino de Portugal. Coimbra, 6 de Janeiro de 1597. ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 39, fl. 44. Jorge Fernandes iria servir Fabio Biondi, durante a sua estadia em Roma: «o caminho em que com muito gosto acompanhara VIS para o servir nele e ver Roma que na verdade é a corte dos clérigos».

<sup>44</sup> ASV, *Fondo Confalonieri*, Vol. 31, Tomo 5, fl. 141; Vol. 39, fl. 44, 394.

<sup>45</sup> Sobre esta mudança, veja-se MOREIRA, Rafael – A importação de obras de arte em Portugal no século XVI, in CURVELO, Alexandra et al (coord.) – *Da Flandres e do Oriente. Escultura importada: colecção Miguel Pinto*. Lisboa: Instituto Português de Museus; Casa-Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2002, p. 11-21; SÁ, Isabel dos Guimarães – The uses of luxury: some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580. *Análise Social*, Vol. XLIV N.º 192 (2009) 589-604.



Com o estabelecimento das rotas marítimas e das feitorias nas possessões de Além-Mar foram chegando mercadorias em quantidade suficiente para gerar novos hábitos de consumo e de etiqueta na esfera das elites. De modo que os objectos escolhidos por D. Afonso se tratavam de artigos exclusivos, mas consensualmente aceites à época. Constituíam, por isso, presentes seguros para agradar aos destinatários da cúria romana e os recordar do apoio às causas do bispo-conde.

Em última análise, a divulgação das mercadorias provenientes das Índias Orientais junto da cúria romana, no exercício da diplomacia, poderá ter favorecido a disseminação e consolidação do gosto por alguns artigos em particular e estimulado a sua procura. Sabe-se que, na primeira metade de Seiscentos, os núncios e colectores apostólicos em Portugal e Espanha levavam consigo quantidades apreciáveis de toda a sorte de bens sumptuários aí adquiridos no regresso à península itálica. Segundo Bernardo García,

los embajadores italianos y los nuncios siguieron desempeñando un papel primordial en la exportación e importación de bienes de lujo y obras de arte como puede apreciarse claramente en el estudio de las licencias de paso relacionadas con su entrada y salida de la península<sup>46</sup>.

Desconheço, porém, se estas escolhas se tratavam de uma prática comum no foro da diplomacia praticada pelo clero português, em virtude da escassez de estudos de caso. Só à luz de outros dados será possível avaliar com rigor a singularidade da actuação de D. Afonso de Castelo Branco e identificar e caracterizar padrões de consumo associados à diplomacia eclesiástica, de resto pouco estudada para o período em análise<sup>47</sup>.

Na verdade, a escolha destas mercadorias para oferta encontra-se tradicionalmente associada ao poder régio. Inicialmente extraordinárias pela sua exclusividade, elas passaram a servir propósitos de propaganda política ao serem incluídas no conjunto dos presentes diplomáticos dos reis

<sup>46</sup> GARCÍA GARCÍA, Bernardo – Regalos diplomáticos..., *cit.*, p. 242.

<sup>47</sup> A título de exemplo, veja-se o capítulo da *História da Igreja em Portugal* de Fortunato de Almeida sobre a troca de presentes entre Portugal e a Santa Sé na Época Moderna, no qual não se sai da esfera régia, não se mencionando quaisquer ofertas por parte dos prelados portugueses à cúria romana. ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja...*, *cit.*, vol. II, p. 322-327. De 1968 a esta parte, pouco se tem avançado neste tema, com algumas excepções, de que se destaca o trabalho PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra..., *cit.*.



portugueses logo a partir de meados do século XV<sup>48</sup>. Embora recorrendo ao mesmo universo material, a escala de representação e o nível das ofertas do bispo-conde não competiam com a retórica de uma embaixada régia. Nem podiam fazê-lo, fosse por razões económicas e de estatuto, como por questões de decoro, dado o grau mais moderado de representação se adequar melhor a um prelado.

Em pleno período pós-Trento, o modelo ideal de conduta de um bispo ditava um proceder discreto, reservando as encomendas de aparato para o culto divino, nomeadamente o provimento da Sé – que era, aliás, uma obrigação do *múnus episcopal* –, ou de igrejas e conventos do seu patrocínio particular. D. Afonso de Castelo Branco foi, neste particular, um mecenas notável no contexto eclesiástico português pós-Trento, como procurei demonstrar noutro lugar<sup>49</sup>.

No entanto, os episódios passados com os cardeais Girolamo Mattei e Cesare Baronio, que recusaram os bens de maior riqueza e o patrocínio oferecidos pelo bispo-conde de Coimbra, se, por um lado, são bem representativos desse espírito reformador que apelava a uma maior austeridade, por outro parecem denunciar que a generosidade de D. Afonso estaria acima do ordinário no âmbito da diplomacia eclesiástica.

Os presentes oferecidos por D. Afonso de Castelo Branco aos papas e cardeais, sem serem objectos de pródiga magnificência ao nível de um soberano, não deixavam de ter um valor apreciável. Sobretudo constituíam gentilezas codificadas pela etiqueta de corte e convertidas por D. Afonso em instrumentos da sua diplomacia. Gestos que indo ao encontro do estatuto, gosto e sensibilidade dos destinatários fariam com que estes se lembrassem e estimassem aquele que os agradava<sup>50</sup>.

<sup>48</sup> COSTA, João Paulo Oliveira e – O Império Marítimo, in COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014, p. 157.

<sup>49</sup> MARQUES, Cátia Teles e – *A sacristia e a encomenda...*, cit..

<sup>50</sup> Carla Alferes Pinto conclui, num estudo sobre a embaixada régia ao Xá da Pérsia de 1622, que dos presentes «dependia muitas vezes o apreço por uma delegação e a atenção que se dava ao assunto da mesma, eles asseguravam a reciprocidade e potenciavam o respeito que se tinha por um ou outro rei, xá, rajá ou czar, além de servirem de admiráveis provas de riqueza, de grandiosidade, da mestria artesanal e plástica de cada corte e do bom gosto dos soberanos». PINTO, Carla Alferes – Presentes ibéricos e «goeses» para ‘Abbas I: a produção e consumo de arte e os presentes oferecidos ao Xá da Pérsia por D. García de



Neste sentido, o envio continuado de presentes fazia parte de uma estratégia de auto-representação de D. Afonso, que passava pela construção calculada de uma imagem diferenciada e favorável a seu respeito em Roma, em detrimento de outros prelados. Esta intenção é mesmo revelada numa das cartas que acompanhava as ofertas:

Ao colector que vem me fará VIS mercê de dizer que aqui tem o bispo de Coimbra tão amigo das causas da Santa Sé Apostólica como ele e que o saberá mui bem servir. E pode VIS com muita razão dizer a Sua Santidade e ao Sagrado Colégio que em bom governo convém fazer diferença dos prelados que bem servem a outros que não fazem o mesmo<sup>51</sup>.

O propósito das doações de D. Afonso de Castelo Branco não pode, por esta razão, ser desligado da aspiração ao favorecimento dos seus interesses e causas pessoais junto da corte papal, da mesma forma que as ofertas dos cardeais e papas ao bispo português tinham o desígnio de o fidelizar à causa romana.

Como salientou José Pedro Paiva, o bispo-conde foi «um sábio utilizador de subtis formas de suborno, com o fito de criar condições favoráveis à aceitação das suas pretensões nos palcos onde decisões importantes eram tomadas»<sup>52</sup>. E os seus intentos passavam, em grande medida, pelas decisões da Santa Sé. De facto, este tipo de actuação foi recorrente e encontra-se bem documentado na correspondência de D. Afonso conservada no Archivio Segreto Vaticano. Apenas para acrescentar outro exemplo, na missiva dirigida ao cardeal Aldobrandini, em que dá conta do donativo de cinco mil cruzados ao papa para financiamento da guerra contra o Turco, D. Afonso não perde a ocasião para solicitar a mercê de duas dispensas

Silva y Figueroa e D. frei Aleixo de Meneses, in LOUREIRO, Rui Manuel e RESENDE, Vasco (coord.) – *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentários» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2011. p. 246.

<sup>51</sup> Carta de D. Afonso de Castelo Branco ao colector de Portugal, Fábio Biondi patriarca de Jerusalém. Outubro de 1597. ASV, *Fondo Confalonieri*, vol. 39, fl. 44. Publ. PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra..., *cit.*, p. 236.

<sup>52</sup> PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra..., *cit.*, p. 235.



de parentesco para familiares seus<sup>53</sup>. O bispo de Coimbra não deixava, assim, de aproveitar as oportunidades que se lhe ofereciam em proveito das suas causas.

Os códigos políticos e de etiqueta praticados por D. Afonso de Castelo Branco terão procedido da sua convivência na corte régia, antes e após a crise dinástica, onde foi adquirindo experiência na gestão das redes clientelares. De igual modo, nos meios de elite por onde se moveu pôde partilhar de uma cultura material que, ao longo do século XVI, se foi tornando mais cosmopolita com a incorporação nos hábitos de consumo de uma miríade de novos objectos e de matérias-primas provenientes de diversas partes do mundo. Atento às oscilações do gosto e ao mercado, o bispo-conde de Coimbra serviu-se da cultura material como instrumento da diplomacia eclesiástica que praticou de forma inteligente. O investimento em ofertas exclusivas garantia-lhe o reconhecimento do seu prestígio e estatuto, procurando alcançar, deste modo, as desejadas boas relações com a corte papal.

### **Fontes manuscritas – correspondência de D. Afonso de Castelo Branco**

#### Archivio Segreto Vaticano

*Fondo Segreteria di Stato*, Portogallo 10, fl. 76v, 223.

*Fondo Segreteria di Stato*, Portogallo 6, fl. 146, 161, 256, 265.

*Fondo Confalonieri*, Vol. 31, Tomo 5, fl. 77, 132, 141, 173.

*Fondo Confalonieri*, vol. 39, fl. 44, 46, 66, 77, 85, 198, 358, 394, 427.

---

<sup>53</sup> Carta do bispo conde D. Afonso de Castelo Branco ao cardeal Aldobrandini, 20 de Abril de 1596. ASV, *Segreteria di Stato*, Portogallo 6, fl. 146.



## Bibliografia

- ALMEIDA, Fortunato – *História da Igreja em Portugal*. Lisboa: Livraria Civilização Editora, 1968, vol. II.
- BLUTEAU, Rafael – *Vocabulário Portuguez e Latino*. Coimbra: No Colégio das Artes da Companhia de Jesus, 1712-1728, vol. II e V.
- BORSCHBERG, Peter – O comércio de âmbar cinzento asiático na época moderna (séculos XV a XVIII). *Oriente* 8 (2004) 3-25.
- BORSCHBERG, Peter – O comércio, uso e falsificação dos bezoares de porco-espinho na Época Moderna (c. 1500-1750). *Oriente* 14 (2006) 62-77.
- BORSCHBERG, Peter – The Euro-Asian trade in bezoar stones (approx. 1500-1700) in NORTH, Michael (ed.) – *Artistic and cultural exchanges between Europe and Asia, 1400-1900: rethinking markets, workshops and collections*. Aldershot: Ashgate, 2010, p. 29-43.
- CASTELLANI, Giuseppe – Agnus Dei. *Enciclopedia italiana de scienze, lettere e arte*. Roma: Istituto della Enciclopedia Italiana, 1929-1939, vol. 1, col. 901-902.
- COSTA, João Paulo Oliveira e (coord.), *História da Expansão e do Império Português*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2014.
- DANTE, Enrico – Agnus dei. *Enciclopedia Cattolica*. Città del Vaticano: Ente per l'Enciclopedia Cattolica e per il libro cattolico, 1948-1954, vol. 1, col. 490-491.
- DUGAN, Holly – *The ephemeral history of perfume. Scent and sense in Early Modern England*. Baltimore: The Johns Hopkins University Press, 2011, p. 126-153.
- GARCÍA GARCÍA, Bernardo – Regalos diplomáticos y bienes suntuarios en la corte española (1580-1665), in GARCÍA SANTO-TOMÁS, Enrique (ed.) – *Materia crítica: formas de ocio y de consumo en la cultura áurea*. Madrid: Universidad de Navarra, Iberoamericana, Vervuet, 2009, p. 213-251.
- GSCHWEND, Annemarie Jordan – As maravilhas do Oriente: colecções de curiosidades renascentistas em Portugal, in SILVA, Nuno Vassallo e (ed.) – *A herança de Rauluchantim*. Lisboa: Museu de São Roque, 1996, p. 82-127.



- MARQUES, Cátia Teles e – *Nos bastidores da liturgia tridentina. O Mobiliário Monumental e as Sacristias em Portugal do século XVI ao XVIII*. Lisboa: [s.n.], 2007. Dissertação de Mestrado em História da Arte Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa. 2 vol.
- MARQUES, Cátia Teles e – *A sacristia e a encomenda episcopal em Portugal no período da Reforma Católica. O caso da Sé de Coimbra e o patrocínio do bispo D. Afonso de Castelo Branco*. Lisboa: [s.n.], 2013. Tese de Doutoramento em História da Arte Moderna apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.
- MASCARENHAS, Jerónimo de – Oração exhortatoria e panegirica (1639) in ALMEIDA, Fortunato – D. Jorge de Almeida e D. Afonso de Castelo Branco, bispos de Coimbra. *O Instituto*, N.º 71 (1924) 57-64.
- MIRANDA, Salvador – *The Cardinals of the Holy Roman Church*. Última actualização em 22 de Junho de 2014 (<http://www2.fiu.edu/~mirandas/cardinals.htm>, consultado em 2014.06.23).
- MOREIRA, Rafael – A importação de obras de arte em Portugal no século XVI, in CURVELO, Alexandra et al (coord.) - *Da Flandres e do Oriente. Escultura importada: colecção Miguel Pinto*. Lisboa: Instituto Português de Museus; Casa -Museu Dr. Anastácio Gonçalves, 2002, p. 11-21.
- PAIVA, José Pedro – A diocese de Coimbra antes e depois do Concílio de Trento: D. Jorge de Almeida e D. Afonso Castelo Branco in *Sé Velha de Coimbra: culto e cultura*. Coimbra: Catedral de Santa Maria de Coimbra, 2005, p. 225-253.
- PINTO, Carla Alferes – Presentes ibéricos e «goeses» para ‘Abbas I: a produção e consumo de arte e os presentes oferecidos ao Xá da Pérsia por D. García de Silva y Figueroa e D. frei Aleixo de Menses, in LOUREIRO, Rui Manuel e RESENDE, Vasco (coord.) – *Estudos sobre Don García de Silva y Figueroa e os «Comentários» da embaixada à Pérsia (1614-1624)*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar, Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2011, p. 245-278.
- Por terras de Portugal no século XVI. Bartolomé de Villalba y Estaña, Gianbattista Confalonieri*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002.



- SÁ, Isabel dos Guimarães – The uses of luxury: some examples from the Portuguese courts from 1480 to 1580. *Análise Social*, Vol. XLIV N.º 192 (2009) 589-604.
- SILVA, Nuno Vassallo e – Subsídios para o estudo do comércio das pedras preciosas em Lisboa, no século XVI, Separata do *Boletim Cultural da Assembleia Distrital de Lisboa*, III Série N.º 91 (1989) 2.º tomo.
- SILVA, Nuno Vassallo e – O culto da porcelana chinesa em Portugal. *Artes & Leilões* N.º 6 (1990) 23-32.
- SILVA, Nuno Vassallo e – A recepção de objectos de arte orientais em Portugal (notas para o seu estudo), in SILVA, Nuno Vassallo e (coord). – *No caminho do Japão. Arte oriental nas colecções da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa*. Lisboa: Santa Casa da Misericórdia, 1993, p. 15-22.
- SCALLA, Mirella. 1985. Aspetti teorici della committenza negli *Annales Ecclesiastici* di Cesare Baronio in MAIO, Romeo De Maio et al. (coord.) – *Baronio e l'arte : atti del Convegno internazionale di studi: Sora, 10-13 ottobre 1984*. Sora: Centro di studi sorani Vincenzo Patriarca, 1985, p. 261-287.
- THURSTON, Herbert – Agnus Dei. *The Catholic Encyclopedia*. New York: Robert Appleton Company, 1907, vol. I (<http://www.newadvent.org/cathen/01220a.htm>, consultado em 2014.06.22)
- Treccani L'enciclopedia italiana*. [s.l.]: Istituto Treccani. (<http://www.treccani.it/>, consultado em 2014.06.23).
- VENTURELLI, Paola – Splendore e ornamento. Oggetti e materiali preziosi tra Carlo e Federico Borromeo in BISCOTTINI, Paolo (coord.) – *Carlo e Federico: la luce dei Borromeo nella Milano spagnola*. Milano: [s.n.], 2005, p. 123-134.







# A biblioteca de D. Inácio de Santa Teresa, um bispo jacobeu, entre 1721 e 1751

Ana Ruas Alves

Centro de Estudos de História Religiosa

anaruasalves@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 12.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 02.11.2014

## *Resumo/Abstract:*

O estudo tem como objetivo seguir o itinerário literário de D. frei Inácio de Santa Teresa, arcebispo de Goa e mais tarde bispo do Algarve, para a partir dos seus livros traçar o paradigma catequético “os meios para aquele fim: arrancar vícios, abraçar as virtudes”. O prelado pertenceu a um elenco de bispos que se salientou pelo rigorismo procurando, pela via de uma vida perfeita e de oração mental, plantar nas suas áreas de influência o amor a Deus.

This work intends to follow the literary itinerary of D. frei Inácio de Santa Teresa, archbishop of Goa and later bishop of Algarve, in order to draw his catechetical paradigm from the books he owned “the means to that end: tear vices, embrace the virtues”. The prelate belonged to a group of bishops, who distinguished themselves by their rigourism seeking, through the path of a perfective life and mental prayer, to seed the love of God within their areas of influence.

## *Palavras chave/Keywords:*

Jacobeia; Oração mental; Bispos; Místicos; Parenética; “Livraria”.

Jacobeia; Mental prayer; Bishops; Mystics; Parenesis; Library.

---

\* DGARQ – Manuscrito Livraria 1816 – *Estado do estado da India obra posthuma d exmo, e Revermo Sr. D. Ignacio de Santa Thereza Arceb de Goa, e depois do Algarve*, fl. 60.



## 1. Introdução

D. frei Inácio nasceu no Porto, tomou o hábito dos cônegos regrantes de Santo Agostinho no mosteiro de Grijó; integrou o Colégio de Santa Cruz e ingressou na Universidade, onde viria a doutorar-se em Teologia em 1711<sup>1</sup>. O ambiente em que viveu proporcionou-lhe o convívio com uma elite de intelectuais que defendiam uma vida rigorosa e mística, sob a égide da jacobea, um movimento renovador da vida religiosa que surgiu no alvor do século XVIII, em Coimbra. O prelado mostrou capacidade de liderança, engenho e eficácia nas suas práticas em Coimbra o que levou frei Gaspar de Encarnação a aconselhar D. João V a indigitá-lo para a arquidiocese de Goa (6 de Dezembro de 1720, sagrado por Clemente XI a 3 de Fevereiro de 1721)<sup>2</sup>, e para a diocese de Faro (1740, onde entrou a 29 de Novembro de 1741)<sup>3</sup>. Pertenceu a um elenco de bispos que se salientou pelo rigorismo procurando, pela via de uma vida perfeita e de oração mental, plantar nas suas áreas de influência o amor a Deus. Seguiu métodos e estratégias de disciplinamento que revivesciam os ideais tridentinos. A sua praxis valeu-lhe o antagonismo por parte das congregações e das missões que encontrou no Estado da Índia. De tal forma que foi enredado por dois jesuítas num processo inquisitorial, sob acusação de blasfémia<sup>4</sup>. O rigor adotado aproximava-o de Quesnel e das ideias jansenistas que, contudo, nunca perfilhou. A ambiência política e religiosa de Goa iriam marcar profundamente a sua linha de conduta. Se por um lado, distante da Coroa, o prelado teria que controlar as instituições políticas para assumir o papel que lhe fora destinado pelo rei, na união do Estado com a Igreja, por outro, teria que conviver com um

<sup>1</sup> ALVES, Ana Ruas – “*O Reyno de Deos*” ..., *cit.*, AUC – Autos e graus, Vol. 54 IV/I-D, 1,1,54, 1.º cad., fl. 15v.

<sup>2</sup> DGARQ – Manuscritos da Livraria 577 – Vida do Ex.mo e Re.mo Senhor D. Ignacio de Santa Teresa Conego Regular, Arcebispo de Goa e Bispo do do Algarve Escripta por D. Ign. Da B.M., fl. 4v.

<sup>3</sup> ALVES, Ana Ruas – “*O Reyno de Deos e a sua Justiça*”, *Dom frei Inácio de Santa Teresa (1682-1751)*. Dissertação de Doutoramento em História da Época Moderna apresentada na FLUC, 2012, p. 249.

<sup>4</sup> ALVES, Ana Ruas – “*O Reyno de Deos*” ..., *cit.*, p. 223-248 e SOUZA, Evergton Sales – *Jansénisme et réforme de l'Église dans l'empire portugais 1640 à 1790*. Paris: Centre Culturel Calouste Gulbenkian, 2004.



meio multirreligioso onde o hinduísmo, e o islamismo se entrosavam com o cristianismo, o que para ele era inaceitável.

A cultura elitista barroca é seduzida pelo fascínio da palavra, tornando-se esta fundamental na formação do clero<sup>5</sup>. O poder de decisão que caracterizou o prelado reside na forma como usou a palavra.

Por conseguinte, o objetivo deste estudo é seguir o itinerário da literatura religiosa à disposição de D. frei Inácio de Santa Teresa e indagar até que ponto ela serviu de inspiração catequética e pedagógica durante a sua governação, quer na arquidiocese de Goa quer na diocese de Faro<sup>6</sup>. A partir dos títulos existentes na biblioteca de *S. Ignes* e de *Panchim* procurou-se entender o paradigma seguido pelo prelado durante a vida<sup>7</sup>. Crê-se que a sua forte componente intelectual teve um papel fundamental no apostolado, na ação concreta como vigilante na condução das suas ovelhas. A palavra determina a capacidade social e a competência a uma determinada situação como afirma Pierre Bourdieu<sup>8</sup>. Assim, partiu-se para a análise da biblioteca com o intuito de observar até que ponto a reinterpretação dos livros litúrgicos, dos textos catequéticos e da literatura piedosa refletem a renovação espiritual.

Em anexo está o rol de livros existentes na biblioteca privada de D. frei Inácio que se compulsou na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra (Reservados). A partir da análise de alguns títulos referenciados na pastoral do arcebispo chegamos ao possível arquétipo adotado na sua governação.

## 2. Os livros e o modelo adotado

Os princípios jacobeus tinham como propósito observar meticulosamente os preceitos religiosos do catolicismo entre o clero e os seculares, adequar os costumes das populações à ética cristã, aprofundar uma piedade mais

<sup>5</sup> MARQUES, João Francisco – “Introdução”, in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000, vol. II, p. 9-12.

<sup>6</sup> SANTOS, Zulmira – “Literatura Religiosa: Época Moderna” in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa*. Lisboa: Círculo dos Leitores. 2001, vol. 4, p. 125-130.

<sup>7</sup> BGUC – cod. 1524, 293-293v.

<sup>8</sup> BOURDIEU, Pierre – *Langage et pouvoir symbolique*. Paris: Editions du Seuil, 2001, (préface de John B. Thompson), p. 60.



espiritual e interior do que ritualista. Cabia aos bispos o controlo do seu rebanho. Como é que o prelado concretizava a observância dos preceitos religiosos? Como é que controlava os seus súbditos? De que modo evangelizava a sua diocese? Quais seriam os livros ou manuais onde se inspiraria para adaptar à realidade governativa da arquidiocese de Goa?

A prédica utilizada necessitava de um discurso escorreito e claro para transmitir a palavra de Deus aos fiéis no sentido da salvação das suas almas. A biblioteca de D. frei Inácio de Santa Teresa em Goa era composta por 197 livros (116 na livraria de Panchim e 81 na de S. Inês, tabelas 1 e 2, em anexo)<sup>9</sup>. Do ponto de vista temático, a biblioteca pode dividir-se em direito canónico, teologia, oratória sacra, hagiografias, história, poesia, medicina (a *Lus da Medicina* de Cabreira) e matemática (os *Principia* de Newton).

Destaca-se do catálogo: *Controversia sobre os Ritos Malabaricos do Padre Brandolini* visto o tema ser essencial para o entendimento dos ritos dos gentios, para se proceder à sua conversão e se delinear uma política catequética. No modelo que o prelado adotou há uma evidente tendência para os núcleos religiosos de Espanha ligado aos Carmelos de Granada e de França. Sublinham-se autores como Frei Luís de Granada, cujas obras não estão identificadas, embora tenha sido o difusor do verdadeiro espírito da oração mental<sup>10</sup>; mestre S. João de Ávila; Sor Maria de Jesus Ágreda, María Coronel y Arana; padre António Vieira; padre Bartolomeu de Quental; padre Soares; José Anchieta; S. Francisco de Sales; Santo Agostinho e S. Tomás de Aquino entre outros (embora não se aproximassem da jacobea).

As hagiografias e as obras de grandes nomes da Igreja terão sido importantes na prática evangelizadora e no controlo da formação e conduta da classe sacerdotal, regular e secular sob a salvaguarda do arcebispo<sup>11</sup>. Os religiosos elencados estavam ligados à *devotio moderna* cuja atitude pastoral é vincada por uma vivência baseada nas Sagradas Escrituras,

<sup>9</sup> BNP – cod. 1524, fl 294 e 294v, códice que indica todos os bens que D. Frei Inácio de Santa Teresa deixou na sua arquidiocese de Goa. BGUC – cod. 1524, 293-293v.

<sup>10</sup> TAVARES, Pedro – *Beatas, Inquisidores e Teólogos, Reacção Portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto: Edição do Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade, 2005, p. 33.

<sup>11</sup> COSTA, Elisa Maria Lopes da – “A Jacobea achegas para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal setecentista” in *Arquipélago, História*, 2.ª série, XIV-XV (2010-2011), 31-48.



à defesa da oração mental (meditação e contemplação) e à direção espiritual, ligada à reforma da Península Ibérica<sup>12</sup>. Os referidos autores apelavam constantemente para uma prática afetiva e interior, dominada pela força do espírito e da comunhão da alma com Deus<sup>13</sup>, prática que D. frei Inácio tornou obrigatória na formação do clero.

Dos livros do catálogo não se sabe quais foram comprados ou oferecidos. A diversificação de obras de teologia moral revela a preocupação em preparar o clero como cura de almas. Os títulos mostram as qualidades que o arcebispo procurava para seu paradigma, nomeadamente, nas narrativas de vida dos santos e mártires (tabela 1). Após o Concílio de Trento este tipo de literatura divulgou-se com o objetivo de inspirar para uma vida pia. As hagiografias constituíam o espelho e o modelo para uma vida sem vícios<sup>14</sup>. Proliferava por toda a Espanha livros sobre S. Francisco Xavier, S. Francisco de Borja, Santa Teresa<sup>15</sup>. A “literatura de espelhos” sugeria padrões ideais de comportamento<sup>16</sup>. O arcebispo dá-nos como exemplo, no *Estado da Índia*, o papel de D. João III na reforma do reino, enviando para as suas *Conquistas*, “hum Santo Xavier, e otros varões Religiosos insignes em virtude, letras, e zello da Salvação das Almas”<sup>17</sup>. Noutra passagem menciona que São Francisco Xavier se queixara ao rei das “muitas injustiças” naquele Estado, pelo que podemos inferir que o livro sobre o dito santo, existente no catálogo, tinha sido alvo da sua leitura<sup>18</sup>.

Em suma, as narrativas hagiográficas foram importantes para concertar o novo arquétipo episcopal desenvolvido a partir de meados do século XVII.

<sup>12</sup> GOUVEIA, António Camões – “Dor e Amor em Frei Tomé de Jesus, Apontamentos para uma leitura e algumas interpretações”. (Provas Públicas de passagem de Assistente Estagiário a Assistente, na F.C.S.H. da U.N.L., 1985), in *Estudos em homenagem a João Francisco Marques*, p. 45-64. (pdf).

<sup>13</sup> DIAS, José Sebastião da Silva – *Correntes do sentimento religioso em Portugal (Séculos XVI a XVIII)*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 1960, p. 322-323.

<sup>14</sup> HALICZER, Stephen – *Between Exaltation and Infamy*. New York: Oxford University Express, 2002, p. 29.

<sup>15</sup> Cf. *Idem*, p. 32.

<sup>16</sup> PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal e do Império. 1495-1777*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006, p. 139.

<sup>17</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816, fl. 39v.

<sup>18</sup> Cf. *Idem*, fl. 39v.



O título *Curso de Moral Salmaticense* reunia uma recompilação da doutrina onde se estabeleciam os princípios sólidos da moral cristã e evangélica que auxiliava os confessores e diretores de consciência a obter “las reglas de la mas sana doctrina”<sup>19</sup>. O uso amiúde da confissão era um dos preceitos mais utilizados pelos jacobeus, o que exigia aos confessores um perfeito conhecimento daquele sacramento. Os bispos avaliavam e indicavam as obras auxiliares, de forma que manuais de confessores e catecismos tornar-se-iam um recurso precioso.

Os *Verdaderos entretenimientos del glorioso Señor S. Francisco de Sales*, o mesmo autor da *Introdução à Vida Devota*, apelava para a oração mental, ou seja, para o caminho da interiorização e diálogo com Deus, como a definia S. Gregório de Nissa “um colóquio e comunicação da alma com Deus”, ou como Santo Agostinho e S. João Damasceno “um voo ou elevação do espírito para Deus”<sup>20</sup>. Esta prática da oração foi seguida por todos os defensores da oração mental, onde se inclui o arcebispo. Insere-se no pensamento místico, no sentido em que a oração era uma conversa secreta de coração para coração; como indicava S. Francisco de Sales é um “maná secreto porque se oculta à luz de qualquer ciência e na solidão mental”<sup>21</sup>. Os *Entretenimientos* mostravam a forma de conduta a seguir pelos jovens e delineavam o carácter e o espírito que um bom sacerdote devia adotar<sup>22</sup>. Conclui-se que o humanismo devoto do santo terá tido grande influência na prédica do arcebispo.

*A Mística Cidade de Deus*, de Sor Maria de Jesus Ágreda, encontra-se no rol. A carmelita foi objeto de raptos, visões e feitos maravilhosos, que criaram em torno dela uma religiosidade de prodígios<sup>23</sup>. Qual terá

<sup>19</sup> *Compendio Moral Salmaticense Segun la Mente del Angélico Doctor en el quel se Reduce a Mayor Brevedad el que en lengua latina publicó el R. P. Frei Antonio de San Joseph, Lector y Prior que fue en el Colegio de Burgos, Exáminador Sinodal de este Arzobispado y Procurador general en la Curia Romana por la Congregacion, de los Carmelitas Descalzos de España*, En Pamplona: En la Imprensa de Joseph de Rada, 1805.

<sup>20</sup> SALES, S. Francisco de – *Tratado de amor de Deus* / revista pelo Pe. Augusto Durão Alves, (3ª edição). Porto: Livraria Apostolado da Imprensa, 1958, p. 246.

<sup>21</sup> Cf. *Idem*. p. 247.

<sup>22</sup> SALES, Saint François de – *Les Entretiens*, p.1. (<http://www.abbaye-saint-benoit.ch/bibliotheque.ht>, consultado a 19/04/2011).

<sup>23</sup> ALCALÁ, Ángel y outros – *Inquisición Española y Mentalidad Inquisitoria, Ponencias del Simposio Internacional sobre Inquisición*. Barcelona: Editorial Ariel, S. A., 1984,



sido a influência da sua obra na vida de D. frei Inácio de Santa Teresa? A sua piedade e visões sobre as conversões dos índios e em especial sobre *A Vida da Virgem* que acabara de escrever na época (1650) foram objeto de análise pela Inquisição de Logroño, porém, os ministros do Santo Ofício nada encontraram contra a fé<sup>24</sup>. O enfoque sobre a vida de Maria, de acordo com o testemunho da religiosa, revela os dados que lhe foram prescritos, em momentos de transe, pela própria Mãe de Jesus. Nela, a Virgem é transformada numa figura excelsa acompanhada, em atos da sua vida, por legiões de anjos e arcanjos, comandados por S. Miguel, a que se juntavam, por vezes, profetas e sacerdotes. É difícil avaliar o modo como os pensamentos de Sor Maria de Jesus Ágreda influenciaram o arcebispo, no entanto, as visões e o maravilhoso poderão tê-lo fascinado. Demonstra-se que foram objeto da sua análise nas *Pérolas Orientais*, dedicadas a D. João V, onde colocou as meditações místicas em texto, como se comprova no prólogo quando refere que não traduziu obra (como lhe haviam pedido) por achar que a língua castelhana era de fácil entendimento, daí “reduzir a vasta matéria daquela copioza, e celestial historia, a humas meditações pijs”<sup>25</sup>. Os reformadores místicos dos carmelitas, no século XVI, observavam os mesmos princípios orientadores da oração mental, do rosário, da leitura espiritual, da vida contemplativa e outros exercícios religiosos adotados pelo prelado que vivia uma vida austera de penitência e renúncia para fazer reparação de todos os pecados e implorar o perdão de Deus. É, pois, dentro deste panorama que se parte da possibilidade da carmelita ter tido um papel importante nas leituras do primaz de Goa.

Encontra-se na biblioteca, mas sem os títulos referenciados, o Mestre de Ávila, São João da Cruz, o que justifica que a produção e transmissão de literatura de espiritualidade começa a ter grande aceitação em Portugal, principalmente, entre os reformadores, daí entre os livros aparecer também o título, *O Manual dos Padres Espirituais*<sup>26</sup>. S. João da Cruz procurava a renovação da cristandade através da formação do clero baseada em

p. 434-460; *Mística Ciudad de Dios*, (<http://www.stjosephpublications.com/download/PDF/cdd1.pdf>, consultado em 20 de Março de 2014).

<sup>24</sup> ALCALÁ, Ángel e outros – *Inquisición Española...*, ob. cit., p. 444-445.

<sup>25</sup> DGARQ – *Conselho Geral do Santo Ofício*, Liv. 313, s/ numeração.

<sup>26</sup> TAVARES, Pedro – *Beatas, Inquisidores e Teólogos...*, cit., p. 3; p. 54-59.



práticas pedagógicas humanistas e morais. Os seus escritos eram tratados fundamentais por apresentarem clareza e sabedoria clássica e cultivarem os valores de uma vida interior, virtuosa e asceta, procurando a perfeição espiritual e enfatizando o conhecimento próprio como caminho de união com Deus. Nos poemas apresentava uma grande dinâmica relacional com Deus/Cristo/Amado. Compreende-se que faça parte das escolhas do prelado.

Da biblioteca merece também atenção a obra *Flores del Carmelo*. A *Primer Flor del Carmelo*, de Pedro Calderón de La Barca, era um auto de representação, em poema de louvor a Maria, que utilizava figuras alegóricas para doutrinar. De um modo geral, seguia a temática religiosa como a vida dos patriarcas e figuras importantes do Antigo Testamento; os santos com seus milagres; o fim do mundo e o juízo final; mas o assunto mais recorrente era o das virtudes cristãs, sobre os sete pecados capitais<sup>27</sup>. Da *Primer Flor del Carmelo*, versos 317 a 334 pode avaliar-se a importância pedagógica do texto:

“(…) ando discurriendo siempre  
cómo vendrá, cuando venga,  
el prometido Mesías,  
que ahora sólo se deja  
ver en figuras y sombras,  
como son la escala de bella  
de Jacob, la zarza viva  
de Moisés, el haz de leña  
de Isaac, el rocío cuajado  
de Gedeón y la niebla  
de Elías, sin otras muchas,  
de quien hablan los profetas,  
que en el seno de Abraham  
depositados esperan,  
en fe de Cristo venturo,  
a que abra el cielo sus puertas”<sup>28</sup>.

<sup>27</sup> NEVES, Auricléa Oliveira das – *La primer flor del Carmelo, um auto en louvor a María*, p. 360-367.

<sup>28</sup> Caldéron de La Barca, Pedro – *La primer flor del Carmelo, um auto em louvor a Maria*, Biblioteca Virtual Universal, 71136, PDF, p. 10.



A alusão a Jacob revela a importância da mística perpetuada pelo grupo denominado jacobeu, a entrada no céu subentendia a salvação das almas<sup>29</sup>.

Os *Sermões do padre António Vieira* faziam parte das duas bibliotecas, o gosto pela eloquência e a admiração pelo padre foi registado pelo arcebispo como “o nosso Cicero Portuguez, o grande Vieira”<sup>30</sup>. O jesuíta fora preso pela Inquisição, teve que defender-se da acusação que lhe fora imputada. Tendo o prelado enfrentado um problema semelhante é provável o gosto pelos sermões vieirinos. Poderá ser também uma das possíveis explicações sobre a existência de uma *Apologia a favor do Padre António Vieira*, de Soror Margarida Inácia, no rol de D. frei Inácio<sup>31</sup>. Na livraria de S. Inês existia a *História do Futuro* cujas ideias messiânicas e proféticas foram alvo do processo inquisitorial. A hermenêutica utilizada nesta obra tinha como principal objetivo a “conquista do mundo, seguida da conversão de outros povos e do estabelecimento da paz universal sob a égide da Igreja”<sup>32</sup>. Evocado muitas vezes nas pastorais pelo arcebispo, Vieira outorgaria o modelo da exegese bíblica literal, mística e alegórica com vista à formação moral<sup>33</sup>.

<sup>29</sup> PAIVA, José Pedro – *Os Bispos de Portugal...*, cit.; SILVA, António Pereira da (O.F.M.) – *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII. História, religião e política nos reinados de D. João V e de D. José I*. Braga: Tip. Editorial Franciscana, 1964, p. 37-39; SOUZA, Evergton Sales – *Jansenismo...*, cit., p. 189-190; Ver também *Epítome da vida do veneravel servo de Deus, Fr. Francisco da Anunciação*, Mç. CIV/1-46 fl. 9v. e consultar ainda, os artigos de COSTA, Elisa Maria Lopes da – “A Jacobeia, achegas para a história de um movimento de reforma espiritual no Portugal setecentista”, *Arquipélago História*, 2.ª série, XIV-XV (2010-2011) 31-48; e “Nótulas para o estudo da Jacobeia”, *Bracara Augusta*, vol. 43 (1992) 375-407; BLUTEAU, Raphael – *Vocabulário Portuguez e Latino, Aulico, Anatomico, Architectonico, Bellico, Botanico, Brasilico, Comico, Critico, Chimico, Dogmatico*. Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Iesu, 1712-1721, 8 vol., tomo I; SOTTO MAYOR in *Conimbricense*, n.º 2374 de 24-4-1870, p. 1. ALMEIDA, Fortunato de – *A História da Igreja em Portugal*. Coimbra, 1915, tomo III, parte II, p. 766-795; MONCADA, Luís Cabral de – “Mística e racionalismo em Portugal no século XVIII”, *Boletim da Faculdade de Direito*, n.º 28 (1952) 1-98; CASTRO, Zília Osório “Jacobéia” in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário História Religiosa...*, cit., 2001, vol. 4, p. 5-10; SANTOS, Zulmira – “Luzes e Espiritualidades”..., cit., vol. II, p. 38.

<sup>30</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816..., cit., fl. 49.

<sup>31</sup> BNP – cod. 1524, fl. 294 e 294v; BGUC – cod. 1524, 293-293v.

<sup>32</sup> BETHENCOURT, Francisco – “Tempos Humanos em Busca de Deus” in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa de Portugal*, Lisboa: Círculo dos Leitores, 2000, vol. II, p. 86.

<sup>33</sup> MARQUES, João Francisco – “A Palavra e o Livro: Literatura de Espiritualidade” in AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *História Religiosa I*, p. 438.



Não surpreende a plausível admiração pelo pregador que, por um lado, atraía os fiéis com a sua teatralidade e, por outro, era amado pelas elites.

Outro jesuíta focado pelo prelado foi o italiano Paolo Segneri (Pablo Señeri) que seguia a via da naturalidade para onde progredia a retórica moderna, empenhada em demonstrar a verdade e estigmatizar o erro<sup>34</sup>. As três obras elencadas: o *Mana da Alma*, *Cristãos Instruídos* e *Incrédulo* auxiliariam a missão e a pregação que seriam, porventura, duas das maiores preocupações do prelado. O *Mana da Alma* seguia o discurso do medo, do temor do Inferno, mostrando assim, aos homens o perigo que corriam<sup>35</sup>. A prédica utilizada nas três obras visava essencialmente a formação do clero mas também contemplava o disciplinamento das consciências<sup>36</sup>. A obtenção da graça era essencial, faziam-se constantes apelos aos cristãos para se confessarem, o que se conjugava com a matriz dos jacobeus. O arcebispo utilizou o mesmo tipo de prédica: “Teme e acovarda-se o peccador ao entrar nos perigos, porque sabe, se o colher naquelle estado a morte, consequentemente o recolherá para sempre o Inferno... (...)”<sup>37</sup>.

Dos livros consta o título: “De bem morrer” do jesuíta Estêvão de Castro. A obra leva-nos diretamente à confissão para a remissão dos pecados e preparação da morte, uma vez que era através dela que se obtinha a graça tão proclamada pelos jacobeus. O homem ia ao encontro de Deus através da penitência; era necessário que todos os sacerdotes fossem bem doutrinados para poderem praticar o terceiro sacramento. Zulmira Santos refere que Estêvão de Castro, em *O Breve Aparelho e modo fácil para ajudar a bem morrer um cristão* (1621), retoma tópicos dos manuais dos confessores mostrando a preocupação de uma boa confissão<sup>38</sup>. As pastorais e os escritos

<sup>34</sup> Cf. *Idem*, p. 438.

<sup>35</sup> SEGNERI, Paolo – *Mana del Alma, O Exercicoi Fácil y Provechoso para Quien Desea Dar se de Algum Modo a la Oracion Propuesto por el M.R.P. Pablo Señeri, de la Compañia de Jesus*. Madrid: Herederos de Antonio Román, Año de 1701, parte II, p. 4.

<sup>36</sup> Sobre o discurso do medo destacam-se as obras: DELUMEAU, Jean e MELCHIOR-BONET, Sabine – *De religiões e de homens*. São Paulo: Edições Loyola, 2000; DELUMEAU, Jean – *Le Péché et la Peur, la culpabilisation en Occident XIII-XVIII siècles*. Paris: Fayard, 1983; DELUMEAU, Jean e Monique Cottret – *Le catholicisme entre Luther et Voltaire*. Paris: P.U.F., 6.<sup>a</sup> edição, 1996.

<sup>37</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816, fl. 86.

<sup>38</sup> SANTOS, Zulmira – “Entre a “Doutrina” e a Retórica: Os Tratados sobre os Quatro Novíssimos (1622) de Frei António Rosado O. P. in *Os «Últimos Fins» na Cultura Ibérica (XV-XVIII)*, *Revista Faculdade Letras – Línguas e Literaturas*, Anexo VIII (1997) 161-172.



do primaz de Goa refletem essa preocupação: “Receitem os confessores aos mayores pecadores do mundo, e submergidos, que estejam no peccado mais difficil da emenda, (...) meia hora, ou hum só quarto todos os dias de meditação, ou contemplação, e verão, mediante a Divina graça, effeitos della prodigiosos, e milagrosos”<sup>39</sup>. Espelhava deste modo, o cuidado com a prática da oração mental na absolvição dos pecados.

Achou-se por bem juntar, aos livros de índole espiritual, a *Arte de ingenio, tratado de la agudeza* de Lourenço Gracian, jesuíta, porque incidia sobre a dialética. No discurso XXXV, *De la Acolucia Y Trabaçón de los Discursos*, Gracian escreveu que “el arte de hallarla sería el ultimo primor de la sutileza”<sup>40</sup>. Terá sido determinante como auxiliar na produção dos textos do arcebispo.

“Nova Floresta...”, do padre Manuel Bernardes, foi usada pelo prelado<sup>41</sup>:

“o Veneravel Padre Bernardes na sua Horesta, que perguntando, porque colhia sempre melhores, e mais copiozos fructos, que os outros, respondeo = Porque tenho os tempos, como quero. E perguntando de novo, como podia isto ser, respondeo 2ª vez = Quero, o que Deos quer o que o mesmo dito Padre no mesmo lugar confirma com a auctoridade de Sto Agostinho= (...) Que o Reyno do Ceo padece força, e que só o conseguem, os que a fazem a si mesmos. Já sabem que pelo Reyno do Ceo, não só se torna no Evangelho a Igreja triumphante, que no Ceo reina gloriosa, mas tambem a Igreja militante, que na terra peleja laboriosa”<sup>42</sup>.

A obra seguia o programa do rigorismo jacobeu e a problemática da evangelização dos gentios pois focava a missão de S. Francisco Xavier. O padre Manuel Bernardes deixou tratados de espiritualidade e vários guias morais sobre o pecado ou a virtude<sup>43</sup>. É interessante perceber que a escolha literária de D. frei Inácio agregava todas as congregações e missões existentes em Goa. Conclui-se, portanto, que não havia arbitrariedade, nem lia somente os mentores da sua “escola”, ou seja os textos procurados pelos

<sup>39</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816..., *cit.*, fl. 63.

<sup>40</sup> GRACIAN, Lourenço – *De Ingenio...*, *ob. cit.*, p. 1242. (Pdf)

<sup>41</sup> BERNARDES, Manuel – *Nova floresta ou silva de vários apophtegmas e ditos sentenciosos espirituais e morais*. Lisboa: Of. de Valentim da Costa Deslandes, 1706-1728.

<sup>42</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816..., *cit.*, fl. 60 e 60v. Trecho do Título III, *Da Alma*

<sup>43</sup> Como se constata no Índice da obra: BERNARDES, Manuel – *Nova floresta...*, *cit.*



jacobeus. O arcebispo rodeou-se de todos os autores que lhe pudessem dar resposta a todas as missões existentes no Oriente.

As obras de Bartolomeu do Quental como as *Meditações sobre a Vida de Cristo*, que fazia parte do catálogo, tornaram-se provavelmente incontornáveis. A *directão para a oração mental* de Quental harmonizava-se com as instruções escritas por Frei António das Chagas que recomendava a sua leitura. Também, o *Directório para a oração mental*, de Frei Manuel de Deus vai ter peso nos anos vinte do século XVIII<sup>44</sup>. A tendência para crer na corrupção integral da natureza humana, depois do pecado original, é marcante. O pessimismo antropológico aproximava-se das correntes jansenizantes<sup>45</sup>. O padre Bartolomeu de Quental, “pregador supernumerario” da Capela Real de D. João IV, e mais tarde nomeado confessor da casa real terá tido relevo na parenética do metropolitano de Goa<sup>46</sup>. No prólogo dos “Sermões” escreve o próprio padre Bartolomeu que os orienta para “práticas meramente espirituais (...) resumidas no fim de cada uma com pontos para a meditação”<sup>47</sup>. Sabe-se que na biblioteca de Panchim e na de S. Inês existem diversos Sermões sem identificação; no entanto, a obra “Meditações” está catalogada. O oratoriano tornou essenciais as meditações e o exercício da oração mental, facto a que o arcebispo não era alheio. A metodologia persuasiva de Quental observa-se também nas atitudes adotadas por D. frei Inácio na sociedade goesa de cariz tão peculiar. O sistema de castas, estranho ao mundo ocidental, era permeável ao cristianismo, pois este dava uma resposta positiva, isto é, a conversão traria privilégios:

“somente he o receyo, de que convertendo-se huns e os outros não, os convertidos hão de ser excluidos da casta pelos remanescentes (...) Pelo que se houvesse hum meyo para se converterem todos juntos,

<sup>44</sup> TAVARES, Pedro – *Beatas, Inquisidores e Teólogos...*, cit., p. 27; MARQUES, João Francisco – “A Palavra”..., cit., p. 397.

<sup>45</sup> MARQUES, João Francisco – “A Palavra”..., cit., p. 90.

<sup>46</sup> PIRES, Maria Lucília Gonçalves “O Padre Bartolomeu de Quental pregador da capela real”, *Revista da Faculdade de Letras Série “Línguas e Literaturas”*, Anexo V, Porto, 1992, p. 155-170.

DGARQ – Chancelaria de D. João IV, Liv. 26, fl. 197v.

<sup>47</sup> Cf. *Idem*. p. 158.



ou quaze, ou a mayor parte, sem duvida se conseguiria com facilidade este desejado fim”<sup>48</sup>.

Para além do problema da evangelização dos gentios havia ainda que modelar os comportamentos dos portugueses que se estabeleceram em Goa. A reforçar esta ideia está o documento escrito e intitulado pelo próprio arcebispo da seguinte forma: “Estado do Estado da Índia, meynos faceis e efficazes para o seu augmento e reforma espiritual e temporal. Tratado Politico, Moral, Juridico, Theologico, Historico e Ascético que teve principio Em dia da santissima Trindade, em que se canta o Evangelho. (...)”<sup>49</sup>.

D. frei Inácio terá comungado do discurso de Bartolomeu de Quental pois, este valorizava a oração mental como “fundamento de toda a reforma e perfeição da vida espiritual”<sup>50</sup>. As *Meditações* faziam parte dos livros escolhidos também por D. Miguel da Anunciação, outro jacobeu do círculo do arcebispo-bispo<sup>51</sup>.

*Brados do seu pastor às suas ovelhas* do franciscano D. Frei José de Santa Maria de Jesus, bispo de Cabo Verde, publicado em 1731, em Lisboa, torna-se o espelho do bispo missionário, preparava pedagogicamente o clero das missões<sup>52</sup>. A obra divide-se em duas partes “um conjunto de quarenta praticas, breves e claras para utilização dos párocos nos domingos e dias santos em que não houvesse sermão, bem como para o uso dos pais de família na instrução dos seus filhos, e hum *Espelho de Dezengano para peccadores confiados*”<sup>53</sup>. É provável que o arcebispo a tenha seguido ou, pelo menos, ela era uma referência para os párocos. O bispo de Cabo Verde tinha assumido o cargo na mesma época e ambos apreciavam as reformas do Varatojo. A obra realçava a pastoral do medo, focava vários delitos, entre eles, o da mancebia, que também foi um dos campos de batalha do prelado.

<sup>48</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816..., *cit.*, fl. 6.

<sup>49</sup> Cf. *Idem*. fl. 1.

<sup>50</sup> GONÇALVES, Maria Lucília – “O padre Bartolomeu de Quental orador da capela real”..., *cit.*, p. 162.

<sup>51</sup> MARQUES, João Francisco – “A Palavra”..., *cit.*, p. 377-447.

<sup>52</sup> TAVARES, Pedro – “Hora das Imagens da Morte na Pastoral Missionária, Os Brados do Bispo de Cabo Verde, D. Frei José de Santa Maria de Jesus (1731), *Os «Últimos Fins» na Cultura Ibérica (séculos XVII-XVIII)*, Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas, Anexo VIII, 1997, p. 237-255.

<sup>53</sup> Cf. *Idem*. p. 240.



Segundo Pedro Tavares, *Brados* tinha como objetivo incitar à oração mental e fazer frequentes apelos à confissão<sup>54</sup>, valores que uniam os dois bispos sob a égide jacobea.

As obras de índole espiritual eram leitura obrigatória como prescrevia a máxima nº 18: “Apontem-se as coisas especiais que se acham nos livros espirituais”. Esta vertente é visível na atuação de D. frei Inácio, pois ordenava que, nas freguesias e nos conventos, se fizesse “o Santo exercício da meditação, ou oração mental publica, precedendo alguma lição espiritual” como tinha introduzido “com não pequeno fructo”<sup>55</sup>. Por conseguinte, os seus livros confirmam esta sua dimensão intelectual filiada a uma moral assente no rigorismo, na mística e na oração mental ligando-o ao círculo Granadino. Um dos problemas apontados aos jacobeus foi a possível ligação a Jansénio, que ia contra a filosofia exteriorista da prédica religiosa barroca, impondo uma relação intimista com Deus através da oração mental. O jansenismo era fortemente influenciado por uma “mística de raízes agostinianas e porventura calvinistas”, o que fizera evidenciar o individualismo, acentuado já por si pela filosofia cartesiana<sup>56</sup>. Embora em Portugal não se tenham encontrado vestígios do jansenismo, Silva Dias foca que a jacobea encontra em Jansénio e Port-Royal alguma similitude mas que em nada se pode interligar estas duas visões da Igreja portuguesa<sup>57</sup>. Tese que este estudo perfilha. D. frei Inácio de Santa Teresa foi acusado de ter proferido num sermão proposições próximas de Baio e de Jansénio. Apesar dessa acusação, o arcebispo não se aproximou dos ideais jansenistas e nada teve a temer, tendo sido isento de qualquer culpa.

Em que medida os manuais referidos terão servido como auxiliares nas questões tidas com os jesuítas, os franciscanos, os oratorianos?

O que se pode afirmar é que o arcebispo conhecia bem a escola que formava as referidas congregações e ordens. Possuía livros orientadores da sua vida religiosa oriundos de todos esses quadrantes. Porém, no meio trigo

<sup>54</sup> TAVARES, Pedro – “Hora das Imagens”..., *cit.*, p. 251-253.

<sup>55</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816..., *cit.*, fl. 52v.

<sup>56</sup> DIAS, J.S. Silva – *Portugal e a Cultura Europeia (séculos XVI a XVIII)*. Separata de *Biblos*, Vol. XXVIII, Coimbra: Coimbra Editora, 1953, p. 99.

<sup>57</sup> DIAS, J.S. Silva – *Portugal e a Cultura Europeia, (Séculos XVI a XVIII)*. Porto: Campo das Letras, 2006, p. 187-188.



nasce o joio, ou seja, a ignorância por parte de alguns religiosos das missões, mais tentados pelos bens terrenos que pelos celestes, era controlada pelo metropolitano e está registada nas pastorais ou na correspondência trocada.

Por último, mas não de somenos, as Sagradas Escrituras eram parte integrante do arsenal catequético do arcebispo. Sobre a legislação do ordinário e a pregação escolheu no Antigo Testamento: o salmo dois (Sl 2) que diz respeito às duas jurisdições, a temporal e a espiritual, e sobre os infieis, no que considera à pregação da fé, “como assentão todos os escolasticos, e escripturisticos, com os Santos Padres”. Do Pentateuco, nomeadamente no Levítico (Lv 20) procurou o que ajuíza sobre as punições aos cristãos. Uma das preferências mais pertinentes foi a que diz respeito ao Deuterónimo [Dt.I (Nm 25-1-15)] que foca a proibição de idolatria<sup>58</sup>.

Do Novo Testamento, surge com mais frequência nas pastorais<sup>59</sup>:

- O Evangelho segundo S. Lucas, por distinguir a singularidade do acontecimento salvífico de Jesus Cristo que poderia transformar a vida das pessoas com reflexo nos seus comportamentos sociais: “a Igreja, e o seu Pastor universal, como Vigário, e lugar tenente de Christo na terra, tem o mesmo jus, e poder para obrigar os infieis directe a ouvirem a pregação da Fé”<sup>60</sup>.
- As Cartas de S. Paulo aos Coríntios (realçam a luta contra os abusos da igreja e a forma de os remediar)<sup>61</sup>.
- O Evangelho de São João, designadamente o que remete para a confissão, Jo 20, “ (...) se collige o preceito divino da confissão, e o jus do poder a Igreja compellir a ella a todos os fieis”.
- O Evangelho segundo São Mateus, Mt 17, explica o mistério messiânico e a transfiguração de Cristo<sup>62</sup>.

No que diz respeito à conversão dos gentios, defendeu a importância do rei no auxílio ao prelado: “Sua Magestade pode e deve obrigar aos gentios seus vasallos a assistencia da doutrina”, bem como “proibir os pagodes”<sup>63</sup>.

<sup>58</sup> Notas retiradas da *Nova Bíblia dos Capuchinhos, para o terceiro milénio*. Coimbra: Difusora Bíblica, 1998 (Coordenador geral: Herculano Alves, ofmcap).

<sup>59</sup> ALVES, Ana Ruas – “*O Reyno de Deos*”..., cit., p. 96.

<sup>60</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816..., cit., fl. 10.

<sup>61</sup> Cf. *Idem*. fl. 10.

<sup>62</sup> Cf. *Idem*. fl. 12.

<sup>63</sup> Cf. *Idem*. fl. 7.



Usou para sustentar a ideia o Novo Testamento (S. Lucas, S. João, S. Mateus e S. Paulo<sup>64</sup>) e o Antigo Testamento: “Livro 4 dos Reys lemos varios artigos, com que Deos opprimio, e ainda destruiu os Israelitas pelos cultos de falsos Deoses, e falsa Religião, que admittirão, e introduzirão por conveniencias politicas”<sup>65</sup>. Imputava ao príncipe o dever de “constranger os infieis subditos a deixar erros, e ritos, que repugnão a ley natural, e que são contrarios a fé”, com o Deuteronomio 13 e 17<sup>66</sup>.

D. frei Inácio escreveu sermões mas essa fonte, que poderia ser utilíssima para traçar o seu sentimento religioso, lamentavelmente não chegou até nós.

A biblioteca continha livros de direito Canónico, provavelmente, auxiliares no uso da aplicação e defesa da sua jurisdição ordinária. Um dos nomes de referência é Feliciano de Oliva e Sousa e o *Tratado de Foro Eclesiástico*. É muito provável que o arcebispo o tenha usado para se salvaguardar dos que se opunham à jurisdição: jesuítas, franciscanos, oratorianos, mónicas e o sufragâneo, bispo de Malaca. Este último punha em causa a jurisdição ordinária e a hierarquia institucional, o *Tratado* dava resposta a esta polémica, descrevia o tipo de relação jurídica entre um prelado inferior para com o seu superior<sup>67</sup>.

Em questões de poder temporal, o arcebispo fez uma reflexão que projeta a relação com o vice-rei; transcreve-se o que diz respeito aos costumes.

“(...) o Canon Consuetudo dist. 8, que non diz = Consuetudo sine veritate vetustas erroris est, Propter quod, relicto errore, sequamur veritatem =. E o Canon Sana dist. 10, que diz = Sana quippé ratio etiam exemplis anteponenda est = E hé certo que assim o pede a boa razão, que aos prelados nas suas igrejas se lhes dem as primeiras honras, como ordenão as leys eccleziasticas, e as cerimoniaes. E que tudo o que houver contra isto, ainda que seja estabelecido por ley e costume se reforme”<sup>68</sup>.

<sup>64</sup> Cf. *Idem*. fl. 11.

<sup>65</sup> Cf. *Idem*. fl. 19v.

<sup>66</sup> Cf. *Idem*. fl. 13.

<sup>67</sup> BGUC – Feliciano de Oliva e Sousa – *Tractatus de Foro Ecclesiae*. Conimbricæ: Ex officina Emmanuelli de Carvalho, Universitatis Thypographi, 1649-[1650], 2 vol., fls. 256v. Ver também ALVES, Ana Ruas – “O Reyno de Deos”..., *cit.*, p. 122-162.

<sup>68</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816..., *cit.*, fl. 34.



Quanto ao poder espiritual, a relação com as várias missões e ao modo como aqueles agiam de má-fé, escreveu:

“Se os prelados na realidade prevaricarem, tem difficultoso remedio, mas hé necessario proceder no credito desta prevaricação, e das accusações, que com a madura, e ponderação recomendada nos sagrados Canones =Nullam damnationem= (...) que não permite ser nenhum Bispo condemnado por menos de 72 testemunhas idoneas, e taes, que possão admittir por accusadores de hum Prelado”<sup>69</sup>.

No que diz respeito ao dever do príncipe em auxiliar o “bispo” na evangelização dos gentios, socorreu-se do cânone *de Judaeis*:

“(...) donde a Igreja prohibe aquellas coacções à Fé, não por falta de poder, ou jurisdição nos Principes para com os subditos (pois no dito canon de Judaeis louva o zello de Sisebuto Rey, e ractifica semelhante coacção feita por elle, ainda que ordena, que dali por diante se não uze della) mas pello inconvenientes, que se seguem do contrario”<sup>70</sup>.

Para sustentar as suas ideias, utilizou nas pastorais e nos registos pessoais nomes de canonistas como Pignateli, Soares, Gravanto, Arriaga, De Luca, entre outros.

O livro *Decreta omnia a Sacra Rituum Congregatione*, de Gravanto, provavelmente auxiliou-o a conviver com as missões e a estabelecer códigos de relacionamento entre ele e as diferentes congregações e ordens.<sup>71</sup>

Ao rol de livros religiosos e de direito canónico juntam-se outros que revelam o gosto abrangente do arcebispo pela história, literatura e poesia, como são a *História Universal* de Bossuet, a *Crónica de El Rei D. Afonso Henriques* de quem relata: “a Monarchia Luzitana teve seo solido, e estavel fundamento, e a sua gloriosa exaltação em dous Reys tão insígnies servos, e Protectores da Igreja, como forão o Santo Rey D. Afonso Henriques,

<sup>69</sup> Cf. *Idem*. fl. 35v.

<sup>70</sup> Cf. *Idem*. fl. 8v.

<sup>71</sup> GAVANTO, Bartolomeo – *Decreta omnia a Sacra Rituum Congregatione in Ordine ad Missam, post Missalis recognitionem: una cum observationibus, et Regulis selectis R.P.D. Bartholomaei Gavanti S. Rom. Rituum Congreg. Consultoris, perutilibus, ac necessariis, ut ritè semper celebratur: ad Laurentio Vander Hammen, & Leon fideliter excerpta, & in haec altera editione recognita, novisq[ue], & permultis, indicatis insignita, & locupletata*. Ulyssippone: ex Officina Antonio Alvarez, 1635.



e o fortunadíssimo D. Manuel o 1º, fundando 150 templos”<sup>72</sup>. A *Vida do Imperador Carlos V*, a *Peregrinação de Fernão Mendes Pinto* e as *Honras de Filipe IV*. Na poesia distingue-se *A Fénix Renascida*.

Em síntese, D. frei Inácio de Santa Teresa revelou-se um homem bem preparado, conhecedor das leis de que dispunha para governar o arcebispado. A experiência que vivenciara nos Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, em Coimbra, provavelmente fizera dele um homem exigente com sólidos conhecimentos. O seu academismo possivelmente influenciou a *praxis* que seguiu na governação, para além do espírito atreito a uma vida beata assente no rigorismo jacobeu. A literatura piedosa reflete a constante renovação espiritual e as reformas pastorais.

### Conclusões

As opções tomadas por D. Inácio de Santa Teresa ao longo da vida, o cruzamento do poder espiritual e do poder temporal, projetaram a sua prelazia no mundo setecentista dividido entre o regalismo, o racionalismo e um misticismo reparador das falências do Concílio de Trento, no século das Luzes. A cura da alma e a disciplina dos comportamentos estavam dependentes da competência do prelado, do seu perfil, da sua formação e das suas escolhas. A ação do clero que orientava era cuidadosamente analisada nas visitas e nas pastorais que redigia. Só com uma formação muito sólida e um paradigma rígido é que a sua governação se poderia impor num meio multirreligioso (hinduísta e islamita). A formação leva-nos às leituras e aos livros disponíveis para consulta e provável uso na administração e na parenética utilizada.

Assim, como diretor de consciências tinha algumas obras de referência: um homem conhece-se pelo que lê. Possuidor de uma biblioteca com 197 livros, que abarcavam temáticas diversificadas como direito canónico, teologia, hagiografias, história, matemática, medicina e poesia, revelam-nos que era um prelado culto e informado. Nas suas leituras destacam-se: Santo Agostinho, S. Tomás de Aquino, Santa Teresa de Ávila, frei Luís de

<sup>72</sup> DGARQ – Manuscrito Livraria 1816..., *cit.*, fl 26.



Granada, padre António Vieira, entre outros. Como arquétipo de homem culto e piedoso ligado ao misticismo revelava a preferência pelos círculos de Granada e de França. Misticismo que se inscrevia num processo de defesa e prática interior e na procura de uma harmonia possível entre a oração interior e o culto exterior desequilibradamente sobrevalorizado, dando à oração mental uma atenção especial<sup>73</sup>. As leituras e os títulos que o prelado distinguia fizeram dele um ótimo jurista canónico e, ao mesmo tempo, um teólogo astuto: as tramas em que o envolveram foram ultrapassadas em parte devido à sua formação académica.

Do seu discurso podemos concluir a intencionalidade de expressar o seu pensamento levando o clero e os fiéis a aderir à sua orientação religiosa Jacobeica, isto é, seguindo uma vida disciplinada e contemplativa com o recurso à oração mental, unindo assim, o seu saber ao seu poder eclesiástico assente no rigorismo e na conjugação salvífica do amor de Deus.

<sup>73</sup> GOUVEIA, António Camões – “Quietismo” in, AZEVEDO, Carlos Moreira (dir.) – *Dicionário de História Religiosa*. Lisboa: Círculo dos Leitores. 2001, vol. 4, p. 87-90.



## Anexo

Tabela 1 – Lista de livros de D. frei Inácio de Santa Teresa em Panchim

<b>Lista dos Livros proprios, que S. Ilustrissima deixa na Livraria de Panchim</b>	<b>Tomos</b>
Pignateli toda a obra	11
Berlinch. Theatrum vitae Humanae	8
Delbene	5
Politica de Bobadilha	2
Rainaldo observaciones criminales	4
Chronica de S. Francisco	6
Curso Moral Salmaticense	6
Ubertu decstationibus	1
Oliva de foro Ecclesiae	1
Mysthica Ciudad de Dios	3
Expeditio Hispanica de Souza	2
Flores del Carmelo, ou vidas de varios Santos Carmelitas	1
Vida do padre José Anchieta	1
Cardenas toda a obra	1
Todo o derecho Canonico	4
Figuero in Sacram Scrituram	2
Rosignol Theologia, e direito	15
Corrad. Praxis dispensation	2
Loter. De Re beneficiaria	2
Controversia sobre os Ritos Malabaricos do padre Brandolini	3
Fenis renascida	8
Escolla de corial	7
Guerreiro de Recusatione	4
Antonelo de Loco, et Tempore Legali	2
Obras de Fr Luis de Granada	2
Obras do Mestre Avila, fica em S. Ignes	1
Bisso Decas moralis	1
Summa de Diana	1
Sá hum tomo in Sacram Scripturam	1
Epitome de Suares Granatense	1
Brecorio	3
Tertulianus pradicans,	2
Alguns Sermoens Italianos	1
Rellaçoens varias	1
Jardim Sagrado	1
Total	116



Tabela 2 – Lista de livros de D. frei Inácio de Santa Teresa em Santa Inês<sup>74</sup>

<b>Lista dos Livros propios, que S. Ilustrissima deixa na Livraria de S. Ines<sup>73</sup></b>	<b>Tomos</b>
Direito Canónico em fólio	3
Direito civil	3
Labata moral	2
Consultas de Torrecilha	7
Senéri Mana del Alma	4
Senér i Christão instruidos	4
Senéri Incredulo	2
Senéri Misereré	1
Bossuet Historia Universal	2
Euzebio Nieremberg	3
Apologia de Noboa	1
História do Futuro do Vieira	1
Meditações do padre Quental da Vida de Cristo	2
Reseto Augustiniano	1
Villacastim	1
Chronica de El Rey Dom Afonso Henriques	1
Obras do Mestre Avilla	1
Vida do Imperador Carlos 5.º 2.ª parte	1
Paes incanticum Moyses	1
Idem in Epistolam Jacob	1
Philosophiae naturalis principia mathematica	1
Mystica Ciudad de Dios	1
Oliva de foro Ecclesiae 2.ª parte	1
Suares de Gratia tomo 1.º	1
Bernardes Militaciones dos Novissimos	2
Idem ultimo fim	1
Idem Nova Floresta	5
Cerimoniale Episcoporum	1
Concordantiae Bibliorum	1
Biblia Sacra pequena	1
Peregrinação de Fernão Mendes Pinto	1
Anno Historico	1
S. Francisco de Sales entretenimento	1
Concilio Tridentino com as anotações de Barbosa	1
Istoria de S. Anastasio	1
Brados de Pastor do Bispo de Cabo Verde	1
Manual de Padres Espirituaes 1 tomo em oitavo	1

<sup>74</sup> BGUC – cod. 1524, 293-293v.



<b>Lista dos Livros proprios, que S. Illustrissima deixa na Livraria de S. Ighes<sup>73</sup></b>	<b>Tomos</b>
Apologia a favor do padre Antonio Vieira de Soror Margarida Ignacia	1
Monarchia Lusitana cinco tomos pertencentes a Livraria de Panchym	5
Decizoens da rota pertencentes a mesma	1
Lus da Medicina	1
Obras de Santo Augustinho	1
Idem tomo 2. <sup>o</sup>	1
Gavanto	1
Gracian. Arte de Inguenio	1
Sermoens de Vieira Primeira parte	1
Torre de Babilonia de Antonio Henriques	1
Honras de Philipe 4. <sup>o</sup>	1
Castro [Estêvão] de Bem Morrer	1
Ordenação do Reino, que pertence a Livraria de Panchy	1
Total	81



# Grafitos, inscrição árabe e outras marcas históricas identificados no castelo de Montemor-o-Velho

Marco Penajoia

Arqueólogo, Investigador Centro de História da Sociedade e da Cultura,  
Universidade de Coimbra.  
marco.penajoia@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 03.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 04.10.2014

## *Resumo/Abstract:*

No decurso de uma avaliação ao amuralhado de Montemor-o-Velho, surgiram vestígios de várias marcas históricas. Dentre os motivos esquemáticos identificados, enumeram-se os seguintes: grafitos de embarcação, figura humana, zoomorfo e formas geométricas (pentagramas). Marcas de canteiro e um cruciforme. É possível, também, demonstrar sinais de uma inscrição árabe.

Assim, o presente artigo pretende efetuar uma análise preliminar a estes traços históricos. Com estes vestígios agora identificados, estão lançados novos contributos para um melhor conhecimento sobre a dinâmica vivencial do castelo montemorense.

During an evaluation to the walls of Montemor-o-Velho appeared several traces of historical marks. The schematic patterns identified are: graffiti of ship, human figure, zoomorphic and geometric shapes (pentagrams). Signs of stonemason and a cruciform. It is also possible to show signs of an Arabic inscription.

Thus, this paper aims to provide a preliminary analysis of these historical traces. The identification of these remains allows a new contribution to a better understanding about the experiential dynamics of the Montemor castle.

## *Palavras chave/Keywords:*

Castelo de Montemor-o-Velho; Grafitos; Embarcações; Inscrição árabe; Marcas históricas.

Montemor-o-Velho castle; Graffiti; ships; Arabic inscription; Historical marks.



No período medieval, Montemor-o-Velho foi uma posição relevante nos avanços e recuos de uma fronteira, que se pretendia cristã, até se verificar a estabilização com a reconquista de Coimbra no ano de 1064.

São várias as obras que inserem Montemor e o Mondego numa dinâmica defensiva, comercial, social e cultural, cuja importância condicionou a hierarquização e distribuição dos povoados urbanos. Do mesmo modo, realçam o lugar de destaque que esta vila desempenhou nessa dinâmica, surgindo como um dos principais portos do reino, ao perpetuar a necessidade humana de alargar os horizontes, criando pontos de passagem de pessoas e bens. Usufruiu de um excelente enquadramento geoestratégico, sob a proteção de uma elevação com fortaleza, e detendo uma fachada marítima, sendo que o seu porto era coadjuvado por vários eixos viários em ambas as margens do Mondego com acesso a Coimbra.

A partir desta contextualização, o presente artigo debruça-se sobre os resultados mais significativos de uma análise preliminar efetuada no amuralhado do castelo, que revelou: grafitos, outras marcas históricas (marcas de canteiro, um cruciforme, etc.) e uma inscrição árabe.

Relativamente ao termo grafito, este traduz uma técnica que implica uma gravação de traços de profundidade diminuta. Mário Barroca sintetiza bem este universo: “ao nível do suporte, pode ser registado sobre paredes, diretamente nos silhares ou nas argamassas, sobre afloramentos rochosos, em cerâmicas etc.<sup>1</sup>. De técnica, pode ser gravado, desenhado ou pintado. Quanto ao tema, este pode ser figurativo, ou apresentar texto” (BARROCA, 2000: 25, nota de rodapé 14, vol. I). Este tipo de gravação, apesar de ser uma prática ancestral<sup>2</sup>, demonstra na Europa uma atividade mais efetiva e qualitativa entre os séculos XIV e XVI (BRANCO; BILOU, 2011: 7). Estes registos parecem ser mais comuns, quer em quantidade, quer em qualidade, em estruturas de relativo gabarito monumental (caso de muralhas, torres, aquedutos e igrejas) (*ibid.*).

<sup>1</sup> André Bazzana atesta o seguinte: “na maioria dos casos, os grafitos são incisões efetuadas numa superfície rígida e relativamente difícil” (BAZZANA, 2006: 21).

<sup>2</sup> Remetemos para um artigo que apresenta um ponto de situação sobre esta matéria, nomeadamente a descrição de grafitos identificados nas ruínas romanas de Tróia (ENCARNAÇÃO *et al.*, 2012).



O primeiro grafito identificado (embarcação) está localizado na cisterna<sup>3</sup> do cercado norte do castelo, na parede externa norte, que está voltada para a atual Rua do Taipal (Fig. 1, ponto A e Fig. 2). Apresenta-se, aproximadamente, a 1,60 m do nível de circulação atual<sup>4</sup>.

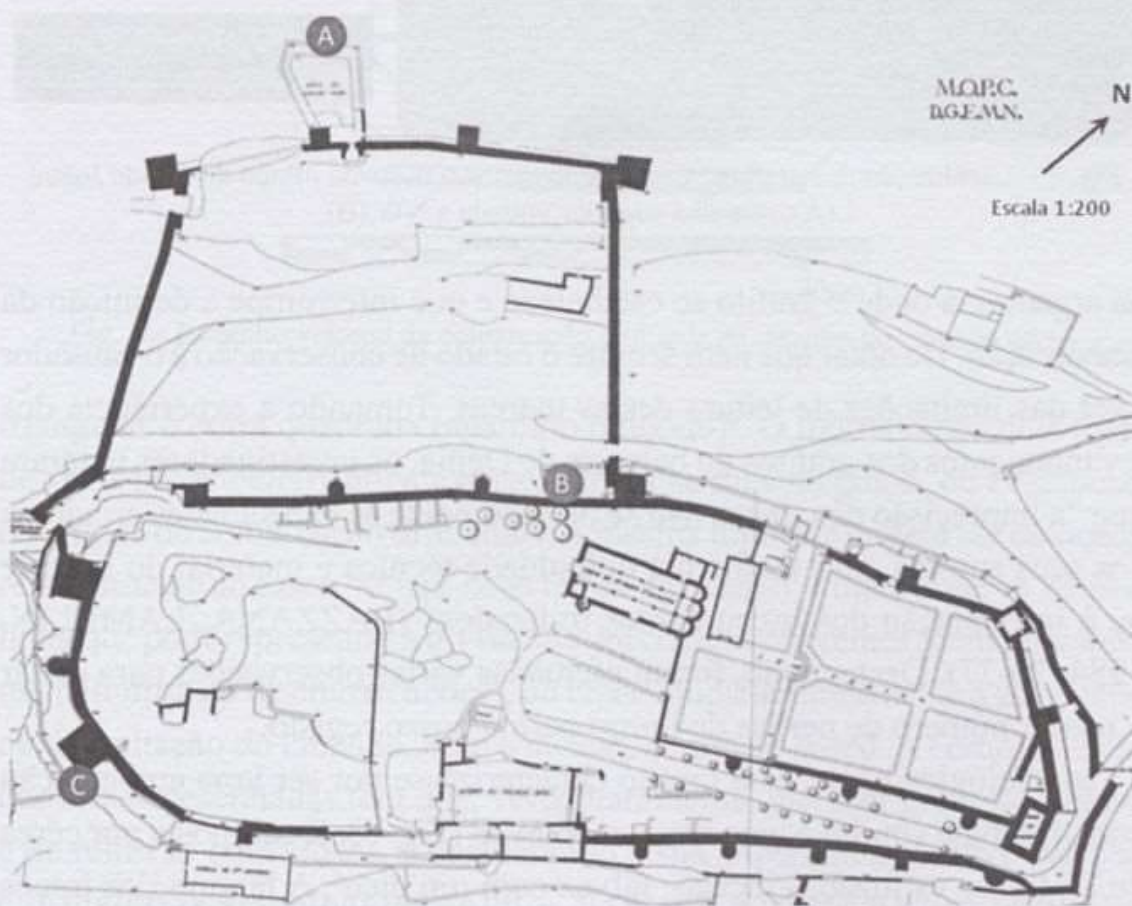


Fig. 1 – Planta do Castelo de Montemor-o-Velho anterior a 1949, com a posição dos conjuntos de grafitos (A e B), bem como da inscrição árabe (C).  
Adaptado de DGEMN, 1949.

A metodologia utilizada para a aquisição de todas as linhas desenhadas passou não só pela fotografia ortogonal, mas também pelo recurso, em ambiente noturno, de luz rasante com jogo de sombras apropriado. Ainda assim, registaram-se várias dificuldades, sobretudo ao nível da leitura de alguns traços. É o caso da fratura do lado esquerdo, que existe

<sup>3</sup> Também conhecida como «Poço do Abade João».

<sup>4</sup> Agradecemos ao Sr. José Couceiro a identificação deste grafito, à Dr.<sup>a</sup> Sandra Lopes o alerta da existência do mesmo, bem como a toda a estrutura da Unidade de Cultura e Turismo da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, pelo incentivo ao seu estudo.



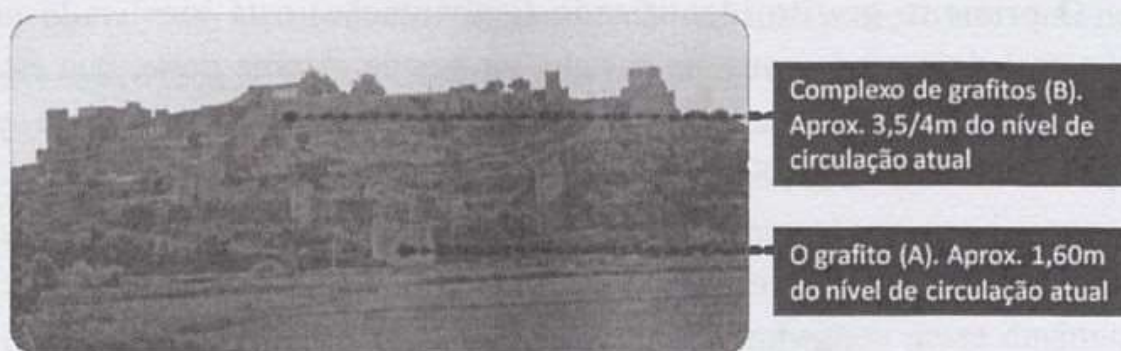


Fig. 2 – Localização dos grafitos: Cisterna do cercado norte ou «Poço do Abade João» (A); muralha superior voltada a NW (B).

na argamassa onde o grafito se estabelece e que interrompe a definição da embarcação. De notar que nem sempre o estado de conservação é o causador total das limitações de leitura destas marcas. Tomando a experiência dos levantamentos dos grafitos no baluarte de Denia, os investigadores notaram que “a imprecisão dos traços não se deve somente às capacidades criadoras dos seus autores, mas também à dificuldade técnica e material do suporte ou à inadaptação dos instrumentos utilizados” (BAZZANA; LAMBLIN, 1984: 76-77). Deste modo, foram efetuadas várias observações para evitar o menor número de perdas de linhas para o nosso registo.

Morfologicamente, este grafito caracteriza-se por ser uma embarcação com tipologia similar a uma barca medieval<sup>5</sup> (Fig. 3). É composta por cerca de 26 linhas estilizadas/incisas, talvez com um pico<sup>6</sup>. A largura dos traços varia entre os 0,3 mm e os 0,7 mm (é o caso de algumas zonas do mastro e do cordame). Relativamente à profundidade, esta ronda os 2 e os 5 mm.

O barco grafitado sugere estar representado com a proa à direita, facultando deste modo uma narração no sentido da esquerda para a direita<sup>7</sup>, correspondendo à marcha da embarcação. Apresenta um mastro que está mais próximo da proa. O sistema de propulsão parece combinado por velas, uma

<sup>5</sup> Segundo a análise preliminar do Prof. Doutor Vasco Gil Mantas, a quem agradecemos profundamente.

<sup>6</sup> O feitor desta gravação poderia dispor de vários instrumentos, tais como: malhos; maços; ponteiros ou cinzéis; martelos; escopros; escodas; buril, entre outros (BARROCA, 2000: 122-126, Vol. I).

<sup>7</sup> Situação análoga é verificada em determinadas embarcações grafitadas na igreja do mosteiro de St.<sup>a</sup> Clara a Velha (Coimbra). Agradecemos ao Dr. Paulo César Santos (DRCC), pela informação da existência destas embarcações.



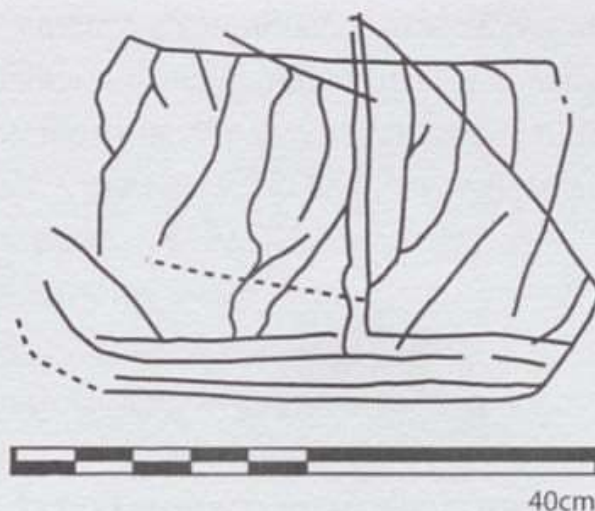


Fig. 3 – Desenho vetorial da embarcação grafitada na cisterna do cercado norte.

triangular e outra quadrada (aparelho redondo)<sup>8</sup>. O figurado dos dois tipos de velas poderá efetivamente corresponder ao mesmo grupo, ou evidenciar dois tipos de embarcação diferentes. A mesma hipótese poderá ser colocada relativamente ao casco. Vejam-se as linhas do mesmo: a meio observa-se uma linha que pode representar a divisão de dois cascos diferentes (demonstrando um palimpsesto de embarcações), ou então aludir simplesmente a uma linha de delimitação do tabuado, bem trincado, de um só barco. A complexidade das linhas desenhadas terá que, verdadeiramente, merecer graus de análise e de reflexão cuidadosos. Considerando a sua experiência de investigação em matérias semelhantes, André Bazzana adverte para o seguinte: “os traços sobrepõem-se, o que não é surpreendente, já que podem ser de épocas diferentes, ou efetivamente não ser, pertencendo assim ao mesmo conjunto” (BAZZANA, 2006: 17)<sup>9</sup>. Quanto ao cordame, este está bem evidenciado, apresentando cerca de 15 linhas (Fig. 3).

<sup>8</sup> A representação da vela redonda parece-nos clara. Quanto à triangular existem muitas dúvidas, pois esta forma pode simplesmente simbolizar parte do cordame.

Sobre esta questão e restante atividade náutica, veja-se o seguinte artigo: FONSECA, N.; VACAS, T.; CASTRO Vieira de F. – Análise das características náuticas de embarcações latinas medievais in SOARES, C. Guedes e BRITO, V. Gonçalves de (ed.) – *Inovação e desenvolvimento nas actividades marítimas*. Lisboa: Edições Salamanca, 2006, p. 585-604.

<sup>9</sup> Igualmente em Granada, podemos observar grafitos históricos com linhas incisas sobrepostas (BARRERA MATURANA, 2008: 156). Por sua vez, também existem gravações de barcos que efetivamente separam o casco em duas metades, uma superior e outra inferior, da proa à popa (ALONSO ROMERO, 1993: 266, embarcação A).



No que concerne à argamassa constituinte da cisterna<sup>10</sup>, e onde o grafito está implantado, estamos a realizar uma análise comparativa<sup>11</sup> com uma amostra da torre de menagem de Olivença<sup>12</sup>, cujo complexo de grafitos aí representado pode datar dos séculos XIV-XV (BARROCA, 2000: 26, Vol. I); (MARQUES, 2000: 15). Devemos salientar que se trata de estruturas de tipologia (cisterna e torre) e geografia (Montemor-o-Velho e Olivença) distintas. Ainda assim, esta análise poderá levantar questões pertinentes, nomeadamente na abordagem dos seguintes pontos: tipo de revestimento (assentamento ou reboco); proveniência dos materiais constituintes e comparação mineralógica; cronologia relativa. Poderá, portanto, servir de referência para outros estudos desse âmbito, inclusive de carácter interdisciplinar, onde se inclui a geologia.

O que terá motivado a execução deste grafito? Quem serão os autores? Que cronologia apontar? São estas questões que serão debatidas de seguida.

Como já foi abordado no início deste artigo, Montemor tinha uma apetência portuária de referência e o seu castelo poderia materializar no sector norte (onde se encontra a cisterna), uma das áreas portuárias (PENAJÓIA, 2012).

Um primeiro ponto de análise passa por perceber o estado de conservação atual desta cisterna, e se realmente sofreu restauros significativos. Sabemos que, em 1936, o cercado norte foi alvo de reconstrução nos seus panos de muralha e que, em 1969, o “poço do Abade João” e muralhas próximas também foram alvo de reparação. Contudo, se observarmos uma fotografia de 1906 (Fig. 4), podemos verificar que a zona da cisterna se mantém

---

<sup>10</sup> Esta cisterna está protegida por duas torres, ladeadas por dois cubelos, onde se abrem duas portas de arco ogival e vários postigos, que davam para as almuinhas e campos contíguos (CONCEIÇÃO, 1944: 80).

Já existem estudos de barcos grafitados inseridos em cisternas ou masmorras (BAZZANA, 2006: 17).

A argamassa onde se inserem as embarcações islâmicas grafitadas em Alcácer do Sal é descrita como “militar” (COTTART; CARVALHO, 2010: 198).

<sup>11</sup> Análise a ser efetuada no Laboratório HERCULES, da Universidade de Évora, e no Laboratório de Geotecnia e Tratamento de Minérios, do Departamento de Ciências da Terra, da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra.

<sup>12</sup> Conforme visita técnica do Município de Montemor-o-Velho efetuada no dia 19 de Setembro de 2013.





Fig. 4 – Estado da área do Cercado norte do castelo no ano de 1906 (FIGUEIREDO, 1906).

inalterada, ao contrário dos panos de muralha adjacentes, que se encontram em elevado estado de degradação.

Estes registos podem ter sido motivados por questões autorais associadas ao *terminus* e remate de construções de grande porte, ou simplesmente transmitir uma criação lúdica (BRANCO; BILOU, 2011: 7-8).

A presença deste grafito nesta área parece enquadrar-se no universo náutico, visto que “os grafitos representando embarcações aparecem sobretudo em lugares bem chegados à costa, quer no mundo islâmico quer no mundo cristão” (SOUTO, 1988: 470)<sup>13</sup>.

De realçar que a peregrinação para Santiago de Compostela, no séc. XI, passaria por Montemor, e muito provavelmente em torno do seu castelo, cujas partidas se fariam por via marítima<sup>14</sup>. Contudo, é aqui que reside

<sup>13</sup> Veja-se a intenção de gravação de embarcações em materiais cerâmicos que se relacionam com sítios de navegação (“encontramos barcos gravados que, por si só, nos remetem diretamente para o seu âmbito cultural, uma vez que se trata de tipos de embarcações usadas por navegantes fenícios”; VILAÇA, 2007: 14). Muito recentemente, no museu Dr. Santos Rocha (Figueira da Foz), foi identificado um fragmento cerâmico (proveniente da campanha de Santa Olaia – 1993), com sinais de uma embarcação grafitada (informação gentilmente cedida pelo Dr. José Franco). Já com estudo efetuado estão os grafitos islâmicos de embarcações em Alcácer do Sal, zona marcadamente náutica (COTTART; CARVALHO, 2010).

<sup>14</sup> Segundo as referências de Edrisi: “entre Coimbra y Santarém, del lado del Medio día, hay três jornadas, y á doce millas al Poniente desemboca el rio Mondego, cerca del castillo de Montemayor, muy fuerte, com vistas al mar, feraces campinas y Buenos rendimentos.



alguma problemática, porquanto aparecem vários grafitos de embarcações em zonas bem afastadas da dinâmica náutica, como por exemplo Olivença, na fronteira raiana (BARROCA, 2000: 26, Vol. I); (MARQUES, 2000), ou no castelo de Estremoz (BRANCO; BILOU, 2011: 8). Esta situação não impede que os gravadores destes barcos tenham estado em contacto com o universo flúvio-marítimo. É sobejamente conhecida a nossa ligação com culturas de índole náutica. Nesse sentido, e no que se concerne à população da região litoral de Coimbra, um estudo de genética demonstrou que as migrações provenientes das rotas marítimas do Mediterrâneo deixaram a sua “assinatura” na informação genética contida no cromossoma Y (MARTINIANO *et al.* 2013). Sabemos que a empresa dos Descobrimentos e a Expansão galvanizaram todo o reino, e que grande parte da população procura o litoral no sentido de aproveitar novas oportunidades e meios de subsistência (MATTOSO, 1998: 18)<sup>15</sup>. Esta mobilização via-se também, de alguma forma, reforçada pelo espírito e entusiasmo associados à memória das antigas Cruzadas (SANTOS, 2004: 90). Portanto, muitos destes grafitos eram realizados a partir da recordação de indivíduos que frequentavam o mar, os estaleiros navais e os portos. Mesmo em zonas junto ao oceano, como é o caso de Denia, foram gravados barcos em sectores onde não se avistava o mar e o porto, cabendo ao gravador fazê-lo a partir da sua lembrança (BAZZANA; LAMBLIN, 1984: 78-79).

Uma particularidade do grafito em estudo passa por alguma similitude com o barco que está desenhado numa cartografia do rio Mondego<sup>16</sup>, e que

---

Si quieres hacer el viaje de Coimbra á Santiago por mar, saldrás del castillo de Montemayor (...) Mondego, que corre al O. Hacia el mar, y cuya desembocadura está defendida por el fuerte de Montemayor” (UBIETO ARTETA, 1974: 138;139;172).

<sup>15</sup> O carácter marítimo do território português leva a que, muitas vezes, o lavrador vire pescador e vice-versa (DIAS, 2002: 279).

Em Denia, o “espírito de aventura, a vontade expansionista e dinâmica comercial, podem expressar as recordações ou nostalgias das gentes do mar” (BAZZANA; LAMBLIN, 1984: 19-20).

Já relativamente a Montemor, os seus forais demonstram a sua riqueza litorânea, como a pesca (barcas de pescadores), venda de pescado e de frutos do mar (COELHO, 2002: 17).

<sup>16</sup> Lixa Filgueiras, no seu zonamento das construções navais, indica para a região do entre Douro e a Estremadura: uma construção “homogénea e marcada por formas e técnicas referenciáveis ao Próximo Oriente” (FILGUEIRAS, 1965: 305).

De referir ainda algumas considerações sobre os sistemas primitivos de transporte no rio Mondego, efetuadas por Edgar Lameiras (LAMEIRAS, 1988).



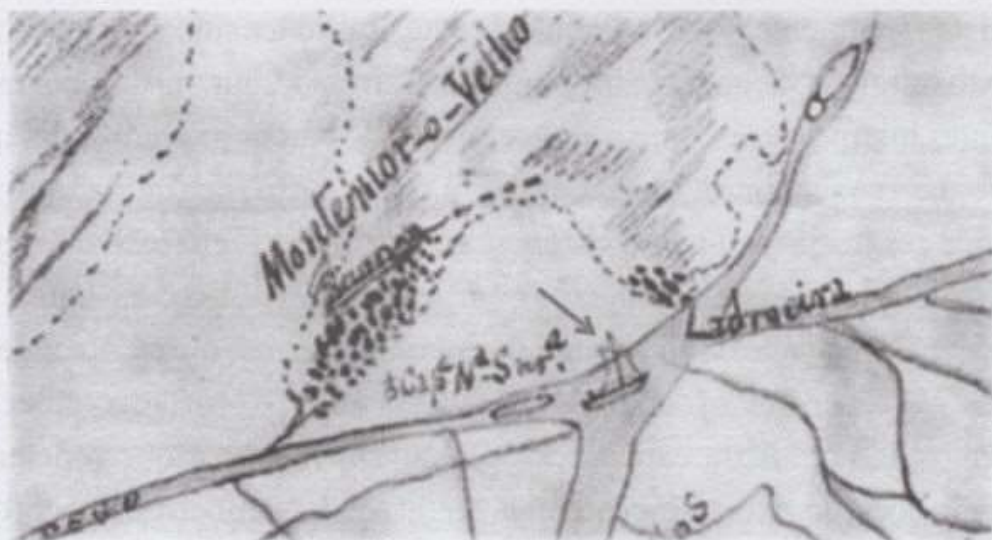


Fig. 5 – Planta do Rio Mondego, onde se pode observar uma embarcação a navegar em frente à posição do atual Casal Novo do Rio (Arquivo Municipal da Figueira da Foz, sem ano e autor).

navega junto a esta área, numa rota: Montemor – Casal Novo do Rio<sup>17</sup> (PENAJÓIA, 2012) (Fig. 5). Portanto, à partida, não seria uma embarcação de alto bordo. Estaria mais adaptada ao tráfego fluvial. Tal não significaria que não pudesse praticar navegação de cabotagem ao longo do litoral.

Ao nível cronológico, não nos é possível datar este grafito, visto que não dispomos de qualquer inscrição, assinatura oficial ou outro sinal específico de uma determinada época. Ainda assim, algumas características apontam, como já vimos, para o mundo medieval. Podemos hipoteticamente relacionar alguns vestígios arqueológicos, que se têm identificado na encosta do Monturo<sup>18</sup>, e que se dispersam até à cisterna onde esta gravação se encontra. Estes materiais estão a ser alvo de um estudo pormenorizado, mas passam sobretudo por fragmentos cerâmicos, vidro e escória férrea, podendo enquadrar-se entre a Baixa Idade Média e a Época Moderna.

Outra referência enumera os “sistemas primitivos de transporte de carga a montante de Coimbra, que percorriam o Mondego: barca serrana, barco de palheiros, barco de passagem e barco trabalhador” *in* Atas do 1.º Congresso sobre o Baixo Mondego, Região e Património, decorrido entre 26 de Maio e 29 de Julho de 1990, Coimbra, 1992: 37.

<sup>17</sup> Continuando esta orientação, a rota iria certamente almejar a urbe de Coimbra. Sabemos que, pelo ano de 1854, surge a notícia que dá conta da existência de períodos onde os barcos demoravam três dias de Montemor a Coimbra (AA. VV. 1854: 68).

<sup>18</sup> Topónimo antigo que, atualmente tem a designação de “Escadas do Dr. Baptista Loureiro” (CONCEIÇÃO, 1944: 172).



Existe igualmente a possibilidade de este grafito ter sido executado num contexto religioso. Segundo o investigador Barrera Maturana, podem existir diferentes interpretações para o aparecimento de barcos gravados, das quais se salientam as seguintes: a proximidade à costa; a não proximidade ao mar, que pode ser justificada pela existência de marinheiros em cativeiro, ou de indivíduos que já se relacionaram com o mundo náutico; ex-votos para agradecer à divindade o salvamento dos perigos do mar; ou acontecimentos bélicos (BARRERA MATURANA, 2008: 160-161). São conhecidos “desenhos, símbolos ou caracteres de natureza religiosa que refletem as manifestações de exorcismo popular (...), sendo também de recordar a função dos grafitos de oferendas (ex-votos)” (BAZZANA, 2006: 17-18).

A este nível podemos contextualizar alguns grafitos gravados no Mosteiro de Santa Clara a Velha (Coimbra)<sup>19</sup>. Especificamente, é possível identificar diversas embarcações (Fig. 6) e um cavalo. Estas manifestações poderiam assim relacionar-se com o desejo por parte de “peregrinos” de que a viagem de promessa fosse bem sucedida<sup>20</sup>.

Neste contexto, a execução dos ex-votos enquadra-se cronologicamente na longa diacronia, perdurando até aos nossos dias. Veja-se, por exemplo, o culto ao mar que as gentes de Montemor ainda mantêm<sup>21</sup>, por exemplo, nas povoações de Vila Nova da Barca, Santo Varão, Gatões e Tentúgal.

Nesta linha pode enquadrar-se também o complexo de grafitos, composto por uma figura humana, um zoomorfo e motivos geométricos (pentagramas)<sup>22</sup>, que se apresentam no paramento exterior da muralha superior NW<sup>23</sup> (Fig. 1, ponto B; Fig. 2) e, curiosamente, se orientam para o mar (Fig. 7).

<sup>19</sup> No interior da igreja, nas paredes oeste, que dividem esta do coro, enquadradas nas naves norte e sul.

<sup>20</sup> Igualmente integrada no contexto religioso está a caravela pintada num arco quinhentista da antiga capela do Espírito Santo dos Mareantes em Sesimbra (SERRÃO; SERRÃO, 1978). Agradecemos esta informação à Dr.<sup>a</sup> Helena Moura (DRCC).

<sup>21</sup> Representações em quadros, imagens de santos e barcas de madeira.

<sup>22</sup> Esta iconografia não é exclusiva do mundo cristão e islâmico, porquanto estes motivos se podem remeter à Idade do Bronze e serem interpretados como símbolos solares de caráter protetor (BARRERA MATURANA, 2008: 160).

<sup>23</sup> Os grafitos estão a sensivelmente 3,5/4 m do nível de circulação atual. De ressaltar que esta muralha também parece ter escapado às intervenções de restauro executadas pela DGEMN. Veja-se novamente a Fig. 4 relativa ao ano de 1906.



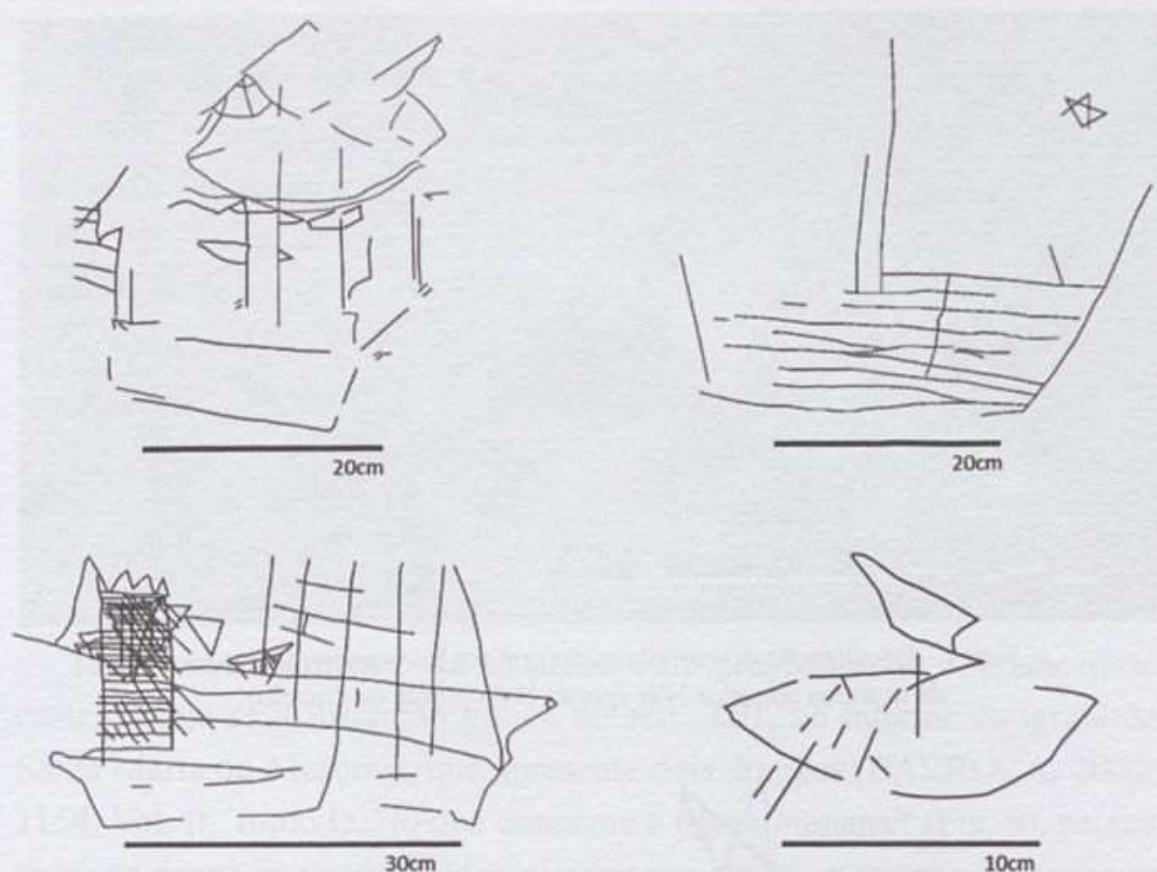


Fig. 6 – Traços gerais de algumas embarcações grafitadas no Mosteiro de Santa Clara-a-Velha (Coimbra).

Relativamente aos motivos geométricos, estando de frente para a muralha, observam-se quatro exemplares (Fig. 8). Por exemplo, os pentagramas n.ºs 1 e 4 parecem ter sido executados de uma forma contínua. Por sua vez, os n.ºs 2 e 3, mostram evidências de terem sido efetuados por triangulações sobrepostas. Estes motivos medem cerca de 23 cm de altura e apresentam uma média de 20 cm de largura.

A este respeito, destacamos algumas posições geográficas detendo gravações destas marcas, nomeadamente em Denia (BAZZANA; LAMBLIN, 1984: 21) e Granada (BARRERA MATURANA, 2008: 159). Já em território nacional, estes motivos são identificados em variadas localizações, mormente em monumentos religiosos e militares. No Mosteiro de Santa Clara-a-Velha, bem próximo do nosso alvo de estudo, foi possível identificar um grafito de uma embarcação em associação com um pentagrama (Fig. 6, canto sup. drt.). O mesmo conjunto de representações também foi identificado no castelo de Arraiolos (BRANCO; BILOU, 2011). Estes símbolos também



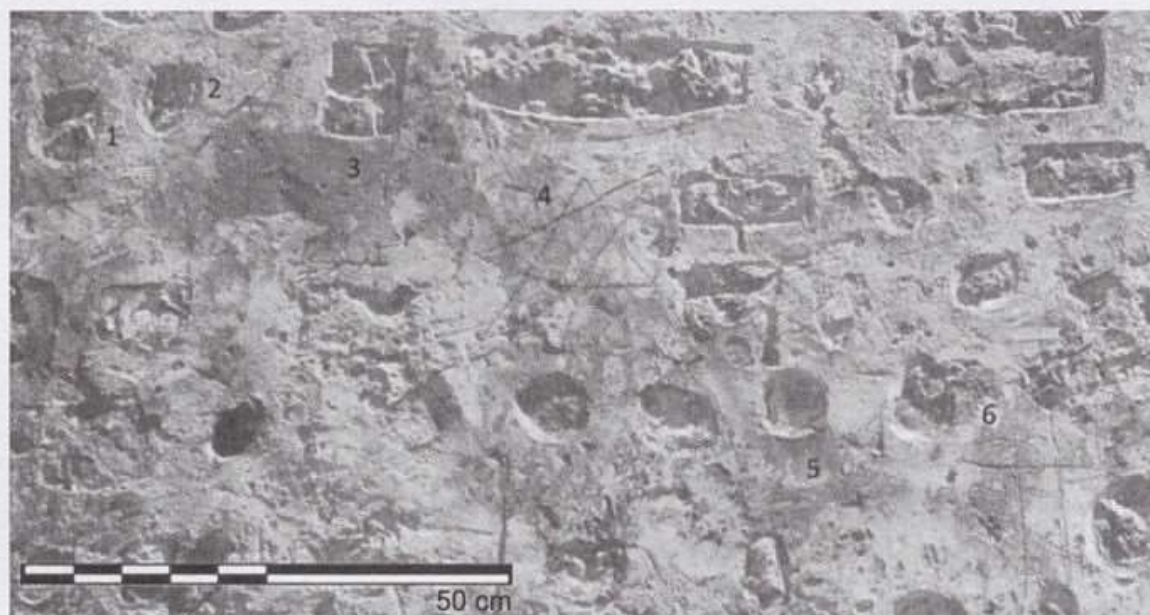


Fig. 7 – Localização do complexo de grafitos no paramento exterior da muralha superior NW (ponto B da planta do castelo).

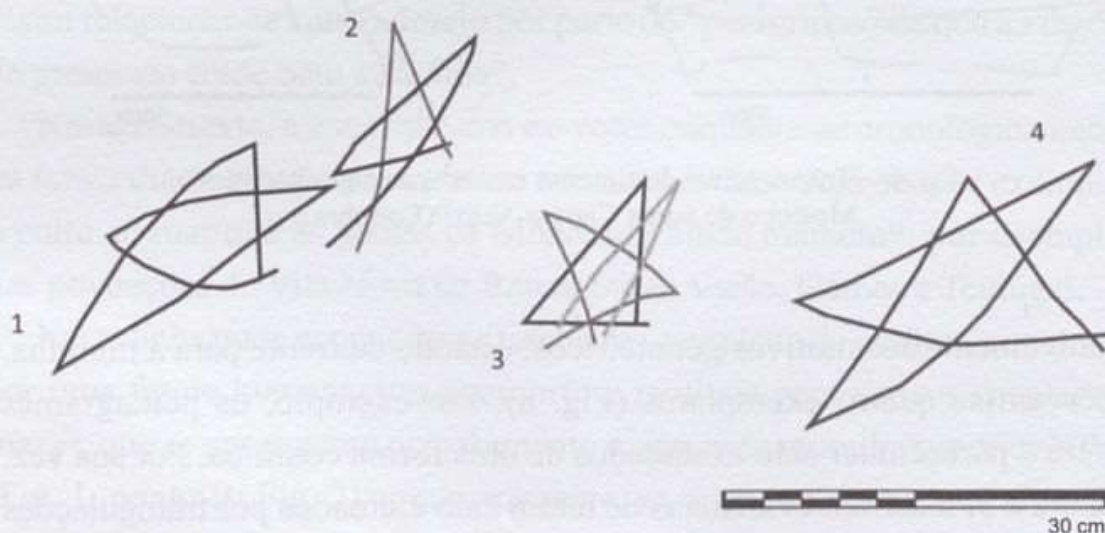


Fig. 8 – Grafitos de motivos geométricos (pentagramas), localizados no ponto B da planta do castelo. Os motivos n.ºs 2 e 3 mostram evidências de terem sido efetuados por triangulações sobrepostas.

são observáveis no mundo piscatório, onde se podem salientar marcas de famílias piscatórias, ou sinalizar redes de pesca e outros objetos do seu quotidiano (GRAÇA, 1942; FILGUEIRAS, 1989). Juan A. Souto enquadra estes registos nos “signos mágicos”, com uma componente ideológica que pode ser “mística, apotropaica e cosmológica ou corresponder a manifestações utilitárias, tais como calendários, jogos, esquemas gráficos para auxílio memorístico de artesão” (SOUTO, 1988: 470). Será talvez na



vertente de signos protetores<sup>24</sup>, que os símbolos em questão se enquadram. Este investigador demonstra que todos os povos os utilizaram com a função de “amuletos ou talismãs que podem ser objeto de utilização pessoal. A sua missão é a de proteger um indivíduo, ou parte integrante do sistema decorativo de edifícios e complexos arquitetónicos, quando o seu feito consiste em proteger a estes e seus moradores” (*ibid.*).

Continuando a descrever este complexo de grafitos, realçamos agora os desenhos que se estabelecem na parte direita da muralha em questão, a cerca de 3,15 m do solo – um zoomorfo<sup>25</sup> (n.º 5); uma figura humana e possíveis estandartes (n.º 6) (Fig. 9). Relativamente ao zoomorfo, este mede 17 cm de comprimento, 4 a 5 cm de altura e tem a cabeça voltada para a figura humana (lado direito) (Fig. 9).

Temos conhecimento da existência de gravações de animais neste castelo: veja-se a inscrição gótica do séc. XIII, no interior da igreja de Santa Maria de Alcáçova, que apresenta dois dragões (BARROCA, 2000: 1154, Vol. II, Tomo I). No que concerne à figura humana<sup>26</sup> (Fig. 9), parece tratar-se de um guerreiro medieval, uma vez que se encontra caracterizado com vários adereços específicos de feição militar. Hipoteticamente, pode observar-se um “elmo”, um escudo tendencialmente triangular<sup>27</sup>, uma espada embainhada e uma loriga ou cota de malha. Este grafito sugere uma ação de movimento, já que apresenta a perna direita esticada e a esquerda fletida. Acima do elmo, parece estar representada a figura de uma ave, que pode simplesmente ser o complemento habitual desta proteção – os penachos ou plumas<sup>28</sup>. É observável que este desenho foi cortado por dois traços verticais

<sup>24</sup> Observem-se, por exemplo, os “signos protetores da fortificação islâmica de Gormaz (Soria): selos de Salomão, rosas bresa-pétalas, pentágonos, pentalfas, hexalfas” (SOUTO, 1988: 470). Os pentalfas registados no universo piscatório são descritos como símbolos de «São Selimão» (GRAÇA, 1942).

<sup>25</sup> Para além de barcos, é possível verificar “outros motivos navais, figuras humanas, zoomorfos, motivos vegetais, simbólicos ou geométricos (corações, estrelas, rosetas, cruzes (BARRERA MATURANA, 2008: 155).

<sup>26</sup> Mede sensivelmente 27 cm de altura e 19 cm de largura.

<sup>27</sup> Este escudo parece enquadrar-se na evolução que existiu a partir da segunda metade do século XII, onde passam a ser usados escudos mais pequenos e de formato tendencialmente triangular. Eram utilizados debaixo da axila direita do cavaleiro (MONTEIRO, 2006).

<sup>28</sup> O “elmo” com estas características aparece genericamente na Península Ibérica, a partir de meados do século XIII (MONTEIRO, 2006).



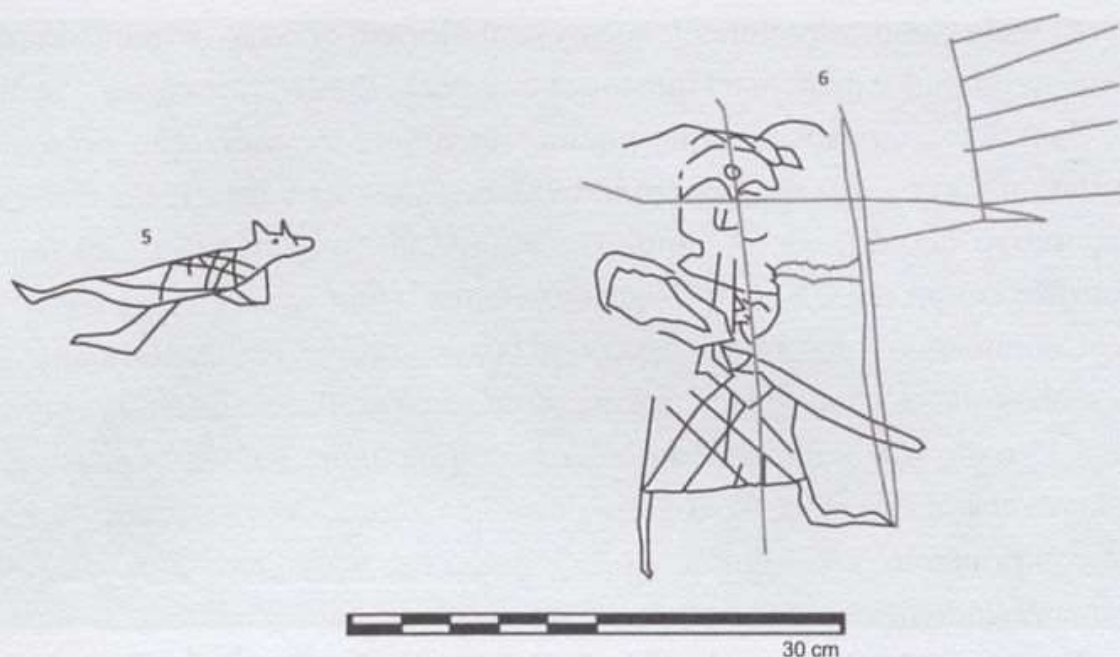


Fig. 9 –. Desenho vetorial do grafito correspondente ao zoomorfo e à figura humana (feição militar). A cinzento, possível estandarte, ou riscos de contagem.

e um horizontal (a cinzento). Esta sobreposição à figura parece associar-se ao desenho de estandartes ou riscos de contagens (Fig. 9).

São de mencionar ainda, as marcas de canteiro identificadas no interior da igreja de Santa Maria de Alcáçova do Castelo<sup>29</sup> (Fig. 10, a; b), bem como no sexto degrau do adarve, que dá acesso à torre de menagem (lado SE)<sup>30</sup> (Fig. 10, c); e o cruciforme<sup>31</sup> marcado no adro da porta principal da mesma igreja (Fig. 10, e). Nesta medida, consideramos importante ressaltar a similitude que existe entre a marca do degrau e aquelas que estão gravadas numa das epígrafes<sup>32</sup> e na laje da igreja de Santa Maria de Alcáçova

<sup>29</sup> É possível ainda verificar, no interior da igreja, um lajeado mais antigo, que se apresenta sobretudo na entrada principal e junto ao altar. Neste nível de circulação observamos marcações numéricas (36; 7; 41) e também alguns fósseis.

<sup>30</sup> Neste patamar, observa-se a existência de várias pedras reaproveitadas devido ao seu talhe específico.

<sup>31</sup> É igualmente possível encontrar o termo *cruzeiro* para designar esta realidade, “por analogia com uma cruz de pedra, embora não tendo, decerto, o mesmo significado daquelas construções” (CANINAS *et al.*, 2012: 316).

Como paralelo, veja-se o exemplo do levantamento de marcas de simbologia religiosa no núcleo urbano antigo de Estremoz. Aqui podemos observar a marca de uma cruz similar, que é descrita da seguinte forma: “cruz de base triangular, braços e topo simples” (SANTOS *et al.*, 2000).

<sup>32</sup> Epígrafe seiscentista que se encontra na parede norte da igreja.



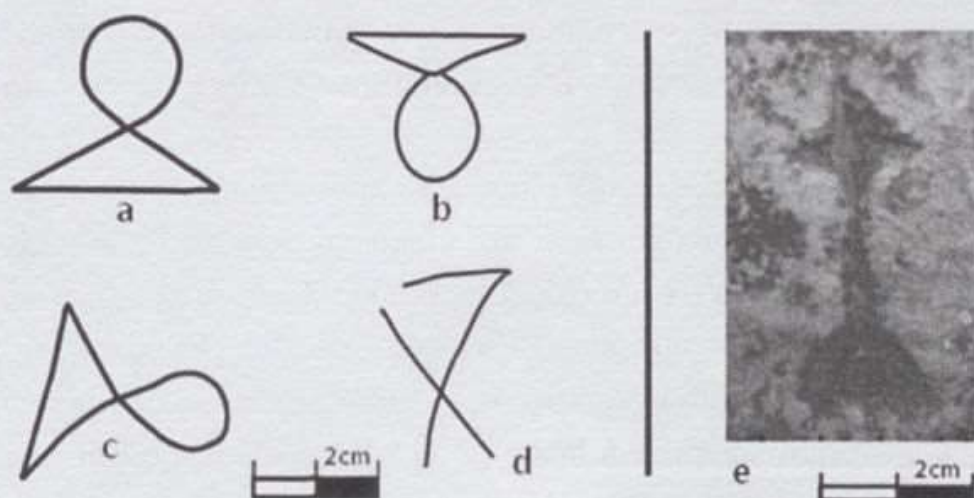


Fig. 10 – Marcas de canteiro e cruciforme: a – interior da igreja de Santa Maria de Alcáçova; b – representada na epígrafe seiscentista da mesma igreja; c – no sexto degrau do adarve que dá acesso à torre de menagem; d – Epígrafe moçárabe no exterior da parede Sul da igreja; e – cruciforme no adro da igreja.

(Fig. 10, b; c). Esta semelhança pode demonstrar que poderá ter sido o mesmo indivíduo a efetuar o talhe, no sentido de quantificar o seu trabalho, ou simplesmente aludir a uma forma de comunicação (religiosa, mágica, sinal de pertença)<sup>33</sup>. Na inscrição funerária de Eugénia, do século XII (com influências moçárabes<sup>34</sup>), que se encontra na parede exterior junto à porta lateral da igreja (BARROCA, 2000: 151, Vol. II, Tomo I), podemos também identificar uma possível marca de canteiro (Fig. 10, d). A sua simbologia aparece em diversas cronologias e domínios, um dos quais o náutico. Neste âmbito, Santos Graça descreve um símbolo semelhante como “cálice emborcado” (GRAÇA, 1942).

Seguindo o pensamento de Octávio Lixa Filgueiras, devem multiplicar-se os estudos de Etnologia e Arqueologia naval, de uma forma estrutural (FILGUEIRAS, 1958: 11). Quando tratamos estes motivos como objetos meramente funcionais e técnicos, desvalorizamos todos os pluralismos que a

<sup>33</sup> Sobre esta questão, veja-se: CHARREU, 1997: 136; COIXÃO, 2002 e ROSAS *et al.*, 2013.

<sup>34</sup> De referir que Montemor teria sido, até aos finais do séc. XII, um importante atelier epigráfico com influências moçárabes (BARROCA, 2000: 170-172, Vol. I).



história reserva. Nesse campo, incluem-se nomeadamente especificidades de um determinado território, que é “ocupado por comunidades de marinheiros, pescadores com as suas práticas sociais, culturais e religiosas específicas” (RIETH, 2013: 10).

Já no final desta análise arqueológica ao amuralhado de Montemor-o-Velho, foi possível ainda sinalizar um elemento de elevada importância arqueológica, dada a sua especificidade e raridade. Trata-se de uma inscrição árabe<sup>35</sup> (Fig. 11), já com um grau de erosão elevado<sup>36</sup>. Enquadra-se num silhar pertencente ao aparelho de frontaria, colocado no cunhal da segunda torre quadrangular de apoio à Porta de N.<sup>a</sup> S.<sup>a</sup> do Rosário/Sol. (Fig. 1, ponto C). Estabelece-se a 4,55 m de altura do solo e mede cerca de 1,10 m de comprimento e 40 cm de altura<sup>37</sup>. Observa-se que os caracteres foram escritos da direita para a esquerda (característica cultural do universo árabe), deixando para a extremidade superior esquerda uma possível marca que ainda está a ser estudada. Numa leitura preliminar, com todas as dificuldades associadas, a proposta da Prof.<sup>a</sup> Doutora M.<sup>a</sup> Antónia Martínez Núñez<sup>38</sup>, vai no sentido de podermos estar diante da frase:

كتبه اصنا (اضيا). A tradução para português aproxima-se do seguinte: “Isto foi escrito por *Aṣnā'* (ou *Aḍyā'*)”. Para realizar esta leitura, a investigadora identifica o verbo *kataba* (escrever) a remeter para uma ação passada, seguido do nome do sujeito do género masculino. De ressaltar que este tipo de frase é característico dos grafitos árabes de todas as cronologias.

<sup>35</sup> Identificação efetuada no dia 20 de Julho de 2014 entre as 15 e 17 horas, com o especial apoio de Marta Furtado.

Devido ao facto de esta descoberta ser recente, bem como às dificuldades impostas pela especificidade deste alfabeto, estamos a reunir condições técnicas para que seja possível apurar todos os detalhes.

<sup>36</sup> O ângulo de incidência dos raios solares sobre o silhar foi determinante para a sua revelação.

<sup>37</sup> Esta torre tem uma altura estimada de 9 m (até à extremidade das ameias).

<sup>38</sup> Agradecemos o valioso préstimo da Prof.<sup>a</sup> Doutora M.<sup>a</sup> Antónia Martínez Núñez (Diretora do Departamento de Filologia Grega, Estudos Árabes, Linguística Geral e Documentação – Universidade de Málaga). Um agradecimento especial à Doutora Susana Gómez Martínez (Campo Arqueológico de Mértola / CEAACP-FLUC) e à Prof.<sup>a</sup> Doutora Helena Catarino (FLUC-CEAACP), pela colaboração. O apoio prestado pelo Doutor Mohammed Nadir (FLUC) e pelo Prof. Doutor António Dias Farinha (FLUL), merece igualmente o nosso agradecimento.





Fig. 11 – Inscrição árabe, identificada numa das torres quadrangulares (ponto C da planta do castelo).

Este torreão voltado a sul teria uma importância estratégica relevante, não só para os campos e controlo do rio Mondego, mas também para o burgo extramuros. Atendendo à sua posição, surgem-nos as mesmas questões pertinentes colocadas pelos investigadores dos grafitos de Alcácer do Sal (COTTART; CARVALHO, 2010:197-198). Serviria esta inscrição para conservar viva a cultura islâmica? Será o seu mau estado de conservação exclusivo de causas naturais, ou terá sido causado propositadamente? Haverá um cariz oficial?

Sabemos que em período de dominação muçulmana<sup>39</sup>, esta fortificação seria uma das mais importantes da Marca Inferior. A sua presença em Montemor, numa primeira fase, estabeleceu-se entre os anos 715-17 e 878; numa segunda fase, com as campanhas de al-Mansur em 990 ou 991, fase que se prolongou até 1064; por fim, durante as investidas que se fizeram sentir nos campos do Mondego entre 1116 e 1117 (BARROCA, 2005).

Teremos, assim, um ponto de partida para um hipotético quadro cronológico onde esta inscrição árabe se poderá enquadrar.

Concluindo, não podemos deixar de referir a razoável preservação deste conjunto de marcas. Se, por um lado, a argamassa onde se estabelecem os grafitos é de boa qualidade, por outro, temos agentes erosivos de grau

<sup>39</sup> Sobre a arqueologia do período islâmico em Portugal, veja-se: (CATARINO, 1995-1997).



acentuado, nomeadamente o Sol, que vai reduzindo a qualidade destes registos. Aliás, é bem patente a fragmentação que a argamassa sofreu na zona mais central da muralha, onde se estabelece o conjunto B. No mesmo troço da muralha, entre os dois cubelos semi-circulares, existe uma concentração de plantas trepadeiras (heras), que está a ocultar e a deteriorar o aparelho de construção.

Relativamente à inscrição árabe, trata-se de um vestígio arqueológico de relevo, já que é o primeiro nesta linha a ser identificado, vindo assim reforçar a presença muçulmana<sup>40</sup> em Montemor-o-Velho.

Atendendo à importância destes vestígios no amuralhado, é premente articular medidas de minimização para a conservação e preservação deste património. Por agora ficam sinalizados todos estes registos, para que eventuais intervenções de restauro ou outras os possam respeitar.

Com estes novos dados que agora publicamos, estamos certos do enriquecimento patrimonial que irá beneficiar este baluarte. Pretendemos, com esta investigação, continuar a alcançar novos interesses de estudo, renovar outros e, sobretudo, atualizar o conhecimento histórico já produzido.

### Bibliografia

- AA.VV. – Breves reflexões históricas sobre a navegação do Mondego, e cultura dos campos de Coimbra. *O Instituto, Jornal Científico e Literário*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra. Vol. II (1854) 68-70; 78-80.
- ALONSO ROMERO, F. – Los testimonios más antiguos de los medios de navegación entre el Mediterráneo y el Atlántico: Las embarcaciones de juncos en arte rupestre de Península Ibérica. *Mediterráneo*. 2 (1993) 265-284.
- ARTETA, Antonio Ubieto – *IDRISI – Geografía de España*. Textos medievais, 37 Valencia: Anubar (Cronista Almela y Vives), 1974.

---

<sup>40</sup> Atendendo à escassez destes artefactos nesta região, não podemos deixar de mencionar a inscrição árabe existente na Sé Velha, em Coimbra.



- BARRERA MATURANA, J.I. – Iconografia marginal: graffitos históricos en la casa nazari de calle Buenaventura, 2 (Granada). *De Arte*. 7 (2008) 153-166.
- BARROCA, Mário Jorge – *Epigrafia medieval portuguesa: 862-1422.*, 3 vol. em 4 tomos (Textos universitários de ciências sociais e humanas). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2000.
- BARROCA, Mário Jorge – O Castelo de Montemor-o-Velho nos séculos X a XIII. *Muçulmanos e cristãos entre o Tejo e o Douro (Sécs. VIII a XIII): actas dos seminários realizados em Palmela, 14 e 15 de Fevereiro de 2003; Porto, 4 e 5 de Abril de 2003*. Coord. de Mário Jorge Barroca e Isabel Cristina Ferreira Fernandes. Palmela; Porto: Câmara Municipal de Palmela; Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005, p. 111-126.
- BAZZANA, André e LAMBLIN, M.P (ed.) – *Los graffiti médiévaux des Castell de Dénia*. Catálogo. Dénia: Publicaciones Museo Arqueológico, 1984.
- BAZZANA, André – Les graffiti de bateaux dans al-Andalus et au Maghreb al-Aqsâ. *Les Cahiers de l'Urbanisme. Mélanges d'archéologie médiévale, Liber amicorum en hommage à André Matthys*. Hors série (2006) 16-34.
- BRANCO, Manuel J. C. e BILLOU, Francisco (ed.) – *Inscrição e grafitos medievais no castelo de Arraiolos*. Arraiolos: Câmara Municipal, 2011.
- CANINAS, João Carlos; HENRIQUES, Francisco; BATISTA, Álvaro; MONTEIRO, Mário – Casos de grafismos rupestres em calcários no centro de Portugal. *1.ª Mesa Redonda: Artes Rupestres da Pré-história e da Protohistória: Paradigmas e Metodologias de Registo*. Trabalhos de Arqueologia: 54. Lisboa: Direcção-Geral do Património Cultural, 2012, p. 313-327.
- CATARINO, Helena – Arqueologia do período islâmico em Portugal: breve perspectiva. *O Arqueólogo Português*, série IV, 13/15 (1995-1997) 457-484.
- CHARRÉU, Leonardo – Siglas medievais de Estremoz: apontamentos de gliptografia medieval portuguesa. *al-madan*. 6, 2.ª série (1997) 132-138.
- COELHO, Maria Helena da Cruz – *Forais de Montemor-o-Velho*. Montemor-o-Velho: Câmara Municipal, 2002.
- COIXÃO, Sá – Siglas medievais de Vila Nova de Foz Côa. *Côavisão – cultura e ciência*. 4 (2002) 43-55.



- CONCEIÇÃO, A. Santos – *Terras de Montemor-o-Velho*. Coimbra: Edição do autor, 1944.
- COTTART, Nicole Danièle e CARVALHO, António Rafael – Os grafitos da muralha Amóada de Alcácer do Sal. *Conimbriga*. XLIX (2010) 183-223.
- CHRISTIE, A. H. – Artes menores del Islam y su influencia sobre el trabajo en Europa in ARNOLD, Thomas e GUILLAUME, Alfred (ed.) – *El Legado del Islam*. Universidad Oxford; Madrid: Ediciones Pegaso, 1947, p. 139-197.
- DIAS, Geraldo Coelho – O mar e os portos como catalisador de religiosidade. *O Litoral em perspectiva histórica (séc. XVI-XVIII): Actas*. FLUP, Porto: Instituto de História Moderna-Centro Leonardo Coimbra, 2002, p. 275-283.
- ENCARNAÇÃO, José d'; PINTO, Inês Vaz; MAGALHÃES, Ana Patrícia e BRUM, Patrícia – A Epígrafe Latina Como Elemento Didáctico (XXXI): Escrever nas paredes... *Boletim de Estudos Clássicos*, Vol. 57 (2012) 51-57.
- FIGUEIREDO, António Mesquita de – Montemor-o-Velho. *Ilustração Portuguesa*. 4, II série (1906) 101-104.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – A arte da construção no estudo das tradições navais. Separata de *Studium Generale*, Vol. V, Porto, 1958.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – Construções Navais Portuguesas. *Actas do V colóquio Internacional de Estudos Luso-Brasileiros*, Coimbra: UC, 1965, Vol. I, p. 305-332.
- FILGUEIRAS, Octávio Lixa – O barco poveiro – tentativas de decifração filo-genética. *Póvoa de Varzim Boletim Cultural*. 2, Vol. XXVI (1989) 433-466.
- FONSECA, N; VACAS, T. e CASTRO Vieira de F. – Análise das características náuticas de embarcações latinas medievais in SOARES, C. Guedes e BRITO, V. Gonçalves de (ed.) – *Inovação e desenvolvimento nas actividades marítimas*. Lisboa: Edições Salamanca, 2006, p. 585-604.
- GRAÇA, António dos Santos – *Inscrições Tumulares por Siglas*. Póvoa de Varzim: Edição do autor, 1942.
- LAMEIRAS, Edgar – Contributo para o estudo da navegação comercial e dos sistemas primitivos de transporte de carga do Rio Mondego a montante de Coimbra. *Antropologia Portuguesa*. 6 (1988) 81-107.



- LAMEIRAS, Edgar e BANDEIRA, José – As barcas serranas e a navegação comercial do rio Mondego. *Baixo Mondego região e património: Actas do 1.º Congresso*, 1990, Coimbra: GAAC, LACAM, ADPCNS, ADPCP, AF, ADRL, ADCRP, 1992, p. 37-62.
- MARQUES, Alfredo Pinheiro – *Inscrições Medievais no Castelo de Olivença: Deixadas por mãos portuguesas na Torre de Menagem do Século XIV aumentada pelo "Príncipe Perfeito" Dom João II*. Montemor-o-Velho: Centro de Estudos do Mar, 2000.
- MARTÍNEZ NÚÑEZ, M.<sup>a</sup> A. – Epígrafia árabe e historia de al-Andalus: nuevos hallazgos y datos. *Xelb 9: Actas do 6.º Encontro de Arqueologia do Algarve*. (2009) 39-53.
- MARTINIANO, R.; FEITOSA, Y.; ABADE, A. e MANCO, L. – Y-chromosome diversity in central Portugal reveals signatures of ancient maritime expansions. *Anthropologischer Anzeiger-Journal of Biological and Clinical Anthropology*. 70, 4 (2013) 355-367.
- MATTOSO, José – Antecedentes Medievais da Expansão Portuguesa in BETHENCOURT, Francisco e CHAUDHURI, Kirti (ed.) – *História da Expansão Portuguesa*. Lisboa: Círculo de Leitores, Vol.I, 1998, p. 12-25.
- MONTEIRO, João Gouveia – Fontes e Métodos da História Militar. *Programa, Conteúdos e Métodos de ensino. Vol. I (Texto, 325 pgs.). Vol. II (Anexo: Iconografia, 98 pgs). Relatório da disciplina apresentado a concurso para obtenção da categoria de Professor Associado do 5.º Grupo (História)*. Faculdade de Letras, Coimbra, 2006.
- PENAJÓIA, Marco – *A Questão portuária em torno de Montemor-o-Velho: Estudo de Arqueologia*. Colecção Memória e Identidade, Montemor-o-Velho: Câmara Municipal, 2012.
- RIETH, Eric – Octávio Lixa Filgueiras: um antropólogo de arquitectura naval de vernáculo português in GARRIDO, Álvaro – *Barcos de Portugal – obras seleccionadas de Octávio Lixa Filgueiras*. Ílhavo: Câmara Municipal; Museu Marítimo, 2013, p. 7-15.
- ROSAS, Lúcia Maria; BOTELHO, Maria Leonor e RESENDE, Nuno – Ermida do Paiva: reflexões e problemáticas. *Revista da Faculdade de Letras, Ciências e Técnicas do Património*. Vol. XII (2013) 245-262.
- SANTOS, Carla Sofia; SANTOS, Carla Alexandra e BALESTEROS, Carmen – Marcas de simbologia religiosa judaica e cristã ou cristã-



-nova nos núcleos urbanos antigos de Estremoz e de Trancoso. *Terrenos da Arqueologia da Península Ibérica – 3.º Congresso de Arqueologia Peninsular – Actas*, 1999. Porto: ADECAP, 2000, p. 207-228.

SANTOS, Marinho dos – Tradição e Modernidade com os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa – Portugal, a Europa e o Mundo. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 4 (2004) 89-103.

SERRÃO, Eduardo da Cunha e SERRÃO, Vitor Manuel – Vestígios da antiga capela do Espírito Santo dos Mareantes em Sesimbra. *Jornadas Arqueológicas 3 – Actas*, 1977. Lisboa, Vol. I, 1978, p. 387-407.

SOUTO, Juan – Marcas de cantero, graffiti y ‘signos magicos’ en el Mundo Islamico: panoramica general. *Actes du Ve colloque International de glyptographie*, I. Pontevedra, 1988, p. 463-486.

VILAÇA, Raquel – Considerações sobre cerâmica pré e proto-históricas do território português. *Actas do Colóquio A produção de cerâmica em Portugal: Histórias com futuro*. Museu de Olaria/Município de Barcelos, 2007, p. 7-26.



# Divulgação da penicilina em Portugal na literatura técnica (anos 50 e 60 do Séc. XX): o *Symposium Terapêutico* e a *Farmacopeia Portuguesa*

Victoria Bell

FCT (Bolsa SFRH/BD/62391/2009)

Faculdade de Farmácia da Universidade de Coimbra

victoriabell1103@gmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 03.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 28.10.2014

## *Resumo/Abstract:*

A penicilina foi introduzida em Portugal em Maio de 1944 pela Cruz Vermelha Portuguesa, que a começou a importar, com regularidade, a partir de Setembro desse ano. A partir de Junho de 1945, passou a ser importada através da indústria farmacêutica e foi inserida no circuito de distribuição de medicamentos. Em 1948 surgiram no mercado nacional as primeiras especialidades farmacêuticas com penicilina, manipuladas em Portugal. Em 1956, atendendo ao elevado número de medicamentos comercializados no mercado nacional e à necessidade de divulgá-los no meio foi publicado o primeiro *Symposium Terapêutico*, obra que, sendo um importante elemento informativo, tinha um cariz essencialmente comercial. A normalização da produção de medicamentos, a padronização de matérias-primas e a instituição de procedimentos de garantia da qualidade foram oficialmente consagradas na *Farmacopeia Portuguesa*. A penicilina só veio a ser incluída no Suplemento da *Farmacopeia Portuguesa* IV, publicado em 1961. Neste artigo pretendemos demonstrar como o *Symposium Terapêutico* e a *Farmacopeia Portuguesa*, com propósitos muito diferentes, contribuíram para valorizar os conhecimentos existentes relativos à penicilina junto dos profissionais de saúde portugueses.

Penicillin was introduced in Portugal in May 1944 by the Portuguese Red Cross, which began regularly importing this medicine in September of the same year. From June 1945 onwards, penicillin began to be imported through the pharmaceutical industry and it was introduced in the distribution chain of medicines. In 1948, the first medicinal products with penicillin, manipulated in Portugal, entered the domestic market. In 1956, in view of the high number of medicines traded in the national market and the need to publicize them among the field, the first *Therapeutic Symposium* was published. This work, being an important source of information, had a mainly commercial nature. The standardization of the production of medicines, the standardization of raw materials and the establishment of quality assurance procedures were officially enshrined in the *Portuguese Pharmacopeia*. Penicillin was only included in the *Supplement of Portuguese Pharmacopeia IV*, published in 1961. This paper attempts to show how the *Therapeutic Symposium* and the *Portuguese Pharmacopeia*, with very different aims, contributed to develop the existing knowledge of penicillin among the Portuguese health professionals.

## *Palavras chave/Keywords:*

Penicilina; *Symposium Terapêutico*; *Farmacopeia Portuguesa*; História da Farmácia.

Penicillin; *Therapeutic Symposium*; *Portuguese Pharmacopeia*; History of Pharmacy.



## Introdução

É na segunda metade do século XIX, com os trabalhos de Louis Pasteur (1822-1895) e Robert Koch (1843-1910) e das suas *escolas* de microbiologistas que começaram a ser identificados os agentes microbianos responsáveis por variadas doenças infecciosas, sobretudo de natureza bacteriológica. Iniciou-se, também, nessa época a procura de meios para os combater ou prevenir de modo objetivo, embora se deva assinalar que o combate às doenças *contagiosas* e aos *contágios* constituía uma preocupação muito antiga. Um dos primeiros passos significativos para combater os agentes invasores microbianos foi a descoberta em 1932, por Gerhard Domagk (1895-1964) da primeira substância com propriedades antimicrobianas e com aplicabilidade terapêutica, o prontosil<sup>1</sup>. Este medicamento, considerado o primeiro de uma nova classe de fármacos antibacterianos, as sulfamidas, contribuiu para alterar profundamente o modo de encarar a utilização de fármacos no tratamento de infeções<sup>2</sup>. Em 1928 Alexander Fleming descobriu a penicilina, mais tarde transformada em medicamento. A entrada na terapêutica das sulfamidas, por isso, foi decisiva para a aceitação da penicilina como medicamento nos anos 40 do século XX. Estas inovações surgem num período de imensas descobertas científicas no plano farmacológico e de abertura dos grupos fármaco-terapêuticos tal como hoje os conhecemos. Entre muitos exemplos refira-se em 1918 os estudos pioneiros sobre a heparina de largo interesse na terapêutica cardiovascular; em 1921 foi descoberta a insulina; no final dos anos 30 o ácido undecelénico abriu as portas à moderna terapêutica anti-micótica; as sulfonas no início dos anos 40 entraram na terapêutica anti-leprótica. A terapêutica neuropsiquiátrica surge nos anos 50 com a descoberta clorpromazina<sup>3</sup>.

<sup>1</sup> PITA, João Rui – *História da farmácia*. Coimbra: MinervaCoimbra, 2007 (sobretudo o capítulo sobre o período contemporâneo). Do mesmo autor ver: *Épocas de farmácia em Portugal e na Europa: sinopse histórica*. *Revista CEPIHS*. 3 (2013) 245-267. Veja-se igualmente: PITA, João Rui; PEREIRA, Ana Leonor – A Europa científica e a farmácia portuguesa na época contemporânea. *Estudos do Século XX*. 2 (2002) 231-265.

<sup>2</sup> WAINWRIGHT, Milton – *Miracle cure. The story of penicillin and the golden age of antibiotics*. Oxford: Basil Blackwell Ltd, 1991, p. 13.

<sup>3</sup> Sobre a história geral da farmácia e dos medicamentos veja-se: ESTEVA DE SAGRERA, Juan – *Historia de la farmácia: los medicamentos, la riqueza y el bienestar*.



Na segunda metade dos anos 40 do século XX até finais dos anos 50, a penicilina torna-se num objeto recorrente na literatura científica e técnica nacionais, à semelhança do que também se fazia no estrangeiro. Entre a literatura de natureza marcadamente técnica ou técnico-científica sobressaem em Portugal duas obras: o *Simposium Terapêutico* e a *Farmacopeia Portuguesa*. São duas obras que não têm merecido a atenção devida de estudos aprofundados de natureza histórica<sup>4</sup>. Neste artigo<sup>5</sup> pretendemos, então, demonstrar como é que aquelas duas obras, o *Simposium Terapêutico* e a *Farmacopeia Portuguesa*, com propósitos muito diferentes, contribuíram para valorizar os conhecimentos existentes sobre a penicilina tanto junto dos profissionais de saúde portugueses como também junto da comunidade científica.

### A receção da penicilina em Portugal

As propriedades terapêuticas da penicilina foram divulgadas na comunicação social a 27 de Agosto de 1942 através do artigo “Penicillium”<sup>6</sup> publicado no jornal londrino *The Times*. Após o conhecimento público das propriedades do medicamento, familiares de doentes em situação crítica tentavam, por todos os meios, obter penicilina. Alexander Fleming (1881-1955), investigador responsável pela descoberta, recebeu inúmeras cartas de familiares desesperados pedindo o seu auxílio<sup>7</sup>. Howard Florey (1898-1968), um dos cientistas responsáveis pela transformação da penicilina em medicamento, também foi alvo desses apelos mas a inexistência de penicilina em quantidades suficientes impediram-no de poder colaborar<sup>8</sup>.

Barcelona: Masson, 2005. Veja-se, também: CHAST, François – *História Contemporânea dos Medicamentos*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

<sup>4</sup> No caso da farmacopeia portuguesa referimo-nos à necessidade de estudos sobre as farmacopeias portuguesas do século XX.

<sup>5</sup> Artigo decorrente do projeto de tese da FFUC-FCT-Bolsa SFRH/BD/62391/2009 integrado no plano de trabalho do GHSCT-CEIS20-PEST-OE/HIS/UI0460/2014.

<sup>6</sup> Penicillium. *The Times*. (27<sup>th</sup> August 1942).

<sup>7</sup> MAUROIS, André – *The life of Sir Alexander Fleming*. Oxford: The Alden Press, 1959, p. 208.

<sup>8</sup> BUD, Robert – *Penicillin Triumph and Tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 2007, p. 59.



Em Portugal os apelos para a obtenção de penicilina foram dirigidos à Cruz Vermelha Portuguesa (CVP). Esta instituição humanitária com delegações em todo o país recebeu pedidos de familiares e de clínicos de doentes para a obtenção do medicamento<sup>9</sup>. Em Março de 1944, a Direção da CVP contactou o Brasil, os Estados Unidos da América (EUA) e a Grã-Bretanha para tentar obter penicilina<sup>10</sup>. O seu pedido à Grã-Bretanha foi recusado por impossibilidade de fornecimento do medicamento<sup>11</sup>. Os EUA também manifestaram dificuldades em satisfazer o pedido português<sup>12</sup>. O Brasil, após alguma insistência da CVP, cedeu doze ampolas de penicilina a Portugal<sup>13</sup>. A penicilina oferecida pelo Brasil não foi em quantidade suficiente para satisfazer os vários pedidos do medicamento que surgiam diariamente na CVP. A instituição humanitária persistiu com o seu intento de conseguir um fornecimento regular de penicilina para Portugal, insistindo junto do governo americano, por intermédio da delegação da Cruz Vermelha Americana (CVA) em Lisboa, para que cedesse o medicamento ao nosso país<sup>14</sup>. As negociações com o governo americano foram bem sucedidas e a 2 de Setembro de 1944 o Delegado da CVA informou a CVP sobre a chegada da primeira remessa de penicilina<sup>15</sup>. A penicilina, transportada por um avião da *Pan American Airways*, chegou a Portugal a 8 de Setembro de 1944. No dia seguinte,

<sup>9</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta enviada à Embaixada do Brasil em 27 de Março 1944. *Livro de correspondência expedida*, Lisboa, Vol. III, 1944. Número de ordem 1374.

<sup>10</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Ata da Sessão Ordinária da Comissão Central da Cruz Vermelha Portuguesa em 8 de Maio de 1944. *Livro de atas da Comissão Central da Cruz Vermelha Portuguesa*, Lisboa, 1944.

<sup>11</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta da Embaixada Britânica de 09 de Maio de 1944. *Livro de correspondência recebida*, Lisboa, 1944. Número de ordem de entrada 1800.

<sup>12</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta da Legação dos Estados Unidos da América de 19 de Abril de 1944. *Livro de correspondência recebida*, Lisboa, 1944. Número de ordem de entrada 1445.

<sup>13</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Ata da Sessão Ordinária da Comissão Central da Cruz Vermelha Portuguesa em 12 de Junho de 1944. *Livro de atas da Comissão Central da Cruz Vermelha Portuguesa*, Lisboa, 1944.

<sup>14</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta enviada à Cruz Vermelha Americana em 27 de Março de 1944. *Livro de correspondência expedida*, Lisboa, Vol. III, 1944. Número de ordem 1366.

<sup>15</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta do Delegado da Cruz Vermelha Americana em 02 de Setembro de 1944. *Livro de correspondência recebida*, Lisboa, 1944. Número de ordem de entrada 3728.



o Secretário-geral da CVP, Luís de Albuquerque Bettencourt, solicitou à Direção Geral de Saúde<sup>16</sup> autorização para “receber da Alfandega de Lisboa – Delegação do Aeroporto de Cabo Ruivo”<sup>17</sup> uma encomenda remetida pela “Cruz Vermelha Americana, 45, Broadway N.Y.C.”. A cerimónia oficial de entrega das primeiras 700 ampolas de penicilina, vindas dos EUA, realizou-se na sede da CVP, em Lisboa, a 18 de Setembro de 1944. Estiveram presentes na cerimónia o Sr. Henry Norweb, Embaixador dos EUA e o Almirante Guilherme Ivens Ferraz, Presidente da CVP<sup>18</sup>.

Apesar de estar garantido um fornecimento regular de penicilina dos EUA, as quantidades do antibiótico disponíveis eram escassas levando à necessidade de constituição de uma comissão controladora para avaliar as requisições do medicamento recebidas na CVP. Conceituados clínicos da época foram convidados para integrarem esta comissão, a Junta Consultiva da Cruz Vermelha para a Distribuição de Penicilina em Portugal. Os membros da junta, Prof. Doutor Francisco Gentil (presidente), Doutor Luís António Xavier Júnior (secretário), Prof. Doutor Fernando da Fonseca, Prof. Doutor João Maia Loureiro e Doutor Ernesto Galeão Roma (como vogais), organizaram e supervisionaram a distribuição da penicilina recebida na CVP. Criaram um formulário específico para a requisição do antibiótico, certificaram-se de que as condições de conservação do medicamento seriam respeitadas durante o seu armazenamento<sup>19</sup>, controlaram o circuito de distribuição da penicilina através de pedidos de confirmação da receção do

<sup>16</sup> A Direcção Geral de Saúde foi criada através do Diário do Governo n.º 33, de 10 de Fevereiro de 1911. Este organismo oficial tinha como função regulamentar e fiscalizar os assuntos relativos à saúde pública. Assinale-se que a Cruz Vermelha Portuguesa endereça a correspondência àquela instituição em nome de Direcção Geral de Saúde Pública.

<sup>17</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta enviada à Direcção Geral de Saúde Pública em 09 de Setembro de 1944. *Livro de correspondência expedida*, Lisboa, Vol. IX, 1944. Número de ordem 4394.

<sup>18</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta enviada à Direcção dos Serviços de Censura em 19 de Setembro 1944. *Livro de correspondência expedida*, Lisboa, Vol. IX, 1944. Número de Ordem 4482.

<sup>19</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Ata da Sessão Ordinária da Junta Consultiva da Cruz Vermelha Portuguesa para a Distribuição da Penicilina em Portugal de 26 de Julho de 1944. *Livro de atas da Junta Consultiva da Cruz Vermelha Portuguesa para a Distribuição de Penicilina em Portugal*, Lisboa, 1944.



mesmo<sup>20</sup> e, através de um impresso próprio solicitaram informações sobre o resultado do tratamento aos clínicos prescritores<sup>21</sup>.

A Junta Consultiva da Cruz Vermelha para a Distribuição de Penicilina em Portugal funcionou entre 26 de Julho de 1944 e 12 de Junho de 1945<sup>22</sup>. Durante este período distribuiu 10 700 ampolas de penicilina de 100 000 unidades para o tratamento de 2500 casos clínicos; 30 a 50% destas foram cedidas gratuitamente aos pobres; as ampolas que não foram cedidas gratuitamente foram vendidas por 200\$00<sup>23</sup>. Apesar da Junta Consultiva ter terminado as suas funções em Junho de 1945, a CVP continuou a distribuir o medicamento até esgotar o seu stock. Encontrámos pedidos de fornecimento de penicilina à instituição em Outubro de 1945<sup>24</sup>, altura em que o medicamento já se encontrava disponível no circuito comercial<sup>25</sup>.

A penicilina foi integrada no circuito comercial de venda de medicamentos a partir de Julho de 1945. Apesar das quantidades do medicamento disponíveis para fornecimento terem aumentado, a entidade oficial reguladora do medicamento, a Comissão Reguladora dos Produtos Químicos e Farmacêuticos (CRPQF) elaborou diretivas de modo a evitar eventuais falhas no abastecimento do antibiótico. Foi elaborada uma circular com os procedimentos que deveriam ser adotados pelas farmácias na cedência de penicilina. A 13 de Julho de 1945 o Grémio Nacional das Farmácias difundiu às farmácias portuguesas o conteúdo desta circular esclarecendo-as sobre as

<sup>20</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Telegrama de José Cipriano Rodrigues Dinis de confirmação da receção de penicilina em 24 de Novembro de 1944. *Cruz Vermelha Portuguesa – Junta Consultiva de Distribuição de Penicilina em Portugal*, Lisboa, Vol. I, 1944/1945.

<sup>21</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Impresso para registo do resultado do tratamento com penicilina. *Cruz Vermelha Portuguesa – Junta Consultiva de Distribuição de Penicilina em Portugal*, Lisboa, Vol. I, 1944/1945.

<sup>22</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta enviada à Junta Consultiva para a Distribuição da Penicilina em Portugal em 12 de Junho 1945. *Cruz Vermelha Portuguesa – Junta Consultiva de Distribuição de Penicilina em Portugal*, Lisboa, Vol. I, 1944/1945.

<sup>23</sup> SÃO PAYO, Marquês De – Elementos estatísticos da acção da Cruz Vermelha Portuguesa durante a guerra de 1939-1945. *Boletim Oficial Cruz Vermelha Portuguesa*. II, 41 (1946) 76-87.

<sup>24</sup> Arquivo da Cruz Vermelha Portuguesa, Carta do Delegado de Saúde da Anadia de 10 de Outubro de 1945. *Livro de correspondência recebida*, Lisboa, 1945. Número de Ordem de Entrada 11139.

<sup>25</sup> ANÓNIMO – Regulamento da venda da Penicilina. *Eco Farmacêutico*. 7, 58 (1945) 8.



diretivas para a venda de penicilina nos seus estabelecimentos<sup>26</sup>. Entre 1945 e 1948, os medicamentos contendo penicilina vendidos em Portugal eram totalmente provenientes da importação, sendo os EUA o principal exportador para o nosso país<sup>27</sup>. A partir de 1947, a penicilina começou a ser importada como matéria-prima e em 1948 foram lançadas no mercado as primeiras especialidades farmacêuticas com penicilina manipuladas em Portugal. Só foi possível a manipulação do antibiótico após a instalação de uma câmara assética para o efeito<sup>28</sup>. A produção de especialidades farmacêuticas contendo penicilina em Portugal contribui para a diminuição do preço de venda ao público destes medicamentos. Em 1952, 15 laboratórios nacionais produziam medicamentos com penicilina. O laboratório Sanitas, o Instituto Pasteur de Lisboa, o laboratório Azevedos, o Instituto Luso-Fármaco, o laboratório Delta, Únitas, Nóvil, Vitória, Atral, Isis e a Companhia Portuguesa de Higiene produziam o sal sódico ou potássico de penicilina e procaína penicilina com penicilina cristalizada; os laboratórios Zimaia, Suéli, Clesus e Bial produziam somente procaína com penicilina cristalizada<sup>29</sup>. Neste ano, a venda de medicamentos contendo penicilina e estreptomicina correspondeu a 30% do total das vendas de medicamentos de produção nacional<sup>30</sup>. Em 1966 surgiu, em Matosinhos, a primeira indústria produtora de penicilina no país a *Sociedade Produtora de Leveduras Seleccionadas e Micofabril*<sup>31</sup>. A *Sociedade Produtora de Leveduras Seleccionadas* era responsável pela biossíntese, extração e refinação da penicilina enquanto a *Micofabril* transformava a matéria-prima em especialidades farmacêuticas,

<sup>26</sup> Centro de Documentação Farmacêutica da Ordem dos Farmacêuticos – Delegação Regional de Coimbra, Circular do Grémio Nacional das Farmácia de 13 de Julho de 1945 enviada à Farmácia Cruz Viegas, Coimbra, 1945.

<sup>27</sup> COMISSÃO REGULADORA DOS PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS – *Medicamentos especializados e produtos químicos medicinais*. Volume I. Lisboa: Gráfica Boa Nova Lda, 1956, p. 112.

<sup>28</sup> COMISSÃO REGULADORA DOS PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS – *Medicamentos especializados e produtos químicos medicinais*. Volume I, cit., p. 113.

<sup>29</sup> COMISSÃO REGULADORA DOS PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS – *Medicamentos especializados e produtos químicos medicinais*. Volume II. Lisboa: Gráfica Boa Nova Lda, 1956, p. 206-207.

<sup>30</sup> COMISSÃO REGULADORA DOS PRODUTOS QUÍMICOS E FARMACÊUTICOS, *Medicamentos especializados e produtos químicos medicinais*. Volume I, cit., p. 113.

<sup>31</sup> MONTEIRO, Gilberto – Matosinhos Possui a Primeira Fábrica de Penicilina do País. *Boletim da Biblioteca Pública Municipal de Matosinhos*. 13 (1966) 1-8.



embalando-as e lançando-as no mercado<sup>32</sup>. A par da *Micofabril*, a *Cipan – Companhia Industrial Produtora de Antibióticos, S.A.R.L.* também deu um importante contributo para o início da produção de antibióticos em Portugal.

### **A divulgação da penicilina no *Simposium Terapêutico* (anos 50-60 do Séc. XX)**

Com a dinamização da indústria farmacêutica portuguesa e o aumento do consumo de medicamentos, o número de especialidades farmacêuticas existentes no mercado nacional aumentou significativamente. A necessidade de as divulgar de modo fidedigno junto dos profissionais de saúde levou à publicação em 1956 do primeiro *Simposium Terapêutico*<sup>33</sup>. Esta obra, sob a forma de livro, de caráter comercial, tinha como objetivo informar médicos e farmacêuticos sobre as diversas especialidades farmacêuticas existentes no mercado, veiculando dados sobre a sua composição, indicações terapêuticas, posologia e formas de apresentação. Indicava também os laboratórios responsáveis pela sua produção e comercialização. O primeiro *Simposium Terapêutico* foi editado a 19 de Setembro de 1956 e teve uma tiragem de 5900 exemplares que foram distribuídos gratuitamente pela classe médica e farmacêutica. Em Fevereiro de 1955, antes da publicação do primeiro número do *Simposium Terapêutico*, os editores enviaram um projeto do mesmo à Ordem dos Médicos para sua apreciação. O Conselho Regional de Lisboa não teve “qualquer dúvida em considerar a ideia excelente, reputando de grande utilidade a obra em perspetiva”<sup>34</sup>. Os laboratórios farmacêuticos também apoiaram a iniciativa e colaboraram nos custos da publicação. A direção técnica do *Simposium* foi assumida pela farmacêutica Judith Lupi

<sup>32</sup> MONTEIRO, Gilberto – Matosinhos Possui a Primeira Fábrica de Penicilina do País, *cit.*

<sup>33</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; ALMEIDA, Maria Amélia Borges de (Eds.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 1.º Ano. Lisboa: Editorial Ultramar, 1956.

<sup>34</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; ALMEIDA, Maria Amélia Borges de (Eds.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 1.º Ano, *cit.*, p. [8].



Nogueira e pela química farmacêutica Maria Amélia Borges de Almeida<sup>35</sup>, a administração e redação estavam sediadas em Lisboa na Travessa do Fala Só, número 15, 1.º esquerdo.

O *Simposium Terapêutico* pretendia assumir-se como uma “enciclopédia de especialidades farmacêuticas” conforme surge em subtítulo. Na verdade, a organização da obra é muito próxima de uma enciclopédia ou de um dicionário. O primeiro ano da obra, isto é, o primeiro volume do *Simposium Terapêutico* encontra-se organizado em sete capítulos; no primeiro, além de uma apresentação feita pelos editores é assinalada a situação geográfica dos laboratórios nacionais e a nacionalidade dos laboratórios estrangeiros. Nesta primeira edição estão representados 47 laboratórios nacionais (41 localizados no distrito de Lisboa) e foram apresentados laboratórios de 13 países a nível mundial. O segundo, terceiro e quarto capítulos são dedicados às especialidades farmacêuticas. No capítulo II as especialidades estão organizadas por ordem alfabética sendo feita referência ao laboratório produtor e ao representante ou distribuidor; no capítulo III, também disposto alfabeticamente, é referida a composição, as indicações, a posologia e a apresentação de cada um dos medicamentos. No capítulo IV as especialidades encontram-se organizadas de acordo com a sua indicação terapêutica. No capítulo V estão descritos os laboratórios e importadores de especialidades, no capítulo VI as atividades dos colaboradores da publicação e no último capítulo são mencionadas algumas indicações gerais de utilidade médica como as unidades de medida para a administração de medicamentos, posologia segundo as diferentes idades, dados fisiológicos dos líquidos orgânicos, o tempo de incubação de várias doenças infecciosas e um calendário de gravidez.

Na nossa investigação foi efetuado um levantamento do número de especialidades farmacêuticas descritas no primeiro *Simposium Terapêutico*, sendo discriminadas as especialidades contendo antibióticos e nestas destacámos aquelas cuja composição inclui penicilina. As especialidades farmacêuticas com penicilina foram analisadas com maior pormenor sendo detalhadas as formas farmacêuticas em que surgem.

---

<sup>35</sup> Não conseguimos apurar com rigor a localização no meio científico e profissional destas duas farmacêuticas, tarefa que temos em curso.



No *Symposium Terapêutico* de 1956 estão descritas 4094 especialidades farmacêuticas. Em cada uma delas está detalhada a sua composição, as indicações terapêuticas, a posologia e as apresentações em que o medicamento surge no mercado. As especialidades farmacêuticas cujo nome começa com a letra P ocorrem em maior número (409 medicamentos), circunstância que supomos ser influenciada pelo número de medicamentos contendo penicilina, cuja denominação também principia com a mesma letra. No capítulo IV do primeiro *Symposium Terapêutico*, dedicado à descrição das especialidades farmacêuticas segundo a sua indicação terapêutica, surgem 151 medicamentos classificados como antibióticos. Através da análise da composição dos mesmos verificamos que 104 contêm penicilina na sua formulação. A maioria dos medicamentos contendo penicilina surge no primeiro *Symposium* apenas com uma única forma farmacêutica descrita. No entanto, quando examinamos detalhadamente o campo dedicado à apresentação com que o medicamento se encontrava no mercado verificamos que alguns surgem em mais do que uma forma farmacêutica. Se exibirmos o resultado do estudo que efetuamos sobre os medicamentos contendo penicilina de acordo com a forma farmacêutica em que estão descritos no *Symposium Terapêutico* de 1956 constatamos que surgem 127 medicamentos com o fármaco, distribuídos pelas diversas formas farmacêuticas conforme exposto na tabela 1.

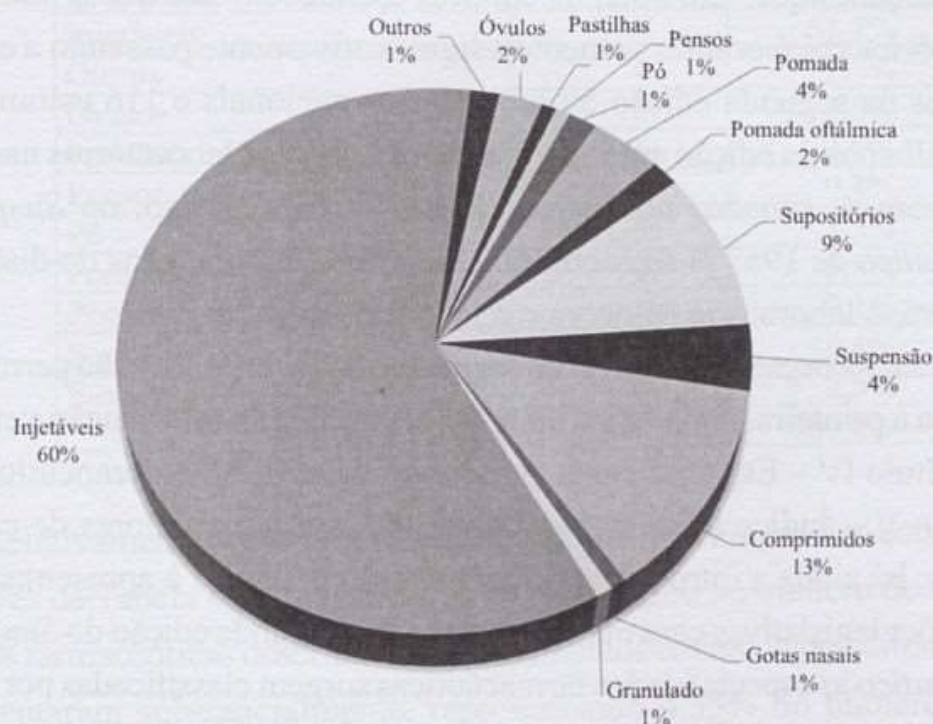
Tabela 1 – Descrição das formas farmacêuticas contendo penicilina existentes no *Symposium Terapêutico* de 1956

Forma farmacêutica	Ano: 1956	%
Comprimidos	16	13%
Gotas nasais	1	1%
Granulado	1	1%
Injetáveis	76	60%
Outros	2	2%
Óvulos	3	2%
Pastilhas	1	1%
Pensos	1	1%
Pó	2	2%
Pomada	5	4%
Pomada oftálmica	2	2%
Supositórios	12	9%
Suspensão	5	4%
Total	127	100%



Através da representação gráfica dos dados da tabela 1 podemos com facilidade constatar que os medicamentos com penicilina na forma injetável surgem em maior número relativamente aos restantes.

Figura 1 – Gráfico das especialidades farmacêuticas contendo penicilina descritas no *Simposium Terapêutico* de 1956 distribuídas de acordo com a forma farmacêutica



Analisando o número de especialidades farmacêuticas com penicilina relativamente ao número total de medicamentos que constam no *Simposium Terapêutico* de 1956 verificamos que os primeiros representam 3,1%.

Tabela 2 – Número total de especialidades farmacêuticas existentes no *Simposium Terapêutico* de 1956 e número de especialidades farmacêuticas com penicilina

Ano	N.º total medicamentos	F. farmacêuticas com penicilina	%
1956	4094	127	3,1%

A publicação do primeiro *Simposium Terapêutico* constituiu um êxito, tendo sido reconhecida pela Ordem dos Médicos como uma publicação de “manifesto interesse”<sup>36</sup> e pela CRPQF como “um elemento de consulta

<sup>36</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi (Ed.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 2.º Ano. Lisboa: Sociedade Gráfica Nacional, Lda., 1957, p. [6]



valiosa”<sup>37</sup>. Para dar continuidade à primeira edição, o *Simposium Terapêutico* foi novamente publicado em 20 de Novembro de 1957, com uma tiragem de 8 000 exemplares. A segunda edição do *Simposium Terapêutico* deu continuidade à organização do primeiro mas com a direção técnica somente da farmacêutica Judith Lupi Nogueira e com agências nos Açores, em Angola e em Moçambique. Em nota, os editores esclarecem-nos que o número de laboratórios colaboradores aumentou significativamente passando a estarem inscritos na segunda edição 59 laboratórios nacionais e 116 estrangeiros. À semelhança da edição anterior, a vasta maioria dos laboratórios nacionais encontram-se situados no distrito de Lisboa; no entanto, no *Simposium Terapêutico* de 1957 já se encontram inscritos 2 laboratórios do distrito de Coimbra, o laboratório Minerva e o laboratório Alvim.

Apesar da organização geral da segunda edição da publicação permanecer idêntica à primeira, registámos algumas alterações na informação veiculada no capítulo IV – Especialidades por ordem de indicações terapêuticas e no capítulo V – Índice alfabético de laboratórios e importadores de especialidades; há ainda a introdução de uma secção dedicada à apresentação das alterações legislativas com maior interesse. Na segunda edição do *Simposium Terapêutico* as especialidades farmacêuticas surgem classificadas por grupos terapêuticos e por indicação terapêutica e a informação sobre os laboratórios e importadores de especialidades para além da morada também referencia os produtos que os laboratórios representam.

O número de especialidades farmacêuticas descritas no *Simposium Terapêutico* de 1957 aumentou consideravelmente em relação à edição anterior, passando a estarem incluídos 5 544 medicamentos. Na segunda edição da publicação estão descritos 272 antibióticos, 210 dos quais contêm penicilina na sua composição. Quando analisámos pormenorizadamente os medicamentos contendo penicilina, apurámos que na segunda edição do *Simposium Terapêutico* estão presentes 240 medicamentos contendo antibiótico distribuídos pelas diferentes formas farmacêuticas de acordo com o representado na tabela 3.

<sup>37</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi (Ed.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 2.º Ano, cit., p. [6].



Tabela 3 – Descrição das formas farmacêuticas contendo penicilina existentes no *Symposium Terapêutico* de 1957

Forma farmacêutica	Ano: 1957	%
Colírio	6	2,5%
Comprimidos	18	7,5%
Gotas nasais	2	0,8%
Granulado	1	0,4%
Injetáveis	148	61,7%
Outros	4	1,7%
Óvulos	6	2,5%
Pastilhas	6	2,5%
Pensos	1	0,4%
Pó	3	1,3%
Pomada	9	3,8%
Pomada oftálmica	5	2,1%
Supositórios	25	10,4%
Suspensão	6	2,5%
Total	240	100,0%

Relativamente à primeira edição do *Symposium Terapêutico* constatamos, através da Tabela 4, que, para além do incremento no número de especialidades farmacêuticas descritas, os medicamentos contendo penicilina também aumentaram substancialmente, representando 4.33% do número total de medicamentos inscritos.

Tabela 4 – Número total de especialidades farmacêuticas descritas no *Symposium Terapêutico* de 1957 e o número de especialidades contendo penicilina

Ano	N.º total medicamentos	F. farmacêuticas com penicilina	%
1957	5544	240	4.33%

De modo a comparar a evolução do número de especialidades inscritas, analisámos detalhadamente a terceira e quarta edições do *Symposium Terapêutico*. Na tabela 5 estão apresentados os resultados do nosso estudo. Dos dados descritos constatamos que o número de medicamentos inscritos na publicação aumentou consideravelmente de 1956 para 1958 mas que o incremento verificado para 1959 foi consideravelmente inferior. Este facto deve-se, em nosso entender, à promulgação do decreto-lei 41 448 em 18 de Dezembro de 1957 no qual foram revistos os critérios de qualidade



dos medicamentos e as normas para a introdução de novas especialidades farmacêuticas no mercado nacional.

Tabela 5 – Evolução do número de especialidades farmacêuticas inscritas no *Simposium Terapêutico* e número de formas farmacêuticas com penicilina

Ano	N.º total medicamentos	F. farmacêuticas com penicilina	%
1956	4094	127	3,10%
1957	5544	240	4,33%
1958	6209	255	4,11%
1959	6359	240	3,77%

Antes da publicação da terceira edição do *Simposium Terapêutico* em 1958 foi efetuado um inquérito aos clínicos de forma a melhorar a informação nele veiculada e deste inquérito resultaram algumas modificações na organização da publicação. Os medicamentos inscritos passaram a ser classificados de acordo com a sua indicação farmacológica e foram acrescentadas três rubricas: índice de águas medicinais e suas aplicações, laboratórios estrangeiros e seus representantes e preparados dietéticos, seus fabricantes e representantes<sup>38</sup>. A direção técnica da publicação, além da farmacêutica Judith Lupi Nogueira, também passou a contar com a colaboração do médico João Baptista Jacquet.

Na quarta edição do *Simposium Terapêutico*, em 1959, foi adotado pelos editores o *slogan* “dura um ano – serve todos os dias”<sup>39</sup>. Pensamos que a escolha deste lema pretende evidenciar a importância da publicação no quotidiano dos profissionais de saúde. No quarto *Simposium Terapêutico* a disposição dos capítulos sofreu algumas modificações relativamente às edições anteriores estando os assuntos apresentados de uma forma mais clara e sistematizada. O aumento da tiragem para 9 000 exemplares também demonstra que a publicação constituiu um sucesso, facto que é igualmente evidenciado pelas referências entusiásticas que são salientadas pelos editores no início deste *Simposium Terapêutico*.

<sup>38</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; JACQUET, João Baptista (Eds.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 3.º Ano. Lisboa: Empresa de Publicidade do Sul, 1958.

<sup>39</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; JACQUET, João Baptista (Eds.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 4.º Ano. Lisboa: Gráfica Imperial, Lda., 1959.



Consideramos de interesse referir a aparente ausência da publicação do *Simposium Terapêutico* em 1962. Desde a primeira edição, em 1956, os volumes eram publicados no final de cada ano, o que, na opinião da maioria dos laboratórios colaboradores gerava a ideia da publicação estar atrasada. Foi esta circunstância que motivou os editores a designarem de “1963” sétimo volume em vez de “1962”, passando deste modo o *Simposium Terapêutico* a surgir, a partir desta data, no início de cada ano e não no final<sup>40</sup>.

Na comemoração do décimo aniversário da publicação do *Simposium Terapêutico*, em 1966, foram introduzidas algumas alterações relevantes na sua estrutura interna. Acrescentaram-se duas novas rubricas (soluções parenterais e vacinas e soros). O capítulo 3 dedicado à classificação das especialidades farmacêuticas também foi modificado, passando esta a ser feita segundo a ação farmacológico-terapêutica do medicamento. De acordo com uma nota do editor, a adoção de uma classificação farmacológico-terapêutica para as especialidades farmacêuticas teve como objetivo resolver algumas dificuldades observadas por clínicos na localização de certos medicamentos em função do efeito terapêutico pretendido<sup>41</sup>. Na conceção e execução da classificação farmacológico-terapêutica foi solicitada a colaboração do clínico Manuel José da Luz. No capítulo 3, as especialidades farmacêuticas encontram-se agrupadas em vinte secções de acordo com o seu perfil farmacológico e terapêutico; para otimizar a sua pesquisa, os leitores são incentivados a consultar o “índice de classificação”<sup>42</sup> para determinar o sector onde se encontram os medicamentos que pretendem e, em seguida, através da designação recolhida, consultar a listagem onde se encontram as especialidades farmacêuticas pretendidas, dispostas por ordem alfabética.

<sup>40</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; JACQUET, João Baptista (Eds.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 7.º Ano. Lisboa: Tipografia Esmeralda, Lda, 1963.

<sup>41</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; JACQUET, João Baptista (Eds.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 10.º Ano. Lisboa: Tipografia Esmeralda, Lda, 1966.

<sup>42</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; JACQUET, João Baptista (Eds.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 10.º Ano, cit.



Na publicação da 11.<sup>a</sup> edição do *Simposium Terapêutico*, e na expectativa dos editores<sup>43</sup> de melhorar a enciclopédia de especialidades farmacêuticas, foi introduzida a rubrica intitulada reagentes para análises clínicas e assegurada a colaboração técnica de 3 clínicos, da empresa Lisfarma, do Parque Vacinogénico de Lisboa, da Comissão Inter-hospitalar de Lisboa e do Instituto de Assistência Nacional aos Tuberculosos<sup>44</sup>.

A farmacêutica Judith Lupi Nogueira assumiu a direção técnica do *Simposium Terapêutico* em 1956, como referimos, e exerceu esta função durante 18 anos<sup>45</sup>. A partir de 1975 a direção técnica passou a ser da responsabilidade do médico João Baptista Jacquet<sup>46</sup> que colaborava nas funções desde 1958. Em 1975, a publicação teve uma tiragem de 14 000 exemplares e tinha 7 agências, duas em Moçambique, uma nos Açores, Madeira, Angola, São Tomé e na República da Guiné-Bissau.

### ***A Farmacopeia Portuguesa e a receção da penicilina***

No âmbito da normalização da produção de medicamentos, da padronização de matérias-primas e da instituição de procedimentos de garantia da qualidade de ambos é inevitável fazer-se referência à *Farmacopeia Portuguesa*. A primeira farmacopeia oficial portuguesa, a *Pharmacopeia Geral*, consagrada nos *Estatutos Pombalinos* da Universidade de Coimbra de 1772, foi elaborada por Francisco Tavares, lente da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra e publicada em 1794 a sua primeira edição. A utilização desta farmacopeia foi tornada obrigatória na preparação de

<sup>43</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; JACQUET, João Baptista (Eds.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 11.º Ano. Lisboa: Gráfica Angolana, 1967

<sup>44</sup> NOGUEIRA, Judith Lupi; JACQUET, João Baptista (Eds.), *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*. 11.º Ano, *cit.*

<sup>45</sup> JACQUET, João Baptista (Ed.) – *Simposium Terapêutico – Enciclopédia de especialidades farmacêuticas*, 19.º Ano. Lisboa: Cromotipo-artes gráficas, 1975.

<sup>46</sup> Temos em curso pesquisa para analisarmos alguns aspectos biográficos deste médico e o seu posicionamento na medicina portuguesa.



medicamentos na botica, na prescrição de medicamentos pelos clínicos e no ensino da profissão farmacêutica nas instituições<sup>47</sup>.

Em 1935, pelo Decreto-lei n.º 24 876 de 9 de Janeiro, foi autorizada a publicação da *Farmacopeia Portuguesa IV*, cuja primeira edição entrou em vigor em 1936 e a segunda edição revista em 1946<sup>48</sup>. Esta foi a quarta farmacopeia oficial portuguesa, a segunda foi editada em 1835 (primeira edição) e a terceira em 1876.

A segunda edição da *Farmacopeia Portuguesa IV* embora tivesse sido publicada após o advento da penicilina e da sua integração na terapêutica ainda não contemplava o medicamento. A atualização dos conhecimentos contidos na farmacopeia era urgente. Tratava-se de um problema clínico e de saúde pública. Por isso, esta questão foi abordada pelo médico e político Santos Bessa num discurso proferido na Assembleia Nacional a 12 de Dezembro de 1953, onde refere ser imprescindível a “atualização da nossa farmacopeia. Temos uma farmacopeia atrasada, que não fala de antibióticos”<sup>49</sup>. Para dar seguimento à necessidade de tornar atual a nossa farmacopeia e acompanhar a evolução terapêutica foi criada pelo Decreto-lei n.º 40 462, de 27 de Dezembro de 1955 a *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa* que teve os seus membros nomeados pela portaria publicada no Diário do Governo n.º 41, 2.ª série, de 19 de Fevereiro de 1957. Antes da constituição de uma comissão permanente para revisão e elaboração da *Farmacopeia Portuguesa* existiram outras, de caráter transitório, que se dedicaram à conceção das edições anteriores da citada obra. No entanto, as constantes alterações e inovações que surgiam no domínio farmacoterapêutico levaram à necessidade de nomeação de uma comissão permanente de forma a não decorrer um período de tempo demasiadamente longo entre a publicação

<sup>47</sup> Sobre a farmacopeia portuguesa veja-se o estudo de PITA, João Rui – Um livro com 200 anos: A Farmacopeia Portuguesa (Edição oficial). A publicação da primeira farmacopeia oficial: *Pharmacopeia Geral* (1794). *Revista de História das Ideias*. 20 (1999) 47-100.

<sup>48</sup> A publicação desta quarta farmacopeia portuguesa, redigida por uma comissão onde avultavam farmacêuticos militares tem que ser entendida na política sanitária do Estado Novo e muito em particular nas medidas legislativas e regulamentares de âmbito farmacêutico dos anos 40 a 60 do século XX.

<sup>49</sup> BESSA, Santos – A medicina em S. Bento – Discurso do Dr. Santos Bessa na Assembleia Nacional – A mortalidade infantil – A luta anti-tuberculosa – Os problemas sanitários de Coimbra. *O Médico*. 5. 126 (1954) 57-64.



das obras, evitando assim a desatualização dos seus conteúdos. A existência de comissões permanentes para revisão das farmacopeias em países estrangeiros também contribuiu para a implementação de uma comissão com os mesmos objetivos em Portugal. Valorizava-se, assim, o código farmacêutico português e vincava-se o interesse nacional na atualização das ciências farmacêuticas e, conseqüentemente, na saúde pública<sup>50</sup>.

A *Comissão Permanente da Farmacopeia Portuguesa* era constituída por 19 elementos e dela faziam parte representantes das Faculdades de Medicina de Lisboa, Porto e Coimbra, da Faculdade de Farmácia do Porto e das Escolas de Farmácia de Lisboa e Coimbra, da Direção Geral de Saúde, do Laboratório Militar de Produtos Químicos e Farmacêuticos, do Laboratório de Patologia Veterinária, da Faculdade de Ciências do Porto, da Ordem dos Médicos, do Sindicato Nacional dos Farmacêuticos, dos Hospitais Cíveis de Lisboa e dos Serviços Farmacêuticos do Hospital de Santa Maria. De forma a atualizar com a maior brevidade possível os conteúdos da *Farmacopeia Portuguesa IV*, esta comissão optou pela publicação de um suplemento à farmacopeia em lugar da edição de uma nova farmacopeia. Assim, em 1961, surgiu o *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV*.

Para retratar com maior rigor científico as diversas especialidades abordadas no *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV* foram constituídas diversas subcomissões, de Química farmacêutica, Farmacognosia, Soros e vacinas, Antibióticos, Aferições biológicas e farmacodinâmicas, Farmácia galénica e formulário, Produtos de sutura e pensos, Introdução de medicamentos novos e Redação e coordenação, constituídas por membros da Comissão de acordo com a sua área de especialização.

O suplemento à *Farmacopeia Portuguesa IV* foi impresso num sistema de folhas soltas, autorizado pelo Decreto-lei n.º 42 824 de 28 de Janeiro de 1960, e que de acordo com a comissão responsável pela sua atualização seria “a forma mais conveniente de editar uma obra sujeita a tão frequentes alterações”<sup>51</sup>. O suplemento foi planificado em 12 secções organizadas de A a M, distribuídas do seguinte modo: A – Prefácio, B – Advertências,

<sup>50</sup> *Farmacopeia Portuguesa IV – Suplemento*, Lisboa: Imprensa Nacional de Lisboa, 1961, p. II.

<sup>51</sup> *Farmacopeia Portuguesa IV – Suplemento*, cit., p. IV.



C – Monografias, D – Reagentes, E – Elementos de estatística, F – Métodos físico-químicos, G – Aferições de caráter farmacodinâmico, H – Métodos microbiológicos e imunológicos, I – Denominações comuns dos medicamentos, J – Tabelas, L – Legislação e M – Corrigenda e anotações à *Farmacopeia Portuguesa* (IV).

Na escolha dos fármacos a serem incluídos na farmacopeia, a Comissão teve em consideração “os fármacos cuja inclusão pareceu mais urgente pelo interesse terapêutico que apresentavam e pela necessidade de fixar as normas da sua verificação”<sup>52</sup> como os antibióticos. No capítulo H foram descritos “os Métodos microbiológicos e imunológicos necessários à verificação dos antibióticos assim como o Ensaio de Pirogénios e as Provas de esterilidade”<sup>53</sup> dos mesmos.

No capítulo C do *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV* vemos incluídas diversas monografias referentes a antibióticos. Encontram-se descritas as monografias da Bacitracina, Cloranfenicol, Cloridrato de tetraciclina, Penicilina (Benzilpeniciliato de potássio e de sódio), Penicilina benzatina, Penicilina procaína, Solução injetável de penicilina extemporânea, Solução injetável de sulfato de estreptomicina extemporânea, Sulfato de dihidroestreptomicina, Sulfato de estreptomicina, Sulfato de neomicina, Supositórios de cloranfenicol, Suspensão injetável de penicilina-benzatina, Suspensão injetável de penicilina-procaína com penicilina e estreptomicina extemporânea e Suspensão injetável de penicilina-procaína com penicilina extemporânea. No capítulo H onde são descritos os métodos microbiológicos e imunológicos encontram-se especificados os métodos para a aferição biológica dos antibióticos. Para a penicilina retrata-se a penicilina sódica ou potássica e penicilina-procaína e a penicilina-benzatina, estando detalhados os meios de cultura que devem ser utilizados, o modo de preparação da suspensão bacteriana, da solução padrão, da solução da amostra, das placas e a determinação da potência.

Com a inclusão da penicilina e dos restantes antibióticos no *Suplemento da Farmacopeia Portuguesa IV*, o Estado colocou a sua “chancela oficial

<sup>52</sup> *Farmacopeia Portuguesa IV – Suplemento, cit.*, p. VI.

<sup>53</sup> *Farmacopeia Portuguesa IV – Suplemento, cit.*, p. VII.



num lote de produtos necessários à produção de medicamentos”<sup>54</sup>, garantindo a implementação de normas de qualidade e contribuindo para o bom exercício da profissão farmacêutica.

A *Farmacopeia Portuguesa IV* vigorou até 1986 quando foi substituída pela *Farmacopeia Portuguesa V*, obra que já se encontrava em articulação com a *Farmacopeia Europeia*.

## Conclusão

Pelo estudo que realizámos, concluímos que estas duas obras, o *Simposium Terapêutico* e a *Farmacopeia Portuguesa*, embora distintas, veicularam um capital informativo, designadamente sobre a penicilina, que muito terá auxiliado os profissionais de saúde portugueses no exercício das suas funções. O *Simposium Terapêutico*, com uma vertente mais comercial, compilou de forma organizada e sistematizada as diversas especialidades farmacêuticas existentes no mercado nacional, permitindo que os profissionais de saúde, médicos e farmacêuticos, acessem de forma simplificada a informações sobre a composição, posologia e formas farmacêuticas das mesmas. Embora a publicação contasse com o apoio da indústria farmacêutica, os seus editores e diretores técnicos foram imparciais na veiculação da informação nela contida, propiciando aos seus leitores uma fonte de informação clara e fidedigna. A *Farmacopeia Portuguesa*, de natureza mais técnico-científica, era direcionada para os aspetos qualitativos da produção de medicamentos; difundiu normas reguladoras para verificar a qualidade das matérias-primas, para assegurar a utilização de uma formulação correta e validar as propriedades dos medicamentos produzidos, garantindo, deste modo, a qualidade dos mesmos. Neste contexto, o resultado do estudo da presença da penicilina na literatura técnica e científica referida pode ser tomado como um indicador da receção e difusão daquele medicamento junto das comunidades profissional e científica ligadas à saúde e, consequentemente, junto da comunidade.

---

<sup>54</sup> PITA, João Rui – *A Escola de Farmácia de Coimbra (1902-1911)*. 1.<sup>a</sup> Edição. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2009, p. 19.



# **O Antifeminismo e o questionar do género no limiar dos séculos XIX-XX**

## **Dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social**

**Gabriela Mota Marques**

Museu da Cidade de Aveiro

mgabi\_marques@hotmail.com

Texto recebido em/Text submitted on: 30.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 24.10.2014

### *Resumo/Abstract:*

Os paradigmas e as representações social e moralmente convencionadas para as mulheres distanciam-se dos seus verdadeiros comportamentos e atributos tidos como transgressores da norma, dando origem a ideias, a [pre]conceitos e a imagens nem sempre favoráveis sobre ser feminino, do mesmo modo que colocam em causa os papéis de género. É esse o território propício para o antifeminismo associado à oposição ao feminismo e às intenções de emancipação e de reivindicação de direitos, mas também às interpretações, aos estereótipos e às tradições enraizadas sobre a natureza imperfeita e a inferioridade femininas.

Os receios e as desconfianças face à atuação da mulher, ao seu pretenso poder e a uma possível inversão sexual de funções ou o próprio desconhecimento sobre o universo feminino estão presentes no modo de pensar e de atuar da sociedade. De igual forma traduzem os diferentes níveis e a expressividade que o antifeminismo assume e que são reflexo da influência da igreja, da ciência e de ideologias na preservação dos poderes e valores instituídos, bem como na definição das funções e dos lugares sociais do género.

The paradigms and the representations socially and morally set for women are clearly different from their real behaviors and attributes, which are seen as transgressing the norms. This gives rise to some unfavorable ideas, images and [pre]conceptions about the female being that, at the same time, call into question the gender roles. This is the fertile ground for antifeminism linked to the opposition to feminism and to the female intentions of emancipation and vindication of rights. It also encourages the rooted interpretations, stereotypes and traditions based on the imperfect nature and the inferiority of women. The fears and suspicions arising from the actions of women, their alleged power, an eventual reversal of sexual roles or even the ignorance of the female universe are present in society's way of thinking and acting. Likewise, they show the different levels and the expressiveness that antifeminism assumes and which reflect the influence of the Church, of Science and of ideologies in the preservation of the established powers and values, as well as in the definition of the social roles and places of gender.

### *Palavras chave/Keywords:*

Antifeminismo; Género; Representações sociais.

Antifeminism; Gender; Social representations.



## 1. A identidade do Antifeminismo

*A mulher não se deve instruir nem educar* dá nome a um opúsculo de Michelangelo Trombetta, publicado em Portugal, em 1911, no qual o autor defende que as mulheres devem manter-se em casa e ser educadas apenas para cumprir a sua tripla missão de esposas, mães e donas de casa. Uma educação que ultrapasse esta vertente contribui para a corrupção do ser feminino e para a perda de qualidades, nada daí advindo de positivo para o desenvolvimento da sociedade, uma vez que estão condicionadas e quase condenadas pela sua natureza física. Tal como afirmavam vários anatomistas, “a mulher pensa com o útero”<sup>1</sup>.

Na perspetiva do autor, a decadência sentida não era mais do que uma consequência da própria degenerescência feminina ao longo dos tempos e da perda das suas qualidades originais. Mais do que expressar o pensamento deste investigador, a ideia traduz a opinião de um largo sector da sociedade da época.

Ainda que mais evidente na transição do século XIX para o século XX, a contestação ao ser feminino e à sua forma de agir, bem como as imagens que se constroem das mulheres, tidas como seres fracos e corruptíveis, não se limitam, contudo, à contemporaneidade. Pelo contrário, fundam-se na ordem social de matriz judaico-cristã que influencia e define a sociedade ocidental e que, assim, está na origem das manifestações antifemininas.

### 1.1. Os rumos da historiografia

O antifeminismo enquanto tema de investigação histórica tem-se centrado nas questões de reação ao feminismo, deixando para segundo plano uma análise sobre as mulheres, enquanto seres sociais e parte de uma relação de géneros. Christine Bard ao explicitar o conceito de antifeminismo refere que, em sentido restrito, ele expressa a oposição aos movimentos feministas

---

<sup>1</sup> TROMBETTA, Michelangelo – *A mulher não se pode instruir nem educar*, Lisboa: Livraria Clássica Editora, 1911, p. 16.



e que, num sentido mais lato, revela a hostilidade à emancipação feminina<sup>2</sup> evidenciando que, em causa, está sempre um desejo de conquista de novos espaços e lugares das mulheres na sociedade e de uma melhoria na sua condição social.

Nesta perspetiva afastam-se do antifeminismo as manifestações de crítica sobre os comportamentos das mulheres associados a factos tão banais como o quotidiano, a moda, a aparência, a fraqueza física e a menoridade intelectual, ou o seu lado sedutor e o efeito persuasor sobre os homens. Quando focados estes são utilizados, essencialmente, para reforçar o perfil psicológico feminino num contexto de emancipação e de reivindicação de poderes que refletem uma hierarquização de género<sup>3</sup>. Contudo, a mesma Christine Bard reconhece a existência de uma dualidade de sentidos do conceito que engloba as questões de emancipação e da forma de ser femininas, traduzindo, no seu entender, dois níveis de antifeminismo: por um lado o explícito e, por outro, o ordinário ou vulgar “qui doît sa banalité à l’ancienneté des préjugés hostiles aux femmes [voir les dictons populaires] et à son médium privilégié: l’humour, la blague, la caricature, le comique”<sup>4</sup>. Também para Ana Vicente este segundo nível é tido como um antifeminismo passivo, secundário<sup>5</sup>.

A centralização dos discursos e da produção historiográfica acerca das mulheres na condição feminina e nos combates feministas “em detrimento da problematização das relações entre homens e mulheres no processo histórico”<sup>6</sup> vem reforçar a disposição para se interpretar o antifeminismo num sentido restrito. Essa tendência direciona a investigação numa ótica das mulheres e não tanto do género, muito embora, como reconhece Françoise Thébaud, tal medida leve ao risco de se isolar as mulheres como sujeitos

<sup>2</sup> BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle d’antiféminisme*, Paris: Fayard, 1999, p. 22.

<sup>3</sup> THÉBAUD, Françoise – Genre et Histoire in CASTRO, Zília e ESTEVES, João (Dir.) – *Falar de mulheres. História e historiografia*, Lisboa: Livros Horizonte, 2008, p. 197.

<sup>4</sup> BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle...*, cit., p. 24.

<sup>5</sup> VICENTE, Ana – Antifeminismo in MARUJO, António e FRANCO, José Eduardo (Dir.) – *Dança dos demónios. Intolerância em Portugal*, Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 431-483.

<sup>6</sup> VAQUINHAS, Irene – Mulheres, economia e sociedade em Portugal na segunda metade do século XIX [1850-1900] in CASTRO, Zília e ESTEVES, João (Dir.) – *Falar de mulheres...*, cit., p. 230.



históricos<sup>7</sup> e não entendidos num universo de relações e de interações que constroem a sua existência e definem a sua representação social. A relação homem-mulher deve constituir o cerne da questão. Mais do que isso, deverá considerar-se, ainda, a relação masculino-feminino que ultrapassa o sentido físico e sexual que distingue os dois géneros e cujas implicações são mais abrangentes e prendem-se com relações de poder<sup>8</sup>.

Analisar o antifeminismo é, portanto, estudar o universo das relações entre os homens e as mulheres, tendo em conta as questões da feminilidade e da masculinidade contextualizadas com as diretrizes sociais do momento. No fundo, é estudar o reflexo e a reação a determinados comportamentos femininos por parte dos dois sexos, uma vez que as atitudes antifeministas não podem ser, apenas, imputadas aos homens. Também as mulheres demonstram reações negativas para com as suas congéneres, perpetuam a ordem instituída e condenam os desvios à norma. Advém-lhe essa quota-parte de responsabilidade e de participação no antifeminismo do seu papel central na estrutura familiar como transmissoras privilegiadas de valores, de tradições e de regras, ou do seu espírito reivindicativo e desejoso de mudança.

## 1.2. As dimensões do Antifeminismo

A atitude antifeminista por partes das mulheres pressupõe, de certo modo, o entendimento de uma perda das próprias características femininas e uma interiorização de uma figura dominante masculina. Esta linha de pensamento aproxima-se da ideia de Jesús Adrián Escudero sobre a aceitação de um padrão androcêntrico de valores que corrobora as normas instituídas, ao referir-se ao masculino como o arquétipo de conduta que perdura desde a Antiguidade. No seu entender, as mulheres emitam e copiam a masculinidade, o que reforça a noção recorrente do ser feminino como reprodutor e não como criador<sup>9</sup>.

<sup>7</sup> THÉBAUD, Françoise – *Genre et Histoire...*, cit., p. 195.

<sup>8</sup> Downs, Laura, Lee – *Writing gender history*, London: Hodder Arnold, 2004, p. 93.

<sup>9</sup> ESCUDERO, Jesús Adrián – Cristina de Pisán y la sinrazón de la misoginia. *Diálogo Filosófico*, 59 (2004) 10-11.



Nesta oposição e crítica ao universo feminino tanto os homens como as mulheres têm, por isso, um papel ativo. Como refere Valerie Sanders, o/a antifeminista é definido “as a person hostile to specific items in women’s rights campaigns”<sup>10</sup> e nessa perspetiva há que incluir todas as mulheres para quem os papéis de género tradicionalmente definidos eram consentâneos com a sua forma de vida e inquestionáveis num quadro dominante dos valores masculinos. Numa personificação mais extremista do antifeminismo no feminino, Christine Bard referencia as mulheres que expressam desconforto face às suas congéneres como “les masculinettes” ou mulheres antifeministas<sup>11</sup>, as quais, de certo modo, podem aproximar-se de uma vertente andrógina do ser feminino.

Verifica-se, neste sentido, que a oposição a determinadas atitudes femininas nem sempre vem apenas de fora<sup>12</sup>. Aliás, as próprias feministas são um dos agentes da ação em prol ou contra as mulheres. Revelam, assim, o seu descontentamento e crítica perante aquelas que conservam uma atitude passiva ou cuja existência, no seu entender, se pauta por valores secundários e futilidades, isto é, as mulheres para quem o universo se desenvolve em torno da vida social e da aparência. De igual modo contestam aquelas que, assumindo-se como feministas o fazem num sentido e com objetivos distintos, como sucede no que diz respeito à maternidade sobre a qual “cada militante tem a sua própria concepção”<sup>13</sup>. Por este facto, como refere Christine Bard, “mais paradoxais, numa primeira vista, as feministas exprimem, por vezes, um certo antifeminismo e mesmo uma certa misoginia: antifeminismo porque elas podem criticar as orientações do feminismo dominante do seu tempo; misoginia no sentido que têm de se dissociar do género feminino que contestam e de se distinguir da massa de mulheres vítimas da sua alienação”<sup>14</sup>. Florence Rochefort corrobora esta

<sup>10</sup> Valerie Sanders citada por WAGNER, Tamara – *Antifeminism and the victorian novel: rereading nineteenth-century women writers*, New York: Cambria Press, 2009, p. 4-5.

<sup>11</sup> BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle...*, cit., p. 24.

<sup>12</sup> MARUJO, António e FRANCO, José Eduardo, (Dir.) – *Dança dos demónios. Intolerância em Portugal*, Lisboa: Temas e Debates, 2009, p. 24.

<sup>13</sup> COVA, Anne – Feminismos e maternidade entre duas guerras em França. As ambiguidades e as divergências das feministas do passado. *Faces de Eva*, 3 (2000) 35.

<sup>14</sup> BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle...*, cit., p. 24 [tradução da autora].



noção, defendendo que “les frontières ne sont, en effet, pas toujours si claires entre antiféminisme et féminisme”<sup>15</sup>.

A própria discussão em torno da diferença entre sexos leva a que a misoginia seja entendida e confundida com o antifeminismo. Historiadoras, como Annelise Maugue e Christine Bard, veiculam essa proeminência da misoginia como uma das imagens de referência nos finais da centúria de Oitocentos estabelecendo, de certa forma, uma associação entre os dois conceitos. No entanto, como refere Florence Rochefort, “le antiféminisme se nourrit souvent de misogynie mais il désigne plus explicitement l’opposition au féminisme et à toute idée d’égalité des sexes”<sup>16</sup>. Na perspectiva desta autora, o antifeminismo tem um âmbito específico que corresponde às atitudes e ideias misóginas que se prendem com a contestação e oposição ao feminismo evidenciando um entendimento do conceito no seu sentido restrito.

O termo antifeminismo pode, então, surgir associado e a par com a ideia de misoginia atribuída àqueles que não gostam das mulheres<sup>17</sup> ou que as consideram as causadoras dos males do mundo. Mais do que a proximidade do conceito, segundo Michelle Perrot, o antifeminismo utiliza os recursos e as representações da misoginia<sup>18</sup>. Esse ponto de vista funda-se na tradição ocidental alicerçada nas interpretações bíblicas<sup>19</sup> manifestando-se numa forma física, psicológica e simbólica<sup>20</sup>. Não obstante, como o expressa Maria Bernardete Flores, o antifeminismo revela-se mais racional e articulado que a misoginia<sup>21</sup> em que se mesclam valores e atitudes com um maior extremismo,

<sup>15</sup> ROCHEFORT, Florence – L’Antiféminisme: un nouveau champ de recherche. *Vingtième Siècle. Revue d’Histoire*, 57, Janvier-Mars (1998), p. 146, ([http://www.persee.fr/revues/home/prescript/article/xxs\\_02941759\\_1998\\_num\\_57\\_1\\_3724](http://www.persee.fr/revues/home/prescript/article/xxs_02941759_1998_num_57_1_3724), consultado em 2011.08.16).

<sup>16</sup> ROCHEFORT, Florence – L’Antiféminisme..., *cit.*, p. 146.

<sup>17</sup> BARD, Christine (Coord.) – Un siècle..., *cit.*, p. 20.

<sup>18</sup> PERROT, Michelle – *Les femmes ou les silences de l’Histoire*, Paris: Flammarion, 1999, p. 8.

<sup>19</sup> FRANCO, José Eduardo – O mito da mulher em Vieira. Teologia, representação e profecia in CASTRO, Zília e ESTEVES, João (Dir.) – *Falar de mulheres...*, *cit.*, p. 66.

<sup>20</sup> ESCUDERO, Jesús Adrián – Cristina de Pisán..., *cit.*, p. 2-4.

<sup>21</sup> FLORES, Maria Bernardete – O pensamento antifeminista. A querela dos sexos. *Faces de Eva*, 14 (2005) 52.



os quais se prendem com o questionar da dominação masculina<sup>22</sup> e com o desconhecido que representa o universo feminino.

No extremo, a reação antifeminina a par com a misoginia pode, ainda, aproximar-se do medo e de uma crença e reação patológica contra as mulheres que se identifica com a *ginecofobia*<sup>23</sup>. José Eduardo Franco refere-a como uma “mentalidade femininofóbica” ao mencionar a posição dos pregadores contemporâneos do Padre António Vieira, no século XVII<sup>24</sup>.

Ainda que sejam próximos, todos estes conceitos representam manifestações distintas que devem ser bem destrinçadas sob pena de um entendimento incorreto da sua natureza e repercussão. Geram-se, assim, diversos níveis de oposição que se traduzem, também, em formas diferentes de ação e de expressão. Da simples maledicência com contornos humorísticos e satíricos expressos por palavras e imagens, passando pelos artigos de opinião, aos debates e aos discursos institucionais e de impacto comportamental e cultural, várias são as facetas do antifeminismo.

As distintas interpretações da crítica e de perceção do universo feminino, tanto pelas atitudes como pelas características que as mulheres podem assumir e que lhe são atribuídas, induzem, ainda, a uma leitura no âmbito dos estereótipos de género como elemento de discurso. Aliás, como afirma Michael Pickering, o tema “mulher”, a par com os relacionados com etnias e raças, constitui um dos principais assuntos geradores de estereótipos e dos que mais perduram no tempo e sofrem mutações atuando como “major ideological devices”<sup>25</sup> e refletindo resistência, estabilidade e reprodutibilidade<sup>26</sup>.

Não obstante, há que estabelecer uma divisão entre os estereótipos de género utilizados num sentido satírico, centrados nos traços de género e reproduzidos em forma de pequenos textos e imagens expressivas de representações sociais, e os que são instrumento do discurso institucional

<sup>22</sup> PERROT, Michelle – *Les femmes...*, cit., p. 17.

<sup>23</sup> BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle...*, cit., p. 22.

<sup>24</sup> FRANCO, José Eduardo – *O mito da mulher...*, cit., p. 54.

<sup>25</sup> PICKERING, Michel – The inescapably social concept of stereotyping in BAKER, Antony (Coord.) – *O poder e a persistência dos estereótipos / the power and persistence of stereotyping*, Aveiro: Universidade de Aveiro, 2004, p. 22-23].

<sup>26</sup> ABREU, Luís – Os estereótipos na prática discursiva do anticlericalismo in BAKER, Antony (Coord.) – *O poder...*, cit., p. 71.



e normativo, como o que é veiculado pela Igreja e a Ciência. Estes últimos inscrevem-se no âmbito dos estereótipos de papéis de género, uma vez que assentam nas funções e missões do homem e da mulher na sociedade<sup>27</sup>. No fundo, estes estereótipos de papéis de género coincidem com as normas e os modelos aceites e instituídos.

O grande poder dos estereótipos reside no facto de transformarem uma simples ideia ou conceito numa força que, em última instância pode acabar por originar alterações ideológicas<sup>28</sup> resultantes da sua aceção como “crença excessiva”<sup>29</sup>. O estereótipo é a demonstração de “an inevitable need for order and control in producing a consistent picture of the world [...]”<sup>30</sup>. Esta necessidade de ordem e de controlo que se associa à difusão dos estereótipos conduz a uma outra noção que relaciona uma maior expressão e multiplicação do seu uso com momentos de crise e de mudanças profundas<sup>31</sup>. É esse, precisamente, o ambiente vivenciado na transição do século XIX para o século XX e que permite compreender melhor as atitudes e manifestações antifeministas que se registam. A crescente visibilidade das mulheres na sociedade fruto do maior acesso à instrução; do desempenho de novas profissões ou da agregação feminina em torno da defesa dos seus direitos contribuem para esse contexto de mudança consubstanciado, ainda, por instabilidade económica e por mudanças de regimes políticos, como decorre em Portugal.

O desenvolvimento da ciência e a crença desmedida na perfeição e numa verdade absoluta com fundamento positivista, que se vive na época, juntam-se a este leque de fatores gerando um contexto de análise privilegiado. Acresce-lhes um paulatino sentido de patriotismo e de nacionalismo associados a um ambiente belicista, que recrudesce até ao eclodir da *Grande Guerra*, os quais prefiguram e reafirmam a figura e o género masculinos

<sup>27</sup> MATIAS, Fátima – Estereótipos de género no imaginário infantil: a escolha de profissão in BAKER, Antony (Coord.) – *O poder...*, cit., p. 119.

<sup>28</sup> PICKERING, Michel – The inescapably social..., cit., p. 23.

<sup>29</sup> ABREU, Luís – Os estereótipos..., cit., p. 72.

<sup>30</sup> PICKERING, Michel – The inescapably social..., cit., p. 23.

<sup>31</sup> VOGEL, Christine – Des stereotypes religieux à la pensée conspirationniste – l'exemple des jésuites in in BAKER, Antony (Coord.) – *O poder...*, cit., p. 51.



como a referência<sup>32</sup>. Este reforço da masculinidade é entendido como a reação a uma ameaça real vinda do ser feminino que abala as estruturas e as normas sociais. Annelise Maugue aborda a questão no sentido da “nova Eva e o velho Adão”<sup>33</sup>.

### 1.3. Antifeminismo: um conceito plural

Tomando como referência a noção de que o centro da discussão se prende com o entendimento dos géneros e dos seus papéis sociais e culturais e, num sentido mais profundo, com os próprios valores e conceções da masculinidade e da feminilidade, o antifeminismo vai mais longe e começa a expressa-se muito antes de o feminismo ganhar corpo. Nesta perspetiva, mais do que utilizar o termo *antifeminismo[s]*, deverá considerar-se, preferencialmente, o recurso e afirmação do *antifeminino* e de *reações antifemininas*, uma expressão também utilizada por Carlos Almeida Veloso<sup>34</sup> e, em especial, por José Eduardo Franco<sup>35</sup>.

Assim, para além da oposição às reivindicações feministas a que o vocábulo se reporta numa primeira instância, o antifeminismo ganha contornos de um certo desconforto e de crítica direta ao universo feminino na sua globalidade, mesmo quando não está em causa a luta pela independência financeira, pelo direito de voto ou pela prática de uma profissão tradicionalmente masculina. O seu cerne é a mulher em si enquanto ser biológico e género social, é a sua própria identidade que se [re]define no decurso das ruturas e continuidades do processo histórico.

<sup>32</sup> PASTEUR, Paul – Le semeur, la semence et le fidèle combattant de l’avenir ou la masculinité dans la social-démocratie autrichienne (1888-1934). *Le Mouvement Social*, 1/198 (2002), p.: 38, ([http://www.cairn.info/article.php?ID\\_REVUE=LMS&ID\\_NUMPUBLIE=LMS\\_198&ID\\_ARTICLE=LMS\\_198\\_0035](http://www.cairn.info/article.php?ID_REVUE=LMS&ID_NUMPUBLIE=LMS_198&ID_ARTICLE=LMS_198_0035), consultado em 2009.04.01)

<sup>33</sup> MAUGUE, Annelise – A nova Eva e o velho Adão: identidades sexuais em crise in DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) – *História das mulheres. O século XX*, vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 1994, p. 581-601.

<sup>34</sup> VELOSO, Carlos Almeida – Imagem e condição da mulher na obra de autores portugueses na 1.ª metade do século XVII, in *Actas do Colóquio A mulher na sociedade portuguesa. Visão histórica e perspectivas actuais*, vol. 2, Coimbra, Instituto de História Económica e Social, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1986, p. 251.

<sup>35</sup> FRANCO, José Eduardo – O mito da mulher..., *cit.*, p. 41.



A sua forma de agir e de pensar; a sua condição física e intelectual; a sua posição no seio da hierarquia familiar; a sua vida numa esfera do privado e no meio público são, só por si, os motivos de crítica e oposição às mulheres e às manifestações da sua feminilidade, assim como são as razões pelas quais as atitudes antifeministas, ou antifemininas, ultrapassam no tempo o aparecimento dos movimentos feministas da Época Contemporânea. Partindo desse pressuposto Michelle Perrot afirma que o antifeminismo ganha forma, em cada época, centrando-se em tipos de mulheres e atitudes femininas tidas como subversivas. Ana Vicente, por seu lado, refere que, o século XIX vem, apenas, “organizar” o antifeminismo de um modo formal fazendo-o perder o seu carácter “latente e integrador”. Segundo a autora, a sociedade e as civilizações sempre foram definidas e pensadas sob o ponto de vista de uma assimetria dos géneros com preponderância do masculino. É nesse sentido que, em seu entender, se pode interpretar a forma como são definidas as estruturas sociais e o simbolismo relacionado com as vivências em sociedade<sup>36</sup>, manifestadas, neste caso, como uma recusa da igualdade preconizada como ameaça à ordem e aos poderes instituídos.

Segundo Tamara Wagner, a primeira manifestação do termo *antifeminismo*, no Reino Unido, surge no prefácio da obra *Saint Joan* de George Bernard Shaw, em 1924<sup>37</sup>. A própria designação de “feminismo”<sup>38</sup> é utilizada, oficialmente, apenas, em 1894<sup>39</sup>, bastante mais tarde que em França, onde o mesmo vocábulo aparece referenciado, em 1871, numa tese de medicina, associado a uma patologia identificada como a feminização masculina<sup>40</sup>.

A associação do termo *feminismo* ao universo da medicina, num sentido de feminização do sexo masculino, é, segundo Karen Offen, atribuída a

<sup>36</sup> VICENTE, Ana – Antifeminismo..., *cit.*, p. 433-434.

<sup>37</sup> WAGNER, Tamara – *Antifeminism and the victorian novel: rereading nineteenth-century women writers*, New York: Cambria Press, 2009, p. 16, nota 2.

<sup>38</sup> Françoise Mayeur, no artigo dedicado ao feminismo no Dictionnaire du XIX<sup>e</sup> siècle européen, refere que em Inglaterra surgiu uma segunda variante do termo identificada como *femininismo*. MAYEUR, Françoise – “Féminisme”, in AMBRIÈRE, Madeleine (Dir.) – *Dictionnaire du XIXe Siècle*, Paris: PUF, 1997, p. 424.

<sup>39</sup> WAGNER, Tamara – *Antifeminism...*, *cit.*, p. 16, nota 2.

<sup>40</sup> COVA, Anne – O primeiro congresso feminista e da educação em Portugal numa perspetiva comparada in AMÂNCIO, Lúcia; JOAQUIM, Teresa e ALMEIDA, Teresa (Org.) – *O longo caminho das mulheres. Feminismos 80 anos depois*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, 2007, p. 29-30.



Charles Fourier, nos alvares de Oitocentos<sup>41</sup> e antevê a justificação da filiação biológica nos discursos da diferença entre gêneros que fundamenta e engrandece o papel da ciência no estabelecimento da ordem social.

O conceito que está na origem do termo *feminismo* associa-se, portanto, à medicina e, como tal, à matriz física e natural que, à luz da ciência do século XIX, determina a condição secundária e inferior das mulheres. Esse virá a ser um dos assuntos de relevo para as feministas, que interpretam e assumem o termo num sentido de gênero e de representação social, com um intuito de mutabilidade do paradigma que se afasta do cariz físico e redutor do sexo.

No que respeita ao antifeminismo a realidade é um tanto diferente. Como refere Christine Bard, a noção desenvolve-se em torno de uma perceção do feminino como gênero e enquanto expressão de uma construção social, ainda que fundamente os seus argumentos nos desígnios da natureza. As suas manifestações através da censura, da interdição e da discriminação ou até com recurso às agressões físicas revelam essa grande amplitude do conceito e as implicações na sociedade<sup>42</sup>.

Em Portugal, a utilização do termo antifeminismo revela-se mais precoce face aos exemplos europeus. Uma das primeiras referências encontradas regista-se em 1909, pelas palavras do Dr. Júlio de Mello de Mattos, proprietário e agricultor, que assume ter feito “profissão de fé anti-feminista” e que se conserva “o mesmo feroz anti-feminista”. O seu discurso surge num longo artigo que dedica ao público feminino com o título *A mulher na agricultura* divulgado na revista *Gazeta das Aldeias*, uma publicação vocacionada para a comunidade rural. Ao longo do texto, o autor vai explicando a importância da participação da mulher nas várias tarefas ao lado do seu esposo, mas devendo manter uma atitude feminina e não feminista, pelo que expressa o seu desagrado perante a mulher muito sábia e aquela que “aspira a deputada, a engenheira, a officiala de diligências, a camarista, a amanuense de repartição”, a qual, no seu entender, constitui um “monstro na natureza”<sup>43</sup>.

<sup>41</sup> Karen Offen, *Sur l'origine...*, cit., p. 492.

<sup>42</sup> BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle...*, cit., p. 22-24.

<sup>43</sup> *Gazeta das Aldeias*, 29.08.1909, p. 97-98.



A noção e consciencialização do significado do vocábulo está já bastante vincada nos finais da década de 1900 com uma conotação de oposição às ideias de autonomia e de emancipação femininas.

Em Maio de 1911, Ana de Castro Osório utiliza o termo num artigo publicado na imprensa, ao referir-se a uma das fações da *Liga Republicana das Mulheres Portuguesas* que “se declarou abertamente anti-sufragista, anti-feminista e exclusivamente livre-pensadora [...]”<sup>44</sup>. Em 1916, Antero de Figueiredo recorre também ao termo na sua obra *A Arte na Educação da Mulher* ao referir-se a si próprio: “Eu, antifeminista, sou mais amigo da mulher que os feministas, mais amigo dela que ela própria, pois não a quero destronar das suas prestigiosas complexidades de ser ultrasensível, frágil, carinhosa e bela”<sup>45</sup>. O mesmo propósito assume o republicano Raul Proença numa carta dirigida a Ana de Castro Osório<sup>46</sup>.

Pela relação temporal e etimológica haverá uma certa correspondência entre a difusão dos termos feminismo e antifeminismo, os quais se tornam comuns, apenas, nos alvares de Novecentos. Não obstante, registam-se alguns exemplos anteriores como Oliveira Martins que, em Julho de 1888, dedica uma das suas crónicas ao feminismo<sup>47</sup>.

Mais do que os conceitos apresentados em publicações especializadas, o antifeminismo e as ações antifemininas manifestam-se de modo natural na sociedade em resultado da própria mentalidade e da conduta social revelando uma proveniência longínqua. Para além dos discursos fruto dos normativos sociais, o antifeminismo está amplamente presente nas abordagens humorísticas explorando o potencial de crítica que lhe está inerente.

<sup>44</sup> *O Tempo*, 16.05.1911, p. 1 in ESTEVES, João – *As origens do sufragismo português: a primeira organização sufragista portuguesa: a associação de Propaganda Feminista [1911-1918]*, Lisboa: Bizâncio, 1998, p. 24.

<sup>45</sup> FIGUEIREDO, Antero de – *A arte na educação da mulher*, Lisboa: Aillaud e Bertrand, 1916, p. 8.

<sup>46</sup> Ana Vicente, O pensamento feminista na primeira metade do século XX e os obstáculos à sua afirmação in AMÂNCIO, Lígia; JOAQUIM, Teresa e ALMEIDA, Teresa (Org.) – *O longo caminho das mulheres... cit.*, p. 63 e 65.

<sup>47</sup> OLIVEIRA MARTINS – *Dispersos. Artigos políticos, económicos, filosóficos, históricos e críticos seleccionados, prefaciados e anotados por António Sérgio e Faria Vasconcelos*, Vol. I, Lisboa: Biblioteca Nacional, 1924, p. 159-162.



## 2. A desigualdade do género e as manifestações antifeministas no limiar dos séculos XIX-XX

Geneviève Fraisse considera que “o direito e a história são os dois grandes pólos de reflexão do século XIX”<sup>48</sup>. A sua preponderância no pensamento oitocentista ajuda a explicar e a compreender a relevância que os discursos oficiais procuram impor às relações sociais e, dentro destas, à forma como se entendem os dois sexos. Século da crescente afirmação do indivíduo sobre a comunidade, do privado sobre o público, acentua a importância das interpretações dos papéis e dos lugares de cada género na sociedade e, neste contexto, as normas são a referência a seguir como garante da sua manutenção. O Direito incarna o normativo a perfilar e estrutura a ordem oficial que se deve instituir e à qual todos estão sujeitos. A História, como representação da moral, do costume e da continuidade de atuação, umas vezes associada e influenciada pelo pensamento religioso e noutras como expressão do historicismo, enquanto “utilidade social e mesmo político-ideológica” de cariz laico, marca a persistência e a refundação dos valores que sustentam a sociedade e que assumem um carácter identitário da mesma<sup>49</sup>. Reflete, assim, segundo Fernando Catroga, o conceito de “sociedade-memória” que se evidencia no século XIX<sup>50</sup>.

A estes dois polos de influência na conduta humana associa-se a religião, difusora da figura paradigmática da Virgem Maria como arquétipo do feminino, e a ciência como garante e confirmação racional e exata das regras sociais e das linhas de pensamento estabelecidas pelos outros pilares da sociedade. Muito do crescente papel da ciência na ordem social fica-se a dever à sua popularização, que se relaciona com a difusão de novos conhecimentos passíveis de aplicabilidade na vida quotidiana e tendentes à sua melhoria e aperfeiçoamento, os quais libertam o homem “das conceções teológicas e metafísicas, mesmo na aclaração das grandes

<sup>48</sup> FRAISSE, Geneviève – Da destinação ao destino. História filosófica da diferença entre os sexos in DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) – *História das mulheres. O século XX...*, cit., p. 88.

<sup>49</sup> RIBEIRO, Lia – O papel dos intelectuais na popularização cultural republicana. *Revista de História das Ideias. Os intelectuais e os poderes*, 24 (2003) 301.

<sup>50</sup> CATROGA, Fernando – Memória; História e Historiografia, Coimbra: Quarteto, 2001, p. 57 citado em RIBEIRO, Lia – O papel dos intelectuais..., cit., p. 300.



questões insolúveis”<sup>51</sup>. Acredita-se no progresso até à perfeição com um cunho vincadamente positivista e fundando nas ideias iluministas.

No epicentro destes inúmeros “discursos teóricos, normativos e descritivos” que refletem as preocupações sociais, médicas e morais encontra-se a família<sup>52</sup>, a célula base da estrutura social e no seio da qual se desenham e realizam os papéis de género de modo a “absorver todas as funções [...] e a definir todas as regras e normas”<sup>53</sup>. Como refere Irene Vaquinhas, “a família, tendo como fundamento o casamento monogâmico, constitui um pequeno sistema político, de estrutura hierarquizada, no qual o pai é o seu chefe natural e autoridade incontestável”<sup>54</sup>. Assim, a discussão em torno da supremacia da estrutura familiar e, dentro desta, da desigualdade e da diferença entre sexos constituem um ponto central procurando provar a inferioridade feminina perante o poder masculino. Como refere Magalhães Lima, “três são os inimigos da mulher: a igreja, os códigos e as convenções sociais”<sup>55</sup>.

Seguindo a tendência europeia, entre o século XIX e o século XX, Portugal tem as mulheres como um dos temas em destaque fazendo dela assunto literário, político, artístico, científico e social, o que é comprovado pelos inúmeros artigos de imprensa e as publicações especializadas. Da defesa de um ensino com maior rigor científico vocacionado para o feminino que a abertura dos liceus veio proporcionar; às primeiras mulheres que desempenham profissões até então masculinas, como a advocacia e a medicina; passando pelas alterações na sua forma de estar em sociedade e de se mostrar, todas elas revelam uma maior presença e visibilidade das mulheres e, como tal, são motivo de um simples comentário ou de uma análise e de estudo. À luz da ciência, da jurisprudência, dos preceitos da

<sup>51</sup> RIBEIRO, Lia – O papel dos intelectuais..., *cit.*, p. 296.

<sup>52</sup> PERROT, Michelle – Introdução in DUBY, Georges e PERROT, Michelle (Dir.) – *História das mulheres. O século XX...*, *cit.*, p. 11.

<sup>53</sup> MARTIN-FUGIER, Anne – Os ritos da vida privada burguesa in ARIES, Philippe e DUBY, Georges (Dir.) – *História da vida privada*, vol. 4, Porto: Edições Afrontamento, 1990, p. 91.

<sup>54</sup> VAQUINHAS, Irene – O quadro doméstico: “em família”. A família, essa “pátria em miniatura”, in MATTOSO, José (Dir.) e VAQUINHAS, Irene (Coord.) – *História da vida privada em Portugal. A Época Contemporânea*, Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores, 2011, p. 123.

<sup>55</sup> *Almanach d’O Mundo*, 1909, p. 214.



religião professada e da norma social instituída pela tradição e pelo quadro comportamental português, avalia-se o ser feminino e abordam-se questões tão sensíveis como a definição do lugar de cada género no todo social, bem como a relação que se estabelece entre si. Encontrar os fundamentos para marcar ou para diluir a diferença dos dois sexos; estabelecer lugares e atitudes, evidenciar qualidades e defeitos são alguns dos propósitos expostos na extensa lista de escritos em torno das mulheres.

### 2.1. Os argumentos científicos

A ciência detém nos séculos XIX e XX um papel relevante no entendimento da sociedade e na orientação do seu progresso. A existência humana pauta-se por argumentos racionais e pela busca da verdade insofismável que traduzem a afirmação de uma *biopolítica* definidora dos papéis de género.

As mulheres são condicionadas pela sua natureza física, sinónimo de fragilidade, sujeita a ciclos biológicos que interferem e moldam a sua personalidade e o seu agir, não lhes sendo reconhecida capacidade para o desempenho de determinadas funções e colocando-as numa posição secundária quando são comparadas com o paradigma masculino. De certa forma, os fundamentos da ciência, em particular da medicina e da biologia, continuam a fazer perdurar e a tentar confirmar, racionalmente, os preconceitos enraizados pela tradição e, até, as superstições ancestrais. Num ambiente de crescente laicização do pensamento, o discurso médico procura sobrepor-se ao discurso religioso granjeando argumentos válidos e cientificamente justificáveis que demonstrem a verdade dos factos.

A noção desse poder é reconhecida pelos médicos que fazem valer e afirmar o seu saber científico como determinante na estruturação dos preceitos da sociedade contemporânea e das mutações que estão em curso.

A medicina é, portanto, uma das áreas do saber que grande destaque vem dar ao ser feminino, não apenas pelo facto de se estar a assistir ao aparecimento das primeiras mulheres médicas, como a conhecida Adelaide Cabete [1867-1935], e à proliferação das enfermeiras, mas, sobretudo, vendo-o como objeto de estudo fisiológico e patológico, no que respeita



ao corpo e aos comportamentos. A preocupação pelo apuramento da raça e pela higiene privada, entendida como uma questão social e um reflexo do regramento moral, a par com o reforço da aceção do papel feminino na continuidade da espécie e na criação de uma sociedade mais perfeita, implícita ao seu papel de mãe, justificam as inúmeras publicações de cariz científico<sup>56</sup> e as dissertações académicas vocacionadas para os problemas de saúde das mulheres. Em Julho de 1894, por exemplo, foram apresentadas à Escola Médico-Cirúrgica do Porto as teses: *Algumas palavras sobre as perturbações da menstruação; Algumas palavras sobre as causas da esterilidade na mulher, e meios possíveis de tratamento e Parto Prematuro artificial*<sup>57</sup>.

O grande interesse pelas mulheres e a sua diferença face aos homens, na forma como expressam sanidade ou distúrbios mentais, é um outro dos alvos de análise dos cientistas e médicos. Demonstra-o, ainda no decurso do século XIX, a obra de Júlio César Machado intitulada *Da Loucura e das manias em Portugal. Estudos humorísticos* em que é visível uma destrição entre os doentes mentais masculinos e femininos assente nas diferentes patologias sentidas e nos motivos que os levaram ao internamento. De certa forma, o autor, subscreve a noção de que a loucura traduz a ordem e a essência humana atribuindo a razão aos homens e a emoção e inconstância no pensar e agir às mulheres<sup>58</sup>.

Ainda na área da medicina associada à saúde mental, Miguel Bombarda e Júlio de Matos, a par com o higienista Ricardo Jorge, dão nome às principais intervenções privilegiando o ser feminino em casos de comprometimento da racionalidade, assim como nos estudos de alienados. Miguel Bombarda, aliás, é defensor do “conceito da supposta degenerescência feminina, pela

<sup>56</sup> Ana Leonor Pereira e João Rui Pita referem essa proliferação de estudos e de publicações com cariz médico e científico, em Portugal, na transição do século XIX para o século XX, acompanhando “a inovação científica produzida sobretudo na Alemanha, na França e na Grã-Bretanha” [PEREIRA, Ana Leonor e PITA, João Rui – A higiene: da higiene das habitações ao asseio pessoal in MATTOSO, José (Dir.) e VAQUINHAS, Irene (Coord.) – *História da vida privada em Portugal*, 2011, p. 94].

<sup>57</sup> *A Medicina Moderna*, Agosto 1894, p. 64.

<sup>58</sup> MACHADO, Júlio César – *Da Loucura e das Manias em Portugal. Estudos humorísticos*, Lisboa: Livraria de A M Pereira. Editor, 1872.



suspensão de desenvolvimento” e por fatores de hereditariedade<sup>59</sup>. A situação é tanto mais complexa quando os casos analisados envolvem reflexões sobre a prática do mal, em particular em questões como a inimizabilidade dos crimes de que cada indivíduo pode ser acusado. Cruzam-se aqui os interesses entre a ciência e a justiça, bem como a disputa de protagonismo e de afirmação da verdade primeira por cada uma destas áreas do saber que regem as normativas da vida em sociedade.

O reconhecimento do saber dos médicos, em particular dos alienistas, é evidente no final do século XIX. As suas justificações e interpretações para o agir do ser humano são força de lei em muitos casos semelhante à relevância da jurisprudência e usados como prova judicial. A esses discursos junta-se o eclesiástico e todos no seu conjunto “irmanam-se na aversão ao campo privado da liberdade”<sup>60</sup>.

Neste contexto, os estudos do “Eu consciente” e do inconsciente, e, por inerência a perceção do outro, da alteridade, tornam-se relevantes e ajudam a compreender os alvares da psicanálise. Não obstante, em Portugal, as ideias de Freud, cuja introdução no país é atribuída a Egas Moniz, que reconhecia “na psicanálise um paradigma de Modernidade”<sup>61</sup>, geram polémica. Seguidor de ideias neomalthusianas defende o eugenismo e o apuramento da raça como forma de valorização nacional assentando as suas aceções na consciência de que são “as doutrinas deterministas, [as] únicas hoje admissíveis em ciência”<sup>62</sup>.

O facto de Egas Moniz dedicar parte considerável da sua investigação às questões da sexualidade poderá justificar a controvérsia em torno das suas análises, ainda que, simultaneamente ao debate aceso, as suas ideias tenham despertado o interesse e, sobretudo, a curiosidade sobre essa temática. As interpretações do instinto e das manifestações de psicopatias sexuais

<sup>59</sup> Branco e Negro, 05.04.1896, p. 1.

<sup>60</sup> CURADO, Manuel – O ataque aos tribunais pelos psiquiatras portugueses de Oitocentos in *Colóquio O papel dos intelectuais. VII Simpósio Galaico-Português de filosofia*, Braga: Universidade do Minho, 2007, p. 6 (<http://hdl.handle.net/1822/12519>, consultado em 2010.04.02).

<sup>61</sup> Queirós, Alírio – *A recepção de Freud em Portugal*, Coimbra: Imprensa da Universidade, 2009, p. 38.

<sup>62</sup> EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual. I Physiologia*, Coimbra: França Amado, Editor, 1901, p. 103.



integram-se neste universo, uma vez que, na sua perspectiva, as neuroses são “manifestações disfarçadas do instinto sexual”<sup>63</sup>. Esse instinto, aliás, é o ponto essencial no relacionamento entre os dois sexos e, para Egas Moniz, tal como para Freud, a justificação para garantir continuidade da espécie e uma procriação superior. Desse modo, “primeiro deve haver a escolha da mulher, depois a da companheira. Primeiro deve mandar o instinto, depois o raciocínio”<sup>64</sup>. Implicitamente, defende-se o casamento como mecanismo para assegurar a norma e a higiene moral, da mesma forma que concorda com a dificuldade masculina de manter a castidade entendida como “a violência feita às tendências naturais” do homem<sup>65</sup>.

Apesar das distinções físicas e psicológicas que o autor faz entre os dois géneros considera que “nas sociedades civilizadas, e especialmente entre os indivíduos cultos e inteligentes, a mulher é um ser igual, digno de ser amado e respeitado”. Nesse sentido, considera que “a vida sexual está sujeita à civilização e ao desenvolvimento psíquico da espécie”<sup>66</sup>. Não obstante esta aceção, Egas Moniz manifesta-se contra o feminismo considerando-o como uma das causas de decréscimo da população em Portugal e defendendo que “a missão da mulher é a maternidade: nenhuma outra preocupação a deve desviar do fim que, para bem da espécie, lhe foi cuidadosamente confiado”. Considera, pois, que a entrada da mulher no mundo do trabalho e o desempenho de funções até então masculinas prejudica a procriação e a assistência aos filhos, para além de, pela sua própria natureza, não reunir as condições necessárias ao bom desempenho dessas novas funções<sup>67</sup>.

O cariz social e moralizador assumido pelos pressupostos científicos contribui, assim, para o reforço da ordem instituída e do que concerne às relações de género. Os discursos tendem a perpetuar a missão feminina que a remete para o dever da maternidade e faz dela, enquanto grávida, uma verdadeira “funcionária social”<sup>68</sup>. Neste sentido, a abordagem aos

<sup>63</sup> Queirós, Alírio – *A recepção de Freud...*, cit., p. 40.

<sup>64</sup> EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual...*, cit., p. xiv.

<sup>65</sup> EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual...*, cit., p. 116.

<sup>66</sup> EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual...*, cit., p. 144 e 147.

<sup>67</sup> EGAS-MONIZ, António – *A vida sexual...*, cit., p. 281-282.

<sup>68</sup> ALMEIDA, Jayme – *Elementos para o estudo da condição física e intelectual da mulher*. Dissertação inaugural apresentada à Escola Médico-Cirúrgica do Porto, Porto: Typ. do Porto Médico, 1907.



desvios que a existência feminina pode sofrer, através de estudos, de comunicações e de peritagem com fins judiciais, atua como um mecanismo de salvaguarda dos valores e de consolidação do conceito de determinismo biológico, podendo, neste contexto, exprimir formas de antifeminismo.

## **2.2. O poder político e os receios da inversão da ordem social**

A sociedade e o poder instituído, com as suas normas e regras bem definidas, representam um outro discurso sobre os gêneros e o lugar de cada um deles no todo social, o qual se afirma sob a forma de moral, enquanto consolidação e reprodução consecutiva de atos e costumes. Deste modo, sendo reveladores de valores culturais enraizados, nos quais o elemento feminino é considerado subordinado ao masculino, os universos político e jurídico não estendem às mulheres grande parte dos direitos já adquiridos pelos homens reproduzindo, neste sentido, a tradição.

Além de uma atitude de reticência dos legisladores e da sociedade perante as mulheres, identificada como seres que se mantêm desconhecidos e, por isso, alvo de certa desconfiança, também os pensadores e filósofos, cuja missão os aproxima de uma maior racionalidade sobre o social e as relações humanas reforçam essa visão do feminino como um ser fraco e submisso a quem a esfera da vida pública é recusada devendo realizar-se em casa, como esposa e mãe. O positivismo, defensor da razão e das verdades absolutas, contribui para a afirmação e o reforço das normas sociais, bem como dos papéis de gênero.

No entanto, uma tentativa de mutação de valores por parte da sociedade civil e dos políticos, da transição de século, imbuídos do espírito republicano, reside na defesa da emancipação da mulher face à Igreja para que ela saia da sua área de influência, deixe de ser o canal transmissor da moral cristã e passe a agir como indivíduo relevante na formação de verdadeiros cidadãos modernos. Neste sentido, os defensores do republicanismo orientam a sua crítica sobre as mulheres para a ameaça que elas constituem pelo facto de, fruto da sua natureza débil, estarem próximas da Igreja e serem facilmente impressionáveis e manipuladas pelos religiosos. Atingindo-as, está-se a atingir a própria Igreja e esse é o objetivo último. Não obstante a laicização



promovida pela República, a população continua, no entanto, a sentir a necessidade da presença da dimensão religiosa na sua vida. Assim, muito embora se acatem as novas leis e regras burocráticas inerentes aos atos civis, os momentos e rituais de passagem conservaram um espírito e um vínculo religioso.

Além disso, a correspondência entre os princípios morais do catolicismo, sobre o altruísmo, a beneficência e o amor ao próximo, e os valores pacifistas e de exaltação do indivíduo que se procuram difundir com a República e que se traduzem na prática de um *apostolado laico* resultam numa certa continuidade das normas e comportamentos. As virtudes atribuídas ao sexo feminino enquadram-se nesse universo, razão pela qual a mulher em geral e as feministas em particular se tornam as suas grandes impulsionadoras.

### 2.3. A leitura dos intelectuais

Os homens de cultura e, em especial, os escritores portugueses da época expressam, também, a sua perspetiva sobre os lugares de cada género na sociedade. Desde as obras românticas de Júlio Dinis, evocativas das delicadas e ingénuas meninas guiadas pelos seus tutores e submissas aos seus papéis sociais; passando pelos romances de Camilo Castelo Branco, cheios de sentimentos profundos e com uma forte carga dramática; até à escrita realista, descritiva e, profundamente, crítica da sociedade portuguesa finissecular de Eça de Queirós. Revelam-no, entre outros, as personagens femininas em *O crime do Padre Amaro* e *Os Maias*<sup>69</sup>.

Camilo Castelo Branco protagoniza um episódio curioso ao dedicar a sua atenção e alguns dos seus escritos a Maria Rattazzi [Princesa de Solms], que passou algumas temporadas em Portugal e que reportou nos seus comentários e no livro *Portugal à vol d'oiseau. Portugais et portugaises* [1879] a realidade social do país numa perspetiva nem sempre abonatória. As frequentes alusões a um estilo de vida antiquado e até pouco civilizado dos portugueses eram incómodas e foram mal recebidas pela sociedade lusa.

<sup>69</sup> SILVESTRE, Paulo – Vivências do feminino no final de Oitocentos – representação da mulher em alguns romances e periódicos da época, Lisboa: Universidade Aberta, 2009, p. 45-46 (texto policopiado).



A apreciação que tece sobre o clero português, a quem aconselha a leitura de *O Crime do Padre Amaro*, de Eça de Queirós, é um exemplo da sua análise e foi entendida como uma provocação clara<sup>70</sup>.

No entanto, a atitude ousada de se manifestar de modo crítico sobre um país que a recebia com toda a deferência, bem como a sua forma de vida pouco convencional, sempre envolta em futilidades, grandes festas e amores fortuitos eram motivo, por si só, para tornar a princesa num alvo de crítica. Para Camilo, o próprio facto de se afirmar através de uma narrativa com um cariz analítico, bem longe dos paradigmas da escrita feminina, constituía, no seu entender, uma forma de masculinização e transformava-a numa “escritora virago” que “salta as fronteiras do decoro”. Atrever-se a criticar uma sociedade era, nessa ótica, assumir uma atitude viril e perder as características da feminilidade. Além deste carácter masculinizante, na resposta que dá à princesa, Camilo recorre a vários qualificativos menos favoráveis para contrapor e rebater algumas das suas apreciações ou acusações e, em simultâneo, para ridicularizar e rebaixar a veracidade dos factos enunciados. Atributos como “mexeriqueira”, pertencente ao grupo das “princesas vadias” ou detentora de “parvoleza” são utilizados pelo romancista que, ainda, se atreve a designá-la por “Princesa Ratazana”<sup>71</sup>.

Numa época de reforço dos sentimentos nacionalistas e das noções de pátria e de identidade, como fundamentos para a consolidação da sociedade e do Estado, ver o país ser alvo de comentário pela voz de uma mulher e, em particular estrangeira, seria razão mais do que evidente para controvérsia. Desse modo se compreende que, para além da publicação de Camilo Castelo Branco [1881], outros autores lhe tenham dedicado obra, como Urbano de Castro e Monteiro Ramalho [1880], ou Rafael Bordalo Pinheiro [1880].

Anos mais tarde [1912-1913], o reconhecido académico e historiador de arte Joaquim de Vasconcelos, em troca de correspondência com o seu amigo António Augusto Gonçalves, continua a revelar um certo desconforto pela projecção feminina na esfera social e do saber, no seu caso diretamente representada pela esposa, Carolina Michaëlis de Vasconcelos [1851-1925]. Por entre as referências à entrada de Carolina para a Universidade de

<sup>70</sup> CASTELO BRANCO, Camilo, *A senhora Rattazzi*, Lisboa: Frenesi, 2001, p. 18.

<sup>71</sup> CASTELO BRANCO, Camilo, *A senhora Rattazzi...*, cit., p. 12, 18; 42; 44 e 51.



Coimbra como docente e investigadora, Vasconcelos, ainda que agradeça ao reitor e a outros colegas o facto de lhe terem proporcionado o lugar, vai revelando as suas dúvidas quanto à competência científica da sua mulher no campo das artes. A missiva enviada em 24 de Novembro de 1912 é disso um bom exemplo ao referir que “M.<sup>a</sup> mulher fez alli historia de arte por sua conta, o que (eu não li as provas) é possível – mas sahiu arriscado, com erros evidentes”<sup>72</sup>.

Joaquim de Vasconcelos vê na profissão da esposa e no facto de ter sido ela a tratar de todos os procedimentos e negociações que a levaram a tornar-se na primeira mulher docente numa universidade portuguesa como um ato de “emancipação completa”. Considera, também, essa atitude como uma expressão das tendências feministas de Carolina fortemente influenciadas pela *Liga das Mulheres Republicanas* e por Magalhães Lima, o que lhe causa desagrado. Não obstante, Vasconcelos admite que irá acompanhar a esposa a Coimbra na sua entrada na vida académica, ainda que alerte que será apenas dessa vez que o fará na condição de “*dueña masculina*, de calças”<sup>73</sup>.

A justificação frequente que Joaquim de Vasconcelos apresenta para se demarcar das ideias feministas da esposa e de, em simultâneo, tentar transparecer o seu poder orientador da função educativa que Carolina assumiu na universidade coimbrã, faz antever uma preocupação masculina pelo controlo da ação feminina e uma necessidade de a trazer para a realidade social, afastando-a de caminhos insensatos e de devaneios ilógicos. Não colocando em causa o seu saber, nem expressando uma atitude contrária à instrução das mulheres, as epístolas de Joaquim de Vasconcelos permitem depreender, ainda, que o conhecimento feminino, mesmo letrado como o de Carolina Michaëlis, tem sempre subjacente uma monitorização masculina para ser valorizado e aceite como válido.

A consciência de uma menoridade intelectual defendida por alguns pensadores e cientistas do século XIX surge assim, lado a lado, com o receio de uma afirmação e autonomia por meio de uma elevada instrução. Oliveira Martins também entendia este receio perante o excesso de saber feminino

<sup>72</sup> FREITAS, Eugénio – *Cartas de Joaquim de Vasconcelos*, Porto: Edições Marques Abreu. Herdeiros, 1973: 231.

<sup>73</sup> FREITAS, Eugénio – *Cartas...*, cit., p. 216 e 238.



como “uma tendência de masculinizar o sexo, e a invenção de mulheres-livres: ministros, advogados, médicos, eleitores, de saias – se a saia não fôr também banida com o sexo!”. Na sua perspetiva, o desejo de igualdade que lhe está implícito é uma “aberração singular! Se a mulher é como o homem, porque existiriam sexos? Quem tal reclama deveria pedir primeiro à natureza o androginismo!”. Salvaguardam essa posição do autor, perante a natural e desejada diferença de sexos, os condicionamentos biológicos, uma vez que “as regras, a prenhez, o parto fazem-te inválida; és enfêrma por condição, és histérica...”<sup>74</sup>.

Nas artes plásticas, a transição do século XIX para o XX revela uma crescente presença de figuras femininas. O facto de as qualidades artísticas constituírem um dos conteúdos programáticos na aprendizagem da mulher burguesa, a sua área de ação reservava-se para os bordados, a música e a pintura cujos temas se desenvolviam em torno de motivos florais, das naturezas mortas e das cenas do quotidiano de cariz doméstico. Esta procura de “reconverter as actividades intelectuais e artísticas tradicionais femininas” era entendida como “a arte, posta ao serviço do lar”<sup>75</sup>. Não obstante, a sua paulatina participação em salões e certames, a par com as frequentes referências que lhe são feitas na imprensa revelam uma produção e uma criação artística que vai ganhando o seu próprio lugar e exemplifica a crescente visibilidade e afirmação das mulheres na sociedade.

## Conclusão

O antifeminismo, enquanto conceito e prática social adversa à mulher, nas suas diferentes vertentes, insere-se num jogo de identidades e de manifestações em torno das imagens e da realidade do universo feminino, num determinado momento. Por este facto, não pode ser reduzido ao seu significado restrito, enquanto opositor do feminismo e das ideias feministas, mas, pelo contrário, engloba os discursos e as imagens negativas,

<sup>74</sup> OLIVEIRA MARTINS – *Dispersos...*, cit., p. 153-157.

<sup>75</sup> *O Jornal da Mulher*, 30.07.1911, citado por VAQUINHAS, Irene – “*Miserável e gloriosa*”..., cit., p. 73.



de censura e reparo, sobre o género feminino e sobre a sua forma de ser e agir, as quais se fundam na tradição cultural e nas regras assentes pelos grupos dominantes com o garante da consolidação e salvaguarda dos valores e dos comportamentos sociais vigentes e formalmente instituídos.

Neste contexto e perante a diversidade de temas e motivos para a contestação às mulheres é possível encontrar duas formas de manifestação do antifeminismo. Em primeiro lugar, um antifeminismo *subconsciente* ou *latente*, isto é, que deriva das imagens dos géneros que resultam do perdurar das tradições culturais e dos costumes. A segunda via corresponde a um antifeminismo *consciente* cujos conteúdos e, sobretudo, as manifestações têm um impacto profundo na sociedade no seu todo e recorrem a um discurso sustentado no conhecimento e na racionalidade.

O controverso *Fim de Século* referenciado por Christine Bard e Annelise Maugue<sup>76</sup> terá sido, apenas, o momento em que a expressão do antifeminismo terá ganho maior visibilidade, tanto pela ação das próprias mulheres, como pela fácil divulgação dos comentários, pensamentos, estudos e opiniões sobre si nos florescentes meios científicos, intelectuais e nos veículos de comunicação da época.

---

<sup>76</sup> BARD, Christine (Coord.) – *Un siècle..., cit.*, p. 8.



# Vocación Cartográfica de un Militar Profesional; Coello de Portugal

Mariano Cuesta Domingo

Academia Portuguesa da Historia y do Instituto Historico e Geografico Brasileiro

mcuestad@ghis.ucm.es

Texto recebido em/Text submitted on: 12.06.2014

Texto aprovado em/Text approved on: 31.10.2014

## *Resumen/Abstract:*

Este artículo comienza por mostrar el origen portugués del personaje y, siguiendo una línea la biográfica –filogenética y ontogenética– muestra a un Francisco Coello de Portugal como militar profesional acreditado y mostrando, también, una clara vocación de geógrafo y cartógrafo. La producción de cartografía en la que participó activamente le dieron gran prestigio y, prestigiosas instituciones pidieron su colaboración; todas le abrieron sus puertas.

This paper begins by showing the Portuguese origins of a personality and, following a biographical line of analysis – phylogenetic and ontogenetic – shows Francisco Coello de Portugal as a reputable and professional military man who also showed a clear vocation for geography and cartography. The production of cartography, in which he actively participated, gave him a great prestige and renowned institutions requested his collaboration and opened their doors to him.

## *Palabras clave/Keywords:*

Coello de Portugal; Cartografía; Militar; Atlas; Instituto Geográfico Nacional.

Coello de Portugal; Cartography; Military man; Atlas; National Geographic Institute.



## 1. De Coelho a Coello de Portugal

Con el transcurso de los siglos (desde la Edad Media hasta la actualidad), Coello, aquel sobrenombre que quedó fijado como apellido, se ha extendido, como es manifiesto, a lo largo y ancho de Portugal, de España y de algunos países de Iberoamérica. Es preciso remontarse a su génesis para conocer su metamorfosis; de tal modo se sabe que es procedente de su originaria Gascuña y que aquellos primeros gascones arribaron a la Península donde se afincaron y se sucedieron como describen Nicás Moreno (1998) y Fernández Grueso (2005).

Es generalmente aceptado que Monino Viegas *el Gasco* y sus hijos, Egas Moñiz *el Viejo* y García Moñiz, arribaron a tierra portuguesa; también lo es que Egas Moñiz había vivido en el reino de León (siglo XI) y que el perfil genealógico conduce hasta Suero Viegas conocido por el apodo de *Coelho*. A partir de él, la línea sucesoria sigue su curso con Juan Suárez Coelho, Pedro Yáñez Coelho, Esteban para llegar a Pedro<sup>1</sup>, uno de los protagonistas de los fatídicos sucesos que protagonizara, muy a su pesar, Inés de Castro.

A tal efecto es preciso considerar que en tiempos de Alfonso IV *el Bravo*, de Portugal este rey<sup>2</sup> contrajo matrimonio con Beatriz de Castilla, la hija de Sancho IV y María de Molina, dentro de la práctica frecuente de alianzas matrimoniales. Existía el compromiso de casar a la primera hija del matrimonio Alfonso-Beatriz con Alfonso XI de Castilla (1328)<sup>3</sup> en tanto que su hijo, Pedro, lo haría con Constanza Manuel<sup>4</sup>. Sin embargo Portugal comenzó una guerra contra Castilla, atacando y sitiando Badajoz; su fracaso

<sup>1</sup> Sus árboles genealógicos han sido publicados por NICÁS (1998, 109 y ss.).

<sup>2</sup> Que era hijo legítimo del rey Dionis I y de Isabel de Portugal; nació y murió en Lisboa (1321-1357) y reinó desde 1325.

<sup>3</sup> Se casó con ella; es la madre de Pedro I de Castilla.

<sup>4</sup> Nacida en el castillo de Garcimuñoz (1316) era hija del conocido como "infante" don Juan Manuel y de Constanza de Aragón y, por lo tanto, nieta de Jaime II de aquel Reino. Constanza fue auto-titulada como Reina consorte de Castilla por su matrimonio no consumado (1325), por razones de edad (tenía nueve años) con Alfonso XI de Castilla (que tenía catorce). Repudiada por Alfonso por razones de Estado, fue prometida por su padre (1331) al infante Pedro de Portugal. En su séquito iba una mujer de notable belleza o al menos con cierta gracia, Inés de Castro, destinada a entrar en la Historia de Portugal y en la leyenda; en la historiografía especializada y en el arte en sus más diversas formas y manifestaciones sean literarias, musicales o, incluso cinematográficas.



en la batalla de Villanueva de Barcarrota (1336) hizo que el ejército portugués regresara a sus bases y que, en 1339, se firmara la paz de Sevilla entre ambos contendientes; el hecho no dejaba de tener su importancia ya que Portugal participó activa y favorablemente en apoyo a las armas de Castilla en la batalla del Salado frente a los *benimerines*.

Asimismo los conflictos familiares prosiguieron de forma generalizada entre los linajes reinantes de la época. Aquí interesa mencionar el que enfrentó a Pedro I el *Cruel* o el *Justiciero*, de Castilla, con su hermanastro Enrique II de Trastámara el *Fratricida* o el de las *Mercedes*; los hechos (batalla de Montiel, 1369) dieron lugar a que un nutrido grupo castellano se refugiara en Portugal donde procuraron medrar y esperar su momento de reacción.

Así pues, volviendo al infante Pedro, en cumplimiento del compromiso, contrajo matrimonio con Constanza pero simultáneamente hizo su aparición en escena una dama de la comitiva de la reina en cierne, Inés de Castro. El Infante sintió una especial atracción por Inés y su entusiasmo fue compartido por la interesada; baste recordar que tuvo casi tantos hijos (cuatro) con Pedro como éste hubo con su esposa (seis, que no fueron pocos para estar tan fascinado por su otra enamorada). Muerta la reina de sobreparto, Inés se perfilaba como la nueva cónyuge.

Se habla de un matrimonio secreto de Pedro e Inés y de la divulgación de la noticia de aquel acontecimiento; tras Inés de Castro se hallaban grupos de interesados en aprovechar su posición en la Corte mientras otra camarilla, quienes temían perder sus privilegios, presionaba por su parte a Alfonso IV contra la bella Inés. La resultante fue luctuosa, como es bien conocido; se preparó el asesinato de la posible reina. He ahí donde aparecen los protagonistas de los hechos, eran los Consejeros del Rey Alonso Gonçalves, Diego López Pacheco y *Pedro Coelho* de los que nos interesa particularmente ahora este último; fueron considerados los principales protagonistas de la degollación de Inés (MENDONÇA, 2004 y SERRÃO, 1990, I).

Historia y leyenda convienen en que Pedro Coelho, huyendo de posibles represalias del infante Pedro, se exilió en Castilla; no tuvo éxito, fue devuelto a Portugal a cambio de otros castellanos afincados en tierras lusas por motivos equivalentes; poco después y, por orden del ya rey Pedro I,



Pedro Coelho murió de forma infame. La familia de Coelho permaneció en Castilla y sus descendientes hispanizaron el que oficiaba de apellido, Coelho, y le añadieron el toponímico de su origen geográfico. He ahí el *Coello de Portugal*, que llevaron sus descendientes y que ha permanecido.

## 2. Curriculum profesional y cursus honorum

Prosiguiendo con un sistema lineal, cronológico, a que tan proclives son los trabajos predominantemente biográficos, como el que aquí se sigue, se comienza por su origen inmediato. Francisco Coello de Portugal y Quesada o, simplemente, Francisco Coello como prefería ser llamado (alguna vez firmó con un sencillo F.C.) fue hijo de Diego Coello de Portugal y García del Castillo (capitán) y Josefa Quesada y Vial (chilena) en cuyo matrimonio surgió una familia prolixa (quince hijos) de los que sobrevivieron tres (MARTÍN, 1999, 13): Diego, el mayor, José (el más joven) y el propio Francisco.

Francisco<sup>5</sup> nació en Jaén (26 de junio de 1822) y murió en Madrid (30 de septiembre de 1998)<sup>6</sup>. Su biografía estuvo dedicada intensamente a la milicia, su vida profesional que desarrolló con idoneidad, y a la Geografía y Cartografía, su vocación; sin embargo sobresalió en esta última a la que fue capaz de dedicar cuanto aprendido en la milicia y, por encima de todo, supo aprovechar la aportación económica personal que recibió del Ejército, de ella obtuvo fama y honores.

Tras sus primeros años escolares en Getafe y Granada comenzó su carrera militar, siguiendo los pasos de su padre (capitán de Infantería) y también de su abuelo (marino); ingresó como cadete en el Regimiento de Infantería del Rey (1823) y, dos años después, accedió al empleo de subteniente. Fue entonces cuando comenzó su aprendizaje de los fundamentos matemáticos

<sup>5</sup> Francisco fue, en realidad, el primer nombre que le impusieron, seguido –dice su partida de bautismo firmada por el licenciado Manuel Ruano y Baño– por los de Narciso, Cleto, Juan de la Cruz y José de los Dolores.

<sup>6</sup> La SGM celebró una velada conmemorativa (*Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid* [Bol. SGM], XL, 1898). El propio Coello también él había participado en otras, como exigía el protocolo; juntamente con Torres Campos, Jiménez Lluésca y A. Blázquez: “Discursos en memoria de D. José Valero y Belenguer” (Bol. SGM, 36:43-83. Madrid, 1893).



(Real Academia de Nobles Artes de San Fernando) y en 1836 pudo empezar el estudio de materias especializadas en la Academia de Ingenieros del Ejército (Guadalajara). De ella salió con el grado de teniente en 1839; fue destinado al Ejército del Norte a las órdenes de Espartero y en 1840 tuvo lugar su primer hecho de armas frente a los carlistas, en el Maestrazgo y en Cataluña. Las disposiciones tomadas por Coello en el emplazamiento de la artillería para la toma de Segura, Castellote y Morella mostraron su competencia y le valieron la concesión de una importante condecoración (*Cruz de San Fernando*) y el ascenso a capitán<sup>7</sup>.

Importa mencionar aquí que, dentro de las vicisitudes político castrenses de España, fue creada la Comisión Directiva del Mapa en la que se hallaba el geógrafo Fermín Caballero, fue cuando Coello, antes de tornar a las actividades del Cuerpo de Ingenieros, tomó contacto con Pascual Madoz con quien inicio una colaboración mutua, duradera y fecunda; no se puede decir que esta cooperación hiciera despertar atracción e interés por los cartográfico geográfico pero tampoco se puede negar que contribuyó a desarrollar su atención y entusiasmo por esta temática.

En 1844 Coello y otros dos ingenieros militares fueron en comisión observadora de las acciones del ejército francés en Argelia y Túnez para lo que, previamente, visitaron en Francia diversas instalaciones militares y el Depósito de la Guerra; fue un viaje de estudios extraordinariamente provechoso para Coello de Portugal y su obra. Fruto de estos dos años fueron la *Memoria descriptiva de las fortificaciones de la plaza de Lyon*<sup>8</sup> y, especialmente interesante fue la *Memoria sobre la Argelia*<sup>9</sup> redactada por la comisión compuesta del Coronel D. Pedro Andrés Burriel, y los Tenientes Coroneles D. Juan José del Villar y D. Francisco Coello, Capitanes del Cuerpo de Ingenieros. 1844-1845.

<sup>7</sup> En el Cuerpo de Ingenieros, de carácter *cerrado*, fue ascendiendo al ritmo que marcaba el escalafón.

<sup>8</sup> *Por la comisión de indagaciones militares en el África francesa*. Madrid, Imprenta Nacional, 1849. La comisión estaba presidida por Antonio Remón Zarco del Valle, José Aparici, Celestino del Piélagos, Ambrosio Garcés, Pedro Burriel, Tomás O'Ryan y J. José Villar, con Francisco Coello.

<sup>9</sup> Cuyos datos de catalogación del Archivo Histórico Militar (Madrid) son: *manuscrito*, 2 v. (648 y 851 p.) + 1 atlas ([2], 30 h.; 56 cm). Manuscritos [34/1 y 34/2] firmado y fechado en Madrid, 31 de Enero 1847. Formó parte de la Biblioteca de Ingenieros del Ejército.



Es un escrito cuidado con una información abundante, variada y atrayente desde todos los puntos de vista, no solo desde la óptica castrense<sup>10</sup>; es del mayor interés su síntesis histórica, descripción física del medio, rasgos etnológicos y culturales, organización social, política, etc. muestran lo que es hacer un informe militar<sup>11</sup>, por lo que le dedicamos unas líneas.

La portada del atlas reza: "Cuerpo de Ynjenieros. Comisión en el África francesa, 1844 y 1845. ATLAS" y es tenido en la Biblioteca del Instituto de Historia y Cultura Militar (GF-48), como una verdadera joya; ciertamente lo es. Es un atlas manuscrito que consta de treinta hojas a doble página (de 55 x 75 cm.), dibujadas en color rojo o sepia, amarillo, negro, azul y rosa o sepia (los planos de edificaciones); el relieve sugerido con fortuna dando la idea de curvas hipsométricas, de nivel. Cada una de las hojas está firmada por los tres autores. Este tomo gráfico ofrece treinta y ocho mapas 1/10.000.000 así como numerosos planos y dibujos<sup>12</sup>.

<sup>10</sup> Que incluye pormenorizadas referencias a la organización provincial, a la composición de las fuerzas, por ejemplo, haciendo referencia a un estadillo (pg. 398) con el número de expedicionarios tanto los caballo de silla, de tiro y acémilas (4.008) como a los hombres (37.331): 110 de Estado Mayor; 16 regimientos de Infantería de Línea de dos batallones y dos regimientos ligeros (30.410 hombres); tres escuadrones de caballería (539 hombres), de Artillería (2.815), de Ingenieros (1.345), Tren (882), Obreros de la administración general (688), gendarmería (113) y administración militar (429).

<sup>11</sup> Unas operaciones militares que costaron 12.303.266 reales (2.698.634 en la Provincia de Orán, 2.381.308 en la Provincia de Argel, 7.283.522 en la Provincia de Constantina). De la comisión se hizo eco *El Archivo Militar* (2.<sup>a</sup> época, año IX, n.º 8, pág. 1; Madrid, 19 de abril de 1849).

<sup>12</sup> "Mapa general de Argelia con un plano de la parte occidental del Mediterráneo" (hoja 1); Provincia de Orán (hoja 2 y 3), Provincia de Argel (hoja 4), Provincia de Constantina (hoja 5), fortificaciones anteriores a la ocupación francesa (hoja 17-18), fuertes construidos por los franceses (hoja 19-20) además de un plano final del atlas correspondiente a "una parte del terreno reconocido en la Provincia de Orán por la Comisión el [ ] de octubre al 30 de noviembre de 1844". Además de: cuarteles de infantería, caballería, pabellón de oficiales, hospitales (hoja 21-25), construcción de varias "cocinas económicas de Orán", silos, puertas monumentales, puentes, planos de tejados, almacenes, detalles de sistemas constructivos, efectos de campamento (hamacas, cajones, tiendas de campaña, cantimploras, sillas para heridos, camillas, botiquines...) (hoja 26-27). – Puntos ocupados (Mers-el Kebir, Orán, Ain Temouchen, Serdou, Tlemecen, Lalla Maghrnia, Dejemma el Ghazouat, Mascara, Campo de Figier, Ouissert, Saida, Mostaganem, Arzeu, Sidi ben Hacel, Orleansville, Blidah, Milianah, Boufarik, Douera, Medeah, Fondouk, Koleah, Bugia, Djidjeli, Constantina, Selif, Bâtna, Biskera, Bona y Philippe-Ville; en hojas 7-16) y Colonización (La Senia, Misserghin, Joinville, Montpensier, Dalmatie, Beni Mered, Quatre Chemins, Baba Hosan, Ouled Mendile, Deby Ibahim, Mackau, Cheregos, Granja de Koleah, Fouka, Douaouda, Ma-el-ma y Granja de Ma-el-Ma, en la hoja 28).



De regreso a España se planteó alguna incompatibilidad para poder proseguir su servicio militar simultáneamente con su vocación geográfico-cartográfica; tomó la decisión de pedir una excedencia o licencia por un año (1847) sin embargo disfrutó de doce más bajo la figura administrativa de comisión de servicios, a sueldo y recibiendo sucesivos ascensos hasta alcanzar el grado de coronel de Ingenieros. Era una forma de reconocimiento a su persona, de valoración de sus actividades y otra manera, discreta pero efectiva, de aportación militar a la obra cartográfica de interés estratégico que el personaje estaba llevando a cabo. Finalmente se retiró del Ejército en 1866, cuando contaba una edad de cuarenta y cuatro años.

A lo largo de su biografía militar y científica su producción fue abundante tanto en labores individuales como, sobre todo, en equipo; sus trabajos fueron muchos y variados de forma que sería prolijo detenerse con exhaustividad sobre cada uno de ellos, pero también sería injusto obviar la producción del jaenés o giennés, que irá siendo anotada oportunamente.

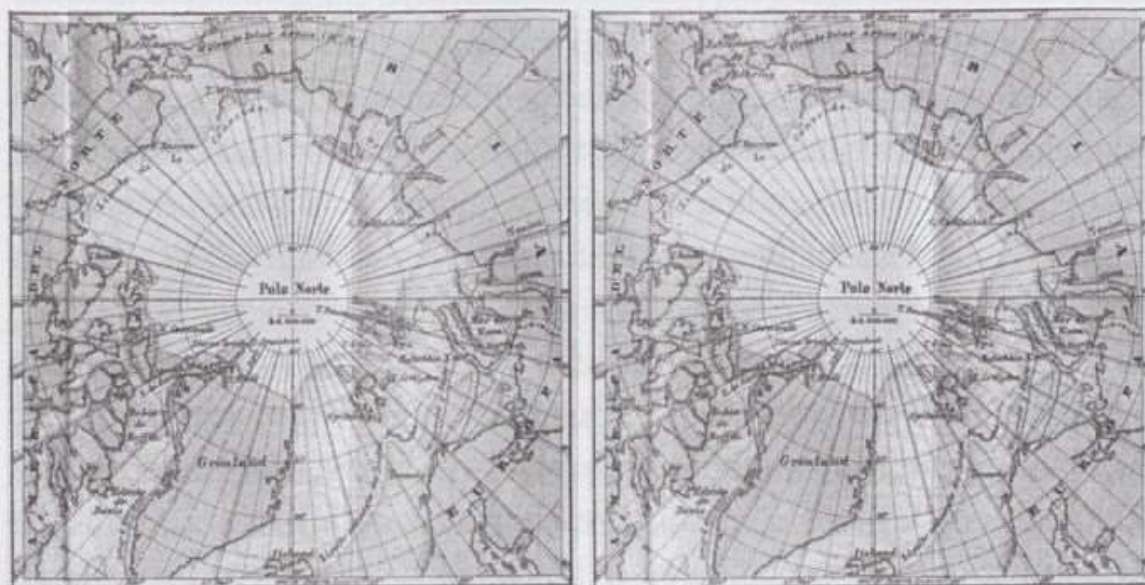
### 3. El cartógrafo Coello de Portugal

Su formación militar, su preparación matemática y sus actividades en el Ejército despertaron en Francisco Coello esa disposición manifiesta por la geográfica y ostensible hacia la materia cartográfica con alguna inclinación hacia la de índole histórica<sup>13</sup>; una atracción por la historia inspiración

<sup>13</sup> *Vida, poblaciones y ruinas antiguas, especialmente de la época romanas*. Madrid, 1874; *Noticias sobre las vías, poblaciones y ruinas antiguas, especialmente de la época romana, en la provincia de Álava*. Madrid, 1875; con J. Santa María: "Camino romano de la provincia de Cuenca". (Bol. SGM, XXXIX: 145-166. Madrid, 1897; y *Boletín de la Real Academia de la Historia* [Bol. RAH]: XXXI, 19; "Miliario romano de Almazcara" (Bol. RAH: V: 285. Madrid, 1884); "Vías romanas entre Toledo y Mérida" (Bol. RAH: V: 5) y (Bol. SGM: XXVII, 2.º: 7-46. Madrid, 1889); "Vía romana de Sigüenza a Chinchilla" (Bol. RAH: XXIII: 437. Madrid, 1893); "Vía romana de Chinchilla a Zaragoza" (Bol. RAH: XXIV: 5. Madrid, 1894); además *Informes "sobre la Historia del Ampurdán de Pella y Forges"* (Bol. RAH: vol. V, 16 y XVI, 425); "sobre la obra *Campañas del general Oráa*, del Marqués de San Román" (Bol. RAH: V, 277); "sobre *Italia desde la batalla de Pavía hasta el saqueo de Roma*, de Rodríguez Villa" (Bol. RAH: vol. XVI, 405); "sobre *Sistema de fortificaciones a principios del siglo XVI*, del Comendador Scrivá" (Bol. RAH: XVII, 101); "sobre *El Ksas-el-Acibir*, memoria de Teodoro de Cuevas" (Bol. RAH: XVII,



o estimulada durante su estancia en Argelia y Túnez e incrementada, posteriormente, merced a su elección como académico de número de la Real de la Historia.



Hacia la conquista del Polo y ensayo batimétrico, en el *Bol. SGM*.

Sin embargo fue la cartografía “actual” –la de la segunda mitad del siglo XIX– la temática en que Coello manifestó su preparación, cualidades y buen hacer. Su metodología (GÓMEZ PÉREZ, 1964, I) está fundamentada en la selección de fuentes que manejó ejercitando una crítica constante, en el análisis de los datos, en la secuencia de las fases y, en una palabra, en el rigor en el trabajo; su calidad se muestra tanto en la confección de borradores y croquis, como en el grabado sobre planchas de cobre o de acero, en la elección del sistema de proyección más oportuno para cada mapa y en la escala pertinente tanto numérica como gráfica.

La colaboración en el *Diccionario geográfico* de Pascual Madoz<sup>14</sup>, una verdadera cartografía en prosa, le impulsó a proyectar un *Atlas de*

353). Además de la “Sumaria relación de los viajes y exploraciones hechas por los españoles en el presente siglo” (*Bol. SGM*: XXX: 177-186. 1891), y en *Revista de Geografía Comercial* [*Rev. GC*], IV: 115; “Las vías romanas y los itinerarios de los peregrinos en España” (*Bol. SGM*: XXX, 187); “Notas sobre los planos de las bahías descubiertas en el año 1606 en las islas del Espíritu Santo y Nueva Guinea, que dibujó el capitán don diego de Prado y Tovar en igual fecha” (*Bol. SGM*: IV: 67, 242 y 339. Madrid, 1878).

<sup>14</sup> El primer tomo apareció en 1845 y los 16 tomos publicados, en 1850 (Bibliotecas de la Real Academia de la Historia y Biblioteca Nacional de España).



*España*, que llegaría a ser una geografía lírica en imágenes en el que también el propio Madoz tuvo su contribución. Fue entonces cuando se coincidieron Madoz y Coello y su trabajo juntamente con los de otros ingenieros militares, como Zarco del Valle, Ibáñez e Ibáñez de Ibero, contribuyeron a dotar a la cartografía de mayor calidad, de más pragmatismo. Coello y Madoz se complementaban por su fundamento científico y por su metodología; Pascual Madoz se constituía en un impulsor que presionaba a Francisco Coello para que formara mapas indispensables a su *Diccionario*, especialmente de la Península, de las islas Baleares y Canarias, de los territorios africanos y, si hubiera lugar que lo hubo, de los de Ultramar; otros más emergieron por iniciativa del propio militar-cartógrafo.

He ahí la aparición de numerosos mapas en el *Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid* (tomos II, III, IV, VI, IX, XI)<sup>15</sup>:

- Mapa del África Central.
- Mapa de las exploraciones en el Tíbet.
- Mapa de la región africana de los Grandes Lagos.
- Mapa del África Central.
- Mapa de la expedición inglesa al Polo Norte.
- Mapa de las exploraciones en el África Central y Occidental.
- Mapa de los ríos Perené y Tambo
- Mapa del Asia Central y Septentrional.
- Mapa de los territorios del SO de Marruecos.
- Mapa de la provincia de Orán y territorio marroquí inmediato.

Ya en 1850 Coello había acabado seis hojas del *Atlas*, veintidós estaban muy avanzadas y los de otras provincias progresaban. El propio cartógrafo describió los trabajos: “La publicación se hará a escala 1/280.000. El mapa de cada provincia tendrá una hoja de 38 pulgadas castellanas de ancho por 28 de alto, sin contar con el margen, a excepción de las Baleares y Canarias, que ocuparán dos hojas cada una. Su escala mayor que la de todos los mapas de la Península publicados hasta ahora, hace que puedan marcarse detalladamente todos los pueblos, caseríos, etc., sin omitir ninguno de

---

<sup>15</sup> “Publicaciones remitidas a la RSG: Colección de mapas, planos, croquis y apuntes de D. Francisco Coello de Portugal y Quesada”, Archivo de la RSG, I. Secretaría, 1900 (SG. Manuscritos, C.<sup>a</sup> 2<sup>a</sup> 16).



los accidentes del terreno, que representados por un método no usado hasta ahora en las cartas grabadas hace a estas enteramente topográficas” (ALONSO BAQUER, 1972, 141). Y sigue Coello “A cada provincia acompañará precisamente el plano de su capital y el de las inmediaciones de ella, hasta la distancia misma de legua y media, y además el de las principales poblaciones, puertos, bahías o detalles topográficos interesantes y que no haya permitido detallar bien la escala general, añadiendo además una breve reseña estadístico-descriptiva y la explicación de los signos adoptados, expresándose estos en español, francés e inglés” (*Ibidem*), todo ello siguiendo una metodología<sup>16</sup> que venía a ser coincidente con la empleada posteriormente por el Depósito de la Guerra para su mapa 1/500.000.

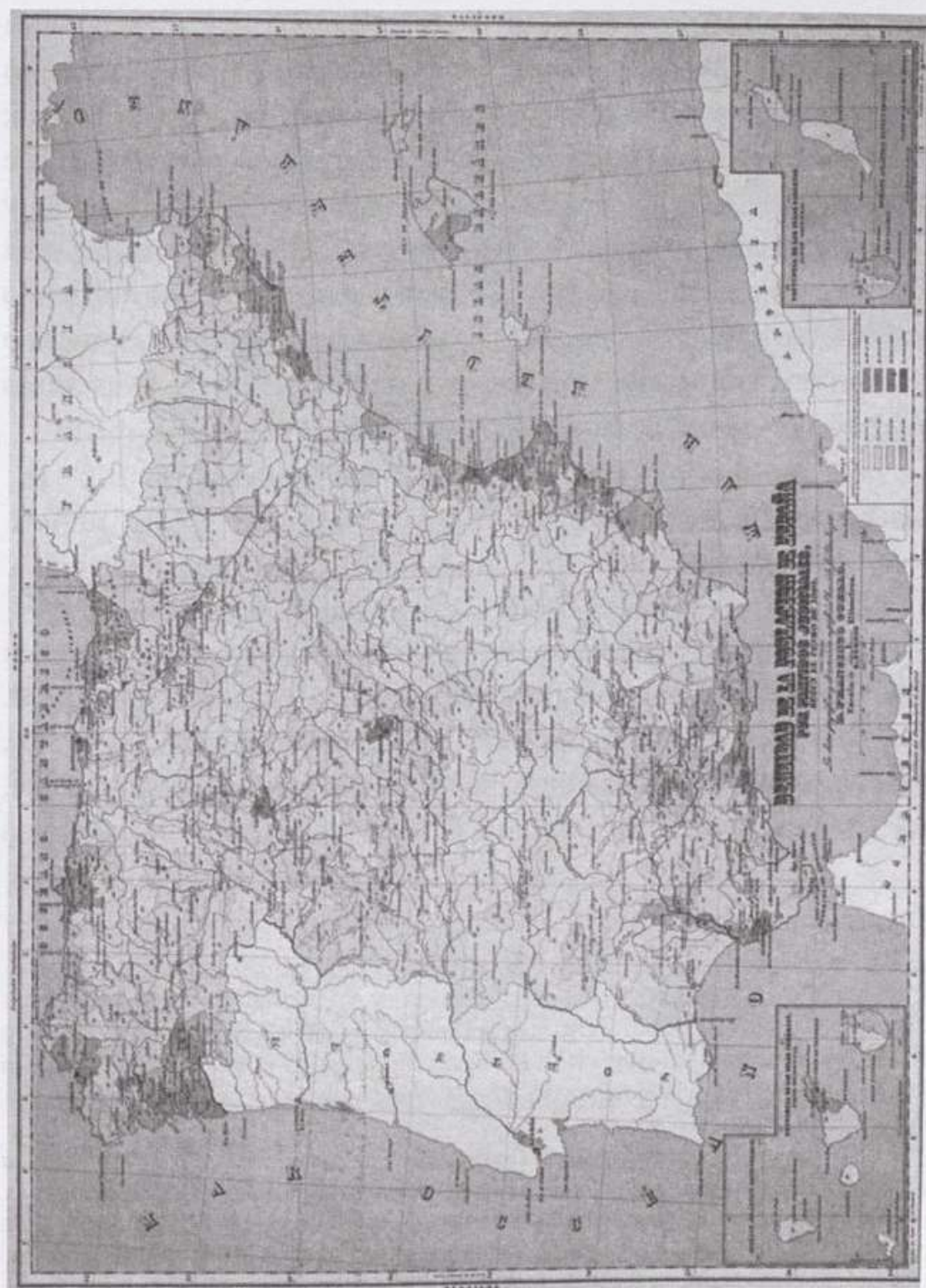


Coello, 1855.

En 1855 publicó su proyecto de grandes obras públicas de la “Península de España”: *Proyecto de las líneas generales de Navegación y de Ferrocarriles de la Península Española*, “por el Coronel, Comandante de

<sup>16</sup> Sobre las fuentes empleadas, Coello indica el uso de obras publicadas hasta la fecha, manuscritos, observaciones astronómicas existentes en dependencias oficiales o en residencias particulares; además tenía el compromiso de corregir mediante expertos los trabajos antes de su publicación.





Mapa de "Densidad de la Población de España" 1860, atribuido a Coello (apud ALVARADO, 2014).



Ingenieros D. Francisco Coello. Autor del Atlas de España. Madrid-1855” con un tomo de 476 páginas y un mapa<sup>17</sup>; diez años más tarde presentó el imprescindible mapa dentro del *Plan General de Ferrocarriles* (1866).

Así pues, la cartografía de Coello muestra una actividad importante tanto por su calidad como por su variedad; así deben ser citados bosquejos interesantes a escala 1/200.000, como los de Cataluña, Toledo y Guadalajara; el plano de Toledo a 1/5.000, los de Guinea, Marruecos<sup>18</sup> y Argelia, los que interpretaban las expediciones de Manuel Iradier Bulf<sup>19</sup>, Nordenskiöld y Stalney, entre otros, interpretados por el propio Coello. Otros mapas eran de interés castrense, como los relativos a la Guerra Carlista en que se vio inmerso, sobre la guerra de Melilla o el conflicto de las Carolinas. Asimismo fue notoria su cartografía temática de índole geológica y de recursos naturales<sup>20</sup>, como otros de carácter demográfico.

#### 4. El Atlas de Coello

Entre 1847 y 1870 salieron de imprenta las cincuenta y dos hojas que en las que se hallaban 250 planos urbanos; las concluyó el maestro y su equipo. Era el famoso *Atlas de España y sus posesiones de Ultramar* (Madrid, 1847-1870) que está considerado como la obra geográfico-cartográfica que, juntamente con la del *Diccionario* de Pascual Madoz constituyen la obra

<sup>17</sup> A escala 1/3.000.000, por Coello con F. de Luxan y A. Pascual: “Proyecto de las líneas generales de navegación y de ferrocarriles en la Península española”. Madrid, 1855; Discurso acerca de los ferrocarriles proyectados a través del Pirineo (Bol. RAH, XXI: 398, también en Bol. SGM, XXI, 398 y 401) e *Informe sobre el plan general de ferrocarriles de España*. Madrid, 1865.

<sup>18</sup> Coello con J. Gómez de Arteche: *Descripción y mapas de Marruecos con algunas consideraciones sobre la importancia de la ocupación militar de una parte de este imperio*. Madrid, establecimiento tipográfico de Francisco de P. Mellado, 1859. Alguna vez hace referencia al “imperio” de Marruecos (GÓMEZ PÉREZ, 1964).

<sup>19</sup> “Discurso acerca de los viajes de Iradier, Montes de Oca y Osorio en la Guinea continental”, (Rev. GC, I: 338); MURIEL (2011, 289 y ss.). “Discurso-brindis en el banquete dedicado a los viajeros Iradier, Ossorio y Montes de Oca” (Rev. GC, I: 356).

<sup>20</sup> Discurso acerca de las causas físicas o naturales de la pobreza de nuestro suelo (Bol. RAH).



cumbre de esta índole en el siglo XIX español; entonces también publicó alguna reseña oportunamente<sup>21</sup>.

Inicialmente pensado como ilustración necesaria al Diccionario, sus características y su volumen hizo que pronto tuviera entidad propia. Inteligentemente fue diseñada una tipología general para los mapas: formatos, rotulación, escala, sistema de proyección, meridiano origen (Madrid)<sup>22</sup>, selección de vértices de triangulación extraídos de los trabajos hidrográficos de la Marina, del Estado Mayor, del ejército francés... todo ello debidamente explicado por el cartógrafo en cada mapa bajo el epígrafe de "Advertencia" y dejando constancia de los colaboradores o *comisionados* tanto en la confección de la obra como, lo que era importante, en el grabado de la misma.

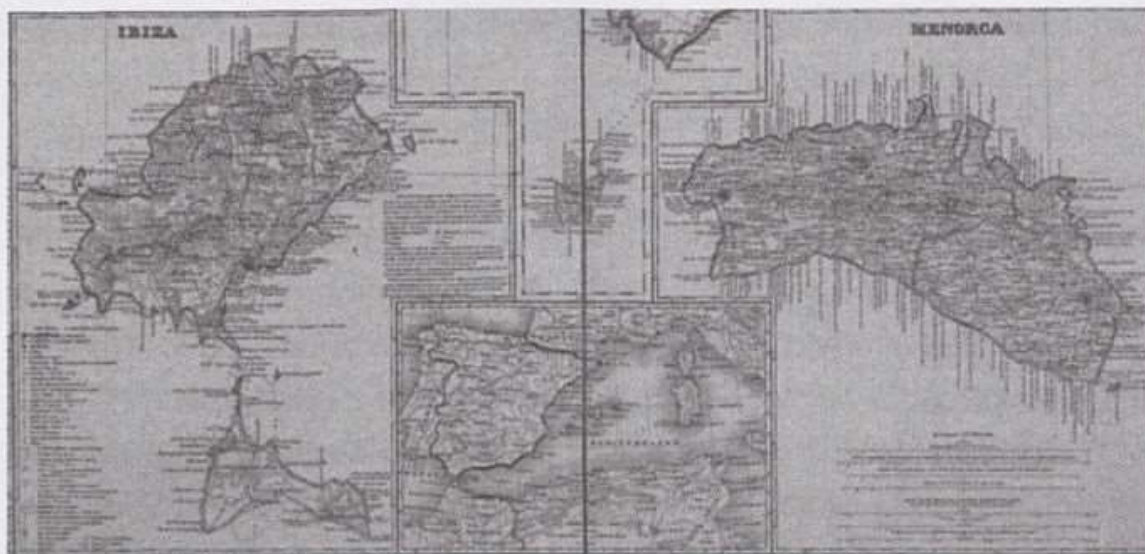
El *Atlas* estaba formado por: Mapa de España 1/200.000; los de Ultramar, 1/1.000.000; Álava, Alicante, Almería, Ávila (2), Baleares, Barcelona, Burgos, Cádiz, Canarias (2), Castellón, La Coruña, Cuenca, Gerona, Guadalajara (esbozo), Guipúzcoa, Huelva, Logroño, Lugo, Madrid (el primero de los mapas provinciales publicado), Navarra, Orense, Oviedo, Palencia, Pontevedra, Salamanca, Santander, Segovia, Soria, Tarragona, Teruel, Toledo (esbozo), Valladolid, Vizcaya, Zamora, Zaragoza; además de Aragón, Castilla la Nueva, Andalucía, León y Extremadura, España, Posesiones en, Puerto Rica, Cuba (2), Filipinas (3) e islas Marianas. La hoja de Albacete, acabada la grabación, no llegó a ver la luz; otras diecisiete ni tan siquiera fueron concluidas.

Fue una empresa en equipo constituido por colaboradores también denominados comisionados y otros informantes que sumaron una cifra próxima al centenar; algunos de ellos participaron con entusiasmo y a otros no se les pueda tildar de desinteresados ya que vendieron sus servicios no obstante los resultados que iban ofreciendo eran de la plena satisfacción de Francisco Coello.

<sup>21</sup> *Reseña geográfica de España y sus posesiones de Ultramar*. Madrid, 1869 [también en el *Anuario Estadístico de España*, 1858]; *Reseña geográfica, geológica y agrícola de España*. Anuario de la Comisión de Estadística General del Reino, 1858, 3-74. Madrid, Imprenta Nacional, 1859.

<sup>22</sup> Generalmente era tomado el de Madrid, pero siguiendo el criterio de la SGM, en su boletín, usaba el de Orchilla (isla de Hierro), añadiendo también el de Madrid.





“Baleares” (detalle en Atlas de Coello).

Tan importantes como los trabajos de campo fueron los de gabinete (en ambos participó el personaje)<sup>23</sup>. Evidentemente el empleo de cartografía impresa, la relativa a las fronteras<sup>24</sup> de España en la Península así como las de Cuba, Puerto Rico, Filipinas e islas del Pacífico eran imprescindibles y, además, tenían la característica de preparación de los artífices (ingenieros militares y marinos bien preparados), calidad (a escalas oportunas) y actualización casi permanente de mapas y planos de gran escala: la resultante para estas hojas fue una escala de 1/1.000.000 que encajaba con el proyecto de mapa de la tierra en esa proporción (Bol. SGM, 1898, 89 y ss.) en tanto que las hojas provinciales muestran una escala mucho mayor (1/200.000), los mapas del entorno urbano (1/100.000) o de espacios más reducidos la escala podía ser y era mucho mayor (planos urbanos a 1/10.000).

El resultado total fue incierto (menudearon los problemas también económicos y los personales) pero, como bien sintetiza Quirós Linares (2010,

<sup>23</sup> Su formación y sus viajes por Francia y Norte de África fueron de gran importancia tanto para la recopilación de materiales como para seleccionar la copia de muchos de ellos existentes en el Depósito de la Guerra de Francia (también procedentes de algunos depósitos ingleses, alemanes e italianos) como en las instituciones civiles y militares de España.

<sup>24</sup> COELLO con E. Saavedra, C. Rosell y L. Martín: “Cuestiones de la territorial de España que discutirá la Sociedad Geográfica en el próximo curso de 1880 a 1881” (Bol. SGM: 9:77-80). COELLO: “Proyecto de rectificación de fronteras” (Bol. SGM: 5-12. Madrid, 1884); “Estudios sobre división militar y territorial” (Bol. SGM: IX: 38 y 58; XX, 19).



71): “El trabajo de gabinete, con originales en cinco colores<sup>25</sup>, consumía varios meses por cada hoja, y el grabado de cada una exigía un año. Pero si la obra se publicó con lentitud y, finalmente, quedó inconclusa, fue, sobre todo, por razones económicas. La preparación simultánea de muchas hojas supone una inmovilización de capital que privaba de liquidez a la empresa, sin que los ingresos por ventas bastasen para cubrir los gastos y recupera el capital inmovilizado”.



El *Atlas* de Coello, Teniente coronel, capitán de Ingenieros. Madrid 1852. A la venta por 25 reales, cada hoja, o por veinte si es mediante suscripción.

Por eso era tan importante la subvención del Estado (medio millón de reales al año entre 1849 y 1975) cuya desaparición dio al traste con la empresa<sup>26</sup>; también fue considerable la aportación oficial indirecta procedente del pago de sueldos del Ejército a Coello de Portugal así como la suscripción que algunas unidades militares realizaron para recibir los ejemplares que fueran saliendo de imprenta.

<sup>25</sup> La hidrografía en azul, orografía en sepia, toponimia en rojo y/o negro, vegetación en verde y en acuarela los límites.

<sup>26</sup> Ilusoriamente la Sociedad Geográfica trató de llevarla a cabo por su cuenta; fue una idea tan encomiable como imposible económicamente.



Los propios mapas de Coello describen las fuentes que utilizó para la confección del Mapa: las descripciones y mapas antiguos y curiosos además de todas las cartas publicada por los Depósitos Hidrográficos de España y Francia; asimismo el cartógrafo tuvo las aportaciones cartográficas y documentales de los exploradores de la región en el siglo XVIII (los viajes de Kotzebue en 1816, 1817 y 1824; de Freycinet en 1819; de Duperrey en 1824; de Lutke en 1828; de Dumont d'Urville desde 1826 a 1829 y de 1837 a 1840; de Wilkes en 1841; además de otros mapas detallados de varias islas realizados por nuevos viajeros.



Guam, del *Atlas de Coello*.

Era una gran cantidad de información geográfica que Coello contrastó con publicaciones más modernas que le sirvieron, como él mismo dice, para corregir varias coordenadas dudosas, por no decir defectuosas. Para las islas Marianas (INFANTE, 2014), Coello estudió varias memorias



inéditas y modernas y planos originales de la expedición Malaspina (Museo Naval de Madrid), entre ellos los “croquis” de la isla Guajan y de sus puertos (formados en 1792 por las corbetas “Descubierta” y “Atrevida”) y un mapa en grande escala de la misma isla levantado en 1832 por su gobernador Francisco Ramón Villalobos. Del mismo modo recibió algunas aportaciones personales y documentales de su amigo M<sup>r</sup>. de la Roquette (Secretario de la Sociedad Geográfica de Francia).

“Nuestro muy digno e inteligente amigo M<sup>r</sup>. de la Roquette, Secretario de la Sociedad Geográfica de Francia, –dice Coello– nos ha facilitado infinidad de noticias y planos interesantes, algunos inéditos, indicándonos al mismo tiempo las obras que debíamos consultar y preferir y enviándonos extractos de lo que no podíamos adquirir en Francia, nos ha facilitado infinidad de noticias y planos. Escasamente relacionada con España los derechos de esta nación se mantenían “por la proximidad de sus otras posesiones”, por haberlas descubierto primeramente y por haber enviado algunas misiones desde los toros establecimientos de la Oceanía”.

Las islas de Rota y Guajan están representadas, especialmente, en escala 1/250.000 y muestran los habituales signos convencionales, coordenadas, topografía, perfil costero, toponimia abundante, minuciosidad interior terrestre y litoral. También se describe el clima de las islas Marianas<sup>27</sup>, Palaos y Carolinas a la vez que se ha jugado con el nombre de coralinas<sup>28</sup>, volcánicas, con temblores, arrecifes coralinos y también islas calcáreas.

En su descripción histórica, Coello explica que no fueron sometidas ni ocupadas directamente por España; que sus derechos se mantienen “por la proximidad de sus otras posesiones, por haberlas descubierto primeramente y en haber enviado algunas misiones desde los otros establecimientos de la Oceanía”. El avistamiento de Magallanes, su incorporación por Legazpi y el inicio de la colonización (merced al apoyo de la reina María Ana de Austria, de ahí el nombre de Marianas) por el padre Sanvitores justifican

<sup>27</sup> Sobre las Marianas hay una nota en el Archivo RSG (SG, manuscrito, C.<sup>a</sup> 21-16, 3): Carta de D. Manuel Goicoechea a D. Francisco Coello incluyendo copia de parte de las crónicas de los jesuitas enviadas a su Procurador General, el P. Antonnio Xaramillo, narrando el descubrimiento de algunas zonas filipinas, entre ellas, las islas Marianas.

<sup>28</sup> “Las Carolinas y el archipiélago del Coral” (Rev. GC, I: 291).



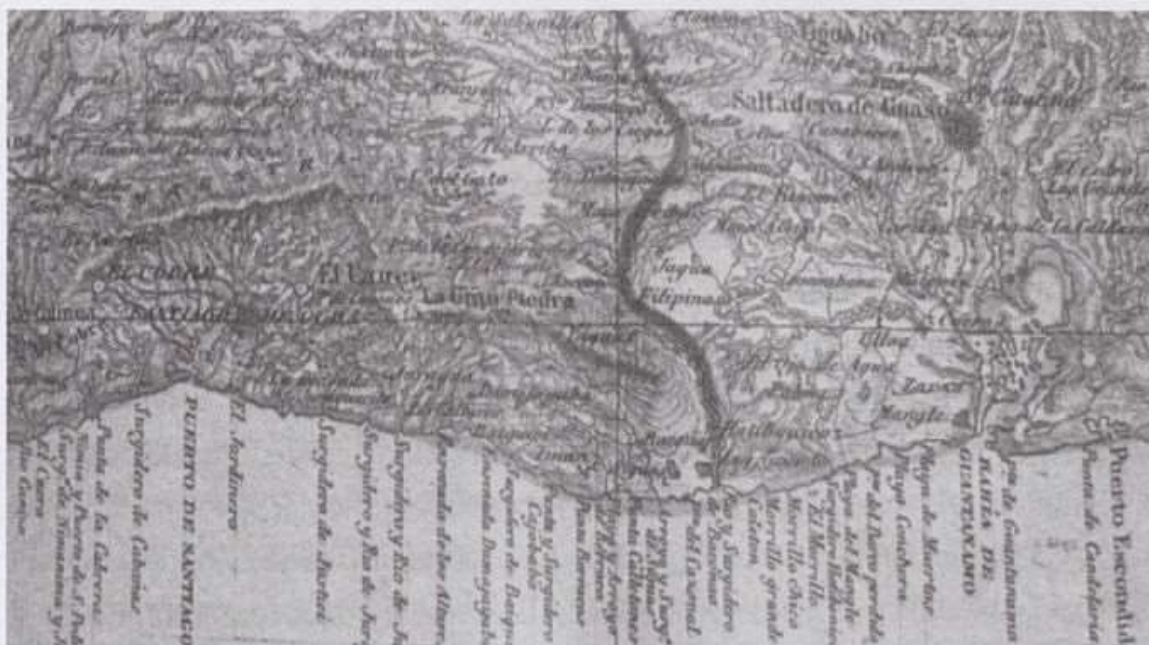
la posesión de España de las Carolinas<sup>29</sup> que el propio Coello explica en un artículo<sup>30</sup>. Coello sigue narrando la historia de la anexión española del archipiélago: las islas fueron descubiertas por Toribio Alonso de Salazar (1526) pero fue Álvaro de Saavedra quien tomó posesión de ellas (1528). Hasta llegar al conflicto por la ocupación alemana; la conferencia de Coello (27 de agosto de 1885) provocó una gran manifestación popular ante la embajada de Alemania, en la calle Amor de Dios, n.º 2 (hoy de la Real Academia de la Historia).

En el mapa de las “Islas Marianas”, las islas de Rota y Guajan aparecen representadas a escala 1/250.000. La mayor de todas (526 Km<sup>2</sup>), Guajan (en español) o Guahan (en chamorro) y Guam (de forma abreviada), está situada en 13º 26' N, 144º 43' E. y su relieve, como se ha indicado, es fruto del vulcanismo, al S, aunque también presenta formaciones coralinas al N. El mapa de mediados del siglo XIX muestra una minuciosidad extraordinaria, con profusos signos convencionales, una topografía detallada como también es prolijo el perfil costero con abundantes arrecifes, así como el detallismo tanto en el interior terrestre como en el perfil litoral de las islas grandes y de las menores; la toponimia es rica. La imagen cartográfica de esta región mejora ostensiblemente la que había el siglo precedente, como puede observarse en contraposición los mapas que aparecen en las *Cartas eruditas y curiosas*.

<sup>29</sup> Sobre las Marianas hay una nota en el Archivo RSG (SG, manuscrito, C.<sup>a</sup> 21-16, 3): Carta de D. Manuel Goicoechea a D. Francisco Coello incluyendo copia de parte de las crónicas de los jesuitas enviadas a su Procurador General, el P. Antonnio Xaramillo, narrando el descubrimiento de algunas zonas filipinas, entre ellas, las islas Marianas.

<sup>30</sup> “Noticias sobre la conferencia de Berlín (Bol. SGM: XIX: 196-219. Madrid, 1885); “La conferencia de Berlín y la cuestión de las Carolinas” (Bol. SGM: Madrid 1885) y “Conflicto hispano-alemán” (Bol. SGM: XIX: 220-268 y 273-335. Madrid, 1885); también, su conclusión (Bol. SGM: XX, 192. Madrid 18986). *La conferencia de Berlín y la cuestión de las Carolinas*. Sociedad Geográfica de Madrid. Madrid, Fortanet, 1885; *La question des Carolines*. Société Académique Indo-Chinoise de France. París, 1887. “Discurso sobre la cuestión de las Carolinas” (Rev. GC, I: 61); “Discurso sobre la conveniencia de conservar nuestro dominio en estas islas [Carolinas]” (Rev. GC, I: 185). “Pacífico occidental: su reparto entre Alemania e Inglaterra” (Rev. GC, I: 329); “Discurso sobre la cuestión de las Carolinas”, (Rev. GC, I: 61); GRACIA PAREJO, R: *Derecho de España sobre las islas Carolinas*. Madrid 1885. Ver también CORTE RUANO, F. de la: *Memoria descriptiva e histórica de las islas Marianas y otras que las rodean en relación con ellas y de su organización actual*. Madrid 1875. Posteriormente ELIZALDE, M. D: *España en el Pacífico. La colonia de las islas Carolinas (1885-1899)*. CSIC. Madrid 1992.





Mapa de Cuba, de Coello; detalle desde Santiago a Guantánamo.

En otro ejemplo, el *Teniente coronel, capitán de Ingenieros, D. Francisco Coello*, cuando hace su “Advertencia”, en el mapa de Cuba, da cuenta de que numerosos puntos de la costa están situados por “buenas observaciones astronómicas y por algunas triangulaciones trigonométricas” y son fruto de los *Derroteros* y *Cartas* publicadas por el Depósito Hidrográfico aunque toma otra iniciativa cuando hace referencia a la parte meridional porque hallaba errores en la bahía de Guantánamo y puerto Escondido que se vio ratificado cuando consultó las últimas cartas de Esteban Pichardo. Mucha documentación le fue facilitada, como bien reconoce el cartógrafo, por el brigadier Crispín Ximénez de Sandoval y con sus “compañeros los oficiales de Ingenieros” Juan Campuzano, Manuel Heredia y Francisco Albear, además de otros como José María de la Torre mediante la entrega que hizo a Coello de “numerosos planos, documentos y noticias interesantes”.

## 5. Coello en las instituciones. Presidente de la RSG

A nivel nacional, Coello contribuyó a la publicación del *Anuario Estadístico* para el que escribió la *Reseña Geográfica de España*<sup>31</sup> con

<sup>31</sup> “Reseña geográfica, geológica y agrícola de España”. *Anuario de la Comisión de Estadística General del Reino*, 1858, 3-74. Madrid, imprenta nacional, 1859.



aportaciones significativas en la sistematización cartográfica; y lo fue tanto en la representación topográfica como en la combinación de cuencas y vertientes, demostrando un conocimiento pormenorizado de la geografía española. Asimismo aportó su saber a la redacción de la Ley de Medición del Territorio (1859) entre cuyos objetivos primordiales se hallaba la coherencia y coordinación de los trabajos cartográficos nacionales que competían a la Comisión de Estadística; sus labores englobaban tanto los mapas temáticos como los topográficos.

Prefiriendo por una iniciativa más pragmática, inició una cartografía catastral sin detenerse en la parcelaria, mucho más prolija; fue una decisión de suma importancia porque dio lugar a la fundación (1859) de la Escuela de Topografía Catastral (de la que fue Director) y consecuentemente, a la formación de personal especializado.

En 1861 se sumió en un trabajo gigantesco al que dio impulso pero que era imposible concluir<sup>32</sup>: la cartografía parcelaria catastral de España, de rango municipal, a escala 1/2.000 con curvas de nivel aproximadas que señalaban elevaciones de 5 m. (las famosas *hojas kilométricas*). Deberían ser la base del *Mapa de España* (su propuesta es que fuera a 1/100.000) y de otras hojas a escala 1/20.000.

Nombrado para la Comisión de Estadística General del Reino, permaneció hasta 1866 en que renunció al cargo y, simultáneamente, solicitó el retiro en el Ejército para la *Junta General de Estadística* que se materializaron en el *Instituto Geográfico y Estadístico* (1870).

Desde el punto de vista institucional, la fecha de 1875 es destacable: tras un *Congreso Internacional de Ciencias geográficas, Cosmográficas y Comerciales* (Amberes, 1871) de inapreciable presencia española, Coello, a título personal, asistió al *II Congreso Geográfico Internacional* (París, 1875), observó una clamorosa ausencia institucional de España; el vacío le inspiró a impulsar la creación de la *Sociedad Geográfica de Madrid* (1876)<sup>33</sup>.

<sup>32</sup> El proyecto exigiría la confección de más de medio millón de hojas *kilométricas*. Sin embargo dejó concluidas tres mil hojas que, entre otra cartografía, dieron lugar al plano parcelario urbano de Madrid (1/2.000), de 1872-74 que lleva la firma de Ibáñez e Ibáñez de Ibero.

<sup>33</sup> Tras el ensayo fallido de una *Academia de Arqueología y Geografía* (1844-1865) heredera de la *Sociedad Numismática*, el 2 de febrero de 1876, bajo la presidencia del Ministro de Fomento y en los locales de la Real Academia de la Historia tenía lugar la



A partir de esa fecha Francisco Coello asistió en nombre de la Sociedad Geográfica a los tres congresos bienales que se celebraron sucesivamente<sup>34</sup>.

Como decía el geógrafo en su discurso inaugural de la institución geográfica<sup>35</sup>, se pretendía recobrar el prestigio en materia geográfica que se había perdido como consecuencia de la agitación política y las guerras continuas. Nació una sociedad geográfica con profesionales interesados por la Geografía, por gentes atraídos por temática geográfica y, naturalmente, por geógrafos; fue, es, esa heterogeneidad de origen lo que dotó de particularmente interesante lo que es la Real Sociedad Geográfica. Francisco Coello lamentaba que España no organizara expediciones del tenor de las de Livingston y Stanley, porque España –decía– tenía grandes misiones que cumplir entre las que se hallaba el difundir los trabajos realizados a lo largo de los siglos –que era lo que se esperaba en el mundo con ansiedad–, estudiar minuciosamente el territorio y divulgar esos conocimientos en la sociedad.

A su llamada habían respondido con su presencia (2 de febrero) personajes tan destacados como el Ministro de Fomento (conde de Toreno), que presidió, el director de la Academia de la Historia (Antonio Benavides<sup>36</sup>).

---

creación de la *Sociedad Geográfica de Madrid* (COELLO: "Discurso de fundación de la Sociedad Geográfica de Madrid" (Bol. SGM, I: 5-13. Madrid, 1876) que, actualmente es la *Real Sociedad Geográfica* [RSG]. Su embrión había sido la Academia Geográfico-Histórica de Caballeros voluntarios de Valladolid (1748-1788) y un principio en la "Sala de Geografía" de la Real Academia de la Historia (1792). Su denominación fue alternando en consonancia con las vicisitudes políticas españolas según permitieran el uso o no de "Real". El título de "Academia" para la RSG fue rechazado "porque las cinco academias existentes son cinco grupos lógicos que abarcan y sintetizan la serie de los conocimientos humanos... de formar un nuevo grupo, estos quedarían mutilados y rota su armonía y aquél sólo sería un engendro monstruoso" (SANZ, 1998, 233).

<sup>34</sup> Por ejemplo "El congreso Geográfico Internacional de Venecia" Bol. SGM, XI, 429); "El congreso de Sociedades Geográficas francesas en Burdeos" (Bol. SGM: XIII, 389).

<sup>35</sup> A su llamada respondieron con su presencia personajes destacados como el director del Observatorio Astronómico, el jefe del Depósito de la Guerra, el ex-ministro Fermín Caballero, miembro de la Real Academia de la Historia y de la de Ciencias Morales y Políticas (fue el primer presidente de la Sociedad y fue sucedido, a los tres meses, por Francisco Coello), el director de la Escuela de Caminos, el director del Mapa Geológico de España, el director del Instituto Geográfico, un miembro de la Junta Consultiva de Estadística, el director del Depósito Hidrográfico, el presidente de la Junta Consultiva de Montes, un brigadier de Artillería y un catedrático de Geografía e Historia.

<sup>36</sup> Había sido Ministro de Gobernación y de Estado, Embajador en Roma, Senador del Reino, de la Academia de Ciencias Morales y Políticas y ampliamente condecorado (Anuario de la RAH).



El director del Observatorio Astronómico, el jefe del Depósito de la Guerra, el ex-ministro Fermín Caballero, el director de la Escuela de Caminos, el director del Mapa Geológico de España, el director del Instituto Geográfico, un miembro de la Junta Consultiva de Estadística, el director del Depósito Hidrográfico, el presidente de la Junta Consultiva de Montes, un brigadier de Artillería y un catedrático de Geografía e Historia (Melchor de Macanaz).



Francisco Coello de Portugal

La Junta General (24 de marzo)<sup>37</sup> aprobó el reglamento y fue elegida la Junta Directiva. Fue elegido presidente Fermín Caballero que era miembro de la Real Academia de la Historia y de la de Ciencias Morales y Políticas, como el mismo Caballero reconocía, aceptaba “esta disposición honorífica y gratuita, con mayores placer que el que puedan tener los que alcanzan títulos nobiliarios, bandas, cruces y toisones”. En el equipo directivo se hallaban el cartógrafo Martín Ferreiro, Secretario General que sería sucedido por Torres Campos, el bibliotecario Cayetano Reselló a quien sucedería

<sup>37</sup> La Geográfica contaba al concluir el año 1876 con 640 socios y los geógrafos no formaban la mayoría (su incorporación más numerosa se produjo en la segunda mitad del siglo XX. La Sociedad estaba formada por ingenieros, historiadores, militares y marinos, diplomáticos, escritores y procedentes de diversas actividades.



Beltrán y Rózpide; este último se marcó un objetivo principal –que logró con éxito– el enriquecer la biblioteca de la Sociedad mediante el intercambio del *Boletín* (su periodicidad era inicialmente mensual y posteriormente fue racionalizándose en su aparición, trimestral hasta la anual de la actualidad).

Tres meses le duró el honor a Caballero; tras su fallecimiento fue elegido presidente precisamente Coello de Portugal durante un periodo de dos años seguido de otro– 1889 hasta 1898, con la presidencia del almirante Gutiérrez Rubalcava entre ambas etapas.

El *Boletín* de la sociedad recoge las actividades y trabajos<sup>38</sup> de la misma y, en él se hallan los “estados actuales de los trabajos geográficos”; en ellos Coello de Portugal da cuenta de sus preocupaciones, aspiraciones y logros de la geografía española y su aportación a la general<sup>39</sup>. Pone énfasis en todo lo que suponía valorar las actividades de las instituciones castrenses<sup>40</sup> y de las civiles que iban emergiendo y hace referencia positiva a las sociedades homólogas de Portugal e Italia.

Atento a los trabajos que se realizaban en la Sociedad, Coello contribuyó a que los conocimientos de base y teoría así como la temática nacional, internacional e histórica, ya citada, fueran adquiriendo una indudable realidad científica; concordante con los tiempos las cuestiones coloniales no quedaron al margen<sup>41</sup> por más que hubiera otras sociedades particularmente interesadas en ese objeto (RODRÍGUEZ, 1995). Coello de Portugal tampoco permaneció ajeno a estos intereses desde el punto de vista de su aportación personal; de tal modo, contribuyó al nacimiento de la *Sociedad Española de Africanistas y Colonialistas* (1883) y fue su presidente; estaba convencido del

<sup>38</sup> “Memoria sobre el estado actual de los trabajos geográficos (Bol. SGM, I: 113-169 y 393-444, 501-522; II: 163-427, 315-326, 363-427; III: 97-116, 385-457; IV: 393-404, 405-489. Madrid, 1876-1878) y, “Nota sobre los trabajos pendientes en la Sociedad Geográfica” (Bol. SGM: 393-404. Madrid, 1878).

<sup>39</sup> COELLO con Francisco de Luxan y Agustín Pascual: *Reseñas geográfica, geológica y agrícola de España*. Comisión de Estadística General del Reino. Madrid, Imp. Nacional, 1859.

<sup>40</sup> De los 550 socios iniciales, la cuarta parte eran militares; sin embargo en ella se hallan representadas casi todas las actividades docentes y laborales próximas a la Geografía.

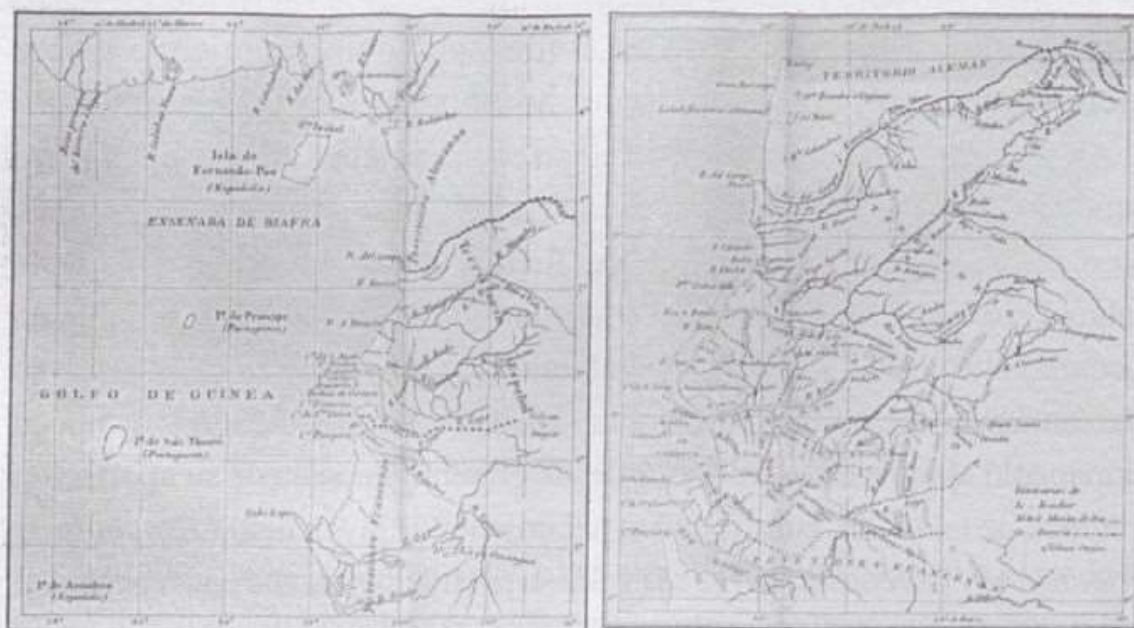
<sup>41</sup> No en balde, entonces, los intereses europeos eran proclives a estas oportunidades; las sociedades geográficas nacientes y el colonialismo tenían importantes provechos coincidentes. “Superficie y población de los dominios españoles” (Rev. GC, I: 44); “Superficie y población de las principales potencias coloniales en relación con las de sus colonias” (Rev. GC, I: 330) y “Nuevas pretensiones de Francia” (Rev. GC, I: 245).



papel que debía jugar España en aquel continente de lo que habló en diversos trabajos: Discursos pronunciados por Francisco Coello [y otros] en el Teatro de la Alhambra el día 30 de Marzo de 1884) en un sistema colonial menos preocupado por esquilmar riquezas que impaciente por eliminar injusticias, como el esclavismo; las cuestiones de límites, itinerarios referentes al Norte de África, Sahara, Guinea, Hispanoamérica y el Pacífico (de Iradier y Montes de Oca, etc.) así como otros elementos estratégicos como el conocimiento, comunicación y control.

“Asociación internacional africana” (Bol. SGM: III, 29 y 97. Madrid, 1876).

“Asociación internacional para la exploración y civilización del África Central” (Bol. SGM,: 501-522. Madrid, 1876).



Dos mapas de las “Posesiones españolas en el golfo de Guinea” (COELLO).

Esta temática le dio argumentos para una serie de mapas (GÓMEZ, 1966) y trabajos<sup>42</sup>:

<sup>42</sup> En el Bol. SGM, recogen un conjunto de Discursos de Francisco Coello cuyos títulos fueron recogidos globalmente en la propia revista (1898, 45): “acerca de la exploración y civilización de África; de los medios de propagar la enseñanza de la Geografía, de la división territorial de España, de las causas físicas y naturales de la pobreza de nuestro suelo (en el ambiente creado por Lucas Mallada), y de las relaciones de España con África (II: 354, 452 y 521), IV (347, 350 y 352), IX (38 y 58), XI (66, 80, 88, 246 y 187), XII (273), XIII (7), XIV (71, 140, 145, 216 y 219).



- *Intereses de España en Marruecos*. Discursos pronunciados por Francisco Coello [y otros] en el *meeting* celebrado en el Teatro de la Alhambra el día 30 de Marzo de 1884 por la Sociedad española de Africanistas y Colonialistas. Madrid, Imprenta de Fortanet, 1884, también en Rev. GC (I: 154 y 160); publicado además en Bol. SGM (XVIII: 355-399; XIX: 120-128. Madrid, 1885).
- “Derechos de España en África que deben defenderse en la Conferencia de Berlín” (Bol. SGM: XVII, 311-326).
- “España y la exploración de África” (Bol. SGM: II, 315-326. Madrid, 1877).
- “Explicaciones sobre los antecedentes de la Asociación Española para la exploración de África” (Bol. SGM: 181-183. Madrid, 1877).
- “Nota sobre los mapas que acompañan a las exploraciones en la zona de Corisco” (Bol. SGM: 339-341. Madrid, 1878).
- “Nota sobre los resultados geográficos de las exploración de una parte de la costa NO de África realizada por Fernández Duro en busca de Santa Cruz de Mar Pequeña” (Bol. SGM: 242-247. Madrid, 1878).
- “Las fronteras entre la colonia argelina y el imperio de Marruecos” (Bol. SGM: XVII, 61).
- “La cuestión del Río Muni” (Bol. SGM: XXVI, 1.º: 50-78. Madrid, 1889) y (*Rev. GC*, III: 145).



“España en el NO de África”, de Coello (en PÉREZ DEL TORO, 1892) y  
 “Parte del Sudán” (Bol. SGM, julio, 1876).



- “Los Tratados de Iyil” (Bol. SGM, XXXIII: 80-84. Madrid, 1892).
- “Relaciones exteriores de Marruecos” (Bol. RAH: XX, 9).
- “Discursos sobre ocupación y comercio de la costa saháríca” (Rev. GC: I: 235).
- “Descripción del Sáhara occidental” (Rev. GC: I: 240).
- “La frontera argelino marroquí”, (Rev. GC, I: 32 y 42).
- “Conocimiento del Sáhara occidental anteriores a la expedición española de 1886: los dos Adrar, el Tiris...”, (Rev. GC, I: 54 y 64).
- “Conferencia sobre el Sahara Occidental”, (Bol. SGM: XXII, 85).
- Discurso acerca de las relaciones de España con África (Bol. SGM, XI: 66, 80, 88, 146 y 187).
- “Mapa de las posesiones españolas del golfo de Guinea”, (Rev. GC: III: 156).
- “La costa NO de África entre el río Dráa y el cabo Bojador”, (Rev. GC: III: 181).
- “Los deberes de España en África y la campaña contra la esclavitud”, (Rev. GC: III: 241).
- “Discurso en el Congreso de Ciencias Geográficas de París, sobre exploraciones de los españoles en la Guinea continental”, (Rev. GC: III: 290).
- “La Guinea española: noticias históricas y geográficas”, (Rev. GC: IV: 61).
- “Reseña general del Rif”, (Rev. GC: V: 1-11. Madrid, 1886).
- “Observaciones a la conferencia de R. Torres Campos sobre la cuestión de Melilla”, (Rev. GC, V: 52).

Sus ideas y actitudes pueden seguirse a través de las páginas que publicó en los Boletines (de la Geográfica, también de la Real Academia de la Historia, donde ingresó en 1874), Revistas (*Colonial*) y prensa periódica (*Imparcial*).

En la Sociedad Geográfica firmaba muchas páginas con las iniciales de la firma de Coello (F.C.). Sanz (1998, 251) describe la explicación que Francisco Coello (Bol. RSG, 6) ofrecía sobre la participación real en la *Asociación Internacional para la Exploración y Civilización de África Central*<sup>43</sup>. En este orden, finalmente, sucedió una nueva *Sociedad*, la *Geográfica Comercial*, con su correspondiente revista (BNE).

<sup>43</sup> De la potencia de la Geográfica (*Boletín*, 29) en el momento dan idea la reunión, en Palacio: preside Alfonso XII con el duque de Montpensier y los vicepresidentes fueron



En la Academia<sup>44</sup> de la Historia existe un pequeño corpus documental sobre el personaje (LÓPEZ GÓMEZ, 1999); no es una documentación particularmente importante pero tiene el interés de lo que atañe a detalles de su biografía entre 1874 y 1898<sup>45</sup>, su ingreso con todo el protocolo electoral, acerca de su traducción de la novedosa *Geografía Universal* de Élisée Reclus, cuestiones familiares y los relativos a su fallecimiento, notas en la prensa. Respecto a su actividad como Académico de número, las Actas (Archivo de la Real Academia de la Historia) dan cuenta pormenorizada de su participación en la institución, aparte de sus publicaciones personales en el Boletín de la Academia.

Avanzada su vida había logrado una reputación destacable a nivel europeo<sup>46</sup> y su crédito y prestigio quedó reconocido en la *conferencia de Berlín*<sup>47</sup> (donde se discutía de los derechos de España en el Golfo de Guinea<sup>48</sup> y sobre la tensión diplomática por la posesión y pertenencia de las islas Carolinas sobre las que había escrito en 1876<sup>49</sup> (1885); fue Consejero

---

Francisco Coello y el duque de Bailén; tesorero, el marqués de Urquijo; Secretario, el conde de Morphy (era el secretario del Rey). El objetivo de la Asociación era filantrópico, pero también económico y geográfico: abolición de la esclavitud, reconocimientos costeros, asentamientos para emigrantes procedentes de otras colonias, construcción de factorías. patrocinada por Leopoldo II de Bélgica invitando a colaborar a Alfonso XII y al presidente de la Sociedad Geográfica en cuya asociación no están ausentes otros europeos (Inglaterra, Francia, Alemania, Austria-Hungría y Rusia); el resultado fue el reparto de África otorgando unos pequeños territorios a España. Fue creada una Asociación Española para la Exploración de África" dentro de la "Asociación Internacional Africana" (Bol. SGM, III, 29 y 97); la asociación tuvo corta duración y escaso éxito. Cuando Beltrán y Rózpide hizo un balance en 1899 fue claro en sus conclusiones: "triunfó la mayoría y ya no tenemos colonias"; Discurso acerca de la exploración y civilización de África (Bol. SGM, II, 354, 445 y 521).

<sup>44</sup> El papel de la RAH en la sociedad española del siglo XIX fue estudiado por Benoît Pellistrandi (*Histoire et culture politique dans l'Espagne du XIX<sup>e</sup> siècle. L'Exemple de la Real Academia de la Historia entre 1847 et 1897*. Ecole des Hautes Études en Sciences Sociales [Tesis doctoral]. París, 1997).

<sup>45</sup> De la primera fecha es: *Discursos leídos ante la Academia de la Historia*, el día 27 de diciembre de 1874. Madrid, Imprenta de T. Fortanet, 1874.

<sup>46</sup> Fue elegido miembro de las Sociedades Geográficas de Berlín, Bruselas, Lisboa, Londres, Roma y Nueva York.

<sup>47</sup> "La Conferencia de Berlín" (Rev. GC, I: 25) y "Noticias sobre la Conferencia de Berlín" (Bol. SGM, XIX, 196).

<sup>48</sup> "Discurso de Coello en el banquete homenaje a los expedicionarios en el Golfo de Guinea (Rev. GC: 356-358. Madrid, 1886).

<sup>49</sup> *La conferencia de Berlín y la cuestión de las Carolinas*. Madrid, imprenta de Fortanet, 1876.



de Ultramar y miembro del Consejo de Filipinas y Posesiones del Golfo de Guinea. En el Congreso Internacional de Berna (1891)<sup>50</sup> fue elegido presidente de la Comisión Internacional del Mapa del Mundo a escala 1/1.000.000; y codirigió la edición española de la Nueva geografía universal de Reclus (1993).

## 6. A modo de conclusión

La obra cartográfica dirigida y realizada por Francisco Coello de Portugal es verdaderamente ingente, basta considerar la confección, aunque incompleta, del *Atlas de España y sus posesione de Ultramar*, cuya proyecto comenzó cuando tenía veinte años o, asimismo, la cartografía catastral. Sus mapas, originales e impresos (muchos en el Bol. de la RSG) fueron utilizados en trabajos posteriores; sus planos urbanos (QUIRÓS, 1991) son muy abundantes (Sanz contabiliza trescientos cuarenta y cinco solamente en la BNE). Unos y otros, de apreciable exactitud, se hallan por doquier<sup>51</sup> y no han sido superados hasta los trabajos del Instituto Geográfico y Estadístico; errores de magnitud de 20 y hasta 30 Km. en mapas de Tomás López quedaron reducidos a seis, como máximo, por Coello de Portugal.

Francisco Coello mostró su interés por todas las líneas de la Geografía, por la política (intereses españoles en África), cartografía (Atlas, comisión del mapa 1/1.000.000); por la Geografía histórica en España y en *Ultramar* (IV Centenario del Descubrimiento de América con el *Congreso Hispano-Portugués-Americano*). Una línea de interés que siguió su sucesor en la presidencia de la Geográfica, el académico Cesáreo Fernández Duro.

Su actividad en la RSG, un remanso de paz para Coello<sup>52</sup> fue intensa y fructífera como recoge el Boletín; temas tales como el meridiano cero

<sup>50</sup> "La Sociedad Geográfica de Madrid y el Congreso Internacional de Ciencias Geográficas de Berna", (Rev. GC, IV: 121); al congreso de Berna llevó: "Ortographie géographique". *V Congreso Internacional de Geografía y de ciencias geográficas*. Berna, 1892.

<sup>51</sup> Principalmente en departamentos del Instituto de Historia y Cultura Militar, de la Biblioteca Nacional de España, del Instituto Geo-Minero.

<sup>52</sup> Mientras sus hermanos medraban al socaire de la política. Diego obtuvo el título de Conde de Coello de Portugal; José, ascendió a Brigadier y fue nombrado Ayudante de Campo del Rey.



(SANZ, 1998, 254-255), la toponimia, los textos geográficos para el estudio a todos los niveles de enseñanza<sup>53</sup>, la dispersión de mapas fruto del esfuerzo de instituciones diversas con escasa conexión pero, al haber sido impresos, multiplican su presencia en las repositorios bibliotecas y archivos oficiales e incluso privados (GÓMEZ PÉREZ, 1962, II):

- Plano de Madrid, 1848.
- Mapa de España y Portugal, 1/1.000.000 (4 hojas).
- Mapa de España y Portugal, 1/ 2.000.000.
- Mapa de Ávila, provincias Vascongadas y Navarra, 1/400.000.
- Plano de Madrid, 1/12.500.
- Plano de Toledo, 1/5.000.



España y Portugal por Francisco Coello; 1:2.000.000. Madrid 1879 (reproducción de otro mapa de 1862, al que se han añadido alguna toponimia más, además de esta y la citada, hay otra edición de 1874 en la cartoteca de IGN), *apud* ALVARADO, 2014.

<sup>53</sup> “La Sociedad Geográfica en la realización de exploraciones y medios de propagar la enseñanza de la Geografía” (Bol. SGM: 347-353. Madrid, 1878); “Nuevo estudio geográfico” (Bol. RAH: V: XXIV, 382).



Solamente a finales del siglo posterior a Francisco Coello de Portugal (el XX) la Geografía ha alcanzado la notoriedad que merecía y que nuevos planes de estudio se preocupan por modernizar (ya en el XXI); la cartografía de Coello nacida de unos mapas, que se habían mostrado deficientes en la Guerra Peninsular o de la Independencia, ha estado vigente hasta entrado el siglo XX.

Ha sido ofrecida la metamorfosis de Coelho a Coello de Portugal así como la evolución de escolar a la cumbre de su carrera militar y de su producción científica, cartográfica y geográfica, de sus aportaciones institucionales nacionales e internacionales. El surgimiento de nuevas Sociedades, Asociaciones, Uniones, Colegios profesionales y demás agrupaciones geográficas hubieran colmado de satisfacción a Francisco Coello de Portugal, militar pero, sobre todo, geógrafo benemérito<sup>54</sup>.

### Bibliografía

- ALONSO BAQUER, Miguel – *Aportación militar a la cartografía española en la Historia Contemporánea*. Madrid: CSIC, 1972.
- ARIZA, F.J. (ed.) – *Francisco Coello*. Jaén: Universidad, 2000.
- BURRIEL, Pedro Andrés – *Memoria descriptiva de las fortificaciones de la plaza de Lyon; por la Comisión de indagaciones militares en el África Francesa*, compuesta de los Capitanes del Cuerpo de Ingenieros D. Pedro Andrés Burriel, D. Juan José del Villar y D. Francisco Coello. Madrid: Imprenta Nacional, 1849.
- CARRASCO SAIZ, A. – “D. Francisco Coello de Portugal y Quesada” en *Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia*. 01.7.1900: 35-45. Madrid: Imprenta del Cuerpo de Artillería, 1900.
- CONTRERAS GILA, Salvador (coord.) – *Centenario de Francisco Coello (1898-1998)*. “Boletín Instituto de Estudios Giennenses”, año XLIV, Julio/Diciembre 1998, n. 169. Jaén, 1998.

---

<sup>54</sup> Uno de los escasos homenajes dedicados a Coello de Portugal, tuvo lugar, ya a finales del siglo XX en el Instituto Geográfico Nacional promovido por la Real Sociedad Geográfica, que presidió.



- CORTÉS, J. (coord.) – *La nueva cartografía en España del siglo XVIII al XX*. Centenario de Francisco Coello. Sevilla, 1988.
- CRUZ ALMEIDA, J. – “Geografía y la participación española en el mapa del mundo 1:1.000.000”, en Cuesta, M. (coord.): *Cartografía Hispánica, 1800-1975. Una cartografía inestable en un mundo convulso*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2014.
- CUESTA DOMINGO, M. – *Cartografía hispánica, 1800-1975. Una cartografía inestable en un mundo convulso*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2014.
- CUESTA DOMINGO, M. y SURROCA CARRASCOSA, A. – *Cartografía hispánica. Imagen de un mundo en crecimiento, 1503-1810*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2010.
- FERNÁNDEZ GRUESO, M. – “Egas Coelho, I Señor de Montalbo, el Hito y Villar de Cañas”. [www.villardecana.es/historia/egascoello](http://www.villardecana.es/historia/egascoello), 2005.
- FORONDA, M. de y otros – “Velada en memoria del Excmo. Sr. D. Francisco Coello celebrada en la Sociedad Geográfica de Madrid la noche del 29 de noviembre de 1898”. *Boletín de la Sociedad Geográfica de Madrid*: 242-247 y 287-301. Madrid, 1898.
- GARCÍA ALVARADO, José María – “Cartografía de la regionalización y provincialización en España, desde el siglo XIX” en CUESTA 2014.
- GÓMEZ DE ARTECHE, J. – *Discursos leídos ante la Real Academia de la Historia*, 27.12.1874. Madrid: Fontanet, 1874.
- GÓMEZ DE ARTECHE, J. y Francisco COELLO – *Descripción y mapas de Marruecos*. Madrid: establecimiento tipográfico de Francisco de P. Mellado, 1859.
- GÓMEZ PÉREZ, José – *El geógrafo Don Francisco Coello de Portugal y Quesada*. (Tesis doctoral). 2 tomos. UCM, Facultad de Filosofía y Letras. Madrid [en 1966 fue parcialmente publicada en *Estudios Geográficos*], 1964.
- HERNANDO SANZ, F. – “Una aproximación a la historia de la cartografía temática española”, en CUESTA 2014.
- INFANTE, V. – “Islas Marianas y Carolinas”, en Cuesta, M. (coord.) – *Cartografía Hispánica, 1800-1975. Una cartografía inestable en un mundo convulso*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2014.



- LÓPEZ GÓMEZ, Antonio – “Documentos sobre Coello en la Real Academia de la Historia”. *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*, CLXIX, julio-diciembre, n.º 169: 67-105. Jaén, 1998.
- “La actividad militar de Coello y su influencia en la vocación geográfica”. *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*. Madrid, 1998 CLXIX, julio-diciembre, n.º 169: 67-105. Jaén, 1998.
- MARTÍN LÓPEZ, J. – *Francisco Coello: su vida y su obra. 1822-1898*. Madrid: Centro Nacional de Información Geográfica, 1999.
- MENDONÇA, M. – “O tempo de Inês de Castro. A época e as circunstâncias políticas”. *Coloquio Inês de Castro*: 15-29. Lisboa: Academia Portuguesa da História, 2005.
- *D. Juan II de Portugal* [2.ª ed. en español]. Madrid: Fundación Histórica Tavera, 1996.
- MURIEL HERNÁNDEZ, M. y M. CUESTA DOMINGO – “El Diccionario de Madoz, una cartografía en prosa” en Cuesta, M. (coord.) – *Cartografía Hispánica, 1800-1975. Una cartografía inestable en un mundo convulso*. Madrid: Ministerio de Defensa, 2014.
- MURIEL HERNÁNDEZ, M. – “Iradier, explorador y fundador”. *Boletín de la Real Sociedad Geográfica*, CXLVII: 289-344. Madrid, 2011.
- NARD, Francisco – *Guía de Aranjuez: su historia y descripción, y la del camino de hierro, con la situación y detalles de sus palacios y jardines, calles y plazas, fuentes y edificios notables, templos, fábricas, fondas, cafés, y cuanto puede interesar al viajero* [con láminas y acompañada del plano levantado por Narciso Pascual Colomer, reducido y grabado en acero por Francisco Coello. Madrid, Imprenta de la viuda de R.J. Domínguez, 1851. 2.ª ed. – Madrid: [s.n.], (imp. de M. Campo-Redondo), 1859.
- NICÁS MORENO, A. – “Genealogía de don Francisco Coello de Portugal y Quesada”. *Boletín del Instituto de Estudios Giennenses*, XLIV, 169: 109-119. Jaén, 1998.
- PALADINI CUADRADO, A. – “La vida militar de D. Francisco Coello”, *Topografía y Cartografía*, XV, 89: 10-21. Madrid, 1998.
- PÉREZ DEL TORO, Felipe – *España en el noroeste de África*, con una carta geográfica del Sr. Francisco Coello. Madrid: Imprenta de Fortane, 1892.



- QUIROS LINARES, Francisco – “Las ciudades españolas a mediados del siglo XIX”. [Vistas de ciudades españolas de Alfred Guesdon, planos de Francisco Coello]. Valladolid: Ámbito, 1991.
- QUIRÓS QUESADA, F. – “Francisco Coello de Portugal y Quesada”. *Diccionario Biográfico Español*. Real Academia de la Historia, XIV: 69-74. Madrid, 2010.
- RECLÚS, Elisée – *Nueva geografía universal: la tierra y los hombres*. Traducción de Francisco Coello. – Madrid: El Progreso editorial, 1888-1893.
- RODRÍGUEZ ESTEBAN, J. A. – *Geografía y colonialismo. La Sociedad Geográfica de Madrid (1876-1936)*. Madrid: UAM, 1995.
- SANZ GARCÍA, J. M. – “De la planimetría general de Madrid al plano de Coello”. DocuMadrid, 1999.
- “Francisco Coello de Portugal, su acción en la Sociedad Geográfica de Madrid entre 1976 a 1908. *Topografía y Cartografía*, XV, 88: 40-59. Madrid [también en *Bol. Estudios Giennenses*, CLXIX], 1998.
- SERRÃO, J. Verissimo – *História de Portugal*. Lisboa, 1990.
- VICENTE, Benito – *Genealogía y heráldica de los Coello de Portugal*. Zaragoza: Instituto Aragónes de Estudios Historiográficos, 1996.
- ZURANO, E. – “Madoz y su Diccionario geográfico-Coello y su Atlas de España”, *Bol. SGM*, LXVI, 2-3: 170-175. Madrid, 1926.







## Recensões

### **Problemas de historiografia portuguesa nos séculos XX e XXI – a propósito do livro de António de Oliveira, *Antiquarismo e História*, Coimbra, Palimage, 2014**

António de Oliveira tem vindo a reunir em volume trabalhos publicados ao longo dos últimos decénios que bem testemunham a coerência de um exemplar percurso na historiografia portuguesa. As interrogações que a sua estimulante leitura suscita são afinal algumas das perplexidades com que os historiadores do nosso tempo se defrontam no seu trabalho e reflexão teórica. O meu propósito não é tanto o de recensar tão variado e enriquecedor conjunto de estudos, antes de reflectir acerca de problemas neles subjacentes.

Neste extenso volume, o Autor situa-se à partida no campo da história da historiografia – mesmo quando inclui também trabalhos sobre 1640 e diversas incursões no campo da história local, estabelecendo nexos com outras escalas, a nacional e a global. António de Oliveira é um historiador para quem o ofício não se situa fora do tempo, antes é dotado de uma historicidade que também ela se estuda. Cada geração e cada comunidade, num tempo específico, relacionam-se com o passado à sua maneira. François Hartog teorizou diferentes regimes de historicidade – diferentes modalidades de conviver com o passado, o presente e o futuro<sup>1</sup>. Estes diferentes modos podem sobrepor-se conviver em simultâneo. Na verdade, nem todos vivemos

---

<sup>1</sup> François Hartog, *Regimes d'historicité. Présentisme et expériences du temps*, Paris, Seuil, 2003.



no mesmo agora (por exemplo há quem em 2014 permaneça em 1920, não só nas atitudes em relação à vida, mas no que respeita ao vestuário, linguagem, etc.). Com as revoluções liberais de finais do século XVIII, o tempo passou a ser vivido por muitos como ruptura com a anterioridade, ter-se-á inaugurado uma consciência histórica voltada para o futuro, comandada por um ideal de progresso que aliás já vinha detrás. Também no campo historiográfico se exprimem intenções de ruptura e há continuidades. Lembre-se o caso de Herculano na sua crítica radical a uma história então ainda em voga, que qualificava de fabulosa, e recorria a mitos de fundação como o milagre de Ourique, as Cortes de Lamego ou à tradição que identificava os Portugueses com os Luistanos (na *História de Portugal*, em 1846). Ou, noutro contexto, e com objectivos bem diversos, no tempo da I República, a intenção do Integralismo Lusitano no sentido de rever sistematicamente a narrativa histórica liberal, considerada pessimista e desnacionalizadora. Quando o que se impunha para os adeptos do tradicionalismo era a construção de um novo cânone apologético da nação que identificava verdade e Tradição.

Ora em contraste com estes exemplos, uma das singularidades da obra do Prof. António de Oliveira (patente neste e noutros livros do autor) é precisamente o modo como num contínuo o historiador se relaciona com a historiografia que o antecede, com os seus antecessores. O modo como de um modo mais implícito do que explícito foi construindo a sua genealogia intelectual. Nessa relação, ao invés do que sucede com outros historiadores do nosso tempo (mas não da sua geração), caso de Vitorino Magalhães Godinho ou, mais recentemente, de António Hespanha – não há propriamente corte com o passado, antes um processo contínuo e cumulativo de diálogo e superação. Num notável estudo datado de 1993 – “Problemática da história local” –, confessa António de Oliveira a dado passo que, “embora preze a coerência do sistema, não sou pelas rupturas. Aceitando as continuidades, tenho o gosto narrativo das origens”<sup>2</sup>. O historiador incorpora o legado de uma história positiva, documentalmente fundamentada, atenta ao pormenor. Mas ao mesmo tempo está muito atento às tendências historiográficas europeias e americanas recentes e a inovações que ele próprio incorpora.

<sup>2</sup> António de Oliveira, *Pedaços de história local*, vol.I, Coimbra, Palimage/CHSC, 2002. p. 21.



António de Oliveira relaciona antiquarismo e história – história da mais actual e actualizada com notas bibliográficas da maior utilidade para o leitor, pois abrem janelas para que possa profundar novos horizontes que o autor percorreu. Não raro, as suas páginas enchem-se de extensas notas eruditas em excursos que nos transportam para novos caminhos. História que não apaga as melhores marcas do antiquarismo, atrevo-me a sugerir. Estimulante me parece justamente o modo como o autor dialoga com a diferença. E esta característica está presente no próprio título do livro.

Outra característica da historiografia de António de Oliveira é o recurso a metáforas que remetem para o campo da arte, do património (*antiquarismo, pórtico...*) e, noutro campo, para o trabalho agrícola braçal. Não por acaso a imagem seleccionada para a capa é um quadro de Silva Porto, *Colheita – ceifeiras*, que nos transporta para um tempo anterior à modernidade nos campos. Reproduz um óleo sobre tela naturalista e nela se vêem duas ceifeiras num campo mediterrânico a perder de vista. O próprio Autor esclarece, “muitas outras circunstâncias [no livro] evocam a *colheita, a ceifa e os restolhos* ao longo do volume: a historiografia pela igualdade de géneros, a colheita de dados depois da invenção da problemática (...) que por vezes não custa menos suor do que a ceifa em plena natureza” (*Antiquarismo e história*, p. 12-13). Subjacente está um ofício artesanal que envolve duro e prolongado trabalho. E ao contrário do que alguns ingenuamente poderão pensar, as ciências humanas também usam metáforas – a palavra, deve lembrar-se, significava na sua origem grega transporte. Transporte de sentido, claro. Inevitavelmente, também os historiadores usam metáforas que, por evzes, abrem horizontes para outros campos do saber, para outras disciplinas. E estas figuras de estilo podem ser objecto de atenção em história da historiografia.

Há neste livro dois pontos que devem ser notados à partida:

1. a permanente conversa interior e balanceada entre a necessidade da pesquisa alargada, aprofundada, ou seja de exigente fundamentação empírica e a absoluta necessidade da invenção da problemática que se prende com a imaginação. E que, como sugere o Autor, está do lado da “desordem, a inovadora” (p. 330). Do lado do sonho. Entre antiquarismo e história: entre o imenso cuidado erudito e a paixão da história. Ciência e arte. O que podemos exprimir nas seguintes



interrogações: como conciliar a racionalidade que sempre preside ao trabalho crítico do historiador e a imaginação por vezes desordenada e criadora? Como convivem razão e paixão no trabalho historiográfico? Lembre-se que o problema também se pode levantar em relação ao trabalho poético. Autores como Fernando Pessoa ou, mais tarde Ruy Belo não deixaram de sobre ele reflectir.

2. António de Oliveira assume que o ofício do historiador é comprometido (*engagé*, dizem os franceses): “investigar em História é comprometer-se, é tomar posição: as obras históricas são sempre autobiográficas” (p. 360). Sem dúvida autobiográficas, quanto mais não seja na escolha dos temas que se estudam, ou nas interrogações que se formulam. Neste sentido, como sugere o Autor, “a história é vida”, e “investigar é conviver, estar voltado para o mundo que nos rodeia e não atitude de autista” (p. 314), “um permanente interrogar a partir das inquietações existenciais do presente” (p. 12). Não surpreende pois que António de Oliveira retome a postura de um Lucien Febvre e as palavras de Benedetto Croce – a história como pensamento e acção – colhidas do título do célebre livro do mestre italiano. Estamos perante um conceito humanista de história, sensível às problemáticas do tempo presente (caso dos estudos de género), ao estudo do convívio entre povos que pode colocar os homens numa relação de tolerância com a alteridade. Mas o historiador está bem consciente de que em todas as sociedades há conflitos, não tivesse ele estudado em profundidade o *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa, Difel, 1991 e os *Movimentos sociais e poder em Portugal no século XVII*, Coimbra, IHES, 2002.

Há um lado solar na escrita da história de António de Oliveira. A escrita da história é diálogo com os vivos: “Investigar é conviver” com o tempo presente, diz o autor. Mas a história também envolve uma relação com os ausentes, um diálogo com os mortos, com os homens e mulheres do passado. Nesse sentido, como sugeria Michel de Certeau, “falar dos mortos é (...) negar a morte e desafiá-la”<sup>3</sup>. Então, acrescento eu, é como se o ofício e a vida do historiador se entretencessem entre dois mundos: um presente e o

---

<sup>3</sup> Michel de Certeau, *L'écriture de l'histoire*, Paris, Gallimard, 1975, p. 74.



outro ausente, que conhecemos de um modo mediatizado. Pergunto: em que medida se podem conciliar comprometimento com o presente e vigilância crítica em relação à marca das convicções ideológicas, dos projectos de futuro que inevitavelmente transportamos? Lembrando que a história envolve uma operação de distanciação crítica em relação ao objecto que estuda. E que há graus de distanciação.

Há neste livro visões panorâmicas de conjunto – as excelentes sínteses sobre Antiquarismo e história em Coimbra, a História na FLUC ou o poder local em tempo de globalização – estudos monográficos (1640), biografias intelectuais (por exemplo, a de António de Vasconcelos), evocações de historiadores já desaparecidos (Salvador Dias Arnaut, Luís Ferrand de Almeida ou Sérgio da Cunha Soares), apresentações de problemáticas em prefácios de livros e monografias. Mas mesmo nos estudos dedicados a historiadores – caso de D. Francisco Manuel de Melo ou de António de Vasconcelos – a preocupação de entender o individual, traduz-se sempre na procura dos seus nexos com as tendências culturais do tempo em que se inscrevem. Assim, no tempo de D. Francisco Manuel de Melo, era com recurso à história que se poderia alcançar “a prudência, tão necessária à arte de reinar” (Luís Cabrera de Cordoba, citado na p. 52). Já no século XIX, a história servia a formação de cidadãos e os historiadores investiam-se de uma função social e de uma missão cívica. Na verdade, a história sempre foi instrumentalizada por interesses políticos e propagandas ideológicas – as mais variadas. Exemplo excelente, convocado pelo autor é a restauração de 1640 (vd. p. 412-428). Mas a história também é, como acima frisei, distanciação crítica em relação ao seu objecto.

Destaquemos ainda quatro outras problemáticas que estão presentes ou emanam deste estimulante livro do Prof. António de Oliveira:

1. A atenção atribuída aos conceitos e à sua transformação, na consciência de que estes são indispensáveis na captação e compreensão sempre mais profunda da realidade histórica. Mas a vida é sempre mais complexa do que a ferramenta conceptual, como já Joaquim de Carvalho alertava. Considerem-se, por exemplo três conceitos: *antiquário*, *antiquarismo*, *arqueologia*. No princípio do século XVIII, o termo antiquário era definido como “curioso da antiguidade (como de palavras, papéis, de costume ou de medalhas antigas)” (Bluteau, 1712).



Antiquarismo ”andou associado (...) às actividades da arqueologia mesmo para lá do aparecimento desta palavra na língua portuguesa” (p. 114) – esclarece António de Oliveira. Ora arqueologia remete para “o conhecimento do que é antigo, ou melhor da antiguidade” (p. 115), foi entendida como “ciência das antiguidades” (p. 116). E houve quem se referisse a “antiguidades literárias” (Teixeira de Carvalho, 1915). O seu conceito mudaria muito até aos dias de hoje – refira-se o seu uso num sentido bem diverso por Michel Foucault em *L'Archéologie du savoir* (1969) que incide nas múltiplas camadas do saber e modos diversos de aceder ao não evidente na ordem dos discursos. Por outro lado, no séc. XIX operara-se a distinção entre antiquário e historiador – já com Niebhur. E Nietzsche tinha um olhar muito crítico sobre a história antiquária<sup>4</sup>. O antiquário ficava preso ao pormenor erudito sem alcançar a síntese e o antiquarismo tornava-se uma história sem pensamento como sugeriu Geoffrey Elton (citado pelo Autor). Mas houve historiadores de grande valor, qualificados de antiquários ainda no séc. XIX: caso de João Pedro Ribeiro, em quem Herculano reconheceu um mestre. Exemplos que mostram bem a complexidade dos problemas conceptuais e como o vocabulário, quando usado de um modo descuidado, pode ser redutor. Onde, é saudável submeter rótulos apressados ao crivo da crítica.

2. objectividade e o cuidado no apuramento dos factos. A dado passo, o Autor cita Joaquim de Carvalho: “sem a caça paciente e lúcida dos factos todas as construções serão frágeis e precárias” (p. 235-236). António de Oliveira é herdeiro dessa tradição de história-ciência fortemente enraizada na Faculdade de Letras de Coimbra. Nela dominava o “império da objectividade” a que também Joaquim de Carvalho se referia e que o autor de *Antiquarismo e história* filia no historicismo alemão – como lembra, “pelo menos desde 1923”, estabeleceram-se relações estreitas entre a Universidade de Coimbra e várias universidades alemãs. Mas António de Oliveira também é herdeiro do movimento dos *Annales*, que renovaram profundamente

---

<sup>4</sup> F. Nietzsche, *Untimely Meditations* (Ed. D.Breazeale), Cambridge, Cambridge University Press, 1997 (1874), p. 74-75.



a historiografia francesa, e depois europeia no séc.XX, desde 1929. E que foram uma referência para historiadores que escrevem na *Revista Portuguesa de História* (publicada a partir de 1941) – caso de Torquato de Sousa Soares, certamente um dos primeiros a divulgar Marc Bloch em Portugal – e para os então jovens historiadores que passaram pela Faculdade de Letras de Lisboa: Vitorino Magalhães Godinho, António José Saraiva, Jorge Borges de Macedo, Joel Serrão, Joaquim Barradas de Carvalho, entre outros.

Mas o que entende o historiador por objectividade? Objectividade implica “considerar os outros como diferentes de nós e não como corrente de intersubjectividade projectada que os torna idênticos” (p. 318). Ensino da maior valia, num tempo em que é moda transportar para o passado o juízo de valor fácil, e em que prolifera a adjectivação. O que António de Oliveira sugere é que objectividade envolve o respeito pela autonomia do objecto. Daí que cite em nota Karl Popper: “O que se denomina objectividade científica consiste tão-só na abordagem crítica (...). É a disponibilidade para a crítica mútua que constitui a objectividade” (p. 261, em *O mito do contexto*, p. 159). A história é pois entendida pelo autor como esforço de aproximação de uma possível objectividade. Mas não deixa de estar atento à micro-história, à história global, sem esquecer as tendências ditas pós-modernistas, a erosão das grandes narrativas e o relativismo – a meu ver excessivo – em que por vezes se incorreu ao aceitar acriticamente as perspectivas teóricas de Hayden White ou Paul Veyne (vd. p. 459 e ss) que, todavia, tanto contribuíram para relançar o debate acerca do estatuto da história, a partir dos anos 80.

Há muito que o historiador se interessa pela história local – e tem produzido obra marcante também neste campo. Mais recentemente tem-se interessado pela relação entre três escalas: a local, a nacional e a transnacional ou global. Há em Portugal uma tradição de história local que vem do século XVIII, das academias, e que passou depois para a Universidade. E foi aliás incentivada pelo poder político central como instrumento de conhecimento do país real e dos seus recursos e pela Igreja desde meados do século XVIII (vejam-se as portarias de 1847 e de 1854 e lembre-se que a história das dioceses era obrigatória nos seminários desde 1845) (p. 447, n. 32). O tópico nação – referente identitário marcante na cultura política da modernidade –



dominou durante os dois últimos séculos. Mas os processos de transformação social, tecnológica e cultural que se prendem com a globalização impõem uma realidade cada vez mais evidente: a de que somos todos translocais. Onde, nota António de Oliveira, “o conhecimento é total, mas é também local” (p. 466). Há heterogeneidade na escala individual, local, e na escala nacional. Mas na hipermodernidade de que fala Lipovetsky também há o rolo compressor da homogeneidade, de uma cultura global sem limites que se impõe nos grandes meios de comunicação e nos “não lugares” (Marc Augé), por exemplo.

3. Outra questão a que se refere o Autor é o da relação entre história e literatura e o lugar do romance histórico (p. 177 e ss.), prestando atenção aos autores que cultivaram simultaneamente literatura e história. Herculano chegou a escrever que há mais história no romance histórico “do que nos grandes e inteiriços escritos dos historiadores” (p. 187). O que, a meu ver, levanta ainda hoje uma problemática do maior interesse acerca das possibilidades e limites entre história e ficção. Será que, como pretendia Herculano em 1843, o romancista consegue mais eficazmente penetrar na psicologia íntima das personalidades já desaparecidas? Questão perminente num tempo de aceleração da experiência histórica como o nosso, em que não raro as pessoas são reduzidas a estatísticas e a projecções imediatistas. E em que, talvez por isso mesmo, o romance histórico tem tanta aceitação. Sublinhe-se, por último, a motivação do historiador em estar atento à relação entre a história e as outras ciências humanas: linguística e estudos literários, claro, mas também, antropologia, sociologia, economia.

Concluindo: como poderíamos hoje conceber um conceito de *antiquarismo*? Gosto erudito pelos vestígios do passado? Tempo em que dominava a pesquisa documental erudita desligada de preocupações teóricas? Mas, por exemplo, não serão o inventário, descrição e classificação de ruínas indispensável para o seu estudo – seja em que perspectiva for –, sempre conceptualmente marcados? Nesse caso poderíamos traçar um itinerário que vai do antiquarismo à história dos nossos dias, mas incorporando nesta o antiquarismo como parece sugerir o Autor? Prefiro antes, como sugere subliminarmente o Professor António de Oliveira, estabelecer uma relação contínua entre antiquarismo e história. E assim articulá-lo com um conceito humanista de história, aberto à diferença e ao diálogo com outros tempos,



lugares e pessoas. Um conceito que, embora não explícito, se me afigura subjacente à escrita da história do autor.

*Sérgio Campos Matos*

sergiocamposmatos@gmail.com

Universidade de Lisboa, Centro de História

**Silva, Maria João Oliveira e – *A escrita na Catedral. A chancelaria episcopal do Porto na Idade Média*, edição: Centro de Estudos de História Religiosa; co-edição Centro de Investigação transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”. Prefácio de Maria Josefa Fuentes, Lisboa, 2013, 398 págs.**

Maria João Oliveira e Silva é investigadora e bolseira de pós-doutoramento da Fundação para a Ciência e Tecnologia, tendo realizado a sua carreira académica na Escola da cidade que a viu nascer – a Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Aqui, obteve os três graus do Ensino Superior: Licenciatura, Mestrado e Doutoramento em História. Apesar de muito jovem, tem revelado possuir dotes notáveis, na área, em especial, das Ciências da Paleografia e da Diplomática, reforçados, diga-se, por uma assinalável cultura humanística, uma inteligência fina e um bom domínio da palavra escrita.

A obra em epígrafe corresponde à tese de doutoramento, orientada pela minha Estimada Colega Doutora Cristina Cunha, e por mim própria que, então, aceitei o seu amável convite.

Maria João Oliveira e Silva, entusiasmada e apaixonada pelo estudo da Sé do Porto, concretizado na dissertação de Mestrado, hoje livro, intitulada *Scriptores et notatores. A produção documental da Sé do Porto (1113-1247)* [Edição da Fio da Palavra, 2008], deu continuidade a esta inesgotável linha de investigação. É a autora quem, na Introdução, escreve: “queremos continuar o trabalho desenvolvido na Dissertação de Mestrado”. Com efeito, mantendo-se “dentro” da instituição eclesiástica em apreço, avançou no tempo mais de um século e meio, ou seja, estabeleceu como termo *ad quem* o ano de 1406, data que marcou a transferência do senhorio episcopal da cidade para o Rei.



Sustentado pela informação transmitida por várias centenas de cartas (cópias e originais), o estudo é constituído a partir do dado inquestionável de que a escrita, o mesmo é dizer, os “modos de escrever”, é em si mesma uma privilegiada fonte de conhecimento do indivíduo e da sociedade. Com uma estrutura e metodologia irrepreensíveis, a obra distende-se por oito capítulos distribuídos por II.<sup>as</sup> Partes. Na primeira, são analisadas, com rigor teórico e prático, as características da organização, estrutura e funcionamento da(s) chancelaria(s) da Sé: a do prelado e a da Audiência. É admirável verificar como este órgão de governo espiritual influencia e é influenciado por factores internos e externos determinados pela instituição e pelos seus “gestores”. Para além do estudo diplomático do *corpus* documental, a Autora dedica um capítulo ao único cartulário medieval da Sé, até hoje conhecido. Trata-se do Censual do Cabido, a que atribui a data crítica do episcopado de D. Pedro Afonso (1342-1354), cuja elaboração, à semelhança de outros, se deveu à exigência de um desejável e eficaz controle da esperança de vida dos documentos originais que faziam prova dos direitos e propriedades da Sé portuense. A segunda parte insere-se nas mais modernas correntes do tratamento paleográfico e diplomático das fontes e da sua linguagem cultural e social. A escrita, ontem como hoje, é sempre um barómetro das condições humanas e materiais em que é produzida.

Numa feliz e original expressão, o “Porto escrito”, descobrimos, entre muitos outros aspectos, o quadro morfológico de evolução das grafias adoptadas pelos notários, do século XII a inícios do século XV, relacionado de perto com o ensino, nas escolas da Sé e da cidade, e com as práticas da leitura e da grafia. Eram tempos, no entanto, de fraca difusão social activa da aptidão para a escrita, pelo que, na comunicação, dominava a oralidade protagonizada, em circunstâncias oficiais, pelos pregoeiros. “Os homens do pregão”, nas palavras da Autora, contribuem para um melhor conhecimento do quotidiano da Sé e da cidade. Retirados das cartas inertes a que deram vida pela voz, ficamos a conhecer os seus nomes, as condições de trabalho, os lugares que percorriam e a natureza e duração dos pregões.

Como remate, encontramos, na obra, largas dezenas de páginas ocupadas por quadros extensos e pormenorizados que, a par das inúmeras figuras de cartas, selos e sinais, editados ao longo do estudo, muito contribuem para ilustrar as múltiplas matérias abordadas.



Resta-nos, pois, salientar, uma vez mais, a importância e a qualidade superior de um trabalho de grande honradez e brio científico, que, em tudo, concorre para um maior e melhor conhecimento do Porto medieval, em particular da sua emblemática Sé.

*Maria José Azevedo Santos*

FLUC/CHSC

mazevedo\_santos@yahoo.com

**SOUSA, Dina Fernanda Ferreira de, *Arte doceira de Coimbra. Conventos e tradições. Receituários (séculos XVII-XX)*, Sintra, Colares Editora, 2013 (123 pgs.)**

Os temas da alimentação, da gastronomia e da doçaria estão atualmente na moda, sendo objeto de forte investimento por parte das editoras e dos media, convertendo-se livros em *best sellers* e programas televisivos de culinária em campeões de audiência. Inclusive, alguns reputados chefes de cozinha, entendidos, nos dias de hoje, como criadores de atos artísticos efémeros, têm-se elevado ao estatuto de estrelas mediáticas. Pontualmente, os temas da alimentação ressurgem na cena política seja por questões de segurança agroalimentar seja pelo facto de o turismo dos dias de hoje ter avançado na qualificação de especialidades gastronómicas, consideradas memórias de um território, das suas gentes ou glórias locais, associando-se produtos alimentares a regiões ou a localidades. Decididamente, a culinária, como expressão cultural que é, tal como bem assinalou Massimo Montanari (Jean-Louis Flandrin; Massimo Montanari, *História da alimentação*, Lisboa, Terramar, 2008), rompeu o universo doméstico e o território das cozinhas e, atravessando paredes, invadiu o espaço público, incorporando o nosso quotidiano...

A ciência histórica não ficou alheia a este processo, não obstante o historiador Fernand Braudel, nos anos 1960, muito ter investigado sobre a história da alimentação no âmbito das suas pesquisas sobre os aspetos mais elementares da cultura material humana: a comida, a habitação e o vestuário. Foi também nesta década que, com introdução histórica de



Giacinto Manuppella e Salvador Dias Arnaut, é publicado o livro mais antigo que se conhece sobre a alimentação portuguesa medieval: o *Livro de Cozinha da Infanta D. Maria de Portugal* (Coimbra, Por ordem da Universidade, 1967).

Mais recentemente, a história tem impulsionado, nesta área específica do conhecimento, o diálogo interdisciplinar e o cruzamento de saberes de vários domínios científicos, tanto das ciências humanas e sociais como das ciências exatas, procurando-se recuperar sistemas alimentares do passado, saberes-fazeres caídos em desuso, sabores inscritos na memória de gerações, costumes de mesa... A este esforço de recuperação histórica, convém associar a criação de novas áreas de pesquisa sobre a história da alimentação, desenvolvida, entre outros aspectos, ao nível universitário, sobretudo no âmbito de cursos de mestrado ou de 2.º Ciclo, e que têm a particularidade de não se fecharem sobre o tradicional universo estudantil mas, pelo contrário, se abrirem a todos aqueles que trabalham na fileira alimentar, sensibilizando-os para as potencialidades práticas dos sabores com história.

A obra *A Arte Doceira de Coimbra. Conventos e tradições. Receituários (séculos XVII-XX)*, de Dina Fernanda Ferreira de Sousa, e que foi galardoada com o prémio *Best Culinary History Book 2013*, constitui um contributo para a análise do fenómeno da patrimonialização alimentar, ao recuperar e transcrever receitas antigas da doçaria de Coimbra, desde o século XVIII aos nossos dias, e ao problematizar o seu papel na construção de uma eventual dinâmica identitária.

O espólio coligido é proveniente de três núcleos documentais distintos, mais precisamente um receituário conventual do século XVIII, disponível na Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra; róis de despesas de *Livros de Receitas e Despesas* dos Conventos de Sandelgas (1734-1871) e de Sant'Ana (1860-1871), depositados no Arquivo da Universidade de Coimbra, bem como receitas recolhidas oralmente, tanto pela autora como por grupos etnográficos da cidade de Coimbra.

Esta diferente tipologia de fontes estrutura o livro, o qual se divide em três capítulos, cronologicamente sequenciais (I – Os livros de Cozinha; II – Os Livros de Receitas e Despesa; III – Outras Receitas de Coimbra), sendo completado por uma introdução em que é feita o enquadramento histórico do tema e um apêndice final com a principal bibliografia consultada.



De certa forma, a organização interna do volume é representativa das vias tomadas pela evolução da atividade doceira de Coimbra, ou seja, a obra acompanha as duas principais faces desta doçaria: a nobre e/ou conventual e a popular. Tendo principiado no interior dos conventos femininos, nos respetivos espaços privados, a doçaria tomou, a partir do século XIX, o caminho dos espaços públicos, por razões económicas, em especial, por dificuldades financeiras dos conventos por efeito da extinção das ordens religiosas no continente e no ultramar e a incorporação dos seus bens na Fazenda Nacional, bem como alterações na tipologia dos consumos e dos consumidores-tipo, entre outros aspetos. Primeiro começaram por ser vendidos nas portarias dos conventos e, mais tarde, já no decurso da segunda metade do século XIX, muitos doces passaram a ser transaccionados nas próprias ruas, como acontecia com as arrufadas de Coimbra, vendidos pelas características “arrufadeiras” que corriam a cidade de lés-a-lés com os seus tradicionais cestos.

Este livro tem inúmeros pontos de interesse: mostra-nos, por um lado, a importância económica, financeira e social que a confecção de doces desempenhava no seio das referidas comunidades religiosas sete e oitocentistas e, por outro, como se reinventavam os patrimónios doceiros, bem perceptível na multiplicação dos modos de confeccionar uma mesma receita, suprimindo-se ou incluindo-se novos ingredientes ou modificando-se a sua preparação. Entre outros exemplos que se poderiam citar, este livro elenca três modos distintos de fazer pão de ló de Coimbra e pastéis de Santa Clara, dois de manjar branco de Coimbra e de arrufadas, três de barrigas de freiras, entre outros casos que se poderiam citar.

A obra põe igualmente a nu o idílio entre erotismo e doçaria, já que a arte doceira, em particular a conventual, se integrava nos rituais de sedução do “galante século XVIII”, como o definiu Cavaleiro de Oliveira. Dádivas sob a forma de comida desde sempre tiveram um papel importante nas sociedades tradicionais, constituindo um meio de se estabelecerem ou reforçarem vínculos. Contudo, no século XVIII, a oferta de iguarias açucaradas constituía um elemento decisivo na estratégia das relações sociais, reforçava os laços de solidariedade no seio das comunidades religiosas, ou entre estas e a sociedade civil, funcionando igualmente como meio de troca ou forma de pagamento de serviços prestados, isto é, como “propina” como referem os documentos. Constituía igualmente um sinal de prestígio e um



ato natural de uma requintada sociabilidade, pujante em termos simbólicos e representativa de uma sensualidade do gosto.

A recolha feita por Dina Fernanda Ferreira de Sousa mostra-nos como a doçaria constituía uma forma de ritual de sedução, a qual é possível captar na terminologia amorosa da designação dos doces – assunto já tratado por outros autores – os melindres, os bolos de amor, os esquecidos, os sonhos, as súplicas, entre outros, associando-se metaforicamente as delícias açucaradas a outros prazeres.

Por outro lado, como já foi referido, a oferta de doçaria integrava-se na estratégia das relações sociais e políticas – *obrigações da comunidade*, assim referem os documentos – estando associadas ao ato de receber. Por vezes, eram designadas genericamente nos róis de despesas conventuais por “mimos”. Apenas se registam alguns casos representativos de gastos feitos nos Conventos de Sandelgas e de Santana: com “mimos que se deo ao festeiro de Nossa Senhora de Campos” gastou-se 1.115 réis, enquanto, no mês de Julho de 1824, gastou-se 1.080 réis “em hum mimo ao juiz de fora”. Recebedores de muitos *mimos* são inquestionavelmente os Reverendos Padres Confessores, seja pela 5.<sup>a</sup> feira Santa, seja pelo Domingo de Páscoa, seja pela procissão do Santíssimo Sacramento, seja por outras ocasiões.

Também se explicita a composição dos *mimos*: “manjar branco para a festa do nosso patriarca”, “caremelos para o escrivão”, “doces de xila para os médicos”, “bolos e arrufadas para os Anjos e para a Verónica”.... A documentação recolhida permite ainda captar a calendarização da distribuição dos doces ao longo do ano: arrufadas e folares pela Páscoa, arrufadas pelo corpo de Deus e pelo dia de Santa Ana (26 de Julho); sonhos e pastéis pelo Entrudo; “letria” pela quinta feira Santa; castanhas pela consoada; bolos pelo São Nicolau (6 de Dezembro) e pelo dia da Visitação de Santa Isabel (2 de Julho), “volos” pelo Natal e pelos Santos”...

O prestígio ou a fama da doçaria conventual também se avalia pela apresentação. Neste aspeto, os documentos deixam perceber o esmero prestado com a sua decoração, seja no delicado trabalho de recorte dos papéis que a enfeitava, seja na escolha criteriosa dos recipientes onde era colocada, como as “panelinhas para a marmelada”, demonstrativa da importância da cultura visual.



Decididamente, nesse galante século XVIII, o sagrado cruza-se com o açucarado....

No momento em que diariamente somos confrontados com a globalização, em que se pode aprender a fazer, via televisão ou Internet, um qualquer doce dos antípodas, afigura-se importante conhecer as tradições culinárias da região onde se vive, como forma de as preservar. A história, como um dia escreveu um grande historiador, é um outro continente... É precisamente a capacidade de nos transportar para um outro tempo uma das grandes potencialidades do livro *Arte doceira de Coimbra. Conventos e tradições. Receituários (séculos XVII-XX)*.

As receitas coligidas contribuem, também, e de um modo muito significativo, para a valorização do património doceiro conimbricense, preocupação que norteou a autora deste livro, conhecedora das potencialidades da doçaria tanto em termos históricos e culturais como factor de desenvolvimento turístico. Espera-se que confeitores e pasteleiros da cidade de Coimbra saibam aproveitar velhas receitas e as reinventem, fazendo regressar à arca dos sabores da actualidade, doces com história...

*Irene Vaquinhas*  
FLUC/CHSC  
irenemcv@fl.uc.pt

### **Notícia Historiográfica**

#### **Gago Coutinho corrige e esclarece o Visconde de Lagoa**

Na página 17 do volume I do seu *Fernão de Magalhães – A Sua Vida e a Sua Obra* (Lisboa, “Seara Nova”, 1938, 347 p. e “corrigenda”), o 4.º Visconde de Lagoa, António de Mascarenhas Júdice (1898-1957), ao procurar reconstituir a rota da viagem inaugural de Vasco da Gama à Índia, abona-a historiograficamente deste modo: “Tal é a rota mui criteriosamente marcada pelo almirante Gago Coutinho, que é um mestre no assunto”. Já gozava, pois, de autoridade científica geralmente reconhecida o companheiro de Sacadura Cabral na imortal viagem que, em 1922, haviam logrado realizar entre Lisboa e o Rio de Janeiro.



É que, anteriormente, a esse ano memorável (entre 1907 e 1910), já Coutinho realizara importantes trabalhos de geodesia na África Oriental, já se havia encarregado da demarcação de parte da fronteira de Angola (1912-1914), já integrara a missão geodésica de São Tomé e Príncipe (1915-1918); enfim, observara e registara milhares de coordenadas geográficas com elevadíssimo rigor.

Distinguia, porém, o seu invejável currículo a *invenção* do “astrolábio de precisão” ou, mais propriamente, a adaptação que fizera do sestante de horizonte artificial com bolha de ar, o que concorreu para revolucionar a navegação aérea.<sup>5</sup> A afinidade das técnicas e dos processos na navegação marítima moderna e na primeva navegação aérea saía reforçada se tivermos presente que, em 1923, Sacadura Cabral tinha o propósito (infelizmente logrado com a sua morte) de realizar a circumnavegação aérea do Mundo, “copiando a rota de Fernão de Magalhães”.<sup>6</sup> Mas, foquemos outra faceta bio-bibliográfica de Carlos Viegas Gago Coutinho (1869-1959).

Com o recurso a muitos livros e documentos impressos e tirando partido da sua experiência no *terreno*, aliada a um elevado espírito científico-técnico, Carlos Viegas Gago Coutinho concorreu para dinamizar a historiografia dos descobrimentos, em particular o estudo da Náutica. Confirmam-no trabalhos, como: *Onde teria invernado Gomes de Sequeira em 1925*; *Viagem da Barca Foz do Douro e algumas reflexões náuticas*; *O Roteiro da Viagem de Vasco da Gama e a sua versão nos Lusíadas*; *A Náutica dos Descobrimentos...*

Em 1925, Gago Coutinho assumiu a direcção da Comissão de Cartografia e terá sido, então, que passou a estabelecer estreitos e duradouros contactos com muitos “Seareiros”, a ponto do grupo “Seara Nova” ter pensado em propô-lo à Presidência da República. Se repararmos que o *Fernão de Magalhães* (em dois volumes), do Visconde de Lagoa, foi editado pela “Seara Nova”, talvez encontremos a origem da relação pessoal entre Coutinho e Lagoa, apesar de os separarem 29 anos de idade, mas de os unirem a

---

<sup>5</sup> Devido à exigência académica da obra, remetemos os interessados no perfil bio-bibliográfico de Gago Coutinho para a tese de Doutoramento em História, de Rui Miguel da Costa Pinto, intitulada *Gago Coutinho (1869-1959), geógrafo-historiador – Uma biografia científica*, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, 2011 e orientada pelo Prof. Doutor Francisco Contento Domingues.

<sup>6</sup> Rui Costa Pinto, *ob. cit.*, p. 111.



formação técnica (o 4.º Visconde de Lagoa licenciou-se em Engenharia) e o gosto pela historiografia.

As dedicatórias a Armando Zuzarte Cortesão (do seu *Fernão de Magalhães*), a Afonso Lucas (*Da influência da cartografia coeva no descobrimento do estreito de Magalhães*) ou a Marcelo Caetano (de *A Peregrinação de Fernão Mendes Pinto. Tentativa de reconstituição geográfica*), bem como as provas de afecto e admiração que lhe votaram, por exemplo, Jaime Cortesão, Hernâni Cidade, Augusto da Silva Carvalho, Luís Silveira, Frazão de Vasconcelos, Joaquim Paço d'Arcos, Mário Chicó, António da Silva Rego, António Sérgio, Sarmento Rodrigues, Elaine Sanceau, Georg Schurhammer, Albert Kammerer..., testemunham como era diverso e bastante alargado o universo do interconhecimento de Lagoa.<sup>7</sup> Kammerer, por exemplo, era confesso apreciador do estudo de Lagoa, *Grandes e Humildes na Epopeia Portuguesa do Oriente, séculos XV, XVI e XVII*, assim como do seu robustíssimo *Glossário Toponímico da Antiga Historiografia Portuguesa*.

São vários os exemplares de trabalhos historiográficos de Gago Coutinho oferecidos ao Visconde de Lagoa, com dedicatórias como esta: "Ao Senhor Visconde de Lagoa. Homenagem do seu amigo e admirador Gago Coutinho". Por sua vez, o Visconde, como aliás já se disse, retribuía de igual modo, a ponto de, no exemplar da separata *Onde teria invernado Gomes de Sequeiro em 1925*, ter registado a lápis: "A meu ver o modo por que G. Coutinho estudou o assunto é de molde a afastar quaisquer outras conclusões". Contudo, na "bibliografia" que, sem distinção entre "fontes históricas" e "estudos" insere no final do volume II do seu *Fernão de Magalhães*, não consta qualquer referência ao almirante Carlos Viegas Gago Coutinho. Mais: quem o Visconde elegeu para elaborar o "*Estudo náutico do roteiro da viagem de Fernão de Magalhães*" (peça inserta no volume II, p. 217-236) foi o almirante João de Freitas Ribeiro, com esta justificação: "Ninguém mais indicado para a complexa tarefa de coordenar os informes (por vezes

<sup>7</sup> Na elaboração desta incompletíssima relação de amigos e admiradores servimo-nos de *ofertas* de exemplares depositados na secção da *sua* biblioteca da Faculdade de Letras de Coimbra. Para mais e melhor citação dos seus estudos e até de pormenores biográficos, cf. a notícia intitulada *Visconde de Lagoa (Notas bio-bibliográficas)*, por Alberto Iria, *Studia*, 1, Lisboa, Agência Geral do Ultramar, p. 360-369.



heterogêneos) das crônicas com a lição da experiência e o conhecimento dos agentes físicos da superfície dos mares.<sup>8</sup>

Foi desconsideração feita a Gago Coutinho? Se o foi ou não, a resposta poderá estar nesta carta:

“Sintra – 1938 – Fevereiro – 23

Prezado Senhor Visconde de Lagoa

Devolvo o Kammerer, que muito lhe agradeço. É uma pena que se não possa obter um exemplar para a *Comissão de Cartografia*, onde já ha o tomo primeiro.

Tomei a liberdade de fazer alguns *comentários* à parte do seu “Fernão de Magalhães”, que se dignou oferecer-me. Fará dêle [sic] o caso que entender, podendo até certos retoques serem feitos em erratas.

Sem mais, dir-lhe-ei que parto antes de 10 de Março para o Rio.

Queira dispôr do seu admirador, atento grato.

Gago Coutinho”

Que saibamos as *Notas à obra Fernão de Magalhães, pelo Visconde de Lagoa* nunca, até hoje, viram a luz da publicidade. Vêem, agora, não para desprimor do 4.º Visconde de Lagoa, mas para utilidade (pensamos que ainda) dos estudiosos da história da Náutica. Reproduzimos em cotejo:

Pag. 12 – Em portuguez a palavra própria é *galé*. *Galera* é galicismo, e indica o mesmo que *trois – mâts carré* em francês. Ha ainda a notar que Pessagno só nos veio ensinar a combater nas galés, e não a navegar no alto mar. Se os Genoveses o soubessem, êles teriam passado o Cabo Bojador e ido à Guiné e à Índia antes de nós.

Pág. 12 – Em 1319 concedeu D. Diniz a Emmanuel Pezzagno o cargo de almirante hereditário de Portugal, sob condição de ter constantemente às suas ordens um estado maior de vinte oficiais genoveses ou italianos para super-intender na construção e no govêrno das galeras lusas.

<sup>8</sup> Fernão de Magalhães, vol. I, p. XVIII.



Pag. 16 – Não ha dúvida de que, como era natural, se reservaram as viagens de Barto [sic] Dias e de Covilham (a Sofala), como outras viagens, taes as primeiras viagens ao Brasil, antes e depois de 1500, etc.

Pag. 17 – Entre a Serra Leôa e as ilhas de Cabo Verde o vento reinante no verão não é *sueste*: é nessa altura da Serra Leôa que começa a região da chamada *Monção do Sul*.

Pag. 18 – Notar que Colombo, em 1498, e outros espanhóes depois, todos fôram às ilhas de Cabo Verde, e de lá rumaram a sudoeste porque assim, quando tivessem *enchido* 370 léguas em latitude, fácil de determinar, teriam navegado outras tantas em longitude, e atingido o *meridiano* – *raya* de Tordesilhas. Cabral tambem foi a Cabo Verde firmar a longitude.

Pág. 16 – A actividade tradicional e o espírito empreendedor de D. João II tornam inadmissível tam longa apatia em seguida à passagem do Cabo da Boa Esperança, e levam-nos a concluir que aquêles onze anos foram dedicados à exploração da costa africana e ao estudo minucioso dos ventos e correntes do Atlântico Sul, a fim de se encontrar um caminho mais rápido e económico, e menos sujeito às calmarias do golfo da Guiné, do que aquêles que Bartolomeu Dias traçara.

Pág. 17 – Ao largar de S. Tiago, Vasco da Gama não se engolfou logo no pêgo do Oceano; foi demandar a costa africana até encontrar o vento Sueste junto à Serra Leôa e só depois se amarou, não ao rumo directo do Sul, mas a descrever um longo arco que quási tangenciou a costa do Brasil [...]

Pág. 18 – Os próprios Reis Católicos alimentavam a convicção de que as negociações do Tratado de Tordesilhas foram orientadas pelo monarca lusitano com o fim de assegurar para Portugal a posse dum vasto país sito a sudoeste do arquipélago cabo-verdiano.



Pag. 22 – É naturalíssimo que a nau de Lemos tivesse corrido a costa do Brasil para norte, pelo menos até ao Cabo S. Roque. A nau cá chegou, porque a carta de Caminha cá está, mas guardou-se *sigilo* sobre os resultados de tal reconhecimento.

Pag. 26 – Quem poderá acreditar que os Portugueses, tão conhecedores do Atlantico Sul, onde iam pelo menos desde 1470, pudessem entregar o comando de uma armada a *Vespúcio*, que nunca tinha antes passado para o sul do Cabo S. Roque, e que nem era piloto ou capitão de navios?

Pag. 31 – Se perto de Cabo Verde soprasse *vento sueste* os navios não poderiam ir à Serra Leôa. O vento é lá o do *aliseo*, entre Norte e Nordeste. A carta de Vespúcio diz “hasta el jaloque”. E o capitão português não *caprichou* em fazer o reconhecimento da costa, mas seguiu a norma já adoptada por Vasco da Gama (e depois por Magalhães) de ir à altura da Serra Leôa *tomar barlavento*.

Pág. 22 – Comentando o regresso de Gaspar de Lemos, diz o padre Ayres do Casal que “elle (Gaspar de Lemos) tinha interêsse (e provavelmente recomendações de Pedralvez Cabral) em saber athé que altura a Terra se estendia para o Norte, nada he tão verosímil e natural, como avistalla elle muitas vezes athé o cabo de San Roque, se he que não a levou sempre à vista athé esta paragem [Cosmografia Brazilica]”.

Pág. 26 – Incumbido Vespúcio do comando da armada [1501-1502], aos 15 de Fevereiro, ordenou que seguissem rumo Les-Sueste e “tanto navegamos por êste rumo que a elevação do polo antártico sobre o nosso horizonte era de cinquenta e dois graus, e estavamos distantes da terra donde tinhamos partido boas léguas Les-Sueste, e isto aos 3 de Abril”.

Pág. 31 – Partindo de Cabo Verde com vento Sueste, dirigiram-se os expedicionários [da viagem de 1503-1504, em que também participou Vespúcio] à Serra Leôa onde o capitão-mor caprichou em fazer um reconhecimento; nas imediações apanharam violentos temporais, sendo compelidos a retroceder e a tomar rumo Sussudoeste.



Pag. 46 – Notar que o *mapa de D. Pedro* não poderia ser diferente dos mapas do século XIV que nos ficaram, como é o *mapa catalão*, de Paris, onde não figura terra alguma para o sul do Equador, e a América atual consiste em ilhas conjeturaes.

Pag. 60 – O principio da *esfericidade*, que vinha do tempo dos gregos é aceite nos *Libros del Saber* (cêrca de 1300), onde já vem processos para determinar *latitude* e *longitude*. Estas palavras só têm significação em uma esfera: são ângulos. De resto, ainda que assim não fôsse, as navegações portuguesas em latitude demonstravam, pela mudança do aspeto do ceu, que a terra não era plana mas esférica.

Pag. 66 – Nos *Libros del Saber* já vêm tábuas da Declinação do Sol. O que se pode presumir é que, talvez só em 1473, ou antes, se passou a usar um *Regimento do Sol*, cuja Declinação obedecia ao *cyclo* de *quatro ânos*.

Pag. 69 e outras – É preciso notar que a *variação da agulha* ainda que ela fôsse perpétua, só nos indicaria a longitude de pontos onde esta tivesse sido antes determinada por outro processo. O processo não poderia, pois, ser mais aproximado que o da *estima*, então usado.

Pág. 46 – Repugna-nos admitir que a tradicional política de sigilo mantida em tórno dos roteiros e dos portulanos, haja sido extensiva ao *mapa de D. Pedro*, visto tratar-se duma carta confeccionada no estrangeiro e, portanto, previamente conhecida ali.

Pág. 60 – Assim, em 1510, era o princípio da esfericidade terrestre explanado numa interessante memória que abrange parte da matéria posteriormente expendida na obra "*De Orbium Celestium Revolutionibus Libri VI*" que, em 1543, viu a publicidade.

Pág. 66 – Desde 1481 que os mareantes lusitanos estavam habilitados a determinar as latitudes em ambos os hemisférios, boreal e austral, mercê da profícua aplicação das tábuas de declinação solar.

Pág. 69 – "O outro modo [de determinar as longitudes] proposto pelos delegados portugueses [em 1524, na junta de Badajoz] era por algum grado sem alguu signal do ceu pera mar e terra, que parece dever-se traduzir por medição de distância no mar e na terra por algum grau; era a



Pag. 75 – Notar bem que Magalhães *sabia* que as ilhas de *Maluco* se encontravam em latitude próxima do Equador (“debajo del Equino-cial”). Logo ele não foi às Filipinas por erro de navegação, julgando ir às Mulucas. Ele sabia estar ao norte a 12° de latitude que apresenta o Diário de Albo.

Pag. 122 – O mesmo que pag. 66.

Pag. 125 – Indo em latitude 45 [sic] graus sul é problemático que houvesse *neve* no mar. Isto precisa ser confirmado por navegações modernas.

Pag. 157 – Os termos *nordestear* e *noroestear* provam que os Portuguezes (contra o que se lê correntemente) já antes de Colombo sabiam

navegação por estima, completada com a contagem da distancia em terra, segundo, ao que parece, um mesmo grau de latitude” – citando o almirante L. de Moraes e Sousa.

Pág. 75 – É também digno de nota que as observações realizadas por Magalhães no Oriente, quando ali esteve ao serviço de Portugal, estão longe de evidenciar precisão, provavelmente porque ao tempo ainda ele se não familiarizara com os processos científicos de Rui Faleiro.

Pág. 122 – Ultrapassado, porém, o equador e patente que foi a impossibilidade de recorrer ao processo da tramontana para determinar latitudes naquelas paragens, tornou-se imperioso observar as alturas meridianas do sol e confeccionar umas tábuas onde figurasse inserta a declinação diurna do astro rei.

Pág. 125 – Seguindo os navios de D. Francisco [de Almeida], sua derrota, tiveram os pilotos tanto resguardo no dobrar do Cabo da Boa Esperança, que navegaram até 40° de latitude austral, onde encontraram grandes tormentas, frios intensíssimos, e abundância de neves.

Pág. 157 – Assim tiveram os portugueses perfeita noção da variação da agulha e logo introduziram na linguagem os termos



que a *agulha* não acusava em toda a parte a mesma diferença para o norte do Mundo, dado pela *Polar*. É sabido que, à volta da Guiné, com o *geral* do NE, por vezes teriam de ir ao *Mar de Sargasso* (revelado na carta de Bianco de 1437) e a cerca de 40 graus de longitude, hoje de Greenwich, onde a *agulha* *noroesteava*. Do modo que, com tal variação, *variação* [sic], só é aceitável que se usasse correção permanente nos navios do Mediterrâneo (e de Génova).

Pág. 158 – “Determinar previamente as latitudes”, quer dizer as *longitudes*. Notar que o processo seria absolutamente inútil para pontos onde não tivessem já estado antes navios, com uma estima cuidada, como disse.

Pág. 160 – Parece-me anacronismo associar as palavras *Pigafetta* e *metro*.

Pág. 242 – É arrojo afirmar que Magalhães desconhecia a posição exata das Molucas (em latitude), razão pela qual as teria procurado em 12° latitude Norte. Ver a carta dêle, e o planisfério iluminado por Kammerer. É de querer até, que as tivesse propositadamente evitado,

*nordestear* e *noroestear*, conforme a *agulha* se afastava para E. ou para W do meridiano geográfico. Êste conhecimento tomara-o Colom dos portugueses, dos quais também tomou os neologismos *nordestear* e *noroestear*; mas não foi êle quem descobriu a variação da *agulha*, como Humbolt inferiu de uma passagem do “*Diário de Navegação da primeira viagem colombina*”.

Pág. 158 – Ora no processo Faleiriano [de Rui Faleiro] determinavam-se previamente as latitudes onde se observavam as variações da *agulha*, e só depois as mesmas variações dariam a conhecer as respectivas longitudes.

Pág. 160 – É nossa convicção que, para suprir o inconveniente que vimos de apontar, *Pigafetta* se servia de uma corda, cujo comprimento seria de 100 ou mais metros, a qual ligava à pôpa do navio.

Pág. 242 – Informa Dénucé que o pai dos reineis [Pedro e Jorge] deu os retoques finais num globo e num mapa-mundo onde as Molucas figuravam na sua posição verdadeira. Permitimo-nos duvidar dêste informe porquanto o itinerário seguido por Magalhães, na



procurando antes descobrir terras novas, que se conjecturava existirem ao norte das Molucas.

Pag. 248 – Não é de admirar que Faleiro tivesse cahido em si, reconhecendo que fôra atrevido ao propôr-se fazer determinação regular das longitudes.

Pag. 254 – Não creio que um navio de 120 toneis, como a nau de Vasco da Gama, tivesse de deslocamento tanto como as 500 toneladas de João Brás d'Oliveira. É caso para se discutir cuidadosamente, sobre os planos supostos dos navios, que amiudo se encalhavam para limpar o fundo. Creio também exagero atribuir à nau *Santo Antonio* 9,8<sup>m</sup> de bôca máxima (pag. 257).

Pag. 318 – Nas *Instruções* [dadas a Magalhães e Faleiro] e, em geral, previa-se sempre que Magalhães descobriria terras novas, como era natural. O facto de êle cortar o Equador, tanto antes de chegar a Maluco (foi no meridiano oposto a Greenwich) prova que êle as buscou, de preferencia às Molucas.

última fase da sua arriscada viagem, demonstra que o comandante em chefe desconhecia a situação exacta das ilhas que demandava, muito embora as soubesse localizadas na equinocial.

Pág. 248 – A loucura de Rui Faleiro é um facto averiguado que não tolera contestação. Importa, porém, esclarecer que ela só se manifestou depois da partida de Magalhães como no-lo atestam múltiplos documentos coevos relacionados com Faleiro.

Pág. 254 – Tal [176 000 quilos] devia ser a tonelagem de deslocamento [acrescida do peso do casco = 504 toneladas] de uma nau de 120 toneladas, deduzida da tradição pelo critério científico mas simplista do snr João Braz de Oliveira.

Pág. 318 – “E primeiro que salgays del rio de la dicha cibdad [Sevilha] o después de salidos del llamareys los capitanes pilotos e maestros e darleseys las cartas que teneys fechas para fazer el dicho viaje e le mostrareys la primera tyerra que esperays yr a descobrir...”



Pag. 320 – A insistência com que se recomenda a Magalhães que não invada a *demarcación*, prova que Pinson, e os outros, não tinham vantagem alguma em procurar descobrir o Brasil tanto ao Oriente, como alguns afirmam que eles fizeram.

S. L. O.

Gago Coutinho

P.S. dos *Diarios* de Colombo conclue-se que, se na primeira viagem foi descoberta a *variação de agulha*, fôram os pilotos espanhóis quem a descobriu, e não Colombo, que apresenta aos pilotos uma explicação confusa.

G.C.

Pág. 320 – “Por la manera susodicha hareis todos juntamente camino con la buena ventura a la tyerra que nombraredes a los otros capitanes e pilotos e quando llegaredes alla saldreys en tierra e porneis un padron de nuestras armas no siendo en la demarcacion del Serenissimo Rey de Portugal nuestro hermano...”<sup>1</sup>

João Marinho dos Santos

FLUC/CHSC

uc3928@fl.uc.pt

<sup>1</sup> Visconde de Lagôa, *Fernão de Magalhães – A sua vida e a sua obra*, vol. I, Lisboa, “Seara Nova”, 1938,







## Notícias

### Súmula das actividades do Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

Ano de 2013

A presente notícia visa fornecer, muito sumariamente e em relação ao ano de 2013, alguns indicadores de execução dos projectos que têm estruturado a actividade do CHSC, a saber: *Sociedades, Poderes e Culturas: Portugal e os Outros* (sob a direcção da Doutora Maria Helena Coelho) e *História da Região Centro* (dirigido pelo Doutor António de Oliveira).

O primeiro destes projectos tem, claramente, uma dimensão *universalista*, se a considerarmos centrada no que foi a Expansão Portuguesa para outros *mundos* e sob formas, umas mais violentas, outras mais pacíficas. Naturalmente, tais contactos e relações foram marcados pela identidade portuguesa, porém tal identidade soube adequar-se (sobretudo quando havia diálogo) às identidades dos *Outros*, resultando aculturações duradouras e que tendem a persistir. Do ponto de vista historiográfico, a actividade da maior parte dos 40 Investigadores Integrados e dos 65 Investigadores Colaboradores do CHSC, para satisfazer os objectivos do SOPOC, concretizou-se, uma vez mais, num expressivo conjunto de indicadores que o respectivo *Quadro* regista:



<b>Indicadores de Execução SOPOC</b>	<b>Total</b>
<b>PUBLICAÇÕES</b>	
Livros	5
Capítulos de Livros	17
Edição de Livros	5
Apresentação de Livros e Prefácios	3
Recensões de Livros	2
Actas e Catálogos	9
Artigos em Revistas Internacionais	11
<b>COMUNICAÇÕES</b>	
Comunicações em Encontros Científicos Internacionais	26
Comunicações em Encontros Científicos Nacionais	42
Co-organização de Reuniões Científicas	15
<b>FORMAÇÃO AVANÇADA</b>	
Teses de Doutoramento	2
Dissertações de Mestrado	9

Quanto ao projecto designado HRC, a expressão da actividade realizada é menor, porque menor é também o número dos Investigadores Integrados e dos Investigadores Colaboradores que nele trabalham de uma forma mais exclusiva. Com efeito, difícil é destrinçar o âmbito dos dois projectos, tendo em conta que a identidade portuguesa tanto pode ser captada a uma escala macro (internacional e nacional), como às escalas regional e local, se se souber interpenetrá-las. No caso vertente e do ponto de vista geográfico, os estudos tiveram por foco a “Região” Centro de Portugal e, a par de outras realizações, estão concretizados da forma seguinte:

<b>Indicadores de Execução HRC</b>	<b>Total</b>
<b>PUBLICAÇÕES</b>	
Livros	7
Capítulos de Livros	4
Edição de Livros	5
Apresentação de Livros e Prefácios	7
Actas e Catálogos	8
Artigos em Revistas internacionais	2
<b>COMUNICAÇÕES</b>	
Comunicações em encontros científicos internacionais	3
Comunicações em encontros científicos nacionais	24
Co-organização de reuniões científicas	7
<b>FORMAÇÃO AVANÇADA</b>	
Dissertações de Mestrado	7



**Modos de escrita – das morfologias e dos materiais**

*Workshop* de Paleografia e Diplomática a cargo de Maria José Azevedo Santos (Professora Catedrática da Universidade de Coimbra e Investigadora Integrada do Centro de História da Sociedade e da Cultura da UC).  
Universidade do Minho, 7 e 8 de Maio de 2014.

Realizou-se nos dias 7 e 8 de Maio de 2014, na Universidade do Minho, um *workshop* de Paleografia e Diplomática, ministrado pela Professora Doutora Maria José Azevedo Santos, Professora Catedrática da Universidade de Coimbra, e reputada especialista na matéria, intitulado: *Modos de escrita: das morfologias e dos materiais*. Apoiaram a organização deste *workshop*, o Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura Espaço e Memória (CITCEM – pólo UMinho), juntamente com o Departamento de História da Universidade do Minho, o Arquivo Distrital de Braga, e ainda o Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra.

O *Workshop* foi aberto não só aos alunos da Universidade do Minho, mas também a discentes de outras Instituições de Ensino Superior, bem como a interessados em Paleografia em geral. As 25 vagas disponíveis para os dois dias de curso revelaram-se escassas, dado ter-se verificado uma enorme adesão por parte do público, ascendendo a mais de 60 o número de candidatos. Para além da componente teórica, houve também uma vertente mais prática através de uma “oficina da escrita”, onde os participantes tiveram contacto com as materialidades do ato de escrever (pergaminhos, penas, tintas, etc.).

No primeiro dia, que teve lugar na Sala de Atos do Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, foram feitas algumas considerações teóricas acerca da importância da escrita para as sociedades do passado, do presente e do futuro. Posto isso, realizaram-se alguns exercícios de leitura paleográfica, começando pelas escritas mais recentes, e recuando no tempo à medida que o curso ia avançando, para ser mais fácil aos participantes acompanharem as mudanças no tipo de escrita. No segundo dia o *workshop* decorreu nas instalações do Salão Nobre da Associação Comercial de Braga, que gentilmente cedeu o espaço com todas as comodidades necessárias. Neste último dia, os participantes, para além de alguns exercícios de leitura



e esclarecimento de dúvidas, puderam entrar em contacto com algumas das materialidades da escrita, como os pergaminhos, papeis, papiros, tabuinhas enceradas, penas, tintas, lixas, etc., apresentadas pela Senhora Professora Maria José de Azevedo Santos, para satisfação de todos. Salientamos que esta parte do *workshop* era aguardada com grande interesse e entusiasmo por todos os participantes, que saciaram a sua curiosidade relativamente ao modo como se produziam as escritas antigas. Como corolário, encerrou-se este *workshop* de Paleografia e Diplomática com uma visita ao Arquivo Distrital de Braga, conduzida pelo Senhor Professor Doutor José Marques, que para deleite dos participantes fez um périplo documental pelos fundos da Mitra e Cabido de Braga.

O sucesso deste evento não seria possível sem o empenho e a experiência de quem o ministrou, a Senhora Professora Maria José Azevedo Santos que, desde o primeiro dia, acolheu com grande regozijo e entusiasmo a ideia de realizar este *Workshop* de Paleografia e Diplomática, que oportunamente designou: “Modos de escrever: das morfologias e dos materiais”.

A grande adesão por parte de alunos e interessados em paleografia, bem como a vontade manifestada por todos os participantes no *workshop* de Maio de 2014 de que se realize uma segunda edição, prova que o interesse pela Paleografia continua vivo, valendo a pena investir no seu ensino, no seu estudo e na sua divulgação.

#### *Arnaldo Sousa Melo*

Professor Auxiliar do Departamento de História, ICS, da Universidade do Minho; Coordenador do CITCEM – Polo UMinho.  
amelo@ics.uminho.pt

#### *Raquel de Oliveira Martins*

Aluna de Doutoramento em História da Idade Média, no Departamento de História, ICS, Universidade do Minho; Investigadora Associada do CITCEM – Polo UMinho.  
raqueldeoliveiramartins@gmail.com



**I Workshop de Verão do  
Centro de História da Sociedade e da Cultura  
Museu da Ciência, 8, 9 e 10 de Julho de 2014**

Com coordenação científica de Maria José Azevedo Santos, realizou-se, nas datas e local acima referidos, o I Workshop de Verão do CHSC subordinado ao tema *Estudo e manufactura de instrumentos e suportes de escrita*.

Há muito que esta nossa Investigadora, sempre com a participação de estudantes de Paleografia e Diplomática, se dedica à reconstrução de cenários ligados, em geral, à actividade da escrita na Idade Média e Idade Moderna. Na verdade, em 1995, por ocasião da passagem do VIII centenário do nascimento de Santo António, no âmbito da Exposição, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, foi responsável pela representação de um *scriptorium* medieval cujo traço do mobiliário esteve a cargo do saudoso e distinto Professor Fernando Távora<sup>1</sup>.

Posteriormente, foi convidada pelo “Porto Capital Europeia da Cultura 2001”, para, em moldes semelhantes, assessorar cientificamente a exposição “Santa Cruz de Coimbra. A Cultura Portuguesa aberta à Europa na Idade Média”. Daqui resultou a “construção” de um *scriptorium* tardo-medieval de uma assinalável riqueza didáctico-pedagógica. Com o rigor possível, podemos admirar armários, mesas e outros móveis, a par de tintas de escrever, pergaminhos, tabuinhas enceradas, réguas, sovelas e tantos outros objectos ligados à escrita (desde 2002 este núcleo encontra-se no Museu da Santa Casa da Misericórdia de Coimbra que o cede sempre que é solicitado).

Porém, o I Workshop em apreço revestiu-se de um dinamismo e entusiasmo diferentes. Paulo Reis e Tiago Ferreira, membros colaboradores do CHSC e estudantes de Paleografia e Diplomática, preparam, ao vivo cálamos, penas, tabuinhas enceradas entre outros objectos, facto que causou nos participantes, cujo número ultrapassou o limite de lugares disponíveis, um interesse e curiosidade traduzidos na alegria e reconhecimento manifestados durante todo o Curso. Curso que, é nossa intenção, será reeditado em

---

<sup>1</sup> Maria José Azevedo Santos, “*A ars scribendi*. Textos e imagens”, separata da Revista *Humanitas*, vol. L, tomo I, Coimbra, 1998, pp. 519-528.



2015. A terminar esta notícia, justo é dirigir uma palavra de agradecimento ao Museu da Ciência na pessoa do seu Director, Doutor Paulo Gama e aos apoiantes/patrocinadores: FLUC, AUC, CMC, CM Montemor-o-Velho, Santa Casa da Misericórdia de Coimbra, Viarco e MC Madeiras.

*A Organização*

CHSC

**Notícia sobre a 65.<sup>a</sup> Conferência do ICHRPI  
(International Commission for the History of Representative  
and Parliamentary Institutions)**

A 65.<sup>a</sup> Conferência da ICHRPI (International Commission for the History of Representative and Parliamentary Institutions) teve lugar em Viena de Áustria de 3 a 5 de Setembro de 2014. Nela foram apresentadas 32 comunicações por historiadores de vários países (Áustria, Itália, Grécia, Roménia, Polónia, Alemanha, Portugal, Espanha, França, Bélgica, Irlanda, Reino Unido, Hungria).

Iniciou-se no Palais Niederösterreich, que era o antigo Parlamento da Baixa Áustria, tendo sido aberta com o discurso da Presidente Maria Sofia Corciulo que, depois de saudar o organizador, Lothar Höbelt, dedicou algumas palavras ao tema geral do Congresso – *Os Parlamentos e a Primeira Guerra Mundial de 1914-1918* e, mais amplamente, *Os Parlamentos e a Guerra*.

Seguiram-se de imediato os trabalhos, apresentando-se conferências sobre a I Guerra Mundial analisada pelos parlamentares italianos (seis oradores). Procedeu-se, depois, à análise da posição dos parlamentos de diversos países da Europa Oriental, como a Grécia e a Polónia, com duas intervenções; da Europa Central – Alemanha e Hungria – com seis intervenções, e ainda da Europa Ocidental – Portugal, Espanha, Bélgica, França e Irlanda – com seis intervenções, salientando-se nelas as posições dos deputados e a decisão desses parlamentos face à I Guerra Mundial.

No segundo dia, 4 de Setembro, teve lugar uma visita ao novo parlamento sediado em St. Pölten, com uma apresentação da história desta



instituição austríaca. Na sessão da tarde, abriu-se a temática das ligações entre os Parlamentos e a Guerra em geral. No Castelo de Schallaburg, três comunicações trataram das Cortes em Valência e da guerra entre 1250 e 1400, das Cortes portuguesas no reinado de D. Fernando no contexto da Guerra dos Cem Anos e das Cortes na Hungria no debate entre a guerra e as leis.

Logo depois, três outras intervenções avançaram para a época moderna. Uma delas centrou-se na problemática do financiamento da guerra nos Estados da Baixa Navarra no tempo de Luís XIV; outra abordou o tema da guerra no discurso de Filipe II nas Cortes de Aragão; finalmente, a terceira debruçou-se sobre o banditismo e a violência nobiliárquica nas Cortes de Aragão. Mas a modernidade reforçou-se com mais cinco comunicações que privilegiaram a análise e o debate sobre revoluções, rebeliões e guerras civis na Irlanda e na Escócia no século XVII.

No dia 5 de Setembro, as temáticas incidiram sobre o período Pós-Guerra, em duas sessões paralelas. Os participantes analisaram temas vários: cultura parlamentar, pensamento democrático, a questão do sufrágio feminino, neutralismo e intervencionismo. Foi também abordada a questão da prostituição ao tempo da I Guerra e ainda o discurso dos socialistas italianos sobre o conflito mundial. Numa outra sessão, as comunicações abordaram questões referentes ao parlamento alemão, interesses corporativos, reclamações e queixas no período moderno. Os fins do século XVIII e os princípios do século XIX foram também objecto de estudo, tendo em conta as ideias nacionalistas na Prússia e a Paz de Bergara discutida nos Parlamentos britânico e espanhol. Por fim, as negociações de paz e a questão do sufrágio feminino foram consideradas nas intervenções dos conferencistas húngaros.

A sessão de encerramento da 65.<sup>a</sup> ICHRPI Conference, dedicada à memória de Helmut Koenigsberger (1918-2014), presidente da ICHRPI, entre 1980 e 1985, ocorreu no Heeresgeschichtliches Museum (Viena Arsenal), onde estava patente uma exposição sobre a Primeira Guerra Mundial que os participantes visitaram.

Como sempre, teve lugar a reunião de Direcção e da Editora da revista *Parliaments, Estates and Representation*, no Institut für Geschichtswissenschaften, da Universidade de Viena, no dia 4 de Setembro. Nela participou, como Councillor da Direcção, a representante portuguesa, Maria Helena da Cruz Coelho. A Assembleia Geral, em que estiveram presentes Maria Helena



da Cruz Coelho e Maria Manuela Tavares Ribeiro, membros portugueses da ICHRPI, realizou-se no dia 5 de Setembro. Para além do discurso final da Presidente, Maria Sofia Corciulo, tomou a palavra o Secretário da ICHRPI e Coordenador da 65.<sup>a</sup>, Lothar Höbelt, que agradeceu a participação de todos os conferencistas. Anunciou, então, a realização da 66.<sup>a</sup> Conferência do ICHRPI, em Londres, de 30 de Junho a 2 de Julho de 2015.

Coimbra, 9 de Setembro de 2014

*Maria Helena da Cruz Coelho e Maria Manuela Tavares Ribeiro*

### **Curso de Verão**

#### **“As religiosas de Sant’Anna: dia-a-dia da comunidade nos séculos XVIII e XIX”<sup>w</sup>**

Aquartelamento de Sant’Anna – Brigada de Intervenção,  
Auditório TGen Gonçalves Aranha  
17 a 19 de Maio de 2014

Coordenadoras: Maria José Azevedo Santos, Catedrática da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra e Ludovina Cartaxo Capelo, Técnica Superior do Arquivo da Universidade de Coimbra, aposentada.

Por iniciativa da Doutora Maria José Azevedo Santos, entusiasta e conhecedora da cidade de Coimbra, realizou-se o 1.º Curso de Verão organizado pela Brigada de Intervenção e pelo Arquivo da Universidade de Coimbra, com o apoio do Centro de História da Sociedade e da Cultura.

O número de inscritos, cerca de três dezenas, de áreas, idades e países diversos, proporcionou um ambiente de trabalho estimulante, e simultaneamente, de curiosidade perante uma temática que, para a maioria dos participantes era desconhecida.

Não obstante as profundas transformações realizadas no edifício, ao longo dos tempos, permanecem ainda marcas significativas do que foi o Convento de Sant’Anna, actualmente sede da Brigada de Intervenção. A leitura e transcrição de documentos de antanho são testemunhos do estilo de vida monacal das religiosas, marcada pelo ritmo da oração e do trabalho.



O conhecimento destas vivências despertou nos auditores um interesse pelo devir de outros tempos e modos. Foram três dias ricos, num espaço não habitual, onde o silêncio parece continuar a ressoar pelas paredes, num retorno ao tempo de outros tempos, do ser e do estar!

Resta-me agradecer o quanto aprendi neste contexto de História e de histórias.

A participante

*Berta Afonso*

**Alaix i Gimbert, Tània, Bellostas Ymbert, Maria Rosa**  
– *La Biblioteca Nacional de Catalunya*

Edição: Biblioteca de Catalunya Barcelona, 2014, 72 págs.

É com um muito especial gosto e alguma emoção que escrevo estas notas de leitura. Saúdo as autoras, em particular Tània Alaix, a quem me ligam laços de muita amizade e recordo, como um privilégio ímpar, as visitas de estudo que há já alguns anos fiz à Biblioteca acompanhada pelo saudoso Mestre, de sempre, Professor Anscari Mundó, e pelo Colega e Amigo, Professor Jesús Alturo. Recordo, igualmente, os meus tempos de leitora e investigadora numa instituição de assinalável prestígio científico-cultural.

Nas palavras da Directora, Eugènia Serra, que assina a Apresentação, “A Biblioteca da Catalunha é a Biblioteca Nacional de todos”. Fundada em 1914, completa este ano um século de vida que o livro, em apreço, celebra realçando, por um lado, a dignidade e envergadura sociocultural que a enforma e, por outro, mostrando por palavras e imagens – largas centenas ilustram a obra – a riqueza da sua secular história e a grandeza do património que guarda, quase quatro milhões de documentos.

Instalada no edifício do Hospital de la Santa Creu, cuja construção foi iniciada em 1401, no coração da cidade de Barcelona, oferece aos leitores que a frequentam, um cenário de belas escadarias e admiráveis espaços de que é obrigatório destacar as alas ocidental e oriental onde funcionam imponentes salas de leitura.



O património bibliográfico e documental catalão cobre mais de mil anos. Um fragmento de uma Bíblia, em escrita visigótica, datável de fins do século VIII – inícios do IX, é o mais antigo manuscrito aí conservado. São abundantes os códices e cartas avulsas medievais em pergaminho. Todavia, com eles (con)vivem os papéis impressos, os incunábulos, os periódicos, as fotografias, a correspondência de ontem e de hoje. Um hoje, dinâmico e moderno, que a Biblioteca revela no trabalho, cada vez mais intenso, de digitalização de manuscritos e impressos, de catálogos on-line, de edição de CD-ROMS.

Mas, uma tão prestigiada instituição de cultura, não causa admiração que tenha atraído, ao longo destes cem anos, vários legados de que, simbolicamente, registamos aquele que este ano o bailarino e coreógrafo Joan Fosas entregou à Biblioteca Nacional da Catalunha. Trata-se de uma importante colecção de discos de ópera do notável músico e compositor francês, Claude Debussy.

Felicitemos, pois, a Biblioteca Nacional da Catalunha e, em especial, as autoras de um tão útil e sábio livro/guia.

*Maria José Azevedo Santos*

FLUC/CHSC

mazevedo\_santos@yahoo.com



### **Teses de Doutoramento e dissertações de Mestrado orientadas por Investigadores Integrados do CHSC em 2013-2014**

Este elenco tem por objectivo disponibilizar informação relativa às Teses de Doutoramento e Dissertações de Mestrado, orientadas ou co-orientadas por Investigadores do Centro de História da Sociedade e da Cultura e aprovadas entre 1 de Novembro de 2013 e 31 de Outubro de 2014.

As referências vão ordenadas, no interior de cada *item*, pela data de realização das provas.

#### **Doutoramento (3º Ciclo)**

Autor: Maria Gabriela Mota Marques

Título: *DEMÓNIOS APERFEIÇOADOS. O antifeminismo na imprensa portuguesa (1885-1914)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 9 de Dezembro de 2013

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Irene Maria de Montezuma de Carvalho Mendes Vaquinhas

Autor: Mohammed Nadir

Título: *As Relações Diplomáticas entre Portugal e Marrocos, do Tratado de Paz (1774) ao Protectorado (1912)*

Especialidade: História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa

Data das provas: 7 de Janeiro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: José Manuel Azevedo e Silva

Co-orientador: Maria Regina e Almeida



### Mestrado (2º Ciclo)

Autor: Ricardo Alexandre Gomes Moreira

Título: *Valorização do Património Cultural Local: Projeto de construção de um Arquivo e Museu Municipal em Mortágua e proposta de recuperação de Moinhos de Água*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 10 de Janeiro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Co-orientador: Maria Margarida Sobral da Silva Neto

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Autor: Marta Silveira Martins Ribas

Título: *O governo do Santo Ofício no tempo de D. Pedro de Lencastre (1671-1673)*

Especialidade: História

Data das provas: 29 de Janeiro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: José Pedro Paiva

Autor: Guida da Silva Cândido

Título: *Comer como uma Rainha. Estudo de um livro da Casa de Dona Catarina de Áustria*

Especialidade: Alimentação - Fontes, Cultura e Sociedade

Data das provas: 7 de Julho de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria José Azevedo Santos

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Autor: Gonçalo dos Reis Torgal

Título: *Interacção sociocultural na obra de Camilo Castelo Branco*

Especialidade: Alimentação - Fontes, Cultura e Sociedade

Data das provas: 7 de Julho de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



Orientador: Maria José Azevedo Santos

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Autor: António José Simões Nunes

Título: *As terras de Tábua na Idade Média*

Especialidade: História - Idade Média

Data das provas: 14 de Julho de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Alegria Fernandes Marques

Autor: Mariana Teixeira

Título: projeto: *EIRA - Espaço Interativo de Rede Artesanal dos Produtos Tradicionais Qualificados*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 21 de Julho de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Margarida Sobral Neto

Co-orientador: João Maria André

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Autor: Luísa Fernanda Guerreiro Martins

Título: *A alimentação em Loulé medieval (1384-1488)*

Especialidade: 2º Ciclo em Alimentação, Fontes, Cultura e Sociedade

Data das provas: 23 de Setembro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Helena da Cruz Coelho

Autor: Eufémia Maria de Oliveira Azevedo

Título: *O perfil social da vereação viseense, 1770-1820*

Especialidade: Política Cultural Autárquica

Data das provas: 23 de Setembro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Margarida Sobral Neto

Co-orientador: Ana Isabel Sacramento Sampaio Ribeiro

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



Autor: Manuel dos Santos Simões

Título: *A Grande Guerra de 1914-1918 e a invenção de uma tradição cívica. O culto do Soldado Desconhecido*

Especialidade: Estudos Europeus

Data das provas: 9 de Outubro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Isabel Maria Guerreiro Nobre Vargues

Co-orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

Autor: Ana Margarida Dias da Silva

Título: *O Hospital e Asilo da Venerável Ordem Terceira da Penitência de São Francisco de Coimbra (1851-1926)*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 13 de Outubro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes

Autor: Soraia Cristina da Silva Pimentel

Título: *Emigrar em tempos de guerra. A emigração no distrito de Coimbra em 1914-1918*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 15 de Outubro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Antónia Lopes

Autor: Diogo Silva Cancela

Título: *Solidariedade internacional – A Revolução Argelina e os Movimentos Antifascistas*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 22 de Outubro de 2014

Instituição: Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

Co-orientador: Ana Cristina Cardoso dos Santos Bartolomeu de Araújo



Autor: Ricardo Filipe São Bento

Título: *Em busca de um lar para os Judeus – A hipótese de Angola*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 22 de Outubro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

Autor: António Jorge Santo Pinto

Título: *A Gulf Oil Corporation na guerra colonial: estratégia para a permanência em Angola*

Especialidade: História Contemporânea

Data das provas: 27 de Outubro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Rui de Ascensão Ferreira Cascão

Autor: António Ferreira Cabete

Título: *O mosteiro de Santa Maria de Seiça. Das origens aos alvares da Modernidade*

Especialidade: História - Idade Média

Data das provas: 29 de Outubro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Alegria Fernandes Marques

Autor: Maria José Andrade Pinheiro Lázaro da Silva Correia

Título: *Imagens do clero na obra de Gil Vicente*

Especialidade: História - Idade Média

Data das provas: 29 de Outubro de 2014

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Orientador: Maria Alegria Fernandes Marques

Co-orientador: José Augusto Cardoso Bernardes

Instituição: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra



ISSN 1645-2259



13

9 771645 225004



## Normas para aceitação de textos

Os artigos propostos devem ser inéditos e remetidos pelos autores à Direcção da *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, numa das seguintes línguas: português, castelhano, italiano, francês ou inglês.

Todos os artigos propostos para publicação serão sujeitos a apreciação por parte de dois especialistas externos, em processo dirigido pelo Coordenador do número da *Revista* e acompanhado pelo Director e Conselho Editorial, prevendo-se a possibilidade de ser sugerida ao autor a reformulação do texto original com vista à sua publicação.

Cada artigo não deverá exceder 50.000 caracteres (incluindo espaços em branco), deverá ser acompanhado de um resumo com um limite máximo de 200 palavras, bem como por um conjunto de palavras chave (mínimo 3, máximo 5). Os artigos deverão ser remetidos em ficheiro electrónico em formato Word, dirigido ao Coordenador da *Revista*, no qual, na primeira página, devem ser claramente explicitados os seguintes dados: nome do autor, filiação académica (máximo de 2 instituições), endereço postal, endereço electrónico e telefone.

Gráficos, tabelas e eventuais ilustrações devem ser remetidos em ficheiros autónomos, com indicação no texto do local onde devem ser inseridos. Cabe ao autor a responsabilidade de obter a competente autorização para a publicação de imagens que reclamem direitos de autoria. As referências bibliográficas e arquivísticas devem ser normalizadas de acordo com os seguintes exemplos, e fornecidas em notas de rodapé no final de cada página:

### Monografias:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

### Obras colectivas:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

### Capítulos em monografias:

GIDDENS, Anthony - *Elites and power in* TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

### Artigos em publicações periódicas:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

### Artigos ou textos na WEB:

SCHILLING, Ruth - *Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600*. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), ([http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition\\_5/schillingarticle.htm](http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition_5/schillingarticle.htm), consultado em 2007.09.12).

### Manuscritos:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

A partir da segunda citação da mesma obra deve usar-se um sistema simplificado. Exemplos: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Nos anos em que o número de artigos aprovados exceder os limites orçamentais da *Revista*, a sua Direcção reserva-se o direito de protelar a publicação de alguns deles, garantindo, contudo, que esses textos serão publicados no número seguinte.

Serão enviadas aos autores provas tipográficas para correcção. Não se aceitarão alterações superiores a 5% do texto original.

Uma vez publicado o artigo, cada autor receberá gratuitamente vinte separatas do respectivo texto e um exemplar da *Revista*.

Para qualquer dúvida ou esclarecimento contactar o Director da *Revista* ou o Coordenador do respectivo número.

## Guidelines for contributors

Texts should be original and written in one of the following languages - Portuguese, Spanish, Italian, French or English - and submitted by the authors to the Board of the *Journal of History of Society and Culture*.

All articles undergo peer review by two external referees, in a process supervised by the Coordinator of the current number of the *Magazine* and followed up by the Director of the Centre and the Editorial Board. There is the possibility of recommending to the author the reformulation of the original text in order to its publication.

Each article should not exceed 50.000 characters (including blank spaces), it should be accompanied by an abstract with a maximum limit of 200 words, as well as a set of keywords (minimum 3, maximum 5). The articles should be sent in an electronic file in Word format to the Coordinator of the *Journal*, in which, in the first page, should be clearly mentioned the following information: author's name, academic affiliation (maximum 2 institutions), address, electronic address and phone number.

Graphics, charts and illustrations should be sent in autonomous files, mentioning in the article's text the location where each one of them should appear. It is up to the author the responsibility to ensure the lawful authorization for publication of images which are protected by copyrights. Bibliographic and archival references should be normalised according to the following examples and standards, and must be given in end notes placed at the bottom of each page:

### Monographies:

GUSDORF, Georges - *Les principes de la pensée au Siècle des Lumières*. Paris: Payot, 1971.

### Collective publications:

TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994

### Chapters in monographies:

GIDDENS, Anthony - *Elites and power in* TIENDA, Marta and GRUSKY, B. (ed.) - *Social stratification: class, race, and gender in sociological perspective*. Boulder; San Francisco; Oxford: Westview Press, 1994, p. 170-174.

### Articles in periodical publications:

BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha quase viúva. A cidade e a mudança da corte no Portugal dos Filipes. *Penélope. Fazer e desfazer a História*. 13 (1994) 71-93.

### Articles or texts in the WEB:

SCHILLING, Ruth - *Homagium or Hospitality?: The Struggle for Political Representation in Bremen around 1600*. *Eras. School of Historical Studies on-line Journal* (2003), ([http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition\\_5/schillingarticle.htm](http://www.arts.monash.edu.au/eras/edition_5/schillingarticle.htm), consultado em 2007.09.12).

### Manuscripts:

Instituto Arquivos Nacionais/Torre do Tombo (Lisboa) - Ministério do Reino, Livro 234, fl. 23.

For second quotations of the same publication, one should use a simplified process. Examples: GUSDORF, Georges - *Les principes...*, cit., p. 89; BOUZA ALVAREZ, Fernando - Lisboa sózinha..., cit., p. 90.

Whenever the number of articles accepted are beyond the journal's budget, the editors are entitled to postpone the publication of a few given articles, guaranteeing, however, their publication in the following issue.

Printing proofs will be sent to the authors for revision before publication. Modifications that outrun 5% of the original text will not be accepted. Once the paper is published, each author will gratuitously receive twenty printed copies of the article and one copy of the *Journal*.

For further information, please contact the Director of the *Journal* or the Coordinator of each volume.



## Artigos

<i>A Produção Trovadoresca de Afonso X: 3. Os Cantares da Guerra (Composições e Cronologias)</i>	
António Resende de Oliveira.....	9
<i>Fragmentos de pergaminho na Torre do Tombo: um inventário possível (1315-1683)</i>	
Pedro Pinto .....	31
<i>D. Álvaro de Castro (1.º conde de Monsanto) perante os desafios da Expansão Portuguesa do século XV</i>	
Marco Oliveira Borges .....	85
<i>Escrivães e pregoeiros dos concelhos (séculos XIV-XVI)</i>	
Maria José Azevedo Santos .....	119
<i>«Não destruas por causa da comida a obra de Deus». Restrições e recomendações alimentares na legislação sinodal portuguesa   séculos XIV a XVI</i>	
Guida da Silva Cândido.....	133
<i>'Vê-los e ouvi-los': Paisagens acústicas, olfactivas e culinárias nos Tratados da Terra e Gente do Brasil (1583-1601), de Fernão Cardim</i>	
Rogério Miguel Puga.....	161
<i>Cultura material e diplomacia eclesiástica. As relações e a troca de presentes entre o bispo-conde de Coimbra D. Afonso de Castelo Branco e a corte papal (1590-1615)</i>	
Cátia Teles e Marques.....	183
<i>A biblioteca de D. Inácio de Santa Teresa, um bispo jacobeu, entre 1721 e 1751</i>	
Ana Ruas Alves .....	209
<i>Grafitos, inscrição árabe e outras marcas históricas identificados no castelo de Montemor-o-Velho</i>	
Marco Penajoia.....	231
<i>Divulgação da penicilina em Portugal na literatura técnica (anos 50 e 60 do Séc. XX): o Simposium Terapêutico e a Farmacopeia Portuguesa</i>	
Victoria Bell.....	253
<i>O Antifeminismo e o questionar do género no limiar dos séculos XIX-XX</i>	
<i>Dos argumentos teóricos e epistemológicos à prática social</i>	
Gabriela Mota Marques .....	273
<i>Vocación Cartográfica de un Militar Profesional; Coello de Portugal</i>	
Mariano Cuesta Domingo .....	297
<b>Recensões</b> .....	331
<b>Notícias</b> .....	357

**C H S C**

CENTRO DE HISTÓRIA  
DA SOCIEDADE  
E DA CULTURA

**Palimage**  
*Imagem Palavra*

**FCT** Fundação para a Ciência e a Tecnologia

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CIÊNCIA



UNIÃO EUROPEIA

